Repositório Institucional da UFPI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI

1. Identificação do material bibliográfico:

[ ]Tese [x]Dissertação [ ]Monografia [ ]TCC Artigo [ ]Livro

[ ]Capítulo de Livro [ ]Material Cartográfico ou Visual [ ]Música

[ ]Obra de Arte [ ]Partitura [ ]Peça de Teatro [ ]Relatório de pesquisa

[ ]Comunicação e Conferência [ ]Artigo de periódico [ ]Publicação seriada [ ]Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: História

Programa de pós-graduação: PPGHB-UFPI

Outro: _____

Autor(a): Joel Marcos Brasil de Sousa Batista

E-mail: joelmarcosbrasil@gmail.com

Orientador (a): Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Instituição: UFPI

Membro da banca: Gustavo de Andrade Durão

Instituição: UESPI

Membro da banca: Marylu Alves de Oliveira

Instituição: UFC

Membro da banca: Nilsangela Cardoso Lima

Instituição: UFPI

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Titulação obtida: Mestre

Data da defesa: 05/02/2025

Título do trabalho: “PIAUÍ CAMINHA A PASSOS LARGOS COM O PROGRESSO”: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DO PIAUÍ NAS PÁGINAS DO *ESTADÃO* E *O GLOBO* (1964-1980)

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): CAPES/DS

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [x]

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados:_____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina Data: 02/02/2026

gov.br Documento assinado digitalmente
JOEL MARCOS BRASIL DE SOUSA BATISTA
Data: 02/02/2026 10:27:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do(a) autor(a): _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS GRADUAÇÃO - PRPG
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

JOEL MARCOS BRASIL DE SOUSA BATISTA

“PIAUÍ CAMINHA A PASSOS LARGOS COM O PROGRESSO”: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DO PIAUÍ NAS PÁGINAS DO *ESTADÃO* E *O GLOBO* (1964-1980)

TERESINA
2026

JOEL MARCOS BRASIL DE SOUSA BATISTA

“PIAUÍ CAMINHA A PASSOS LARGOS COM O PROGRESSO”: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DO PIAUÍ NAS PÁGINAS DO *ESTADÃO* E *O GLOBO* (1964-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.
Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento

TERESINA

2026

FICHA CATOLOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras

Serviço de Processos Técnicos

B333p Batista, Joel Marcos Brasil de Sousa.
"Piauí caminha a passos largos com o progresso" : análise das representações do Piauí nas páginas do *Estadão* e *O globo* (1964-1980) (1956-1965) / Joel Marcos Brasil de Sousa Batista. – 2026.
361 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2026.
"Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento"

1. História. 2. Ditadura Militar. 3. Imprensa política - Piauí. I. Nascimento, Francisco de Assis de Sousa. II. Título.

CDD 981

Elaborada por Fabíola Nunes Brasilino CRB 3/ 1014

JOEL MARCOS BRASIL DE SOUSA BATISTA

“PIAUÍ CAMINHA A PASSOS LARGOS COM O PROGRESSO”: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DO PIAUÍ NAS PÁGINAS DO *ESTADÃO* E *O GLOBO* (1964-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.
Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento
(Presidente)

Profª. Dra. Nilsângela Cardoso Lima
(Examinadora Interna)

Profª. Dra. Marylu Alves de Oliveira
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Gustavo de Andrade Durão
(Examinador Externo)

A Deus e à minha família, principalmente a meu pai, Joel José Batista Neto e a minha mãe, Nília Alzira de Sousa Batista que acreditaram e acreditam em mim e são meu exemplo de vida, amor e perseverança.

AGRADECIMENTOS

> [7] O Senhor é a minha força e o meu escudo; Nele o meu coração confia, e Dele recebo ajuda. Meu coração exulta de alegria, e com o meu cântico lhe darei graças. Salmos 28:7 (NVI).

A presente dissertação representa o encerramento de um ciclo que foi fundamental na minha vida, a conclusão do meu tão sonhado mestrado em História do Brasil pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. A priori, agradeço a Meu Deus e Meu Pai Espiritual, por ser meu alicerce, a fonte da minha Fé, da minha esperança, força e de Amor em meio a todas as dificuldades, de minhas fraquezas psicológicas e por me guiar ao longo de toda a minha vida.

Agradeço a toda a minha família, em especial a minha mãe, Nília Alzira de Sousa Batista, por ser aquela pessoa que mesmo eu não acreditando em mim mesmo, acredita em mim e na minha capacidade. Agradeço ao meu pai, Joel José Batista Neto, que me apoiou na minha jornada no mestrado, desde o momento que submeti o projeto no processo seletivo para ingresso, tem me apoiado e teve paciência com minhas agonias em casa, acreditando na minha capacidade e potencial.

Sou grato também ao meu irmão, Moisés Flavio Brasil de Sousa Batista que apesar de nossas diferenças e desavenças que são normais para irmãos, eu sei que me ama e que torce por mim. Agradeço também a minha avó paterna, Francisca Brasil da Silva Batista, por também ter me apoiado e torcer por mim nas minhas conquistas pessoais e profissionais.

Possuo gratidão pela família da minha mãe, em especial as minhas tias Maria do Socorro Coelho de Sousa, Eva Alzira de Sousa Tolentino, Maria Alzira de Sousa Viera e Ilda Alzira de Sousa, o apoio e ajuda que deram a minha mãe nos momentos de dificuldades e por sempre me terem me recebido e me tratado com muito carinho. Agradeço também aos meus primos, Francisco de Sousa Neto e Eliane de Sousa Tolentino, pelas ajudas que deram a minha mãe, nos momentos de dificuldades e por me receberem com atenção, carinho e afeto.

A minha outra família que Deus me deu, a Igreja do Nazareno Teresina. Tenho muita gratidão a todos os membros dessa família tão querida e amada por mim, especialmente pelas orações e pelo cuidado que tiveram comigo e com a minha família ao longo de todos os meus anos — 14 anos — em que faço parte dessa Igreja. Em especial, agradeço muito e tenho como inspiração cristã o pastor Paulo Boto de Alencar, que sempre é atencioso e prestativo comigo, com a minha mãe, com meu pai e com meu irmão, quando precisamos. Do mesmo modo, sou

grato à sua família: à sua esposa, Sebastiana Coelho de Sousa Alencar — a querida “tia” Blandina —, aos seus filhos e meus irmãos de fé, Pâmela Danielle Coelho de Alencar, Patrick Gil Coelho de Alencar e Jéssika Sâmeque Coelho de Alencar, bem como ao mais novo membro da família, que sempre foi atencioso e um verdadeiro amigo, Davi Donizeti Marcos.

Sou grato também pelo tempo que tiveram comigo na Igreja do Nazareno Teresina, durante a minha caminhada apesar do pouco tempo, aos pastores Gedeon Brito e Layza Brito, pelos aconcelhamentos, amizade, por torcerem por mim e acreditarem no meu potencial. Também, sou grato ao pastor Mikael Soares Vilela pelas orações e por está com minha família no momento em que mais precisavamos. Igualmente, sou também agradecido pela sua esposa, a pastora Jéssica Soares Vilela, pelas conversas, orações e por torcer por mim,

Sou grato ao professor Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento, por esses cinco anos de orientação desde a Iniciação Científica (2021-2023) e da monografia (2023), que destes trabalhos foi ampliado e dela nasceu esta dissertação de mestrado. Sou grato pelas oportunidades, pelos trabalhos em conjunto, pelos almoços na Dona “Mazé”, pelas viagens em eventos acadêmicos, por ser paciente comigo e com minhas ansiedades. E, por desde o início que nos conhecemos sempre ter acreditado no meu potencial, e por ser academicamente a pessoa que mais me incentivou a prosseguir com a minha vida acadêmica. Acredito que Deus foi quem o escolheu para ser meu orientador esses anos todos, afinal acredito que nós dois fomos abençoados nessa caminhada e nessa orientação.

Tenho gratidão a Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Petrônio Portella, por ser uma instituição de ensino público de qualidade, em que me formei no curso de Licenciatura Plena em História e agora, término meu mestrado em História do Brasil por essa mesma instituição tão querida. Sou grato, ao Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL – por ser o centro na qual o Programa de Pós Graduação em História do Brasil faz parte e na qual assistir todas as minhas aulas de mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em História do Brasil – PPGHB – e pela sua super equipe de professores que fazem parte do corpo docente, pela oportunidade e por ser através deste programa de pós graduação que tenho a felicidade e a satisfação de estar fazendo o meu tão sonhado mestrado.

Sou agradecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Demanda Social – CAPES/DS – pela bolsa de estudo, que através dela foi fundamental para arcar com minhas despesas pessoais, comprar livros historiográficos, publicação de artigos em e-books e participar de eventos acadêmicos que foram a base da minha pesquisa acadêmica.

Aos amigos que tive o prazer de conhecer e criar laços ao longo do curso de História e que continuamos no mestrado e espero que seja para a vida toda, faço questão de agradecer ao João Victor da Costa Rios, João Vitor de Carvalho Melo, Paulo Neto de Souza Araújo e Helen Adriely Sobreira Sousa, pelas nossas amizades, conversas, incentivos e compartilhamento de material de pesquisa. Também sou grato as novas amizades que fazemos ao longo do mestrado nas quais destaco a Manuela de Sousa Rocha, José Clecionarton Teixeira, Larissa Maciel Silva, Luiz Sérgio Silveira Marinho, Erika Ruth Melo da Silva, Almerito Francisco Oliveira, Ítalo de Andrade Lopes, Cristina Cunha Araújo, Maira Delmondes de Matos, Ronyere Ferreira da Silva, Talyta Marjorie Lira Sousa, Sara Vitória Soares da Silva e Emerson Alves Silva.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em História do Brasil, sou grato aos professores Johny Santana de Araújo, Fábio Leonardo Castello Branco Brito, Cláudia Cristina da Silva Fontineles, Nilsângela Cardoso Lima e Francisco de Assis de Sousa Nascimento, que tive aula nas cinco matérias que cursei no mestrado, agradeço as ministrações das aulas, as recomendações de textos e dicas para o trabalho da dissertação ao longo das disciplinas e da apresentação de trabalhos.

Aos coordenadores do Programa de Pós Graduação em História do Brasil, aos professores Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (2023-2024) e Dr. Pedro Vilarinho Castello Branco (2025-2026), sou grato pelos seus esforços, lutas e trabalhos para cada vez mais juntamente com os outros professores de melhorarem e qualificarem o PPGHB. E, por estarem sempre disponíveis para tirarem dúvidas e para atenderem as necessidades e demandas dos discentes do programa. Sou grato, também a secretaria do Programa de Pós Graduação em História do Brasil, Raquel Cardoso que sempre me tratou bem e sempre tivemos ótimas conversas a respeito à Fé e espiritualidade.

Sou agradecido pela participação da minha banca de defesa de mestrado, professores doutores Gustavo de Andrade Durão, Marylu Alves de Oliveira e Nilsângela Cardoso Lima que contribuíram muito para o melhoramento da versão final desta dissertação, através de seus apontamentos e sugestões.

Sou grato aos amigos dos tempos do CPI, amizade que dura até hoje, como Breno Matheus Soares Nunes e Felipe de Almeida Moita Sepúlveda Carvalho, bem como ao professor Ajosé Fontinelle da Silva. Agradeço a Deus pela vida de vocês e pela amizade e convivência que temos, que perduram até hoje, e espero que sejam para sempre.

Não posso negligenciar a importância dos funcionários do Arquivo Público do Estado do Piauí – casa Anísio Brito – que através da conservação das fontes hemerográficas disponíveis no Arquivo Público, tornou viável a minha pesquisa do PIBIC e consequentemente, a minha

monografia. Agradeço por esses 3 anos que frequentei quase semanalmente o arquivo, em especial a João Batista Carvalho de Brito, Maria de Jesus Nunes Silva, Maria do Socorro de Araújo Muíra e Sebastião Bertaldo da Silva por sempre me terem recebido bem e serem atenciosos as fontes que eu procurava para digitalizar. Eu sou grato a Maria Sousa da Paz Leal que na recepção sempre me atendia com paciência e atenção, respondia as minhas mensagens no G-mail dos meus agendamentos para pesquisar no Arquivo.

Expresso a minha gratidão a todas as pessoas que de uma maneira e de outra contribuíram para eu chegar até aqui. OBRIGADO!

As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

Roger Chartier

RESUMO

O trabalho analisa as representações, os usos produzidos e difundidos pelos jornais *Estadão* e *O Globo* a respeito da atuação da ditadura militar no Estado do Piauí, em específico referente a política e ao desenvolvimento econômico. Como objetivos específicos, verificamos de que maneira foram representadas as elites políticas piauienses que aderiram e acomodaram-se a nova ordem imposta pelo regime militar. Investigamos como os jornais *Estadão* e *O Globo* representaram a violência e a repressão no Piauí após o golpe de 1964 e o crescimento de políticos piauienses no cenário nacional como Petrônio Portella Nunes. Por fim, enfatizamos a construção da imagem do "Piauí Novo" em desenvolvimento, promovida pelos governadores estaduais em consonância com o "Brasil Potência" defendida pelo regime militar. A metodologia do trabalho foi de natureza: hemerográfica, bibliográfica, qualitativa e análise do discurso. Foram utilizados como principais fontes e objeto de pesquisa os jornais *Estadão* e *O Globo*. Como fontes auxiliares usamos os jornais piauienses *Estado do Piauí, O Dia* e *O Estado.* O recorte temporal escolhido foi de 1964-1980. Tivemos como principais teóricos os seguintes pesquisadores: José D'Assunção Barros (2023), Maria Helena Holim Capelato (2015), Michel de Certeau (1998), Michel Foucault (1996) Michel Pollak (1989), Sandra Pesavento (2003), Rodrigo Patto Sá Motta (2018 e 2021), Roger Chartier (2002) e Tania Regina Luca (2008). Utilizamos como historiografia os trabalhos dos historiadores: Carlos Fico (2024), Cláudia Cristina da Silva Fontineles (2015), Daniel Aarão Reis Filho (2014), Francisco Leandro de Araújo Castro (2022), Marylu Alves de Oliveira (2020), Maria do Amparo Carvalho (2006), Marcos Napolitano (2020) e Rodrigo Patto Sá Motta (2021).

Palavras chave: História; Ditadura Militar; Imprensa Política; Piauí.

ABSTRACT

This study analyzes the representations and uses produced and disseminated by the newspapers *Estadão* and *O Globo* regarding the actions of the military dictatorship in the state of Piauí, specifically in relation to politics and economic development. As specific objectives, we examined how the political elites of Piauí who adhered to and accommodated themselves to the new order imposed by the military regime were represented. We investigate how the newspapers *Estadão* and *O Globo* represented violence and repression in Piauí after the 1964 coup and the rise of Piauí politicians on the national scene, such as Petrônio Portella Nunes. Finally, we emphasize the construction of the image of a developing "New Piauí," promoted by state governors in line with the "Brazil Power" advocated by the military regime. The methodology of the study was based on newspaper archives, bibliographic sources, qualitative analysis, and discourse analysis. The main sources and objects of research were the newspapers *Estadão* and *O Globo*. As auxiliary sources, we used the Piauí newspapers *Estado do Piauí*, *O Dia* and *O Estado*. The time frame chosen was 1964-1980. The main theorists were the following researchers: José D'Assunção Barros (2023), Maria Helena Holim Capelato (2015), Michel de Certeau (1998), Michel Foucault (1996), Michel Pollak (1989), Sandra Pesavento (2003), Rodrigo Patto Sá Motta (2018 and 2021), Roger Chartier (2002), and Tania Regina Luca (2008). We used the works of the following historians as historiography: Carlos Fico (2024), Cláudia Cristina da Silva Fontineles (2015), Daniel Aarão Reis Filho (2014), Francisco Leandro de Araújo Castro (2022), Marylu Alves de Oliveira (2020), Maria do Amparo Carvalho (2006), Marcos Napolitano (2020), and Rodrigo Patto Sá Motta (2021).

Keyworks: History; Military Dictatorship; Press; Politics; Piauí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Piauí no jornal Estadão, 1965 ..... **124**
Figura 2: O Estado do Piauí no jornal O Globo, 1964 ..... **139**
Figura 3: O Piauí e a Usina de Boa Esperança no Estadão, 1965 ..... **242**
Figura 4: Interligação de energia elétrica, 1970 ..... **252**
Figura 5: Piauí e Usina Boa de Esperança no jornal O Globo, 1964 ..... **256**
Figura 6: O governo Alberto Silva nas páginas do O Globo, 1971 ..... **309**

LISTA DE TABELAS

Figura 1: Eleições da Câmara Federal de 1966-1978 ..... **197**
Figura 2: Eleição da ALEPI de 1966-1978 ..... **197**

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

25ºBC – 25 Batalhão de Caçadores

AC-4 – Ato Complementar nº4

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AGE – Assessoria de Acompanhamento e Comunicação

AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S.A

AI-1 – Ato Institucional nº1

AI-2 – Ato Institucional nº2

AI-3 – Ato Institucional nº3

AI-5 – Ato Institucional nº5

ALEPI – Assembleia Legislativa do Piauí

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAPES/DS - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Demanda Social

CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras

CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S.A

CEPRO - Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CGI – Comissão Geral de Informação

CIS – Comissão de Investigação Sumária

COHEBE – Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPPI – Capitania dos Portos do Piauí

DH – Departamento de História

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ESG – Escola Superior de Guerra

FRIPISA - Frigorífico do Piauí S/A

FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPÊS – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPMs – Inquéritos Policiais Militares

JK – Juscelino Kubitschek

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PDC – Partido Democrata Cristão

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PM – Polícia Militar

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrata

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional

SNI – Serviço Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UFPI – Universidade Federal do Piauí

USAID - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19

2. DISCURSOS, ALIANÇAS E TENSÕES: A RELAÇÃO DOS JORNAIS *ESTADÃO* E *O GLOBO* COM O REGIME MILITAR (1964-1980) 36

2.1. Entre o autoritarismo e a modernização: a relação da grande imprensa com a ditadura militar 36

2.2. Entre a censura e a colaboração: os posicionamentos do jornal *Estadão* com o regime militar 54

2.3. Narrativas midiáticas e autoritarismo: o crescimento e o papel do jornal *O Globo* na legitimação do regime militar.....77

3. REPRESSÃO E VIOLÊNCIA EM TERRAS PIAUIENSES: A REPRESENTAÇÃO DO PÓS-GOLPE DE 1964 NO PIAUÍ NOS JORNAIS *ESTADÃO* E *O GLOBO* (1964-1980).....98

3.1. "Teresina: situação de calma e ordem": a violência e a repressão da ditadura militar no Piauí 98

3.2. "Estado, Imprensa e Autoritarismo": a violência da ditadura militar no Piauí nas páginas do jornal *Estadão* 123

3.3. "Personalidades do Piauí Estavam Marcadas Para Morrer": as representações da repressão da ditadura militar no Piauí pós-golpe de 1964 no jornal *O Globo*.....138

4. "REVOLUCIONÁRIO DE ÚLTIMA HORA": AS REPRESENTAÇÕES DE PETRÔNIO PORTELLA NUNES NOS JORNAIS ESTADÃO E O GLOBO (1964-1980)..........151

4.1. Entre a adesão e a sobrevivência: a ascensão de Petrônio Portella durante a ditadura militar..... 151

4.2. "Os percalços não afetaram o êxito": as produções jornalísticas acerca da ascensão política de Petrônio Portella no periódico *Estadão* 167

***4.3.* "Razões de uma solidariedade":** as representações da ascensão política de Petrônio Portella no jornal *O Globo* 182

5. ARENA I X ARENA II: AS REPRESENTAÇÕES DAS DISPUTAS POLÍTICAS DAS ELITES POLÍTICAS NO PIAUÍ NOS JORNAIS ESTADÃO E O GLOBO (1964-1978) 194

5.1. Os Aliados do Regime: o processo de acomodação e adesão da elite piauiense à ditadura militar no Piauí 194

5.2. Disputas políticas em terras piauienses: as representações dos embates políticos no Piauí nas páginas do *Estadão* (1964-1978) 202

5.3. Em busca do "consenso" entre as elites: as representações das disputas políticas piauienses no O Globo (1966-1978) 217

6. **PIAUÍ E BOA ESPERANÇA:** AS REPRESENTAÇÕES DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BOA ESPERANÇA NOS JORNAIS ESTADÃO E O GLOBO (1964-1970) 231

6.1. Entre a política energética e a dependência: a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança no contexto da ditadura militar 231

6.2. Piauí demanda energia elétrica: a produção jornalística a respeito da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança nas páginas do *Estadão* 239

6.3. "Boa Esperança é pedra angular para o desenvolvimento": a representação da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança no jornal *O Globo* 254

7. **"CHEGOU A VEZ DO PIAUÍ":** A REPRESENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ DURANTE A DITADURA MILITAR NOS JORNAIS *ESTADÃO* E *O GLOBO* (1971-1975) 269

7.1. Os agentes da ditadura: o projeto da modernização-conservadora e autoritária no Piauí 269

7.2. "Piauí logo poderá afirmar que existe": a representação do desenvolvimento do Piauí a partir dos governos estaduais na página do jornal *Estadão* 286

7.3. "Piauí de mentalidade nova": a representação dos governos estaduais e a euforia econômica nas páginas do *O Globo* 298

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS 329

9. REFERÊNCIAS 335

1. INTRODUÇÃO

O Piauí vai ser rico[1], foi o título da entrevista concedida pelo então governador do estado do Piauí, Alberto Tavares Silva, ao jornalista Marco Sá Corrêa, publicada pela revista *Veja* em suas tradicionais páginas amareladas. A entrevista ocorreu em 1973, durante a vigência da ditadura militar, em um contexto de grande euforia midiática e governamental, impulsionada pelo chamado "milagre econômico". Nela, a figura política do governador piauiense é destacada em uma revista de circulação nacional, projetando-o como uma liderança em ascensão no cenário político brasileiro. Esse reconhecimento deveu-se à sua gestão, pautada no ideal e na propaganda política de desenvolver o "Estado mais pobre da Federação"[2].

Essa propaganda de otimismo e de desenvolvimento promovida pelo gestor estadual não pode ser desconectada do cenário nacional, especialmente das políticas desenvolvimentistas e autoritárias defendidas e executadas pelo regime militar. Logo, isso se deve ao fato de que, na conjuntura política da época, o chefe do Poder Executivo estadual era nomeado pelos ditadores militares, que escolhiam figuras políticas alinhadas com os seus projetos de integração nacional com segurança[3].

A ditadura, embora não hesitasse em recorrer à violência e à repressão sempre que considerasse necessário, preocupava-se em manter uma "fachada" democrática. Para isso, alternava medidas autoritárias com esforços para preservar, ao menos na aparência, uma fonte de legitimidade[4]. A intensa propaganda veiculada durante o regime militar, associada aos elevados índices de crescimento econômico, evidenciados pelas taxas do PIB – Produto Interno Bruto — foi utilizada por seus apoiadores e integrantes como instrumento de legitimação, fundamentado na idealização de transformar o Brasil em uma Grande Potência[5].

A ideia de desenvolvimento econômico impulsionado pelo Estado não era inédita, tampouco foi criada pelo regime militar. Segundo Daniel Aarão Reis, o Brasil possui uma

---

[1] CORREA, Marcos Sá. O Piauí vai ser rico. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, 31 de outubro de 1973, Nº269, p.3-6.

[2] Para mais informações a respeito da classificação do Piauí como o estado mais pobre da Federação, indicamos: RABELO, Elson de Assis. **A história entre Tempos e Contratempos**: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2008.

[3] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOLHFELDT, Antonio (Orgs). **Tempo & Memória**: interfaces entre os campos da comunicação e da história. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, p.277

[4] RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.30.

[5] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2024, p.119.

cultura nacional-estatista que preconiza o desenvolvimento econômico orientado pelo governo federal, uma característica já presente na ditadura varguista e ao longo do governo de Juscelino Kubitschek[6]. Este último ficou conhecido, pelo *senso comum,* como os "anos dourados": período em que o "atraso" e o subdesenvolvimento seriam suplantados pela modernização representada pelo slogan "50 anos em 5"[7].

Apesar de o Brasil ter apresentado crescimento econômico durante o governo Juscelino Kubitschek, impulsionado pela expansão da urbanização e da industrialização, esse desenvolvimento não ocorreu de forma igualitária em todos os estados da Federação.Tal crescimento concentrou-se na região Sudeste, especialmente nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, em detrimento do Nordeste – incluindo o estado do Piauí, cuja capital figurava entre as menos industrializadas do país[8]. Nesse contexto, a não incorporação do Piauí ao modelo desenvolvimentista promovido pelo governo de Juscelino Kubitschek foi fortemente sentida pela população piauiense, sobretudo por sua elite política e econômica. Diante disso, esse grupo passou a reivindicar maiores investimentos, a formulação de projetos, a realização de reformas e a destinação de verbas federais com o objetivo de integrar o estado à nação e retirá-lo da condição de subdesenvolvimento.

Com o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar, os representantes políticos da elite piauiense – principalmente o grupo vinculado às elites comercial e latifundiária – não tardaram em apoiar e aderir ao regime, na crença de que, por meio de um governo centralizador, forte e conservador, os estados periféricos, como o Piauí, poderiam ser integrados à economia nacional, conduzindo-os ao chamado "progresso" econômico, entendido como urbanização, modernização e industrialização[9].

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, a coalizão golpista civil e militar responsável pela implantação da ditadura, por ser ampla e heterogênea, não possuía um projeto de governo coeso

[6] REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estadista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.14-21.
[7] GOMES, Ângela de Castro. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, Ângela de Castro (Orgs). **O Brasil de JK**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 12.
[8] RODRIGUES, Poliana Perpétua Tavares **O crescimento de Teresina e o deslocamento da elite local - econômica, política, social:** do centro para a zona leste da cidade a partir das décadas de 60 e 70. TCC (Monografia em licenciatura em história) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p.12-13.
[9] RABELO, Elson de Assis. **A história entre Tempos e Contratempos**: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2008, p.59.

e unificado. As políticas implementadas pelo regime militar ao longo de seus 21 anos[10] não foram elaboradas a partir de um projeto bem delineado e definido após o golpe de 1964, mas resultaram em escolhas moldadas pelo desenrolar dos acontecimentos, pelas pressões e pela conjuntura política nacional e internacional. Embora a ditadura militar tenha promovido repressão, perseguições, prisões e cassações de direitos políticos-civis contra movimentos sociais e quaisquer grupos ou indivíduos identificados como de esquerda[11], isso não significa que o governo ditatorial se opusesse à execução de reformas capazes de modernizar o país[12].

Para o autor, a ditadura militar implementou políticas que podem ser consideradas tanto modernizadoras quanto conservadoras-autoritárias. O desejo modernizador manifestava-se na perspectiva econômico-administrativa, visando, por meio da máquina estatal, impulsionar o crescimento econômico e tecnológico, estimular a urbanização, promover a expansão industrial – com ênfase na consolidação de uma sociedade de consumo de produtos industrializados e não duráveis –, mecanizar as atividades agrícolas e aprimorar a burocracia estatal. Em contrapartida, o impulso conservador-autoritário estava relacionado ao desejo de manter a ordem social, preservar os valores tradicionais, excluir os segmentos subalternos e combater os ideais e os agentes identificados como de esquerda[13].

A ditadura militar implementou políticas repressivas e violentas para silenciar as oposições do governo, especialmente aquelas ligadas aos movimentos sociais, com o objetivo de preservar as estruturas sociais existentes. Por outro lado, adotou medidas modernizadoras que promoveram mudanças no cenário urbano e socioeconômico, inserindo o Brasil em uma economia capitalista integrada ao mercado internacional.

---

[10] A duração da ditadura militar não é consenso entre os historiadores, existem pesquisadores como Marco Antônio Villa, que defendem outra interpretação sobre a duração do regime, relacionando-a com o período de vigência do AI-5 (1968-1979), outros pesquisadores como Daniel Aarão Reis Filho, defende que a ditadura durou do golpe de 1964 ao fim do AI-5 e após a aprovação da Lei da Anistia, no caso até 1979. Outros recentemente defendem que o governo Sarney (1985-1989), foi a última fase da ditadura até a promulgação da Constituição de 1988 e a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992). E boa parte dos historiadores tendem a considerar o período da ditadura militar como quando os militares estiveram à frente e no controle do poder Executivo brasileiro, isto é, desde o golpe civil-militar até a posse de José Sarney. In: VILLA, Marco Antônio. Ditadura à brasileira (1964-1985): a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira. **Rev. Sociol. Polít.,** Curitiba, 25, p. 83 106, nov. 2005.

[11] Concebemos como de esquerda, indivíduos que fazem parte das forças políticas que reúne aqueles que estão dispostos até certo ponto – jamais renunciando à democracia – em arriscar a ordem em nome da justiça social, tendo como principal objetivo construir um país menos desigual e mais justo socialmente e politicamente. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos Estudos**: São Paulo, Cebrap, n. 74, mar. 2006, p. 25. BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Trad: Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2011.

[12] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.49-50.

[13] Idem, p.51.

Esta dissertação é um desdobramento de dois projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), durante o curso de graduação de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Os projetos foram realizados nos períodos de setembro de 2021 a agosto de 2022 e de setembro de 2022 a agosto de 2023, nos quais investigamos as representações discursivas da imprensa piauiense sobre a política ao longo da ditadura militar (1964-1985)[14].

Nos dois anos de pesquisas (2021-2023), tanto para os dois projetos de iniciação científica, como para a monografia[15], mediante às pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito – acessamos, digitalizamos, catalogamos e analisamos os periódicos piauienses: *Estado do Piauí* (1969-1977), *Jornal do Piauí* (1968-1978), *O Dia* (1963-1965;1969-1979), *O Dominical* (1963-1971), *O Estado* (1971-1979) e *O Liberal* (1969-1975)[16].

Por meio da análise desses periódicos piauienses, constatamos os impactos da ditadura militar no estado do Piauí e o papel da imprensa local na legitimação do golpe de 1964 e do regime militar, ao difundir representações que justificavam a intervenção das Forças Armadas contra a suposta "ameaça comunista". Além disso, observamos que, ao noticiar a repressão do regime ditatorial, os periódicos não se limitaram a relatar as prisões e a perda de direitos de políticos e civis acusados de "subversão", mas também as exaltaram e as legitimaram perante a sociedade.

Nesses jornais piauienses, ao investigarmos as representações dos pronunciamentos das autoridades políticas e econômicas do Estado, observamos as expectativas das elites locais em relação ao regime militar. Elas acreditavam que suas políticas centralizadoras, interventoras e conservadoras poderiam, de fato, integrar os estados periféricos, como o Piauí, à economia

[14] As pesquisas de iniciação científica foram: *Representações jornalísticas da Ditadura Militar na cidade de Teresina, Piauí (1964-1985)* e *As representações jornalísticas do processo de "Abertura Política" nos jornais do Estado do Piauí (1974-1984)*, desenvolvidas respectivamente entre setembro de 2021- agosto de 2022 e setembro de 2022 – agosto de 2023. Os dois projetos de pesquisa foram orientados pelo Professor Doutor Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

[15] No trabalho de pesquisa *"O Dia antes da revolução": a representação discursiva do golpe civil militar no jornal piauiense O Dia (1956-1965)*, foi analisado o posicionamento do jornal *O Dia* ao golpe de 1964, a partir das análises das suas representações.

[16] Todos esses jornais piauienses estão disponíveis para consulta no site *Museu de História do Piauí*, link de acesso: https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/in%C3%ADcio. Acesso: 07/06/2025

nacional, promovendo progresso econômico entendido como modernização e industrialização[17].

Ao examinarmos os periódicos de maior circulação no estado do Piauí — *Estado do Piauí, Jornal do Piauí, O Dia, O Estado* e *O Liberal* —, notamos que a imprensa piauiense, no contexto da ditadura militar, não se distanciou de representar positivamente o regime, incluindo suas medidas arbitrárias, os Atos Institucionais, as prisões políticas e a política econômica adotada. Na construção das representações legitimadoras da ditadura militar na mídia impressa do Piauí, exploraram-se as expectativas que os jornalistas locais depositavam no regime, especialmente na promessa de transformar o Brasil em uma "Grande Potência" e de permitir que o Piauí usufruísse desse crescimento econômico, deixando de ser considerado o "estado mais pobre da Federação".

Na pesquisa hemerográfica, percebemos que os periódicos de grande imprensa, representavam a situação socioeconômica e política do estado do Piauí durante a ditadura militar, principalmente nos anos do famigerado "milagre econômico" como a de um estado que se encontrava em processo de crescimento econômico em consonância com o projeto de integração nacional dos militares e seus apoiadores civis. Neste trabalho, analisamos as representações políticas e socioeconômicas da ditadura militar no estado do Piauí, especialmente aquelas voltadas para o crescimento econômico e a integração nacional. Para isso, investigamos as representações veiculadas pela imprensa escrita nacional sobre a situação socioeconômica, o cenário das disputas políticas e a atuação do regime militar no Piauí.

Esta dissertação tem como objetivo investigar as representações sobre o desenvolvimento econômico e o contexto de disputas políticas do estado do Piauí durante a ditadura militar, produzidas pelos jornais *Estadão e O Globo*. Como objetivos específicos, analisamos de que maneira foram representadas pelos periódicos impressos os processos de adesão e acomodação das elites políticas piauienses à nova ordem instituída pela ditadura militar. Além disso, investigamos como os jornais *Estadão e O Globo* representaram a violência e a repressão da ditadura militar no Piauí no período pós-golpe de 1964. Por fim, enfatizamos a construção e a difusão da imagem do "Piauí Novo" pelos governadores estaduais em consonância com o ideal de desenvolvimento defendido pelo regime militar.

O recorte temporal adotado abrange o período de 1964 a 1980, iniciando-se com o estabelecimento da ditadura militar após o golpe civil-militar e estendendo-se até a morte de

[17] RABELO, Elson de Assis. **A História entre tempos e contratempos**: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008, p.59.

Petrônio Portella Nunes. Optou-se por iniciar a análise em 1964 com o objetivo de compreender a situação socioeconômica do Piauí, os impactos da ditadura militar no estado e os processos de acomodação e adesão de figuras políticas piauienses ao regime autoritário. O recorte encerra-se com a morte do então ministro da Justiça, Petrônio Portella Nunes, por se tratar de uma figura política piauiense de grande relevância e projeção no cenário nacional durante a ditadura militar.

Decidiu-se dar enfoque ao estado do Piauí a fim de evidenciar que, assim como o restante do Brasil, ele foi impactado pela violência política e pelas políticas centralizadoras de integração nacional da ditadura militar, sendo afetado em diversas esferas da sociedade. Nesse sentido, essa perspectiva contrasta com o "mito" defendido por alguns setores da sociedade, segundo o qual o Piauí, por ser um estado distante e, muitas vezes, considerado pelo *senso comum* como desvalorizado e esquecido, não teria sofrido os impactos da repressão e das políticas do regime militar[18]. Ao mesmo tempo, observa-se um silenciamento em relação ao fato de que setores específicos do Estado foram beneficiados e se regozijaram com as políticas socioeconômicas do regime ditatorial.

O problema de pesquisa desta dissertação é: como o ambiente de disputas políticas e a condição socioeconômica do estado do Piauí eram representados pelos jornais *Estadão* e *O Globo* durante a ditadura militar? A partir desse questionamento, buscamos também responder à seguinte indagação: de que forma a representação do Piauí foi utilizada politicamente pelos governadores do estado foram reverberadas pelos jornais *Estadão* e *O Globo* durante o regime militar?

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se na documentação hemerográfica, entendida como um procedimento capaz de apreender não apenas registros factuais, mas, sobretudo, construções discursivas historicamente situadas. A hemerografia é concebida, assim, simultaneamente como fonte e como objeto no tratamento teórico-metodológico, sendo analisada a partir dos pressupostos da Análise do Discurso, que compreende os textos jornalísticos como produções atravessadas por relações de poder, interesses e contextos específicos de enunciação.

As representações acerca da política e da economia do estado do Piauí veiculadas nos jornais *Estadão* e *O Globo* constituem o corpus empírico deste trabalho. Esses periódicos são examinados não apenas enquanto repositórios de informação, mas como instâncias produtoras

[18] CASTRO, Francisco J. Leandro A de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.208.

de narrativas e sentidos, responsáveis por elaborar enquadramentos específicos sobre a realidade social, política e econômica.

A análise dos jornais, enquanto fonte e objeto de estudo, foi conduzida de maneira crítica, recusando a compreensão do conteúdo veiculado como uma "verdade". Parte-se do entendimento de que o material jornalístico deve ser analisado como um produto que possui historicidade própria, sendo considerados "as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores"[19]. Dessa forma, o estudo busca compreender não apenas o que é dito, mas como e por que determinadas representações são construídas e colocadas em circulação no espaço público.

As representações sobre o Piauí, difundidas por políticos, jornalistas e escritores dos jornais, não foram tratadas como provas ou verdades inquestionáveis, mas sim como objetos de análise neste trabalho. O teórico Michel de Certeau argumenta que o historiador não deve aceitar como fatos os dados presentes nos documentos, uma vez que esses são construídos:

> [...] por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. E o vestígio dos atos que modificam uma ordem recebida e uma visão social[20].

Isso significa que as representações sobre o estado do Piauí, produzidas pelos jornais como documentos, devem ser analisadas pelo historiador como fontes construídas pelos jornalistas. Esse processo requer considerar o conjunto de ações de seus autores, que frequentemente refletem objetivos inseridos em um contexto mais amplo, não se limitando ao conteúdo da fonte em si. Nesse sentido, o historiador deve investigar as intenções presentes nessas representações, historicizando e problematizando a fonte no interior de uma conjuntura mais ampla.

Segundo Michel de Certeau, o ato da escrita como uma prática social é o resultado da tradição do criador do texto[21], ou seja, a cultura em que foi educado possui influência na visão de mundo do escritor nos seus textos. O teórico defende que, antes do historiador, analisar uma fonte textual, o próprio precisa considerar o lugar social dos seus criadores, o momento em que

---

[19] CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Mariana Ligia Coelho (Org). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p.115.

[20] CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Trad: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 81.

[21] CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. 3 ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998, p. 226.

a representação foi construída, bem como a "conjuntura histórica" que o indivíduo ou os indivíduos produtores da representação estão inseridos.

Utilizamos o conceito de lugar social para compreender os grupos sociais aos quais pertenciam os proprietários e diretores dos jornais analisados. Nosso objetivo é avaliar as relações existentes entre as representações produzidas pelo veículo impresso e o regime militar, buscando entender quais interesses envolvidos por trás dessas visões de mundo presentes na narrativa jornalística e quem detinha a "voz" nos jornais.

Não consideramos que o leitor, ao entrar em contato com uma representação discursiva – seja textual ou visual –, receba e concorde integralmente com seu conteúdo. Embora a leitura de um texto possa representar um momento de aparente passividade diante do discurso produzido, um texto ou qualquer outra forma de representação[22], não impõe o que ela é para os seus leitores, na medida em que os mesmos são agentes ativos e não passivos, quando possuem contato com um produto representativo[23]. Dessa forma, não presumimos que os leitores dos jornais aceitavam integralmente as representações propagadas. Por isso, fomos atentos às estratégias discursivas empregadas pelos editores e colunistas, que tinham como objetivo influenciar e cooptar a opinião do público[24].

As representações, sejam discursivas ou visuais, foram abordadas a partir do conceito de Roger Chartier, que recorre à acepção do termo presente no Dicionário da língua francesa, publicado por Furetière, o qual define representação como a concepção de algo ausente e como a exibição de uma presença, seja ela algo ou alguém[25]. Para o teórico, as representações constituem formas de pensar o mundo e de ler a sociedade a partir das vivências dos indivíduos em suas práticas cotidianas. Além disso, a concepção de representação funciona como um apoio para compreender:

> [...] em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns

[22] CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Trad: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 2002, p.49.
[23] Idem, p.40.
[24] O conceito de "estratégia" utilizado foi o de Michel de Certeau que a defende como cálculo e manipulação das relações de forças que um sujeito de poder produz num local que possui influência, objetivando a coerção social. CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. 3 ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes,1998, p.99.
[25] CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, 2011, p.16-17.

> "representantes" (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, "presentificam" a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder[26].

Ou seja, por meio do conceito de representação, é possível interpretar como as múltiplas produções que retratam a realidade são definidas, hierarquizadas e produzem sentidos da realidade. Os produtores dessas representações elaboram práticas e signos que visam fundamentar uma identidade social e suas percepções de mundo. Quando tais representações são criadas pelo estado e por personagens a ele vinculados, elas podem conferir coerência e suporte aos seus projetos de poder. Nesse sentido, as representações não se distanciam da realidade social, pois são construídas a partir dela. Esse conceito nos ajudou a entender as criações, percepções específicas e as disputas pelas imagens e discursos a respeito dos políticos, o estado do Piauí e as obras de infraestrutura divulgadas pelos jornais.

Outro aspecto essencial para o desenvolvimento do trabalho é a noção de prática, elaborada por Roger Chartier, diretamente ligada ao conceito de representação. Para o historiador, as representações coletivas mais elevadas só têm existência quando criam e orientam atos sociais[27]. Esse conceito mostrou-se fundamental para compreender como as representações divulgadas pela imprensa sobre a ditadura militar e o Piauí produziam atos sociais, discursos e representações concorrentes.

As representações discursivas difundidas nos jornais foram analisadas por meio da análise do discurso, defendida por Michel Foucault. Na análise do discurso foucaultiana, que o autor denomina análise dos enunciados ou arqueologia do saber, salienta-se que ela só pode se referir às "coisas ditas", àquilo que foi pronunciado ou escrito, e não ao que não foi dito; nesse sentido, a análise do discurso preocupa-se com a formação discursiva e com as regras que compõem sua veiculação[28]. O teórico propõe duas perspectivas para analisar o discurso:

> De uma parte, o conjunto "crítico", que põe em prática o princípio da inversão: procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação de que falava há pouco; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas. De outra parte, o conjunto "genealógico" que põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries

[26] Idem, p.20.
[27] CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Trad: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 2002, p.18.
[28] FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad: Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.124.

> de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação.[29]

O teórico distingue dois tipos de conjuntos para a realização da análise do discurso: o crítico e o genealógico, os quais são complementares. O primeiro dedica-se à investigação e ao redescobrimento dos discursos a partir dos princípios de ordenamento, exclusão e rarefação. O segundo, por sua vez, concentra-se na formação efetiva dos discursos, compreendidos como processos simultaneamente descontínuos, dispersos e regulados, com o objetivo de analisar seu poder de afirmação, entendido como "o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais poderiam se afirmar e negar proposições verdadeiras e falsas"[30]. Nesse sentido, a análise atentou tanto para o aspecto crítico quanto para o genealógico, buscando compreender os princípios de ordenamento, exclusão, rarefação e afirmação dos discursos veiculados nos jornais analisados.

O Brasil, por ser um país historicamente marcado pela desigualdade social, pela concentração de renda e pela estrutura latifundiária, sob o domínio de uma elite fundiária hereditária com forte influência no direcionamento político, tem recorrido a práticas autoritárias e violentas como forma de manutenção do poder. Esse padrão insere-se no que se convencionou denominar "culturas políticas" autoritárias, as quais se opõem às bandeiras da inclusão e da justiça social, dificultando a reforma do Estado brasileiro no sentido de incorporar as camadas populares ao processo político e ao desenvolvimento social. Neste trabalho, adota-se o conceito de "culturas políticas" desenvolvido por Rodrigo Patto Sá Motta, que o define como:

> [...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro[31].

Esse conceito contribui para a compreensão de que as características políticas autoritárias e excludentes do Brasil, marcadas pelo clientelismo, pela exclusão das massas populares, pelo patrimonialismo, pela violência e pela simbiose entre setores empresariais, como a imprensa, e o governo, não constituem ações isoladas ou aleatórias. Tais práticas integram as "culturas políticas" do país. Embora sejam passíveis de questionamento do ponto

[29] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3 ed. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Vozes, 1996. p.60-61.
[30] Idem, p.69-70.
[31] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate historiográfico. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 114, jan./mar, 2018.

de vista ético, elas são historicamente mobilizadas pelas elites políticas e econômicas com o objetivo de preservar o *modus operandi* vigente, uma vez que foram legitimadas e internalizadas pela sociedade ao longo do tempo em função de sua recorrência.

O conceito foi operacionalizado com o intuito de demonstrar que as práticas autoritárias, elitistas e de exclusão social no estado do Piauí não são inevitáveis. Elas são, antes, fruto de uma política cultural autoritária que foi internalizada e reproduzida pelos setores governamentais de elite, os quais buscaram impedir a mudança do *status quo* vigente, adaptando-se e acomodando-se às mudanças ocorridas na conjuntura social, sejam elas mais democráticas e inclusivas, ou mais autoritárias e excludentes. Além disso, na análise dos jornais como fonte e objeto de estudo, observamos as culturas políticas que os periódicos analisados representam e os usos políticos que tiveram as representações por eles veiculadas.

Com o propósito de investigarmos as posturas dos setores da elite política e econômica em relação à ditadura militar, operamos os conceitos de "adesão", "resistência" e "acomodação"[32] empregados pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta para demarcar os posicionamentos complexos assumidos por diferentes setores da sociedade, principalmente pelas elites políticas, pelas classes médias do Piauí e pelos jornais *Estadão* e *O Globo*, diante do governo ditatorial militar.

Utilizamos as expressões "ditadura militar", "governo ditatorial", "regime militar" e "regime ditatorial" para designar o governo autoritário e repressivo instaurado após o golpe de 1964. Embora esse regime tenha contado com o apoio de setores expressivos da sociedade civil, como a grande mídia, o empresariado, tecnocratas, bacharéis, políticos influentes e magistrados, o controle do núcleo decisório da Presidência da República permaneceu sob a tutela da alta cúpula das Forças Armadas.[33]

O conceito de "grande imprensa" é empregado neste trabalho conforme a concepção de Maria Aparecida de Aquino, que a define como os veículos de comunicação — em oposição à imprensa de médio e pequeno porte — cuja veiculação pode ser diária, semanal ou ocorrer em outras periodicidades, mas que apresentam, do ponto de vista empresarial, uma estrutura

[32] O conceito de adesão, conforme Rodrigo Patto Sá Motta, refere-se aos indivíduos e grupos sociais que se identificaram com os ideais, os autoritarismos e as políticas de Estado da ditadura militar, além daqueles que optaram por crescer e se beneficiar durante o regime. Já o conceito de resistência aplica-se àqueles que se opuseram à ditadura, considerando-a um poder ilegítimo; inclui tanto os que resistiram por meio de práticas democráticas quanto os que recorreram à luta armada. Por sua vez, o conceito de acomodação abrange os que, embora não se identificassem com a ditadura, também não se opuseram ativamente a ela — seja por considerarem a resistência inútil, seja por medo da repressão —, limitando-se a buscar formas de adaptação e convivência com o regime. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p.150-173,

[33] Idem, p. 98.

dependente de elevado financiamento publicitário para sua manutenção. Além disso, tais veículos caracterizam-se pelo grande porte de seus empreendimentos e por uma veiculação que extrapola os âmbitos local e regional, alcançando amplitude nacional[34].

Por trabalharmos com jornais impressos, o primeiro aspecto ao qual devemos ficar atentos são as suas materialidades e suportes, que nada têm de naturais, sendo resultados de escolhas e das condições socioculturais, econômicas e políticas aos quais os jornais são submetidos. Para Tania Regina de Luca, historicizar a fonte impressa "[...] requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê"[35]. A autora defende que as condições materiais e técnicas dos veículos de comunicação impressos são dotadas de historicidade e estão atreladas a contextos socioculturais específicos. Nesse sentido, pesquisamos o contexto histórico dos jornais *Estadão* e *O Globo* durante a ditadura militar, a sua circulação, linha editorial e a sua materialidade.

Segundo a autora, os jornais assim como as revistas, não são obras solitárias, são empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, que o torna um produto coletivo por agregar diversas pessoas em torno de crenças, ideias e valores que se pretende transmitir a partir da escrita[36]. Todavia, o jornal não é um espaço em que a escrita é livre. Nesse sentido, o redator do texto precisa equilibrar o que deve escrever dentro de um conjunto de antecipações que leva em consideração não só o público-alvo do jornal, como também os editores, isto é, a escrita do jornalista é avaliada e passa por diversas alterações e modificações que são exigidas pelos editores do periódico[37].

Diante disso, torna-se necessário, em razão da influência exercida pelo proprietário e pelo editor-chefe sobre a redação dos impressos, identificar o grupo responsável pela definição da linha editorial, bem como suas influências e interesses políticos e socioeconômicos. Também é fundamental examinar quem são os principais colaboradores e observar a escolha dos títulos dos textos programáticos, uma vez que tais elementos auxiliam o historiador a compreender as "intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro

[34] AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru (SP): EDUSC, 1999, p. 37.
[35] LUCA, Tania Regina de. História, dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.132.
[36] Idem, p.140.
[37] BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2023, p.54.

compartilhada por seus propugnadores"[38], isto é, permitem apreender as percepções de mundo e as visões político-ideológicas dos autores dos jornais.

Nas sociedades contemporâneas, os jornais não se limitam à mera transmissão de informações; pelo contrário, produzem sentidos por meio do enquadramento e da seleção dos conteúdos veiculados. Dessa forma, exercem influência significativa na conformação das percepções acerca da realidade, bem como na formação de identidades, opiniões e valores. Além disso, desempenham um papel relevante na constituição das subjetividades dos indivíduos que os leem[39].

As principais fontes de pesquisa utilizadas serão hemerográficas. Os principais veículos de comunicação analisados como fonte e objeto foram *Estadão* e *O Globo*, com o objetivo de examinar como esses jornais representavam as notícias de caráter político e econômico sobre o estado do Piauí durante a ditadura militar, no recorte de 1964-1980.

Escolhemos o jornal *O Estado de S. Paulo* (Estadão), de propriedade da família Mesquita, para a análise empírica em razão de seu apoio ao golpe civil-militar de 1964 e, inicialmente, à ditadura militar. Contudo, com o desenrolar dos acontecimentos e o progressivo endurecimento do regime, o periódico passou a se distanciar do governo, tornando-se, inclusive, alvo da censura imposta pelo Estado autoritário.

Já o jornal *O Globo*, pertencente à família Marinho, foi selecionado em função de seu apoio ao golpe de 1964 e à ditadura militar, mantendo uma postura governista mesmo diante do recrudescimento do regime. Diferentemente do *Estadão*, o periódico permaneceu editorialmente alinhado às pautas políticas e socioeconômicas do Estado autoritário.

Os jornais *Estadão* e *O Globo* oferecem possibilidades distintas de análise em razão das relações diferenciadas que mantiveram com o regime militar. Ambos apoiaram e participaram da campanha de deslegitimação do governo João Goulart — um dos elementos que contribuíram para a legitimação do golpe civil-militar —, além de se oporem às propostas das Reformas de Base e defenderem a necessidade de uma "limpeza" no meio político como forma de combater a denominada "ameaça comunista". Entretanto, com o desenrolar dos acontecimentos, os dois periódicos passaram a adotar posturas opostas: enquanto *O Globo* manteve-se alinhado ao *establishment* militar, o *Estadão* passou a se posicionar criticamente

[38] LUCA, Tania Regina de. História, dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.140

[39] Para mais informações sobre os jornais como produtores de sentidos, indicamos: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

em relação à violência e à ruptura das instituições liberais-democráticas, especialmente a partir da edição do AI-2[40].

Os jornais *Estadão* e *O Globo,* foram selecionados por integrarem a chamada grande imprensa de circulação nacional, serem os jornais de maior circulação em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, mas também por possuírem seus acervos *on-line*. Além disso, observamos que esses jornais publicaram uma quantidade considerável de notícias referentes ao Piauí durante o recorte temporal da ditadura militar.

Consultamos também os jornais piauienses *Estado do Piauí, O Dia* e *O Estado,* como fonte auxiliares, para entendermos como os impactos da ditadura militar no Piauí foram representados pela imprensa piauiense. A escolha desses três periódicos deve-se à sua expressiva circulação no Piauí no período analisado, à sua simbiose com os governos estaduais – de perfil majoritariamente governista – e às suas relações com setores da elite piauiense que os financiavam.

Na estrutura do trabalho, fizemos a seguinte divisão, no primeiro capítulo, intitulado *Discursos, alianças e tensões: a relação dos jornais Estadão e O Globo com o regime militar (1964-1980),* nesse capítulo temos como objetivo analisar a relação dos jornais de grande imprensa com o regime militar, com o enfoque nos periódicos *Estadão* e *O Globo*. No primeiro subcapítulo, *Entre o autoritarismo e a modernização: a relação da grande imprensa com a ditadura militar*, analisamos como foi o processo de adesão, acomodação e resistência das empresas jornalísticas de ampla circulação com o regime militar em meio ao cenário econômico favorável ao mesmo tempo que era violento e repressor.

No segundo subcapítulo, *Entre a censura e a colaboração: os posicionamentos do jornal Estadão com o regime militar,* investigamos o papel do jornal *Estadão* na legitimação do golpe de 1964 e da ditadura militar que foi instalada. Em seguida, abordamos as contradições e dilemas enfrentados pelos editores e proprietários do jornal em meio ao endurecimento do regime militar e do solapamento das instituições liberais-democráticas pelo autoritarismo. No terceiro tópico, *Narrativas midiáticas e autoritarismo: o crescimento e o papel do jornal O Globo na legitimação do regime militar,* investigamos o processo de adesão do jornal *O Globo* ao regime militar, a sua participação na legitimação do golpe civil-militar e nas políticas repressoras da ditadura militar, ao mesmo tempo em que o grupo *O Globo* foi fortemente beneficiado pela aproximação com os novos donos do poder, com a modernização do seu periódico e na transformação de um grande império nas telecomunicações.

[40] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 67, jan./jul 2013

No segundo capítulo, *Repressão e violência em terras piauienses: a representação do pós-golpe de 1964 no Piauí nos jornais Estadão e O Globo (1964-1980),* analisamos a violência que se abateu no Piauí no pós-golpe de 1964, com destaque de como os jornais *Estadão* e *O Globo* representaram esse ambiente de arbitrariedade e perseguições. No primeiro subtópico, "*Teresina: situação de calma e ordem": a violência e a repressão da ditadura militar no estado do Piauí,* destacamos os impactos do pós-golpe no Piauí, com enfoque a violência e perseguição a setores trabalhistas e a sindicalistas piauienses.

Já no segundo subcapítulo, *Estado, Imprensa e Autoritarismo: a violência da ditadura militar no Piauí nas páginas do jornal Estadão,* destacamos como o periódico Estadão representou nos seus editoriais a repressão e a violência política do regime militar no estado do Piauí durante o pós-golpe de 1964. No terceiro tópico intitulado, *"Personalidades do Piauí Estavam Marcadas Para Morrer": as representações da repressão da ditadura militar no estado do Piauí pós-golpe de 1964 no jornal O Globo,* salientamos como *O Globo* representou a violência da ditadura militar no Piauí durante pós golpe de 1964, tendo como enfoque os processos de cassação de mandatos contra os considerados "subversivos" pelo regime militar.

No terceiro capítulo, *"O Revolucionário de última hora": as representações de Petrônio Portella Nunes nos jornais Estadão e O Globo (1964-1980),* foi analisado como estes veículos midiáticos, representaram a trajetória do político piauiense, Petrônio Portella Nunes, durante a ditadura militar, escolhemos destacá-lo devido a sua forte influência que teve no cenário nacional e por ser considerados um dos principais representantes civis da ditadura no estado do Piauí. No primeiro subtópico *Entre a adesão e a sobrevivência: a ascensão de Petrônio Portella durante a ditadura militar*, salientamos os posicionamentos de Petrônio Portella durante o golpe de 1964, a sua acomodação e adesão às diretrizes da ditadura militar para sobreviver politicamente.

No segundo subcapítulo, "*Os percalços não afetaram o êxito": as produções jornalísticas acerca do Petrônio Portella no periódico Estadão,* investigamos como a ascensão do Petrônio Portella Nunes no cenário nacional durante a ditadura militar foi abordada pelo jornal *Estadão.* No terceiro subcapítulo*, "Razões de uma solidariedade*": *as representações de Petrônio Portella no jornal O Globo,* abordamos como a crescente influência de Petrônio Portella durante o regime militar foi veiculada no jornal *O Globo* e como era tratado as desconfianças que os arenistas possuíam com o seu nome por causa de seu apoio inicial a João Goulart.

No quarto capítulo, *ARENA I X ARENA II: as representações das disputas políticas das elites políticas no Piauí nos jornais Estadão e O Globo (1964-1978),* analisamos as disputas

políticas entre as elites políticas piauienses durante a ditadura militar, destacamos os conflitos e tensões entre o grupo político liderado pelo Petrônio Portella contra o grupo liderado por Alberto Silva. No primeiro tópico, *Os Aliados do Regime: o processo de acomodação e adesão da elite piauiense à ditadura militar no Piauí,* salientamos o processo de adesão e acomodação das elites políticas piauienses ao governo ditatorial e como o discurso de desenvolvimento foi captado por essas elites com o intuito de se legitimar e de se perpetuarem no poder a partir do processo político aberto e permitido pelos oficiais das Forças Armadas.

No segundo subcapítulo, *Disputas políticas em terras piauienses: a representação dos embates políticos no Piauí nas páginas do Estadão,* destacamos como as disputas políticas locais entre as elites piauienses, na escolha do governador do Piauí, eram tratadas pelo jornal *Estadão.* No tópico seguinte, *Em busca do "consenso" entre as elites: as representações das disputas políticas piauienses no O Globo,* abordamos como os embates políticos entre as elites piauienses na escolha dos governadores biônicos, eram tratadas pelo jornal *O Globo.*

No quinto capítulo intitulado, *Piauí e Boa Esperança*: *as representações da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança nos jornais Estadão e O Globo (1964-1970),* foi salientado como os jornais *Estadão* e *O Globo*, representaram a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, considerada como a principal obra de infraestrutura empreendida pela ditadura militar no estado que possuía a promessa de através dessa obra desenvolver os estados mais pobres da federação, o Piauí e o Maranhão. No primeiro subcapítulo, *Entre a política energética e a dependência: a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança no contexto da ditadura militar,* visamos analisar o processo de modernização conservadora e autoritária no estado do Piauí a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança que era considerada a obra de infraestrutura que traria a "redenção" do Piauí, a partir da geração e distribuição de energia elétrica, considerada força motriz para o desenvolvimento econômico.

No segundo tópico, *Piauí demanda energia elétrica: a produção jornalística a respeito da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança nas páginas do Estadão*, salientamos como a arquitetação da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança nos estados do Piauí e Maranhão era abordada pelo jornal *Estadão* e como destaca a atuação do regime militar no financiamento dessa obra de infraestrutura. No terceiro tópico, "*Boa Esperança é pedra angular para o desenvolvimento*": *a representação da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança no jornal O Globo,* destacamos a produção jornalística do *O Globo* referente a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, especialmente referente aos editoriais que abordavam a atuação

do regime militar nessa obra considerada faraônica e importante para o desenvolvimento econômico dos estados mais pobres da federação.

Por fim, no sexto e último capítulo, *"Chegou a vez do Piauí": a representação do desenvolvimento do Piauí e de seus usos políticos durante a Ditadura Militar nos jornais Estadão e O Globo (1964-1978),* foi averiguado como os jornais *Estadão* e *O Globo* representaram o desenvolvimento do estado do Piauí durante a primeira década da ditadura militar, sendo focado nas representações que apontava no aspecto do desenvolvimento do estado considerado o "mais pobre do Brasil". No tópico intitulado, *Os agentes da ditadura: o projeto da modernização-conservadora e autoritária no Piauí*, analisamos o projeto modernizador conservador e autoritário da ditadura militar no estado do Piauí, destacando a gestão de Alberto Tavares Silva e a sua relação do desenvolvimentismo com o regime militar.

No segundo subcapítulo intitulado, "*Piauí de mentalidade nova": a representação do desenvolvimento do Piauí a partir dos governos estaduais na página do jornal Estadão,* foi analisado como o periódico *Estadão* publicou matérias e editoriais a respeito do desenvolvimento do estado a partir da atuação dos governadores do Piauí e de seus projetos políticos e econômicos. Por fim, no último subtópico, *"Piauí de mentalidade nova": a representação dos governos estaduais e a euforia econômica nas páginas do O Globo*, destacamos como o jornal *O Globo* produziu representações jornalísticas a respeito do desenvolvimento do Piauí durante o chamado "milagre econômico", destacando os editoriais que abordavam a euforia econômica durante o governo Alberto Silva.

2. DISCURSOS, ALIANÇAS E TENSÕES: A RELAÇÃO DOS JORNAIS *ESTADÃO* E *O GLOBO* COM O REGIME MILITAR (1964-1980)

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar como os jornais *Estadão* e *O Globo* posicionaram-se perante as violências e arbitrariedades da ditadura militar. Na primeira parte, realizamos uma contextualização histórica da relação entre a imprensa e o regime militar, destacando os impactos provocados pelo projeto de modernização conservadora e autoritária nos veículos de comunicação em massa. No segundo tópico, analisamos os posicionamentos do jornal *Estadão* acerca da ditadura militar, analisando a sua contribuição com o golpe de 1964, o seu apoio inicio a ditadura e seu afastamento e oposição às violências e arbitrariedades do regime militar.

Na terceira parte, analisamos qual era a relação do jornal *O Globo* com a ditadura militar. Primeiramente, analisamos a relação do periódico com a queda do governo Goulart, a aproximação dos veículos de comunicação em massa do grupo *O Globo* com a ditadura militar e como as empresas jornalísticas desse grupo foram fortemente beneficiadas com as políticas econômicas do regime militar.

2.1. **Entre o autoritarismo e a modernização**: a relação da grande imprensa com a ditadura militar

> A nação saiu vitoriosa com o afastamento do sr. João Goulart da Presidência da República. Não era possível mais suportá-lo em consequência de sua nesfasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem. O país foi vítima de uma terrível provocação que abalou a sua própria estrutura democrática.
> Em qualquer lugar onde o sr. João Goulart se encontre, e diga o que disser, já não é mais o Presidente da República. Não adianta resistência nenhuma a seu favor. As forças imanentes da Nação já o repudiaram e já o afastaram de seu convívio político. A causa do sr. João Goulart está definitivamente perdida.
> Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia e a liberdade. O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva.
> [...]. O CORREIO DA MANHÃ desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Está vitória é da democracia e da nação brasileira.[41]

[41] Vitória! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964, Ano LXIII, Nº21.777, p.1.

Durante o início do golpe civil-militar de 1964, com as notícias das adesões de setores civis e militares a insurreição iniciada pelo comandante da 4ªRegião Militar, general Olympio Mourão Filho, que liderava um comboio militar formado por recrutas que marchavam para a Guanabara com o intuito de depor João Goulart[42], o jornal *Correio da Manhã*, nesse contexto publicou editoriais com o título de *Basta!*[43] *e Fora!*[44], respectivamente nos dias 31 de março e 01 de abril, nos quais exigia a imediata renúncia de João Goulart da presidência da República por considerá-lo responsável pelo clima de radicalização política e ideológica, aumento da inflação e insurreição nos meios militares.

No dia 2 de abril, após a divulgação da notícia da posse do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como novo presidente da República, o periódico *Correio da Manhã* publicou um editorial intitulado *Vitória!*[45], no qual comemorava e celebrava o afastamento de João Goulart da Presidência da República, em nome da defesa da democracia. Nos enunciados da matéria jornalística, percebe-se a justificativa do golpe de 1964 sob a bandeira da legalidade democrática e da preservação das instituições liberais, apresentando-o como uma ação contra um suposto golpe de Estado e a instalação de ditaduras.

Surgem, os questionamentos sobre como um jornal de grande circulação pôde defender um golpe de Estado contra um presidente democraticamente eleito? Além disso, indaga-se se esse apoio do periódico *Correio da Manhã* também refletia nos posicionamentos da grande imprensa brasileira como um todo?

De acordo com Daniel Aarão Reis, o golpe civil-militar não foi discursivamente uma insurreição ofensiva, mas defensiva, uma vez que não teria sido executado para construir um novo regime, mas dado retoricamente em nome dos valores cristãos, da família, das hierarquias tradicionais e da democracia, contra a baderna, a corrupção e a subversão. Nesse sentido, o golpe de 1964 para muitos de seus apoiadores não tinha o intuito de instalar uma ditadura militar, mas para salvar a democracia[46].

---

[42] FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.335.
[43] Basta! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, Ano LXIII, Nº21.775, p.1
[44] Fora! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 01 de abril de 1964, Ano LXIII, Nº21.776, p.1.
[45] Vitória! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964, Ano LXIII, Nº21.777, p.1
[46] REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: _____ (Orgs). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010, volume 5. Tio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.86.

As direitas[47] vinculadas aos setores golpistas souberam trabalhar com eficácia os medos da sociedade brasileira de uma suposta "infiltração comunista"[48] de que o Brasil poderia se transformar num país comunista, romper com a legalidade e a democracia, abolir a propriedade privada, ameaçar os valores familiares e perseguir o cristianismo. Esses medos não foram inventados pelos setores da direita, mas souberam explorá-los, os exagerando-os com finalidade político-eleitorais e de ocultar interesses particulares e autoritários de poder[49].

O apoio que determinados setores sociais deram ao golpe civil-militar e a ditadura que se seguiu não pode ser considerado como uma concordância plena com as pautas autoritárias e repressivas dos setores dominantes das Forças Armadas. O golpe de 1964 foi executado por um arranjo complexo, formado por diferentes setores sociais que tinham no anticomunismo seu principal elemento unificador. Em sua imensa maioria, esses grupos não possuíam um projeto de governo bem definido nem poderiam prever a instauração de uma longa ditadura.[50].

Tal articulação reuniu diversos segmentos da sociedade, uma vez que o golpe civil-militar resultou de uma ampla e heterogênea aliança social e política. Essa aliança agregava o empresariado nacional e multinacional, setores das classes médias urbanas, a grande imprensa, as oligarquias rurais, instituições religiosas, profissionais liberais, membros do Poder Judiciário, políticos e até mesmo setores vinculados aos trabalhadores[51].

Os principais jornais da grande mídia de circulação nacional – com exceção do *Última Hora*[52] – apoiaram e contribuíram para a legitimação do golpe de 1964, configurando-se como uma das expressões do apoio civil ao golpe. Porém, esse apoio não pode ser entendido como uma concordância plena ao autoritarismo ou com a pauta política dos militares e civis, que tinham o intuito de golpear as instituições liberais e democráticas em nome da segurança, da ordem e do desenvolvimento[53].

---

[47] Consideramos os grupos políticos situados à direita como o conjunto de forças políticas que atuam, sobretudo, para assegurar a ordem e a estabilidade política e econômica, conferindo prioridade a esse objetivo. Embora não se oponham à justiça social, tendem a considerá-la um objetivo secundário, encarando as desigualdades como algo natural e inevitável no interior da sociedade. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos Estudos**: São Paulo, Cebrap, n. 74, mar. 2006, p. 26.

[48] Para um aprofundamento da discussão da instrumentalização e superdimensionalização da "ameaça comunista" para legitimação do golpe de 1964 e da ditadura militar, recomendamos: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói (RJ): Eduff, 2020.

[49] REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: _____ (Orgs). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010, volume 5. Tio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.86.

[50] FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.381.

[51] REIS, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1990, p. 57.

[52] O jornal *Último Hora*, foi um periódico de propriedade do jornalista Samuel Wainer que possuía opiniões políticas favoráveis ao PTB.

[53] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**: v. 14, n. 26, p. 63, jan./jul 2013.

Todavia, o relacionamento dos veículos de grande imprensa com a ditadura militar, foi ambíguo e complexo que dependia da conjuntura política. Os jornais, para além de serem veículos de comunicação, são veículos de informações que têm forte influência na sociedade, com poder de interferir no cenário cultural, econômico e político da nação, podendo ser instrumento de forças econômicas e políticas contra ou a favor do poder vigente.

Os jornais, revistas, canais de rádio, televisão e outros meios de imprensa possuem sua linha editorial, que define os seus públicos-alvo, suas finalidades e suas percepções e visões sociais de mundo, as quais não são, de maneira alguma, neutras e apartidárias, pois estão inseridas no lugar social ocupado pelos proprietários e editores-chefes desses veículos. O funcionamento e a circulação dos jornais estão submetidos a diversos tipos de condicionamentos:

> [...] ao poder público, no que diz respeito aos fornecimentos de papel e outros produtos importados, como as máquinas em particular, sem falar no que diz respeito aos empréstimos, aos financiamentos, às isenções de impostos, aos favores fiscais e cambiais etc., etc – e sem mencionar o problema da censura; aos próprios proprietários da empresas, particularmente as brasileiras do tipo familiar, de jornais herdados, com as ligações pessoais desses proprietários no mundo dos negócios e no mundo político, além daquilo que caracteriza tais chefes de empresa como situação de classe; às agências de notícias, todas estrangeiras, de que dependem inteiramente para a informação do exterior; às agências de publicidade, também as estrangeiras, que distribuem a propaganda dos grandes monopólios, também estrangeiros, que operam no país[54].

Apesar de os jornais da grande imprensa nacional destacarem, em suas representações, um modo de fazer jornalístico pautado na profissionalização, na apuração dos "fatos" e de suas fontes, não podem ser desconsiderados os diversos fatores relacionados ao seu funcionamento e à sua rentabilidade. Esses fatores incluem a relação com o poder público, nos níveis Executivo e Legislativo, que pode resultar em benefícios como redução de impostos, favores fiscais, permissões de empréstimos, financiamentos e fornecimento de matérias-primas essenciais para a produção dos jornais. A ligação dos proprietários com os grupos sociais aos quais pertencem, seus contatos com o mundo político e seus interesses econômicos; e, não menos importante, da relação dos periódicos com seus financiadores e com as agências de publicidade nacionais e estrangeiras.

Apesar de o discurso jornalístico se autorreferenciar como independente e imparcial, seus discursos não são nem um pouco neutros, segundo Maria Helena Rolim Capelato: na

[54] SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Maud, 1999, p.448.

construção do "fato jornalístico, interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado"[55] Isto é, os jornais não são discursos neutros, não por causa da subjetividade do redator que o produz, mas também pelos interesses políticos e econômicos aos quais o proprietário do jornal e os editores-chefes estão vinculados.

Os redatores jornalísticos, segundo José D'Assunção Barros, precisam equilibrar o que querem ou precisam escrever com um jogo de antecipações que leve em consideração tanto os interesses de seus leitores quanto os seus supervisores, responsáveis pela aprovação da matéria jornalística para a sua publicação no periódico[56]. Os jornalistas não escrevem somente para os leitores dos jornais, como também escrevem para sua cadeia hierárquica – o diretor, o redator-chefe, proprietário e os seus supervisores – que podem influenciar e selecionar o que vai ser ou não publicado no periódico, de acordo com seus interesses e demandas políticas e econômicas[57].

Os veículos de comunicação em massa, durante a ditadura militar, estavam passando por um processo de modernização na forma de produzir o saber jornalístico. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, ao longo da década de 1950, os jornais cariocas passaram por transformações na estrutura administrativa de algumas de suas empresas jornalísticas, inspiradas no modelo do jornalismo estadunidense[58]. O objetivo era tornar mais racional o processo de produção e circulação da matéria jornalística, fazendo com que o caráter empresarial passasse a predominar sobre o jornalismo literário e político até então vigente[59].

Para a autora, a "reforma" dos jornais, que visava conferir um caráter mais moderno às publicações para atrair mais leitores, implicou diversas mudanças, como a contratação de profissionais qualificados e especializados em determinadas temáticas, o estabelecimento de normas para as operações técnicas nas redações, racionalização da diagramação, diversificação de colunas, a diversificação de colunas, contratação de redatores – que tinham a função de fiscalizar a escrita e hierarquizar as colunas, dando-lhes sentido –, melhorias visuais, como a padronização de títulos e manchetes, e a intensificação do uso de imagens e de fotografia[60].

---

[55] CAPELATO, Maria Helena Holim. **Imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988, p.22
[56] BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2023, p.54.
[57] Idem, p.55.
[58] O *Diário Carioca* foi o primeiro jornal brasileiro a abraçar de maneira sistemática, as técnicas do jornalismo estadunidense, também foi o primeiro periódico que instituiu na sua redação um grupo de redatores corretores, que deveriam se necessário reescrever as suas matérias para dar-lhe unidade e sentido, com um papel disciplinador, fiscalizando os textos se estavam em concordância com as normas da empresa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro na década de 1950**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000, p.33.
[59] RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lucia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C (Orgs). **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p.427.
[60] RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro na década de 1950**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000, p.34-36.

Nesse contexto de modernização dos jornais, o ideal de veicular a informação de maneira "objetiva" e "neutra" ganhou força. As matérias começaram a ser divididas em colunas informativas e opinativas. Os primeiros eram espaços destinados às notas, notícias e reportagens que eram marcadas pela impessoalidade, anonimato e pelo afastamento enunciativo em relação ao universo da referência. Enquanto o segundo, que era marcado pelas colunas com o gênero das crônicas, literatura e política, começou a ter seu poder de investigação gradualmente diminuído[61].

De acordo com André Bonsanto Dias, apesar de ser evocada discursivamente a autonomia e a neutralidade da prática jornalista, a relação com a política não só permaneceu, como também foi reforçada. A narrativa do mito da ruptura e do surgimento do moderno jornalismo serviu como arma de legitimação política no processo de institucionalização do jornalismo no Brasil[62]. Para o autor, o mito da modernização ajudou a "esconder e/ou apagar estratégias que são articuladas para além das notícias e que evidenciam os jogos e relações de poder inerentes a todo percurso do reconhecimento"[63].

A despeito de os jornais se reivindicarem veículos de informações, não podem ser afastados de seu papel de serem meios de comunicação em massa que emitem opiniões. Segundo José D'Assunção Barros, os periódicos impressos não transmitem apenas as informações, mas também comunicam ideias e valores, buscando, por meio disso, atuar sobre a sociedade e representam certos interesses socioeconômicos e políticos. Além disso, a informação veiculada pelos jornais "mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos"[64].

Os jornais, pela maneira como seus escritores formulam seus enunciados, produzem e estabilizam determinados sentidos que são sustentados pelo "imaginário social da transparência da linguagem e da objetividade da notícia"[65] ou seja, os meios de comunicação impressos, por causa de seu poder simbólico de uma pretensa "objetividade" na divulgação de notícias sobre os acontecimentos, não divulgam apenas dados, como também constroem e difundem narrativas

---

[61] RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lucia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C (Orgs). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p.427

[62] DIAS, André Bonsanto. **A Verdade dita é dura**: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p.81.

[63] Idem.

[64] BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 2023, p.32-33.

[65] MARIANI, Bethania. Imprensa, produção de sentidos e ética. RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e memória:** a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.199.

que afetam as relações sociais, o cotidiano e a identidade individual, alinhadas a ordens econômicas e ideológicas.

Segundo Berthania Mariani, a imprensa, pelas maneiras que descreve e narra acontecimentos, sob a "ilusão de uma linguagem neutra, torna visíveis muitas experiências sociais e, ao mesmo tempo, direciona modos de compreender e significar essas experiências"[66] Isto é, os jornais produzem sentidos, influenciando na maneira como a população pode perceber a realidade social, seus valores e, além disso, participam da construção de suas subjetividades.

Os jornais exercem forte influência no meio social, difundindo sentidos por meio das notícias que são publicadas para seus públicos-alvo. Elas são também uma força política, capaz de exercer pressão e interferir ativamente nos rumos do país, estado ou município em que estão inseridas Essa influência se dá por meio dos múltiplos movimentos de seus atores nas suas representações construídas a partir da forma e do momento em que determinadas notícias são publicadas, especialmente quando se tratam de temas relevantes no cenário político nacional[67].

A política é um tema amplamente abordado pelos periódicos, cujas representações — sejam textuais ou visuais — estão longe de serem neutras ou desinteressadas. De acordo com Maria Helena Rolim Capelato, o jornal, por ser ao mesmo tempo um veículo de comunicação e uma empresa inserida no mundo capitalista, vende uma "mercadoria política". A dupla identidade – comercial e política –, assim como sua dupla inserção na sociedade, permite que os donos e os jornalistas justifiquem suas intervenções políticas e as emissões de opiniões como se fossem expressões legítimas da "opinião pública"[68]. Ou seja, os jornais representam ideias e valores cheios de desejos particulares, manipulações, são habilitados a influenciar a realidade social e a conjuntura política em que estão inseridos, inclusive são capazes de apoiarem e legitimarem golpe de Estado e regimes ditatoriais, com o objetivo de protegerem seus interesses particulares.

A relação da imprensa com o Estado – nas esferas federal, estadual e municipal – está ligada tanto à dimensão política como à econômica. A primeira refere-se aos seus ideais e projetos particulares do poder; a segunda diz respeito ao fato de os veículos de comunicação serem empresas em uma sociedade capitalista que, além das vendas de jornais, dependem de financiadores e anunciantes. Nesse contexto, o Estado se apresenta como um agente econômico

[66] Idem, p.200.
[67] BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 2023, p.115.
[68] CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Mariana Ligia Coelho (Org). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p.122.

importante, que possui um significativo orçamento destinado à publicidade, a qual é fundamental para a manutenção dos periódicos[69].

Os veículos de comunicação em massa não são apenas meios de informação, mas instrumentos de comunicação que transmitem e produzem opiniões, discursos e análises da realidade, os quais dificilmente podem ser considerados neutros ou imparciais, pois são gerados pela sociedade e a ela retornam. Os jornais constituem poderosos instrumentos utilizados por diversos grupos para agir e influenciar a sociedade. Eles são capazes de revelar aspectos da realidade que certos interesses econômicos e políticos preferem manter ocultos. Ao mesmo tempo, por meio de suas redes de interesses, podem construir "meias-verdades", omitir determinados fatos e redefinir os sentidos das informações transmitidas[70].

Nesse sentido, os jornais impressos atuam de maneira significativa sobre a realidade, especialmente no âmbito político, ocultando, sob a aparente máscara da imparcialidade e objetividade, certos interesses políticos e socioeconômicos que influenciam a forma como as informações são apresentadas e abordadas pelos periódicos ou quando determinados acontecimentos são ocultados e silenciados.

O início da década de 1960 foi marcado por intensas mobilizações de trabalhadores urbanos e rurais, impulsionadas pelo processo de modernização intensificado durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Esses movimentos fortaleceram suas reivindicações e demandas em meio a um Brasil em construção a respeito de quais reformas seriam necessárias para o bem-estar social e para o progresso econômico do país[71].

Nessa conjuntura, com a intensificação das mobilizações de trabalhadores urbanos e rurais em defesa da melhoria de suas condições de vida, no contexto dos debates nacionais sobre a aprovação das Reformas de Base, que eram defendidas pelo governo Goulart e pelas esquerdas, propunha-se uma ampla reforma estrutural que buscasse diminuir as desigualdades sociais por meio da intervenção estatal nas áreas rural, educacional, social, econômica e política. Em essência, essas reformas visavam retirar o Brasil do subdesenvolvimento, resolvendo problemas de ordem educacional, econômica, social e política por meio da

---

[69] SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Trad: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.21.

[70] BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2023, p.12-13.

[71] O período demarcado como República Liberal-Democrática (1945-1964), por causa das fortes transformações urbanas e espaciais após o governo Vargas (1930-1945) com o seu impulso desenvolvimentista e a inclusão dos trabalhadores como ator político presenciou fortes mobilizações reivindicatórias de trabalhadores urbanos e rurais nos seus sindicatos e organizações associativas para a inclusão de seus direitos políticos e sociais. Para mais informações apontamos: SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.47-96.

intervenção estatal. Em contrapartida, os setores ligados às direitas defendiam reformas voltadas para o desenvolvimento econômico arrojado e internalizado, promovido pelo capital externo, menos voltadas para o consumo popular e mais favorecedoras da indústria de ponta, mantendo-se extremamente conservadores nas estruturas sociais[72].

A reforma agrária foi uma das propostas mais emblemáticas do governo Goulart, que visava o desenvolvimento econômico com inclusão e justiça social para os trabalhadores, especialmente para o homem do campo, que não tinha seus direitos básicos reconhecidos, como o acesso à moradia e à terra para a produção de sua própria subsistência. Nesse contexto, prevaleciam a violência e o poder arbitrário nas mãos dos donos de terras[73]. Entretanto, a reforma agrária, em específico, causava fortes reações das elites empresariais e latifundiárias, que temiam perder suas propriedades e ter seu poder de influência diminuído pelas reformas defendidas pelas esquerdas[74].

Para Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais Sousa, o debate sobre a reforma agrária se acentuava à medida que os conflitos no campo foram intensificados, sobretudo no Nordeste. Os conflitos em torno do direito à terra foram destacados nas discussões nacionais relacionadas à questão agrária no Brasil. A situação do Nordeste, marcada pelos signos da seca, calamidade, pobreza e miséria, reforçava para os poderes governamentais a necessidade de adotar "medidas concretas para pôr um termo a essa condição denunciada por políticos, intelectuais e técnicos, sob pena de se instalar uma situação perigosa no país"[75].

As elites brasileiras ligadas ao mercado financeiro e ao latifúndio estavam preocupadas em perder seus patrimônios e sua influência com a movimentação dos trabalhadores em seus sindicatos na zona urbana e com as mobilizações no campo, especialmente no Nordeste, com o crescimento das chamadas "Ligas Camponesas", que reivindicavam para os trabalhadores

---

[72] Para aprofundamento da polarização entre os projetos reivindicados pelas esquerdas e as direitas em prol da construção de um Brasil desenvolvido, indicamos: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.127-154.

[73] Para aprofundamento da subordinação dos trabalhadores rurais que eram agregados nas terras dos grandes proprietários de terra, tendo como exemplo a situação do estado do Piauí, recomendamos a leitura de: ROCHA, Daniel Cosme de Carvalho. **Nas franjas da histór**ia: singularidade e distinção na constituição da Liga Camponesas de Matinhos na Terra dos Carnaubais – Piauí. Tese (Doutorado em História Social) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2017, p.40-104.

[74] Para ampliação do debate sobre a reação das elites empresariais e latifundiárias com a proposta de reforma agrária, indicamos: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

[75] SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. **Tempo de esperança**: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014, p.101.

rurais o acesso aos seus direitos civis, políticos e sociais que eram negados[76], além da defesa pela reforma agrária, mesmo que fosse por meio da ação armada[77].

No contexto nacional de radicalização entre direitas e esquerdas em torno das Reformas de Base, especialmente após o retorno do sistema presidencialista e a aproximação de João Goulart com os movimentos sociais urbanos e rurais, boa parte dos periódicos da grande mídia, pela sua estrutura empresarial e vinculada ao capital estrangeiro apoiou o golpe de 1964, em nome do combate à "ameaça comunista" e por causa do crescimento das esquerdas que eram consideradas "perigosas". De acordo com Marcos Napolitano, os jornais de grande imprensa vinculados aos setores liberais e conservadores durante o governo Goulart consolidaram a leitura de que o Brasil estava caminhando para o comunismo e a subversão estava na Presidência da República[78].

A luta pelas Reformas de Base defendidas pelas esquerdas e João Goulart, na visão da grande imprensa alinhada com o discurso anticomunista da Guerra Fria, a vinculou como se fosse uma desculpa para ameaçar a propriedade privada, subverter a ordem social e a economia de mercado[79]. O discurso antigovernista e antirreformista conservador disseminado sistematicamente pela grande imprensa serviu para camuflar "velhos interesses de sempre, sobretudo dos grandes proprietários de terra que se sentiam ameaçados pelos projetos de reforma agrária, ou pelos interesses multinacionais, os quais se sentiam ameaçados pelo nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas"[80].

Os jornais da grande imprensa, como *Correio da Manhã, Estadão, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil* e *O Globo*, neste contexto, foram fundamentais na campanha de desgaste e deslegitimação do governo Goulart, ao superdimensionar em discursos anticomunistas que associavam o presidente e as esquerdas ao chamado "perigo comunista". Assim, contribuíram para a derrubada de João Goulart e, posteriormente, para a legitimação do golpe civil-militar e do regime militar, ao sustentarem a ideia de que as Forças Armadas teriam salvado o Brasil do

---

[76] Os trabalhadores rurais estavam excluídos dos direitos garantidos pela CLT, os sindicatos rurais não eram reconhecidos – apenas em 1962 –, pela maioria ser analfabeta estavam excluídos do exercício do voto e por morarem como agregados nas terras de grandes proprietários de terras, os acordos eram informais e estavam à mercê dos latifundiários, não possuindo garantia da permanência dos trabalhadores nas suas terras. In: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021, p.132-156.

[77] AZEVEDO, Fernando Antônio. Revisitando as Ligas Camponesas. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**: novas perspectivas. São Carlos: EdUFCar, 2014, p.33-34.

[78] NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. 8º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020, p.46.

[79] NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. 8º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020, p.46

[80] Idem, p.49.

comunismo, colocando-se em posição de destaque entre os vencedores[81]. Os proprietários dos veículos de imprensa, em sua imensa maioria, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, não só apoiaram, como chegaram a aderir ao regime autoritário que foi instalado, embora sua adesão não significasse concordância plena na política repressora que solapou as instituições liberais-democráticas[82].

Entretanto, apesar de setores expressivos da sociedade civil terem apoiado o golpe civil-militar, isso não impediu que os militares, uma vez instalados no poder, não deferissem, com o apoio de civis, uma repressão contra os participantes do governo deposto e dos cidadãos suspeitos de serem "subversivos" por envolvimento com atividades consideradas de esquerda. Intelectuais, jornalistas, professores, políticos e servidores públicos suspeitos de serem subversivos foram presos arbitrariamente, alguns torturados e tiveram seus direitos políticos e civis cassados.

Os principais jornais de grande imprensa tiveram posturas diferentes com a ditadura militar. O *Correio da Manhã*, apesar de ter apoiado o golpe de 1964, quando percebeu que os militares e seus aliados civis ocuparam o poder para instalar uma ditadura e perseguir seus opositores e vozes dissonantes, se colocou-se como oposição, tornando-se uma das principais porta-vozes de resistência democrática e da luta contra o regime. Denunciava as arbitrariedades, a violência, defendia o respeito à Constituição e às liberdades individuais, sofrendo represálias do regime, como a censura política, prisões de jornalistas, bloqueio de financiamento comercial e publicitário governamental e de empresas privadas aliadas do regime, que contribuíram para o seu fechamento em 1974[83].

Enquanto os jornais *Estadão, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil* e *O Globo* apoiaram o golpe de 1964 e o regime militar em nome do combate ao comunismo e contra a ameaça de esquerdização com o apoio do Estado – que era identificado com o governo deposto –, apoiaram as medidas repressivas, tais como as cassações de mandato, demissões sumárias do serviço público, Inquéritos Policiais Militares – IPMs – e prisões, por considerarem necessárias para consolidar a nova ordem[84].

---

[81] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p.125.
[82]Idem, p.153.
[83] RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Os anos 1960-1970 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Letícia Cantarela (Orgs). **História da comunicação**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2014, p.185-186.
[84] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 67, jan./jul 2013

Para o Rodrigo Patto Sá Motta, os jornais que reivindicavam pertencer à ala "liberal"[85] dos apoiadores do golpe de 1964 simultaneamente defendiam a importância da liberdade de expressão e da democracia, ao mesmo tempo que transigiam com as intervenções autoritárias das Forças Armadas em nome da defesa do *status quo* e do combate ao comunismo. As relações da grande imprensa com a ditadura militar não foram marcadas pela resistência ou pela adesão simplesmente, mas pelas complexidades e ambiguidades da conjuntura histórica, variando em apoio entusiástico e críticas à política dos governos chefiados pelos generais militares, situação parecida com a vivenciada pelos outros setores da sociedade[86].

A maioria dos jornais de grande circulação[87], segundo o autor, via com receio a escalada autoritária provocada pelas restrições à imprensa e pelo fortalecimento da censura como política de Estado, especialmente após a promulgação do AI-5, que possibilitava o fechamento das instituições liberais democráticas[88]. Contudo, por medo da repressão, de represálias ou por conveniência, esses veículos midiáticos se acomodaram com o *status quo* governamental vigente ou até mesmo aproveitaram a oportunidade para modernizar e inovar a produção de seus periódicos em meio às mudanças acarretadas, em nível socioeconômico, pela ditadura militar.

A relação dos setores da grande imprensa com a ditadura militar também foi influenciada pelo cenário socioeconômico, principalmente pela inserção do Brasil em uma economia capitalista integrada ao capitalismo internacional, o que impulsionou os seus negócios e vendas. A grande mídia, apesar de se apresentar como um veículo de comunicação voltado a informar a população, dentro da sociedade capitalista não pode ser afastada da sua configuração como empresa que busca lucro e que se adapta a um mercado que cada vez mais diversificado, em razão das mudanças socioeconômicas pelas quais o Brasil estava passando, com a intensificação do processo de industrialização e urbanização [89].

---

[85] Demarcamos como "ala liberal", os veículos de comunicação que por serem empresas, defendiam a liberdade de expressão, de religião, de reunião e principalmente, a liberdade de comércio, defendendo os preceitos do liberalismo econômico que pregavam o estado mínimo do Estado na economia, a entrada do capital estrangeiro e o papel da economia de mercado como impulsionador do crescimento econômico, cabendo ao Estado o papel de facilitador e regulador da economia.

[86] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 63, jan./jul 2013

[87] Os jornais de grande imprensa analisados pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta, foram os jornais: *Correio da Manhã, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de S. Paulo* e *Última Hora*

[88] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 369, maio-ago. 2017.

[89] Para mais informações sobre o processo de urbanização e industrialização que o Brasil estava passando durante a ditadura militar, indicamos: MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (Org). **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia de Bolso, 2023, p.452-534.

Segundo a leitura de Maria Aparecida Aquino sobre a relação da ditadura militar com os setores de imprensa, deve ser afastada a visão maniqueísta causada pela censura à imprensa, que acarretou numa visão simplificadora que reduz o Estado a um ser onipresente e opressor e, do outro lado, os setores de imprensa como vítimas e que sempre lutaram pela democracia e pela liberdade de expressão[90]. Sendo que, nas relações de poder, os setores de imprensa, apesar da existência da censura e de outras ameaças de represálias, tiveram aproximações e distanciamento com o regime militar, dependendo da conjuntura política nacional.

Na pesquisa de Beatriz Kushnir, destaca que a censura durante a ditadura militar existia não apenas a nível institucional, mas dentro das próprias redações, executadas pelos próprios jornalistas em situações que excediam a noção de uma atividade autoritária e inequívoca. Por meio da pesquisa no jornal *Folha da Tarde,* define como os "cães de guarda" uma espécie de jornalistas-censores-policiais que atuavam com o regime militar de maneira colaborativa dentro das redações dos periódicos[91].

Apesar da existência de um regime de exceção, que criou uma série de obstáculos à prática jornalística por meio da censura e da violência política, muitos jornalistas resistiram nesse contexto, denunciando arbitrariedades e violações dos direitos humanos. Houve também setores da imprensa e jornalistas que decidiram silenciar ou aderir — seja por conveniência, seja por concordância ideológica — às imposições do regime militar, motivados por afinidades ideológicas ou por interesses particulares. Além disso, houve aqueles que continuaram exercendo a prática jornalística de forma regular, porém sob autocensura, a fim de cumprir as regras e diretrizes impostas pelo regime militar, evitar represálias e se beneficiar das benesses do governo e do cenário socioeconômico[92].

A prática da autocensura, segundo a leitura de Anne-Marie Smith, funcionou como um tipo de "acordo forçado"[93] entre a ditadura militar e os setores de grande imprensa – salvo algumas exceções –, que consentiu com as proibições do que não poderia ser abordado pela mídia. Esse consentimento se dava tanto por aprovação e/ou obediência às regras impostas pela ditadura militar. Como fosse um "oportunismo pragmático", que não era transparente, pois

---

[90] AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Baaru (SP): EDUSC, 1999, p.21.

[91] KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2001.

[92] DIAS, André Bonsanto. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. **Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 88, set/dez. 2018.

[93] Expressão utilizada por Anne-Marie Smith a respeito do "consentimento" dos setores de grande imprensa à censura no Brasil durante a ditadura militar: SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Trad: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

diluía as responsabilidades tanto para os que outorgam as proibições quanto para os que obedeciam[94].

A autocensura para Bernardo Kucinski é o apagamento intencional da informação ou parte dela pelo jornalista ou pela empresa midiática, de forma que ilude o leitor ao privá-lo de dados relevantes. A prática de autocensura, diferente da censura prévia, é um tipo de censura eficiente que não deixa cicatrizes[95]. De acordo com Anne-Marie Smith, autocensura é uma tipo de censura diferente:

> [...]. Existe algo a dizer, você sabe disso mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente. Os resultados, para o público, são semelhantes ao da censura em termos de manipulação do conhecimento e do entendimento, mas com frequência acrescenta-se o elemento de que o público sequer sabe que lhe está sendo negada a informação. Isso representa um nível mais alto de distorção ao qual ele está sendo submetido. [...].[96]

A autocensura é um tipo distinto de censura, no qual os órgãos de imprensa optam por colaborar com as diretrizes do regime militar no controle da informação. Dessa forma, negam ao leitor o direito de acesso aos fatos, que muitas vezes sequer percebe que determinada informação foi omitida ou silenciada. Essa prática é adotada voluntariamente pelos veículos de comunicação com o objetivo de se aproximarem do Estado autoritário, usufruírem de seus benefícios e evitarem represálias por parte do aparato repressivo.

Segundo André Bonsanto Dias, a autocensura exercida pelos jornais da grande imprensa durante a ditadura militar configurou-se como uma prática marcada tanto pela conivência quanto pela conveniência. Esses veículos silenciavam informações que consideravam oportunas de omitir, mas se posicionavam quando desejavam defender determinados interesses. Afirmar que os impressos simplesmente "se silenciaram" por não conseguirem resistir às pressões do Estado autoritário acaba por minimizar um conjunto de estratégias construídas sobre bases ambíguas e contraditórias na relação entre a imprensa e a ditadura militar[97].

---

[94] DIAS, André Bonsanto. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. **Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 88, set/dez. 2018.

[95] KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p.51-52.

[96] SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Trad: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.136.

[97] DIAS, André Bonsanto. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. **Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 90, set/dez. 2018.

O regime militar, assim como a ditadura varguista, interveio diretamente nos setores de imprensa e na atividade jornalística, por meio da censura a jornais, vigilância e perseguição a jornalistas, da regulamentação da profissão jornalística, do fornecimento de subsídios, do controle de preços de insumos e matérias-primas, além da seletividade na distribuição de verbas publicitárias pelos órgãos governamentais, que não distribuíam anúncios a veículos considerados "subversivos" pelo regime[98].

Segundo Alzira Alves de Abreu, os meios de comunicação nas duas décadas da ditadura militar (1964-1985) sofreram fortes intervenções dos governos militares que adotaram uma política de modernização do setor da comunicação. À imprensa que se alinhava aos ideais do regime ditatorial eram concedidos financiamentos para construção e reformas de novos prédios, que eram fundamentais para a instalação de novas máquinas e expansão das redações. A publicidade dos órgãos oficiais do governo beneficiava os setores de imprensa que a apoiavam, acarretando numa dependência econômica com o Estado. Além disso, as concessões estatais de estações de rádio e de televisão favoreciam os proprietários de veículos de comunicação que pretendiam expandir suas empresas[99].

A expansão do mercado consumidor e a integração com o capitalismo internacional fizeram formar grandes redes de comunicação concentradas em poucas famílias, pois exigiam investimentos volumosos. Ademais, as agências de publicidade eram fortes financiadoras para a sobrevivência dos jornais, e um dos maiores anunciantes eram os órgãos estatais[100]. Por questões práticas e visando à eficiência, o governo ditatorial tinha a tendência de firmar acordos de publicidades com os veículos de comunicação que tinham maior envergadura de circulação[101].

---

[98] RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. NEVES, Lucia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C (Orgs). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p.430.

[99] ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS,** n.º 48, p.54, 2005.

[100] Segundo a pesquisa de Anna Marie Smith a publicidade oficial possuía forte impacto na geração das receitas dos jornais de grande imprensa, a qual era estimada de 15% a 30% das receitas de muitos jornais de grande imprensa que eram apoiadores do regime militar. Não apenas o governo ditatorial, mas os governos a nível estadual e municipal compravam espaço dos meios de comunicação para ser difundido qualquer tipo de informação pública, de divulgação de obras públicas, projetos de governo a divulgação de leis e regulamentos. Os anúncios oficiais eram usados para campanhas eleitorais nas quais eram divulgadas nos jornais poucos dias antes de determinada eleição, além de ser usado para o governo para fins táticos como fosse o seu porta-voz oficial. In: SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Trad: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.58.

[101] ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n.º 48, p.54, 2005.

A ditadura militar para André Bonsanto Dias é um fator constituinte e inerente do próprio processo de modernização das empresas jornalísticas brasileiras[102]. Foi durante esse regime autoritário, com a articulação de amplos setores da sociedade civil, que foi consolidado o chamado "capitalismo tardio"[103] com o impulsionamento do mercado cultural e de seus bens simbólicos[104]. O contexto do regime militar influenciou a expansão da maneira que foi estruturado o grande jornalismo no país, visto que o governo foi peça essencial para o aumento e consolidação de grandes conglomerados de comunicação, nas mãos de poucas empresas e consequentemente grupos familiares[105].

De acordo com Ricardo Ortiz, a relação entre a ditadura militar e o setor cultural – no qual se enquadra o midiático – deu-se por meio do controle das produções culturais por meio da censura. Ao mesmo tempo, no entanto, houve um impulsionamento estatal voltado ao desenvolvimento de bens culturais que estivessem alinhados ao projeto de integração nacional dos militares[106], o que resultou na consolidação de um mercado nacional de bens culturais. O setor editorial, embora prejudicado pela censura, passou por uma expansão considerável, favorecida pela implementação de políticas que incentivaram a importação de máquinas de impressão e pela crescente demanda de um mercado consumidor em formação[107].

No contexto da modernização conservadora dos setores de imprensa que abrange o período do regime militar, ocorreu aquilo que a Ana Paula Goulart Ribeiro chama de "história do desaparecimento de parte dela"[108], ou seja, o fechamento de jornais que circulavam e, por

---

[102] DIAS, André Bonsanto. **A Verdade dita é dura**: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2018, p.83.

[103] Capitalismo tardio é um conceito que Ricardo Ortiz se apropria dos estudos da escola de Frankfurt para pensar o contexto de consolidação da indústria cultural no Brasil. Aplicado no sentido de o capitalismo brasileiro ter sido implantado de maneira tardia, incompleta e com atraso, tendo sido inserido dentro do sistema capitalista internacional com fortes desigualdades e diferenças do modelo estadunidense e europeu que é considero um modelo na análise comparada desses estudos. Disponível em: ADORNO, Theodor W. Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial. In: COHN, Gabriel. **Sociologia**: Theodor Adorno. São Paulo: Ática, 1986.

[104] ORTIZ, Ricardo. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.123.

[105] DIAS, André Bonsanto. **A Verdade dita é dura**: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2018. p.83.

[106] A política governamental da ditadura militar, com o intuito de estimular a produção de bens culturais para as massas, foram criados entre 1965 a 1979, órgãos estatais que visavam controlar e incentivar as suas produções, como a: Embratel, Conselho Federal de Cultura, Embratur, Ministério de Telecomunicações, Embrafilme, Telebrás, Funarte, Fundação Pró-Memória, Radiobrás, Sistema Nacional do Turismo e etc, entre outras a agências estatais destinadas ao setor cultural. ORTIZ, Ricardo. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.118.

[107] ORTIZ, Ricardo. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.122.

[108] RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C (Orgs). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006, p.428.

não se adaptarem às novas normas empresariais e do mercado, não conseguiram competir e acabaram encerrando as suas atividades[109]. Em alguns casos, segundo a autora, pode ter sido resultado de má gestão dos negócios por parte dos diretores e proprietários; entretanto, o desaparecimento desses veículos de imprensa faz parte de aspectos estruturais que apontam para a nova configuração do mercado jornalístico[110].

Segundo André Bonsanto Dias, nesse processo de ampliação e reformulação do jornalismo considerado "profissional", manifestava-se um ambiente de forte concentração empresarial nos meios de comunicação. A ditadura militar, nesse processo, influía diretamente, seja por meio da censura, seja por meio de subsídios, impostos e agências de publicidade governamental. Diante desse cenário de concorrência e de reconfiguração do mercado da imprensa, as grandes empresas jornalísticas preferiram se blindar a partir de técnicas administrativas cada vez mais modernas, ao mesmo tempo que exigiam dos proprietários e diretores-chefes dos veículos de comunicação fazerem "jogo de cintura" com o regime militar, ao mesmo tempo que tinham motivos para dialogarem com ele atrás de benefícios e facilidades financeiras[111].

Além disso, os jornais e revistas impressos tiveram uma expansão relacionada com o crescimento da classe média urbana, que teve mais renda para poder comprá-los. Foi no contexto que vinha desde os anos de 1950 que as empresas jornalísticas se transformaram em grandes empresas capitalistas, protegidas por meio do apoio do Estado da nova entrada de competidores[112].

Ademais, as redações tiveram modificações na burocratização do trabalho do jornalista segundo a lógica de mercado. Como um grande empreendimento capitalista, os veículos de comunicação impressos, para enfrentar a concorrência e se consolidar no mercado, faziam grandes investimentos em equipamento de impressão nas redações, com máquinas e técnicas mais potentes do ponto de vista da racionalização do trabalho. O perfil dos jornalistas, nesse

---

[109] Ana Paula Goulart Ribeiro, cita os exemplos dos encerramentos das atividades dos jornais o *A Manhã, A Noite, A Notícia, Correio da Manhã,* o *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, o *Diário de Notícia, Folha Carioca,* a *Luta Democrática, O Radical e* a *Última Hora.* Também fecharam as revistas *Carioca, Noite Ilustrada, O Cruzeiro, Revista da Semana e Vamos Ler.* In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C (Orgs). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006, p.429.

[110] Idem.

[111] DIAS, André Bonsanto. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. **Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 86, set/dez. 2018.

[112] MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (Org). **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia de Bolso, 2023, p.517.

contexto de expansão do mercado jornalístico, mudou com a profissionalização da categoria, marcada pela exigência do diploma universitário para o exercício da profissão, pela dedicação em tempo integral e pela regulamentação do ofício[113].

Os veículos de imprensa favoráveis ao regime militar obtinham benefícios; todavia, quando adotavam uma postura de oposição, resultava em prejuízos que refletiam, além da prática da censura, a implementação de medidas autoritárias, como apreensões dos jornais, violências a jornalistas e ataques às sedes dos periódicos. O Estado ditatorial também impunha sanções econômicas severas aos proprietários das mídias impressas. Entre essas sanções estavam a suspensão de publicidade oficial, a negação de empréstimos por bancos estatais, a recusa de licenças para importações de equipamentos e até confiscos de tiragens[114].

Os proprietários e editores dos jornais, para evitarem conflitos e desavenças com o regime militar, resolveram substituir os editoriais referentes à política que abordavam conteúdos considerados pelos militares como "proibidos" pelos editoriais econômicos. O jornalismo econômico, segundo Alzira Alves de Abreu, serviu aos interesses tanto dos donos dos periódicos como da elite dirigente do Estado. Para os primeiros, tornou-se ferramenta conveniente substituir o noticiário político pelo econômico e notícias internacionais[115].

Para os militares e seus aliados civis, os editoriais econômicos representavam um eficiente instrumento para a divulgação da política econômica do regime militar, servindo inclusive como ferramenta de propaganda por meio da divulgação das conquistas, avanços e desempenho econômico, representado nos altos índices no PIB, que eram utilizados como fonte de legitimação política da ditadura militar.

Neste cenário de expansão, de crise e cerceamento da imprensa por parte da ditadura militar, dos jornais de grande imprensa sobreviveram aqueles que souberam aproveitar-se e apropriar-se da delicada situação política do país para conquistar avanços econômicos significativos e legitimar sua autoridade e reconhecimento no mercado jornalístico[116]. Nesse sentido, as relações dos setores de imprensa escrita com a ditadura militar não foram marcadas somente pelas ameaças e censura, mas por aproximações e conveniências entre as empresas jornalísticas e o regime militar.

---

[113] ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS,** n.º 48, p.55-56, 2005

[114] SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Trad: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.78.

[115] ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.13.

[116] DIAS, André Bonsanto. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. **Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 86, set/dez. 2018.

2.2. **Entre a censura e a colaboração**: os posicionamentos do jornal *Estadão* com o regime militar

> [...]. Como quase toda a grande imprensa, o Estadão apoiou a deposição do presidente João Goulart (1919-1976), defendendo uma intervenção militar transitória, que serviria para impedir um golpe da esquerda e cessaria após reformas estruturais e com a convocação de eleições no ano seguinte, como previa o calendário eleitoral. Temia-se o caos e a aproximação com o socialismo nos moldes cubanos. [...].
> O Estadão externou seu primeiro incômodo com o rumo que as coisas estavam tomando apenas nove dias após o golpe, ao alertar: "espera-se que [o regime] vigore somente até 1966 com a posse de um novo presidente eleito."
> Em 1965, com a decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que cancelou as eleições presidenciais, o jornal iniciou o rompimento com o governo. A ruptura definitiva ocorreu em dezembro de 1968, com o endurecimento ainda maior do regime a partir do AI-5. A publicação do editorial "Instituição em Frangalhos" motiva a apreensão do jornal e a invasão de sua gráfica pelos militares. Posteriormente, há a instalação da censura imposta pela ditadura, contra a qual o jornal sempre lutou. [...][117].

Neste trecho da matéria digital divulgada no site do jornal *Estadão*, escrita pela jornalista Liz Batista e publicada em 1º de abril de 2025, no contexto da lembrança dos 61 anos do golpe civil-militar de 1964 e de suas consequências para as liberdades individuais e para as instituições liberais-democráticas, destaca-se a posição assumida pelo periódico em relação ao golpe. O texto confirma que, naquele momento, o jornal apoiou a ruptura institucional sob o argumento de impedir um suposto "golpe de esquerda", temendo que o Brasil se tornasse um país comunista nos moldes da Revolução Cubana.

Em seguida, a autora ressalta que, embora tenha apoiado o golpe de 1964, o *Estadão* passou a demonstrar incômodo ao perceber que as Forças Armadas pretendiam permanecer no poder por tempo indeterminado. Esse descontentamento tornou-se evidente com a promulgação do AI-2 – Ato Institucional nº 2 —, que, entre outras medidas arbitrárias, extinguiu a eleição direta para a Presidência da República. O rompimento definitivo ocorreu com a edição do AI-5 – Ato Institucional nº 5 –, que resultou, inclusive, na apreensão de uma edição crítica ao governo Costa e Silva e, posteriormente, na submissão do jornal à censura prévia.

---

[117] BATISTA, Liz. O posicionamento do Estadão sobre o golpe de 1964, e o debate entre Ruy Mesquita e Gilles Lapouge. **Estadão**, 04 de Janeiro de 2025. Link de acesso: https://www.estadao.com.br/150-anos/150-momentos/estadao-publicou-correspondencias-de-ruy-mesquita-e-gilles-lapouge-sobre-o-golpe-de-1964/. Acesso: 23 de dezembro de 2025.

Essa matéria pode ser compreendida como uma memória enquadrada que, segundo Michel Pollak, corresponde à forma pela qual os grupos sociais interpretam, organizam e selecionam as lembranças do passado de acordo com suas necessidades e interesses no presente, especialmente em relação a períodos considerados traumáticos, utilizando a história e a memória para justificar ações pretéritas[118].

Nesse sentido, observa-se que a autora do *Estadão*, embora não negue o apoio da empresa jornalística ao golpe de 1964 nem a percepção do governo João Goulart e das esquerdas como ameaças à democracia, enfatiza os atritos e as rupturas do periódico com a ditadura, sobretudo a partir do endurecimento do regime provocado pelas medidas de exceção que fragilizaram as instituições liberais-democráticas. Destaca-se, assim, a construção da narrativa de que, naquele contexto, o *Estadão*, apesar de ter apoiado a deposição de João Goulart por meio de um golpe, não significa que defendia a instauração de uma ditadura que violasse as liberdades individuais e as instituições de um regime liberal-democrático.

A memória é um processo de produção de sentidos, os fatos passados são selecionados e hierarquizados dependendo do significado e do grau de relevância para quem os recorda. O jornalismo, como um importante produtor de sentidos sobre a realidade social, sofre influência de cada contexto e de cada veículo que atuam os profissionais[119]. Nesse meandro, percebe-se que a matéria do *Estadão*, visa produzir uma matéria que não o dissocia da luta democrática contra a ditadura militar, embora tivesse apoiado o golpe de 1964, é abordado como contrário às arbitrariedades que solaparam as instituições democráticas.

Diante disso, neste tópico analisamos e historicizamos a relação do jornal *Estadão* com a política e seus projetos de poder para entender os posicionamentos do periódico durante o golpe de 1964 e a ditadura militar. Por conta da forte influência de seus proprietários nos rumos editoriais do periódico, destacamos as figuras de Júlio de Mesquita Filho e Júlio de Mesquita Neto com a ditadura militar.

O periódico *Estadão foi* fundado em 1875, pelos republicanos Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, com o nome *Província de S. Paulo*. Com a Proclamação da República, teve o nome alterado por *O Estado S. Paulo*, em 1902, Júlio de Mesquita o seu

[118] POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p.9-12.
[119] MORAES, Lívia Assad de. Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica**. Revista Brasileira de História da Mídia,** v.3, n.2, p. 38, jul. - dez./2014

antigo redator tornou-se proprietário do jornal e o grupo o *Estadão* é gerido pela família Mesquita – até então[120].

Com a morte de Júlio Mesquita em 1927, o jornal *Estadão* passou a ser propriedade e dirigido por Júlio de Mesquita Filho que manteve as diretrizes do periódico, mas com maior enfoque ao caráter econômico da publicação, expandindo o espaço para a publicidade e assuntos de interesses gerais. Mesmo que o jornal tenha continuado com o enfoque centrado na política, seus textos editoriais também abordavam temas relacionados à economia, bem como assuntos relacionados à educação e à saúde pública[121].

Durante os anos conturbados do tenentismo, o jornal *Estadão* ficou limitado a noticiá-la de maneira direta e informativa, apoiava as críticas dos insurgentes, mas era favorável à sublevação militar. Com a chamada "Revolução de 1930", que acarretou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o jornal *Estadão,* apesar de ter apoiado a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, com a derrota nas urnas, apesar das denúncias das fraudes, não se envolveu na operação militar, tendo ficado ao lado dos vencedores, quando o presidente Washington Luís (1927-1930) tinha sido deposto[122].

Todavia, a proximidade de Júlio da Mesquita Filho com o governo Vargas durou pouco, resultado das tensões causadas pelas indicações de interventores externos para São Paulo, além da reivindicação de setores vinculados à elite política dos paulistas na eleição de uma Assembleia Constituinte. O jornal *Estadão*, nesse contexto, apoiou a insurreição armada conhecida pelo senso comum como "Revolução Constitucionalista", que durante a eclosão do movimento armado publicou matérias favoráveis aos combatentes e criticando o governo e seus apoiadores. Como consequência, Júlio de Mesquita Filho foi preso e exilado, residindo por um ano em Portugal[123].

Com o seu retorno ao Brasil, Júlio de Mesquita Filho, no contexto da eleição da Assembleia Constituinte de 1933-1934, o jornal *Estadão* aproximou-se novamente do governo Vargas e apoiou nas suas medidas repressivas focadas no combate ao comunismo. Entretanto, o periódico rompeu com o governo após o autogolpe de Vargas que deu início à ditadura do Estado Novo. Júlio de Mesquita Filho foi preso três vezes e obrigado a exilar-se[124].

---

[120] Em 1902 o seu antigo redator e diretor Júlio Mesquita torna-se proprietário do jornal, em 1927 com o seu falecimento, o seu filho, Júlio de Mesquita Filho assume a gerência do periódico, em 1969 o seu filho, Júlio de Mesquita Neto e seu irmão Ruy Mesquita viram donos do jornal.
[121] Idem, p.376-377.
[122] PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma, São Paulo: Três Estrelas, 2012, p.95-96.
[123] FIDELIS, Thiago. Criação do jornal O Estado de S. Paulo (OESP) e a sua consolidação em uma perspectiva histórica. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 25, n. 3, p.378, 2017
[124] Idem, p.383.

Mesmo com o exílio de seu proprietário, o jornal *Estadão,* sob a direção de seu irmão, Francisco Mesquita, continuou na oposição, driblando a censura imposta pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – até os anos de 1940, quando o interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, ordenou a invasão do jornal e a perda de autonomia do periódico, sob o pretexto de que existiam armas escondidas na redação do periódico[125]. Até o fim da ditadura varguista, o jornal *Estadão* ficou sob o controle da União sem nenhuma influência dos Mesquita nas publicações. Com o apoio de bancos e entidades paulistas que ajudaram Júlio de Mesquita Filho, recolher ativos para comprar as ações do governo, o *Estadão* voltou a ser controlado pela família Mesquita[126].

Com a democratização após o fim da ditadura varguista, o *Estadão*, assim como boa parte da grande imprensa, se identificava com os ideais do partido da UDN – União Democrática Nacional – possuindo em comum o temor pelo comunismo, o anti estatismo, o antipopulismo, antivarguismo e visão favorável à inserção do capital estrangeiro. Júlio de Mesquita Filho era apoiador assíduo dos candidatos da UDN, estando alinhado às aspirações do partido conservador[127]. O periódico, em razão do alinhamento com seu principal acionista, foi um duro crítico do retorno de Vargas ao poder. Também apoiou o levante militar contra Getúlio Vargas, que resultou em seu suicídio; manifestou apoio ao golpe que tentou impedir a posse de Juscelino Kubitschek; e, posteriormente, posicionou-se a favor da ação golpista que buscou barrar a posse de João Goulart na Presidência da República.[128].

Durante o governo Goulart, o periódico *Estadão* foi um forte opositor ao seu governo e às esquerdas, especialmente às reformas de base. As narrativas do jornal impresso eram marcadas pela vinculação de seu governo com a incompetência administrativa, a influência comunista e o "totalitarismo" – numa vinculação de seu governo com o regime político da União Soviética. Com o acirramento do clima de radicalização política entre as direitas e as esquerdas, com o episódio do Comício da Central, o jornal intensificou as críticas contra o governo Goulart, colocando-o como se fosse um "fora da lei":

---

[125] PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma, São Paulo: Três Estrelas, 2012, p.114-115.

[126] FIDELIS, Thiago. Criação do jornal O Estado de S. Paulo (OESP) e a sua consolidação em uma perspectiva histórica. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 25, n. 3, p.384, 2017

[127] MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Seduções tropicais**: Júlio de Mesquita Filho entre projetistas e ideólogos do Brasil. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021, p.156.

[128] Para mais detalhes acerca das tentativas de golpes de Estado protagonizados pelos setores militares e políticos alinhados à UDN, indicamos: FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.301-342.

> Todo o País aguarda, com ansiosa apreensão, o desenrolar dos acontecimentos que estão marcados para hoje, por ordem do presidente da República, no estado da Guanabara. E não poderia ser essa preocupação pelo que pode acontecer, uma vez que tudo na atitude do presidente da República fere a Constituição.
> É fora da lei que s.exa. pretende agir, numa demonstração de que não reconhece limites às suas fantasias. [...].[129]

No excerto publicado na coluna *Notas e Informações*, na página 3, espaço destinado às opiniões dos editores-chefes do jornal, é apresentada uma coluna opinativa que classifica o governo Goulart como "fora da lei", como se fosse um criminoso que governa à revelia da Constituição e que o simples ato de participar de um comício favorável à reforma de base fosse um crime. Essa representação discursiva do jornal Estadão vincula o governo Goulart à imagem de um criminoso e "subversivo", como se o presidente estivesse governando de maneira ilegítima, à semelhança de um ditador.

Na edição seguinte do jornal após o Comício, Júlio de Mesquita publica um texto no jornal *Estadão*, criticando o discurso do presidente Goulart e os decretos por ele assinados, o vinculando a táticas "subversivas comunistas":

> Afirmávamos há dias que o País já estava vivendo em regime pré-totalitário. O comício de ontem, na Guanabara, veio confirmá-lo. Depois do que se passou na Praça Cristiano Otoni, depois de tudo o que ali foi dito, depois da leitura dos decretos presidenciais que violam frontalmente a lei não tem mais sentido falar-se em legalidade democrática como coisa existente. Quando o Chefe do Executivo se permite, nas praças pública, fazer a apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o cesarismo, pode-se afirmar que a ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato.
> Não nos enganávamos quanto às intenções do grupo que promoveu a concentração ontem. A revolução foi pregada com uma insistência, uma agressividade e um calor que ultrapassaram tudo o que até a data se havia verificado em atos semelhantes. A tônica dos discursos foi a mesma, com pequenas variações de acordo com as necessidades da estratégia e da tática revolucionária. [...]. [130]

No excerto, publicado na coluna *Notas e Informações*, na página 3, apresenta-se a opinião do diretor-chefe do jornal *Estadão* acerca do Comício da Central, realizado pelo presidente Goulart e por setores da esquerda. Percebe-se a tentativa de enquadrar os participantes do comício como subversivos comunistas e como ameaças à legalidade

[129] NOTAS E INFORMAÇÕES. O presidente fora da lei. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de março de 1964, Ano LXXXV, Nº27.267, p.3.
[130] NOTAS E INFORMAÇÕES. Comício. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de março de 1964, Ano LXXXV, Nº27.268, p.3.

democrática. Além disso, na narrativa difunde-se a representação de um cenário em que o Brasil já não seria, naquele momento, uma democracia, mas sim uma "ditadura" de esquerda. Percebe-se a exploração do jornal *Estadão*, do medo da "ameaça comunista" para não só desgastar e fazer oposição a João Goulart, mas para defender uma possível deposição de seu cargo como presidente.

Nas edições seguintes do jornal *Estadão*, após o comício observamos que nas publicações reservadas à política nacional estava sendo representado um cenário do Brasil como se estivesse em um regime quase totalitário e que não existia mais democracia, difundido um cenário de apreensão e pânico. Durante o início do golpe civil-militar de 1964, na edição do dia 31 de março, é publicada na coluna *Notas e Informações*, uma publicação que apoia e exalta o levante militar contra os "desmandos" do governo Goulart em nome da legalidade democrática[131].

Com a vitória das forças golpistas, na edição do dia 02 de abril de 1964, na coluna *Notas e Informações*[132], é publicado um artigo de opinião que exalta a vitória das Forças Armadas sobre Goulart como uma vitória da democracia e o fim de uma ditadura que estava sendo construída desde o fim da ditadura do Estado Novo. Na edição seguinte, de primeira página com o título *Democratas dominam tôda a Nação*[133], traz o sentido de que o Brasil estava livre de uma ditadura de esquerda e que estaria sendo governado por "verdadeiros" democratas.

Na coluna opinativa do jornal *Notas e Informações*, foi publicado um artigo que comemorava a vitória da "democracia", mas ao mesmo tempo sugeria como os novos donos do poder, deveria agir:

> Iludir-se-á profundamente quem suponha que a grande, a esmagadora vitória alcançada pela democracia liberal contra os totalitários extremistas tenha por si só fôrça bastante para resolver o tremendo problema com que se defronta neste momento o Brasil. A perspectiva aberta para a Nação com o movimento iniciado pelas fôrças militares e terminado com a fuga do caudilho não podia ser mais promissora. Mas não nos deixamos arrastar por uma confiança que as proporções da tarefa que neste instante pega sôbre os ombros dos responsáveis pelos destinos do País de modo nenhum pode justificar. Agora o País entra na segunda fase da luta. E é da maneira como esta fôr conduzida que consolidaremos definitivamente a Vitória, caso contrário, ela redundará em unalôgro irreparável.[134]

[131] NOTAS E INFORMAÇÕES. O Exército e os desmandos do presidente. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 31 de março de 1964, Ano LXXXV, Nº27.281, p.3.
[132] NOTAS E INFORMAÇÕES. O significado maior de uma vitória. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.283, p.3.
[133] Democratas dominam tôda a Nação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.284, p.1.
[134] NOTAS E INFORMAÇÕES. Em defesa da vitória. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.284, p.3.

Na coluna opinativa, percebe-se uma visão favorável ao golpe de 1964, descrito como a vitória da democracia liberal por causa da intervenção realizada pelas Forças Armadas que depuseram o presidente João Goulart. O jornal utiliza seu poder simbólico de produzir sentidos e moldar a opinião pública e os próprios governantes para, além de influenciar os leitores, servir como um auxílio pedagógico aos militares, orientando-os sobre o que deveria ser realizado para garantir a total "vitória" contra os comunistas.

O jornal *Estadão*, nesse sentido, apoiou e cooperou editorialmente com a conspiração e o golpe de 1964, por meio de matérias que representavam o Brasil, durante o governo Goulart, como estando em uma situação de ditadura "totalitária". Além disso, construía a imagem de um ambiente de pânico e conflito, supostamente causado pelas políticas do governo voltadas à implementação das reformas de base, como se o país vivesse um choque entre os Três Poderes e o presidente governasse como um "fora da lei", à revelia da Constituição.

Durante o golpe de 1964, o *Estadão* publicou matérias elogiosas às Forças Armadas por se rebelarem contra João Goulart, apresentando essa ação como uma reação "democrática" aos supostos desmandos de um "ditador". O periódico difundiu a narrativa de que o Brasil vivia uma "ditadura" e de que a conspiração civil-militar ocorreu em nome do restabelecimento da legalidade democrática contra a chamada "subversão comunista".

Nesse sentido, o *Estadão* não apenas apoiou o golpe de 1964, como também a instalação do regime militar, a implementação de medidas arbitrárias, como o AI-1 – Ato Institucional nº1 – justificadas pela ideia de uma "limpeza" do cenário político para combater a alegada "ameaça comunista"[135]. Todavia, a participação de Júlio de Mesquita Filho no golpe de 1964 e na ditadura militar não foi apenas através do jornal *Estadão* a nível de publicações elogiosas ao governo e que legitimavam as arbitrariedades, como também participou da conspiração que resultou no golpe de 1964 e aconselhava como as Forças Armadas deveriam agir quando assumissem o poder.

Em uma visita do general Orlando Geisel a Júlio de Mesquita Filho na sede do jornal Estadão, entregou um documento com normas que orientavam o que um futuro governo militar deveria fazer após a queda de João Goulart. A resposta do jornalista foi dada numa carta datada de 20 de janeiro de 1962 e intitulada *Roteiro da Revolução*:

[135] NOTAS E INFORMAÇÕES. Ato Institucional. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.291, p.3.

> Há mais ou menos dois anos, o dr. Júlio de Mesquita Filho, instado por altas patentes das Forças Armadas a dar a sua opinião sobre o que se deveria fazer caso fôsse vitoriosa a conspiração que então já se iniciara contra o regime do sr. João Goulart, enviou-lhes em resposta a seguinte carta:
> São Paulo, 20 de janeiro de 1962
> [...]. A responsabilidade de que pesa sobre as Forças Armadas é enorme e diante da experiência colhida por elas e por todos nós no decorrer do período de 54, não se poderia admitir que voltássemos a cometer as imprudências que redundaram no fracasso total do belo movimento que derrubou o ditador em outubro de 1945 e da queda de Getúlio, ainda por obra do Exército, em agosto de 54. As falhas desses dois movimentos se podem resumir ao fato de terem os seus autores precipitados a entrega do Poder a homens que vinham do mesmo passado e que havia formado o seu espírito na atmosfera da ditadura, fonte de todos os males que padecemos. [...].
> As coisas chegaram no Brasil a um grau de decomposição política, administrativa e social, de proporções verdadeiramente enormes, mas dado o conhecimento que tenho do país e da índole do povo brasileiro, estou convencido que, se as Forças Armadas agirem com o critério devido e a necessária energia, em dois, ou, no máximo três anos terá voltado o Brasil a um estado de saúde política e social que permita o restabelecimento, em perfeitas condições, do regime constitucional. Além do mais, para que fazer-se uma declaração daquela natureza no primeiro documento que irão dirigir-se à Nação os responsáveis pelo Poder de fato que se visa estabelecer? O aconselhável, segundo me parece, é não fixar prazo algum, confiando-se ao tempo e aos resultados da ação do novo governo, o amadurecimento do critério pelo qual se decidirá a limitação ou o prolongamento do governo discricionário. [...].[136]

No excerto da carta *Roteiro da Revolução*, publicado pelo jornal *Estadão* na edição de 12 de abril de 1964 — doze dias após o golpe civil-militar — e veiculado na página 144, última da edição, são apresentados os bastidores da conspiração que depôs o presidente João Goulart. Destaca-se, nesse contexto, a atuação de Júlio de Mesquita Filho como um dos intelectuais do movimento golpista, que contou com a participação de setores civis e militares. Na carta, percebe-se o protagonismo dado pelo escritor às Forças Armadas, que não poderiam cometer os erros cometidos pelas conspirações anteriores, isto é, de assumir o poder homens vinculados ao governo Vargas, no caso se referindo a Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Percebe-se na carta a representação de que o Brasil, por conta do governo João Goulart e das esquerdas, estava num clima de ebulição e radicalização política, e que era necessário as Forças Armadas agirem para colocar a ordem no país. Júlio de Mesquita Filho até salienta que era necessário, após a queda do presidente, estabelecer um governo discricionário e que não deveria ter prazos de término, não deveria ter data para devolver a presidência da República aos civis.

[136] Roteiro da Revolução. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.292, p.144.

Na carta possuem-se seis tópicos, com os seguintes subtítulos: *Junta militar, tribunais, legislativo, Conselho Nacional, O prestígio nacional* e *Iniciativa privada*, como se fosse uma espécie de arquiteto de como deveria ser executado o governo militar que, deveria ser instalado após a conspiração e deposição de João Goulart. No tópico *Junta Militar*, defende que após a tomada do poder, fosse instituída uma Junta Militar que governasse o poder, mas que não anulasse a Constituição de 1946.

No tópico *Tribunais*, aborda a necessidade de uma limpeza nos quadros do Poder Judiciário, mas é contrário à abolição total dos tribunais e ao emprego da violência desnecessária que poderia causar um pânico na sociedade brasileira. A preocupação de Júlio da Mesquita Filho está com a repercussão da medida e não necessariamente com as arbitrariedades que poderiam ser aplicadas. Em seguida, na parte destinada ao Legislativo, aponta a relevância de ser realizada uma limpeza no Congresso, como a cassação de mandatos, mas reconhece que o fechamento do Parlamento poderia causar "grandes apreensões à coletividade" e, por isso, destaca que seria melhor a decretação de estado de sítio.

Ademais, a carta aborda a necessidade de criar um Conselho Nacional, que o novo governo conseguisse conquistar prestígio internacional se vinculado ao lado das democracias ocidentais e que na economia o governo deveria se apoiar no princípio básico da livre iniciativa. Júlio de Mesquita Filho, nesse sentido, atua como um dos ideólogos-teóricos da conspiração golpista, aconselhando aos militares o que deveriam fazer quando conquistassem o poder, pregando a prudência, para evitar violências consideradas desnecessárias e, sob a bandeira da legalidade, restaurar a República segundo os moldes que ele havia pensado[137].

Júlio de Mesquita Filho, participa de uma entrevista no programa "Pinga Fogo", no Canal 4 – da antiga TV Tupi São Paulo – que foi publicada pelo jornal *Estadão*, na edição do dia 26 de julho de 1964, aborda a respeito do documento chamado por ele de "roteiro da Revolução", quando foi questionado acerca de sua participação na conspiração que derrubou João Goulart:

> [...]. O primeiro ato positivo dessa conspiração está descrito por mim num documento que redigi naquela ocasião, e que foi depois publicado pelo "Estado de S. Paulo", sob o título "Roteiro da Revolução". Esse Roteiro da Revolução, era o resultado de uma pergunta que os três militares, há pouco citados, me faziam sobre o que eu julgava que se deveria fazer, no caso de uma vitória, e como agir até essa vitória. Eu, aproveitando a minha longa e dolorosa experiência, então, tracei aquilo que me parecia ser o rumo que os

[137] MÂCEDO, Francisco Adriano Leal. **Espectros do passado**: memória, mito e poder na trajetória de Júlio de Mesquita Filho (1925-1969). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025, p.278-279.

> acontecimentos deveriam tomar. Agora, o que não se sabe, e o que justifica, entretanto, a atitude atual do "Estado" diante dos acontecimentos, como eles se vêm desenrolando é que juntamente a essa carta-roteiro, que já foi publicada no "Estado", eu também fazia chegar às mãos desses militares um Ato Institucional – tinha aliás, esse mesmo título – que havia sido elaborado por mim e pelo prof. Vicente Rao. Coube a mim, o fundo do documento, e a forma, aliás, perfeita, ao prof. Vicente Rao. Nesse documento nós dizíamos que, vitoriosa a Revolução, devia-se imediatamente estabelecer um regime, evidentemente ditatorial, num determinado sentido. Quer dizer, o Ato Institucional declararia vigente ainda a Constituição de 46, menos naqueles artigos que pudessem prejudicar a ação revolucionária propriamente dita – quer dizer, de expurgo, de limpeza do País, de reestruturação de tudo quanto tinha sido demolido por aqueles dois terríveis anos de vigência do governo do sr. João Goulart. O Poder Executivo devia ser outorgado aos três ministros militares que constituiriam uma junta, a Junta Executiva da Revolução, e, desses três, deveria ser todos os anos escolhido um deles para ser o Poder Executivo propriamente dito do novo regime. [...].[138]

Na transcrição da entrevista de Júlio de Mesquita Filho no programa "Pinga Fogo" da TV Tupi, a respeito de sua participação na conspiração que depôs o presidente Goulart e na instalação do governo "revolucionário", publicado na totalidade da página 22, destaca-se acerca da carta chamada "roteiro da revolução", na qual orientava os militares o que fazer quando tomassem o poder. Além da carta-roteiro, Júlio de Mesquita Filho salienta o fato de ter, juntamente com Vicente Rao, redigido um esboço do Ato Institucional nº1, no qual o regime deveria ter características ditatoriais para a realização de "expurgos" políticos, como a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, ao mesmo tempo que declarava vigente a Constituição de 1946.

Percebe-se que, diferente do Ato Institucional, Júlio de Mesquita Filho defendia que o Brasil deveria ser governado por uma "Junta Executiva da Revolução", na qual, dos três membros, em cada um ano, deveria ser escolhido um para o cargo de presidente da República. E, além disso, o jornalista defendia que, quando fosse aplicado haveria o Ato Institucional, o fechamento da Câmara Federal e do Senado e a substituição dos governadores do Estado por interventores federais.

Se o "roteiro da Revolução" e o esboço do AI-1 elaborado por Júlio de Mesquita Filho foram seguido pelas Forças Armadas e seus aliados civis é outra questão, mas revela que o jornalista não ficou restrito a apoiar o golpe de 1964 e o regime militar através do jornal *Estadão* pelos seus editoriais que influenciavam a opinião pública, mas participou como intelectual e ideólogo do regime chefiado por oficiais militares, incentivando e sugerindo as medidas de

[138] As origens e o roteiro da Revolução. In: A Revolução: depoimento de um jornalista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de julho de 1964, Ano LXXXV, Nº27.381, p.22.

exceção contra os "subversivos" e "corruptos", a fim de ser realizado o que considerava a "democratização" do Brasil.

Apesar da participação de Júlio de Mesquita Filho e do apoio inicial que o *Estadão* deu ao golpe civil-militar e à ditadura militar no início, não significa que estava sempre alinhada às medidas políticas que solapavam as instituições liberais-democráticas. Quando foi outorgado o AI-2 pelo governo Castello Branco, o jornal *Estadão* criticou a medida arbitrária não pelas retomadas das prerrogativas do presidente da República em cassar mandatos, das prisões arbitrárias e da extinção do pluripartidarismo, mas pelo fim das eleições diretas para o cargo de presidente, que considerava uma ruptura com a tradição democrática da República Liberal[139].

O entusiasmo inicial do periódico com a ditadura militar foi diminuindo, especialmente quando o marechal Artur da Costa e Silva assumiu o governo ditatorial em 1967. O sentimento em relação ao governo chamado de "revolucionário" era visto como decepção, não agradava à linha editorial do periódico a crescente militarização do Estado, a implementação de uma legislação autoritária e a redução da importância dos civis no centro decisório do poder[140]. A ruptura do jornal *Estadão* com o regime militar ocorreu no contexto da crise política causada pelo discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves contra os militares, somado com as mobilizações sociais e protestos que se tornaram pretexto para ser baixado o AI-5 pelo governo Costa e Silva. Antes de ser baixada a medida arbitrária, foi publicado na coluna *Notas e Informações* um editorial que criticava duramente o marechal Artur da Costa e Silva pela crise política que estava se desenrolando;

> Das palavras ultimamente pronunciadas pelo sr. presidente da República, infere-se não ser o seu estado de espírito aquele que até há pouco sistematicamente definia a confiança que depositava em si e na sua gestão. O otimismo, de resto inconsistente, que transpirava de todas as suas atitudes, acabou por ceder lugar a uma inquietação crescente, na qual são evidentes os sinais de que admite s.exa. que as coisas venham a piorar – não porque elas se tenham em si mesmas deteriorado, mas em consequência dos erros praticados por s.exa. É que, com o correr do tempo e o contacto com a realidade, vai s.exa. percebendo que governar uma nação, de mais de 80 milhões de habitantes e que acaba de dar, com a vitória de 64 – que, embora s.exa. a considere como obra das Forças Armadas, se deve ao próprio esforço da coletividade – uma demonstração viva de fé democrática, é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército.
> [...] Já nessa altura, para aqueles que através dos tempos afinaram aquela sensibilidade sem a qual ninguém será capaz de perceber os sinais precursores dos grandes terremotos, se mantinha s. exa. acima dos acontecimentos, na

[139] NOTAS E INFORMAÇÕES. O nôvo Ato Institucional. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 de outubro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.771, p.3.
[140] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 369, maio-ago. 2017

> ilusória suposição de que tudo ia melhor e que, se algumas vozes se levantavam em dissonância, não correspondia ao sentir das camadas profundas da nacionalidade. Pouco tempo durou, porém, a euforia presidencial. Uma após as outras, começaram a manifestar-se as contradições do artificialismo institucional que pela pressão das armas foi o País obrigado a aceitar. A desordem passou a campear nos arraiais estudantis, ao mesmo tempo em que, ante o mal-estar geral, o clero revoltoso fazia sentir a sua presença até mesmo nas praças públicas. Dentro dos próprios limites do feudo aparentemente submisso à vontade do Palácio da Alvorada, não se passava o dia sem que se manifestassem sintomas da insurreição latente. A ARENA aderia à rebeldia geral com tamanha evidencia que o próprio MDB sentiu que era chegado o momento da desforra. Resolveu então, com uma ousadia que a todos espantou, enfrentar a ditadura militar em que vivemos desde 1964 ferindo a suscetibilidade às Forças Armadas Brasileiras. [...][141].

"Instituições em frangalhos" foi o título da coluna *Notas e Informações,* escrita por Júlio de Mesquita Filho e publicada em 13 de dezembro de 1968. Nela, o autor criticava duramente o marechal Costa e Silva, responsabilizando-o pelas medidas políticas adotadas que, em sua visão, agravaram a crise política e intensificaram o clima de descontentamento existente entre diversos setores da sociedade em relação ao governo. Ademais, o texto afirmava que o Brasil vivia, desde 1964, sob uma ditadura militar, o que evidencia que o proprietário do periódico reconhecia que o regime que ajudou a construir era, de fato, uma ditadura militar.

Segundo Francisco Adriano Leal Mâcedo, essa coluna opinativa escrita por Júlio de Mesquita Filho à primeira vista indica retirada de apoio ou até mesmo arrependimento, porém o texto *Instituições em frangalhos* soa como álibi, que tenta destacar uma posição de um determinado legado, de que o governo chamado de "revolucionário" se afastará das instituições liberais-democráticas, daquilo que ele defendia e havia proposto quatro anos antes[142].

Todavia, "ditaduras não toleram críticas"[143], a edição dos jornais *Estadão* e *Jornal da Tarde* do dia 13 de março de 1968 coincidiram com a publicação do AI-5 pelo governo Costa e Silva. Os periódicos foram alvos da censura. A Polícia Federal, em São Paulo, apreendeu os exemplares encontrados na sede dos jornais e, em seguida, os policiais dirigiram-se às bancas para confiscar aqueles que já estavam sendo distribuídos[144].

---

[141] NOTAS E INFORMAÇÕES. Instituições em frangalhos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de dezembro de 1968, Ano 89, Nº28.737, p.3.
[142] MÂCEDO, Francisco Adriano Leal. **Espectros do passado**: memória, mito e poder na trajetória de Júlio de Mesquita Filho (1925-1969). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025, p.283-284.
[143] MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Seduções tropicais**: Júlio de Mesquita Filho entre projetistas e ideólogos do Brasil. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021, p.164.
[144] PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma, São Paulo: Três Estrelas, 2012, p.177.

O jornal *Estadão*, na edição do dia 14 de dezembro, em primeira página, publica uma matéria informando aos leitores a apreensão dos jornais pela Polícia Federal por ordem dos oficiais militares:

> Informou o chefe do Setor das Relações Públicas do II Exército, coronel José do Amaral Garbogini, que foi quem transmitiu à imprensa as declarações do general Lisboa, que êste afirmara que, se tivesse sido consultado, "a priori", teria liberado o editorial "Instituições em Frangalhos", motivo da apreensão. Disse que assim o fazia porque, embora fazendo restrições a certas passagens do texto, não via nêle ponto algum que colocasse em perigo a tranquilidade pública e a segurança".
> Por outro lado, o general Sílvio Correia de Andrade, delegado regional da Polícia Federal em São Paulo, afirmou que a responsabilidade do ato de apreensão era tôda sua e não de autoridades superiores em Brasília, esclarecendo que assim o fizera porque o editorial em questão "somente poderia contribuir para acirramentos dos ânimos e não podia ser publicado". Como em seguida, o "Jornal da Tarde" era impresso "nas mesmas condições", foi igualmente apreendido, porque, de forma idêntica, seus diretores se recusaram a alterar os textos considerados "mais exaltados".
> Por seu turno e posteriormente, o general Sílvio Correia de Andrade esclareceu que não haverá procedimentos judiciais contra a direção dos jornais "O Estado" e "Jornal da Tarde" e desmentiu boatos segundo os quais teria determinado a prisão de seus diretores. Mas advertiu: Contra qualquer jornal que não contribuir para "manter a tranquilidade", o DPF tomará medidas
> Perguntando-se-lhe em que lei se estribaram para proceder como o fêz, disse o chefe da Polícia Federal em São Paulo que "poderá ter invocado a Lei de Segurança Nacional", mas não o fêz, porque se tratava apenas de "conter uma exaltação desnecessária".
> Quanto ao perigo de novas apreensões hoje, já que chamara seu pessoal de censura para "ficar alerta", prometeu que não haverá tais medidas contra jornais e que, no tocante a rádio e tv, "o problema é de CONTEL".[145]

Na matéria, escrita pelos correspondentes e pelas sucursais, percebe-se que detalha a opinião dos oficiais militares a respeito da apreensão dos jornais *Estadão* e *Jornal da Tarde*, causada pela coluna *Instituições em frangalhos,* considerada "subversiva" pelos responsáveis pela censura por considerá-la exaltada e que poderia causar acirramentos dos ânimos da população. Ao mesmo tempo que a matéria aborda que os diretores dos jornais não seriam processados na justiça pela publicação do periódico, trata da ameaça de que se o jornal publicar matérias que possam ser consideradas subversivas ou romper com a "tranquilidade", a DPF – Departamento da Polícia Federal – tomará as medidas que considerar necessárias, isto é, apreensões de edições de periódicos ou até mesmo prisão de jornalistas e diretores.

Os impactos do AI-5, somado com o afastamento e morte de Júlio de Mesquita Filho, resultaram numa mudança importante no jornal. Os editoriais opinativos do *Estadão* deixaram

[145] "Estado" é apreendido. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de dezembro de 1968, Ano 89, Nº28.738, p.1.

de tratar a respeito da política nacional – salvo em casos excepcionais – para abordar a situação internacional, explorando a situação dos países do bloco socialista no contexto da Guerra Fria. E, quando abordava a respeito da política ficava limitado a reproduzir discursos de autoridades políticas e reproduzir a notícia dos veículos oficiais. Essa mudança é causada seja pelo da censura ou para evitar que o jornal seja alvo de ações autoritárias, o fato é que a opinião política do *Estadão* passou a ser transmitida através de novas estratégias discursivas[146].

Em uma palestra, Júlio de Mesquita Neto, que se tornou diretor-responsável dos jornais *Estadão* e *Jornal da Tarde*, destacou a situação de abordar temas de natureza política no jornal ao ser questionado sobre o estado da liberdade de imprensa no Brasil:

> Se o Sr. lê O Estado de S. Paulo, sabe que o jornal vem sendo editado praticamente sob protesto. Desde o dia 13 de dezembro de 1968 que não publicamos nosso primeiro editorial. Não comentamos matéria política por não dispormos de liberdade suficiente para dizer o que pensamos. O senhor aludiu à liberdade de publicação de notícias. Como jornalista, conhece o assunto. A verdade é que há uma censura e que essa censura frequentemente não permite a divulgação de uma série de fatos. Temos de agir nesse contexto. Publicamos o que, dentro do possível, podemos, e chegamos ao ponto de ter edições apreendidas na boca da rotativa. Isso aconteceu quando, num momento de excepcional gravidade, fizemos um editorial sobre a situação geral do país. É um fato. Contra a força não há argumentos. [...].[147]

No excerto, percebe-se que Júlio de Mesquita Neto confirma que o jornal *Estadão*, após o AI-5 e as ameaças causadas pela edição do editorial *Instituições em frangalhos*, passa a praticar a autocensura, isto é, evita abordar determinados temas políticos considerados proibidos pelo regime militar, por temer ameaças e represálias. Essa censura citada ainda não é aquela que ficaria conhecida como censura prévia, mas uma censura extraoficial, que ocorria por meio de bilhetes e telefonemas, proibindo a publicação de matérias consideradas "subversivas" pelo regime militar e que, caso fossem desobedecidas, poderiam causar consequências.

A respeito da censura, após AI-5 o jornal *Estadão* buscou acomodar-se com o controle estatal e não se importou com a censura que foi institucionalizada por meio do decreto-lei 1.077/1970[148], que permitia a apreensão de livros e periódicos impressos que atentassem contra à moral e os bons costumes, restringindo os direitos constitucionais da liberdade de imprensa.

---

[146] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 370, maio-ago. 2017

[147] MELO, José Marques de. **Censura e Liberdade de Imprensa**. São Paulo: COM-ARTE, 1984, p.41.

[148] BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1970. Link de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso: 29/12/2025,

Todavia, o decreto não se referia a opiniões e ideias políticas[149]. Quando lideranças políticas resolveram ampliar a legislação censória para além da moralidade, sentiu-se ameaçado e reclamou nos seus editoriais:

> Institucionalizado – para usar de uma expressão hoje muito em voga – apesar do que está expressamente disposto na Constituição da República, que se diz em vigor, e apesar do geral repúdio, o sistema de censura, já se começa a respirar, no País um espírito de censura, cujas consequências são facilmente previsíveis.
> Assim é que já se está falando em uma "doutrina da censura" e já se está anunciando um "código da censura". O que, evidentemente, não são hábeis para levar o País à anunciada, mas ao que parece extremamente remota, redemocratização. [...].
> A continuar assim, de acordo com esse espírito de censura, logo pouco ou nada restará de tudo aquilo por que lutaram aqueles que efetivamente trabalharam pela vitória – democrática e liberal – de 31 de março de 1964.[150]

No editorial, produzido por Flávio Galvão, localizado do lado esquerdo da página 04, com o título *Espírito da censura*, aborda acerca a institucionalização da censura causada pelo decreto-lei 1.077/1970, embora a lei trata-se no que diz respeito a "moral e os bons costumes", o jornalista critica a lei por considerá-la perigosa e contrária a liberdade de expressão. Chama a atenção, no texto, o repúdio ao "espírito da censura" por ser contrária à "vitória democrática e liberal de 31 de março de 1964", isto é, considerava a censura prévia não como um desdobramento do golpe de 1964, mas como um desvirtuamento dos seus ideais.

Todavia, a relação do periódico com o regime militar era complexa e cheia de ambiguidade, apesar de não concordar com as medidas arbitrárias, como o AI-5 e a censura à imprensa, o jornal não negava o apoio ao golpe de 1964 – chamado de movimento "revolucionário de 1964" – as medidas de defesa a ordem social e a política econômica do período do milagre econômico[151].

No editorial, produzido por Júlio de Mesquita Neto no contexto das comemorações dos oito anos do regime, em *Notas e Informações*, expõe os elogios e as críticas ao governo militar:

> Oito anos transcorreram desde a jornada revolucionária que a Nação comemora hoje. Em termos históricos, 2922 dias representam pouco. Mas para nós, brasileiros, eles significaram muito. Deixamos de ser o eterno país do futuro para nos transformarmos no país real do presente.

---

[149] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 372, maio-ago. 2017

[150]GALVÃO, Flávio. Espírito de censura. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 de maio de 1970, Ano 91, Nº29.173, p.4.

[151] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 370, maio-ago, 2017.

> As mudanças foram tão profundas nesse breve espaço de tempo que pessoa alguma, qualquer que seja a sua opção ideológica, pode negar a evidência: o extraordinário progresso realizado desde 1964. Em oito anos o Produto Interno Bruto quase duplicou. Pela sua infinita complexidade, as transformações ocorridas não são, aliás, aferíveis apenas em termos matemáticos. A atmosfera, interna e externamente, é outra. Deixamos de ser definitivamente um país down Rio Grande ou de lá. Não somos mais uma nação à qual os outros comunicam ou impõem suas decisões. O Brasil ganhou voz no mundo. Passamos a ser tratados de igual para igual por aqueles que, antes, nos olhavam de cima para baixo. As grandes potências principiam a consultar-nos quando discutem questões que envolvem o futuro da humanidade [...].
>
> Se temos múltiplos motivos para nos orgulharmos do caminho percorrido pelo Brasil desde 64, cabe-nos, também, como revolucionários, apontar erros e desvios. E o maior deles é certamente a incompreensão das consequências do adiamento indefinido da Revolução Política. Torna-se melancólico verificar que nos postos chaves da República são hoje raros, raríssimos, os homens que contribuíram decisivamente com o seu esforço e a sua fé para a vitória de março de 64. O espírito desses precursores do "milagre brasileiro" não está mais presente no Estado brasileiro, ao nível em que são tomadas as grandes decisões.
>
> Porque acreditamos no Brasil e no aperfeiçoamento de uma Revolução cujo balanço geral é muito positivo, cumprimos um dever recordando, no aniversário da insurreição de março, que a abertura política se apresenta como necessidade cada vez mais premente. Ela só será, entretanto, possível, quando os detentores do Poder se aperceberem de uma verdade milenar. Não de construir a democracia se o seu espírito, na prática, for esquecido, ou negado.[152]

Na coluna escrita por Júlio de Mesquita Neto, percebem-se as complexidades do editorial que comemora os oito anos do regime militar, sendo apontado, primeiramente, o aspecto das mudanças ocorridas no Brasil no âmbito econômico, representado principalmente pelos números do PIB, como se o Brasil fosse respeitado e tivesse se transformado no país do futuro, numa potência econômica por causa da ditadura militar. Todavia, no final da coluna, expõem-se críticas de maneira tímida em relação à política, não referente ao clima de repressão e perseguição aos opositores políticos, mas ao quadro do governo de figuras políticas questionáveis do ponto de vista ético e moral, além da ausência de renovação nas lideranças políticas. Essa crítica da falta de representatividade nos quadros políticos do regime militar é colocada como se fosse um indicativo de que o Brasil estivesse com "falta de democracia".

Apesar de abordar a situação política econômica do governo Médici, o *Estadão*, por sua posição liberal e defensora da livre-iniciativa, preocupava-se com o aumento da intervenção do Estado na economia e das políticas nacionalistas e estatistas de algumas dessas ações, como se

[152] NOTAS E INFORMAÇÕES. Oito anos depois**. O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 de março de 1972, Ano 93, Nº29.753, p.3.

fosse uma ameaça ao liberalismo e à democracia[153]. Por isso, diferentemente de outros periódicos da grande imprensa, que demonstravam certa euforia em torno do "milagre econômico", o jornal *Estadão* evitava exaltar o cenário econômico do Brasil durante o governo Médici, seja por discordar do nacionalismo e do intervencionismo estatal, seja por não querer que o sucesso econômico fosse visto como uma forma de legitimar a escalada autoritária da ditadura militar, uma vez que o regime utilizava o argumento do crescimento econômico como fonte legitimidade política[154].

O periódico *Estadão*, aproveitava o clima de euforia econômica, para defender nos seus editoriais um processo de "abertura" que acarretasse numa "democratização" do sistema político:

> RIO – A preocupação, em termos de prioridade absoluta, do governo pelo desenvolvimento é, também, uma atitude política, na medida em que o sistema considera que só a convicção nacional de um êxito administrativo, que desconte os nossos atrasos do passado, criará as condições para uma efetiva abertura democrática.
> O raciocínio, recolhido junto à alta patente militar, no curso de uma conversa informal, evidentemente que reflete as conclusões de uma análise coletiva e não apenas um pensamento pessoal.
> Todo o sistema está a cada dia mais convencido de que assegurar ritmo expressivo de desenvolvimento se constitui na preliminar básica de uma série de desdobramentos futuros. Mas não é apenas a convicção que explica o comportamento do governo. Ele é, também, condicionado pelos estímulos representados pela tranquilidade nos resultados. [...].
> Este ano, talvez até meados próximos, o desenvolvimento continuará sendo a meta obsessiva do sistema. Episodicamente, o governo cuidará de assuntos políticos, dentro de uma orientação discretamente liberalizante.[155]

No texto, escrito pelas sucursais, localizado na página 03, salienta-se a respeito do sucesso da política econômica, que é buscado como uma das metas principais do governo Médici, sendo que o resultado favorável no aspecto econômico poderia criar condições para uma orientação liberalizante da política por parte do regime militar. O *Estadão*, nesse sentido, aproveitava o ambiente econômico favorável para publicar editoriais e artigos que pregavam a oportunidade de ser realizada uma abertura política. Todavia, essa agenda "democratizante" não pode ser vista no sentido pleno, mas que não ultrapassa os limites defendidos pelo liberalismo e não significava uma ruptura plena com a ditadura.

---

[153] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 374, maio-ago, 2017.
[154] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 374, maio-ago, 2017.
[155] Desenvolvimento cria clima para abertura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de junho de 1971, Ano 92, Nº29.516, p.3.

Carlos Chagas, nesse sentido, publica um artigo a respeito da necessidade de uma abertura política, critica o aparato repressivo e arbitrário do regime militar, porém ao mesmo tempo nega uma ruptura drástica:

> [...] O tema democratização nunca deixou de estar presente, embora não se fale a seu respeito. Acontece que o país estará democratizado não apenas quando se extinguir a exceção dos Atos, mas quando os representantes legítimos do povo puderem se reunir para, livremente, chegar a um texto constitucional de acordo com nossas necessidades. O atual, como a Constituição de 1967, carece de legitimidade, mesmo abstraindo-se suas contradições e alguns de seus injustificáveis preceitos draconianos.
> Não se supõe, obrigatoriamente, a convocação de uma assembleia nacional constituinte, pois o Congresso possui o poder constituinte derivado, tão amplo como o originário.
> Falta, no momento em que a prática política começa a se fazer sentir, uma definição do objetivo maior. É imprescindível a existência de um plano ou roteiro que intente desaguar na democratização completa. [...].[156]

No texto escrito por Carlos Chagas, localizado no meio da página 04, aborda a necessidade de um processo de "democratização" da sociedade, com a extinção dos Atos Institucionais e com o retorno das funções e representatividade do poder legislativo no sistema político. Todavia, o escritor, apesar de defender uma "democratização completa", nega a necessidade de ser realizada uma nova Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição, apesar de reconhecer os vícios e a fragilidade com que ela foi construída e ainda vigora por causa do AI-5.

Esse artigo indica a perspectiva política dos jornalistas do Estadão, que defendiam uma "redemocratização", não no sentido de ser uma ruptura total com a ditadura militar, mas na possibilidade de retorno do funcionamento e maior representatividade das instituições liberais-democráticas, e não no sentido de devolver o poder imediatamente aos civis ou reduzir o papel dos militares e técnicos no regime. As sugestões estavam inclinadas no sentido de "institucionalizar" e "normalizar" o regime militar aproximando-o da lógica defendida pelo liberalismo e não rompendo com ele[157].

Foi nesse clima de expectativa em torno de um possível processo de "democratização" que o jornal *Estadão* foi colocado em censura prévia, por ele abordar a respeito do processo sucessório do ditador Médici, abordando as lutas internas das Forças Armadas em torno da sucessão tema considerado "delicado" para o governo[158]. A tentativa do jornal de influenciar o

---

[156] CHAGAS, Carlos. O principal e o acessório. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de maio de 1972, Ano 93, Nº29.800, p.3.
[157] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 376, maio-ago, 2017
[158] Idem, p.375.

processo de sucessão, é perceptível nas várias manifestações sobre a abertura, democratização e institucionalização, além da publicação de entrevistas com figuras civis e militares a respeito de um possível processo de liberalização[159].

Contudo, o processo sucessório tratado pelos jornais era um assunto que incomodava os militares governistas. Segundo o relato jornalístico de Élio Gaspari, dois dias após a publicação de artigo sobre Roberto Campos a respeito da política, resultou numa invasão de um censor e quatro agentes da Polícia Federal no prédio do *Estadão*, enquanto policiais armados cercavam e bloqueavam as saídas do edifício, procurando um artigo "bomba" que poderia revelar a escolha do nome de Ernesto Geisel para a presidência da República. Os policiais procuraram e não acharam nada, porém o episódio mostrava "a determinação de mostrar às empresas jornalísticas que deviam ficar ao largo do jogo de pressões para a escolha do próximo presidente"[160].

Após três semanas, foi publicada no *Estadão* uma entrevista com o marechal Osvaldo Cordeiro de Farias, que, assim como Roberto Campos, possuía ligação com o ditador Castello Branco, louvou a sua figura, criticou o governo Costa e Silva e defendeu a possibilidade de serem revistas algumas punições políticas e de que pudesse fortalecer o poder legislativo[161]. Esse episódio foi a gota d'água; a censura do regime proibiu a publicação de textos referentes à abertura política, sucessão presidencial e menções desfavoráveis à situação econômica e até a entrevista de ex-ministros de Estado[162].

O episódio gerou profunda indignação de Ruy Mesquita – irmão de Júlio de Mesquita Neto –, que enviou uma carta para o então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, com fortes críticas às proibições:

> "(Senhor Ministro.
> Ao tomar conhecimento dessas ordens emanadas de V. Sa... o meu sentimento foi de profunda humilhação e vergonha. Senti vergonha. Senhor Ministro, pelo Brasil, degradado à condição de uma republiqueta de banana ou de uma Uganda qualquer, por um governo que acaba de perder a compostura. Parece incrível que os que decretam hoje o ostracismo forçado dos próprios companheiros da Revolução, que ocuparam ontem cargos em que se encontram hoje, não cogitem cinco minutos do julgamento da história. O senhor, Senhor Ministro, deixará de sê-lo um dia. Todos os que estão hoje no Poder dele baixarão e, então, Senhor Ministro, como aconteceu na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini ou na Rússia de Stálin, o Brasil ficará sabendo a verdadeira história desse período em que a Revolução de 64 abandonou os

[159] Idem, p.375.
[160] GASPARI, Élio. **A ditadura derrotada**: o sacerdote e o feiticeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p.207.
[161] GASPARI, Élio. **A ditadura derrotada**: o sacerdote e o feiticeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p.207.
[162] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 377, maio-ago, 2017

> rumos traçados pelo seu maior líder, o Marechal Castello Branco, para enveredar pelos rumos de um caudilhismo militar que já está fora de moda, inclusive nas repúblicas hispano-americanas. Cheio de vergonha por ver meu país degradado a essa condição, subscrevo-me humilhado")[163].

Na carta escrita por Ruy Mesquita, percebe-se a indignação e as fortes críticas dirigidas ao ministro da Justiça, em razão dos assuntos considerados proibidos de serem abordados pelo jornal *Estadão* em suas edições. O jornalista chama a atenção por, em pleno regime militar, sob a vigência do AI-5, enviar um telegrama a uma autoridade da ditadura, classificando a situação do Brasil como a de uma "republiqueta de bananas" ou de uma "Uganda", além de ameaçar que a história revelaria a verdadeira face do regime militar, assim como ocorreu na Alemanha nazista, na Itália fascista e na União Soviética stalinista, afirmando ainda que o Brasil seguia o rumo de um caudilhismo militar.

Na carta de Ruy Mesquita, não diz que ele descumprirá as ordens emitidas pela censura, porém foi motivo suficiente para o regime militar submeter os jornais *Estadão* e *Jornal da Tarde* à censura prévia que durou de agosto de 1972 a janeiro de 1975. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, com a censura prévia, o tema da sucessão presidencial desapareceu momentaneamente, assim como a defesa da redemocratização; além disso, a censura vetou notícias sobre as ações violentas de agentes policiais e as prisões arbitrárias. As reportagens abordavam o quadro político, focando-se nos partidos, porém desapareceram artigos opinativos, bem como as charges que abordavam temas considerados sensíveis pelo regime[164].

As temáticas vetadas pelos censores no jornal *Estadão* abrangiam temas referente à repressão política, críticas da oposição, críticas da imprensa do exterior, abordagem dos conflitos entre os membros da Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado, críticas às medidas políticas do regime militar, críticas à política econômica, acidentes, questões referentes aos índios, reivindicações sociais, críticas à política da saúde pública, movimento estudantil, o golpe militar liderado por Augusto Pinochet no Chile e qualquer tipo de alusão à censura à imprensa[165].

O jornal *Estadão,* sob censura prévia, com os textos jornalísticos que eram vetados pelos censores, seus jornalistas resolveram de maneira criativa preencher os espaços cortados, principalmente por meio do uso de fragmentos de Lusíadas de Luís de Camões e outros poemas

---

[163] Carta encontrada no livro escrito por Paulo Marconi: MARCONI, Paulo. A **censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. 2 ed. São Paulo: Parma Ltda, 1990, p.64.

[164] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 377, maio-ago, 2017

[165] Para maior aprofundamento do material vetado pelos censores do regime militar quando o *Estadão*, estava sob á censura prévia, indicamos: AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Baaru (SP): EDUSC, 1999, p.59-110.

clássicos, que serviam tanto para, em um curto período de tempo, preencher os textos retirados pelos censores, como serviam como uma maneira de alertar os leitores de que o jornal estava sob censura[166].

A censura prévia causava fortes prejuízos ao jornal *Estadão*, por causa da imprevisibilidade do material que seria vetado pelos censores. Nesse sentido, o jornal tinha que improvisar como substituir em um curto período de tempo o material censurado, para não ter prejuízos e diminuir a qualidade da impressão. Ruy Mesquita, num depoimento presente no livro *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*, salienta a respeito de como não existia uma definição clara para quais temáticas era proibido abordar:

> Por outro lado, a censura oscila em função de critérios que a gente não chega a compreender. Manuseando o material censurado nota-se isso. É um absurdo completo, ninguém chega a compreender o critério. Inclusive no tempo de Buzaid, antes de passar aquele telegrama para ele, ele vivia conversando muito com meu irmão (Júlio Mesquita Neto) e a gente lhe dizia: "censurará isto...", no que ele respondia: "é um absurdo, esse censor é um estúpido". De forma que a gente nunca chegava a saber quem era o responsável por uma determinada ordem para censurar uma matéria. [...].[167]

Ou seja, no material a ser censurado não existia uma regra clara e ficava muito à mercê do censor, acarretando prejuízos na empresa jornalista, em ter que repor o mais rápido possível o espaço que foi vetado por uma notícia que é permitida. Segundo Bernardo Kucinski, a censura prévia introduz um componente de imprevisibilidade do material que poderia ser vetado, que não poderia ser superado em um tempo curto da produção jornalística. Se a reportagem principal estampada em primeira página do jornal for censurada, como substituí-la por outra, de igual importância, em um tempo curto que não afetasse as vendas do jornal[168]?

O jornal *Estadão* ficou sob censura prévia até 5 de janeiro de 1975, contabilizando um pouco mais de 2 anos. No editorial produzido pelo diretor-chefe do periódico na coluna *Notas e Informações*, comemorava o fim da censura prévia do jornal:

> Interrompida em 13 de dezembro, reiniciamos, hoje, nestas colunas, nossa caminhada em defesa do regime liberal-democrático. E se olharmos para trás e procurarmos ver as causas que determinam nosso silêncio ao longo desses seis anos, veremos que as razões que nos levaram a duvidar da viabilidade do

---

[166] GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. 1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p.570, 2017

[167] MESQUITA, Ruy. In: MARCONI, Paulo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. 2 ed. São Paulo: Parma Ltda, 1990, p.172,

[168] KUCINSKI, Bernado. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.61.

> sistema instaurado pela Constituição de 1967 ainda persistem – da mesma forma que nossa confiança no futuro, dado o conhecimento que temos do caráter da gente brasileira e o amor que devotamos a este País.
> [...] Como, já hoje, continua. Pois, enquanto a Lei da Imprensa e a Lei da Segurança derem a diferentes setores do Poder Público o direito de, ao arbítrio de quem decide, suspender órgãos de informação ou ordenar devassa em sua organização interna, a liberdade de imprensa não estará totalmente resguardada. Da filosofia liberal que nos inspira, aprendemos que a liberdade é uma e indivisível, e que, enquanto alguém dela se vir privado por ato que não encontre amparo na Lei que decorra da livre manifestação da opinião de todos, a liberdade não existe. Por isso, nossa luta continuará até que "O Estado" não constitua exceção e até que possamos, como Nação, erguer sobranceiramente a cabeça e ouvir com serenidade o resultado do julgamento dos outros povos livres.[169]

No texto jornalístico, publicado na coluna *Notas e Informações*, percebe-se uma comemoração do retorno desse espaço opinativo de produzir editoriais opinativos referentes à situação política do país, após seis anos da publicação do texto "*Instituição em frangalhos*", em que o jornal foi submetido à censura –, sem contar a censura prévia – sendo vigiado pelos censores a respeito das publicações do jornal. O periódico reconhece ao governo Geisel a iniciativa de tirá-lo da censura prévia, entretanto, reivindica mais liberdade com o fim da Lei da Imprensa, Lei da Segurança Nacional e os Atos Institucionais que, na visão do periódico, atentam contra a liberdade individual do país. E salienta que o jornal continuará lutando e defendendo a retomada da causa da democracia liberal.

O jornal *Estadão*, nesse sentido, teve uma relação com o regime militar de proximidade inicial, tendo participado da campanha de desgaste do governo João Goulart, com os seus principais diretores fazendo parte do grupo civil da conspiração golpista de 1964, tendo apoiado no início as medidas arbitrárias da ditadura, como as cassações de mandato e direitos de cidadão identificados com o governo anterior; todavia, após o AI-2, começa a se afastar do regime que ajudou a criar, tendo como estopim do "afastamento" o episódio que resultou na publicação do AI-5.

Entretanto, o jornal *Estadão* não rompeu com o regime militar completamente, apesar de estar sob censura e vigiado pelo regime militar, defendeu o "legado" daquilo que chamava de ideais da "revolução de 1964", se reivindicando-se como um jornal revolucionário e criticando o regime por ter se afastado supostamente desses ideais, em especial do liberalismo político e econômico. Todavia, não criticava o regime militar na sua forma, mas no seu

[169] NOTAS E INFORMAÇÕES. Voltamos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 de janeiro de 1975, Ano 96, Nº30.619, p.3

conteúdo, no sentido das alianças políticas, a política econômica estatizante e as políticas repressivas que solapavam as instituições liberais-democráticas.

Durante o contexto das pressões de setores da sociedade civil para o prosseguimento da política de abertura política, o jornal *Estadão* radicalizava as suas críticas em torno do regime militar, em específico durante os recuos do governo Geisel no processo de distensão:

> A imaginação criadora não podia ser acionada; não é predicado seu encontrar fórmulas de rendição e escolher a menos humilhante possível. Porque, depois do ultimato do presidente Geisel ao Congresso, iniciando a contagem regressiva do que se insinuara como mais um apelo a instrumentos de exceção, não cabia evidentemente falar em acordo, transigência ou composição. O Executivo não negociou, porque não se negocia uma posição de força absoluta. O Executivo impôs. [...].
> Sob o governo Castello Branco construiu-se o Executivo "forte". Para nós, é forte demais, e pesado. O governo Costa e Silva extinguiu-se sem revogação do AI-5, antes, propiciando a cassação de um vice-presidente. O governo Médici, que prometera a "plenitude democrática" deixou nós com saldo ainda menor de democracia. Ao presidente Geisel terá restado ter presidido eleições livres para um Congresso que não foi deixado livre para deliberar, e, agora, ficar entre decretar-lhe o recesso, ou burlar um preceito constitucional. Para que a vontade do Executivo se cumpra. Por automatismo e por adestramento em situações de desespero tudo se aprende, tudo se adquire.[170]

No artigo opinativo, intitulado *A didática do ultimato*, publicado na página 03, possivelmente escrito pelo Júlio de Mesquita Neto, foi publicado no contexto de tensões entre o Parlamento e o governo Geisel, que acarretou na utilização do AI-5, que colocou o Congresso Nacional em "recesso" e aprovou reformas políticas e jurídicas sem o aval do Parlamento. Percebe-se no editorial a crítica da maneira que o Executivo dialoga com o Legislativo, com a utilização da força e da coesão estatal. Critica o Executivo "forte" arquitetado pelo ditador Castello Branco e a governança por meio da permanência do AI-5 e outras medidas de exceção que ferem as instituições liberais-democráticas.

O jornal *Estadão*, nesse sentido, era crítico das políticas nacionalistas do governo Geisel, em específico as relacionadas à intervenção do Estado na economia e à utilização de medidas arbitrárias para resolver os impasses e críticas políticas. Com o avanço do processo de abertura política, durante o governo Figueiredo, o periódico apoiou a lei da anistia e o retorno do pluripartidarismo, apesar de ser contrária às mobilizações de trabalhadores, como a do ABC paulista, e ao retorno de políticos considerados radicais, como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Da mesma maneira que o jornal *O Globo*, demorou a apoiar a campanha das Diretas Já, em

[170] NOTAS E INFORMAÇÕES. A didática do ultimato. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 de março de 1977, Ano 98, Nº31.297, p.3.

específico por causa do protagonismo dos movimentos sociais que preocupava a direção conservadora do *Estadão*.

O jornal Estadão, nesse sentido, é um exemplo de periódico vinculado à grande imprensa que não só apoiou o golpe de 1964 e a ditadura militar, como conspirou e incentivava as medidas de exceção outorgadas pelo regime contra os considerados "subversivos" e "comunistas". Todavia, quando os diretores responsáveis pelo jornal Estadão perceberam que as Forças Armadas não iriam devolver o poder e iriam solapar as instituições liberais-democráticas, começaram a se afastar e ser oposição ao arbítrio, sendo inclusive alvos da censura e da censura prévia.

Todavia, o periódico *Estadão* não era contra o regime militar que se instalou com o golpe de 1964, mas da maneira autoritária que governava e as intervenções na economia, que consideravam que feriam o espírito "liberal" que o jornal defendia. *O Estadão*, nesse sentido, é um exemplo de setor vinculado aos liberais-conservadores que apoiaram o golpe e a ditadura, mas depois afastaram-se quando perceberam que o Brasil seria governado pelo arbítrio e pela violência e que as instituições liberais-democráticas teriam seus papéis diminuídos.

2.3. **Narrativas midiáticas e autoritarismo**: o crescimento e o papel do jornal *O Globo* na legitimação do regime militar

> Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.
> A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como "O Estado de S. Paulo", "Folha de S. Paulo", "Jornal do Brasil" e o "Correio da Manhã", para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.
> Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma "república sindical" — e de alguns segmentos das Forças Armadas [...].
> Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse

> desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma[171].

O jornal O *Globo*, sob a direção de Roberto Marinho[172], é reconhecido por sua oposição ao governo João Goulart, ao projeto de Reforma de Base e por ter apoiado o golpe civil-militar e a ditadura militar. Além disso, durante o regime militar, destacou-se pelo crescimento significativo de seus negócios, expandindo-se de uma empresa de jornal e rádio para uma grande emissora de telecomunicações[173]. O silêncio da emissora *O Globo* durante as manifestações de junho de 2013 foi alvo de críticas e, em setembro, o seu jornal impresso publicou o editorial intitulado *Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro,* como forma de autocrítica e tentativa de justificar a posição da equipe editorial do periódico durante o regime ditatorial.

A memória, segundo Michel Pollak, é sempre conflituosa, porque ela é seletiva, resultado de enquadramentos, esquecimentos e silenciamentos. As memórias são construções sociais e não objetos naturais[174]. No caso das memórias individuais, o trabalho de enquadramento está relacionado a manipulações conscientes e inconscientes dos afetos, dos desejos, das inibições e dos medos, já na memória coletiva, o trabalho de enquadramento da memória está relacionado às lutas e às negociações dos grupos sociais em torno dos sentidos dos fatos e dos sujeitos neles envolvidos[175]. Nesse meandro, a equipe editorial do jornal enquadrou a memória institucional para rememorar seu passado de apoio ao golpe de 1964 e à ditadura militar, por meio de uma narrativa que utiliza a história e o passado como elementos justificadores de um posicionamento que, na contemporaneidade, é condenado e questionado por setores expressivos da sociedade.

Apesar de o grupo editorial de *O Globo* não negar o apoio ao golpe de 1964 e o regime autoritário que se seguiu, busca dividir a responsabilidade com os principais veículos de

---

[171] APOIO EDITORIAL AO GOLPE DE 1964 FOI UM ERRO. **O Globo,** Rio de Janeiro, 1 de setembro de 2013, Ano LXXXIX, n.29.245, p.14. Também disponível em: https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226#. Acesso: 31/12/2025.

[172] Roberto Pisani Marinho (1904-2003), foi um jornalista e empresário brasileiro. Filho e herdeiro do jornal *O Globo* fundado por Irineu Marinho que faleceu no mesmo ano de criação da empresa jornalística em 1925. Por não dominar o ofício do jornalismo entregou o cargo de diretor-chefe ao jornalista Eurycles Mattos, após o seu falecimento, passou a ocupar o cargo de diretor chefe do jornal a partir de 1931 até o ano de seu falecimento. Link de acesso: https://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/roberto-marinho-9055075. Acesso: 15/11/2025.

[173] ARÊAS, João Braga. Rede Globo e ditadura civil-militar: tudo a ver. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e (Orgs). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.437-462.

[174] POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v.5, n.10, Rio de Janeiro, p.203, p.1992.

[175] RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.226.

comunicação impressos do eixo Rio de Janeiro-São Paulo[176], os quais também apoiaram editorialmente o golpe e condenaram o governo Goulart em suas representações para os seus leitores. O periódico recorre à narrativa histórica para legitimar suas ações do ponto de vista ético, dando destaque que seu posicionamento, na conjuntura do período, não foi isolado e nem diferente de outros meios de comunicação nacionais.

Segundo Jacques Le Goff, a memória coletiva é parte importante nas disputas de poder entre os grupos sociais dominantes, pois, ao tornarem-se "senhores da memória"[177], esses grupos passam a moldar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Por meio da manipulação da memória coletiva da sociedade – tanto no presente quanto no futuro –, buscam justificar e legitimar seus projetos de poder e a realidade vigente.

O passado é frequentemente alvo de disputas de poder e, para setores que participaram de acontecimentos controversos do ponto de vista ético e moral, pode ser incômodo ter seus posicionamentos adotados em períodos traumáticos questionados. É o que podemos observar no caso do jornal *O Globo* que, após anos de silêncio a respeito de sua atuação durante o golpe de 1964, publicou, em 2013, um editorial em que tenta se justificar de suas atitudes tomadas no passado por meio de uma narrativa histórica.

Neste tópico, analisamos a relação do periódico *O Globo* com a ditadura militar, destacando como o jornal cooperou com o regime na legitimação do golpe civil-militar, apoiando medidas arbitrárias do governo e a política econômica, atuando em defesa do status quo. Além disso, investigamos de que forma *O Globo* se beneficiou do alinhamento político com a ditadura, por meio da expansão de seus veículos impressos e radiofônicos, consolidando-se como uma grande empresa de telecomunicações. Focamos ainda nos posicionamentos de Roberto Marinho com o governo ditatorial, pela sua forte influência por ser um dos principais proprietários do jornal.

O jornal *O Globo* foi fundado em 1925 por Irineu Marinho, que faleceu no mesmo ano. Com apenas 21 anos, seu herdeiro, Roberto Marinho, não se sentiu preparado para assumir a empresa jornalística. Assim, o cargo de diretor-chefe foi assumido por Eurycles de Mattos, amigo próximo de seu pai e um dos fundadores do jornal, permanecendo na função até sua

[176] O jornal *O Globo* aponta que a sua posição não foi diferente dos jornais de grande imprensa do período, como: *Correio da Manhã, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil* e *Estado de São Paulo*. A escolha desses jornais não foi aleatória, pois além de terem apoiado o golpe, eram juntos com o *Globo* os principais jornais que circulavam nos grandes centros urbanos.

[177] LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad: Bernardo Leitão ... [et al.]. Campinas (SP): UNICAMP, 1990, p.427.

morte, em maio de 1931. Após esse período, Roberto Marinho assumiu a direção da empresa, cargo que ocupou por mais de 70 anos, até seu falecimento em 2003[178].

O periódico *O Globo*, desde a sua fundação, possuía uma linha editorial conservadora, apesar de reivindicar estar em defesa das causas populares, não possuía qualquer vínculo com as organizações da classe trabalhadora. No contexto da crise política de 1920, o jornal *O Globo* apoiou no início a chamada "Revolução de 1930", apoiou a ditadura de Vargas contra o que considerava como a ameaça comunista, acomodou-se com as pressões do governo, possuindo uma linha governista, porém na medida em que a ditadura enfraquecia, guinou-se para a oposição se posicionando a favor da anistia e das eleições livres[179].

Em 1944, Roberto Marinho expandiu os seus negócios, com a criação da Rádio *Globo.* Na década de 1950, já se configurava como um jornal de maior circulação do Brasil e se colocava como um dos iniciadores do processo de modernização do jornalismo brasileiro[180]. Com a República Liberal-Democrática, o jornal *O Globo* estava alinhado ao partido da UDN, aos ideais do liberalismo econômico, foi contrário e oposição ao governo "democrático" de Vargas e seus ideais nacionalistas e trabalhistas, como na criação da Petrobrás. O jornal e a rádio do grupo *O Globo* foram meios de seus opositores desferir ataques e críticas ao governo, como Carlos Lacerda. Após o suícidio de Vargas, no contexto da comoção popular e dos fortes protestos, os veículos de comunicação *O Globo* foram alvos da revolta popular e tiveram dois caminhões e duas caminhonetes incendiadas pelos manifestantes[181].

Durante o governo Kubitschek, foi oposição moderada ao seu governo, apoiou a candidatura de Jânio Quadros, foi forte opositor do governo Goulart e das chamadas reformas de base que, por causa de sua vinculação ao empresariado conservador nacional e ao mercado financeiro, considerava-as como preocupantes às instituições liberais-democráticas. O jornal *O Globo*, temendo o contexto da radicalização entre as esquerdas, maximizado pelo cenário anticomunista da Guerra Fria, fez parte dos veículos de comunicação em massa que se

[178] DIAS, André Bonsanto. **A verdade dita é dura**: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p.153.
[179] RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50.** Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p.92.
[180] Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro o jornal *O Globo* possuí uma tiragem de cerca de 200 mil exemplares na década de 1960, era o jornal mais lido do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro na década de 1950**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p.94.
[181] ARÊA, João Braga. Rede Globo e ditadura civil-militar: tudo a ver. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Empresariado e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.441.

posicionaram editorialmente para barrar e alertar a população acerca do avanço daquilo que consideravam como a ameaça à democracia no Brasil[182].

Em 1963, *O Globo*, juntamente com as empresas jornalísticas *Jornal do Brasil* e *O Jornal*, criou a *"Rede da Democracia"*[183], um programa veiculado em sintonia com as rádios das empresas – *Rádio Globo, Rádio JB* e *Rádio Tupi* – que reproduzia discursos inflamados contra o governo Goulart e as propostas de reformas de base. Tratava-se de um arranjo inédito das três maiores empresas jornalísticas do período, que colocaram os seus jornais impressos juntamente com as suas rádios para transmitir um programa que alertava o perigo do comunismo, com o intuito de defender aquilo que consideravam como "legalidade-democrática"[184].

Na edição do dia 26 de outubro de 1963, o jornal *O Globo* reproduziu os motivos e os assuntos que foram tratados na transmissão da "Rede da Democracia", amplificando o medo do "perigo vermelho":

> [...] A "Rede da Democracia" irá ao ar, diariamente, às 22h30m, levando a todos os recantos do País a verdade sôbre as manobras que os inimigos da democracia, de peito aberto ou encapuzados, intentam para golpear os princípios constitucionais, as liberdades humanas e os ditames cristãos da formação histórica do Brasil. A voz de líderes autênticos divulgará mensagens de fé na grandeza da Pátria e na pujança do regime democrático.
> Em sua alocução, o nosso companheiro Roberto Marinho, diretor-redator-chefe de O GLOBO e diretor da RÁDIO GLOBO, disse que colocou esta emissora a serviço da "Rêde da Democracia" porque está convencido de que o principal problema brasileiro é o esclarecimento da opinião pública.
> - Muitos dos nossos patrícios, afirmou, estão sendo vítimas de uma deformação intencional e altamente perigosa, da parte de uma minoria de demagogos e de comunistas, ostensivos ou disfarçados, mas todos empenhados em envenenar as nossas relações com os países do mundo ocidental, jogar-nos à "Cortina de Ferro", e em estabelecer, dentro do próprio País, condições que o levariam inexoravelmente ao comunismo. [...][185]

No texto jornalístico, *Levada a todo o país a mensagem de esperança da "Rede da Democracia"* – publicada em letras maiúsculas – publicada integralmente na página 06,

---

[182] DIAS, André Bonsanto. **A verdade dita é dura**: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p.162.
[183] Para mais informações sobre a "Rede da Democracia" e sua contribuição para a legitimação do golpe de 1964, indicamos: CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A Rede da Democracia**: *O Globo, O Jornal* e o *Jornal do Brasil* na queda do governo Goulart (1961-64). Niterói (RJ): Editora da UFF; Editora NitPress, 2010.
[184] ARÊA, João Braga. Rede Globo e ditadura civil-militar: tudo a ver. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Empresariado e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.442.
[185] LEVADA A TODO O PAÍS A MENSAGEM DE ESPERANÇA DA "REDE DA DEMOCRACIA". **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963, Ano XXXVIII, Nº11.496, p.6.

percebe-se pelo título da matéria, o destaque de como esse programa radiofônico fosse uma "mensagem de esperança" para os democratas e para desmascarar os "demagogos" da Nação. Percebe-se um discurso anticomunista que busca justificar a existência desse programa radiofônico como uma forma de defender e alertar a população sobre as táticas e manobras utilizadas pelos chamados "inimigos da democracia" — os comunistas —, apresentados como uma ameaça aos princípios constitucionais, às liberdades e aos valores cristãos.

Esse programa, apesar de se autorreferenciar como "apartidário", fazia referência às medidas do governo Goulart, às esquerdas que o apoiavam e às propostas de reformas, como se fossem responsáveis pela subversão e ameaça às instituições liberais-democráticas, contribuindo para o desgaste do governo através da exploração das representações anticomunistas[186].

Segundo André Bonsanto Dias, o tipo particular de jornalismo realizado pelo *O Globo* foi responsável por angariar suposta legitimidade ao golpe civil-militar que se descortinou em março de 1964. A ampla campanha protagonizada por *O Globo* e parcelas consideráveis da grande imprensa foi de fato preponderante para respaldar a insurreição dos militares e deflagrar um golpe de Estado chamado de "revolução"[187].

Quando o golpe civil-militar teve início, o jornal *O Globo* não circulou no dia 01 de abril de 1964, segundo o periódico, por causa das tropas de fuzileiros navais comandadas pelo almirante Cândido Aragão que invadiram e impediram a circulação do jornal naquele dia[188]. Quando a coalizão civil-militar foi vitoriosa, o jornal publicou uma coluna opinativa intitulada *Democracia ressurge!*, marcada por um tom eufórico e de comemoração pela deposição do presidente constitucional João Goulart:

> VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.
> GRAÇAS À DECISÃO e ao heroísmo das Fôrças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. [...].
> ATENDENDO AOS anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso impossibilitados nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Fôrças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a

[186] DIAS, André Bonsanto. **A verdade dita é dura**: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p.163.
[187] Idem, p.164.
[188] A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO". **O Globo,** Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11.325, p.1.

> Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.
> ESTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêles participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados, governadores com o mesmo intuito redentor que animou as Fôrças Armadas. Era a sorte da democracia do Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, expressar a gratidão do nosso povo. [...][189].

Na matéria produzida pela equipe editorial de *O Globo*, percebe-se uma representação com o intuito de legitimar a intervenção militar de 1964 para a população. O editorial aborda de forma eufórica a ação das Forças Armadas ao depor o governo Goulart, apresentando-a como uma medida em defesa da democracia, da lei e da ordem. Além disso, o próprio título sugere, de forma implícita, a interpretação de que o Brasil vivia um governo não democrático ou que a democracia estaria em risco.

Na produção discursiva produzida pelo jornal *O Globo*, percebe-se uma ênfase por editores em destacar as Forças Armadas como as principais responsáveis por proteger a Nação e impedir o Brasil de se tornar comunista, ademais, foi colocado pelo periódico que a intervenção militar não foi alvo de uma quartelada ou algo que não teve respaldo popular, por ter tido o apoio de lideranças políticas, como os governadores – indicação aos que apoiaram e articularam o golpe. Nesse sentido, *O Globo* não apenas realizava a cobertura política dos acontecimentos, mas também apoiava e legitimava, perante a opinião pública, as medidas arbitrárias realizadas pela coalizão civil-militar.

Após o golpe civil-militar, o periódico *O Globo* não ficou restrito a apoiar a ditadura militar, como defendeu e incentivou nas suas páginas a execução de medidas de repressão empreendidas pelas Forças Armadas aos membros de partidos políticos de esquerda e de participantes dos movimentos sociais em nome do combate à "ameaça comunista" e ao estabelecimento da legalidade-democrática. Como na edição do dia 07 de abril de 1964, transcrevia um documento que tinha os nomes dos membros da Fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, no qual, nos seus enunciados introdutórios, os incriminavam de crime de "subversão" e chamava atenção do alto-comando das Forças Armadas para os nomes

[189] Ressurge a Democracia! **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11.325, p.1.

dos que assinaram o documento, como se fosse uma maneira de incentivar os militares a prenderem quem assinou o panfleto[190].

Nas publicações acerca da publicação do AI-1, o jornal *O Globo* o representava como fosse uma solução para acabar com o extremismo comunista no Brasil e proteger a democracia do "perigo vermelho":

> TRATA-SE, evidentemente, de uma medida de exceção, que para certos espíritos carregados de um liberalismo *à outrance* aparecerá como um atentado às liberdades públicas. Queremos chamar a atenção dos que assim pensarem para o fato de que o momento nacional também é de exceção, pedindo, em consequência, remédios drásticos e extraordinários.
> DEVEM PONDERAR os que se arrepiam ante a cassação de mandatos parlamentares, a supressão dos direitos políticos, a derrogação transitória de certas garantias, que aqueles cidadãos atingidos por tais sanções e restrições são os mesmos que, até há quinze dias, pregavam o desaparecimento do Congresso porque êste se recusava a votar as reformas esquerdistas, ameaçavam os deputados com os castigos mais severos e tramavam, abertamente, a queda do regime.
> SE A REVOLUÇÃO não tivesse obtido a vitória, se os comunistas e seus aliados houvessem derrotado os democratas, o que teria acontecido ao Brasil? Estaríamos mergulhados num banho de sangue, os pelotões de fuzilamento não descansariam, a Constituição teria sido abolida, o Congresso fechado e ninguém mais ouviria falar em liberdades públicas ou privadas. O Ato Institucional objetiva precisamente impedir que os inimigos da democracia voltem a dispor de condições para atentar contra a liberdade e o regime. [...][191]

No editorial *A Revolução consolidada*, publicado pela equipe editorial na página 01 do periódico *O Globo*, observa-se uma tentativa de justificar as medidas de exceção do AI-1, com ênfase nas cassações de mandatos e na suspensão de direitos políticos por dez anos, dirigindo-se especialmente aos leitores que consideravam tais ações uma ameaça às liberdades civis e políticas. O principal argumento dos autores baseia-se na exploração do temor em relação ao que poderia ter ocorrido no Brasil caso tivesse havido um golpe de esquerda que adotasse o comunismo como regime político, recorrendo ao superdimensionamento de discursos anticomunistas que o apresentavam como um sistema violento e sanguinário.

Os redatores do jornal *O Globo*, nesse sentido, utilizam o medo da "ameaça vermelha" para legitimar o AI-1, em especial a suspensão de garantias democráticas, em nome da defesa da "democracia" e do combate ao comunismo. Percebe-se uma tentativa do periódico de

---

[190] Nos enunciados introdutórios da matéria, antes da publicação do panfleto, foi escrito: "Êste é o manifesto do chamado Comando dos Trabalhadores Intelectuais, que trabalhou ativamente pela implantação do regime comunista no Brasil. Republicando-o agora, chamamos a atenção do alto-comando Militar para os nomes que o assinaram [...]". In: FUNDAÇÃO DO COMANDO DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS (CT'). **O Globo,** Rio de Janeiro, 07 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11.620, p.5.

[191] A REVOLUÇÃO CONSOLIDADA. **O Globo,** Rio de Janeiro, 11 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11.633, p.1.

defender uma conciliação do liberalismo que defende a garantia das individuais com o autoritarismo do regime militar, em nome do combate aos "inimigos da democracia".

Diferente do jornal *Estadão*, *O Globo* não se afastou do alinhamento político do regime militar. Quando foi publicado o AI-2, que retomou com as medidas de exceção da ditadura, o periódico apoiou editorialmente e legitimava para os seus leitores o porquê a medida era necessária para a preservação da "revolução":

> O ÊRRO DE muitos políticos brasileiros foi não ter compreendido que uma Revolução não pode ser interrompida antes de atingir os objetivos que a tornaram necessária. Êste êrro tanto foi cometido por alguns setores ligados à situação anterior ao Movimento de 31 de Março de 1964 como por determinadas figuras dêla participaram. Não, precisaremos exemplificar, para que os leitores identifiquem aquêles que vinham agindo como se a Revolução fôsse um episódio ultrapassado, assim prejudicando a recuperação nacional, magno objetivo e sagrado compromisso do govêrno Revolucionário. [...].
> A REVOLUÇÃO iniciou, em abril de 1964, uma grande obra de recuperação econômica, financeira, administrativa e moral. Os resultados de sua atividade recuperadora e reformadora já começaram a aparecer, inspirados no desejo ardente dos responsáveis pelos nossos destinos de levar avante a obra que vem realizando. O atual govêrno, o período histórico ontem começado há de ser, esperamos em Deus, o da concretização dos ideais do povo brasileiro, que são os da Revolução de 31 de Março.
> ENTRE ESTES ideais encontra-se, bem alto, o da manutenção e fortalecimento do regime democrático. Nesta hora, quando o interêsse nacional levou o Presidente Castelo Branco a editar o Ato Institucional nº2, queremos deixar registrada a nossa convicção de que o ideal democrático de nossa gente não será esquecido e a 15 de março de 1967, quando deixará de vigorar o referido Ato, o País, inteiramente restaurado, voltará ao pleno e mais perfeito exercício do regime de sua preferência.[192]

No texto jornalístico, escrito pela equipe editorial do jornal intitulado *O Édito de Brasília*, percebe-se uma tentativa de justificar a necessidade da sanção do AI-2 e de suas medidas arbitrárias, sendo justificada a necessidade de preservar e atingir os objetivos do chamado "governo revolucionário", que seria o "fortalecimento do regime democrático". Inclusive, na mesma página da edição do dia 28 de outubro de 1965, o jornal salientou que a população brasileira recebeu a medida de exceção com "calma e tranquilidade", como se fosse uma medida normal e necessária para a "democracia" para pôr fim às crises políticas[193]. Nesse meandro, o periódico *O Globo* servia como apoiador e influenciador da opinião pública das medidas de exceção da ditadura militar, como se fossem necessárias para a democracia.

---

[192] O Edito de Brasília. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1965, Ano XLI, Nº12.109, p.1.
[193] A Nação Recebeu em Absoluta Calma o Ato Número 2: Juraci: Era Preciso Acabar Com o "Suspense" Que Intranquilizava o País. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1965, Ano XLI, Nº12.109, p.1.

Com a sucessiva edição dos Atos Institucionais e Atos Complementares na segunda metade da década de 1960, o jornal *O Globo* passou a tratar as medidas de exceção do regime militar como algo normal e não como parte de um Estado de Exceção, como no episódio da edição do AC-7 que estabeleceu as eleições indiretas dos governadores dos Estados, que transcreveu a notícia como se fosse algo normal e não uma prática de exceção que enfraquecia a democracia, com a exclusão do povo na escolha de seus governantes[194].

Durante o endurecimento do regime militar, causado pela sanção do AI-5 pelo governo Costa e Silva, o jornal *O Globo*, em sua primeira página, transcreveu a referida medida de exceção, destacando os seguintes pontos: 1) "Congresso em recesso", 2) "Confisco de bens", 3) "Suspensos 'habeas' políticos", 4) "Restabelecidas as cassações" e 5) "Liquidada a vitaliciedade"[195]. Esses cinco pontos de destaque feitos pelo jornal *O Globo* chamam atenção para as medidas do governo ditatorial após o AI-5 na visão do periódico, como se essas medidas fossem para proteger a "democracia". Dos tópicos, o terceiro, que é referente à suspensão do direito de *habeas corpus,* chama atenção pela substituição pelo nome "habeas políticos", como se o direito de locomoção de cidadãos contra prisões arbitrárias fosse reduzido a um benefício que beneficia somente a políticos considerados "subversivos" e "corruptos".

Na página 10 da edição do dia 14 de dezembro de 1968, verifica-se uma cobertura cronológica dos fatos que levaram, na visão do periódico, à sanção do AI-5, que objetivava justificar essa medida de exceção:

> Subversão.
> Todavia, prosseguiu o Ministro Gama e Silva, muitos não quiseram compreender a Revolução e, pouco a pouco, fôrças adversas iniciaram um processo de agitação e subversão, gerando a intranquilidade pública e prejudicando as exigências fundamentais do povo brasileiro. Nos últimos meses teve início uma verdadeira guerra revolucionária, abrangendo setores diversos. A Revolução não podia falhar a seus propósitos. Não podia ser traída. Fatos recentes, de pleno conhecimento público, criaram uma preocupação constante no presidente da República.
> Congresso.
> Várias fontes oficiais de informação testemunharam que a guerra revolucionária e a prática de atos subversivos iam crescendo até atingirem o próprio Parlamento Nacional, através do comportamento de membros do partido do Govêrno, inclusive. Tudo isso gerou um clima de desassossego e intranquilidade.
> Reunião e decisão.
> O govêrno da República não poderia falhar em sua missão, o que aconteceria se não procurasse resguardar, de qualquer maneira, ainda com sacrifícios, os

[194] O Govêrno Baixou AC-7 e Decidiu-se Por Eleições Indiretas Nos Estados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1966, Ano XLI, Nº12.188, p.1.
[195] EDITADO ATO 5. **O Globo**, Rio de Janeiro,14 de dezembro de 1968, Ano XLIV, Nº13.070, p.1.

> propósitos revolucionários. Em face dos últimos acontecimentos, públicos e notórios, o Presidente da República reuniu hoje o Conselho de Segurança Nacional, para que fôssem adotadas providências. Depois de analisar os fatos, verificou-se a necessidade imperiosa de adotar certas medidas de caráter excepcional, mas com a finalidade de cumprir os objetivos do Movimento de Março de 1964. E, assim, o Marechal Costa e Silva resolveu baixar um Ato Institucional, que visa a preservar a Revolução e a defender o regime. Êste ato dá ao govêrno revolucionário os meios necessários e os instrumentos legais para realizar os propósitos da Revolução. Já foi promulgado e está em vigor. E pode o povo brasileiro ficar tranquilo, porque o Govêrno da República está agindo em defesa dos superiores interêsses dêste mesmo povo – concluiu o Ministro da Justiça. [...][196]

No texto jornalístico, publicado integralmente na página 10, são destacados os motivos que levaram à sanção do AI-5 pelo governo Costa e Silva, segundo a ótica do então ministro da Justiça, Gama e Silva. A reportagem atribui o suposto clima de crise política à "subversão", que estaria impedindo a governabilidade, tanto no Congresso Nacional quanto no partido governista, a ARENA. Dessa forma, os problemas da nação são apresentados como consequência da chamada "ameaça comunista", vista como um obstáculo às ações do governo revolucionário. A matéria justifica a sanção do AI-5 pelo ditador Costa e Silva em nome da defesa do regime e da preservação dos interesses e da tranquilidade do povo brasileiro.

Nesse sentido, o texto publicado em *O Globo* reproduz a versão das Forças Armadas governistas acerca das razões que levaram à sanção do AI-5. Diferente do jornal *Estadão* e de outros periódicos de tradição "liberal", *O Globo* não se distanciou da ditadura militar pós AI-5, como continuou apoiando a direção política e econômica do governo ditatorial.

No aniversário de cinco anos da ditadura, fez um editorial, intitulado *Cinco anos fecundos para o Brasil*, exaltando a ditadura militar por ter afastado o Brasil do risco de se tornar uma República "totalitária" e por ter acelerado o processo de industrialização do país.

> HÁ CINCO ANOS, este País estava à beira da queda no abismo totalitário. E não apenas o Brasil. Caísse êste colosso e a América Latina tôda, ou quase, seguiria o destino de Cuba.
> O 31 DE MARÇO de 1964 tornou-se assim, uma data importante na história das Américas. Por conseguinte, inscreve-se no calendário mundial como um dia nefasto na agenda do Kremlin.
> É ÊSSE O ASPECTO fundamental da data. A Revolução brasileira aos que tentaram arrastar-nos à viagem sem volta ao mundo subterrâneo do comunismo. [...].
> CREMOS QUE a Revolução de 31 de Março pode mudar a face sócio-econômica do Brasil, assim como, no plano político, alterou para melhor o curso da história latino-americana.

[196] Gama e Silva: Ato Institucional visa a preservar a Revolução e a defender o regime. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1968, Ano XLIV, Nº13.070, p.10.

> BASTA QUE PROCEDA com realismo; que enxote as utopias e se volte para os problemas concretos, desarmado de preconceitos.
> O SALDO DESTES cinco anos foi igualmente positivo. Mas a herança negativa era tão grande que a tarefa de cumprir era gigantesca.[197]

No texto jornalístico, produzido pela equipe editorial, percebe-se uma exaltação do regime militar por ter supostamente impedido o Brasil de se tornar um país comunista e pela utopia do Brasil se tornar o país do futuro. Essa publicação, no momento em que o Brasil estava numa situação de intensificação da repressão com a sanção do AI-5 e com o Congresso Nacional fechado, revela a proximidade do periódico com a ditadura durante os períodos tensos, que não podem ser reduzidos apenas pelo medo da censura e de prisões.

Essa proximidade do *O Globo* com a ditadura militar não se refletia apenas no nível editorial, mas também estava presente nos bastidores políticos. Documentos estadunidenses tornados públicos em 2014 pela jornalista Helena Sthephanowitz indicam que Roberto Marinho mantinha relações próximas com o então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon. Segundo as fontes reveladas, Marinho teria sido peça-chave nas interlocuções relacionadas à sucessão do marechal Castello Branco, manifestando-se sobre a necessidade de endurecimento do regime militar junto ao alto escalão das Forças Armadas[198].

De acordo com André Bonsanto Dias, essas relações revelam quão próximos eram os pontos de contato entre o redator-chefe da empresa *O Globo* e o regime militar[199]. Além disso, essa aproximação está diretamente ligada ao surgimento da principal "galinha de ovos de ouro" da empresa, a *TV Globo*, que foi inaugurada oficialmente no dia 26 de abril de 1965. Nesse contexto, segundo a narrativa de Pedro Bial, desde o governo Dutra (1946-1950), Roberto Marinho teria encaminhado um pedido de concessão para a criação de seu canal de TV, pedido que foi revogado em 1953 por Getúlio Vargas. Em 1957, no governo Juscelino Kubitschek, seria retomada a possibilidade de Roberto Marinho iniciar seu projeto; a concessão seria ampliada com outro decreto presidencial em 1962 pelo governo Goulart[200].

O grupo *O Globo* possuía associações empresariais com o grupo estadunidense *Time-Life*, que era uma importante editora de revistas e de canais de televisão nos Estados Unidos. Diante disso, o acordo firmado em 1962 garantiu à *TV Globo* um aporte financeiro de 6 milhões

---

[197] Cinco anos fecundos para o Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de abril de 1969, Ano XLIV, Nº13.158, p.1.
[198] Para acesso a esses documentos, indicamos: https://documentosrevelados.com.br/documentos-desclassificados-nos-eua-confirmam-participacao-de-roberto-marinho-no-golpe-militar/. Acesso: 02 de janeiro de 2026.
[199] DIAS, André Bonsanto. **A verdade dita é dura**: "Histórias da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018, p.168.
[200] BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.182.

de dólares, que era na época 20 vezes maior que o da sua principal concorrente, a *TV Tupi,* que tinha o aporte financeiro de 300 mil dólares. Contudo, nos contratos materializados, o grupo *Time-Life* não era apenas mera financiadora, mas detentora de 45% dos lucros da *Rede Globo*, algo que era ilegal porque a Constituição de 1946 proibia a associação de empresas de comunicações nacionais com grupos estrangeiros[201].

. O escândalo estourou em 1965, quando o DOPS da Guanabara prendeu o cubano Alberto Hernandez Catã, sob suspeita de ser agente infiltrado de Fidel Castro. Por trabalhar na empresa *Time-Life*, acarretou numa investigação Contel – Conselho Nacional de Telecomunicações – a respeito do referido grupo. Esse episódio, segundo João Braga Arêa, serviu para certos grupos empresariais e políticos que não queriam uma concorrente no setor de telecomunicações, lançarem uma campanha contra O *Globo*, com destaque ao então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, e o senador João Calmon, dos vice-presidentes dos *Diários Associados*, que era um conglomerado de empresas que incluía a *TV Tupi*[202].

Em março de 1966, foi criada a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – que investigava as relações do grupo *O Globo* com a empresa *Time-Life*. Todavia, pela empresa jornalística dispor de uma rede de aliados, a empresa não sofreu danos. O Contel emitiu um parecer favorável e um prazo para corrigir as irregularidades. Mesmo com a CPI, ter sustentado serem inconstitucionais os acordos firmados pela empresa brasileira com a estadunidense, o governo Castello Branco emitiu um parecer que afirmava não haver irregularidades com a *Rede Globo*, decisão essa que foi referendada pelo governo Costa e Silva[203].

A Rede Globo também foi muito beneficiada pela política do regime militar voltada à integração do setor das telecomunicações, representada pela criação, em setembro de 1965, da Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações – que tinha como plano a instalação de estações repetidoras de canais em sistema de microondas, permitindo a formação e consolidação das redes de televisão. Embora o Brasil já tivesse entrado na era da televisão em 1950, foi só a partir da década de 1970 que a TV tornava-se um veículo de comunicação em massa[204].

---

[201] ARÊA, João Braga. Rede Globo e ditadura civil-militar: tudo a ver. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Empresariado e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.445.
[202] Idem, p.445-446.
[203] Idem, p.446.
[204] ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS,** n.º 48, p.53-54, 2005.

A preocupação do regime militar com o desenvolvimento das telecomunicações não foi movida por questões técnicas e administrativas, mas sobretudo políticas. A formulação de um sistema de comunicações, somada ao modelo de desenvolvimento econômico da ditadura militar, estabeleceu as bases sólidas para o fortalecimento empresarial da televisão, seja através da tecnologia disponível, seja do poder aquisitivo que setores da classe média adquiriram para comprar os aparelhos que passaram a ser produzidos no Brasil[205].

A expansão dos investimentos do regime militar no setor de telecomunicações beneficiou diretamente a *Rede Globo*. Após a inauguração da *TV Globo*, em 1965, a emissora manteve um crescimento contínuo, consolidando-se como uma rede de alcance nacional. Além disso, esse avanço esteve associado ao fortalecimento da política cultural da ditadura militar, estruturada em diversos pilares, como a repressão a manifestações culturais vinculadas à esquerda política ou de caráter mais crítico; a promoção de uma cultura de massa voltada ao entretenimento e ao conformismo; e a construção de uma infraestrutura que favoreceu o surgimento de uma indústria cultural concentrada e monopolizada[206].

O favorecimento do grupo *O Globo* não foi verificado apenas na rede de telecomunicação, mas também no seu jornal impresso, que foi fortemente beneficiado com a conjuntura econômica do cenário nacional. Durante o início da década de 1970, Roberto Marinho prossegue a modernização administrativa e tecnológica do periódico *O Globo,* coloca no cargo de diretor da redação o jornalista Evandro Carlos de Andrade[207], que implantou uma série de mudanças editoriais e administrativas que resultam na sua liderança do jornal no mercado jornalístico carioca[208].

Essa reforma editorial de 1971 decorre da tentativa de conter o crescimento do *Jornal do Brasil,* por meio da conquista de um público-leitor maior, através de mudanças editoriais. Além disso, o jornal *O Globo* beneficiou-se indiretamente com a migração de públicos de outros periódicos que deixaram de circular ou que estavam em franca decadência. O jornal, com essas

---

[205] WANDERLEY, História e TV: produção e difusão do saber – a televisão como cenário de representação política. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (ORGs). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p.440.

[206] ARÊA, João Braga. Rede Globo e ditadura civil-militar: tudo a ver. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Empresariado e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.448.

[207] Evandro Carlos de Andrade (1931-2001), iniciou sua carreira jornalística em 1953 como repórter do *Diário Carioca*, trabalhou no jornal *O Estado de São Paulo* e, entre 1962 e 1967, como chefe de redação do "Jornal do Brasil", na sucursal de Brasília. Foi em 1971 que foi convidado por Roberto Marinho, para ser o diretor da redação do O Globo, sendo responsável pela reformulação gráfica e editorial do periódico. Link de acesso: https://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/evandro-carlos-de-andrade-9045680.

[208] BARBOSA, Marialva. **História Cultura da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.209.

reformas, consolidou o projeto do periódico circular por dias ininterruptos, isto é, passou a circular nos domingos, passou a ter cor, foram criados novos suplementos, conquistaram novos anunciantes, leitores nas áreas periféricas, adoção da impressão *off-set*[209].

Referente à relação do periódico *O Globo* com a ditadura militar, durante o chamado "milagre econômico" brasileiro, que ao mesmo tempo foi o período de maior repressão da ditadura, o jornal continuava apoiando o *modus operandi* governamental, estando em consonância com a propaganda midiática dos órgãos de comunicação oficial do regime que o exaltava:

> DE 1964 PARA CÁ, êste o país deu um salto. Saiu do caos para a viabilidade. Emergiu da mazorca para a ordem, para a coesão social e o progresso econômico.
> [...]. A REVOLUÇÃO JÁ ultrapassou a fase de implantação. Marcha, agora firme, para a plena consolidação.
> OS DESVIOS, as desconversas, são inúteis. O Brasil amadureceu no sofrimento gerado pelos erros de seus líderes.
> NÃO HÁ O QUE TEMER. O sistema revolucionário assegura a vitória da causa de paz e do progresso. Castelo e Costa e Silva são os dois grandes artífices dessa obra que prosseguirá, sem vacilações, no rumo de um futuro grande.
> OS DIVISIONISTAS que se acautelam. O 31 de Março não deterá a sua marcha, o país coloca o Brasil acima de tudo.[210]

"Brasil acima de tudo" foi o editorial publicado na primeira página do *O Globo*, no qual se exaltavam as medidas políticas adotadas pelo regime militar, como se tivessem transformado o país na "nação do futuro" e o conduzissem rumo ao progresso econômico. Esse texto jornalístico não foi aleatório: foi divulgado em um contexto de endurecimento da repressão e funcionava como uma forma de ocultação e autocensura diante da violência praticada pelo governo ditatorial, ao representar um cenário de prosperidade e êxito econômico.

Além de *O Globo* representar o Brasil durante a ditadura militar como um ambiente de pleno desenvolvimento econômico, somado às políticas sociais e melhorias para os trabalhadores, também representava um ambiente democrático[211]. Além disso, o jornal pregava união em torno de suas lideranças:

---

[209] BARBOSA, Marialva. **História Cultura da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.210-211.
[210] O Brasil acima de tudo. **O Globo,** Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1969, Ano XLV, Nº13.304, p.1.
[211] ARÊA, João Braga. Rede Globo e ditadura civil-militar: tudo a ver. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Empresariado e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.455.

> [...]. PARA QUE DA REVOLUÇÃO saia um grande partido, que a consolide e a projete no tempo, é necessário e suficiente que o Govêrno faça mais do que administrar: terá que LIDERAR. O Presidente Médici saberá cumprir essa missão.
> A UNIÃO NACIONAL em tôrno da Revolução e de seu nôvo líder – é a palavra de ordem. Dividir é trair[212].

No texto jornalístico, produzido no contexto da nomeação do general Emílio Garrastazu Médici para a presidência da República, o jornal *O Globo* faz um editorial com o título *Unir para consolidar,* no qual pedia que os brasileiros confiassem nas suas lideranças e cobrava apoio ao regime militar para garantir o sucesso do governo na área política e econômica. Essa representação revela a maneira que o periódico *O Globo* usava seus textos jornalísticos. Diante disso, além de informar, indicava a maneira que os seus leitores deveriam agir com o governo, agindo de maneira pedagógica.

O jornal não se silenciou acerca das medidas repressivas realizadas pela ditadura militar para combater a chamada "subversão comunista". O periódico fazia cobertura das operações militares contra o avanço da luta armada, exaltando o regime militar e criminalizando os chamados "terroristas" com o superdimensionamento do ambiente de "perigo comunista", para justificar as medidas repressivas.

As manchetes produzidas pelo *O Globo* de primeira página acerca da temática difamam os envolvidos com a luta armada, como uma maneira de difamá-los e colocá-los como perigosos à ordem pública e social, como por exemplo: "*Gangue" do assalto usou êste menino como escudo*[213]*, Dinheiro do terror era gasto em orgias*[214]*, Subversão só tem um objetivo: matar e destruir*[215] e *Terrorista mataria o próprio pai*[216]. Percebe-se pelos títulos das matérias jornalísticas o caráter difamador de como eram retratados os movimentos revolucionários de esquerda que optaram pela luta armada. Logo, a maneira de como eram retratados, como: ameaças, assassinos, imorais e perigosos, era uma forma de legitimar a brutal repressão de como esses movimentos foram alvos.

Todavia, o jornal, além de silenciar sobre as denúncias de torturas e violações contra os direitos humanos cometidos pelos agentes de segurança e repressão do regime militar, *O Globo*

---

[212] Unir para Consolidar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1969, Ano XLV, Nº13.310, p.1.
[213] BANDIDOS PRESOS REVELAM NINHOS DE SUBVERSÃO. "GANG" DO ASSALTO USOU ÊSTE MENINO COMO ESCUDO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1969, Ano XLV, Nº13.268, p.1.
[214] O DINHEIRO DO TERROR ERA GASTO EM ORGIAS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1970, Ano XLV, Nº13.415, p.1.
[215] Outro jovem abandona o terror. SUBVERSÃO SÓ TEM UM OBJETIVO: MATAR E DESTRUIR. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1970, Ano XLVI, Nº13.550, p.1.
[216] Terrorista mataria o próprio pai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1970, Ano XLVI, Nº13.628, p.1.

estava atrelado ao regime militar, quando considerava essas denúncias como falsas e difamatórias da imagem do Brasil:

> PROSSEGUE A OFENSIVA hiperbólica no exterior contra a Revolução brasileira. Tudo se passa como se neste país o govêrno estivesse entregue à fúria repressiva, à perseguição à Igreja, ao extermínio dos índios.
> ANTEONTEM, O ÓRGÃO oficial do partido Comunista Italiano, o "L'Unità", "exigiu" de Paulo VI uma condenação formal do Govêrno do Brasil, que estaria perseguindo os católicos ... O porta-voz de um Partido que fecha as igrejas onde chega ao poder mostra-se "apreensivo" com o destino de crentes brasileiros. Estamos num mundo cínico.
> PENA É QUE AS NOSSAS autoridades não tenham tido inspiração e determinação, para conter o ímpeto dessa campanha, através de uma política inteligente de esclarecimento. Como se trata de algo permanente, não bastam essas cartinhas de embaixadores a alguns jornais acusadores (cartas essas nem sempre acolhidas). É preciso que a verdade seja restabelecida.
> PARA QUE SE ANALISEM as providências brasileiras na órbita da segurança do Estado, teremos de partir do exame das façanhas da guerra revolucionária. Se lá fora os episódios monstruosos que pontilham êstes dois anos de atentados terroristas fossem bem divulgados, a perspectiva mudará por completo. [...].[217]

Nesse editorial com o título *Campanha hedionda*, percebe-se a defesa de maneira enfática do governo ditatorial das denúncias de torturas e desrespeito aos direitos humanos, divulgados pelos órgãos de imprensa do exterior, como se fossem parte de uma campanha que visasse difamar a imagem do Brasil perante o mundo. A própria escolha de ter evidenciado um jornal a serviço do partido comunista italiano foi uma forma de menosprezar as acusações, como se fosse fruto de invenções e não condizentes com a realidade.

Em simultâneo, o jornal até salienta ser necessário o governo fazer um levantamento e divulgar as violências cometidas pelos "terroristas", para mudar essas perspectivas que o exterior tem do Brasil. Esse texto jornalístico revela que o jornal *O Globo* não só se silenciava acerca da violência, como era conivente com ela, no sentido de reproduzir a versão defendida pelos militares governistas de que as denúncias de tortura eram invenção dos comunistas e era uma ferramenta usada para difamar a imagem do Brasil no exterior.

Na análise das capas do *O Globo* durante a ditadura militar realizada por João Braga Area, desfaz a autorrepresentação que a grande imprensa fez de si como se fossem os defensores da democracia, vítimas da ditadura e censuradas por defenderem a liberdade de informação[218]. O periódico *O Globo*, diferentemente do periódico *Estadão*, não sofreu censura prévia, por estar

[217] Campanha hedionda. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1970, Ano XLV, Nº13.466, p.1.
[218] ARÊA, João Braga. Rede Globo e ditadura civil-militar: tudo a ver. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Empresariado e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.457.

alinhado com a ditadura militar, visto que representou um ambiente de prosperidade econômica e democracia, em meio a um contexto de extremo desrespeito às liberdades individuais e políticas.

Durante o governo Geisel, que se teve início o lento processo de liberalização política, o jornal *O Globo* continuou alinhado editorialmente à ditadura militar, defendendo o projeto de distensão política direcionada e coordenada pelo governo ditatorial:

> SACRAMENTADO pelo Congresso, onde recebeu os aperfeiçoamentos sedimentados pelo parecer do Senador José Sarney e o apoio maciço da Arena, o projeto das reformas institucionais extingue o estado de arbítrio no País e lança as bases do processo de redemocratização.
> ESSES dois grandes alcances do projeto são iniludíveis, colocando-se acima das objeções e omissões oposicionistas. A reforma revoga as leis de exceção do regime revolucionário. E cria as condições essenciais para a reconstrução democrática do País, ao restabelecer as franquias cívicas que se achavam suspensas – "habeas corpus", garantia da magistratura, inviolabilidade parlamentar, liberdade de opinião e informação etc. Igualmente, fortalece os Poderes Legislativo e Judiciário e fornece ao Estado um sistema potente, mas jurídico e institucionalizado, com que defender-se sem ofender ou ameaçar a índole liberal e pluralista do regime.
> A OPOSIÇÃO está dispensada de alegar mais uma vez que as mudanças de agora não preenchem as necessidades da redemocratização brasileira e que por isso votou contra. O Presidente Geisel, promotor e avalista das reformas, já tem dito, exaustivamente, que elas pretendem constituir, sobretudo, um passo avançado do nosso desenvolvimento político. [...].[219]

No texto jornalístico intitulado *A extensão das reformas*, publicado na primeira página e inserido no contexto das reformas do governo Geisel, que buscavam dar continuidade ao processo de liberalização política controlada, percebe-se no editorial uma visão ufanista. Essa perspectiva exalta o governo ao apresentar as medidas como essenciais para a democratização do país e compatíveis com a índole liberal e pluralista do regime, ignorando todas as violências e solapamento das instituições liberais causadas pelas medidas de exceção do regime militar. O editorial apresenta um jogo linguístico que enaltece o governo Geisel pelas ações voltadas à abertura política, critica a postura da oposição e, ao mesmo tempo, defende que esse processo seja conduzido pelo próprio governo ditatorial.

Segundo Marcos Napolitano, diferente dos jornais *Estadão, Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, que começaram a se distanciar do regime militar, no contexto de mobilização da sociedade e de pressões nos meios políticos em torno da abertura política, *O Globo* continuou

[219] A extensão das reformas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1978, Ano LIV, Nº16.413, p.1.

governista[220]. No editorial de comemoração aos 15 anos do golpe de 1964, o jornal produziu um editorial, apesar de ser favorável à ditadura, mas crítico em comparação aos outros:

> O MOVIMENTO de 31 de março de 1964 completa hoje 15 anos de existência tendo o direito de considerar-se em dia com os compromissos fundamentais que assumiu perante a Nação e a sociedade brasileira.
> NÃO FOI um percurso histórico sempre tranquilo e certeiro. Houve recuos e desvios ao longo de um trajeto que talvez pudesse ter sido mais curto. Crises de variada natureza e intensidade estiveram presentes no desenrolar dos acontecimentos, algumas bastante dolorosas para as nossas tradições liberais. O importante, porém, é que os desacertos e mesmo os abusos não conseguiram deformar, na essência, os objetivos políticos e éticos do movimento, iguais ainda hoje.
> O CICLO revolucionário propriamente dito está encerrado. [...].[221]

No editorial intitulado *Afinidades de compromissos*, localizado na parte central da segunda página, destaca-se uma visão acerca da chamada "revolução de 1964", entretanto, diferente dos outros editoriais, critica a duração do governo e, apesar de não explícita, critica o desenrolar dos acontecimentos que foi doloroso para "as nossas tradições liberais", uma referência às medidas de exceção que feriram as instituições liberais-democráticas. Porém, o jornal *O Globo* continuava a apoiar o governo ditatorial, destacando que, apesar dos percalços, não deformaram os objetivos políticos éticos do chamado movimento "revolucionário", isto é, em essência, as medidas repressivas, como os Atos Institucionais, para os escritores do periódico, não estão em desconexão com o ideário "democrático" do regime militar.

Na primeira metade dos anos de 1980, o periódico *O Globo* começou a aproximar-se com setores moderados da oposição do MDB – Movimento Democrático Brasileiro – o que não significava distanciamento com a ditadura militar. Um dos maiores indícios que, mesmo com a crescente descrença dos setores populares com o regime militar, o jornal *O Globo* ficou alinhado com os militares, foi a demora da cobertura dos movimentos populares em torno das eleições diretas para presidente da República[222].

Em meio à intensificação dos movimentos populares favoráveis à transição política, com a possibilidade de saída negociada dos militares com os setores civis, o periódico lançou um editorial no dia 07 de outubro de 1984, chamado o "Julgamento da Revolução", assinado pelo próprio dono do jornal, no qual fazia uma autocrítica da "Revolução":

---

[220] NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos,** Porto Alegre, v. 43, n. 2, p.346, maio-ago. 2017.
[221] Afinidade de compromissos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de março de 1979, Ano LIV, Nº16.599, p.1.
[222] ARÊA, João Braga. Rede Globo e ditadura civil-militar: tudo a ver. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Empresariado e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.459.

> PARTICIPAMOS da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greve, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti revolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Seguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. [...].
> VOLVENDO os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares; somos hoje a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2.500 dólares. [...].
> NÃO HÁ memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se auto limitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964[223].

No fragmento do texto assinado por Roberto Marinho, ao invés de ser uma crítica, como poderia indicar pelo título *Julgamento da Revolução*, tratou-se de um texto de apoio ao regime ditatorial, com uma narrativa que faz um tipo de balanço dos vinte anos do governo ditatorial com destaque aos seus "feitos nacionais". Não houve uma crítica ou condenação das violências e desrespeitos aos direitos humanos cometidas pela ditadura militar, mas sim um texto que buscou legitimar o governo ditatorial para os seus leitores, ressaltando o crescimento econômico ocorrido nesse período, ao mesmo tempo em que omitia o descontrole da taxa de inflação, da concentração da renda e do aumento da dívida externa.

Além disso, exalta a ditadura militar por terem "benevolentemente" extinto o AI-5, promulgado a Lei da Anistia e o retorno do pluripartidarismo, silenciando-se sobre a estratégia dos militares de controlarem o processo de distensão e impedir qualquer tipo de punição quando retornassem aos quartéis[224]. De acordo com André Bonsanto Dias, esta coluna indica o tipo de jornalismo que foi adotado durante o regime militar, embora "pela suposta 'independência' e

[223] MARINHO, Roberto. Julgamento da Revolução. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1984, Ano LX, Nº18.596, p.1.
[224] Para um aprofundamento para a estratégia das Forças Armadas de se manterem no poder e prolongarem até o último instante o processo de distensão política e evitar qualquer tipo de ruptura brusca do modus operandi governamental após o retorno dos militares aos quarteis, indicamos: CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Liberalização e tutela militar**: o governo Geisel. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

‘apartidarismo’, caminhou junto e intimamente ao governo por praticamente todo o processo”[225].

Um dia após a posse do presidente José Sarney, o jornal faz um editorial opinativo acerca do processo de transição política, entretanto, continua com o tom governista e favorável ao regime militar:

> [...]. GOVERNO que se despedia adotou do princípio ao fim da crise atitudes de exemplar elegância. Os militares comportaram-se exatamente como os civis, no acompanhamento dos fatos. Na primeira linha dos acontecimentos eram os intérpretes da Constituição – juristas, legisladores e políticos – que apareciam e influíam e não os chefes ou porta-vozes das Forças Armadas, não qualquer voz pretendendo falar em nome da conveniência residuais do autoritarismo. Todo o cenário, enfim, oferecia os elementos, os ângulos, as tintas e a luz do país amadurecido e civilizado. [...].[226]

No texto jornalístico, intitulado *Teste definitivo*, localizado na página 03, nota-se, apesar do início do governo de transição de José Sarney, que o jornal continuava favorável ao regime militar, com destaque na maneira em que foi realizada a saída dos militares, como se tivessem comportados como verdadeiros “civis”, como se tivessem tornado o país mais “amadurecido” e “civilizado”. O editorial revela que, mesmo com a “saída” negociada das Forças Armadas no poder, o jornal *O Globo* continuava favorável ao passado ditatorial que apoiava.

O jornal *O Globo*, nesse sentido, foi mais do que simplesmente governista. O periódico cooperou editorialmente com o regime militar, por meio de representações jornalísticas positivas, acatando temas proibidos pela censura e reproduzindo as versões oficiais dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, observa-se que *O Globo* foi fortemente beneficiado por essa aliança, seja pela concessão de seu canal de TV, seja por vantagens econômicas, como isenções fiscais e anúncios estatais, além da expansão de seus negócios em um mercado cada vez mais monopolizado.

---

[225] DIAS, André Bonsanto. **A Verdade dita é dura**: “Histórias da verdade” do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2018, p.185.
[226] Teste definitivo. **O Globo,** Rio de Janeiro, 16 de março de 1985, Ano LX, Nº18,752, p.1.

3. REPRESSÃO E VIOLÊNCIA EM TERRAS PIAUIENSES: A REPRESENTAÇÃO DO PÓS-GOLPE DE 1964 NO PIAUÍ NOS JORNAIS *ESTADÃO* E *O GLOBO* (1964-1980)

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar como os jornais *Estadão* e *O Globo* representaram o clima de autoritarismo e de violência no estado do Piauí no pós golpe de 1964, sendo destacado o ambiente de perseguições políticas e as cassações de mandatos de parlamentares. A priori, analisamos como foi repercutido o ambiente de perseguições políticas e de violência estatal no estado do Piauí no pós golpe de 1964, sendo destacado o processo de acomodação e adesão das elites políticas à nova conjuntura política imposta pelos militares. Além disso, destacamos como o jornal *Estadão* publicou matérias jornalísticas acerca da situação de violência do regime militar no estado do Piauí. Em seguida, abordamos como o periódico *O Globo* representou a conjuntura de violência e perseguição política no Piauí.

3.1. **"Teresina: situação de calma e ordem":** a violência e a repressão da ditadura militar no Piauí

> Tomei conhecimento do levante na mesma noite, por um acaso. [...]. O levante não constituía surpresa, pois o quadro de radicalização política e ideológica então existente estava a indicar a proximidade de um confronto, a qualquer momento, cujas consequências seria difícil prever à vista da importância das forças que se moviam, articulavam e conspiravam. [...].[227]

No relato de Jesualdo Cavalcanti de Barros[228], em seu livro de memórias *Tempos de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*, destaca-se que o levante civil-militar contra o governo Goulart não foi uma surpresa, dadas as tensões provocadas pelo crescente clima de radicalização ideológica e política entre as esquerdas e as direitas. O estado do Piauí também sentiu os efeitos da conjuntura polarizada, causados especialmente devido à atuação das elites conservadoras e latifundiárias, que se viam ameaçadas pelas propostas reformistas defendidas pelo governo Goulart e as esquerdas, em um estado majoritariamente agrário.

---

[227] BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar:** o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p.179.

[228] Jesualdo Cavalcanti de Barros (1940-2019), natural de Corrente (Piauí) foi bacharel em direito e político do estado do Piauí. Em 1962, foi eleito ao cargo de vereador de Teresina pelo PTB, teve seu mandato cassado e foi preso pelo regime militar pós-golpe de 1964. Com a retomada de seus direitos políticos foi eleito ao cargo de deputado estadual (1979-1983; 1983-1987; 1991-1995) pela ARENA, PDS e PFL. Foi deputado constituinte (1987-1991) pelo PFL. Link de acesso: https://www.camara.leg.br/deputados/139247/biografia. Acesso em: 28 de julho de 2025.

Durante a conjuntura dos debates sobre as Reformas de Base, os setores ligados à elite política e econômica tradicional do Piauí participaram do desgaste e da deslegitimação do governo João Goulart, causados pela bandeira reformista, que visava incluir as massas trabalhadoras urbanas e rurais no processo de desenvolvimento econômico. Os embates entre a elite latifundiária do Piauí e as propostas reformistas fazem parte de uma cultura política excludente, na qual as posições de poder estavam enraizadas nos privilégios gerados pela estrutura latifundiária e temiam que, por meio dessas propostas, suas posições dominantes fossem ameaçadas e alteradas.

O jornal *O Dia*[229] foi um dos meios de comunicação vinculado à elite conservadora piauiense que reverberou a conjuntura de radicalização política das direitas contra as Reformas de Base, utilizando o medo da "ameaça comunista" como recurso para representar um cenário de desespero e perigo. Durante o governo João Goulart, o periódico, por meio de suas colunas e notícias, difundia representações anticomunistas que contribuíram para o superdimensionamento desse medo. Tal narrativa era alimentada, em parte, por notícias sobre invasões de terras, pelas incompatibilidades entre o comunismo e o cristianismo, pelo clima geral de tensão e polarização ideológica que marcava o período[230].

O jornal *O Dia* mantinha, na última página, uma coluna opinativa sem assinatura, possivelmente redigida pela equipe editorial, voltada diretamente aos seus leitores. Na última semana de março de 1964 – antes do golpe –, o periódico publicou uma série de textos opinativos que abordavam o cenário de radicalização política[231], manifestação nas ruas[232] e a opinião de autoridades políticas influentes que se posicionavam contra o governo Goulart[233].

De acordo com Roger Chartier, estudar as representações do mundo social nos faz entender os interesses objetivos confrontados e as posições dos atores sociais que descrevem como pensam a sociedade ou como gostariam que fosse[234]. Na conjuntura da radicalização das direitas no estado do Piauí, acreditamos que as representações anticomunistas difundidas em

---

[229] O jornal *O Dia*, que, em 1963, foi comprado pelo coronel da reserva e empresário Octávio Miranda, influente no meio político piauiense, especialmente entre os setores conservadores ligados aos partidos da UDN e do PSD local, foi o primeiro periódico semanal do Piauí a se tornar diário, passando por um grande impulso em sua linha editorial, com características empresariais semelhantes às dos jornais cariocas – que inspirou outros periódicos piauienses, sua posição política refletia, aos setores conservadores do estado, os posicionamentos de políticos, jornalistas, desembargadores e empresários. In: OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal "O Dia". Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007, p.55.

[230] Idem, p.55-58.

[231] Desapropriação da SUPRA. **O Dia**, Teresina, 18 de março de 1964, Ano XIV, Nº1196, p.4-8.

[232] Por Deus e a Liberdade**. O Dia**, Teresina, 21 de março de 1964, Ano XIV, Nº1199, p.8.

[233] A palavra de João Calmon. **O Dia**, Teresina, 24 de março de 1964, Ano XIV, Nº1201, p.8

[234] CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Trad: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 2002, p.19.

torno das reformas e de qualquer um que fosse favorável às medidas que mudassem as condições de vida dos trabalhadores revelam como os autores das colunas e os editores dos jornais eram favoráveis a um mundo em que as propostas de reforma de viés de esquerda defendidas pelo governo Goulart não fossem nem sequer debatidas.

Após a eclosão do golpe civil-militar de 1964, os setores da elite piauiense que apoiaram a deposição de João Goulart elaboraram e difundiram representações discursivas que justificavam e legitimavam o golpe, apresentando-o como uma defesa dos "valores cristãos" e da "democracia". Nesse contexto, foi evidenciado pelos jornais impressos piauienses, como nos periódicos a nível nacional, que evidenciaram os movimentos sociais e as esquerdas como "ameaças" ao regime democrático. Dessa forma, as representações anticomunistas foram utilizadas tanto para desgastar e deslegitimar o governo petebista quanto para conferir legitimidade à ação golpista de 1964[235].

No estado do Piauí, após o golpe civil-militar e a deposição do presidente João Goulart, foi representado pelo jornal *O Dia* uma Teresina diferente das outras capitais da Federação, amanheceu num clima de tranquilidade e paz:

> Indiferente à situação que atravessa o país, o teresinense amanheceu ontem, calmo e tranquilo, continuando seu ritmo de vida, já tradicional e dado à quietude e serenidade. Foi um dia, o de ontem, sem passeatas, sem comícios, sem bagunça, sem estardalhaços de qualquer que fôsse as correntes políticas que se entregassem no cenário nacional [...].
> Com muito calor, bastante cansado e com inúmeros problemas, o teresinense viu uma vêz o sol se pôr e a cidade ser coberta pelo manto negro da noite, sem, no entanto, alterar a sua já proverbial calma e tranquilidade do espírito, pacífico, que nos caracteriza os filhos da "chapada do corisco"[236]

Através do título *"Teresina: situação de calma e ordem",* escrito pela equipe editorial do jornal na última página, é possível perceber a intenção de representar uma Teresina "tranquila", avessa à violência, à repressão e a qualquer tipo de desestabilização social. Nessa perspectiva, a cidade é apresentada como um lugar onde os habitantes, por possuírem um "espírito pacífico", se dedicam ao trabalho e mantêm seu ritmo de vida cotidiano.

Embora a representação não evidencie um cunho explicitamente político, ela transmite aos leitores a ideia de uma realidade em que o Piauí não teria apoiadores ou partidários do governo deposto, sugerindo a inexistência de um partidarismo que defendesse as propostas

---

[235] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.245.
[236] Teresina: situação de calma e ordem. **O Dia**, Teresina, 02 de abril de 1964, Ano XIV, Nº 1206, p. 08.

destronadas pelo golpe de 1964. Ademais, ressalta que Teresina era uma cidade pacífica, onde os trabalhadores não se insurgiram por meio de manifestações e mobilizações reivindicatórias.

Roger Chartier salienta que as percepções sociais que produzem as representações não são de maneira alguma discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas – culturais, sociais e políticas – que almejam impor sua autoridade em detrimento dos outros, a legitimar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas[237]. Nesse meandro, o grupo editorial do jornal *O Dia* produziu, no contexto pós-golpe, representações discursivas que indicavam a cidade de Teresina numa conjuntura em que não houve violência, manifestações e movimentos favoráveis ao governo João Goulart, com a intenção de indicar a suposta aversão que os piauienses possuíam ao presidente deposto.

O clima de "tranquilidade" não era propagado apenas pelo jornal, mas estava totalmente em concordância com o discurso dos militares, como podemos observar nesse excerto da *Nota* da Guarnição Federal de Teresina sobre os acontecimentos:

> A Guarnição Federal de Teresina, integralmente solidária com o 4º Exército e 10ª Região Militar, no firme propósito de preservar a paz e tranquilidade do povo teresinense, fez veemente apelo para que todos confiem na patriótica e democrática ação das Fôrças Armadas, colaborando de maneira decisiva na preservação da ordem e segurança da família brasileira. Nesse sentido, o Comando da Guarnição recomenda a todos indistintamente que se abstenham de participar de quaisquer pronunciamentos ou manifestações públicas que venham a perturbar o clima de absoluta tranquilidade, ora reinante nesta Capital, os quais serão enérgica e prontamente reprimidos.[238]

Na *Nota* da Guarnição Federal de Teresina, reproduzida pelo jornal *O Dia*, percebemos que essa representação de um clima de "paz" e "tranquilidade" na capital piauiense era uma narrativa defendida tanto pelos setores liberais-conservadores do estado que apoiaram o golpe civil-militar, quanto pelas Forças Armadas. Existe, por parte dos militares representados pela Guarnição Federal de Teresina, uma preocupação em construir a imagem de uma cidade "calma" e "estável", possivelmente com o intuito de desestimular movimentos favoráveis ao governo deposto na capital piauiense, por meio da representação de um ambiente onde os referidos estariam isolados, enfraquecidos e sem respaldo popular, contribuindo para legitimar a nova ordem imposta após o golpe de 1964.

---

[237] ROGER, Chartier. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Algés (Portugal): DIFEL, 2002. p.17.

[238] Guarnição Federal de Teresina: Nota. **O Dia**, Teresina, 03 de abril de 1964, Ano XIV, Nº 1267, p. 01.

Dada a própria natureza do discurso emitido pela Guarnição Federal de Teresina, entendemos que se constitui como um instrumento de intimidação e uma ameaça direcionada a qualquer pessoa ou grupo que se opusesse ao golpe de 1964 na capital piauiense. Todavia, apesar da ênfase do jornal *O Dia* em destacar um suposto ambiente "pacífico", o estado do Piauí, assim como o restante do país, sentiu os impactos da repressão policial e militar violenta que se abateu sobre os participantes e simpatizantes das pautas populares.

De acordo com Francisco José Leandro Araújo Castro, as justificativas anticomunistas foram utilizadas não apenas para angariar apoio ao golpe de 1964, mas também como ferramenta de legitimação das medidas repressivas adotadas contra os movimentos populares, sobretudo nos sindicatos rurais. Setores da classe comercial, da elite jurídica, dos latifundiários e de políticos conservadores perceberam, naquele momento, uma oportunidade para empreender uma ação enérgica no cenário político e social, com o objetivo de manutenção das estruturas vigentes e para impedir o processo reformista proposto. Nesse contexto, foram adotadas medidas repressivas, as Forças Armadas realizaram batidas policiais em escritórios, sedes de sindicatos e partidos, efetuando prisões arbitrárias e buscando materiais como livros, jornais, boletins ou qualquer outro conteúdo classificado como "propaganda comunista", a fim de incriminar lideranças e militantes engajados nos movimentos sociais[239].

Diferente do que é difundido por setores da grande mídia empresarial e por alguns intelectuais conservadores da contemporaneidade que defendem a tese de que a ditadura militar brasileira foi uma "ditabranda"[240], uma "ditadura envergonhada"[241] ou uma ditadura apenas durante a vigência do AI-5 – Ato Institucional nº 5[242] - , a repressão feroz e violenta da ditadura

---

[239] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.176-177.

[240] O termo "ditabranda" ficou conhecido, após a publicação do jornal *Folha de São Paulo* de um editorial Limites a Chávez, na qual visando descrever o então presidente da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Fria (1999-2013) e outros governos latino-americanos de esquerda como ditadores, empregaram o termo "ditabranda" para a ditadura militar brasileira (1964-1985), visando indicar que a situação da Venezuela e dos demais estados latino-americanos governados pelos partidos de esquerda era pior do que a ditadura militar brasileira. In. "Limites a Chávez". **Folha de São Paulo**: Editorial, 17 de fevereiro de 2009. Link de acesso: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm. Acesso em 22 de janeiro de 2025.

[241] O caráter envergonhado da ditadura ficou conhecido após o lançamento da *Ditadura envergonhada*: as ilusões armadas do jornalista Élio Gaspari (1944 -) que é o primeiro livro de cinco sobre o regime militar brasileiro. O autor chama a ditadura militar de envergonhada para indicar que embora fosse uma ditadura, possuía um caráter "envergonhado", isto é, não assumia plenamente suas feições ditatoriais e tinha "vergonha" de suas características ditatoriais, assumindo a sua feição ditatorial apenas com a sanção do Ato Institucional nº5. In: GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[242] O historiador Marco Antônio Villa (1955 -) no seu livro sobre a ditadura militar brasileira defende que o regime militar não foi uma ditadura que durou 21 anos. Nesta leitura o autor defende que foi uma ditadura durante a vigência do AI-5, ou seja, ela durou apenas 10 anos (1968-1978). In. VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira (1964-1985):** a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

militar não tardou após a consumação do golpe civil-militar de 1964, especialmente quando os alvos eram os envolvidos ou que possuíam vinculação com os movimentos populares.

O golpe civil-militar fomentou, de imediato, uma onda repressiva contra líderes civis e militares ligados à esquerda, incluindo as lideranças de movimentos urbanos e rurais que apoiavam o governo João Goulart. Essa repressão foi amplamente justificada pelas Forças Armadas e por seus aliados civis como uma medida necessária para combater a chamada "subversão comunista". Contudo, setores progressistas da sociedade, mesmo aqueles com posturas moderadas, também foram atingidos por serem considerados "subversivos" e, por isso, tornaram-se alvo da repressão[243].

De acordo com Jesualdo Cavalcanti Barros, no seu livro de memórias, destaca que a violência da ditadura militar pós-golpe de 1964 foi sentida em Teresina, da mesma forma que nos demais estados da Federação:

> [...] Em Teresina, o clima era tenso. A exemplo do que ocorre no restante do País, movia-se com absoluto êxito a máquina de caça às bruxas. Invadiam-se sindicatos, associações, residências e locais de trabalho a qualquer hora do dia ou da noite. Mandado judicial para isso, nem pensar. Numa cruel inversão do princípio universal dos direitos do homem, ninguém era inocente: todos eram culpados até que provassem sua inocência. Ninguém estava imune a suspeitas e incriminações. Quem não aplaudisse a nova ordem corria o risco de ser considerado subversivo, comunista, lacaio de Moscou etc. Assim, sob essa incriminação, professores, profissionais liberais, estudantes e trabalhadores abarrotavam as celas dos quartéis militares, sobretudo os do 25ºBC e do 2ºBC. [...].[244]

No relato de Jesualdo Cavalcanti Barros, destaca-se o clima de "caça às bruxas" instaurado em Teresina após o golpe de 1964, quando forças policiais e militares passaram a invadir diversos locais em busca de supostos envolvidos em atividades consideradas "subversivas". A repressão e violência não foram aleatórias, mas foram direcionadas a alvos específicos, que na maioria eram líderes ou pessoas envolvidas em movimentos sociais urbanos e rurais. Esses indivíduos eram frequentemente acusados e presos arbitrariamente pelo crime de "subversão comunista", mesmo na ausência de provas consistentes ou de mandados judiciais que justificassem tais operações.

De acordo com Francisco José Leandro Araújo de Castro, a chamada "Operação Limpeza", realizada pelos militares no Piauí após o golpe, promoveu uma forte repressão contra

---

[243] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p.176-177.
[244] BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p.192.

políticos envolvidos em movimentos sociais, especialmente os do PTB, as lideranças sindicais rurais e urbanas, o movimento estudantil e a qualquer indivíduo considerado envolvido em pautas sociais. Essa repressão atingiu, de forma marcante, os centros urbanos de Campo Maior, Parnaíba e Teresina, que possuíam maior mobilização política em torno das propostas reformistas para a melhoria das condições de trabalho e para a luta pela terra[245].

A violência que atingiu os setores e os envolvidos com os segmentos populares não se deu apenas pelo temor anticomunista dos militares, mas também foi impulsionada pelo medo dos latifundiários de terem seus privilégios ameaçados. Nesse contexto de "caça às bruxas", esses grupos dominantes aproveitaram a conjuntura política autoritária para desmobilizar e eliminar aqueles que representavam uma ameaça aos seus interesses particulares. O sindicalista Antônio Damião de Sousa destaca, em seu livro de memórias, as violências e perseguições que sofreu após o golpe de 1964:

> Isto aconteceu e foi provocado pelos latifundiários, estou falando exclusivamente da classe dos trabalhadores rurais, a bem da verdade, fui preso, torturado, caluniado, perseguido pela ditadura militar e pelos latifundiários. Passei (33) trinta e três dias preso incomunicável no quartel do 25º BC. Sofri todo tipo de tortura psicológica, até tortura física. [...]. Não esquecerei nunca o dia 16 de abril de 1964, os militares, à meia-noite me retiraram da cela onde estava preso e me levaram até o rio Poti, me amarraram e, com toda crueldade, me jogaram dentro daquele rio que, por sinal, estava muito cheio. Mas, com a ajuda de Deus e de dois pescadores, fui salvo. Como não conseguiram a minha morte desta vez, desistiram (havia dois pescadores mais embaixo pescando, eles se aproximaram e me socorreram, colocando-me dentro de uma canoa. E de volta me levaram para o 2º BEC e não mais para o 25º BC. As outras torturas foram na cela onde eu estava. Quase toda noite enchiam de água e eu tinha que passar a noite toda em pé, e com tudo isso, com a incerteza de que sairia com vida. Outro grande constrangimento: quando saí da prisão estava com um estado de alerta, pois sempre que houvesse qualquer movimento sobre a ditadura, eu, a qualquer momento, poderia ser preso novamente. Por várias vezes fui chamado até pela Polícia Militar de Campo Maior, por denúncias fraudulentas dos latifundiários[246].

No excerto escrito por Antônio Damião de Sousa, evidenciam-se as práticas de violência a que foi submetido durante sua prisão, motivadas diretamente por sua condição de liderança sindical e de representante dos camponeses. Ele relata ter sido vítima de uma prisão arbitrária, sem qualquer comunicação com seus familiares, além de sofrer torturas físicas e até uma tentativa de assassinato. Ressalta que a violência política da qual foi alvo não partiu apenas dos

---

[245] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.186.

[246] SOUSA, Antônio Damião. **O homem e a terra**: ditadura militar e os latifundiários contra os camponeses. Campo Maior (Piauí): Autor, 2015, p.24.

militares, mas também foi incentivada pelos latifundiários locais, que o viam como uma ameaça direta aos seus privilégios e ao controle sobre a ordem social vigente. Sua atuação junto aos trabalhadores rurais fez com que fosse alvo de calúnias e boatos, os quais eram instrumentalizados para justificar sua prisão e sua constante vigilância por parte das forças de segurança do regime militar.

A violência política da ditadura militar não foi aleatória nem desprovida de lógica: ela se direcionou especificamente contra aqueles envolvidos em movimentos sociais e nas reivindicações por melhores condições de vida para os trabalhadores urbanos e rurais, cujas reivindicações representavam uma ameaça direta aos interesses dos grupos dominantes. Além disso, muitos opositores do regime foram vítimas de um revanchismo político promovido por setores da elite local, que aproveitaram o contexto repressivo para prejudicar e perseguir seus adversários e lideranças populares, além de fortalecer suas posições de poder por meio da aproximação estratégica com o regime autoritário.

Segundo o livro de memórias de Deoclécio Dantas[247], o golpe civil-militar atingiu a capital do Piauí, com um sistema de comunicação que funcionava com três rádios e seis jornais impressos, tendo suas publicações de "[...] manchetes, editoriais e artigos de jornais eram patrulhados por um capitão do Exército, à disposição do qual, todas as noites, a partir de 21 horas, eram colocadas as cópias das páginas que comporiam a edição do dia seguinte"[248]. Isto é, desde a eclosão do golpe de 1964, a imprensa escrita era vigiada pelos militares acerca de quais informações seriam publicadas para a população.

A censura não atingiu apenas a imprensa escrita, como também o rádio, por Teresina não ter um canal de televisão até então[249]. O rádio era o principal veículo de comunicação ao qual a maioria da população tinha acesso, em especial por não precisar de letramento[250]. Nesse sentido, conforme o relato de Deoclécio Dantas, a censura nas emissoras de rádio era realizada pela Polícia Federal, que distribuía as tirinhas de papel - famosos bilhetinhos - sem carimbo e

[247] Deoclécio Dantas Ferreira (1938-2015) foi editor dos jornais piauienses O Dia, O Estado, Folha da Manhã, Voz do Piauí e Jornal do Piauí; repórter, noticiarista, redator e diretor do jornalismo da Rádio Pioneira; repórter e apresentador das TVs Clube e Pioneira; assessor de imprensa da Associação Comercial Piauiense; vereador de Teresina (1977-1978); deputado estadual (1979-1985) e vice-prefeito de Teresina (1986-1988).
[248] DANTAS, Deoclécio. **Marcas da Ditadura no Piauí**. Teresina: Gráfica do Povo, 2008, p.8.
[249] Para mais informações sobre a criação do primeiro canal de televisão do estado do Piauí, recomendamos a leitura de: SANTOS, Maria Lindalva Silva. **A força de um ideal**: história e memória da primeira TV piauiense. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.
[250] Para mais informações sobre o funcionamento da rádio no estado do Piauí e a censura empreendida pela ditadura militar, indicamos: NASCIMENTO, Francisco Alcides. Censura e rádio no Piauí. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; SANTIAGO JR, F. C. Fernandes (Orgs). **Rádio**: encruzilhadas da história: rádio e memória. Recife: Bagaço, 2006, p.23-58.

sem assinatura, informando o que não poderia ser abordado[251]. Estes relatos escritos por Deoclécio Dantas no livro *Marcas da ditadura no Piauí* apontam a narrativa de um sujeito histórico que viveu durante a ditadura militar e que escreveu sobre os impactos da repressão que a ditadura teve no seu estado.

Entretanto, segundo a perspectiva de Maria Aparecida de Aquino, a relação da ditadura militar com a imprensa não pode ser vista de forma unilateral, como se o regime fosse um Estado todo-poderoso, livre de contradições internas e externas, e o único condutor dos destinos da Nação contra uma imprensa supostamente livre, apenas amortecida pela censura e engajada na luta pelas liberdades democráticas do país[252].

Apesar de ser vigiado e censurado pelos militares, o espaço midiático escrito piauiense é um exemplo de setor que, inicialmente, apoiou e colaborou com a ditadura militar por meio de suas representações que legitimavam o regime, inclusive nas suas medidas repressivas contra os movimentos sociais liderados por trabalhadores e líderes sindicalistas. As prisões e batidas policiais realizadas nas casas de trabalhadores do setor público e privado, estudantes e políticos, nos primeiros meses após o golpe de 1964, foram noticiadas regularmente pelos jornais impressos, como *O Dia*, que reproduzia as notas oficiais produzidas pela Guarnição Federal de Teresina, contribuindo para a difusão da narrativa oficial do regime:

> O Comandante da Guarnição Federal do Piauí, Cel. Francisco Mascarenhas Façanha reuniu na tarde de ontem, na 26.ª Circunscrição de Recrutamento, representantes de todos os jornais e emissoras de rádio de Teresina para esclarecimentos à população do Piauí, sôbre as providências que, em cumprimento a determinações superiores, e com a colaboração da Secretária do Interior, Justiça, Segurança Pública e da Polícia Militar, vem tomando no sentido de obstruir a ação solapadora dos comunistas, sabido que em Teresina estavam em pleno funcionamento e com eficiência várias células comunistas. Em "blitz" realizadas em dias desta semana foram localizadas as sedes do Partido Comunista e de outros órgãos subsidiários, nas quais o Exército apreendeu farto material de propaganda consistente em livros de doutrinação marxista, revistas, folhetos, jornais, faixas de exaltação aos regimes totalitários, correspondência entre êsses órgãos e a direção central, livros de atas de reunião, etc. [...] [253]

"*Desbaratado o Partido Comunista, Secção do Piauí*", foi a matéria de capa do periódico *O Dia* no dia 05 de abril de 1964, em que os teresinenses se depararam com uma

[251] DANTAS, Deoclécio. **Marcas da Ditadura no Piauí.** Teresina: Gráfica do Povo, 2008, p.8.
[252] AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Baaru (SP): EDUSC, 1999, p.21.
[253] Desbaratado o Partido Comunista, Secção do Piauí. **O Dia**, Teresina, 05 de abril de 1964, Ano XIV, Nº 1.209, p. 01.

reportagem que abordava as atividades do partido comunista no estado do Piauí. Essa representação foi produzida em cooperação com a Guarnição Federal de Teresina. O trecho citado revela, a priori, a colaboração dos representantes dos setores da imprensa piauiense – incluindo jornais e rádios – na divulgação das atividades realizadas pelas forças militares contra os supostos "comunistas", com o objetivo de apresentar à população piauiense a ideia de que esses grupos estavam em atuação em Teresina.

Essa representação ressalta a preocupação dos novos "donos do poder" em utilizar a imprensa como instrumento para veicular e legitimar os seus atos repressivos. Além disso, *O Dia* não se limitava a relatar as operações da Guarnição Federal de Teresina, mas também publicava informações detalhadas sobre os presos, incluindo seus nomes, funções profissionais e acusações de cunho político, mesmo sem apresentar provas concretas ou fundamentos jurídicos sólidos que fortalecessem as denúncias de "subversão":

> O P.C funcionava na Rua Santa Luzia, dêsta Capital e a Frente de Mobilização Popular, por incrível que pareça na Câmara de Vereadores de Teresina. Também foram encontradas listas de simpatizantes e colaboradores do partido, como, por exemplo. Deusdedit Mendes Ribeiro, Alberoni Lemos, Honorato Gomes Martins etc. Já se encontram presos os elementos: José Pereira de Sousa, vulgo Zé Ceará, Secretário Geral do P. C. em Teresina, e recém chegado da Rússia de onde trouxe abundante material subversivo. Honorato Gomes Martins, Acadêmico de Direito, ativo e perigoso líder comunista no seio dos estudantes e Ligas Camponesas, responsável pelo prédio onde funcionava a sede do Partido Comunista. Jesualdo Cavalcante Bastos. Acadêmico de Direito e Vereador de Teresina pela legenda do P.T.B, elemento comunista de grande atuação nas classes operária, estudantil e agrícola[254].

A reportagem *Desbaratado o Partido Comunista, Secção do Piauí*, além de destacar a ação da Guarnição, aborda o nome dos presos acusados de subversão "comunista", não se restringindo a informar os nomes, mas destacando suas profissões e supostas atividades políticas. De acordo com Francisco José Leandro Araújo de Castro, os jornais piauienses, ao darem destaque às prisões e às investigações, objetivavam criar "sentimento de aversão social aos indiciados, criminalizando os movimentos sociais, por meio de uma verdadeira batalha pela opinião pública piauiense"[255].

O grupo editorial do jornal *O Dia* revela sua cooperação e apoio às medidas arbitrárias do regime militar pela forma como abordava a cassação de mandatos dos que foram presos

[254] Idem.
[255] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.190.

pelas Forças Armadas, como no exemplo do vereador Jesualdo Cavalcanti Barros, que foi o primeiro vereador teresinense preso e teve seu mandato cassado pela Câmara de Vereadores de Teresina, sob a acusação de ser "subversivo":

> Por oito votos contra um a Câmara Municipal de Teresina cassou ontem o mandato do Vereador Jesualdo Cavalcanti Barros que está preso sob a acusação de ser comunista e atuante junto às classes estudantis e operária, além de estar comprometido com movimentos de caráter subversivo visando à queda do regime. Votaram pela cassação os vereadores Otávio Joaquim Braga, Abizail Leôncio de Azevedo Filho, Àlvaro Monteiro da Cunha, Álvaro Lebre, Raimundo Vieira e Silva, Joel da Cunha Mendes e José da Costa e Silva; e contra o Vereador Paulo Rubens Fontenelle[256].

A maneira como a notícia da cassação de Jesualdo Cavalcanti Barros foi tratada pelo jornal *O Dia* possui um viés de criminalizar o vereador e transformar o processo de cassação em um espetáculo público. Além disso, o jornal tornou públicos os posicionamentos dos parlamentares da Câmara de Vereadores que votaram a favor e contra a cassação[257]. Segundo o vereador, em seu livro *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964,* a sua candidatura incomodava os membros da elite tradicional por ter sido eleito vereador da capital, pelo partido de esquerda PTB, sendo natural de Corrente e não ter vínculos familiares na capital[258].

O Piauí, por ser um estado onde historicamente os cargos públicos e eletivos eram considerados territórios de poucos e ocupados por membros da elite política e econômica, viu na eleição de um então estudante que não pertencia às famílias tradicionais, que conseguiu uma vaga para estudar na FADI, uma situação que desafiava essa tradição. Esse estudante, atuante no movimento estudantil e filiado a um partido de esquerda a nível nacional, despertou reações da elite durante o governo Goulart devido às propostas de Reforma de Base. No contexto do pós-golpe de 1964, sua ascensão e engajamento político explicam por que ele se tornou alvo da onda repressiva estabelecida pelos militares, com o aval de setores civis.

No seu livro de memórias, destaca uma das estratégias elaboradas pelos militares da Guarnição Federal de Teresina, comandada pelo coronel Francisco Mascarenhas Façanha[259], que foi a exposição pública dos presos acusados de serem subversivos comunistas:

---

[256] Cassado o mandato de Jesualdo Cavalcante. **O Dia**, Teresina, 12 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1215, p.1.
[257] Apenas um vereador de Teresina, Paulo Rubens Fontinelle filiado ao PTB, absteve de voltar por considerar que a Câmara de Teresina não possuía competência de cassar o mandato de seus membros. A sua atitude foi exposta pelo jornal *O Dia* que reproduziu o seu discurso proferido no momento da votação: Voto do Vereador Paulo Rubens na cassação do mandato de Jesualdo Cavalcanti**. O Dia**, Teresina, 17 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1218, p.6.
[258] BARROS, Jesualdo Cavacalti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p.13-14.
[259] Foi o comandante da Guarnição Federal de Teresina durante o golpe de 1964.

> Nessa mesma tarde, encaminharam-me para o Dops, onde pernoitei. A Dops funcionava num pequeno prédio, depois demolido para, no terreno, ser construída a nova sede da Secretaria de Segurança Pública, no canto direito da Praça Saraiva. À tarde do dia 5, protagonizaria o primeiro espetáculo de truculência da nova ordem: seria levado para o 25ºBatalhão de Caçadores na carroceria de um caminhão aberto, sob forte escolta militar, armada de fuzis e metralhadoras. O caminhão, ao atravessar a diagonal da Praça Pedro II, diminui a marcha, de modo que as pessoas que formavam longas filas para o filme das 15 horas pudessem contemplar a cena. E havia muita gente, pois era domingo.[260]

A exposição pública servia não apenas como um "troféu" conquistado pela Guarnição Federal de Teresina ao prender os acusados de subversão, mas também como uma forma de humilhação e ridicularização pública. Além de ferir a autoestima e a moral dos presos políticos por meio da violência psicológica, essa exposição visava estigmatizá-los, diante da opinião pública, promovendo sua imagem como criminosos. Assim, o espetáculo da repressão operava não apenas como mecanismo de controle, mas também como forma de manipulação simbólica e política.

Muitos dos acusados e vítimas da violência policial e militar poderiam nem ter atividades relacionadas com as esquerdas ou com os movimentos sociais, sendo alvos de revanchismos políticos. Esses indivíduos foram perseguidos com a finalidade de serem removidos do cenário público por seus adversários, que os viam como ameaça aos seus interesses particulares[261]. A Guarnição Federal de Teresina, inclusive, impulsionava os cidadãos piauienses a delatarem quem suspeitassem que fosse ou tivesse relação com os considerados "comunistas":

> O Comando da Guarnição Federal de Teresina solicita aos senhores Chefes de Repartições Federais, Autárquicas, Paraestatais, Estaduais e Municipais, para no prazo de 48 horas informarem a essa Guarnição, da existência ou não de Funcionários comprometidos com o movimento subversivo, a fim de quê este comando possa tomar as devidas providências, tendo em vista os artigos 7º e 10º do Ato Institucional.
> Quartel em Teresina, 21 de maio de 1964.
> Francisco Mascarenhas Façanha
> Coronel Cmt da Guarnição Federal de Teresina[262]

---

[260] BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p.187.

[261] No relato memorialístico de Deoclécio Dantas, salienta que durante o golpe de 1964 ao final do governo de Médici, existiu muitas acusações do crime de "subversão" que atingia funcionários públicos e estaduais sem fundamentação baseadas em boatos causados por inimizades e desavenças pessoas. In: DANTAS, Deoclécio. **Marcas da Ditadura no Piauí**. Teresina: Gráfica do Povo, 2008, p.61.

[262] Guarnição Federal de Teresina. Nota oficial. **O Dia**, Teresina, 22 de maio de 1964, Ano XIV, Nº.1245, p.1.

Ou seja, durante a ditadura militar, houve indivíduos que aproveitaram o ambiente de "caça às bruxas" contra os comunistas para denunciar e caluniar seus adversários ou desafetos, com acusações frágeis de serem "subversivos". Essa prática foi incentivada pelas próprias forças policiais, que viam qualquer comportamento considerado suspeito como alvo de delação e até prisão. O AI-1 – Ato Institucional nº1 – e os subsequentes, AI-2 – Ato Institucional nº2 – e AI-5, concediam ao presidente da República o poder de demitir e exonerar servidores públicos acusados de "subversão".

Essas medidas autoritárias implementadas pelas Forças Armadas após o golpe de 1964 no estado do Piauí, longe de serem ações sem apoio, contaram com a colaboração de figuras políticas e empresariais oriundas da elite tradicional, que apoiaram, defenderam e cooperaram com os militares no processo de "limpeza" dos "subversivos" da esfera pública. Essa aproximação serviu como uma oportunidade política para manterem o controle sobre o poder e reprimir movimentos sociais e grupos políticos que iam contra seus interesses pessoais.

As representações que foram produzidas pela Guarnição Federal de Teresina não foram tratadas de maneira isolada. Diante disso, através do levantamento das fontes hemerográficas produzidas pelo jornal *O Dia*, percebemos que, nos primeiros dias pós-golpe de 1964, noticiaram as atividades realizadas pelas forças policiais civis e militares diariamente e divulgaram as *Notas* difundidas pela Guarnição Federal de Teresina para serem transmitidas aos seus leitores. Com isso, surge o questionamento do porquê da preocupação dos militares em informar as suas ações para os piauienses através dos jornais impressos.

Os militares possuíam preocupações com as notícias divulgadas no espaço midiático, especialmente pela sua capacidade de cooptar e mesclar visões de mundo. De acordo com Maria Helena Rolim Capelato, é por meio da imprensa que é travada"[...] uma constante batalha pela conquista de corações e mentes [...]"[263], isto é, na busca do convencimento de que a informação transmitida é a "verdade", podendo ser utilizada como uma poderosa força política de legitimação através da difusão das representações.

As informações veiculadas nas mídias impressas são alvos de escolhas conscientes dos redatores e, sobretudo, dos seus editores e proprietários. Não existe informação neutra, mesmo na decisão aparentemente simples de abordá-la ou de reproduzi-la por meio da transcrição de representações produzidas por outras fontes. Consideramos que as representações produzidas pelos jornais piauienses a respeito das repressões cometidas pelas forças policiais no estado do

[263] CAPELATO, Maria Helena Holim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p.13.

Piauí – sejam elas exaltadas ou apresentadas de forma informativa, sem críticas ou condenações – constituíam uma forma de colaboração com as Forças Armadas.

O posicionamento do periódico *O Dia*, no início do golpe civil-militar, em apoiar e cooperar com os militares não foi aleatório, o "lugar social" do veículo de comunicação era de propriedade de um coronel da reserva e empresário, Octávio Miranda, que possuía propriedades, vínculos políticos com os setores tradicionais do Piauí e tinha na sua equipe redatores escritores ligados aos conservadores e aos proprietários de terra do Estado[264].

A exaltação das prisões e das operações militares no Piauí não foi algo isolado do jornal *O Dia*, mas foi presente no jornal *Estado do Piauí*[265]. Inclusive, durante os meses de junho a agosto de 1964, foram publicadas 8 reportagens sobre a retrospectiva das operações militares realizadas pela Guarnição Federal de Teresina, iniciadas no dia 31 de março, com o tom de exaltação e de celebração pelas operações militares:

> Em consideração à opinião pública de nossa terra, publicamos um resumo dos acontecimentos relacionados com a Revolução de 31 de março em terras piauienses e dos trabalhos patrióticos executados por figuras ilustres do Exército Nacional que compõem no Piauí o Estado Maior Operacional, distinguindo o Cel. Francisco Mascarenhas Façanha, mui digno Comandante da Guarnição Federal de Teresina, o Major Wellington de Figueredo Costa, Chefe do Estado Maior e ao mesmo tempo, Subcomandante do 25ºB/C e Chefe das relações públicas da chamada Operação Limpeza[266].

Neste excerto da notícia, *Resumo dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964,* publicada nas páginas 1 e 3, observamos um modelo de retrospectiva das operações militares executadas pelos militares, representados pela Guarnição Federal de Teresina desde o dia 31 de março de 1964 até a data da publicação.

---

[264] Segundo Marylu Alves de Oliveira, o jornal O Dia em 1964, possuía como principais escritores do jornal: Arimatheia Tito Filho, Carlos Said, Celso Barros Coelho, Conceição Castelo Branco, Deusdedith Nunes, Deoclécio Dantas, Hardi Filho, José Lopes dos Santos e Simplício de Sousa Mendes. OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo:** considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal "O Dia". Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007, p.55.

[265] *Estado do Piauí*, foi um periódico fundado por Josípio Lustosa em 1928, funcionário público da Fazenda aposentado, foi opositor do governo Petrônio Portella no estado do Piauí por desavenças políticas. Foi um periódico semanário, possuía de quatro a seis páginas, suas matérias possuíam cunho político, com posicionamentos anticomunistas. Na relação com a ditadura militar, inicialmente apoiou o golpe de 1964 e as medidas arbitrárias do regime militar, contudo com o desenrolar dos acontecimentos tornou-se um periódico de oposição, com pautas políticas ligadas ao MDB – em especial, pela vinculação política de seu proprietário. In: MONTE, Regianny Lima. Entre táticas e estratégias: a relação do estado autoritário com a imprensa escrita em Teresina durante os anos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; SANTOS, Maria Lindalva; MONTE, Regianny Lima (Orgs). **Diluir fronteiras**: interfaces entre história e imprensa. Teresina: EDUFPI, 2010, p.212-213.

[266] "Resumo dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início de 31 de março de 1964". **Estado do Piauí**, Teresina, 18 de junho de 1964, nº 651, p.1-3.

Analisando o conteúdo, podemos constatar uma notícia não apenas informativa, mas que exaltava as ações militares, os IPMs – Inquéritos Policiais Militares –, as batidas em sindicatos e a organização de outras atividades, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade[267].

Essa retrospectiva das atividades da Guarnição Federal de Teresina foi publicada pelo jornal *Estado do Piauí* nos dias 18 de junho, 25 de junho, 2 de julho, 9 de julho, 16 de julho, 23 de julho, 30 de julho e 6 de agosto de 1964. As publicações ocorreram em uma quantidade considerável, quase periódica, uma vez que o jornal era semanário. As notícias tinham não apenas caráter informativo, mas também opinativo, enaltecendo as Forças Armadas por terem impedido o Brasil de se tornar "comunista".

De acordo com Pierre Bourdieu, o poder simbólico é um poder diferente do poder tradicional, é um poder de construção da realidade que opera de maneira oculta, fazendo com que as hierarquias, normas e valores estabelecidos pelos grupos dominantes sejam considerados naturais e espontâneos pela sociedade. O autor destaca que o poder simbólico se manifesta através da violência simbólica, que é uma forma de dominação que não é física e pode ser aceita pelos sujeitos dominados por terem internalizado e naturalizado as categorias de pensamento dos grupos dominantes. E, também, é manifestado pelo capital simbólico, que é o reconhecimento de prestígio que um indivíduo ou grupo possui socialmente, que o autoriza a impor sua visão de mundo à sociedade[268].

Os jornais possuem poder simbólico por sua capacidade de construir efeitos sobre a realidade nas suas representações por meio da apresentação, seleção e enquadramento de informações, influenciando a opinião pública e o senso comum. Esse poder, adquirido pela autoridade e credibilidade jornalística, pode legitimar determinadas ideologias e visões de mundo. Entretanto, as representações jornalísticas apesar de terem o sentido de realidade, não são neutras e isentas, podem ser instrumento e campo de lutas, com a ocultação de interesses políticos e econômicos, não existe neutralidade na simples "escolha encaminhada pelo jornal acerca do que informar, de quando informar, de como informar".[269]

---

[267] A Marcha da Família com Deus pela Liberdade originalmente foi uma reação conservadora ao Comício da Central do Brasil, contrária as propostas reformistas do governo Goulart que na visão de seus participantes iriam comunizar o país. Após, o golpe de 1964, as Marchas foram ressignificadas como manifestações de apoio as Forças Armadas por terem salvado a pátria da ameaça comunista e terem restabelecido a suposta "legalidade-democrática". In: PRESOT, Aline. Celebrando a "Revolução": as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). **A construção social dos regimes autoritarismo**: Brasil e América Latina, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.71-96.

[268] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand; DIFEL, 1989, p.7-15.

[269] BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2023, p.45.

Os jornais piauienses *O Dia* e *Estado do Piauí* exploravam o poder simbólico que possuíam por serem veículos de comunicação em massa, valendo-se das sensibilidades da população, principalmente o medo da "ameaça comunista", para instaurar um sentimento de pânico geral, com a finalidade de justificar a intervenção, os inquéritos e as medidas de repressão executadas pelos militares. Ademais, pela maneira de como os jornais informaram acerca das operações militares, percebemos uma maneira de incriminar os presos políticos e justificar a repressão realizada pelos militares em nome do combate ao comunismo.

Para Francisco Leandro Araújo de Castro, a intenção dos jornais piauienses em divulgarem representações que retratavam as operações militares, além de garantir apoio e simpatia da opinião pública aos militares, os boletins ilustram "[...] o quanto se estabeleceu uma relação obscura, cinzenta e complexa com relação às práticas persecutórias e seus sustentáculos sociais, também no meio piauiense"[270], ou seja, revelam uma zona "cinzenta" de apoio às práticas repressoras do regime ditatorial realizadas pela imprensa, no sentido de que os jornais não apenas sofriam censura ou se autocensuravam, mas, em determinados momentos, visando não se indispor com o regime ou manter boas relações com o governo, decidiram não apenas se acomodar, mas também colaborar com o regime ditatorial, por meio da difusão de narrativas que justificavam e legitimavam as ações dos militares na esfera política.

Paralelamente, nesse clima de perseguição instaurado pelas forças militares no estado do Piauí contra lideranças de perfil de esquerda e participantes dos movimentos sociais, o espaço midiático piauiense fez ampla cobertura da manifestação que foi utilizada pelo regime militar e seus apoiadores civis no Estado como uma prova do apoio dos piauienses ao golpe de 1964, na famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A Marcha foi fortemente divulgada pelo jornal *O Dia,* que não apenas informava a respeito da realização do evento, como convocava a população piauiense a participar do evento:

> PIAUIENSE! Não se omita. Participe da Marcha da FAMÍLIA com DEUS pela LIBERDADE.[271]
>
> SENHOR DIRETOR DE COLÉGIO
> A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE será uma parada cívica contra o comunismo e de apoio e aplauso às nossas Fôrças Armadas.
> Dê sua valiosa contribuição para o êxito da MARCHA, fazendo com que todos os alunos do seu Estabelecimento compareçam, têrça-feira próxima, ao memorável acontecimento.[272]

[270] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.155.
[271] PIAUIENSE! **O Dia,** Teresina, 10 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1213, p.1.
[272] SENHOR DIRETOR DE COLÉGIO! **O Dia,** Teresina, 12 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1215, p.4

> MOTORISTAS! Dê sua contribuição à MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. Transporte gratuitamente as pessoas pobres, do subúrbio, na têrça feira à tarde, a fim de que todos possam tomar parte no movimento. Com Deus pela Liberdade em defesa da Democracia[273]
>
> COMERCIANTE!
> É indispensável e necessária a sua colaboração à MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. Na têrça à tarde espera-se que o comércio cerre as portas às 15 horas, para que empregadores e empregados estejam presentes à MARCHA. Espera-se que cada comerciante de tecido contribua com uma faixa para o desfile, contendo o "slogan" de alusão ao perigo comunista e de aplausos às nossas Fôrças Armadas.[274]

O jornal *O Dia* não apenas convocava os piauienses a participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, como também publicou representações referentes a categorias específicas – comerciantes, diretor de colégio e motoristas – que eram estratégicas, instruindo-os e orientando-os o que fazer durante a Marcha, com o intuito de atrair mais participantes ao evento organizado pelos militares e civis.

O periódico *O Dia*, no dia 15 de abril de 1964, um dia após a realização da Marcha, publicou uma matéria de primeira página, indicando que teve a participação de cinquenta mil pessoas, como se fosse o "maior acontecimento cívico registrado em Teresina"[275]. Com isso, não podemos constatar se esse número é real ou não, sendo que é um percentual de participantes consideravelmente alto quando comparamos com os dados do censo de 1960, pois Teresina tinha por volta de 142.691 habitantes, sendo que 98.830 habitantes moravam na zona urbana da cidade, isto é, a Marcha teve aproximadamente 50,8% da população urbana de Teresina, conforme a notícia do periódico *O Dia*.

Apesar de esse número não ser muito provável, ao analisarmos a representação não como uma cópia do real[276], mas como uma construção feita a partir dele, indica-se a tentativa dos editores do jornal *O Dia* em insinuar que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade teve amplo apoio da população de Teresina das diversas camadas sociais em saudação e comemoração pelas Forças Armadas terem supostamente "protegido" a democracia e impedido a "comunização" do país.

Da mesma maneira que o jornal *O Dia*, o *Estado do Piauí*, nas suas "retrospectivas" das operações executadas pela Guarnição Federal de Teresina, também publicou uma edição referente à realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade:

---

[273] MOTORISTA! **O Dia,** Teresina, 12 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1215, p.5
[274] COMERCIANTE! **O Dia,** Teresina, 13 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1215, p.8.
[275] Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade. **O Dia,** 15 de abril de 1964, Ano XIV, Nº 1217, p. 01.
[276] PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.40

> Com relação à Marcha da Família com Deus Pela Liberdade em Teresina, esclareceu o Major. Costa disse a esta reportagem que realmente foi um grande acontecimento cívico registrado nesta Capital, pois aproximadamente 50.000 pessoas participaram desta marcha e, como tal, o povo aplaudiu entusiasticamente a Democracia das Gloriosas Forças Armadas. Também esclareceu o Major Costa, que este acontecimento pode ser considerado como o mais importante de que teve notícia na vida da Capital Piauiense em todos os tempos. [...].[277]

No excerto da "retrospectiva" produzida pelo jornal *Estado do Piauí* em cooperação com os militares, observa-se a reprodução que, em Teresina, teve a participação de cinquenta mil pessoas na Marcha e que foi o "mais importante" acontecimento da Capital Piauiense. Além disso, na reportagem não é salientado apenas o desenrolar da Marcha em Teresina, como é divulgada também a participação da população na Marcha realizada nas cidades de Parnaíba, Campo Maior e Coivaras, com a narrativa de exaltação às Forças Armadas por terem supostamente salvado a democracia e impedido o Brasil de se tornar um país comunista.

A presença da população na Marcha também pode ter sido resultado da grande divulgação e arregimentação da manifestação pelas autoridades civis e militares. Jesualdo Cavalcante Barros, no seu livro de memória, destaca que a Marcha teve:

> [...] escancarado apoio das autoridades públicas, mobilizaram, através de arregimentação e comunicados repetidos nas emissoras de rádio e nos jornais, todos os segmentos da sociedade de Teresina. As empresas foram instadas a colaborar de todas as formas. Políticos de municípios vizinhos mandaram caminhões de gente para reforçar o movimento. As repartições públicas e as chamadas classes produtoras cerraram as portas de seus estabelecimentos uma hora antes para levar seus funcionários e faixas contendo alusões ao perigo comunista e de aplauso às Forças Armadas. Com apoio da UEE, Upes, diretórios acadêmicos e grêmios estudantis, os diretores de estabelecimentos escolares trataram de botar seus alunos nas ruas, suspendendo as aulas[278].

Segundo o autor, a Marcha obteve ampla divulgação e impulso por parte dos veículos de comunicação, como pode ser observado nos jornais *O Dia* e *Estado do Piauí*, que não apenas apoiaram a manifestação, mas também convocaram a população piauiense a participar do movimento em apoio e agradecimento às Forças Armadas por terem impedido a "ameaça

[277] "Resumo dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de 1964". **Estado do Piauí,** Teresina, 06 de agosto de 1964, Ano XXXV, Nº665, p.2

[278] BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempos de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p. 197.

comunista"[279], obtendo forte impulso das autoridades civis e militares do Estado que cooptaram diversos setores sociais da população a participar da Marcha[280].

Além da capital do Piauí, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu nas cidades de Parnaíba, Campo Maior e Coivaras[281], tendo sua cobertura representada pelos jornais locais piauienses como se fosse um "grande" evento cívico a favor das Forças Armadas. Com isso, a manifestação confirma o apoio e a adesão que os setores da imprensa piauiense deram ao golpe de 1964, além de evidenciar a adesão civil das autoridades piauienses ao regime militar.

As práticas de adesão das elites tradicionais à ditadura militar podem ser observadas nos espaços da mídia piauiense, que reverberou as vozes conservadoras que justificavam o golpe de 1964 como uma forma de combater a "ameaça comunista" e a moralização do poder público. Além disso, a imprensa local atuava como aliada das operações militares, apoiando publicamente as ações repressivas direcionadas a trabalhadores, sindicalistas e políticos envolvidos em movimentos sociais. Também teve papel importante na legitimação da participação e organização de civis e militares do estado do Piauí em eventos como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, as comemorações do aniversário da "Revolução de 1964" em Teresina e na adaptação dos governos estaduais e municipais aos projetos modernizantes e autoritários impostos pela ditadura militar.

As medidas autoritárias implementadas pelas Forças Armadas no Piauí após o golpe de 1964 estiveram longe de ser ações sem apoio. Figuras políticas e empresariais oriundas da elite tradicional apoiaram, defenderam e cooperaram com os militares no processo de "caça aos comunistas". Essa aproximação serviu como uma oportunidade política para que tais grupos mantivessem seu poder, reprimissem movimentos sociais e a grupos políticos contrários a seus interesses.

O espaço midiático piauiense repercutia as visões de seus principais financiadores, refletindo os interesses de determinados grupos políticos. A elite piauiense desempenhou um papel fundamental na sustentação da ditadura militar, colaborando com a repressão e a eliminação de seus adversários políticos. A cassação de mandatos e o afastamento de opositores

[279] O Sentido da Marcha. **O Dia**, Teresina, 13 de abril de 1964, Ano XIV, Nº.1216, p.8

[280] BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempos de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p. 197.

[281] Pelo jornal *Estado do Piauí*, nas suas retrospectivas das operações realizadas pela Guarnição Federal de Teresina, na edição do dia 06 de agosto de 1964, informa sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade realizadas nas cidades de Teresina, Parnaíba, Campo Maior e Coivaras. In: Resumo dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início de 31 de março de 1964". **Estado do Piauí**, Teresina: 06 de agosto de 1964, Ano XXXV, Nº685, p.3.

foram estratégias utilizadas para consolidar o domínio das oligarquias locais, garantindo a manutenção do poder e impedindo qualquer avanço de políticas reformistas de viés progressista no Estado.

Percebemos que as representações anticomunistas foram fundamentais para a legitimação e justificação das medidas repressivas implementadas pelas Forças Armadas e seus aliados civis no estado do Piauí — assim como em todo o Brasil — contra os movimentos populares. Essas representações deram origem a práticas que tinham como objetivo gerar aversão, por parte da população, àqueles que eram incriminados como "subversivos comunistas".

Após a consumação do golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar, os parlamentares civis da ALEPI governistas não só se acomodaram, como cooperaram com as medidas repressivas da ditadura contra seus colegas parlamentares. Tal atitude tinha como objetivo agradar os novos "donos do poder" e evitar as possíveis consequências do arbítrio da ditadura, como perderem seus mandatos e serem presos.

Os expurgos políticos realizados no estado do Piauí, em especial os com beneplácito da ALEPI após a sanção do AI-1 que permitia ao presidente da República a cassação dos mandatos de políticos acusados de "subversão", tiveram alvos bem específicos, quando são analisados os sujeitos que tiveram seus direitos políticos cassados. As punições dos Atos Institucionais no Piauí foram seletivas e tiveram alvos que faziam parte do PTB e eram próximos aos movimentos sociais, o que pode ser observado quando analisamos os nomes dos deputados estaduais que foram cassados pelo AI-1 por exigência da Guarnição Federal de Teresina[282]: os deputados estaduais Deusdedith Mendes Ribeiro (PTB)[283], Temístocles de Sampaio Pereira

[282] No livro de memória de Deoclécio Dantas, a comandante da Guarnição Federal de Teresina, Francisco Mascarenhas Façanha, convocou uma sessão extraordinária da ALEPI, entregando dois ofícios de deputados estaduais que deveriam ter os seus mandatos cassados pela Câmara por estarem enquadrados no art. 10 do AI-1. In: DANTAS, Deoclécio. **Marcas da Ditadura no Piauí**. Teresina: Gráfica do Povo, 2008, p.11.

[283] Deusdedith Mendes Ribeiro (1929-2011) ocupou o cargo de Delegado Regional do Trabalho no Piauí em 1959 por indicação do governador do Estado Chagas Rodrigues (1959-1962). Atuou na defesa das Ligas Camponesas em diversos processos judiciais. Foi eleito ao cargo de deputado estadual pelo PTB no pleito de 1962, dois anos depois tem seus direitos políticos cassados pelo Golpe Militar de 1964.

(PTB)[284], José Alexandre Caldas Rodrigues (PTB)[285] e Celso Barros Coelho (PDC)[286]. Os suplentes que tiveram seus direitos políticos suspensos e cassados foram: Honorato Gomes Martins (PTB)[287], Antônio Ubiratan de Carvalho (PTB)[288] e José Francisco Paes Landim (UDN)[289].

Todos esses políticos foram enquadrados por meio de um ofício encaminhado à ALEPI pela Guarnição Federal de Teresina, que os acusava com base no artigo 10 do AI-1[290]. Dos deputados federais do Piauí, apenas Clidenor de Freitas Santos, suplente de deputado federal pelo PTB, foi enquadrado pelo AI-1[291]. Não foram cassados pelo AI-1 e nem a posteriori pelo AI-5, os mandatos dos senadores piauienses por serem da ARENA e adesistas da ditadura militar[292].

Exceto pelo nome de Celso Barros Coelho[293], observa-se que os principais alvos das cassações pelo AI-1 foram parlamentares do PTB e indivíduos envolvidos em movimentos

---

[284] Themístocles de Sampaio Pereira (1921-2013) natural de Esperantina do Piauí. Iniciou sua carreira política como vereador de Esperantina pelo PSD (1948-1951); foi eleito para o cargo de deputado estadual (1963-1964), teve seu mandato interrompido pela cassação de seus direitos políticos pelo AI-1. Com o retorno de seus direitos políticos foi eleito deputado estadual (1979-1983) e deputado federal (1999-2003; 2009-2011) pelo PMDB. Link de acesso: https://www.camara.leg.br/deputados/74461. Acesso: 25 de janeiro de 2025.

[285] José Alexandre Caldas Rodrigues foi prefeito de Parnaíba (1958-1962) e deputado estadual cassado pelo golpe em 1964 seus dois mandatos foram pelo PTB. Possuía fortes ligações com os sindicatos parnaibanos e, por isso, foi indiciado pelo inquérito policial militar aberto em Parnaíba pela Guarnição Federal.

[286] Celso Barros Coelho (1922-2023), foi deputado estadual pelo Piauí pelo PDC, teve seu mandato cassado pelo AI-1. Após passar os 10 anos de suspensão de seus direitos políticos, voltou à política e foi eleito ao cargo de deputado federal (1975-1979;1983-1987). Retornou o seu Link de acesso: https://www.camara.leg.br/deputados/132125/biografia. Acesso: 29 de março de 2025.

[287] Honorato Gomes Martins (1926-?) – foi estudante da Faculdade de Direito do Piauí. Foi suplente ao cargo de deputado estadual pelo PTB nos pleitos de 1958 e 1962.Possuía participação ativa na atuação das Ligas Camponesas no Piauí. Foi preso pela ditadura militar e teve seus direitos políticos suspensos pelo AI-1.

[288] Antônio Ubiratan de Carvalho (1938 - ???), natural de Simplício Mendes, foi suplente de deputado estadual teve seu mandato de suplente e seus direitos políticos cassados durante a ditadura militar através do AI-1.

[289] José Francisco Paes Landim (1937 -) é político piauiense, teve seu mandato de deputado estadual (1963-1964) cassado pela ditadura militar em 1964 pelo AI-1 por denúncia de seu envolvimento com "comunistas". Com o retorno da redemocratização foi candidato a deputado federal em 1986, tendo conseguido ser eleito em 8 pleitos seguidos (1987-2019; 2020-2023).

[290] O artigo 10 do AI-1 estabelecia que no "interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos". Link de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Link de acesso: 29 de janeiro de 2025.

[291] Clidenor de Freitas Santos (1913-2000), foi psiquiatria e idealizador do Sanatório MEDUNA inaugurado em Teresina no ano de 1954 foi deputado federal pelo Piauí durante 1959-1963 pelo PTB. Foi cassado e exilado pela ditadura militar.

[292] Os senadores pelo Piauí da ARENA durante a ditadura militar, foram: os últimos anos do mandato de Joaquim Parente (1959-1966), José Cândido Ferraz (1963-1970), Sigefredo Pacheco (1963-1970), Petrônio Portella Nunes (1967-1979), Fausto Castelo Branco (1971-1979), Helvídio Nunes de Barros (1971-1979;1979-1987); Dirceu Arcoverde (1979), Alberto Tavares Silva (1979-1986), João Calisto Lobo (1983-1990).

[293] Segundo o relato de Deoclécio Dantas, o deputado estadual Celso de Barros Coelho foi cassado por ter irritado a "linha dura" do Exército por ter defendido os postulados da democracia e ter criticado a competência da ALEPI em julgar a cassação de mandatos dos seus colegas parlamentares. In: DANTAS, Deoclécio. **Marcas da Ditadura no Piau**í. Teresina: Gráfica do Povo, 2008, p.11-12.

sociais, geralmente vinculados a partidos ou atividades de orientação à esquerda. As cassações de mandato atingiam alvos específicos e, muitas vezes, eram utilizadas como instrumentos de revanchismo político. As cassações de mandatos, segundo o relato de Deoclécio Dantas, foram aprovadas de maneira unânime, com 32 votos a favor e 8 abstenções[294]. A possível explicação da falta de reação da ALEPI, visível nos próprios deputados do PTB em reagir e colocar resistência nos pedidos de cassação, pode ser explicada pelo medo da Assembleia ser fechada e perderem os seus mandatos, tendo escolhido se acomodar politicamente para sobreviver à situação política imposta pelos militares[295].

Posição parecida foi a defendida pelo vice-prefeito de Teresina, que era o presidente da Câmara de Vereadores, Raimundo Wall Ferraz[296] , com o pedido de cassação do mandato do vereador petebista Jesualdo Cavalcanti Barros pelo crime "de estar comprometido com o movimento de caráter subversivo que visava a queda do Regime Democrático"[297]. Segundo o relato do ex-preso político, o presidente da Câmara que dirigiu o processo de cassação alegou que "não havia alternativa, pois se não houvesse a cassação, a Câmara seria fechada, tratou ele mesmo de redigir o respectivo projeto de resolução, os considerando justificativos, passando em seguida a colher as assinaturas dos vereadores presentes"[298].

O vice-prefeito, juntamente com os vereadores, resolveram acomodar-se com os ditames e ordens dos militares para darem o seu "consentimento" para a cassação do mandato dos seus colegas, com o objetivo de permanecerem em seus mandatos[299], sobreviverem politicamente e continuarem no cenário político em meio a um contexto autoritário e incerto.

Dos deputados federais, após a sanção da primeira lista de cassados pelo AI-1, o primeiro piauiense a nível federal a ter seu mandato cassado foi Clidenor de Freitas Santos (PTB)[300]. Nesse contexto, após o AI-5, foram cassados os mandatos de Alfredo Alberto Leal

---

[294] Idem, p.13.
[295] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.220
[296] Raimundo Wall Ferraz (1932-1995), foi um político piauiense, ocupou os cargos de vereador de Teresina (1955-1963), foi vice-prefeito (1963-1967) pela UDN. Com o fim do pluripartidarismo se filiou a ARENA, ocupou os cargos de prefeito de Teresina (1975-1979;1986-1989; 1993-1995), sendo o primeiro indicado pelo governador Dirceu Arcoverde e as outras duas vezes foi eleito pelo pleito direto. Link de acesso: https://www.camara.leg.br/deputados/132066/biografia. Acesso: 12 de março de 2025.
[297] CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. Resolução Nº114/64, de 11 de abril de 1964. In: BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar:** o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.p,206.
[298]Idem, p.201-202.
[299] Apenas um vereador de Teresina, Paulo Rubens Fontinelle filiado ao PTB, absteve de voltar por considerar que a Câmara de Teresina não possuía competência de cassar o mandato de seus membros. A sua atitude foi exposta pelo jornal *O Dia* que reproduziu o seu discurso proferido no momento da votação: Voto do Vereador Paulo Rubens na cassação do mandato de Jesualdo Cavalcanti. **O Dia**, Teresina, 17 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1218, p. 6
[300] O ATO INSTITUCIONAL PUNIU EM DOZE LISTAS 417 PESSOAS, INCLUSIVE 3 EX-PRESIDENTES. **O Globo**: Rio de Janeiro, 16 de junho de 1964, Ano XXXIX, Nº11.688, p.12.

Nunes (ARENA), Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (MDB), e os suplentes de deputado estadual Antônio Ribeiro Dias (MDB) e Alberto Bessa Luz (ARENA)[301].

Alfredo Alberto Leal Nunes é um exemplo de deputado que foi visado pelos militares por causa de sua atuação durante o governo Goulart na SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária – no estado do Piauí antes do golpe de 1964. Embora tenha sobrevivido aos expurgos de 1964 ocorridos pelo AI-1, embora tivesse mudado de lado, filiando-se na ARENA, não escapou dos expurgos realizados após a sanção do AI-5. O historiador e político Wilson Nunes Brandão destaca que a cassação do mandato do referido deputado também foi causada pelos desafetos com o então major Clidenor de Moura Lima, que possuiu forte envolvimento no processo que foi encaminhado ao presidente da República[302].

O Brasil, por causa das vinculações e a mistura entre o público e privado, em momentos de autoritarismo e violência política, existe culturas políticas autoritárias de revanchismo, de aproveitar a situação autoritária para afastar e retirar os seus adversários e desafetos pessoais de cargos de poder, através de acusações de crimes que não são amparados juridicamente ou por questões puramente ideológicas[303]. Como pode observar, no caso de Alfredo Alberto Leal Nunes, com o exercício de cargo na SUPRA antes do golpe de 1964 e pelas desavenças com o major do Exército do 25ºBC. Os outros dois deputados cassados foram Antônio Ribeiro Dias e Alberto Bessa Luz – suplentes de deputado estadual pelo MDB e ARENA, respectivamente.

O ex-governador Chagas Rodrigues, que exercia mandato de deputado federal pelo MDB, também não escapou dos expurgos políticos após o AI-5. Sua cassação foi motivada, principalmente, por sua oposição ao regime e por seu histórico, enquanto governador do Piauí, de apoio às propostas reformistas do governo João Goulart – como a reforma agrária e a mobilização de trabalhadores rurais, a exemplo das chamadas Ligas Camponesas. Essas ações geraram forte oposição dos setores mais conservadores das elites piauienses[304].

O que pode explicar o apoio de setores da elite política à ditadura militar, mesmo em um cenário de incerteza causado pelas possibilidades de cassação de mandato e de prisões pelo

---

[301] OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. **Atos institucionais**: sanções políticas: aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, dispensa de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

[302] BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e legendas da política piauiense**: fatos e episódios da história política piauiense no período de 1945 a 2006. Teresina: Autor, 2006, p.65.

[303] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.224.

[304] Para mais informações sobre o governo Chagas Rodrigues, indicamos: OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao Céu**: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Teresina: Cancioneiro, 2020, p.263-362.

arbítrio da ditadura militar? Além do "fim" das eleições diretas para os cargos de governador e prefeito da capital? E, da impossibilidade de conseguir a direção do estado se não possuir proximidade com a ditadura militar? O que poderia explicar a acomodação e adesão dos setores da elite piauiense que não só apoiaram, mas cooperaram com ela e suas políticas desenvolvimentistas, repressoras e excludentes no Piauí?

O fechamento das eleições diretas para governadores após o AI-3[305] possivelmente gerou para as elites piauienses pertencentes ao chamado esquema Portella[306] estabilidade e continuísmo, enquanto mantinham influência no cenário político nacional por indicar nomes referentes ao seu grupo político para o presidente da República para ser referendado na ALEPI. O cargo de prefeito da capital também era escolhido por meio de indicação política feita pelo governador do estado. Nesse sentido, a eliminação da participação popular nos pleitos do Poder Executivo no estado dava mais segurança e domínio das elites políticas do grupo Gayoso-Portella de manterem-se no poder, através do exercício de gestores de sua confiança, não correndo o risco de entrar algum grupo opositor em alguma eventualidade causada pelas eleições diretas.

Segundo Francisco José Leandro Araújo de Castro, na sua análise sobre os processos de acomodação e adesão da elite piauiense, quando observou a seletividade nos atos de cassação e prisão de alguns políticos e outros não, percebeu que os militares já possuíam suas preferências políticas nos grupos político-partidários mais conservadores, enquanto os mesmos perceberam a chance de se perpetuarem no poder e utilizar essa aliança com o regime militar para perseguir e afastar os seus opositores políticos[307].

Algo que pode ser observado na cassação de prefeitos por crimes de corrupção e má administração do serviço público. No relato de Deoclécio Dantas são destacadas as ações

---

[305] O Ato Institucional Nº3, estabelecia as eleições indiretas para os governadores e vice-governadores dos estados. Os cargos de prefeito e vice-prefeito das capitais e de cidades consideradas "áreas de segurança nacional" seriam indicados pelos governadores. Link de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm. Acesso: Dia 01/02/2025.

[306] O esquema Portella é o nome dado a aliança política feita Petrônio Portella Nunes na qual união os setores políticos da UDN e PSD do estado que até então eram adversários políticos. O grupo político desse "esquema" continuou durante os governos Helvídio Nunes de Barros (1967-1970), João Clímaco D'Almeida (1970-1971), Dirceu Arcoverde (1975-1978), Djalma Velloso (1978-1979), Lucídio Portella (1979-1982), Hugo Napoleão (1982-1986) e Freitas Neto (1991-1994). O governador Alberto Tavares Silva (1971-1975;1987-1991), foi o único governador durante a ditadura militar que foi indicado pelos militares à revelia do esquema Portella, o esquema "rachou" após o falecimento de Petrônio Portella, com os desentendimentos entre Hugo Napoleão e Lucídio Portella que decidiu apoiar e integrar a chapa de Alberto Tavares Silva na eleição de 1987. Após as eleições de 1990, Lucídio e Hugo Napoleão se reconciliaram e apoiaram Antônio de Almendra Freitas Neto para o cargo de governador do estado. In: TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010, p. 319.

[307] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.224.

repressivas na cidade de Luís Correia que tiveram o pretexto de combater a "corrupção", levaram à cassação de mandato e a prisão do então prefeito Osvaldo Sales Santos e do vereador Raimundo Sousa, de terem "ficado com um percentual de 10% da verba destinada ao município"[308]. A cassação de seus mandatos por ordem do Capitão da CCPI e das elites políticas do município revela o aproveitamento do clima de autoritarismo para revanchismos e retirar seus adversários políticos de cargos de influência.

Com a intervenção realizada pelas Forças Armadas, grupos políticos ligados às elites tradicionais do Piauí viram a oportunidade de, em cooperação com os militares, reprimir e perseguir os participantes dos movimentos de trabalhadores, seus adversários políticos e desafetos pessoais do cenário político através de denúncias e acusações de serem "subversivos comunistas"[309].

Após o golpe de 1964, segundo Manoel Ricardo Arraes Filho, foi a oportunidade para o principal núcleo das oligarquias do grupo político liderado pelo esquema Portella ser fortalecidos no alojamento dos cargos públicos e do poder político, justamente quando a liberdade de expressão e o enfrentamento ideológico e eleitoral eram quase inexistentes. Essas elites piauienses foram consolidadas com o tempo em "um processo fechado e concentrado de poder nas mãos das oligarquias estaduais"[310].

Nesse sentido, observamos que a violência e as arbitrariedades da ditadura militar também foram sentidas no Piauí, sendo que elas também foram noticiadas – pelo menos em primeiro momento – pela imprensa local, no caso específico nos jornais *Estado do Piauí* e *O Dia*, não apenas com caráter informativo, mas de maneira que exaltava as operações militares contra os que eram acusados de "subversão comunista".

Além disso, as cassações de mandato e os alvos da repressão da ditadura não foram aleatórios, alvo de uma violência desenfreada e sem propósito, mas que tinham alvos específicos e os principais visados eram os líderes, políticos e participantes de movimentos sociais que defendiam melhoria de condições de vida para os trabalhadores urbanos e rurais. Nesse meandro, vale investigar como esse clima de violência e arbitrariedade no estado do Piauí era abordado nos jornais de grande circulação nacional, como *Estadão* e *O Globo*.

---

[308]DANTAS, Deoclécio. **Marcas da Ditadura no Piau**í. Teresina: Gráfica do Povo, 2008, p.59.
[309] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.176.
[310] ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí**: 1982-1995. Teresina: EDUFPI, 2019, p.50.

3.2. **"Estado, Imprensa e Autoritarismo":** a violência da ditadura militar no Piauí nas páginas do jornal *Estadão*

Os jornais de grande circulação, como *o Estadão*, participam ativamente do golpe, através da campanha de desestabilização do governo Goulart e da divulgação de representações eufóricas, que comemoravam a intervenção militar, sob o pretexto de defender a democracia e combater a subversão e a corrupção. Esse veículo também apoiou e incentivou a adoção de medidas repressivas em nome do combate ao comunismo. Notícias referentes ao estado do Piauí eram eventualmente abordadas por esse jornal, que contava com correspondentes locais responsáveis por enviar representações jornalísticas consideradas relevantes aos editores dos periódicos.

Todavia, o Piauí, por ser um estado longínquo dos grandes centros urbanos que se encontram o polo industrial da região Centro-Sul e do público alvo dos leitores dos jornais *Estadão* – São Paulo –, não era muito retratado em comparação com os outros estados, apenas quando as notícias eram referentes às obras de desenvolvimento econômico voltadas à integração nacional ou quando o texto jornalístico estava relacionado com a política nacional.

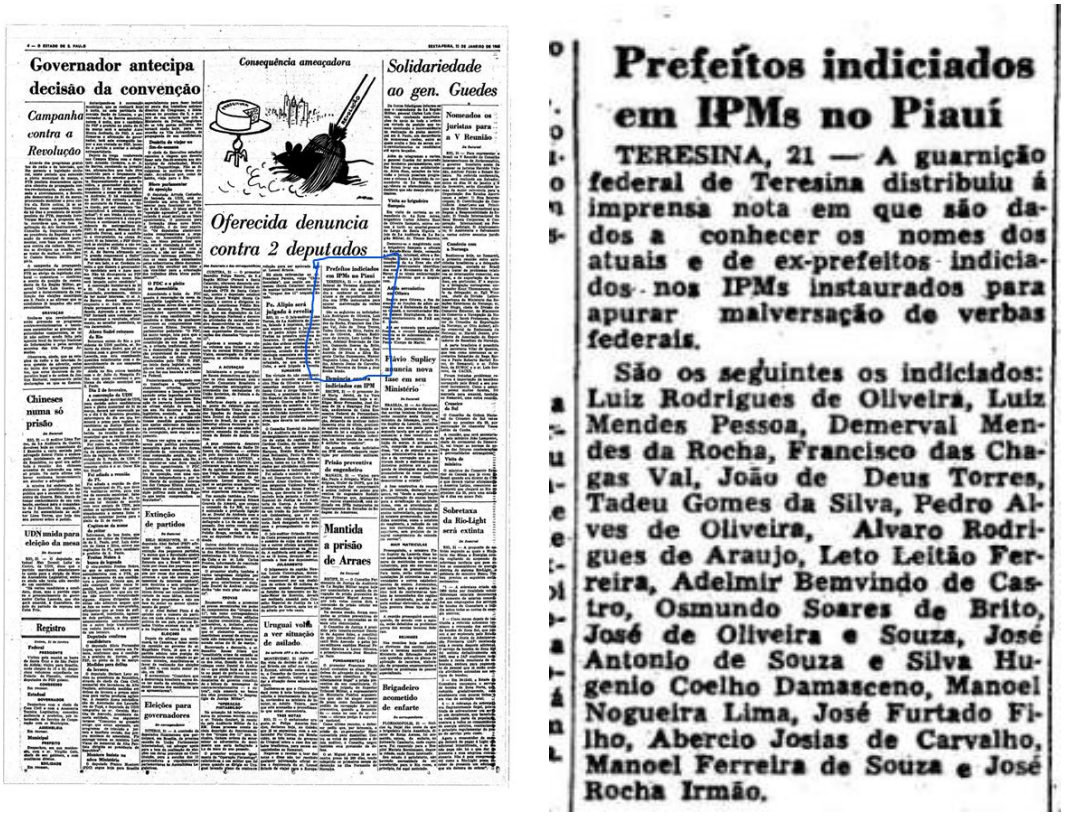
Os discursos jornalísticos produzidos pelo *Estadão* sobre o Piauí, que estava relacionado com a atuação da ditadura militar no estado, possuíam um tamanho diminuto nas suas páginas em comparação com as notícias referentes aos grandes centros urbanos e as notícias referentes à política nacional e internacional. Contudo, na análise das fontes hemerográficas, observarmos que, mesmo em quantidade considerada diminuta em comparação com os outros estados, o jornal representou os acenos adesistas das elites piauienses à ditadura militar, bem como as cassações de mandatos de parlamentares nos primeiros meses após o golpe de 1964.

Para Patrick Charaudeau, os discursos midiáticos enfrentam três desafios para atuarem como instância de comunicação junto ao seu público-alvo: a visibilidade, a inteligibilidade e a espetacularização. O primeiro está relacionado à seleção, pelos jornalistas e editores-chefes, das notícias consideradas mais importantes, que devem ser reconhecidas pelos leitores o mais rapidamente possível; a inteligibilidade refere-se à hierarquização na abordagem das representações jornalísticas, de acordo com seu grau de importância, simultaneamente ao trabalho da encenação verbal e imagética; por fim, a espetacularização diz respeito ao uso de estratégias que suscitam maior interesse nos leitores[311].

[311] CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad: Ângela M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.212-213.

As notícias referentes ao estado do Piauí de natureza local, recorrentemente no jornal *Estadão*, ficavam nas páginas do meio em um espaço pequeno que pode ser observado na figura a seguir:

Figura 1:**O Piauí no jornal *Estadão*, 1965**



Governador antecipa decisão da convenção

Campanha contra a Revolução

Consequência ameaçadora

Oferecida denuncia contra 2 deputados

Solidariedade ao gen. Guedes

Chineses numa só prisão

UDN unida para eleição da mesa

Registro

Extinção de partidos

Eleições para governadores

Mantida a prisão de Arraes

Sobretaxa da Rio-Light será extinta

Brigadeiro acometido de enfarte

Prefeitos indiciados em IPMs no Piauí

Prefeitos indiciados em IPMs no Piauí

TERESINA, 21 — A guarnição federal de Teresina distribuiu à imprensa nota em que são dados a conhecer os nomes dos atuais e de ex-prefeitos indiciados nos IPMs instaurados para apurar malversação de verbas federais.

São os seguintes os indiciados: Luiz Rodrigues de Oliveira, Luiz Mendes Pessoa, Demerval Mendes da Rocha, Francisco das Chagas Val, João de Deus Torres, Tadeu Gomes da Silva, Pedro Alves de Oliveira, Alvaro Rodrigues de Araujo, Leto Leitão Ferreira, Adelmir Bemvindo de Castro, Osmundo Soares de Brito, José de Oliveira e Souza, José Antonio de Souza e Silva Hugenio Coelho Damasceno, Manoel Nogueira Lima, José Furtado Filho, Abercio Josias de Carvalho, Manoel Ferreira de Souza e José Rocha Irmão.

Fonte: *Estadão*[312]

Na figura, pode-se observar que o espaço para notícias referentes ao Piauí no jornal *Estadão* é pequeno, aparecendo às vezes no meio, na parte superior ou inferior da página, sem um espaço físico dedicado propriamente ao estado, por se tratar de assuntos de natureza local. O Piauí não era muito abordado por esse periódico, sendo mencionado principalmente em temas de natureza local, como os danos causados pela seca, as fortes chuvas e os problemas relacionados à pobreza.

A respeito da violência estatal que atingiu o estado do Piauí, o jornal não ficou indiferente e, mesmo que não fosse abordado com intensidade, foram representadas as cassações de mandatos das autoridades, a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o aniversário da "revolução" e os discursos adesistas dos políticos piauienses ao

[312] Prefeitos indiciados em IPM no Piauí. In: Oferecida denúncia de dois deputados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 de janeiro de 1965, Ano LXXXV, Nº27.533, p.4.

novo regime instituído. As matérias produzidas pelo jornal *Estadão*, possuíam caráter informativo e direto, sem ter espaço para comentários opinativos; contudo, as notícias veiculadas pelos periódicos não são nem um pouco naturais ou imparciais. O modelo informativo estava inserido no processo de profissionalização do jornalismo que fazia parte de uma estratégia de legitimar a profissão do jornalista como um saber autorizado e credibilizado para informar a população.

De acordo com Patrick Charaudeau, o discurso informativo possui uma relação com o imaginário do saber e do poder, pois informar "é possuir um saber que o outro ignora ("saber"), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro ("poder dizer"), ser legitimado nessa atividade de transmissão ("poder de dizer")"[313], isto é, a legitimidade do discurso jornalístico está ancorada mais pela técnica da maneira em que os fatos são reportados e as suas intenções do que pelo conteúdo abordado. Neste sentido, os periódicos da grande imprensa possuíam, por essa técnica jornalística e pelo ideal de "objetividade", uma credibilidade na população, realizada pelas regras que foram internalizadas pela sociedade.

Durante a ditadura militar, apesar de existirem espaços opinativos, com o endurecimento do regime, para os proprietários das empresas evitarem problemas com os donos do poder, resolveram que as representações produzidas relacionadas à política teriam caráter informativo, com a reprodução do que foi transmitido pelas fontes oficiais, isto é, pelos militares. Essa escolha narrativa servia como uma "autocensura" e uma forma de legitimar as medidas realizadas pelos militares por evidenciarem a visão do governo dos acontecimentos e não abordarem outros pontos de vista nas notícias.

O jornal *Estadão* noticiou as cassações de mandato de alguns políticos piauienses, mesmo que fosse numa quantidade considerada pequena. O periódico da família Mesquita, na edição do dia 16 de abril, representou a cassação do primeiro vereador teresinense e político piauiense cassado pela ditadura militar sob a acusação de ser subversivo: "A Câmara de Vereadores da Capital do Piauí cassou o mandato do comunista Jesualdo Barros Cavalcanti, que exercia atividades subversivas nos meios rurais do Estado"[314].

Apesar de a produção jornalística ser direta e objetiva, em um pequeno espaço da página 4, é possível observar que a forma de como o periódico informa não é nenhum pouco inocente, principalmente por destacar a cassação de um vereador de uma cidade distante de São Paulo e

[313] CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.63.
[314] TERESINA. In: Relatórios da Polícia sôbre chineses presos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.295, p.4.

ao reproduzir em termos semelhantes à versão oficial[315] fornecida pelas Forças Armadas: "comunista atuante junto à classe estudantil e operárias" [316].

A própria cassação do mandato do vereador Jesualdo Cavalcanti Barros, em Teresina, não passou despercebida pelos jornais locais, como *O Dia* – o principal jornal piauiense de então – que representou positivamente a cassação do mandato do parlamentar municipal como forma de evidenciá-lo, criminalizá-lo e transformar o processo de cassação em um espetáculo público[317]. Segundo o ex-vereador, em seu relato memorialístico, destaca que a sua candidatura incomodava os membros da elite tradicional por ter sido eleito vereador da capital, pelo partido de esquerda PTB, sendo natural de Corrente e não ter vínculos familiares nos grupos políticos da cidade[318].

Após o golpe de 1964, uma das manifestações que foi divulgada com intensidade pela mídia empresarial como uma forma de dar legitimidade ao golpe foi o apoio da população em uma manifestação que agradecia as Forças Armadas por terem "salvado" o Brasil do comunismo. Foram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que apesar das primeiras terem características antigovernistas contrárias ao governo João Goulart, após o golpe civil-militar tiveram teor governista e de apoio ao governo dirigido por oficiais militares.

As Marchas foram amplamente divulgadas pelos jornais da grande imprensa, que não se limitaram a noticiar apenas aquelas ocorridas em seus respectivos estados, mas também destacaram os preparativos e as manifestações realizadas em outros estados da federação. O *Estadão*, através de seus correspondentes que estavam em Teresina, registrou a participação popular dessa manifestação na capital do estado do Piauí:

> TERESINA, 15 - Realizou-se na tarde de hoje a "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", em comemoração da vitória do movimento revolucionário, que repôs o Brasil dentro do regime democrático. Cartazes, faixas e bandeiras eram empunhados por homens, mulheres e crianças, exaltando o nome do marechal Castelo Branco, novo chefe do govêrno brasileiro. Cerca de trinta mil pessoas tomaram as ruas da cidade, todos eram unânimes em afirmar que jamais se havia registrado nesta capital concentração popular tão grande[319].

---

[315] O jornal *Estadão* trocou comunista atuante no meio estudantil e operário, para atuante no meio rural.
[316] CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. Resolução Nº114/64, de 11 de abril de 1964. In: BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p.206.
[317] Cassado o mandato de Jesualdo Cavalcante. **O Dia**, Teresina, 12 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1215, p.1.
[318] BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p.206.
[319] Pleno êxito da "Marcha" em Teresina. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.295, p.10.

No fragmento, localizado na página 10, percebe-se a intenção do correspondente do jornal *Estadão* em comunicar a realização da Marcha da Família em Teresina, sendo destacado o caráter ufânico da celebração que comemorava a intervenção das Forças Armadas por terem impedido a "ameaça comunista". Ademais, o escritor frisou na sua narrativa a ação da população que se encontrava na Marcha como se fosse uma forma de destacar a legitimidade do regime militar pelo suposto apoio da população à manifestação.

O autor destaca que tiveram trinta mil pessoas que participaram da Marcha, diferente do jornal local *O Dia* do Piauí que divulgou ter participado cinquenta mil pessoas da Marcha[320], os dois números são bem exagerados quando comparamos com o número de habitantes que moravam na zona urbana da capital Teresina na década de 1960 que era 98.830, isto é, a Marcha teve aproximadamente 30,3% da população urbana segundo o escritor do jornal *Estadão* e 50,8% segundo a mídia piauiense.

Embora esse número não seja muito provável, ao analisarmos a representação não como uma cópia do real, mas como uma construção feita a partir dele[321], o correspondente do jornal *Estadão* visava, com este número de 30 mil participantes, indicar que a Marcha teve presença maciça da população piauiense. Pela maneira que foi escrita a narrativa, pode-se observar que o periódico paulista almejava, através do exemplo da execução da Marcha no Estado do Piauí e em outros estados, que o regime ditatorial possuía legitimidade popular pela concentração popular na manifestação organizada pelos aliados civis da ditadura militar.

No ano de 1965, durante a tentativa dos militares, juntamente com seus aliados civis, criarem uma data cívica no dia 31 de março, em comemoração à chamada "Revolução de 1964", foram organizados eventos e festividades em todas as capitais do país. Rodrigo Patto Sá Motta salienta que a ditadura militar, através das iniciativas estatais, tentou criar festividades cívicas públicas, com o objetivo de "atrair pessoas às ruas para que demonstrassem seu apoio e lealdade ao Estado"[322].

Os periódicos impressos tiveram o papel de, por meio de seus editoriais, representarem positivamente as comemorações e retratar para o público um ambiente de apoio social à ditadura militar. O jornal *Estadão* publicou as iniciativas da comemoração do chamado aniversário de 1964:

---

[320] "Maior acontecimento cívico já registrado em Teresina – Cerca de 50.000 pessoas participaram do movimento lotando completamente a Frei Serafim – Povo aplaudia entusiasticamente a Democracia e às Forças Armadas" In: Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade. **O Dia**, Teresina,15 de abril de 1964, nº 1217, p. 01.
[321] PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.40.
[322] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

> TERESINA, 26 – Tiveram início ontem nesta Capital as comemorações referentes ao 1º aniversário do Movimento Revolucionário de 31 de março do ano passado. Será cumprido programa na qual o governo estadual, a guarnição federal e a Prefeitura Municipal, unidos pelos mesmos ideais, levarão ao povo as palavras de esclarecimento no sentido de mostrar os frutos desses 365 dias que sucederam ao movimento de 31 de março[323].

O periódico *Estadão* informou a respeito do clima de festividade das comemorações do aniversário da chamada "Revolução de 1964". O editorial, apesar de não ter representado após a comemoração, demonstra a tentativa da equipe editorial do periódico de representar um ambiente de civismo e de apoio popular ao governo ditatorial, por meio da participação da população nas ruas nas programações comemorativas do regime. Nos demais anos, não encontramos representações sobre a comemoração do aniversário do golpe civil-militar em Teresina, possivelmente por causa da baixa participação popular nos eventos, sendo retratadas no periódico as comemorações a nível nacional.

O teórico Michel de Certeau ressalta que as representações discursivas ou visuais, para terem credibilidade, devem em primeiro lugar fazer os leitores crerem e se moverem, produzindo praticantes[324], isto é, repetir as práticas defendidas pelos fabricantes dos discursos. Nesse meandro, os militares e seus apoiadores civis, com o objetivo de internalizar as narrativas em torno de 31 de março de 1964 e de produzir apoio social ao regime, impulsionaram a participação da população nas ruas, além da Marcha da Família, como forma de comprovar esse apoio. Para isso, promoveram a criação de festividades cívicas, que funcionariam como práticas voltadas à internalização social do regime ditatorial.

Além das comemorações, o jornal *Estadão*, por meio de suas colunas, editoriais e reportagens produzidas pelos seus correspondentes, não se manteve alheio à tentativa de incriminar os presos e acusados políticos do Brasil como sendo comunistas. Essa tentativa se concretizava por meio de representações que destacavam supostos atos de violência cometidos por esses indivíduos contra trabalhadores. Um exemplo disso pode ser observado em uma notícia publicada sobre o Estado do Piauí, na qual se abordavam as alegadas violências praticadas por trabalhadores da Estrada de Ferro que ligava São Luís a Teresina:

> Para entregar ao presidente Castelo Branco um memorial contendo denúncias de arbitrariedades e violências praticadas por comunistas contra ferroviários

[323] Também em Teresina. In: As festividades de 31 de Março. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 27 de março de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.587, p.5

[324] CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. 3 ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998, p.241.

> da União dos Ferroviários Regionais da E.F. São Luís – Teresina, no Maranhão, embarcaram hoje para Brasília os senhores José Soares da Silva Filho, Rômulo Netuno e Rui Malveira, dirigentes da União dos Ferroviários do Brasil. [...] Os ferroviários denunciam ainda que os engenheiros Jadihel José de Almeida Carvalho e José Ateniense Libério, notoriamente comunistas e consequentemente inimigos ideológicos ferrenhos da UFB, são homens de grande influência na direção da São Luís – Teresina, perseguindo ferroviários que não seguem sua ideologia. Foi anexado ao memorial duas reportagens do órgão da classe denunciando irregularidades e acusando também o engenheiro José de Ribamar Araújo e o chefe da Divisão de Obras, Aldo Napoleão Rocha, de conivência com elementos agitadores.[325]

Na narrativa produzida pela equipe editorial do jornal *Estadão*, é apresentado um relato contido em um memorial enviado ao presidente e ditador Castello Branco, denunciando supostas violências cometidas por comunistas, atribuídas a trabalhadores da Estrada de Ferro durante a construção da malha ferroviária entre São Luís e Teresina. A matéria destaca os nomes dos "comunistas" e daqueles que, segundo o jornal, seriam ligados ou convenientes aos chamados "subversivos".

Percebe-se, pela forma como o texto jornalístico é construído, uma tentativa de criminalizar os trabalhadores acusados de serem comunistas e de terem praticado "violências" contra colegas de trabalho. Além disso, o discurso reforça a narrativa da existência de "inimigos internos", com o objetivo de alimentar o imaginário popular sobre uma suposta "ameaça comunista" e justificar a necessidade de medidas repressivas por parte do governo.

De acordo com Francisco José Leandro Araújo de Castro, um dos aspectos da repressão violenta que foi desencadeada pós-golpe de 1964 foi a cooperação dos setores da elite política no momento de "caças aos comunistas" para retirar de cena política os seus adversários políticos e desafetos, através de denúncias e calúnias pouco fundamentadas[326] contra seus adversários políticos. Essas disputas políticas no Estado do Piauí foram presentes a nível local pela utilização do AI-1 pelas câmaras municipais para a cassação de prefeitos do grupo político rival.

Após o estabelecimento dos IPMs no estado do Piauí, foram realizadas três operações de maneira simultânea: a Operação Limpeza, Operação Café e a Operação Corisco. A primeira tinha como objetivo promover a perseguição a suspeitos de serem "subversivos"; a segunda estava relacionada às investigações sobre o contrabando de café no estado; e a última tinha como foco a punição de prefeitos acusados de práticas de corrupção[327].

---

[325] Violências. In: Iniciado o expurgo no Paraná, dois mandatos cassados. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de maio de 1964, Ano LXXXV, Nº27.338, p.9.
[326] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.198.
[327] BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar:** o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p.219.

Além da bandeira do combate ao comunismo, outra levantada pela coalizão golpista civil-militar para legitimar o golpe de 1964 foi o combate à corrupção. A ofensiva anticomunista por si só não era suficiente como discurso legitimador da ditadura e para as ações de seus agentes repressivos. Precisava de outro "bode expiatório", que seriam os corruptos. Rodrigo Patto Sá Motta expõe que a campanha contra a corrupção promovida pelo regime militar e difundida pela imprensa possuía motivação oportunista de atrair uma parte da população ao consenso por meio dessa prática. Contudo, o elemento oportunista fica evidente quando se observa quem eram os corruptos visados pelo regime militar: "os perseguidos em geral tinham ligações com grupos considerados inimigos políticos da ditadura, ou então eram figuras sem identificação com o regime de 1964".[328]

Após a divulgação, na imprensa local, pela Guarnição Federal de Teresina, no início de 1965, de uma nota com os nomes dos ex-prefeitos e dos atuais que foram indicados nos IPMs por corrupção, o jornal *Estadão* decidiu reproduzir uma lista na edição do dia 22 de janeiro, na página 04, em meio à cobertura das investigações realizadas pelas Forças Armadas em outros estados.

> TERESINA, 21 – A guarnição federal de Teresina distribuiu à imprensa nota em que são dados a conhecer os nomes dos atuais e de ex-prefeitos indiciados nos IPMs instaurados para apurar malversação de verbas federais. São os seguintes indiciados: Luiz Rodrigues de Oliveira, Luiz Mendes Pessoa, Demerval Mendes da Rocha, Francisco das Chagas Val, João de Deus Torres, Tadeu Gomes da Silva, Pedro Alves de Oliveira, Álvaro Rodrigues de Araújo, Leto Leitão Ferreira, Ademir Bemvindo de Castro, Osmundo Soares de Brito, José de Oliveira e Souza, José Antônio de Souza e Silva, Hugenio Coelho Damasceno, Manuel Nogueira Lima, José Furtado Filho, Adércio Josias Furtado Filho, Adércio Josias de Carvalho, Manoel Ferreira de Souza e José Rocha Irmão.[329]

Na matéria produzida pela mídia impressa paulista, apesar de ter uma linguagem objetiva e direta, sem comentários adicionais ou opinativos, limitando-se a transcrever os nomes dos gestores municipais indiciados pelos IPMs por "malversação de verbas públicas", não houve análises aprofundadas por parte do jornal sobre as investigações ou acerca das circunstâncias que levaram aos indiciamentos. Além da simples enumeração dos indiciados, sem comentários, essa prática funciona como uma forma de exposição pública que pode

[328] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p.205.
[329] Prefeitos indiciados em IPMs no Piauí. In: Oferecida denúncia de dois deputados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 de janeiro de 1965, Ano LXXXV, Nº27.533, p.4.

contribuir para o enfraquecimento da imagem dos políticos citados, ao mesmo tempo em que demonstra como o regime militar punia quem fosse considerado "subversivo" e "corrupto".

Essas matérias jornalísticas, que revelam os nomes dos políticos indiciados pelos militares com base em notas elaboradas pelas forças de segurança, podem ser interpretadas, no caso do jornal *Estadão*, como uma forma de cooperação com o governo ditatorial, que supostamente estaria combatendo a corrupção e a má gestão dos recursos federais. No entanto, durante a ditadura militar, o uso de tais medidas frequentemente sobrepunha-se a objetivos políticos, sendo empregado para punir ou intimidar gestores locais que se afastassem das diretrizes do regime.

A nota reproduzida pelo periódico paulista, ao listar diversos nomes, gera um impacto específico nos seus leitores, pois a exposição de figuras públicas sob investigação contribui para a construção de uma narrativa em que a "limpeza" dos quadros políticos parece estar em curso. Contudo, a ausência de informações complementares — como detalhes sobre as investigações ou sobre o andamento processual — deixa margem para interpretações baseadas no contexto repressivo do período de que todos aqueles investigados eram corruptos e subversivos, sendo que muitas vezes essa era a estratégia utilizada pelo regime militar e seus aliados civis para neutralizar os seus opositores e adversários políticos.

Na análise do periódico do *Estadão*, observamos a representação do retorno de um desses prefeitos que foram cassados pela Câmara de Vereadores por causa do indiciamento nos IPMs organizados pelos policiais militares:

> BRASÍLIA, 20 – O sr. Álvaro Rodrigues de Araújo, prefeito da cidade de Itainópolis, no Estado do Piauí, comunicou à Assessoria Jurídica do Ministério do Trabalho que reassumiu seu cargo de acordo com decisão da Assembleia Legislativa, que, aceitando o parecer do Tribunal de Justiça, considerou ilegal a cassação do seu mandato pela Câmara de Vereadores, sem a maioria de dois terços exigida por lei.[330]

Nesta produção jornalística, percebe-se na abordagem uma linguagem direta e objetiva, destacando a reversão da cassação do mandato do prefeito piauiense Álvaro Rodrigues, por causa do seu afastamento ter acontecido sem ter a maioria dos 2/3 exercidos por lei pela Câmara de Vereadores. Apesar de o jornal não dar mais explicações sobre os motivos políticos que levaram à anulação do afastamento do prefeito, muitas cassações eram realizadas por oportunismo dos opositores que consideravam o clima de "caça aos comunistas" e aos corruptos

[330] Prefeito reassume. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 21 de março de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.582, p.6

como a oportunidade de realizarem revanchismos políticos com seus adversários e desafetos pessoais.

Muitos dos prefeitos cassados pelas Câmaras Municipais que aproveitaram o momento para afastar seus adversários políticos em cooperação com os militares tiveram seus atos revogados pela Justiça devido à falta de um processo legal. Rodrigo Patto Sá Motta salienta que, mesmo que os inquéritos fossem encaminhados e coordenados pelos militares, os processos criminais cabiam ao Poder Judiciário, que possibilitou, devido à ausência de provas, a libertação e a revogação de punições arbitrárias, algo que gerava forte irritação aos setores mais radicais das Forças Armadas[331].

O jornal *Estadão*, quando abordava a violência policial no Estado do Piauí, possuía a tendência de se limitar a reproduzir a versão da notícia informada nos órgãos oficiais sem dar sua opinião acerca do ocorrido ou ficar do lado dos militares. Como podemos observar na maneira em que foi retratado no *Estadão* o caso de violência ocorrida na cidade de Parnaíba:

> TERESINA, 7 – Notícias de Parnaíba, neste Estado, dão conta de que grave incidente registrou-se entre o capitão dos Portos, comandante Manoel Jansen Neto, e os deputados petebistas João Mendes Olímpio de Menezes, Pedro Borges da Silva e Manoel Nogueira Lima Filho. Também estão envolvidos no incidente o prefeito Lauro Correia e o vereador Elias Ximenes, todos do PTB. As informações adiantam que o capitão dos Portos pretendeu dissolver uma reunião em que participaram aqueles elementos petebistas, gerando desentendimentos que culminaram com o desforço pessoal entre o comandante Jansen e o deputado federal João Mendes Olímpio de Menezes. Posteriormente, informou-se que o capitão dos Portos determinou a prisão do vereador Elias Ximenes, libertado, a seguir, por força de um "habeas corpus". A Polícia Militar, para evitar novos incidentes, redobrou o policiamento, particularmente nas imediações de residências dos dirigentes petebistas Benedito Ferraz e do sr. Ary Uchôa, diretor da Recebedoria Estadual[332].

No editorial do *Estadão* produzido por seu correspondente com o título *Piauí: PTB provoca incidentes*, o próprio título indica a postura do autor da narrativa ao posicionar-se ao lado dos militares e culpar os petebistas pelo ambiente de tensão entre os políticos e os membros das Forças Armadas. O autor do periódico utiliza uma linguagem objetiva e direta, mas é possível observar como o relato destaca os envolvidos políticos, especialmente o impasse entre o capitão dos Portos e políticos do PTB, com ênfase no confronto físico e na subsequente prisão de um vereador.

---

[331] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p.105.

[332] Piauí: PTB provoca incidentes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de setembro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.727, p.8.

O escritor do jornal *Estadão* reproduz a versão da ditadura militar sobre o ocorrido, direcionando a culpa do incidente aos políticos petebistas, por meio de uma narrativa que busca incriminá-los e responsabilizá-los. No entanto, o texto não forneceu informações sobre os motivos que levaram o capitão da Capitania dos Portos a querer dissolver a reunião dos políticos, além disso, não esclarece o que realmente causou a tensão entre as autoridades militares e os parlamentares. Ademais, o noticioso destacou a versão dos militares em reproduzir na notícia o telegrama enviado pelo capitão da Capitania dos Portos ao Comandante da Guarnição Federal de Teresina:

> [...] Ao comandante da guarnição federal de Teresina, coronel Façanha, o capitão dos Portos de Parnaíba, comandante Jansen, enviou o seguinte telegrama:
> Fui sabedor de que elementos da comitiva do PTB, usando técnica inteiramente comunista, estão invertendo completamente os acontecimentos com o fito de desmoralizar o prestígio e a autoridade do capitão dos Portos, divulgando nas rádios dessa cidade notícias inteiramente inverídicas. Solicito providências cabíveis de v. sa., a fim de salvaguardar o bom nome e o prestígio de nossas fardas. Fui informado de que está chegando a esta cidade um avião da FAB com tropas. [...][333]

No excerto, observa-se a reprodução pelo correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo,* do telegrama enviado do Comandante da Guarnição Federal de Teresina ao Capitão da Capitania dos Portos, em que para justificar a repressão aos políticos do PTB é superdimensionado o perigo da "ameaça comunista", sendo considerados os políticos do referido partido como comunistas e que buscam desprestigiar a imagem das Forças Armadas.

Percebe-se, pela maneira como o correspondente e os editores do jornal noticiaram seus leitores sobre a violência que ocorreu no estado do Piauí, a posição do veículo de comunicação que, apesar de parecer que está simplesmente informando o ocorrido, tende a não só ficar do lado das Forças Armadas com a repetição da narrativa dos militares, mas incriminar e expor os envolvidos no incidente envolvendo as autoridades das forças de segurança.

A respeito da censura das diversões públicas no estado do Piauí, observamos uma única matéria do jornal *Estadão* que representava sobre a prisão de um teatrólogo por causa de uma peça de teatro considerada pelos militares como "subversiva":

> TERESINA, 3 – A Delegacia de Ordem Política e Social prendeu na manhã de hoje o teatrólogo e ator piauiense Odilon Pinto, autor e

[333] Telegrama. In: Piauí: PTB provoca incidentes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de setembro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.727, p.8.

> intérprete da peça "O que é o amor"; encenada na noite de anteontem no Teatro de Arena local e que foi considerada subversiva.[334]

Neste editorial intitulado *Peça teatral* localizada em um pequeno espaço do centro do lado inferior da página 9 do jornal *Estadão*, apesar de não dar muitos detalhes, destaca a ação da política repressora contra a artista que fazia obras consideradas "subversivas" pelo regime militar por questionar a política de conservação dos "bons costumes". A notícia não dá muitos detalhes acerca do que aconteceu com Odilon Pinto, apenas que ele foi preso por ter encenado no teatro a peça que a polícia e os militares consideraram perigosa à ordem pública e social.

Referente às cassações de mandatos realizadas ou referendadas pela ALEPI em maio de 1964, nas quais foram enquadrados cinco deputados estaduais e três suplentes[335], não encontramos nenhuma alusão no periódico *Estadão*. Somente um editorial acerca da negação de recurso de dois deputados estaduais que foram cassados pela ditadura militar e que procuraram reaver os seus mandatos:

> TERESINA, 4 – Em reunião extraordinária o Tribunal da Justiça negou a segurança impetrada pelos ex-deputados Celso Barros e Themístocles Sampaio, integrantes das bancadas dos extintos PDC e PTB à Assembleia Legislativa
> Esses parlamentares tiveram os mandatos cassados logo após a Revolução. O Tribunal fundamentou-se no artigo 19, nº 2, de Ato Institucional nº2.[336]

A notícia publicada em um pequeno espaço do lado inferior da página 04 traz o resultado da negativa do Tribunal de Justiça dos recursos protocolados pelos ex-deputados estaduais Celso de Barros Coelho e Themístocles Sampaio, ex-deputados estaduais que tiveram os seus mandatos cassados pela ditadura militar e referendados pela ALEPI. Pode-se observar que a produção jornalística é direta e não desenvolve o porquê de os dois parlamentares terem sido cassados e qual seria o recurso que estavam tentando reaver os seus mandatos.

Nem com a sanção do AI-5, observamos no periódico a evidência dos nomes dos políticos[337] que foram cassados sob a acusação de serem subversivos, possivelmente pelo grupo editorial do jornal perceber com reservas a escalada autoritária do regime militar. Nos anos seguintes do governo Médici, na análise das fontes hemerográficas, observamos um

---

[334] Peça teatral. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 de outubro de 1966, Ano LXXXVII, Nº28057 p.9

[335] Contudo, encontramos alusão no jornal *Correio da Manhã* referente à cassação dos deputados estaduais piauienses pelo AI-1. In: Mandatos cassados no Piauí. **Correio da Manhã,** Rio de Janeiro, 16 de maio de 1964, Ano XLIII, Nº21.813, p.12.

[336] Ex-deputados perdem recursos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de novembro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.776, p.4.

[337] Mais de cem foram cassados pelo CSN. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de abril de 1969, Ano 90, Nº28.851, p.36.

silenciamento na apuração de notícias referentes à repressão, possivelmente resultado do *Estadão* estar sob censura prévia e evitar abordar assuntos considerados "proibidos" para não sofrer represálias da ditadura militar.

Com o governo Geisel e o fim da censura prévia em 1975 ao jornal *Estadão*, que estava submetido desde o início de 1972, percebemos no ano de 1975 algumas matérias a respeito das arbitrariedades da violência militar no estado do Piauí:

> O delegado do DOPS do Piauí, capitão Astrogildo Sampaio, disse ontem, em Teresina, que pretende processar o jornalista Herculano Moraes, diretor do "Correio do Povo", que o acusou, ontem, de prejudicar diligências da Polícia Federal no sentido de prender uma quadrilha de falsários. A Polícia Federal, entretanto, não considera suas investigações prejudicadas pelo delegado do DOPS, alegando que se alguém atrapalhou sua ação foi o próprio jornal, por meio de nota acusando o policial.
> Ao mesmo tempo, o superintendente da Polícia Federal no Piauí desmentiu que três pessoas tivessem sido presas, embora fossem apreendidas diversas cédulas falsas de 50 e 100 cruzeiros.
> O delegado do DOPS considerou-se atingido pela notícia e disse que iria processar o diretor do jornal com base na Lei de Imprensa e na Lei de Segurança Nacional.[338]

Na produção jornalística, publicada na página 22 em um pequeno espaço do lado direito, expõe uma matéria a respeito da ameaça de processo com base na Lei de Imprensa e na Lei de Segurança Nacional contra um jornalista piauiense, Herculano Moraes, por ter publicado uma nota no jornal *Correio do Povo*, considerada ofensiva e, na visão do militar, prejudicial à ação policial contra falsários. Essa matéria, apesar de limitar a representar a visão defendida pelos militares, evidencia o ambiente de vigilância e arbitrariedades contra jornalistas piauienses em notícia de uma operação policial.

Outra matéria publicada no ano de 1975 evidencia a ação do sindicato dos jornalistas do Piauí com as autoridades do Estado contra as prisões arbitrárias de jornalistas por policiais militares:

> O Sindicato dos Jornalistas do Piauí distribuiu ontem nota oficial repudiando a atuação de elementos da Polícia Militar que, no início da semana, prenderam três jornalistas que conversavam numa mesa da II Feira de Municípios, que se realizava em Teresina. A nota do sindicato considera arbitrária a prisão e manifesta a confiança da entidade de que os responsáveis pelo ato serão punidos.
> Antes do sindicato, já se haviam manifestado favoravelmente aos jornalistas dois deputados do MDB e quatro da Arena, enquanto o governador Dirceu

[338] Jornalista pode ser processado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de junho de 1975, Ano 96, Nº30.761, p.22.

> Arcoverde e o secretário de segurança, Sebastião Leal, diziam que haveria punição para os responsáveis pela arbitrariedade. O governador determinou, terça-feira, a realização de sindicância sobre o episódio, a fim de que os culpados – os sargentos da PM Nonato e Paulo – sejam punidos.[339]

No texto jornalístico, localizado em um pequeno espaço da página 12, aborda-se uma denúncia de supostas arbitrariedades cometidas por dois policiais militares que prenderam três jornalistas em uma rede de conversa numa Feira de Municípios. Evidencia que o episódio se tornou algo político por envolver o apoio de parlamentares do MDB e da ARENA piauiense, além do apoio do então governador do estado, Dirceu Mendes Arcoverde, e do secretário de segurança, Sebastião Leal.

A representação do jornal *Estadão* não culpa ou incrimina os jornalistas que foram presos, pelo contrário, acusa de arbitrariedades os policiais militares, expondo inclusive os seus nomes na matéria jornalística como responsáveis pela prisão considerada arbitrária. Percebemos, nesse sentido, uma representação jornalística contra a violência que jornalistas poderiam sofrer por forças policiais.

O jornal *Estadão*, durante o contexto do início do processo de abertura política do governo Geisel, publicava matérias a respeito das violações dos direitos humanos praticadas pelas forças policiais. Observamos, inclusive, representações sobre denúncias de práticas de torturas por policiais do DOPS no estado do Piauí:

> Chamados para prestar depoimento no Departamento da Ordem Política e Social (Dops), sobre o desaparecimento de um revólver de um guarda de segurança da firma Pedro Machado Sá em Teresina, Nilson Alves da Silva e Antônio Mendes foram torturados por agentes daquele órgão. Como não confessassem a autoria do roubo, os policiais concederam-lhes prazo de 24 horas para revelarem o nome do ladrão "caso contrário, seriam submetidos a nova sessão de torturas".
> Trabalhando há 10 anos na firma Pedro Machado S.A, de propriedade do pai do deputado federal, Pinheiro Machado, Nilson afirmou que não roubou a arma, acrescentando que o vigilante deveria ter deixado o revólver em algum lugar, de onde desapareceu.
> Mendes, o outro suspeito, é funcionário da empresa Servi-San, especializada na proteção de casas comerciais. Relatando as torturas a que foi submetido, disse que os investigadores chegaram a perguntar-lhe, durante o interrogatório, "de onde ele queria ver o sangue sair".
> "Fomos colocados numa sala apropriada – contaram os dois torturados – os agentes iniciaram o interrogatório, a pontapés, murros e golpes de cassetete, além de outros instrumentos".
> Nilson, o que foi mais agredido, abandonou o Dops, chefiado em Teresina pelo capitão Astrogildo Sampaio; com escoriações e hematomas em todo o

[339] Sindicato repudia prisão de jornalistas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de novembro de 1975, Ano 96, Nº30.884, p.12.

> corpo, ainda teme a ameaça dos policiais de que novas agressões ocorreriam se eles não apresentassem o ladrão.[340]

Na matéria jornalística, *DOPS tortura no Piauí*, localizada no centro da página 36, aborda a respeito da denúncia de tortura realizada por forças policiais do DOPS no estado do Piauí, contra acusados de roubarem um revólver de um guarda de segurança. A matéria não aborda um caso de um crime comum ou de algo isolado, mas da prática da violência para conseguir informações ou que acreditam ser a verdade a respeito de suas investigações mediante a prática da tortura física.

O jornal *Estadão* cita os nomes dos suspeitos não para incriminá-los, mas para denunciar a prática de tortura realizada pelos policiais e pelas ameaças realizadas. Embora o correspondente de Teresina não aborde os nomes de quem foram os policiais do DOPS que cometeram as arbitrariedades e violências físicas, cita o nome do capitão Astrogildo Sampaio que era delegado do DOPS em Teresina, como maneira de relacionar o nome do capitão militar com as práticas empregadas pelos seus subalternos. O jornal não fez outras publicações sobre o episódio, publicando como uma maneira de denunciar a violência que estava sendo empregada pelas forças policiais para obter informações dos suspeitos de crimes e frutos.

O jornal *Estadão* também abordou em algumas matérias acerca das prisões realizadas contra estudantes da universidade que picharam em forma de protesto os muros da instituição de ensino superior:

> Em Teresina, no Piauí, o campus da Universidade Federal amanheceu pichado com slogans do tipo "moram os militares assassinos" e "abaixo o AI-5 e o 477", logo apagados por ordem do reitor Camilo Filho, que desmentiu rumores segundo os quais haveria vários estudantes presos.
> O secretário de Segurança do Estado, Sebastião Leal, disse desconhecer o fato e o delegado do Dops, capitão Astrogildo Sampaio, também evitou fornecer informações mais concretas. No entanto, comenta-se em Teresina que estão desaparecidos o universitário José Carlos Meneses Castelo Branco e um desconhecido que ele havia hospedado em casa.[341]

Na matéria jornalística, publicada em um pequeno espaço da página 31, aborda-se a respeito dos protestos realizados por estudantes da Universidade Federal do Piauí que criticavam os assassinatos políticos realizados pelos militares e das medidas arbitrárias como o AI-5 e o decreto 477/1969. O jornal aborda o choque de informações acerca de se teve ou não estudantes presos, sendo que o reitor e as forças policiais afirmam que não teve, enquanto

[340] DOPS tortura no Piauí. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 22 de fevereiro de 1976, Ano 97, Nº30.956, p.36
[341] Estudantes do Rio apóiam movimento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de maio de 1977, Ano 98, Nº31.326, p.31.

existem rumores de estudantes que estão “desaparecidos”. Apesar de não ter outra representação jornalística sobre o episódio, o periódico *Estadão* expõe as prisões realizadas pelas forças policiais a estudantes que protestam e são contrários ao ambiente de repressão do Estado autoritário.

Na análise das fontes hemerográficas, observamos que o jornal *Estadão* publicou matérias a respeito das medidas arbitrárias da ditadura militar no Piauí, apesar de ser em pequena quantidade e com pouco espaço nos seus editoriais. Acreditamos que esse pouco foco no estado do Piauí é resultado de não ser localizado nos grandes centros urbanos e causado também pela censura do regime militar, especialmente durante os governos Costa e Silva e Médici, em não informar a respeito dos atingidos dos atos repressivos que fossem acusados de “subversão”. No governo Geisel, percebemos que o jornal denunciava casos de arbitrariedades policiais, apesar de também serem em uma pequena quantidade, causada pelo medo da censura e das arbitrariedades do regime militar ou pelas notícias sobre o Estado do Piauí não impactarem tanto no cenário nacional, por ser longe dos grandes centros urbanos.

O jornal *Estadão,* nesse meandro, teve uma postura inicial de apoio ao regime militar e às medidas realizadas pela ditadura, como podemos observar nas notícias jornalísticas a respeito das cassações de mandato do prefeito, sob a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e aniversário da “Revolução”. Entretanto, percebemos que, com o endurecimento do regime militar, o jornal *Estadão* começou a silenciar sobre as cassações de mandato e arbitrariedades realizadas pelo Estado autoritário, seja por medo da censura ou por não concordar com tais medidas autoritárias. Durante o governo Geisel, no contexto da abertura política, observamos representações que eram críticas às arbitrariedades das forças policiais e militares, apesar de não criticarem o regime em si. Contudo, demonstraram um descontentamento com as práticas violentas cometidas pela ditadura militar.

3.3. **“Personalidades do Piauí Estavam Marcadas Para Morrer”:** as representações da repressão da ditadura militar no Piauí pós-golpe de 1964 no jornal *O Globo*

O periódico *O Globo,* assim como *O Estadão,* também representou nos seus editoriais e matérias as medidas repressivas da ditadura militar nos estados da Federação dos grandes centros urbanos. No caso específico do Piauí, o periódico publicou algumas representações a respeito das medidas repressivas no regime militar no Estado, apesar de ser numa quantidade pequena e com um pequeno espaço nas páginas em que foram publicadas, como podemos perceber na figura:

Figura 2: O Estado do Piauí no jornal *O Globo*, 1964



O Brasil Rompe Com Cuba

Árias vê Fraude na Eleição no Panamá

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL EDITAL PARA CONCURSO

COZINHA DELICIOSA NA ACM

Masson Também na Ótica

VIAÇÃO CIDADE DO AÇO S.A.

UNICA AUTO-ONIBUS S.A.

ESPETACULAR OFERTA

compre hoje mesmo

OCCHIALINI

DÃO MAIS CLASSE AO SEU CARRO

OCCHIALINI

Ferroviários Denunciam a Castelo Branco Dirigentes da E. F. São Luís—Teresina

REPRESENTANTES da União dos Ferroviários do Brasil estão em Brasília para apreentar ao Presidente Castelo Branco denúncia contra dirigentes da Estrada de Ferro São Luís—Teresina, que teriam submetido a violência e arbitrariedades ferroviários do Maranhão.

Constituem a Comissão os Srs. José Soares da Silva Filho, presidente nacional dos ferroviários do Brasil, Rômulo Netuno, presidente da UFB, e Rui Malveira, portadores de memorial dos queixosos.

O memorial denuncia o engenheiro Ronaldo Pessoa Monteiro Filho, superintendente da estrada de ferra, e o Sr. Sebastião Pinto, da mesma emprêsa, o Coronel Raimundo Rivas de Carvalho Lima, comandante da Guarnição Federal de São Luís os engenheiros José de Almeida Carvalho e José Ateniense Libério, acusados de comunistas, e José de Ribamar Araújo, assim como o Sr. Aldo Napoleão Rôcha, chefe da Divisão de Obras da estrada.

O Sr. José Soares da Silva Filho informou que aproveitará a entrevista com o Presidente Castelo Branco para pedir aumento de vencimentos para os ferroviários do Maranhão.

Fonte: *O Globo*[342]

Pela figura, podemos observar que o espaço destinado ao Piauí nos editoriais do jornal *O Globo* é diminuto, raramente assinado e não apresenta local fixo. O periódico tinha a tendência de publicar matérias a respeito do Piauí, referente à sua situação socioeconômica, crises causadas pela seca e pelas faltas de chuvas. Além disso, os editoriais produzidos referentes à política e a violência da ditadura militar pelo *O Globo* tinham caráter informativo com narrativas diretas e limitando-se a reproduzir a versão divulgada pelas fontes governamentais.

A primeira notícia publicada pelo *O Globo*, referente propriamente às ações das Forças Armadas no estado do Piauí, pós-golpe de 1964, foi a divulgação de uma suposta lista de autoridades piauienses que estavam marcadas para "morrer" pelos comunistas no Piauí, "encontrada" pela Guarnição Federal de Teresina:

[342] Ferroviários Denunciam a Castelo Branco Dirigentes da E.F. de São Luíz-Teresina. **O Globo,** Rio de Janeiro,14 de maio de 1964, Ano XXXIX, Nº11.600, p.14.

> TERESINA, 14 (O GLOBO) – A guarnição do Exército sediada nesta capital, enquanto prossegue com as buscas para prender comunistas e agitadores, divulgou nota comunicando ter apreendido uma lista com os nomes de personalidades do Piauí que seriam eliminadas, caso se tornasse vitoriosa a frustrada revolução comunista no País. Entre as pessoas marcadas para morrer figuravam os coronéis Francisco Façanha, comandante da guarnição federal, e Correia de Lima, comandante do 25º Batalhão de Caçadores; O General João Henrique Gayoso e Almendra, da reserva; os Desembargadores Anísio Maia e Simplício de Sousa Mendes e todos os membros da família do Ex-Governador Pedro Freitas.[343]

A representação publicada pelo jornal *O Globo,* localizada na parte inferior da página 17, refere-se a uma suposta "lista fatal" descoberta pela Guarnição Federal de Teresina. Essa "lista fatal" revelaria planos de comunistas para assassinar autoridades piauienses. Ela foi divulgada pelo jornal *O Dia* do Piauí[344], em cooperação com os militares, no contexto de justificar o golpe de 1964 através do combate à chamada "ameaça comunista". A lista, inclusive, não continha nomes aleatórios, mas de figuras públicas do Estado do Piauí, como os comandantes militares da Guarnição Federal e do 25º Batalhão de Caçadores, nomes de ex-desembargadores e da família do ex-governador Pedro Freitas, que à época era sogro do então governador do Piauí, Petrônio Portella Nunes. Não existem evidências materiais que comprovem a veracidade dessa suposta lista citada pela Guarnição Federal de Teresina e pelo periódico *O Dia*, contudo, ela foi explorada para difundir um sentimento de medo e foi utilizada politicamente para promover figuras políticas específicas como se fossem heróis por serem alvos dos supostos comunistas[345].

Pelo contexto de ela ser publicada e divulgada quando estavam sendo realizadas as batidas policiais militares em sindicatos, em organizações sociais, em casas de trabalhadores urbanos e rurais envolvidos em movimentos sociais, objetivava-se criar um sentimento de medo e aversão da população em relação aos indivíduos que eram acusados e presos sob suspeita de subversão. Essa "lista fatal", segundo o relato de Jesualdo Cavalcanti Barros, salienta que:

> Para açular ainda mais a população contra os vencidos, pela imprensa era intensificada a propaganda anticomunista. Logo seria publicada extensa lista de pessoas, todas bastante conhecidas e de elevada posição social, como supostamente marcadas para morrer no *paredón*, numa maquiavélica ligação

[343]Personalidades do Piauí Estavam Marcadas Para Morrer. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11.637, p.17.

[344] Marcados para morrer*:* primeiros nomes da "lista fatal" organizada pelos comunistas do Piauí – "Paredon" – ia funcionar no Estado. **O Dia,** Teresina, 09 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1212, p.1.

[345] O jornal *O Dia*, utilizou essa suposta "lista fatal" para promover politicamente o seu colaborador Simplício de Sousa Mendes por estar na lista do "Paredón" piauiense devido ao seu combate ao comunismo, exaltando-o como um "soldado da democracia". In: Soldado da democracia. **O Dia**, Teresina, 11 abril 1964, Ano XIV, Nº 1214, p. 08.

> com o que ocorrera na Cuba de Fidel Castro, caso resultasse vitoriosa a tal revolução comunista. Apesar de inverossímil, havia quem se aproveitasse descaradamente da situação, insinuando e até desejando figurar na imaginária "lista fatal". [...].[346]

Isto é, segundo a vítima da repressão da ditadura militar, a "lista fatal" foi "inventada", sendo utilizada de maneira "descarada" por pessoas que aproveitavam o clima de radicalização da direita, alimentado pela propaganda anticomunista com a finalidade de construir "heróis" ou demonstrar que não possuía nenhuma relação com o governo deposto, além de ser uma maneira de ganhar as benesses dos novos "donos do poder".

Considerando a "lista fatal" como forjada pela Guarnição Federal de Teresina para a imprensa piauiense — e que repercutiu no jornal *O Globo,* por meio de um texto escrito por seu correspondente —, percebe-se que essa lista teve forte credibilidade e impacto na sociedade piauiense. De acordo com Sandra Jatahy Pesavento, a força das representações não se dá pela sua verdade, mas pela sua "[...] capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social"[347]. Possivelmente esta "lista fatal" que tinha o nome de autoridades piauienses tenha sido criada pelos militares juntamente com seus aliados civis para legitimar e intensificar o clima de "caça às bruxas" no Piauí. Não descartamos os impactos políticos que teve na sociedade, por causa da forte credibilidade que uma lista encontrada "supostamente" pela Guarnição Federal de Teresina possuía na população na conjuntura política pós-golpe de 1964, pelo clima de perseguição desencadeado pelos militares no estado do Piauí e representado pelos jornais locais.

O jornal *O Globo,* mesmo que tenha ficado restrito a repetir a suposta "lista", não considera esta representação como inocente. Apesar de não ter características de uma coluna opinativa, a sua mera reprodução transporta o sentimento de medo e da tentativa de incriminar aqueles que foram presos nas operações militares sob acusação de serem "subversivos". Visto que no estado do Piauí, conforme a pesquisa de Francisco José Leandro Araújo de Castro, as batidas policiais foram realizadas preferencialmente a políticos trabalhistas e líderes sindicais[348], ou seja, pessoas que buscavam melhoria de suas condições de vida e que possuíam vinculação com a esquerda trabalhista e que na sua imensa maioria não possuía adesão ou qualquer simpatia aos ideais comunistas.

---

[346] BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p.193-194.
[347] PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.41.
[348] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.176.

O jornal *O Globo* publicou nos seus editoriais sobre as festividades e as comemorações referentes ao aniversário da "revolução de 1964" que estavam confirmadas na capital do Piauí:

> TERESINA, 23 (O GLOBO) – A passagem do primeiro aniversário da Revolução de 31 de Março estará sendo comemorada nesta capital a partir de amanhã, com uma série de conferências e sessões cívicas promovidas pelo comando da Guarnição Federal em colaboração com a Prefeitura de Teresina. Os festejos culminarão no dia 31, com um desfile militar pelas principais ruas da capital[349].

Nesta notícia, localizada na parte inferior esquerda da página 2 e escrita pelo correspondente de *O Globo* em Teresina, destaca-se o início das comemorações do aniversário do golpe de 1964, organizadas pela Guarnição Federal em parceria com gestores estaduais e municipais. Embora possua um tom informativo e aparentemente neutro, a nota insere-se no contexto de divulgação das festividades promovidas nos diversos estados com o objetivo de demonstrar, por meio desses eventos, o suposto apoio social ao governo ditatorial.

Não consideramos essa publicação de *O Globo* como inocente ou meramente descritiva, pois, dentro do cenário político nacional, integra a tentativa de legitimação do regime militar por meio da promoção e da participação popular nas celebrações do aniversário da chamada "revolução". Nos anos seguintes, não identificamos no jornal a mesma ênfase na cobertura dessa data, possivelmente em razão da baixa adesão da população às comemorações em âmbito local.

Sobre o clima de "caça aos comunistas", o jornal O Globo publicou um editorial sem assinatura, acerca de uma denúncia de ferroviários que trabalhavam na Estrada de Ferro em São Luís e Teresina, de perseguições que eram realizadas por "comunistas" que estavam em cargos de comando:

> REPRESENTANTES da União dos Ferroviários do Brasil estão em Brasília para apresentar ao Presidente Castelo Branco denúncia contra dirigentes da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, que teriam submetido à violência e arbitrariedades ferroviários do Maranhão.
> Constituem a Comissão os Srs. José Soares da Silva Filho, presidente nacional dos ferroviários do Brasil, Rômulo Netuno, presidente da UFB, e Rui Maiveira, portadores do memorial dos queixosos.
> O memorial denuncia o engenheiro Ronaldo Pessoa Monteiro Filho, superintendente da estrada de terra, e o Sr. Sebastião Pinto, da mesma emprêsa, o Coronel Raimundo Rivas de Carvalho Lima, comandante da Guarnição Federal de São Luís, os engenheiros José de Almeida Carvalho e

[349] Teresina Começa a Festejar Amanhã o 1ºAno da Revolução. **O Globo**: Rio de Janeiro, 23 de março de 1965, Ano XXXV, Nº 11.923, p.12.

> José Ateniense Libério, acusados de comunistas, e como o Sr. Aldo Napoleão Rocha, chefe da Divisão de Obras da estrada.
> O Sr. José Soares da Silva Filho informou que aproveitará a entrevista com o Presidente Castelo Branco para pedir aumento de vencimentos para os ferroviários do Maranhão.[350]

Nesse editorial, traz uma denúncia de um memorial de violências cometidas por autoridades ferroviárias da Estrada de Ferro que eram acusadas de serem "comunistas". As acusações foram publicadas no jornal, expondo os nomes de autoridades civis e militares, sem expor o que seriam as arbitrariedades e violências cometidas pelas autoridades. Percebe-se que o jornal *O Globo* publica no seu editorial representações que incriminam sujeitos sem detalhar quais seriam os seus crimes e "violências" a que submetiam os trabalhadores da Estrada de Ferro. Percebe-se uma colaboração com o clima de "caça às bruxas" implementado no país.

Referente às cassações de mandato e perseguições políticas realizadas pelos militares e seus aliados civis, no pós golpe de 1964, o jornal *O Globo* fez publicações de caráter direto e informativo, sobre os motivos que levaram à cassação de determinados políticos pelas Câmaras Municipais, como no caso do prefeito e vice-prefeito da cidade de Buriti dos Lopes:

> TERESINA, 23 (AP – O GLOBO)
> Três vereadores da Câmara Municipal de Buriti dos Lopes propuseram a cassação dos mandatos do prefeito e vice-prefeito, êste acusado de haver participado de uma passeata no dia 13 de março e por estar tomando banho em um riacho distante dois quilômetros do município. Apesar dos pretextos pueris, o prefeito teve o seu mandato cassado, mas vai recorrer, esperando-se que o consiga, dada a falta de amparo legal do ato da Câmara.[351]

Percebe-se pelo editorial do *O Globo* que o próprio correspondente do jornal percebeu que o motivo da cassação dos mandatos do prefeito e vice-prefeito, em participar de uma manifestação política e por tomar banho num riacho, não tem base jurídica para tal punição, mas serviu como instrumento para atingir os adversários políticos. A matéria reflete a tensão entre a formalidade do aparelho legal e a realidade dos métodos autoritários durante a ditadura militar. Ao destacar acusações de natureza tão dispare e, em parte, ridícula, o texto remete à ideia de que os instrumentos jurídicos eram subvertidos para fins de repressão política.

Ademais, demonstra como os opositores aproveitaram o cenário de perseguição política da ditadura militar contra os participantes dos movimentos ligados à esquerda política, para

---

[350] Ferroviários Denunciam a Castelo Branco Dirigentes da E.F. de São Luíz-Teresina. **O Globo,** Rio de Janeiro,14 de maio de 1964, Ano XXXIX, Nº11.600, p.14.
[351] Cassado o Mandato do Prefeito de Buriti Dos Lopes. **O Globo**, 24 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11644, p.10.

retirar os mandatos dos gestores municipais através de acusações vagas como pretexto para tal medida arbitrária com o aval inclusive da Câmara de Vereadores. Apesar de não termos encontrado outra coluna sobre o episódio envolvendo o prefeito de Buriti dos Lopes no jornal *O Globo*, em outro periódico, o *Correio da Manhã*, destaca-se a denúncia do prefeito de ter ocorrido uma diminuição considerável dos recursos financeiros da prefeitura após a sua cassação[352]. Estas representações jornalísticas indicam como esse episódio envolvendo a perseguição política ao prefeito de Buriti dos Lopes do Piauí, apesar de não ter muito destaque – em estar nas primeiras páginas ou de um espaço considerável no jornal – chamou atenção da mídia nacional.

Surge questionamento referente ao porquê a imprensa dos grandes centros divulga editoriais acerca dos acontecimentos envolvendo prefeitos de cidades interioranas, como o exemplo do gestor de Buriti dos Lopes? Possivelmente, essas representações são construídas e causadas pelas denúncias e impulsionamentos dos próprios gestores que visavam denunciar e chamar a atenção dos outros estados acerca de sua situação que considera injusta e de perseguição política.

A respeito da violência policial militar no Piauí, *O Globo,* quando publicava narrativas jornalísticas acerca de tal prática, possuía a tendência de reproduzir as versões oficiais e de ficar do lado dos militares. Como podemos perceber na maneira que foi retratada pelo jornal *O Globo,* o caso de violência ocorrido na cidade de Parnaíba:

> TERESINA, 9 (Asapress – O GLOBO) – Incidente ocorrido entre o Capitão dos Portos de Parnaíba, Comandante Manuel Jansen Neto, e os Deputados João Mendes Olímpio (federal) e Manuel Nogueira Filho (estadual), vem fazendo com que a situação permaneça tensa naquele município para onde, segundo se informa, seguiram tropas federais.
> Tudo começou quando o Capitão dos Portos tentou impedir uma reunião da qual participaram diversos deputados do PTB, chegando mesmo a trocar murros com os dois parlamentares. Em vista dos rumos que a situação vem tomando, o Comandante Jansen Neto enviou ao chefe da Guarnição Federal de Teresina, Coronel Façanha, telegrama dando conta dos acontecimentos e pedindo providências contra elementos que classifica de "agitadores comunistas".[353]

O jornal relata a violência do confronto físico entre os deputados e o Capitão da Capitania dos Portos, com destaque para a tensão local. O editorial de *O Globo* apresenta o

[352] A prefeitura ficou sem milhões. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1964, Ano LXXXI, Nº21.816, p.7.
[353] INCIDENTE ENVOLVE MILITAR E DEPUTADOS NO ESTADO DO PIAUÍ. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1965, Ano XLI, Nº21.066, p.14.

incidente de forma factual, sem uma crítica explícita ao uso de violência pela ditadura militar. Ao mencionar o termo "agitadores comunistas", o jornal reflete a retórica oficial do regime, indicando uma possível concordância com a narrativa militar. Embora não haja apoio direto à violência, o fato de reportar os eventos com a linguagem do governo pode ser interpretado como uma legitimação implícita da repressão, alinhando-se à visão anticomunista do regime.

Essa notícia trata de um episódio de violência da ditadura militar, na cidade de Parnaíba, em 1965. Na ocasião, as Forças Armadas, sob o comando do capitão da CCPI, realizaram uma forte repressão aos comícios e reuniões do PTB piauiense, sob a justificativa de conter a suposta "ameaça comunista" no norte do estado. A ação gerou tensão entre os políticos locais e as forças militares, intensificando o clima de radicalização. Esse contexto foi aproveitado como uma forma de revanchismo político pelos membros da oposição, que utilizaram o ambiente de tensão para realizar a cassação de mandatos e prisão de membros do partido, incluindo o prefeito Lauro Correia e o vereador Elias Ximenes. Pode-se observar que o periódico *O Globo* resolveu representar o episódio, reproduzindo a versão oficial dos acontecimentos.

O jornal *O Globo* possuía a tendência de publicar editoriais e matérias que traziam as opiniões das Forças Armadas em salientar um ambiente de calma e tranquilidade sem presos políticos:

> FORTALEZA, 27 O GLOBO! — O General André Fernandes, comandante da 10º Região Militar, que acaba de regressar de uma visita de inspeção às unidades sediadas em São Luís, Teresina e Crateús, declarou a O GLOBO haver deixado o Maranhão e o Piauí em absoluta calma, com a tropa entregue aos seus afazeres profissionais.
> — Estou feliz — acrescentou — porque não existe problema algum na área da 10a Região Militar, nem mesmo um só prêso político. No interior do Estado, a situação é igualmente tranquila, com os poderes municipais em cordial e franca cooperação. [...][354]

Na produção jornalística escrita pela equipe editorial do jornal *O Globo*, sem assinatura e publicada no meio da página 17, percebe-se uma matéria que reproduz a visão das Forças Armadas a respeito da negação das violências e arbitrariedades cometidas pelas forças de segurança e policiais. Nessa matéria em específico, salienta-se a visão de um general que supervisiona as unidades de São Luís, Teresina e Crateús, que apresenta essas localidades como ambientes em que não possuem presos políticos e violências. Algo que, no caso do Piauí – e acreditamos que também no Maranhão e Ceará –, não se configura como verdade, visto a

[354] Tranquilidade na Área da 10ª RM Onde Não Existem Presos Políticos. **O Globo**: Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1964, Ano XXXIX, Nº11.843, p.17.

violência que se abateu no estado no contexto do pós-golpe de 1964 e dos parlamentares e prefeitos perseguidos pelo regime militar. O jornal *O Globo* coopera com a ditadura militar ao reproduzir a visão dos militares, em representar um ambiente de tranquilidade e pacificação num contexto em que estava sendo denunciado pela imprensa de oposição às violências e arbitrariedades cometidas pelas forças de repressão aos opositores do regime militar.

Após a sanção do AI-5 que intensificou a máquina repressiva da ditadura militar, dando plenos poderes por tempo indeterminado ao presidente da República assessorado pelo CSN – Conselho de Segurança Nacional –, o autorizando cassar mandatos políticos a nível federal, estadual e municipal, cassar por 10 anos direitos políticos de qualquer cidadão, além de suspender as garantias constitucionais de estabilidade, inamovibilidade e vitaliciedade de servidores públicos, sem apreciação judicial decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas estaduais e municipais, intervir nos estados e municípios; decretar confisco de bens para acusados de praticarem atos considerados ilícitos a administração pública e revogar o direito de *habeas-corpus* para os crimes políticos contra a segurança nacional[355].

O periódico *O Globo,* referente ao Estado do Piauí, representou nos seus editoriais as ações de comissões de investigação que tinham como base a aplicação das medidas arbitrárias previstas no AI-5 contra autoridades e servidores públicos considerados "subversivos" e corruptos:

> RECIFE (O GLOBO) – O governador Helvídio Nunes, do Piauí, assinou decreto criando a Comissão de Investigação Sumária, com base no Ato Complementar 39. A CIS funcionará sob a presidência do Prof. José Camilo da Silveira Filho, Procurador do Estado, e compõe-se ainda do Deputado Sebastião Leal, Secretário de Segurança, e do Coronel Duarte Rosa, Comandante-Geral da Polícia Militar daquele Estado. A finalidade é proceder investigações sumárias acerca das atividades de servidores estaduais civis e militares consideradas prejudiciais à ordem política, econômica e social, assim como a sua probidade no exercício da função pública.[356]

No editorial *Comissão de Investigação no Piauí*, publicada num pequeno espaço do lado inferior da página 12, traz detalhes da implementação de uma Comissão de Investigação Sumária – CIS – no Estado do Piauí, para aplicação de medidas arbitrárias de exceção previstas pelos Atos Institucionais para punir servidores estaduais civis e militares que fossem

[355] ARAÚJO, Maria Celina D'; JOFFILY, Mariana. O golpe de 1964, os atos institucionais e o fechamento do regime. In: ARAÚJO, Maria Celina D'; REZENDE, Lucas Pereira. **Forças Armadas e político no Brasil República:** da proclamação da República à Constitucional Cidadã (1889-1988). Rio de Janeiro: FGV, 2024, p.188-189.

[356] Comissão de Investigação no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1969, Ano XLIV, Nº13095, p.12.

considerados “subversivos” e corruptos. Essas medidas eram muito utilizadas pelos governantes para aplicar revanchismos contra adversários e desafetos políticos que tivessem funções públicas. Percebe-se que o jornal *O Globo,* apesar de trazer uma representação do início das investigações sumárias no Piauí, não traz nas edições seguintes os nomes dos que foram enquadrados por essas medidas arbitrárias.

O jornal *O Globo,* apesar de não ter publicado a lista de deputados estaduais que foram alvos do AI-1 durante maio de 1964, em contrapartida, publicou a lista de deputados estaduais que tiveram o mandato cassado por meio do AI-5, assinado pelo ditador Costa e Silva:

> O Conselho de Segurança Nacional, que ontem se reuniu no Palácio Laranjeiras, aprovou a cassação dos mandatos e a suspensão dos direitos políticos de 92 deputados estaduais, 2 federais e um suplente e do prefeito de Campina Grande, Paraíba. Dos 92 parlamentares estaduais, 10 eram do Estado do Rio, 9 do Ceará, 8 da Guanabara e 7 do Rio Grande do Sul. Os 8 da Guanabara pertenciam ao MDB. [...] Piauí: Antônio Ribeiro Dias – Alfredo Alberto Leal Nunes – Alberto Bessa Luz.[357]

No editorial do *O Globo* com o título *Cassado 3 deputados federais e 92 estaduais, localizado na centralidade da página*, percebe-se a difusão dos nomes dos parlamentares que tiveram seus mandatos cassados pelo AI-5, com destaque aos estados que possuíram mais políticos com mandatos suspensos. No Estado do Piauí, foi abordada a cassação dos deputados estaduais Alfredo Alberto Leal Nunes, Antônio Ribeiro Dias e Alberto Bessa Luz. A matéria se limita a transcrever a nota passada pelo regime militar à imprensa, sem colocar nenhum comentário adicional.

Da mesma maneira foi a representação da manchete pelo periódico sobre a cassação do mandato e dos direitos políticos do ex-governador Chagas Rodrigues, que ocupava o então cargo de deputado federal:

> Entre os deputados cassados figuram os Srs. Souto Maior, ex-ministro da Saúde e há algum tempo envolvido em tiroteio na Câmara; Chagas Rodrigues, ex-governador do Piauí; Antônio Luciano, ex-presidente do falido Banco Financial de Minas; Mendonça Falcão, presidente da Federação Paulista de Futebol; [...].[358]

[357] Cassado por 3 deputados federais e 92 estaduais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de março de 1969, Ano XLIV, Nº13.143, p.14.
[358] CONSELHO BATE RECORDE DE CASSAÇÕES APÓS AI-5:107. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1969, Ano XLIV, Nº13.182, p.1.

No editorial de primeira página do jornal *O Globo* intitulado *CONSELHO BATE RECORDE DE CASSAÇÕES APÓS AI-5:107,* além do título escrito em caixa-alta que exalta as cassações realizadas pelo regime militar com base no famigerado AI-5, a inserção do nome do ex-governador Chagas Rodrigues, como o segundo citado na matéria, chama atenção, inclusive nos detalhes a respeito do seu cargo anterior, ex-governador do Piauí. Acreditamos que o destaque para a sua cassação, inserida na primeira página, é causada em específico pela repercussão do cargo de gestor estadual anteriormente ocupado durante os anos de 1959-1962, especialmente pela sua vinculação com as pautas reformistas defendidas pelo governo Goulart e as esquerdas antes da ordem autoritária e excludente instituída a partir de 31 de março de 1964 pelos militares e seus aliados civis.

Percebemos que o jornal *O Globo*, referente às cassações de mandato de parlamentares e políticos piauienses, pelo menos as aplicadas durante o vigor do AI-5, teve a tendência de evidenciar os nomes dos parlamentares que foram cassados, não no sentido crítico e denunciativo, mas de apoiar e exaltar as medidas arbitrárias realizadas pelas Forças Armadas.

Durante o governo Médici e Geisel, não observamos matérias acerca das medidas arbitrárias da ditadura militar no estado do Piauí, possivelmente causado pelo ambiente da censura à imprensa e do jornal *O Globo,* prefere representar o ambiente de euforia econômica difundida pelos órgãos de informações e de imprensa do regime militar.

As matérias sobre a repressão no estado do Piauí, apesar de serem poucas no periódico *O Globo, percebemos* que elas reproduziram a visão oficial da ditadura militar, no sentido de incriminar os que eram acusados de serem "subversivos" para aumentar a sensação de medo. Em alguns casos, como o da cassação do prefeito de Buriti dos Lopes, chama atenção da imprensa os motivos utilizados pelos opositores para a cassação de mandatos dos atuais prefeito e vice-prefeito. Contudo, quando citam os nomes dos indiciados por crimes de corrupção e administrativos, repetem as notas elaboradas pelos militares sem explicar o motivo do indiciamento e do que eram investigados, dando a sensação para a opinião pública de que são corruptos e perigosos.

Na análise das fontes hemerográficas, percebemos que o jornal *O Globo* não representava as cassações de mandatos e perseguições políticas em nível estadual. No entanto, após o AI-5, passou a noticiar essas ações, como no caso da cassação do mandato do deputado federal piauiense Chagas Rodrigues, que havia sido governador do estado. Contudo, durante os governos Médici e Geisel, não observamos matérias acerca da repressão no estado do Piauí, possivelmente causada pela censura e para não indispor com o regime militar com matérias que

abordassem a violência do governo em meio às críticas dos desrespeitos aos direitos humanos realizados internamente e externamente.

Os questionamentos que surgem após a análise são sobre por que as informações sobre a repressão no estado do Piauí, apesar de existirem, são escassas, não possuindo uma certa periodicidade nos seus editoriais? Isso está relacionado de alguma maneira com a censura à imprensa em não revelar as operações militares consideradas sigilosas para o regime?

Estudar a prática de censura nos jornais escritos é uma análise que requer cuidado, primeiramente porque no Brasil, a ditadura não assumia sua feição ditatorial, no máximo assumia que era uma "democracia relativa" ou uma "democracia autoritária"[359]. Segundo Maria Aparecida Aquino, os estudos sobre a censura durante a ditadura militar têm que se afastar da tendência de considerar a censura como uma prática unilinear executada por um Estado todo-poderoso e de uma imprensa que resistiu ferozmente a favor da liberdade de imprensa[360]. A censura antes do AI-5 e da Lei da Censura Prévia não era oficializada, apesar de existir por meio de censores que fiscalizavam as redações, bilhetinhos, telefonemas com nomes de assuntos e pessoas que não deveriam ser abordados sob pena de ter seu editorial confiscado e sofrer punições como prisões e práticas de violência policial.

Durante o regime militar, os jornalistas muitas vezes, devido à conveniência do dono do jornal com o governo, precisaram se silenciar e relevar algumas situações na sua escrita para estar de acordo com a visão e ótica do grupo editorial do jornal para evitar tensões, ou visando evitar complicações com o governo, se auto censurando com o objetivo de não se indispor com o governo ditatorial e com a empresa que poderia ser prejudicada. A autocensura, segundo Maria Aparecida Aquino, diz respeito à aceitação por parte das direções editoriais, dos jornalistas e daqueles responsáveis e ligados na produção de matérias, em acatar as ordens transmitidas pelos órgãos de governo[361], isto é, para evitar problemas e represálias com os militares, o grupo editorial do jornal resolvia acatar as normas estabelecidas pelo regime militar.

Neste sentido, acreditamos que, por se tratarem de assuntos de interesse local, as questões relativas ao Estado do Piauí não recebiam grande destaque nos periódicos de circulação nacional, mesmo no contexto da atuação da ditadura. Além disso, a própria repressão promovida pelo regime militar, em determinados momentos, impedia que os jornais

---

[359] RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.30.
[360] AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p.21.
[361] Idem, p.222.

representassem, em seus editoriais, notícias relacionadas às perseguições políticas — mesmo que fosse para exaltar as ações das Forças Armadas.

4. "REVOLUCIONÁRIO DE ÚLTIMA HORA": AS REPRESENTAÇÕES DE PETRÔNIO PORTELLA NUNES NOS JORNAIS ESTADÃO E O GLOBO (1964-1980)

Neste capítulo, objetivamos analisar como a trajetória política de Petrônio Portella no cenário nacional era representada nos jornais *Estadão* e *O Globo*. Com isso, escolhemos analisar o caso desse político piauiense em específico, por causa da sua crescente influência na política nacional durante a ditadura militar, ocupando cargos de prestígio e de primeiro escalão no regime militar. A priori, analisaremos os posicionamentos do então governador Petrônio Portella ao golpe de 1964, relacionando com os conceitos de "culturas políticas", "acomodação" e "adesão" para entender como o político piauiense não só sobreviveu politicamente ao Estado autoritário, como se adaptou e cresceu politicamente durante a ditadura militar.

Em seguida, analisaremos como o jornal *Estadão* e *O Globo* publicaram editoriais e matérias acerca de sua trajetória política, como eram abordadas as desconfianças dos militares e dos seus aliados civis da ditadura ao seu nome, e como era representada a sua influência crescente no cenário nacional durante o regime ditatorial quando começou a assumir cargos de prestígio e de confiança dos militares.

4.1. **Entre a adesão e a sobrevivência:** a ascensão de Petrônio Portella durante a ditadura militar

> No Piauí, o Governador Petrônio Portela, no primeiro momento, deu apoio ao presidente João Goulart, mas logo mudou de posição ao perceber a vitória do movimento militar. Isso se deu num episódio a que assisti, ou, antes, de que participei, pela forma seguinte, a mostrar a mudança que a política apresenta em determinadas situações. [...].[362]

Nesse relato de memória, escrito por Celso Barros Coelho[363], destaca-se a peculiaridade dos eventos relacionados ao golpe de 1964, envolvendo o então governador do Piauí, Petrônio Portella Nunes. Inicialmente aliado de João Goulart, mudou de posição ao perceber que o golpe

[362] COELHO, Celso Barros. **Política**: tempo e memória. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Bienal, 2015, p.79.

[363] Celso Barros Coelho (1922-2023) foi um político, escritor e advogado. Em 1962, foi eleito ao cargo de deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão – PDC -, mas teve seu mandato cassado pela ditadura militar pós golpe de 1964. Com a retomada de seus direitos políticos, ingressou no MDB, foi eleito ao cargo de deputado federal (1975-1979), com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PDS sendo eleito novamente ao cargo de deputado federal (1983-1987). Link de acesso: https://www.camara.leg.br/deputados/132125/biografia. Acesso: 29 de julho de 2025.

havia sido vitorioso, passando a apoiar o novo regime. Esse episódio, longe de ser um caso específico ou aleatório, revela traços profundos da cultura política brasileira, especialmente no que diz respeito à capacidade de membros das elites políticas de se adaptarem e permanecerem nas suas posições de poder, tanto em situações "democráticas" quanto em contextos de crise e rupturas violentas.

O regime militar, apesar de não hesitar em utilizar a violência e a repressão estatal sempre que considerasse necessária, não significa que os militares e seus aliados civis não se preocupavam em manter a "fachada democrática" e em estabelecer fontes alternativas de legitimidade que justificassem sua permanência no poder. Segundo Marcelo Ridenti, a relação entre governantes e governados não pode ser entendida apenas com base em um confronto dualista, mas também na existência de espaços para "[...] a negociação, ou ao menos em concessões aos adversários, sem as quais não se constrói base de legitimidade [...]"[364].

Esse espaço de negociação controlado pela ditadura militar para grupos civis pode ser observado no funcionamento e na ocupação de cargos por civis no Judiciário, no Legislativo, no Executivo — apesar de os governadores serem indicados pelos militares — e nos serviços públicos. Esse fenômeno é frequentemente confundido, na contemporaneidade, por setores ligados à direita, como se a ditadura tivesse sido uma espécie de "ditabranda", supostamente amena e não violenta com seus adversários, em comparação com outras ditaduras militares do Cone Sul[365]. Esse espaço deixado pelo regime militar para as elites civis foi fundamental, se não para sua adesão ao regime, ao menos para sua acomodação ao *status quo* estabelecido.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, a influência das características das culturas políticas brasileiras na acomodação e conciliação de setores da elite política foi algo essencial durante a ditadura militar. O Estado ditatorial se valeu de estratégias de cooptação não apenas pela repressão, mas também pela inserção de setores sociais ligados à elite política e econômica em cargos políticos-administrativos e de caráter técnico, com a flexibilização "em relação a normas e valores dominantes, com tendência a tangenciar os preceitos legais e confiar mais na autoridade pessoal, nos laços sociais e em arranjos informais"[366], isto é, de inserir figuras

[364] RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.37.

[365] Para aprofundamento das discussões sobre as violências cometidas pelas outras ditaduras militares do Cone Sul, além do Brasil, recomendamos: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, China e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

[366] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.18.

ligadas a setores influentes da sociedade civil a partir de indicações por causa das relações familiares e laços de amizade.

Esse espaço de negociação, conciliação, adesão e acomodação das elites civis com o regime militar, somado à exclusão das camadas populares do processo decisório político, foi preponderante para a adaptação das elites políticas e econômicas brasileiras ao governo autoritário e, consequentemente, para gerar durabilidade, governabilidade e "legitimidade". A adaptação das elites ao regime militar foi observada também no estado do Piauí, onde setores das elites políticas e agrárias tradicionais não apenas apoiaram o golpe de 1964 e a ditadura que o sucedeu, mas participaram, cooperaram e se beneficiaram desse regime autoritário[367].

De acordo com Francisco José Leandro Araújo de Castro, no estado do Piauí, teve lideranças políticas com projeção no cenário político estadual durante a República Liberal-Democrática (1945-1964)[368] que ganharam força e projeção após se acomodarem e aderirem à ditadura militar. Após o golpe civil-militar, figuras políticas anteriormente ligadas e próximas ao governo João Goulart buscaram reposicionar suas visões políticas, adaptando-se à nova ordem instalada, com estratégias políticas para a manutenção de seus cargos, posições de poder e prestígio na sociedade[369]. O caso do então governador Petrônio Portella Nunes e seus posicionamentos políticos durante o governo João Goulart e a ditadura militar é um exemplo de político tradicional, membro da elite civil piauiense, que, inserido em um contexto de relativa "democracia", se adaptou, após o golpe, a um contexto autoritário e ditatorial.

Inclusive, para crescer politicamente durante o cenário autoritário, decidiu apoiar as medidas repressivas, colaborar com o regime militar nas suas políticas a nível local — como governador — e a nível nacional — como senador —, tornando-se um dos principais representantes e articuladores civis do regime militar no parlamento e em outras entidades representativas da sociedade brasileira. O seu exemplo foi escolhido para a análise devido à sua

---

[367] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.205.

[368] O historiador Jorge Ferreira defende que após o Fim da ditadura do Estado Novo, pela primeira vez na história do país, o Brasil iniciou uma "experiência democrática", com a separação dos 3 poderes, com partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e reconhecidos pelo eleitorado, além de ter o processo de mobilização e organização dos trabalhadores nos sindicatos e órgãos intersindicais, organização estudantil e outros diversos segmentos da sociedade com as suas reivindicações e demandas específicas, a participação da intelectualidade, o povo nas ruas se manifestando, a cobertura da imprensa com os debates políticos do Brasil e o funcionamento das instituições democráticas dentro das suas limitações. In. FERREIRA, Jorge. Apresentação. **Tempo**: Volume: 14, Número: 28, jun, p.11-18, 2010. Link de acesso: scielo.br/j/tem/a/Zn5KnHzSDyDsdcmw5bFPCXb/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 05 de julho de 2025.

[369] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.274.

alta relevância política no cenário nacional, apesar de não ser o único político que, anteriormente contrário ao golpe, decidiu apoiar o regime militar para sobreviver politicamente.

Eleito para o cargo de governador do estado pela UDN em 1962[370], seu nome representava no Piauí, alternativa das elites latifundiárias e tradicionais de buscar a modernização do Estado com um perfil conservador que não ameaçasse o *status quo*[371]. Seus conterrâneos e biógrafos destacam a sua habilidade política de conseguir conciliar e unir grupos políticos opostos, como unisse "água e óleo" com o objetivo de conseguir governabilidade[372]. O início de sua gestão estadual está inserido na conjuntura da radicalização política entre as direitas e as esquerdas, causadas pelo debate nacional em torno da necessidade da execução das Reformas de Base numa conjuntura de crise econômica causada pelo aumento da inflação – 79,92% em 1963 – além de buscar maneiras de modernizar o estado do Piauí com planejamento e conservadorismo[373].

No plano interno, apesar de não ter as preocupações sociais do seu antecessor, governador Chagas Rodrigues (1959-1962), continuou com as suas políticas voltadas para a modernização do Estado, consolidou "o Banco do Estado do Piauí, a secretaria de Planejamento, a AGESPISA - Águas e Esgotos do Piauí S.A. – e a CEPISA - Centrais Elétricas do Piauí S.A. – além de construir os primeiros conjuntos habitacionais do Estado"[374]. Sua política foi marcada pelo pragmatismo, com a finalidade de conseguir recursos financeiros com o governo federal, aproximou-se do presidente João Goulart, apesar de ser do partido da UDN, que historicamente era contrário e opositor ao programa partidário do PTB a nível nacional. Inclusive, o governador acenou de forma favorável às Reformas de Base no Estado e discordou

---

[370] Considerado como parte do grupo "bossa nova" da UDN. O grupo "Bossa Nova" parece ser um grupo dentro da UDN -União Democrática Nacional – que defendia a modernização política e cultural. Eles eram conhecidos por serem jovens intelectuais que buscavam mudar o estilo político do partido, talvez influenciados pela modernidade e pelo clima cultural da época. Para mais informações sobre a relação de Petrônio Portella com a facção interna da UDN, indicamos: BAHIENSE, Daniel Albuquerque. **O soldado e o intelectual**: um estudo sobre a trajetória política de Petrônio Portella. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p.40-58.

[371] A sua candidatura está dentro do contexto do racha entre as alianças do PTB-UDN piauiense, após desentendimentos da UDN piauiense com o governo Chagas Rodrigues. In: MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação** política. Teresina: Cepac, 1996, p.78-80.

[372] TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**. Brasília: Senado Federal; Subsecretária de Edições Técnicas, 2010, p.161-168.

[373] Segundo Antônio José Medeiros o governo Petrônio Portella (1963-1966), lançou o 1ºPlano de Desenvolvimento do Econômico e Social do Piauí, com foco nos investimentos em infraestrutura, melhoria na condição do homem – educação, saúde, segurança pública, assistência social e saneamento básico – e na agroindústria. In: MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação** política. Teresina: CEPAC, 1996, p.87.

[374] TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010, p.171.

do posicionamento radical de figuras políticas como o governador da Guanabara, Carlos Lacerda[375].

O alinhamento do político piauiense com o presidente João Goulart está inserido numa cultura política causada pelo modelo federativo cooperativo, em que o governo federal fica responsável pelas aplicações das verbas estatais para colaborar com os estados e municípios. Essa centralização das verbas federais ao presidente da República resulta numa "barganha" política realizada pelo presidente com os "governadores, prefeitos, deputados federais, deputados estaduais e senadores que, em troca de apoio político nas votações na Câmara e no Congresso, enviam verbas financeiras e apoiam os projetos estaduais em que precisam de financiamento volumoso"[376].

Quando estourou o golpe de 1964, Petrônio Portella, como governador, reagiu em primeiro momento, no dia 31 de março, erguendo a bandeira da legalidade, sendo favorável à manutenção do mandato do presidente João Goulart contra a ação golpista civil-militar:

> No momento em que a Nação se encontra a braços com ameaças de sedição; no instante em que do Sul do País chegam notícias inquietantes, demonstrativas da possibilidade de vir o nosso país a ser engolfado pela subversão ameaçadora das instituições democráticas, Cumpro o inarredável dever de levar ao conhecimento dos piauienses que o Governo do Piauí permanece hoje, como ontem, no firme propósito de defender, sem medir sacrifícios e indo às últimas consequências, a ordem democrática, os poderes constituídos, em suma, o império da Constituição. Confio em que o povo colaborará com o Poder Público na preservação da ordem constitucional.
> Teresina, 31 de março de 1964.
> Petrônio Portella Nunes Governador do Estado[377]

O discurso do governador, emitido por meio de uma nota oficial e divulgado pela imprensa piauiense, durante o desenrolar dos acontecimentos das mobilizações das tropas

[375] Na edição do jornal *O Dia* de 31 de março de 1964 – 1 dia antes do golpe – com o título Petrônio contra Lacerda crítica o discurso radical de Carlos Lacerda que clama por derrubar o presidente João Goulart e sua postura contrária às reformas de base e é contrária à sua candidatura à presidência da República nas eleições que até aquele momento estavam previstas em 1965. In: Petrônio Contra Lacerda. **O Dia,** Teresina, 31 de março de 1964, Ano XIV, Nº1204, p.1.

[376] BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. "Entre a sobrevivência e a adesão": os posicionamentos do governador Petrônio Portella durante o golpe civil militar de 1964. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; CASTELO BRANCO, Ronald Cavalcante; CARDOSO, Natanael da Silva (Orgs). **60 anos do golpe**: a ditadura militar no Piauí e as disputas de poder. Teresina: Cancioneiro, 2025, p.316.

[377] PIAUÍ. **Nota oficial.** Palácio do Governo, Gabinete do governador, Teresina, 31 de março de 1964

golpistas contra o governo João Goulart, revela a sua posição em defesa da legalidade[378] e pela manutenção da Constituição Federal. Muitos de seus contemporâneos salientam que a posição arriscada de Portella foi impulsionada pelo seu forte compromisso com a legalidade e com as poucas informações que possuía do cenário nacional, causadas pela falta de comunicação que possuíam com o resto do país.

Desaconselhado pelos seus assessores, amigos e familiares[379], o governador do Piauí resolve, no dia 01 de abril, novamente publicar uma outra nota oficial – que ficou mais conhecida – de forte teor legalista e de compromisso com a manutenção do presidente João Goulart:

> No momento de incertezas em que já vemos esclarecidos os objetivos do movimento de rebelião em vários Estados da Federação, dirijo-me ao povo, no cumprimento de um dever, para esclarecer, uma vez mais, minha posição de defesa do mandato do Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart, e de protesto contra a ação revolucionária dos que ontem faziam intocável a Constituição que hoje não vacilam em desrespeitá-la.
> Teresina, 1ºde abril de 1964
> Petrônio Portella Nunes, Governador do Estado[380].

Essa nota oficial, juntamente com o discurso pronunciado pela rádio, teve forte impacto na sua carreira política, pois o governador do Piauí não declarava seu apoio à manutenção da legalidade democrática de maneira abstrata, mas, a destacar de maneira enfática, afirmava sua posição de apoio à manutenção do mandato de João Goulart contra as ações golpistas. Os posicionamentos de Petrônio Portella são intrigantes, pois, rapidamente após o desenrolar do golpe civil-militar, com a deposição de João Goulart e a ascensão da coalizão civil-militar à presidência da República, ele resolve mudar de lado e se posicionar a favor da coalizão golpista civil-militar.

---

[378] O seu primo e ex-governador Helvídio Nunes de Barros (1967-1970), salienta que o ato de Petrônio Portella durante o golpe de 1964, publicou a nota em apoio a João Goulart, "deixa implícito, via simbolismo daquele gesto prova de submissão à legalidade constitucional, de respeito à dignidade das funções do cargo de governador e de desapego às honorárias proporcionalidades pelo poder. Poderia ter ficado à espreita, aguardando o desenrolar dos acontecimentos, mas preferiu não ser omisso, tratou de manifestar-se, comprometendo, inclusive, o próprio futuro e da família". In: NUNES, Helvídio. Homenagem a Petrônio Portella. LEMOS, Oswaldo (Org). **Petrônio Portella**: depoimentos à História Política Brasileira. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. p.174.

[379] Segundo o jornalista e biógrafo Zózimo Tavares, Petrônio Portella não escutou os pedidos de amigos e familiares, inclusive os concelhos de presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Edgard Nogueira, para não publicar nenhuma nota oficial em defesa do presidente João Goulart enquanto não fosse esclarecidos o real desenrolar dos acontecimentos. In: TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010, p. 175-176.

[380] PIAUÍ. **Nota Oficial**. Palácio do Governo, Gabinete do governador, Teresina, 1 de abril de 1964

Inclusive, antes de emitir a nota oficial, no dia 01 de abril, Portella recebe Leonel Campos[381] emissário do governador de Pernambuco, Miguel Arraes[382], no Palácio do Karnak, sendo este responsável por entregar-lhe uma carta que propunha aos governadores do Nordeste fazerem resistência armada ao golpe em defesa da legalidade-constitucional[383]. Petrônio Portella, na presença de trabalhadores e jornalistas, resolveu fazer um discurso pela rádio em defesa da legalidade constitucional e criticou o golpe civil-militar em andamento:

> Esta é a minha palavra. Querem ensanguentar a Nação. [...]. Quero neste momento deixar bem claro minha posição que não tenho mêdo ... de risco e de perigos e mais fazendo lhes umas ponderações: 1º - Nós não temos fôrças de reação material, êste é o primeiro dos nossos problemas. Nós temos, sim, de deixar bem claro mesmo o nosso entusiasmo, mas é de convir que a força que vamos dizer o mandado dos ilegalistas e dos golpistas possam inclusive atentar contra a liberdade de opinião dos trabalhadores. Eu lhes peço neste momento que se mantenham calmos não façam manifestações que possam constituir motivos para intervenção federal no Estado porque eu no momento só tenho uma coisa a meu favor, é fôrça moral que será integralmente respeitada enquanto eu tiver vida (muito bem) ... Mas não disponho de fôrça material para uma ação isto mesmo já comuniquei oficialmente ao Governador MIGUEL ARRAES, quero então dar-lhes êste esclarecimento propõe já tive avisos de proibição de passeatas de manifestações e se estas passeatas nos fossem proveitosas no sentido de que nôs podêssemos ela obstacular a marcha da reação com perigo da própria vida, eu me colocaria em primeiro pleno em primeiro lugar para ao lado de vocês lutar pela legalidade (palmas)[384].

O filósofo francês Michel Foucault defende que os discursos são "selecionados, controlados e redistribuídos por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível

---

[381] Leonel Campus foi o emissário do governador Miguel Arraes durante o golpe de 1964 fez contato com Petrônio Portella entregou a carta e foi devolvido com a resposta negativa do governador do Piauí apesar de apoiar a iniciativa de resistência de Miguel Arraes ao golpe.

[382] Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) , natural de Pernambuco, foi um político brasileiro. Foi governador de Pernambuco pelo PSP (1963-1964), por ser aliado do presidente João Goulart, não concluiu seu mandato porque durante o golpe de 1964 teve o seu mandato cassado e foi preso. Com a lei da Anistia, retornou a vida pública foi eleito deputado federal (1983-1987;1991-1995; 2003-2005), foi eleito novamente como governador do estado de Pernambuco (1987-1990; 1995-1999) pelo PSB. Link de acesso: https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/miguel-arraes-de-alencar-1916-2005. Acesso: 31 de janeiro de 2025.

[383] Miguel Arraes, governador de Pernambuco escreveu e enviou um manifesto aos governadores da região Nordeste, pedia aos gestores estaduais juntarem-se a ele na resistência armada na defesa legalidade-democrática. O documento não encontrou ressonância. In: CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.282.

[384] Discurso pronunciado pelo governador Petrônio na tarde do dia 1 de abril de 1964 no Palácio de Karnak na presença de operários e jornalistas e gravado em fita imagética e que se encontra no Conselho de Segurança Nacional. **Estado do Piauí,** Teresina, 2 de fevereiro de 1969, nº1121, p. 4

materialidade"[385], isto é, os discursos são elaborados e produzidos com intenções, e estes não dizem tudo, possuindo uma razão por trás da sua fabricação.

Nesse discurso do governador Petrônio Portella durante o golpe de 1964, observam-se os procedimentos discursivos utilizados por ele na tentativa de agradar aos trabalhadores que estavam no Palácio do Karnak ao mesmo tempo em que defendia a bandeira da legalidade: o político desencorajou mobilizações populares, condenou o golpe civil-militar com um discurso comovente e heroico e, contudo, sugeriu aos trabalhadores que não fizessem manifestações e passeatas, a fim de evitar que o Piauí fosse alvo de intervenção militar, o que poderia resultar inclusive na sua deposição e prisão.

Em resposta ao governador Miguel Arraes sobre o pedido de resistência armada ao golpe em andamento, Petrônio Portella, apesar de apoiar pelo menos em nível de retórica a sua iniciativa, salienta que o Piauí não possuía condições financeiras e materiais para contribuir para uma reação armada contra as forças golpistas. Envia um telegrama direcionado ao Miguel Arraes pelo Leonel Campos[386] – emissário de Pernambuco – reafirmando seu apoio às propostas de Reforma de Base e à manutenção do mandato presidencial de Jango, contudo, destaca que o Estado do Piauí não poderia resistir de maneira armada contra o golpe por não dispor de condições e recursos materiais para tal ato[387].

Em consonância com a mobilização das Forças Armadas e das adesões dos comandantes das tropas ao golpe civil-militar, os comandantes militares que serviam em Teresina não ficaram alheios em saber qual seria a posição do governador Petrônio Portella, de apoio ou contra o chamado movimento "revolucionário". Na noite do dia 31 de março, o então capitão Clidenor de Moura Lima[388], que servia no 25º Batalhão de Caçadores – 25º BC – como oficial de operações, relata em uma entrevista organizada por Aricildes de Moraes Motta, que às 21 horas foi juntamente com o comandante Luiz Corrêa Lima e o major da infantaria Wellington de

---

[385] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996, p.8-9.

[386] Possivelmente esse telegrama não chegou ao seu destinatário, pois ainda no dia 01 de abril Miguel Arraes foi preso e encaminhado para a prisão em Fernando de Noronha.

[387] A carta endereçada ao governador Miguel Arraes: "Senhor Governador: Cumpre-me responder-lhe a carta que, por emissário especial, Dr. Leonel Campos me chegou às mãos. Desde ontem, ao tomar conhecimento deliberei fazer pública minha solidariedade à causa democrática, simbolizada no mandato do Presidente João Goulart e, nele, ameaçado pelas fôrças que se obstinam em negar ao povo as reformas estruturais. Cabe-me enviar-lhe, em anexo, a nota oficial do Governador e expressar aqui a minha posição pessoal de luta em favor das reformas democráticas e cristãs. Infelizmente, em têrmos de força material, nada poderei fazer. Valerá, toda via, o protesto de um brasileiro que tudo há de dar ao seu povo. Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exce. Protestos de estima e particular apreço. Petrônio Portella Governador do Piauí". In: PIAUÍ. **Correspondência endereçada ao Governador Miguel Arraes**. Palácio do Governo, Gabinete do Governador, Teresina, 1 de abril de 1964.

[388] Clidenor de Moura Lima, natural da cidade de Amarante (Piauí), durante o golpe de 1964 era Capitão e servia no 25ºBC como Oficial de Operações.

Figueiredo Costa a uma reunião com o comandante da Guarnição Federal, Francisco Mascarenhas Façanha, e em seguida foram ao Palácio do Karnak se informarem da posição do governador do Piauí. Na entrevista, Clidenor Moura Lima destaca que ele concordou com as sugestões dadas pelos militares referentes à manutenção da segurança e da ordem[389].

No dia seguinte conforme salienta o depoimento do militar, quando teve conhecimento do pronunciamento do governador Petrônio Portella na rádio, teve ordens dos seus comandantes para que se o político não voltasse atrás, prendê-lo por ser contrário ao chamado "movimento revolucionário":

> CLIDENOR DE MOURA LIMA: Seu pronunciamento foi uma reação violenta ao Movimento revolucionário de 1964. O discurso foi gravado, recebemo-lo de imediato. Com isso, houve um novo contato com o Governador; o Comandante da Guarnição ligou-se com o Comandante da Região e a ordem do General foi que pressionasse o Governador.
> ENTREVISTADOR: Para que ele esclarecesse?
> CLIDENOR DE MOURA LIMA: Não, para voltar atrás! Se não apoiasse o Movimento, teria que ser preso. Voltamos ao palácio. Não foi tropa alguma conosco. Fomos de jipe, como anteriormente. Falamos com o Governador, depois que o reboliço se dispersou – houve um ajuntamento de pessoas, sindicalistas –, e o Comandante da Guarnição pressionou o Governador:
> – Ou o senhor volta atrás da declaração na televisão e nas rádios ou será preso!
> Quem negociou, também, essa mudança de posição do Governador foi o Comandante da Polícia Militar, o famoso "Zé Foguinho", Coronel Francisco Batista Torres de Melo, de Infantaria. Ele não participou desses contatos.
> ENTREVISTADOR: Mas ele era o Comandante da Polícia Militar?
> CLIDENOR DE MOURA LIMA: Era Comandante da Polícia Militar e estava em Fortaleza. À noite, regressou e pressionou o Governador, que voltou atrás.
> ENTREVISTADOR: Voltou atrás, como?
> CLIDENOR DE MOURA LIMA: Dando declarações na televisão, nas rádios, afirmando que tinha outras informações, que o Movimento era democrático
> ENTREVISTADOR: No dia 1ºde abril?
> CLIDENOR DE MOURA LIMA: No dia 1ºde abril. Voltou atrás e nós tomamos conta da cidade. Houve uma ação do Exército, prenderam os principais líderes...[390].

O relato, apesar de trazer a perspectiva de um militar que participou diretamente do golpe de 1964 no estado do Piauí – e tenha sido produzido a partir de uma entrevista encomendada pelo Exército – revela aspectos importantes acerca dos bastidores do processo de adesão forçada ao novo regime de determinados sujeitos políticos. O depoimento expõe as pressões exercidas pelos oficiais das Forças Armadas que estavam sediados em Teresina, sobre

[389] LIMA, Clidenor Moura. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (Org). **1964 - 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p.116-117.
[390] LIMA, Clidenor Moura. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (Org). **1964 - 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p.118.

o então governador do Piauí, exigindo que o mesmo mudasse sua posição de apoio a João Goulart. Diante de ameaças até de prisão e da possibilidade de perder seu mandato, Portella foi coagido a se retratar publicamente, sendo obrigado a fazer declarações nos meios de comunicação, em apoio ao movimento golpista. Isto é, para evitar a sua deposição e a prisão por parte dos militares do 25ºBC e da Guarnição Federal de Teresina, o governador recuou e alinhou-se ao lado vencedor.

No dia 02 de abril, com a deposição de João Goulart e a "posse" do presidente da Câmara, Paschoal Ranieri Mazzilli, ao cargo de presidente da República de maneira interina, o governador, para apaziguar os ânimos e deixar claro o seu novo posicionamento aos militares, publicou outra carta-manifesto, mas diferente das duas primeiras, declarava o seu apoio ao golpe civil-militar:

> Ao povo piauiense:
> No momento em que o país emerge de uma grave crise político-militar, cabe dirigir-me ao povo para esclarecer que reina calma e tranquilidade em todo o território piauiense. Guardados os prédios os prédios públicos federais e estaduais pelas Polícia Civil e Militar e contando com a colaboração da Guarnição Federal, nada se verificou de anormal; mantivemos integralmente a ordem pública neste Estado. O povo soube atender ao nosso apêlo e contribuiu de forma decisiva, para que tudo corresse normalmente. Comunico ao povo piauiense que perante o Congresso Nacional, desde as primeiras horas de hoje, assumiu a presidência da República o Deputado Paschoal Ranieri Mazzilli. Após a decisão do Poder competente - o Congresso - cumpro o dever, na qualidade de governador constitucional de um dos Estados da Federação, de expressar meus votos ao Presidente que assume as rédeas de dirigir os destinos da Nação, que aspira ao desenvolvimento, à Justiça social e à paz.
> Teresina, 2 de abril de 1964
> Petrônio Portella Nunes, Governador do Piauí[391].

Nesta nova carta-manifesto, observa-se a guinada política de Petrônio Portella de defensor da legalidade-democrática para "apoiador" do golpe de 1964 e do novo poder instituído. O destaque dado à suposta situação de "calma" e "tranquilidade" do Estado do Piauí e às ações das forças de segurança não são aleatórias, fazem parte da defesa dos militares de não ter manifestações, passeatas e greves a favor do governo deposto com o intuito de criar a sensação de que não teve quebra da constitucionalidade e que reinava a "legalidade".

A postura "camaleônica" de mudança de lealdade política por parte de Petrônio Portella por si só não explica a manutenção do seu mandato de governador e de seus direitos políticos e civis. Após o golpe civil-militar, as Forças Armadas cassaram os mandatos dos governadores

[391] PIAUÍ. **Nota Oficial**. Palácio do Governo, Gabinete do governador, Teresina, 2 de março de 1964.

que apoiaram e eram próximos ao governo Goulart[392] e os que, no decorrer da conjuntura política, desentenderam-se com o regime, mesmo sendo alguns deles participantes ativos do golpe[393]. Um dos principais questionamentos que aparecem quando estudamos a trajetória política de Petrônio Portella é como ele não perdeu seu mandato de governador por causa de sua aproximação anterior ao governo Goulart e as suas cartas-manifestos favoráveis ao mesmo.

Petrônio Portella, por causa dos seus telegramas oficiais e seus discursos na rádio favoráveis à permanência da legalidade-constitucional, sofreu riscos de ser preso e ter arruinada a sua trajetória política. Não consideramos a permanência de Portella como um "golpe de sorte"[394] ou uma coincidência, e sim, como algo que reflete as culturas políticas autoritárias do país, com espaço de negociação e acomodação para os setores de elite em situação de crises e rupturas constitucionais, simultaneamente ao emprego da violência e à repressão quando os sujeitos históricos são das camadas socialmente humildes.

O então governador, Petrônio Portella, de fato corria risco real de ser deposto e preso devido à nota-manifesto que publicou em defesa do mandato do presidente João Goulart, principalmente pela nota do dia 1º de abril de 1964 e pelo discurso proferido no Palácio do Karnak, transmitido pelo rádio, que representaram gestos claros de apoio ao governo constitucional, em um momento em que Goulart estava sendo acusado de ser "comunista" pelos setores militares. Sua posição contrária ao golpe no início resultou em atritos e tensões com os comandantes militares locais.

De acordo com Francisco José Leandro Araújo Castro, Petrônio Portella, apesar de ter realizado pronunciamento favorável a João Goulart, não "teria se comprometido de fato com o

---

[392] Os governadores Miguel Arrais do Pernambuco (1963-1964) e Seixas Dória do Sergipe (1963-1964) que pretenderam resistir ao golpe, perderam seus mandatos e foram presos na Ilha Fernando de Noronha. Os governadores, José Augusto de Araújo do Acre (1963-1964) do PTB, Badger da Silveira do Rio de Janeiro (1963-1964) do PTB, Plínio Ramos Coelho do Amazonas (1963-1964) do PTB e Aurélio do Carmo do Pará (1961-1964) do PSD que decretaram em nota oficial apoio ao presidente Goulart e depois resolveram apoiar o golpe de 1964 com o objetivo de permanecerem nos seus mandatos, não escaparam das arbitrariedades da ditadura militar e tiveram seus cargos cassados pelo Ato Institucional. In: BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. "Entre a sobrevivência e a adesão": os posicionamentos do governador Petrônio Portella durante o golpe civil militar de 1964. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; CASTELO BRANCO, Ronald Cavalcante; CARDOSO, Natanael da Silva (Orgs). **60 anos do golpe**: a ditadura militar no Piauí e as disputas de poder. Teresina: Cancioneiro, 2025, p.318.

[393] Os governadores Mauro Borges (1961-1964) de Goiás do PST e Adhemar de Barros (1963-1966) de São Paulo do PSP, tiveram seus mandatos cassados causados pelo desentendimento e por terem se tornado oposição ao governo ditatorial que anteriormente tinha apoiado e participado do golpe como conspiradores. E, apesar de Carlos Lacerda que foi governador do estado da Guanabara (1963-1965) não ter perdido seu mandato de governador por ter renunciado ao cargo, anos mais tarde pelo AI-5, foi detido e teve seus direitos políticos cassados por ter participado junto com os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart da *Frente Ampla*, movimento de oposição à ditadura. In: Idem.

[394] TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010, p. 319.

presidente, ao que tudo indica, por um cálculo político e estratégico feito naquele momento"[395], isto é, a sua postura foi mais uma estratégia discursiva de manter a espreita e esperar o desenrolar da conjuntura crise político-militar para não se comprometer em nenhum dos lados precipitadamente.

Algo que pode ser observado no próprio discurso difundido pela rádio no dia 1º de abril, na presença dos trabalhadores, jornalistas e do emissário de Miguel Arraes, é que, ao mesmo tempo em que Petrônio Portella defendia a manutenção da legalidade representada pela permanência do mandato de João Goulart no cargo de presidente da República e criticava o movimento golpista, em simultâneo negava a possibilidade de resistência armada e pedia aos trabalhadores que não fizessem manifestações nem passeatas, com o objetivo de evitar uma possível intervenção militar – preservando seu mandato – colaborando com as ordens emitidas pelos oficiais militares.

Diferente deste clima da narrativa "calma e tranquilidade" pregado pelas elites tradicionais, que defendem que o estado do Piauí é um local alheio às mobilizações ocorridas nos grandes centros urbanos, foi presenciada durante os anos finais da década de 1950 e início de 1960 a organização e movimentação das massas populares da zona urbana e rural a favor de seus direitos. O governador, nesse sentido, poderia estar com a estratégia de dialogar politicamente com as lideranças dos trabalhadores para evitar radicalização e manifestação de trabalhadores que passasse do seu controle, visto que o estado tinha passado por uma crise militar causada pela greve da PM[396] no ano anterior. E, após as reações negativas dos oficiais militares, recuou e apoiou estrategicamente a nova ordem instalada quando percebeu que o golpe tinha sido bem-sucedido.

O conceito de "culturas políticas" desenvolvido por Rodrigo Patto Sá Motta[397] ajuda a entendermos como as reações de sujeitos pertencentes às elites brasileiras e ocupantes de cargos de poder, em períodos de crise política, tendem a apoiar o lado vencedor não por questões ideológicas ou partidárias, mas motivadas pela intenção de manter inalteradas suas posições de

---

[395] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.282.

[396] A revolta da PM foi causada pela solicitação por parte dos policiais militares do estado do Piauí de terem reajuste salarial ao governo do estado, como resposta tiveram a sua reivindicação negada pelo governador com a justificativa que não podia aumentar os salários de uma categoria específica, em resposta os policiais se rebelaram e ficaram reunidos em prontidão no Quartel da PM. O governador reagiu reprimindo o movimento reivindicatório com a ajuda da Guarnição Federal de Teresina e com os soldados da 10ª Região Militar enviados pelo então comandante do IV Exército, general Humberto Alencar Castello Branco com o propósito de contornar o conflito, prender os líderes e instituir a ordem e segurança na cidade e na corporação. In: MEDEIROS, Antônio José de. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPEC, 1996, p.84-86.

[397] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate historiográfico. **Tempo & Argumento**: Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 114, jan./mar. 2018.

mando e as suas influências políticas e econômicas. Algo que foi calculado e naturalizado pela recorrência histórica. Não consideramos a mudança de lado político de Petrônio Portella como um caso individual, mas sim como uma estratégia política recorrente, utilizada por membros das elites políticas e econômicas para se manterem ao lado dos vencedores e preservarem suas posições de prestígio e influência, mesmo em contextos de rupturas democráticas e regimes ditatoriais.

Rodrigo Patto Sá Motta define como acomodação pessoas que não desejavam aderir à ditadura militar por não compartilhar com os seus valores dominantes e arbitrariedades, todavia não possuíam a pretensão de resistir frontalmente – por medo ou por não terem perspectivas de vitória –, realizaram estratégias de conviver com o governo autocrático, como formas de reduzir os efeitos dos impactos do autoritarismo e aproveitando os espaços de poder permitidos pelo regime[398]. O conceito de acomodação encaixa-se perfeitamente ao posicionamento pragmático de mudança de posicionamento de Petrônio Portella em mandar a carta-manifesto em defesa ao golpe de 1964 e depois ter mudado de lado com a nova ordem instituída pós-golpe de 1964. Todavia, o posicionamento político de Petrônio Portella teve alteração e foram realizadas algumas "táticas"[399] a fim de manter-se no cargo, apesar das desconfianças de setores mais radicais das Forças Armadas.

O Brasil possui uma forte cultura política em que, para evitar rupturas radicais, os detentores do poder político buscam acomodar os interesses dos grupos dominantes, em um jogo de mútuas concessões, para evitar discordâncias agudas quando os contendores pertencem às elites sociais. Muitas dessas práticas implicam na flexibilidade da aplicação das normas sociais e dos interesses do Estado quando os alvos dos mecanismos repressivos são indivíduos que possuem contatos familiares e sociais com grupos influentes no meio político[400].

Foi fundamental para a adaptação de Petrônio Portella a nova ordem estabelecida pelo golpe civil-militar, não só em se aproximar dos novos dirigentes, como usar os seus contatos

[398] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p.166.

[399] Segundo Michel de Certeau, o conceito de tática é a ação calculada por um indivíduo ou grupo social que não possuem um espaço de poder delimitado e não possuem autonomia e por isso jogam no contexto e situação que é imposta pelo dominador, sendo a maneira que o dominado em cenários impostos pelo dominador, utiliza por meio da sua astúcia as brechas e oportunidades que ele tem para conseguir benefícios imediatos e saídas daquela situação. In: CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. 3 ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998, p.100-101.

[400] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.14.

familiares e políticos para manter-se dentro do jogo do poder[401]. Além dos laços familiares para a manutenção do seu cargo de governador, Petrônio Portella, na sua gestão como governador do Piauí, pós-1964, após a "eleição" indireta do marechal Humberto Alencar Castello Branco para presidente da República, viajou para o Palácio do Planalto para assistir à posse e cumprimentá-lo.

Segundo Zózimo Tavares, Petrônio Portella, por saber que existiam militares que queriam cassar o seu mandato, deixou seu mandato a disposição do ditador, conseguindo, através de suas táticas políticas, aproximar-se de uma parte dos militares. Inclusive, por causa de seus contatos com o marechal ditador Castello Branco, conseguiu aprovação e aplicação de recursos federais para a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança[402].

Petrônio Portella não só conseguiu terminar seu mandato como governador, como se tornou a principal liderança da ARENA no estado do Piauí. Elegeu-se senador da República e, durante o endurecimento do regime militar, destacou-se como um dos principais articuladores civis do regime militar no Congresso Nacional. Ascendeu na hierarquia política a partir do governo Médici, ocupando os cargos de destaque como a presidência do Senado Federal (1971-1973; 1977-1979), a presidência da ARENA (1973-1975) e, por fim, o Ministério da Justiça no governo Figueiredo (1979-1980).

Sua proximidade e influência no regime militar pode ser observada também nas indicações de nomes para governos estaduais do Piauí, feitas aos generais militares. Exemplo disso são as nomeações de seu sucessor e primo, Helvídio Nunes de Barros (1967-1970)[403], do

---

[401] Para o seu conterrâneo, o jornalista Carlos Castello Branco apesar da hostilidade dos membros "linha dura" das Forças Armadas que queriam prejudicá-lo devido ao seu apoio a Jango, a manutenção do seu cargo pode ser explicada pela influência de José Cândido Ferraz que possuía influência dentro do grupo político dos conspiradores ligados pelo general Arthur da Costa e Silva, a relação que possuía com o comandante da Guarnição Federal de Teresina, além disso, já conhecia e mantinha relações cordiais com o general Humberto Alencar Castello Branco - que possuía laços familiares entre as famílias do Ceará e Piauí – desde a revolta da PM. CASTELLO BRANCO, Carlos. Roteiro político de Petrônio Portella. In: LEMOS, Oswaldo (Org). **Petrônio Portella**: depoimentos à História Política Brasileira. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. p,134,

[402] TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010, p.181.

[403] Helvídio Nunes de Barros (1925-2000), possui bacharelado em Direito, iniciou sua carreira na política em 1955 como prefeito de Picos, teve uma carreira ascendente como deputado Estadual de 1959 a 1966 (dois mandatos) pela UDN, filiado à ARENA após o vigor do sistema bipartidário, foi indicado pela ditadura militar ao cargo de governador do Piauí de 1966 a 1970 pela influência de seu primo, Petrônio Portella Nunes. Em 1970, foi eleito pelo voto direto ao senado e em 1978 foi indicado a senador "biônico" pelo regime militar. Link de acesso: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1731. Acesso: 13 de fevereiro de 2025.

seu aliado político, Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1978)[404], e do seu irmão, Lucídio Portella Nunes (1979-1983)[405].

Apesar de sua carta de apoio a João Goulart ter despertado fortes desconfianças entre os setores mais radicais das Forças Armadas – que queriam retirá-lo das suas posições de poder – , através de sua adaptação política, aproximou-se do regime militar, ocupando cargos de poder e influência. Petrônio Portella é um forte exemplo de membro da elite política anteriormente ligada à administração deposta que se adaptou às diretrizes e regras do jogo do governo ditatorial. De acordo com Francisco José Leandro Araújo de Castro, no caso piauiense, a repressão, prisão e cassação de mandatos de determinados políticos não foram a regra adotada quando esses indivíduos possuíam fortes relações sociais e familiares, sendo que seus reposicionamentos, adaptações e acenos adesistas ao regime militar foram importantes para a permanência dos seus cargos[406].

Entretanto, apesar de seus acenos adesistas, não significa que Petrônio Portella, durante o regime militar, não era espionado e vigiado pelos militares responsáveis pelos aparatos de repressão e vigilância da ditadura. Durante o ano de 1969, no contexto das cassações de mandatos realizado por meio do AI-5, foi apresentado ao ditador Costa e Silva, o pedido realizado pelos agentes dos órgãos de SNI – Serviço Nacional de Informações – para cassar o mandato do senador Petrônio Portella por causa de seus posicionamentos favoráveis ao então presidente João Goulart durante o golpe de 1964:

> EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
> Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor PETRÔNIO PORTELLA NUNES, Senador pela ARENA, Seção do PIAUÍ nos têrmos do Artigo 2º, do Ato Complementar no 39.
> Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando tôda documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de

[404] Dirceu Mendes Arcoverde (1925 -1979), natural de Amarante do Piauí. Foi um médico e político piauiense, iniciou sua carreira política no exercício da secretaria estadual de Saúde no governo Alberto Silva (1971-1975), por influência de Petrônio Portella Nunes foi indicado pelo governo Geisel ao cargo de governador do estado (1975-1978), foi eleito pelo voto direto ao cargo de senador (1979), entretanto, morreu durante o seu mandato por causa de um derrame cerebral. Para mais detalhes sobre a biografia de Dirceu Arcoverde indicamos: SANTOS, José Lopes dos. **Dirceu Arcoverde**: missão cumprida. Teresina: Autor, 1980.

[405] Lucídio Portella Nunes (1922-2015), natural de Valença do Piauí. Foi um médico e político piauiense, iniciou sua carreira política em cargos político-administrativos após ter sido indicado pela ditadura militar ao cargo de governador do Estado (1979-1983) por influência de seu irmão, Petrônio Portella Nunes. Foi eleito pelo pleito direto para o cargo de vice-governador do estado na chapa de governador com Alberto Tavares Silva (1987-1991) e foi eleito ao cargo de senador (1991-1999). Link de acesso: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/55 Acesso: 13 de fevereiro de 2025.

[406] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.289.

> Informações e outros Órgãos de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades de há muito desenvolvidas pelo indiciado, contrárias ao espírito da Revolução de 31 de março.
> Considerado político oportunista, quando Governador do Estado praticou o tráfico de influência, e esteve sempre ligado aos corruptos e subversivos da situação anterior ao movimento de 31 de março.
> Revolucionário de última hora, negou seu apoio àquele movimento desafiando o Exército aderindo à Revolução apenas por interêsse pessoal - sobrevivência política.[407]

Nesse trecho do documento sobre o processo de Petrônio Portella Nunes, encaminhado para o Conselho de Segurança Nacional – CNS – elaborado pelos agentes dos órgãos de informações e vigilância do regime militar, percebe-se a tentativa de cassar o mandato do então senador piauiense por causa principalmente de seu apoio inicial ao presidente João Goulart durante o golpe de 1964. O dossiê elaborado pelos militares possuía mais de 200 páginas, continha descrições das atividades políticas de Petrônio Portella desde quando estudante da universidade, focando principalmente nos seus discursos, telegramas, notas oficiais, inquéritos policiais militares referentes ao seu apoio inicial ao João Goulart durante o início do chamado "movimento de 1964".

O documento revela que, apesar de Petrônio Portella não ter sido cassado pelos militares pelo AI-5, demonstra que ele era alvo dos militares mais radicais do regime militar por causa de ter, no passado, levantado a bandeira da legalidade durante o golpe de 1964, sendo visto pelos agentes dos órgãos de vigilância e informações como "subversivo" e "oportunista". Além disso, demonstra que até os sujeitos civis políticos da ditadura militar poderiam ser alvos da repressão e da violência política do Estado autoritário.

Apesar das desconfianças e dos usos políticos que seus adversários políticos faziam de seu passado, Petrônio Portella conseguiu manter-se como um dos principais representantes da ARENA em nível nacional, em específico na intermediação dos interesses do Palácio do Planalto no Congresso Nacional. Durante o governo Ernesto Geisel, ocupou papéis importantes nas chamadas "missões Portella", que visavam intermediar na escolha dos governadores dos estados e na mediação dos interesses.

A representação de Petrônio Portella ficou conhecida na memória popular como o "negociador da abertura", especialmente por conta da sua capacidade de articular politicamente com as diversas entidades políticas, não apenas as governistas, mas também com as de oposição em torno do projeto de liberalização política dos governos Geisel e Figueiredo.

---

[407] CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL SECRETARIA GERAL. **Ato Institucional nº5:** processo de Petrônio Portella Nunes. Brasília, 1969, p.5.

Petrônio Portella Nunes é um exemplo de político que, durante o golpe de 1964, levantou a bandeira da legalidade, mas quando percebeu que o levante civil-militar foi vitorioso, se alinhou ao lado dos vencedores, adaptando-se a nova ordem estabelecida, tendo crescido politicamente no cenário nacional, tornando-se um dos principais nomes dos aliados civis do regime militar dentro do parlamento e ocupando cargos de expressividade política.

4.2. **"Os percalços não afetaram o êxito":** as produções jornalísticas acerca da ascensão política de Petrônio Portella no periódico *Estadão*

> Petrônio Portella acredita que só deixou de ser cassado em 1964, quando prestou solidariedade ao então presidente João Goulart no dia 1ºde abril, porque em setembro de 1963, enfrentara uma rebelião na PM do Piauí, mandando fechar o quartel da corporação, em Teresina.
> O discutido episódio, certamente o maior pesadelo de uma carreira gratificante em termos eleitorais e políticos, ficou para trás, a tal ponto que o seu protagonista, hoje um homem forte do esquema civil do governo, volta a presidência do Congresso, depois de uma passagem pelos cargos de presidente da Arena e líder do partido governista no Senado.
> A carreira política de Petrônio Portella se fez em dois partidos e apenas no seu Estado e em Brasília. [...].[408]

No editorial intitulado *Os percalços não afetaram o êxito*, publicado no lado esquerdo e inferior da página 06, no contexto do retorno de Petrônio Portella na presidência do Senado (1977-1979), traz um resgate do seu passado, de maneira que o exalta como um político que teve uma carreira gratificante, seja eleitoralmente e politicamente, por ser um dos principais protagonistas do esquema civil da ditadura militar, apesar de ter tido "percalços" com setores das Forças Armadas por ter apoiado no primeiro momento a permanência do mandato do presidente João Goulart durante o golpe de 1964. Petrônio Portella, em meio ao contexto de sua progressiva ascensão a cargos de alto escalão e de confiança da ditadura militar, era visto pelos redatores do jornal Estadão como um dos civis de maior relevância, no parlamento, para o funcionamento do regime.

Neste tópico, temos como objetivo analisar como o jornal *Estadão* representou e publicou matérias e editoriais a respeito da ascensão política de Petrônio Portella no cenário nacional, em específico como abordavam as complexidades e contradições de alguém que apoiou João Goulart no início do golpe de 1964, tornou-se um dos principais articuladores civis do regime militar, além disso, abordamos também a resistência e tensões que causavam na

[408] Os percalços não afetaram o êxito. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 28 de novembro de 1976, Ano 97, Nº31.193, p.6.

ocupação do político piauiense de cargos de confiança do regime militar por setores arenistas e ligados às alas mais radicais das Forças Armadas.

O jornal *Estadão* publicou editoriais consideráveis sobre Petrônio Portella Nunes, especialmente durante as desconfianças dos militares e civis membros do Estado autoritário ao seu nome, causado pelo seu apoio a João Goulart durante o golpe de 1964 e quando começou a ocupar cargos políticos de confiança, estratégicos e de expressividade durante a ditadura militar. Nesse meandro, visamos investigar no periódico Estadão os editoriais e matérias que abordavam a ascensão política de Petrônio Portella e as desconfianças que pairavam sobre os militares mais radicais a seu nome por conta de seu posicionamento favorável à legalidade durante o golpe civil-militar.

O apoio inicial do governador Petrônio Portella a João Goulart durante o golpe de 1964 gerou fortes desconfianças das Forças Armadas ligadas aos setores mais radicais com o político piauiense, sendo inclusive investigado pelos IPMs por causa do seu suposto contato com o governador pernambucano Miguel Arraes no processo de resistência ao golpe civil-militar, sendo inclusive alvo de boatos de que seu mandato de governador seria cassado pelos militares.

O jornal *Estadão* abordou os supostos boatos sobre a possível cassação do mandato do governador do Piauí, motivados por seu apoio inicial a João Goulart no contexto do golpe. O jornal, apesar de não fazer nenhuma alusão ao apoio dado por Petrônio Portella ao presidente João Goulart no primeiro momento durante o golpe de 1964, fez editoriais sobre os boatos da possível cassação do político piauiense por ter sido indiciado pelo IPM de Recife. O jornal destacou, desmentindo esse rumor:

> TERESINA, 21 – Tendo circulado rumores que o governador do Piauí teria seu mandato ameaçado, sendo primeiro sintoma dessa ameaça a convocação feita para que depusesse num IPM instaurado em Pernambuco, apurou-se com absoluta segurança, que nenhuma ameaça pesa sobre o mandato do sr. Petrônio Portela[409]

A notícia parte do cenário em que circularam rumores de que o mandato do governador do Piauí estaria em risco, tendo como "primeiro sintoma" a convocação para prestar depoimento em um IPM instaurado em Pernambuco. Contudo, o editorial destaca sem dar muitas informações que após a conclusão do inquérito não há nenhuma ameaça ao mandato do governador do Piauí. O conteúdo da representação discursiva é direto e busca reafirmar a

[409] Nada com o Piauí. In: Deputado define a tarefa moralizadora dos militares. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 de outubro de 1964, Ano LXXXV, Nº27.457, p.3.

estabilidade do mandato do gestor estadual O periódico inclusive coloca a resposta de defesa do governador do Piauí sobre a sua relação com a administração de João Goulart:

> TERESINA, 26 – O governador Petrônio Portela, do Piauí, informou nada haver recebido das autoridades militares do IV Exército no tocante à sua conduta quando da administração passada, desmentindo ainda notícias veiculadas pela imprensa carioca referentes ao assunto. O governador informou que está absolutamente integrado no espírito da Revolução e se sente plenamente apoiado pelo Presidente Castello Branco que "a frente da suprema magistratura vem dando ao Piauí toda assistência que a atual conjuntura permite"[410].

Percebe-se a defesa do periódico Estadão ao governador do Piauí, ao desmentir as informações divulgadas por parte da imprensa carioca sobre os posicionamentos políticos de Petrônio Portella em relação ao ex-presidente João Goulart. O jornal, inclusive, destaca o discurso do governador piauiense a respeito de sua aproximação com o ditador Castello Branco, no qual enfatiza o apoio recebido pelo Piauí, possibilitado pela conjuntura política vigente.

O periódico representa positivamente nos seus editoriais o governador do Piauí no IPM de Recife, destacando as suas respostas e desmentindo os boatos da suposta cassação de mandato do administrador piauiense. Possivelmente, essa tendência de os escritores serem favoráveis ao Petrônio Portella pode estar vinculada ao seu "lugar social", em ser vinculado a setores influentes da UDN, na qual possui relação com o próprio jornal analisado.

O governador não só conseguiu manter seu mandato como ficou cada vez mais próximo do ditador Castello Branco, na crise que ocasionou o pedido de intervenção federal no estado de Goiás, e que cassou o mandato do governador[411] Mauro Borges. Petrônio Portella, assim como os outros gestores estaduais, não deixará de mandar uma carta de apoio a decisão dos militares em afastar o gestor de Goiás, demonstrando seu apoio a decisão autocrática do presidente ditador:

> É o seguinte o telegrama do governador Petrônio Portela:
> "No momento em que v. exa dirige ao povo brasileiro, expressando os propósitos do seu governo, cumpro o dever de transmitir ao eminente chefe da Nação todo o apoio do povo do Piauí e meu próprio na certeza de que

[410] Desmentido do governador do Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 de outubro de 1964, Ano LXXXV, Nº27460, p.42.
[411] A intervenção federal em Goiás durante o governo de Castelo Branco foi motivada pela combinação de uma situação interna de instabilidade política e administrativa após o golpe de 1964, somado ao desejo do governo militar de centralizar o poder e prevenir qualquer manifestação de oposição regional. In: NETO, Lira. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.322-327.

> conduzirá a Nação livre do extremismo e corrupção a seus gloriosos destinos e integrada nos princípios democráticos e cristãos".[412]

Durante as repercussões causadas pela deposição do governador de Goiás, o jornal *Estadão,* para demonstrar apoio ao presidente e destacar que não estava isolado e possuía o beneplácito dos outros governadores, colocou os discursos dos gestores estaduais. Petrônio Portella, para evidenciar seu apoio, enviou um telegrama que foi transcrito pelo jornal, destacando o apoio do governador piauiense à decisão do ditador. O periódico reproduziu os telegramas na íntegra produzidos pelos demais governadores, sem colocar comentários visando gerar ares de legalidade e de apoio popular à intervenção realizada pela ditadura militar no estado de Goiás.

Com o endurecimento do regime militar, após a sanção do AI-2[413], Petrônio Portella, com o objetivo de aproximar-se e se adaptar politicamente no contexto autoritário em que o Brasil estava inserido com o governo dos militares, decidiu em seus pronunciamentos à imprensa apoiar as medidas arbitrárias do regime militar em nome da "defesa da democracia":

> TERESINA, 30 – Ao regressar da Guanabara, onde tratou de assuntos de interesse do Estado, o governador Petrônio Portela declarou que o Ato Institucional n.o 2 expressa, no seu contexto, "os propósitos sadios e elevados de realizar eleições no próximo ano e, bem assim, a entrega do governo com o caminho aberto e descortinado ao desenvolvimento econômico e social do País"[414].

A declaração do governador Petrônio Portella, conforme veiculada pelo *Estadão*, é um exemplo de como o discurso político foi cuidadosamente construído, repleto de "procedimentos discursivos"[415] para justificar medidas autoritárias por meio de uma narrativa que alegava serem necessárias à segurança e ao desenvolvimento. Mesmo que o AI-2 tenha sido um instrumento de concentração de poder, a retórica adotada pelo governador piauiense buscava transmitir a

---

[412] Piauí. In: Castelo já tem apoio de treze governadores. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 25 de novembro de 1964, Ano LXXXV, Nº27.485, p.1.

[413] O AI-2 retirou da população o direito de escolher seus representantes para o cargo de presidente, reabriu os poderes discricionários sob posse do presidente da República que poderia cassar mandatos e direitos políticos, demitir funcionários públicos, intervir nos estados, baixar decretos-leis sem a apreciação do legislativo, aumentou os membros do STF – Supremo Tribunal Federal – de 11 para 16 e instituiu no foro da Justiça Militar civis acusados de cometerem crimes contra a segurança nacional. In: ARAÚJO, Maria Celina D'; JOFFILY, Mariana. O golpe de 1964, os atos institucionais e o fechamento do regime. In: ARAÚJO, Maria Celina D'; REZENDE, Lucas Pereira (Orgs). **Forças Armadas e política no Brasil Republicano**: da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988). Rio de Janeiro: FGV, 2024, p.186

[414] Propósitos sadios. In: Aplausos pela decretação do Ato n.º2. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 de outubro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.773, p.4.

[415] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996, p.9-21.

ideia de que esse poder seria temporário e destinado a preparar o terreno para uma futura "democratização" e para o progresso socioeconômico.

Os discursos produzidos pelo governador Petrônio Portella são pertinentes, pois evidenciam seus acenos adesistas à ditadura militar. Mesmo sob o risco de ter seu mandato cassado por ter apoiado o governo deposto, o político buscava se aproximar de figuras influentes e poderosas ligadas ao regime, como forma de garantir sua permanência no cenário político e preservar sua posição de poder.

O jornal *Estadão* publicou nos seus editoriais positivamente as respostas do governador do Estado do Piauí, Petrônio Portella Nunes, ao indiciamento no IPM de Recife e os seus acenos adesistas à ditadura militar com as suas medidas autoritárias. As representações produzidas a respeito do governador do Piauí possivelmente estavam inseridas num contexto que, além de informar os seus leitores sobre o Piauí por questões profissionais, demonstrava por meio dos editoriais do periódico o apoio que o governo ditatorial estava tendo de governadores e parlamentares do regime, como maneira de gerar legitimidade às suas medidas arbitrárias, por trazer a sensação de que os militares não estavam isolados politicamente.

Após a outorga do AI-2, com a extinção do sistema pluripartidário e a criação dos partidos biônicos – ARENA e MDB – pela ditadura, no Piauí, Petrônio Portella e seu grupo político foram escolhidos pelo ditador Castello Branco para dirigir e organizar o partido governista no estado[416], algo que não foi muito bem recebido pelos adversários políticos de Petrônio Portella dentro do seu próprio partido local. O jornal *Estadão*, fazia matérias jornalísticas a respeito das tensões e das acusações dos parlamentares piauienses nos seus editoriais:

> Durante a sessão de hoje da Câmara dos Deputados, o sr. Souza Santos, do Piauí, criticou a ARENA, em seu Estado, dizendo que a agremiação foi entregue ao governador Petrônio Portela, "que é pessoa notoriamente vinculada à subversão janguista, tendo acintosamente condenado a Revolução de 31 de Março, conclamando o povo a combate-lá". [...][417]

Uma das críticas à liderança de Petrônio Portella no Estado do Piauí, feita por parlamentares piauienses que não concordavam com sua gestão, apesar de também pertencerem à ARENA, dizia respeito à exploração em nível discursivo de seu passado de apoio a João

[416] Castelo vê ARENA do Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de janeiro de 1966, Ano LXXXVII , Nº27847, p.5.
[417] CRÍTICAS. In: Indicados líderes dos novos partidos. **O Estado de S. Paulo**, 08 de fevereiro de 1966, Ano LXXXVII, Nº27.555, p.4.

Goulart durante os eventos de 31 de março. Essa lembrança era utilizada como uma forma de difamá-lo perante os setores governistas, especialmente aos militares.

A imagem de Petrônio Portella no cenário nacional passou a ganhar mais repercussão no periódico *Estadão,* a partir dos cargos que passou a ocupar no Congresso Nacional, como o cargo de vice-líder da ARENA, presidente do Senado Federal e presidente do partido governista. A ascensão de Petrônio Portella nos cargos burocráticos da política no regime militar causou fortes incômodos em setores parlamentares da própria ARENA, que, juntamente com os militares mais radicais, o concebiam como alguém não confiável e oportunista.

Durante a publicização da indicação de Petrônio Portella ao cargo de presidente do Senado pelo ditador Médici, o periódico *Estadão* fez o seguinte editorial produzido pelas sucursais:

> BRASÍLIA, 6 – A notícia de que o sr. Petrônio Portella foi indicado pelo presidente da República para presidir o Senado – e consequentemente o Congresso Nacional – nos próximos dois anos colheu de surpresa o presidente em exercício da ARENA, sr. João Batista Ramos, que ainda hoje reiterava a jornalistas não ter informação a êsse respeito. [...].
> A surpresa do presidente da ARENA poderia até suscitar dúvida quanto à veracidade da notícia. Mas êste não parece ser o caso. Além da notícia ter vindo a público com muita segurança, a escolha guarda muita coerência com a orientação presidencial. O sr. Petrônio Portella, como vice-líder do govêrno, revelou-se um inteligente e combativo senador e, mais que isso, deu provas de absoluta fidelidade ao govêrno, sempre pronto a advogar tôdas as causas, por mais ingratas ou difíceis que parecessem. [...].[418]

No editorial produzido pelas sucursais do *Estadão*, observa-se a ênfase na surpresa do dirigente do próprio partido da ARENA com a indicação de Petrônio Portella ao cargo de presidente do Congresso Nacional. Não é aleatória ou sem finalidade, demonstra o espanto com a indicação realizada pelo ditador Médici a algumas lideranças arenistas por conta do passado do senador piauiense. O periódico defendeu a indicação do nome do Portella, destacando as suas participações como senador e no cargo de vice-líder do governo em defender suas medidas em todas as situações.

O passado a respeito dos posicionamentos durante o golpe de 1964 do senador piauiense repercutiu nacionalmente entre os seus colegas da ARENA no cenário nacional, especialmente quando ocupou a presidência do Senado em que o seu passado era usado politicamente pelos

[418] Dirigente arenista foi surpreendido. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de janeiro de 1971, Ano 92, Nº29.372 , p.3

seus adversários dentro do próprio partido situacionista como uma forma de resistir, ser oposição e atacar a sua crescente influência política no cenário nacional.

O *Estadão* publicou editoriais que abordavam a defesa dos arenistas favoráveis ao Petrônio Portella e à sua indicação ao cargo de presidente do Senado, que gerava inquietações nos bastidores políticos dentro da ARENA:

> Além disso, acrescentavam alguns dirigentes arenistas, em defesa do sr. Petrônio Portella, não há razão para qualquer veto. O parlamentar piauiense com "sua brilhante atuação como vice-líder", já pagou quaisquer pecados que tenha cometido como governador do seu Estado no momento crítico em que se iniciava o movimento de março de 1964. Mostrou-se, nos últimos anos, um combativo senador governista, sempre pronto à defender a Revolução. Foi justamente essa atuação que o fez merecedor da indicação presidencial - como uma espécie de prêmio, ou promoção, como alguém já disse. Além disso, é de indagar-se: se ele serviu tão bem como vice-líder, se ninguém na área revolucionária lhe fez qualquer restrição – porque haveriam de fazê-lo agora? Se ele pôde servir à Revolução como vice-líder, não pode também servir como presidente do Senado? [...].[419]

No editorial escrito pelas sucursais, uma defesa à indicação de Petrônio Portella ao cargo de presidente do Congresso Nacional, mesmo com as desconfianças que pairavam sob o seu nome, causadas pelos seus posicionamentos durante o golpe de 1964. Os escritores trazem nas suas narrativas a defesa de que o senador piauiense era um combativo defensor da chamada "Revolução" e das medidas de seu governo, o que o fazia ser merecedor do cargo. Além disso, é salientado pelos escritores que o seu cargo de vice-líder não era discutido pelos arenistas, enquanto o de presidente de senado era questionado.

As reações ao nome de Petrônio Portella fizeram inclusive o presidente da ARENA, Filinto Müller[420], proferir um discurso aos seus colegas de partido, que foi publicado pelos editores do jornal *Estadão*:

> Indagado sobre noticia envolvendo a posição do sr. Petrônio Portela em abril de 1964, o líder do governo achou "estranha". "Diz que o Petronio não apoiava a Revolução. Ora, muita gente, no início, não a apoiava e depois embarcou na sua canoa. Alega-se que Petronio, no exercício do govêrno do Piauí, declarou-se, às vésperas do 31 de março, favorável à legalidade. Defender a legalidade,

[419] Sem razão. In: Médici indica hoje comando político. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de janeiro de 1971, Ano 92, Nº29.384, p.3.

[420] Filinto Strubing Müller (1900-1973), foi um político e militar brasileiro. Ocupou o cargo de interventor federal do governo de São Paulo (1932-1933). Foi nomeado chefe de política do Rio de Janeiro (1933-1943), então capital política da República. Durante a República Liberal-Democrática se filia ao PSD, elegendo-se senador por Mato Grosso (1947-1973). Foi um dos articuladores do regime militar dentro do Parlamento, foi presidente da ARENA (1969-1973) e Presidente do Senado (1973). Link de acesso: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/27/filinto-muller-serviu-a-duas-ditaduras Acesso: 13/08/2025.

> na minha opinião, não é desdouro para ninguém. Eu mesmo, se não conhecesse os objetivos da Revolução, teria ocupado a tribuna para manifestar-me pela legalidade. Verificando que a Revolução atendia as aspirações do nosso povo, não hesitaria em rever minhas posições". Acha o líder do govêrno que a posição do então governador do Piauí, "longe de ser desprimorosa, inspira confiança, já que não conhecia os objetivos da Revolução e todos sabem que ele não fora consultado sobre o movimento, naquela oportunidade".[421]

Na transcrição do discurso elaborado por Filinto Müller, observa-se que, para relativizar o apoio de Petrônio Portella ao governo deposto, são apontados três aspectos. Primeiro, que Portella não foi o único político que, no início do movimento golpista civil-militar, tornou-se um colaborador ativo. Segundo, que a defesa da legalidade era a posição esperada de um governador de Estado naquele contexto. E, por fim, que Petrônio Portella não tinha pleno conhecimento dos verdadeiros objetivos da chamada "Revolução de 1964". Observam-se, assim, procedimentos discursivos empregados com a finalidade de amenizar o impacto das acusações feitas a Petrônio Portella em razão de seus posicionamentos políticos anteriores.

O senador Petrônio Portella, mesmo com as desconfianças de alguns membros do seu partido em nível nacional, conseguiu assumir o cargo de presidente do senado pela decisão do ditador Médici e, no seu discurso de posse, objetivou retirar as desconfianças e demonstrar o seu apoio à ditadura militar, algo que foi transmitido nas páginas dos jornais impressos:

> Petrônio Portela assumiu ontem a presidência do Senado, manifestando-se "fiel à linha inflexível de fidelidade ao regime, cujo destino depende de nosso trabalho". Acentuou que "neste recinto augusto, guardamos a Federação, para que se torne, pelas reformas, a expressão de uma realidade fundada na justiça"[422].

No discurso de posse na presidência do Senado, Petrônio Portella buscava reforçar sua fidelidade ao regime militar por meio de seu trabalho, especialmente diante das animosidades que seu nome despertava entre os setores mais radicais das Forças Armadas e entre seus aliados civis, devido ao seu passado político. Em seus discursos — especialmente aqueles pronunciados na tribuna, com potencial de repercussão na imprensa —, em meio às expectativas de setores da sociedade que ansiavam por uma abertura política, Portella demonstrava seu apoio à ordem instituída, defendendo o AI-5 e as medidas de exceção adotadas pelo governo ditatorial.

---

[421] Posição. In: Só existe dúvida na Câmara. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo,21 de janeiro de 1971, Ano 92, Nº29384, p.4.
[422] Portela assume e promete fidelidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 de março de 1971, Ano 92, Nº29.442, p.3.

De acordo com Daniel Bahiense, a gestão de Petrônio Portella na presidência do Senado foi marcada pela tentativa de imperar um tom conciliatório com as elites políticas civis, mostrava-se aberto ao diálogo com os parlamentares do MDB, embora destinasse à ARENA as cadeiras reservadas aos postos de decisão – presidente e relator – quando os assuntos eram considerados de relevante interesse político para o regime militar. Na prática, a sua gestão não alterou o status quo do regime militar, sendo alinhada às suas diretrizes[423].

Quando Petrônio Portella foi indicado ao cargo de presidente do partido da ARENA, após a morte de Filinto Müller em um acidente de avião, seu nome voltou a trazer controvérsias no meio político por causa de seu passado. O jornal *Estadão* publicava editoriais acerca dos bastidores políticos e das resistências dentro do partido governista:

> O senador Petronio Portela será eleito, hoje, presidente nacional da Arena, mas antes mesmo de sua confirmação no cargo, que vem exercendo interinamente desde a morte de Filinto Muller, começara a surgir crítica à sua escolha. O deputado Herbert Levy, da Arena paulista, disse que recebia a indicação de Portela com "reservas" lembrando que o senador do Piauí "não é um revolucionário de primeira hora", tendo apoiado o ex-presidente João Goulart até o dia 1ºde Abril. Por outro lado, informava-se ontem em Brasília que a eleição de Petrônio Portela para a presidência do partido do governo conta com a aprovação dos setores ligados ao futuro presidente da República, general Ernesto Geisel. [424]

A ascensão de Petrônio Portella ao cargo de maior representatividade – presidente da ARENA – do partido oficial do regime militar, após a morte de Filinto Muller, gerou forte reação aos seus colegas de partido que o viam como um concorrente e aqueles mais afinados com as pautas discricionárias dos militares, utilizam o seu passado como uma maneira de difamar e questionar a sua liderança política.

O editorial do jornal *Estadão*, embora destacasse as reações negativas de deputados arenistas ao nome de Petrônio Portella — reproduzindo seus discursos críticos na tribuna —, também enfatizava que sua escolha já havia sido definida pelos setores ligados aos generais governistas. Vale ressaltar que muitas dessas reações poderiam ter sido motivadas por inveja ou pela percepção de que Portella carecia de representatividade entre outras lideranças da ARENA, sendo seu passado político utilizado como arma em disputas internas.

---

[423] BAHIENSE, Daniel Albuquerque. **O soldado e o intelectual**: um estudo sobre a trajetória política de Petrônio Portella. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p.313-314.

[424] Portela assume hoje e já é contestado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de agosto de 1973, Ano 94, Nº30.197, p.4.

Os seus adversários no contexto da indicação de Petrônio Portella à presidência da ARENA não ficaram restritos a criticar e evocar a memória dos seus posicionamentos, como resgataram e divulgaram na imprensa as cartas de apoio a João Goulart e a correspondência que teve com Miguel Arraes, produzidos durante o golpe civil-militar:

> Revolucionários, que se irritam com o que consideram distorções injustificáveis do movimento, perguntam com base nesses documentos, se mudou a Revolução ou se mudou o senador Petrônio Portela, comprometido com o regime derrubado a 31 de março de 1964, pelas Forças Armadas, com respaldo popular. Recordam mais que, como governador do Piauí, Petronio deixou de prestar contas, no exercício de 1966, ao Tribunal de Contas daquele Estado. [...]. [425]

Neste editorial produzido pelo *Estadão*, observam-se as apropriações e os usos políticos das cartas produzidas pelo então governador Petrônio Portella durante o golpe de 1964, com a finalidade de desgastá-lo e de questionar a sua competência de dirigir o partido representante do regime. As cartas e a correspondência com Miguel Arraes não foram divulgadas pela imprensa, apenas com o objetivo de chamar a atenção das lideranças civis, como visava despertar a ira e a violência da "comunidade de informações" que tinha desconfianças dos compromissos de Petrônio Portella com o regime militar, posto que, através dos órgãos de espionagens organizados e coordenados pelo SNI – Serviço Nacional de Informações – liam e supervisionavam as notícias divulgadas pela imprensa.

O periódico *Estadão* não ficou restrito a abordar apenas as reações contra Petrônio Portella, como representaram as suas respostas a respeito de seus posicionamentos de apoio a João Goulart durante o golpe de 1964:

> Em pronunciamento feito ontem logo após ter sido proclamado presidente nacional da Arena, o senador Petrônio Portela tentou responder às críticas que lhe foram dirigidas por companheiros de seu próprio partido, a respeito de seu comportamento quando eclodiu a Revolução de 1964. O deputado Herbert Levy (Arena-SP), por exemplo, lembrara anteontem que Portela apoiou o ex-presidente João Goulart até o dia 1ºde abril.
> Sobre seu apoiou ao movimento de 64, dado "desde quando ele fez-se revolução, institucionalizando-se", o senador afirmou não ter-se tratado de um apoio improvisado, "de quem queria obstinadamente aderir", mas que foi "uma consequência inelutável de uma atuação passada e rigorosamente pautada nos princípios da ética"[426].

[425] O novo líder e os velhos documentos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de agosto de 1973, Ano 94, Nº30.197, p.4.
[426] Petrônio Portela tenta explica o seu passado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de agosto de 1973, Ano 94, Nº30.198, p.4.

Verifica-se no discurso que o senador, em sua defesa, salienta que não apoiou o golpe de 1964 por improviso, mas como consequência de saber os objetivos e os princípios da mesma. O jornal *Estadão* foi um veículo que divulgou as tensões nos bastidores políticos causadas pela tensão referente aos posicionamentos políticos de Portella durante o movimento golpista de 1964, salientando os impactos na sua imagem causados por seu passado político. O jornal, ao fazer cobertura das pautas políticas, possivelmente não queria ficar de fora dos debates políticos dos bastidores das lideranças governamentais e poder, através de seu poder de "informar", intervir no espaço público, embora estivesse limitada pela censura do regime militar nos conteúdos políticos.

O jornal *Estadão*, inclusive, possuía vozes dissonantes dentro do próprio veículo de comunicação, como é possível perceber na coluna Nota e Informações, que era geralmente assinada pelo diretor do veículo e pelos editores chefes do jornal:

> O senador Petrônio Portela foi designado presidente nacional da Arena. Comentando a escolha, companheiros do próprio partido de s.exa. perguntavam em Brasília se quem mudou foi a Revolução ou o homem quem recebeu a pesada responsabilidade de suceder ao sr. Filito Muller. A resposta não é difícil: mudaram ambos.
> A indicação do sr. Petrônio Portela para um posto-chave do sistema ilumina bem o fundo do abismo que hoje separa a práxis dita revolucionaria dos ideais do Movimento de Março de 1964. Todo o seu passado político é incompatível com os princípios, diríamos mesmo com o projeto de Brasil, pelos quais se bateu, há oito ano, a esmagadora maioria da população.
> O sr. Petrônio Portela foi um dedicado um tenaz servidor do velho regime até o último momento da queda do sr. João Goulart. [...].
> Poderá alguém estranhar que no próprio seio da Arena se ergam clamores contra a indicação do sr. Petrônio Portela Nunes para a presidência do partido oficial? Poderá alguém estranhar que os velhos revolucionários de 31 de março desaprovem que semelhante político fale e atue como porta-voz de um sistema de fronteiras difusas?
> O que surpreende não é a virada do homem. A mudança sofrida pela Revolução que o acolhe e promove, essa sim, é grave. A presença na vida política nacional de raposas como sr. Portela confere nova atualidade às patrióticas advertências do general Moniz de Aragão. Em seu discurso de adeus aos companheiros de armas, acentuou mais preocupantes do que os erros inerentes à prática de qualquer sistema são as consequências da irresponsabilidade do amoralismo da corrupção dos homens que falam em nome desse mesmo sistema, sem saberem exatamente o que ele é o que pretende, o que significa em termos históricos. Entre esses cameleões da política, o sr. Petrônio Portela ocupa um lugar privilegiado. [427]

[427] NOTAS E INFORMAÇÕES. O novo líder do governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de agosto de 1973, Ano 94, Nº30.170, p.3.

Na coluna *Nota e Informações*, escrita geralmente pelo diretor proprietário do periódico, no caso Júlio de Mesquita Neto, observa-se, diferente das produções jornalísticas anteriores, uma coluna crítica à nomeação de Petrônio Portella como líder do partido do governo ditatorial, especialmente pelos seus posicionamentos e cartas de apoio à permanência do mandato de João Goulart durante o golpe de 1964, além de questionar se a própria adesão do político aos ideais da chamada "revolução" foi causada por conveniência e sobrevivência política. O escritor destaca que não é de se estranhar que muitos arenistas venham a questionar e reclamar da nomeação de Petrônio Portella, por ser considerado um camaleão político.

Consideramos essa produção jornalística crítica à indicação de Petrônio Portella ao cargo de presidente da ARENA, uma maneira do diretor do periódico não criticar apenas o político, mas o governo ditatorial e os rumos tomados pela chamada "revolução", que segundo o autor mudou de finalidade e teve outra direção, que pode ser observada pelos próprios quadros dirigentes do governo.

Apesar das desconfianças e usos políticos que seus adversários políticos faziam de seu passado, Petrônio Portella conseguiu manter-se como um dos principais representantes da ARENA em nível nacional, em específico na intermediação dos interesses do Palácio do Planalto no Congresso Nacional. Durante o governo Ernesto Geisel, ocupou papéis importantes nas chamadas "missões Portella", que visavam intermediar a escolha dos governadores dos estados e a mediação dos interesses.

A partir do governo Geisel, durante a primeira missão Portella – como era chamada a coordenação de Petrônio Portella na escolha dos governadores biônicos em 1974 – as produções jornalísticas a respeito do senador piauiense aumentaram, tornando-se diárias, principalmente por estarem relacionadas com a conjuntura política nacional. Além disso, o senador político começou a ser considerado um dos principais articuladores civis que buscava diálogo e consenso acerca das medidas políticas do regime militar direcionadas à abertura política controlada pelos militares.

Quando foi revelado o nome dos ministros do governo Figueiredo na imprensa, o jornal Estadão, a respeito do nome de Petrônio Portella, fez um resgate do posicionamento de Petrônio Portella favorável a João Goulart, reproduzindo o discurso "Querem ensanguentar a Nação", no qual destaca em seguida o ascendente crescimento político de Petrônio Portella no cenário nacional:

> Os jornalistas e operários que ouviram estas palavras do governador do Piauí, na tarde de 1ºde abril de 1964, em frente ao palácio do governo, dificilmente

> poderiam imaginar a vertiginosa carreira política de Petrônio Portella nos governos pós-64 – naturalmente depois dos poucos anos de ostracismo que lhe valeu o clamoroso erro de perspectiva política cometida do então.
> Já era uma liderança em ascensão quando foi escolhido, em 1971, presidente do Senado, cargo que acumulava com a vice-presidência da Arena. Com a morte de Filinto Müller, no desastre em Orly, Portela assumiu a direção do partido e a liderança do governo Médici no Senado.
> Foi mantido nos dois cargos pelo governo Geisel e recebeu, em 74, a missão de viajar pelos Estados para articular a escolha dos futuros governadores. Em fins de 76 tentou negociar com a oposição a reforma do Judiciário – que redundou no pacote de abril de 1977 e acabou fazendo de seu irmão o novo governador do Piauí
> Sua mais recente "missão" foi o diálogo que manteve com várias personalidades da sociedade civil e que resultou na extinção do AI-5 – mas também na sua institucionalização através da Emenda Constitucional n.11. Quando todos o julgavam em decadência, surpreendeu mais uma vez ao ser escolhido coordenador político do general Figueiredo no Congresso.
> Contradições à parte, o presidente do Congresso Nacional acabou conquistando simpatia e confiança de todos os presidentes da República com que conviveu depois de 1964, e é hoje, aos 53 anos, o principal elo de ligação entre o Legislativo e o Palácio do Planalto. [...].[428]

Nessa descrição do perfil do novo Ministro da Justiça, percebe-se na descrição o resgate do jornal *Estadão* ao seu passado de posicionamento favorável ao presidente João Goulart e contrário ao golpe de 1964 no primeiro momento, sendo descrita a improvável e ascendente carreira política de Petrônio Portella durante o regime militar, com a ocupação de cargos de prestígio e de liderança política, além de salientar as missões governamentais que foram delegadas do ditador Ernesto Geisel e sua influência política de ser considerado na época o principal elo de ligação entre o Parlamento e o Palácio do Planalto.

Quando Petrônio Portella faleceu em 6 de janeiro de 1980, quando estava no auge de sua carreira política exercendo o cargo de Ministro da Justiça, o jornal *Estadão* fez editoriais lamentando a morte do político piauiense, além de insinuar que era o candidato natural do regime militar para suceder o general Figueiredo:

> Se é possível planejar a tão largo prazo – e sabemos que é, dados os exemplos da ascensão de Ernesto Geisel e de João Figueiredo -, tudo se encontrava arrumado e esquematizado, desde fins de 1978, pelos atuais detentores do poder: antes mesmo da posse de Figueiredo, em março de 1979, já programavam que Petrônio Portella seria o candidato civil e político da continuidade revolucionária, ou, ao menos, do grupo detentor dos controles da Revolução. Terá sido quando articulavam abertura política que colocaram as pedras no tabuleiro. A revogação do Ato Institucional nº5, o fim da censura à imprensa, a anistia, a reforma partidária, a volta às eleições diretas de governador e a extinção dos biônicos e a da Lei Falcão, quem sabe o voto

[428] Petrônio: Justiça. In: Novo Ministério revela a continuidade de 64. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de janeiro de 1979, Ano 100, Nº31.857, p.9

> distrital, com certeza uma reforma constitucional ampla – tudo desembocava na sucessão. No fim, mediante a capitalização dos efeitos de tantas medidas positivas, como também por meio de uma aliança entre o PDS e o PP, a resultante final redundaria na candidatura do então ministro da Justiça, artífice, tanto quando o general Golbery do Couto e Silva, do processo de aprimoramento institucional.
> Ele negava, é claro, mas não convencia. Por certo não pretendia o poder pelo poder, pois partilhava do sentimento de exaustão diante da hipótese de mais um governo militar, possuía planos de consolidação definitiva do regime democrático, avançava no reconhecimento de reformas sociais e se integrava de corpo inteiro na empreitava institucional[429].

Nesse editorial, *Petrônio era o candidato do poder*, escrito pelo jornalista Carlos Chagas no lado direito da página 06, traz uma análise dos bastidores da política, sendo salientado que as políticas voltadas à distensão política estavam direcionadas à perpetuação do grupo dirigente do regime militar, e o candidato por possivelmente não ser um militar, mas sim um civil, o nome ideal na leitura do jornalista, seria o de Petrônio Portella, então Ministro da Justiça, por representar o projeto de poder da ditadura militar. Plano esse que foi frustrado devido à sua morte precoce.

A morte precoce de Petrônio Portella, devido ao seu protagonismo no processo de distensão política encaminhado a partir do governo Geisel, gerou dúvida no meio político da ditadura militar, a respeito de como seria encaminhado o processo de abertura, algo que foi representado pela produção da sucursal de Brasília a respeito da resposta do general Figueiredo acerca do processo de abertura política:

> Garantiu o presidente João Figueiredo, ontem, durante os funerais do ministro Petrônio Portella, que o processo de abertura política não será interrompido, nem sofrerá solução de continuidade, pela morte prematura de seu principal artífice. Outra não é a impressão dominante nos meios políticos, mesmo entre os oposicionistas, mas a questão a examinar surge acima e além da dúvida inexistente de persistir ou não o animus pela empreitada democratizante: indaga-se sobre a competência de quem vier a ocupar o Ministério da Justiça para superar obstáculos previsíveis e inusitados e continuar mesmo por linhas tortas, escrevendo certo Porque, mais do que de boas intenções, a normalização institucional necessita para prosseguir, de muita habilidade política, predicado que Petrônio Portela fortunadamente, não constitui matéria-prima farta no mercado partidário oficial. [...].[430]

Neste editorial escrito pela sucursal de Brasília com o título *Morte de Petrônio não modificará a abertura*, localizado no lado direito da página 03, traz a confirmação de que o

[429] Petrônio era o candidato do poder. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo,06 de junho de 1980, Ano 101, Nº32.304, p.06.
[430] Morte de Petrônio não modificará a abertura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de janeiro de 1980, Ano 101, Nº32.306, P.03

processo de abertura política não seria modificado por causa da morte prematura de seu principal artífice, entretanto, traz também a preocupação dos setores políticos, especialmente os de oposição, a respeito de como o futuro Ministro da Justiça irá lidar com os desafios e obstáculos da dinâmica política.

A respeito da morte de Petrônio Portella, Júlio de Mesquita Neto, na sua coluna tradicional *Notas e Informações*, fez um editorial opinando a respeito da morte do então Ministro da Justiça, no qual destaca o seu passado:

> O momento de "desinformação" que quase alijou Petrônio Portella da vida política pós-64 – aquele em que defendeu a Constituição de 1946 e por extensão o sr. João Goulart contra o movimento saído de Minas Gerais – não terá feito mudar aquilo que o falecido ministro da Justiça considerava suas qualidades básicas como político e conselheiro: discrição, competência, lealdade. Essas qualidades, virtudes em homens políticos que a si próprios traçaram o caminho do poder, possivelmente sejam um dos fatores explicativos do haver conseguido vencer o vendaval de 1964 e chegar, quando a morte o surpreendeu, a ser reconhecido por todos como o artífice da reforma política gradual, que lentamente ia caminhando para desaguar em estuários mais amplos.
> Propositalmente dissemos "ia caminhando", pois o falecimento de Petrônio Portella, embora não altere as balizar políticas estabelecidas pelo presidente João Baptista Figueiredo, necessariamente mudará os procedimentos em que se expressava a vontade presidencial. [...].[431]

Na coluna *Notas e Informações*, escrita por Júlio de Mesquita Neto, no lado esquerdo da página 03, inicia-se salientando os posicionamentos de Petrônio Portella que poderiam levar ao "fim" de sua carreira política pós-1964, por causa de seu apoio à legalidade constitucional e à manutenção do mandato de João Goulart durante o golpe civil-militar. Em seguida, o escritor salienta as supostas características de Petrônio Portella para explicar por que ele se manteve e ascendeu politicamente durante o regime militar, chegando a se tornar o "artífice" do processo de distensão política dos governos Geisel e Figueiredo.

Pela produção jornalística, percebe-se que o diretor do jornal *Estadão* possui uma certa desconfiança com Petrônio Portella devido aos seus posicionamentos favoráveis a João Goulart durante o golpe de 1964, entretanto, ao mesmo tempo, percebe-se um respeito e admiração por ter conquistado cargos políticos de alta relevância durante o regime militar, tornando-se o "artífice" do processo de distensão política mesmo diante de um cenário de desconfiança que pairava a respeito do seu nome e suas intenções.

---

[431] NOTAS E INFORMAÇÕES. Importância de uma escolha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de janeiro de 1980, Ano 101, Nº32,152, p.3.

A trajetória de Petrônio Portella e sua ascensão crescente no cenário nacional chamaram a atenção dos editores e escritores do jornal *Estadão*, que na própria descrição de sua vida política destacam as contradições de Portella, de um sujeito político que apoiou o governo João Goulart e se tornou um dos principais articuladores e aliados políticos civis do regime militar e de seu projeto de distensão política, mesmo com todas as desconfianças que pairavam a respeito de suas intenções.

Percebemos pela análise das fontes hemerográficas do jornal *Estadão* que o periódico publicou matérias tanto elogiosas quanto críticas à ascensão política de Petrônio Portella, causadas principalmente pelo seu posicionamento de apoiar em primeiro momento o João Goulart durante o golpe de 1964. O jornal, nesse sentido, revela os bastidores políticos dos descontentamentos e as vozes dissonantes dentro do regime militar que eram contrárias a figuras políticas, como Petrônio Portella, que assumiu posições de prestígio e de proeminência. Ao mesmo tempo, reverbera o espanto e admiração pela trajetória política de Petrônio Portella, que, mesmo em um ambiente adverso, por causa de sua capacidade de articulação e diálogo político, tornou-se um dos principais nomes civis do regime militar.

4.3. **"Razões de uma solidariedade":** as representações da ascensão política de Petrônio Portella no jornal *O Globo*

> Certamente um dos políticos mais bem sucedidos da história recente do Brasil e um dos que melhor souberam administrar sua carreira como homem público, Petrônio Portella tem carreira política ininterruptamente ascendente. Formado em direito no Rio, voltou para o Piauí, onde começou a fazer política partidária. Deputado Estadual e presidente da UDN, foi prefeito de Teresina e Governador do Estado. No Senado desde 66, foi por duas vezes presidente da Casa, líder do Governo e presidente da Arena. Em 74, executou a sua primeira missão em nome do Governo, selecionando os governadores. No Governo Geisel, tornou-se o principal canal de comunicação entre o Planalto e o Congresso.[432]

Essa foi a publicação do jornal *O Globo* a respeito de Petrônio Portella quando seu nome foi confirmado para ocupar o cargo de Ministro da Justiça durante o governo Figueiredo. Percebe-se que o redator do periódico coloca o político piauiense como um dos "políticos mais bem-sucedidos da história recente do Brasil", no sentido de abordar a sua carreira política como ascendente, como um dos principais articuladores políticos e canais de diálogo entre os interesses do regime militar e o Congresso.

[432] PETRÔNIO PORTELLA. In: Ministério só depende de confirmar alguns nomes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1979, Ano LIV, Nº16.517, p.6

Neste tópico, temos como objetivo analisar como o jornal *O Globo* publicou matérias e editoriais acerca da ascensão política de Petrônio Portella no cenário nacional, como foram representados os seus posicionamentos durante o golpe de 1964 e ao regime militar, e como eram tratadas as reações e a resistência dos setores ligados à ARENA e aos militares que possuíam resistência e eram contrários a Petrônio Portella ocupar cargos de expressividade política durante o regime militar.

O periódico *O Globo* também publicou matérias e editoriais acerca da ascensão política de Petrônio Portella durante a ditadura militar, mesmo com as resistências que os arenistas e setores do Exército possuíam ao seu nome. O jornal, apesar de não divulgar matérias em específico sobre as cartas manifesto favoráveis à legalidade publicada a favor do mandato de João Goulart durante o golpe de 1964. Produziu representações discursivas a respeito das aproximações realizadas pelo governo Petrônio Portella aos ideais do governo Castello Branco, em busca de recursos para o Estado:

> O GOVERNADOR Petrônio Portela, do Piauí, será recebido está tarde pelo Presidente Castelo Branco, que ainda não conhece pessoalmente. Desde a Revolução que o Governador do Piauí tem mantido atitude bastante discreta quanto aos acontecimentos políticos, talvez reflexo de sua posição anterior à queda do Govêrno Goulart, quando manteve uma linha de ação desvinculada de seu partido – a UDN – bem próxima do Presidente deposto. Na agenda que traz de Teresina, o senhor Petrônio Portela da enfase total aos problemas administrativos de seu Estado. Dirá ao Marechal Castelo Branco das extremas dificuldades enfrentadas, reconhecendo que o Govêrno pasado nada fêz pelo Piauí, mas manifestando sua esperança em que a situação venha a ser modificada brevemente. O desemprêgo, como vai frisar, assume proporções de desespêro, em todo o Estado, e o seu Govêrno encontra-se impossibilitado do encaminhar qualquer solução positiva para debelá-lo. O principal desejo do Sr. Petrônio Portela é conseguir que a União, por meio do Ministério da Viaçao, abra algumas frentes de trabalho no Piauí de vez que várias obras públicas estão planejadas para o interior e a capital. Acentuará também ao Presidente que o aumento do custo de vida está-se refletindo sobremaneira na vida do Piauí e a falta de gêneros de primeira necessidade é uma constante quase histórica naquela região. O Sr. Petrônio Portela não deseja quaisquer contatos políticos durante sua estada no Rio, acentuando que o problema do Piauí é eminentemente administrativo e economico.[433]

Na produção jornalística acerca do encontro de Petrônio Portella com o presidente da República, escrito pelo correspondente de Teresina localizado em um pequeno espaço na página

[433]PRIMEIRO CONTATO DO GOVERNADOR DO PIAUÍ COM O PRESIDENTE. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1964, Ano XXXIX, Nº11.74, p.12.

12, percebe-se que está cheio de procedimentos discursivos[434], que visam explicar o porquê de o político piauiense estar distante da política nacional e o motivo pelo qual ele resolveu se aproximar do governo federal. A justificativa apresentada baseia-se na ideia de colocar o interesse "público" acima das questões pessoais, com o objetivo de resolver os problemas administrativos enfrentados na capital do Estado do Piauí. Nesse contexto, a crise socioeconômica vivida pelo estado é destacada de forma superdimensionada.

Foi destacada a atitude desenvolvimentista de Petrônio Portella em querer melhorar as condições de infraestrutura do estado através dos investimentos estatais, uma alusão à proximidade política com os ideais do governo dirigido pelos militares. Esse editorial, apesar de ser produzido de uma maneira que exaltasse Petrônio Portella, trata sobre as suas táticas políticas utilizadas pelo piauiense para aproximar-se aos poucos do governo federal e conseguir recursos federais para o Estado.

O jornal *O Globo* transcreve a versão do governador do Estado do Piauí, justificando seu encontro com o presidente da República não por motivações pessoais, mas por preocupações com o bem-estar social. Essa representação indica a tentativa de indicar ao leitor a mudança de posicionamento político de Petrônio Portella, evidenciando sua guinada em direção ao apoio ao governo Castello Branco, especialmente no que diz respeito às medidas voltadas ao desenvolvimento do Estado, por meio de investimentos em infraestrutura. A matéria publicada por *O Globo* sobre a aproximação do gestor piauiense com o ditador não foi produzida aleatoriamente; ao contrário, demonstra uma tendência de apoio ao governador, valorizando sua nova orientação política desenvolvimentista alinhada ao regime militar.

O Globo, nesse sentido, após o golpe de 1964, embora não abordasse com enfoque, representava positivamente a administração do governador do Piauí, Petrônio Portella. O jornal destacava suas "táticas"[435] de aproximação com o governo Castello Branco e seus esforços para obter investimentos para o Estado por meio de liberação de verbas federais. No entanto, omitia, ao menos em um primeiro momento, o apoio de Portella ao presidente João Goulart durante o golpe civil-militar.

---

[434] Michel Foucault define "procedimento" como aquilo que visa controlar e limitar o discurso, pois não se pode dizer tudo. O autor salienta os procedimentos internos ao discurso que são: a interdição, separação e a vontade da verdade que têm a função de controlar o discurso; e os procedimentos externos ao discurso que possuem princípio de classificação, ordenação e distribuição, com o objetivo de controlar um acontecimento aleatório. In: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996, p.9-21.

[435] CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. 3 ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998, p.100-101.

Todavia, o fato de o governador Petrônio Portella não ter perdido seu mandato não significa que os setores mais radicais das Forças Armadas que possuíam a "paranoia" anticomunista não o viam como um potencial subversivo, especialmente por sua carta de apoio a João Goulart durante o golpe de 1964[436]. Na seleção das fontes do jornal *O Globo*, não foram observadas citações ou alusões à resposta do governador Petrônio Portella no IPM de Recife, no qual foi convocado a depor por causa de sua correspondência com um emissário de Miguel Arraes. O jornal preferiu destacar suas políticas de caráter "desenvolvimentista".

O passado de Petrônio Portella não foi muito abordado no jornal O Globo, apenas quando era motivo de intrigas políticas, quando o piauiense começou a assumir cargos de primeiro escalão durante a ditadura militar. Quando foi indicado ao cargo de presidente do Senado Federal, pelo governo Médici, o periódico abordou as intrigas e disputas políticas nos bastidores dentro da ARENA:

> BRASÍLIA (O GLOBO) – Surgiram dúvidas, ontem, em alguns setores da ARENA a respeito da indicação do Sr. Petrônio Portela para a presidência do Senado. Êsses setores acham pouco provável que o Govêrno Revolucionário possa concordar que assuma a direção da Câmara Alta, e, portanto, do Congresso, um político que se colocou publicamente contra a Revolução. Afirmam que o Sr. Petrônio Portela era Governador do Piauí, eleito pela UDN, mas em trânsito para o PTB. Na noite de 31 de março para 1ºde abril de 1964, quando em seu Estado ainda não havia notícia concreta da marcha do Movimento Revolucionário, divulgou nota oficial e fêz pronunciamentos públicos, pelos jornais e emissoras de rádio, de repudio "aos que desrespeitavam a Constituição" e de franco apoio ao "Governo legalista de João Goulart". No próprio dia 31 de março de resto, escrevera carta ao então Governador Miguel Arrais, de Pernambuco, reafirmando sua posição e lamentando que o Piauí não dispusesse de meios materiais para enfrentar o Movimento.
> Adianta-se que importantes setores do Executivo estão perfeitamente a par de tudo isso: recentemente, órgãos de informações andaram movimentando êsses antecedentes das atividades políticas do Sr. Petrônio Portela [...].[437]

No editorial produzido pelo jornal *O Globo*, presente num pequeno espaço na vertical superior na página 11, observa-se a exposição das resistências entre os arenistas à indicação de Petrônio Portella para a presidência do Senado Federal, tendo como principal motivo o seu posicionamento durante o golpe civil-militar de apoio inicial ao governo João Goulart e não ao

[436] BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. "Entre a sobrevivência e a adesão": os posicionamentos do governador Petrônio Portella durante o golpe civil militar de 1964. In: BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; CASTELO BRANCO, Ronald Cavalcante; CARDOSO, Natanael da Silva (Orgs). **60 anos do golpe**: a ditadura militar no Piauí e as disputas de poder. Teresina: Cancioneiro, 2025, p.323.

[437] Executivo poderá vetar escolha de Petrônio Portela. **O Globo**, Rio de Janeiro,20 de janeiro de 1971, Ano XLVI, Nº13.715, p.13.

chamado movimento "revolucionário", juntamente com o destelhamento da aproximação do político com o então governador do Pernambuco, Miguel Arraes.

O jornal, apesar de expor os motivos da resistência dos senadores, pelos seus enunciados, percebemos que expõe os motivos aos leitores de desconfiar da liderança piauiense, causada pelo seu posicionamento contrário ao golpe quando ele teve início, que o faria não ser um político confiável. Ademais, indica que os órgãos de informações do regime militar estavam pesquisando os antecedentes de Petrônio Portella, isto é, estavam procurando fazer uma investigação se as atitudes políticas eram condizentes com o cargo que iria ocupar no regime militar.

A respeito da defesa de aliados de Petrônio Portella à sua indicação ao cargo de Presidente do Senado Federal, o jornal *O Globo* publicou os discursos e a defesa de lideranças arenistas, como Filinto Muller, acerca dos posicionamentos de Petrônio Portella serem condizentes com o "governo revolucionário":

> [...]. A propósito da posição assumida pelo Sr. Petrônio Portela, quando Governador do Piauí, Filinto Muller declarou ser a mesma plenamente compreensível. Assinalou que muita gente não apoiou a Revolução no seu início porque desconhecia o seu verdadeiro significado. Muitos, disse "embarcaram na canoa" no dia seguinte à eclosão do movimento revolucionário. Segundo o líder, não se deve estranhar que a Revolução tenha constituído uma surprêsa para o ex-Governador piauiense e que êste haja, por isso, defendido a legalidade de então, engajando, depois, na Revolução quando conheceu seus verdadeiros objetivos. Se logo de início, tivesse conhecimento dos princípios e objetivos revolucionários e contra êles se manifestasse, então, sim, haveria razão para críticas. Salientou, ainda, a influência exercida por Pernambuco, governado por Miguel Arraes, sôbre os demais Estados do Nordeste. Disse que o Sr. Petrônio Portella no exercício do mandato parlamentar, foi sempre um defensor da Revolução, ciente de que está correspondia, às aspirações do povo brasileiro. [...].[438]

Na produção jornalística, produzida acerca da defesa que o senador Filinto Muller fez ao Petrônio Portella, a respeito de seus posicionamentos contrários à "revolução" durante o início da insurreição civil-militar, percebe-se uma série de estratégias argumentativas que visavam convencer os arenistas e a setores do Exército contrário ao Petrônio Portella, do porquê o mesmo, enquanto governador do estado, apoiou João Goulart em um primeiro momento. Sendo na visão do líder arenista pela falta de conhecimento de Portella aos "princípios" e

[438] Filinto defende Portela e não faz previsões. **O Globo,** Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1971, Ano XLVI, Nº13.716, p.13

"objetivos" do chamado "movimento revolucionário". Além de apontar que o piauiense, no seu mandato parlamentar de senador, era um forte defensor do governo dos militares.

No discurso, observa-se que o senador usava a retórica do suposto "desconhecimento" de Petrônio Portella, enquanto então governador do Piauí durante o golpe de 1964, para defendê-lo da acusação e das críticas de ser alguém considerado perigoso e oportunista por ter apoiado inicialmente o mandato do Presidente João Goulart durante o curso do levante civil-militar e não ter apoiado o golpe no primeiro momento.

O jornal *O Globo* publicava os discursos de Petrônio Portella acerca de sua nova posição no Senado Federal, na qual o político destacava o entrosamento entre o Legislativo e Executivo, como uma espécie de diálogo, ao mesmo tempo que salientava que a tão sonhada "democratização" não viria em um passe de mágica[439], defendendo inclusive as permanências das medidas arbitrárias, como o AI-5[440].

Na análise das fontes hemerográficas, observou-se que, à medida que Petrônio Portella ascendia na hierarquia burocrático-política do regime militar, seus posicionamentos durante o golpe de 1964 tornaram-se alvo de debates e questionamentos. O jornal *O Globo*, diferente do jornal Estadão, não observou a reprodução das críticas feitas pelos deputados da ARENA contra o Petrônio Portella, mas publicou a resposta do senador piauiense às cartas e correspondências que foram despachadas no dia 31 de março e 01 de abril de 1964:

> O presidente da Arena, Petronio Portela, disse ontem, após ser efetivado no cargo, não estranhar a divulgação, agora, das cartas que enviou ao ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arrais e da manifestação de solidariedade ao ex-Presidente João Goulart, por ocasião do Movimento de 31 de março de 1964. Acentuou que sempre que ascende a uma nova função na vida pública, e em outros momentos do processo revolucionário, esses documentos são divulgados. Depois de observar que não tinha qualquer ligação política com João Goulart – inclusive porque pertencia a um outro partido, a UDN – afirmou ter-se solidarizado com o ex-Presidente porque era Governador de Estado, e, nesta condição, agiu em defesa da legalidade. Por não haver participado da conspiração que levou a derrubada de João Goulart – disse – não conhecia a índole do Movimento, mas, a partir do momento em que compreendeu os seus objetivos, aderiu à Revolução. [...].[441]

Nessa produção jornalística do *O Globo*, o senador piauiense tem consciência do uso político das cartas e correspondências por ele despachadas durante o golpe de 1964, quando ele

---

[439] Petrônio: Redemocratização não vem por um passe de mágica. **O Globo,** Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1971, Ano XLVI, Nº13.723, p.8.
[440] Petrônio: Pedir a revogação do AI-5 é contestar regime. **O Globo,** Rio de Janeiro, 06 de março de 1971, Ano XLVI, Nº13.752, p.10
[441] Razões de uma solidariedade. **O Globo**: Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1973, Ano XLIV, Nª14.555, p.3.

ascende para uma nova função política. Nesse sentido, o seu discurso foi calculado e operacionalizado para convencer seus adversários e, principalmente, aos seus chefes – os militares – que, diferente do que é mostrado nos documentos, o parlamentar defendia que não possuía nenhuma relação com João Goulart e que a sua defesa ao seu mandato foi em nome da "legalidade-democrática".

A evocação da defesa da "legalidade", por Petrônio Portella, não foi aleatória, visava convencer os arenistas, sobretudo os militares, algo que em nível de retórica sempre defenderam, que interviram e assumiram o poder para salvar o Brasil da "ameaça comunista" e para manter a ordem e a legalidade constitucional. O senador piauiense, nos seus discursos, fazia uma "tática"[442] em justificar as cartas-manifestos em nome da ordem constitucional, algo que os militares e os civis que participaram da conspiração golpista defendiam em nível de retórica.

Além disso, Petrônio Portella, sabendo das desconfianças que pairavam sob seu nome, por causa de seu passado que era resgatado para criticá-lo, no seu discurso de posse como presidente da ARENA, usa o espaço para defender o seu posicionamento de ser a favor de João Goulart, durante o chamado "movimento revolucionário":

> No seu improviso, Petrônio Portella disse que sempre – na Oposição ou no Governo – esteve cercado de respeito dos seus conterrâneos e considerava "condição indispensável à permanência na vida pública ser incorruptível, quaisquer que sejam as circunstâncias, no trato da vida pública"
> – Desde quando o Movimento de 31 de março institucionalizou-se em Revolução, teve o meu irrestrito apoio – frisou. Não foi apoio improvisado de quem queria obstinadamente aderir. Foi simplesmente consequência inelutável de uma atuação rigorosamente pautada nos princípios da ética e corajosamente no exercício do dever, com sacrifício dos maiores valores pessoais, porque exclusivamente voltada para o interesse do meu Estado e do meu País". [...].[443]

No editorial, acerca da posse de Petrônio Portella, os redatores do jornal *O Globo* reproduzem o discurso do político, no qual ele se defende da acusação de ter apoiado o intitulado "movimento revolucionário" de improviso, mas sim de ter apoiado quando soube dos supostos objetivos da mesma. O discurso de Petrônio Portella visava trazer uma apaziguação, em especial no seio militar, que possuía resistência ao seu nome e o considerava como

---

[442] CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. 3 ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998, p.100-101.
[443] Petrônio Portela toma posse e diz não ser líder improvisado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1973, Ano XLIV, Nª14.555, p.3.

"subversivo" por causa de seu apoio inicial a João Goulart, justificando seu apoio como algo natural de alguém que buscava o melhor de seu estado e País.

O periódico O Globo, nesse sentido, em destacar o discurso proferido por Petrônio Portella, em se defender dos seus posicionamentos durante os dias 31 de março e 01 de abril de 1964, traz um sentido de defender o político e suas versões da história por ele defendida acerca do seu apoio "tardio" à chamada "revolução".

Embora Petrônio Portella tivesse desconfianças dos setores da ARENA e do meio militar, foi a partir do governo Geisel que sua expressividade política aumentou significativamente, em especial a partir das tarefas encarregadas pelo governante do arenista ter o papel de sondar e indicar os nomes dos futuros governadores a serem escolhidos no quadriênio de 1975-1979, na chamada Missão Portella. Após assumir o cargo de Presidente da ARENA, tornou-se líder do governo no Senado (1975-1979) e Presidente do Senado (1977-1979). Assim como o jornal *Estadão*, as publicações do *O Globo* a respeito da atuação política de Petrônio Portella tornaram-se diárias, o colocando como um articulador político e uma espécie de "porta-voz" defensor das políticas do Palácio do Planalto.

Durante o projeto de distensão política do governo Geisel, Petrônio Portella tornou-se um dos principais articuladores políticos do meio civil em busca da aprovação das medidas de liberalização política defendidas pelo governo. No ano de 1976, o jornal *O Globo* fez uma entrevista exclusiva com o senador acerca das medidas políticas tomadas pelo governo Geisel acerca da abertura política, na qual, nos seus enunciados, destacava a visão que os editores do periódico possuíam do político:

> BRASÍLIA (O GLOBO) – Para o líder do Governo no Senado, Petrônio Portela, 1976 será decisivo para a democracia brasileira. "Certamente não será um ano fácil", observa, "mas nunca a vida nacional dependeu tanto dos políticos". - Tenho certeza de que, bem conduzido os trabalhos do Congresso colaborarão para o aperfeiçoamento das instituições – acrescenta, lembrando também que para a classe política este objetivo "o debate deve ser veemente, rigoroso, mas, sem resvalar para radicalismos que comprometam a instituição".
>
> Piauiense de 50 anos, no Senado desde 1966, voz empostada, sempre vestido em terno de linho ou casemira combinando com a gravata, para um senador da República Velha só falta a Petrônio o vasto bigode de um Pinheiro Machado.
>
> Sua importância, no entanto, não é apenas aparente. Do seu gabinete decorado com quadro mais afamados pintores brasileiros, Petrônio Portela, comanda parte da atividade do Congresso desde 1973, quando recebeu, pela morte do senador Filinto Müller, o bastão de presidente da Arena. Formalista, como ele próprio se declara, é capaz de falar durante horas sobre os assuntos mais delicados sem se comprometer.

> Mantém sempre distância do interlocutor; jamais se viu alguém colocar a mão em seu ombro nem nunca se ouviu alguém trata-lo por você. Petrônio Portella é sempre o senador, o doutor, ou, no mínimo, o senhor. Quando não o líder, o presidente, pois tem exercido nos últimos anos sucessivos cargos de comando. Hoje na liderança do Partido do Governo, Petrônio tem o gabinete de maior movimento no Senado. [...][444]

Nos enunciados introdutórios da entrevista realizada por Antônio Teixeira Júnior a Petrônio Portella, percebe-se, além dos destaques dos principais pontos da entrevista com o líder arenista, que salienta que a abertura política dependerá dos políticos e que não deve ter radicalismos que comprometam o andamento da política. Os escritores destacam as características da entrevista na qual dá para perceber as representações que o jornal possui do líder político. Os redatores destacam a sua influência política comparando-a com a de Pinheiro Machado, destacando que a sua influência política não é aparente por comandar parte da atividade do Senado, e por ser cargos de sucessivos comandos políticos confiados pelos governantes do regime militar.

Nesse meandro, percebe-se que o jornal *O Globo* representa de maneira positiva a forte influência política que é exercida pelo senador Petrônio Portella no âmbito governamental, considerando-o um articulador político hábil que exerce sucessivos cargos de comando político no cenário nacional, além de uma fonte do meio civil privilegiada que tem acesso ao Palácio do Planalto.

Quando Petrônio Portella foi indicado novamente ao posto de Presidente do Senado (1977-1979), durante o governo Geisel, não percebemos no jornal O Globo publicações a respeito de resistência ao seu nome ao cargo de poder político, possivelmente causado pela própria influência crescente de Petrônio Portella como um hábil articulador político dos interesses do regime militar. O jornal *O Globo*, inclusive, fez um editorial no qual salientava as perspectivas de Petrônio Portella em ocupar novamente o cargo:

> [...]. Petrônio Portela estava mais disposto a comentar sua própria indicação para presidente do Senado em 1977. Atribuindo-a ao seu primeiro mandato como presidente de 1970 a 1972, quando, segundo disse, acredita ter procurado "valorizar o Congresso e estar à altura do posto", admitiu que seu trabalho, a partir de 1977, será principalmente a busca do aprimoramento democrático do País.
> - Sou homem do diálogo, do debate veemente, do entendimento, do consenso, dependendo, evidentemente que tramitam no Congresso – afirmou – Vivo intensamente os problemas do Senado, identifico-me com o Congresso. E considero fundamental sua contribuição ao aprimoramento democrático.

[444] Petrônio Portela acha 1976 decisivo para o futuro da democracia no País. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de março de 1976, Ano LI, Nº15.506, p.8.

> Ainda sobre sua função como presidente do Senado, Petrônio manifestou a crença de que, no novo cargo, terá condições de aprofundar ainda mais o diálogo com o MDB. [...].[445]

Percebe-se nesse editorial do *O Globo*, publicado na centralidade da página 10, o destaque para as opiniões de Petrônio Portella a respeito da sua indicação pelo ditador Ernesto Geisel à Presidência do Congresso, que salienta os seus objetivos alinhados à postura do governo ditatorial que era, no contexto, prosseguir com o processo de liberalização política. Além disso, os redatores transcrevem o discurso de Petrônio Portella no qual ele se representa como se fosse um homem do diálogo, especialmente com os setores oposicionistas, do MDB.

Quando o nome de Petrônio Portella foi confirmado para ocupar o cargo de Ministro da Justiça durante o governo Figueiredo, não observamos nas fontes hemerográficas do periódico *O Globo*, a publicação de resistências políticas dentro da ARENA e dos meios militares ao seu nome. Possivelmente, por Petrônio Portella já se configurar numa forte liderança política do lado do regime militar, defendendo os seus interesses, em especial os referentes ao processo de abertura política controlada pelos militares.

Quando Petrônio Portella morreu precocemente, o jornal O Globo publicou discursos em tom de lamento de lideranças políticas consideráveis a respeito da perda de Petrônio Portella, em meio ao processo de abertura política[446]. O Globo, assim como o Estadão, publicou matérias jornalísticas a respeito do passado de Petrônio Portella e de sua rápida ascensão política no cenário nacional:

> Uma capacidade de sobrevivência política fora do comum, reconhecem todos, correligionários e adversários. Talvez nenhuma carreira política neste país tenha sido tantas vezes e tão frequentemente dada por encerrada. E a cada crise Petrônio sobreviveu e se fortaleceu.
> Vencido o desafio da morte, empossado governador, ele reagiu à Revolução de 1964 com um telegrama de apoio a João Goulart. E, nessa época em que a sua deposição era tida unanimemente como "uma questão de tempo" (pouco tempo), ninguém poderia prever a ascensão meteórica, após alguns anos de ostracismo, que o levaria a presidir a Arena, o Congresso, a desempenhar as principais missões políticas do Governo e finalmente tornar-se ministro da Justiça. [...].[447]

[445] Petrônio nega participação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1976, Ano LII, Nº15.757, p.10
[446] Mundo político lamenta a perda do artífice da abertura política. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1980, Ano LV, Nº16.876, p.05
[447] Venceu a morte uma vez e a cada crise ressuscitava. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1980, Ano LV, Nº16.876, p.04.

No trecho da produção jornalística a respeito da trajetória política de Petrônio Portella, publicada no lado inferior da página 04, trata-se das dificuldades e da sua capacidade de sobrevivência política em períodos incertos e turbulentos, como no caso em que apoiou a legalidade e o mandato de João Goulart durante o golpe civil-militar de 1964, que apesar de ser visto com desconfiança pelos setores mais radicais das Forças Armadas, conseguiu manter-se no mandato de governador do estado e, através do mandato de Senador, assumiu cargos de forte relevância e influência política durante o regime militar até se tornar Ministro da Justiça durante o governo Figueiredo.

Na produção jornalística do jornal *O Globo*, percebe-se o destaque ao passado de Petrônio Portella, em especial a sua forte capacidade de articulação e de sobrevivência política em cenários incertos e turbulentos do ponto de vista político-institucional. Petrônio Portella, nessa representação a respeito da retrospectiva das suas funções políticas, chama atenção, além de ter sobrevivido politicamente, a sua forte liderança durante a ditadura militar.

O jornal *O Globo*, além disso, nos seus editoriais, acerca da personalidade de Petrônio Portella, por ocasião de sua precoce morte, abordou a respeito de seu pensamento político, destacando o fim do AI-5:

> A linha divisória é nítida. Por exemplo, questiona-se muito o AI-5. Mas ninguém pode dizer que o Governo fez uso dele para destruir a Oposição ou quebrar-lhe as forças. A própria Oposição tem reconhecido que o AI-5 não foi usado contra determinados oposicionistas por serem por serem oposicionistas. Ela condena o arbítrio com que o AI-5 pode ser usado pelo Governo, mas não alega que tenha sido usado para impedi-la de cumprir seu papel constitucional. Uma coisa é pretender, por ação ou omissão, destruir de forma violenta, mesmo que sub-reptícia, a ordem vigente. Outra coisa é pretender modifica-las pelas vias democráticas. [...].[448]

No trecho do texto jornalístico, *O pensamento político de Petrônio*, publicado no meio e no final da página 04, não é aleatório ou inocente, aborda inicialmente a respeito do fim do AI-5, isto é, aborda acerca de seu papel durante o processo de abertura política que previa o desmantelamento do aparato repressivo da ditadura militar. Na matéria jornalística, percebemos uma crítica às medidas arbitrárias conferidas pelo AI-5, ao mesmo tempo que não nega que ele tenha sido usado para cumprir seu papel constitucional. Neste sentido, observamos uma representação a respeito de Petrônio Portella que exalta as suas visões políticas, como se fosse uma pessoa que defende a "democracia", apesar de não estar desalinhado à visão política defendida pelo regime militar.

[448] O pensamento político de Petrônio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1980, Ano LV, Nº16.876, p.04.

Observamos pelo jornal *O Globo* que o papel de relevância do Petrônio Portella em cargos de decisão do governo ditatorial não refletia numa atenção ao Estado do Piauí, mas por se tratar de um político relevante na conjuntura nacional, em especial durante a ditadura militar em que os canais de diálogo e de harmonia entre os poderes da República eram solapados pelo regime militar.

Percebemos também que o jornal representou e publicou as acusações e desconfianças que os militares e os adesistas civis da ditadura possuíam com o seu nome, por causa de sua carta de apoio a João Goulart, especialmente quando começou a ocupar cargos de prestígio político. Entretanto, durante o governo Geisel, percebemos que as acusações e reações políticas à sua liderança foram atenuadas ou silenciadas pelo periódico.

O periódico *O Globo*, nesse sentido, publicou editoriais e matérias acerca do crescimento político ascendente de Petrônio Portella no cenário nacional durante a ditadura militar, publicando no início de maneira diminuta sua gestão como governador de Estado e aumentando a quantidade de publicações sobre Petrônio Portella quando este começou a ocupar cargos de relevância política, especialmente pela sua influência política, seja no Congresso Nacional e nos meios governamentais da ditadura militar.

5. ARENA I X ARENA II: AS REPRESENTAÇÕES DAS DISPUTAS POLÍTICAS DAS ELITES POLÍTICAS NO PIAUÍ NOS JORNAIS ESTADÃO E O GLOBO (1964-1978)

Neste capítulo, visamos analisar como os jornais *Estadão* e *O Globo* representaram as disputas políticas entre as elites políticas locais durante a ditadura militar. A priori, analisaremos o processo de acomodação e adesão das elites políticas ao regime militar, as disputas dentro do partido da ARENA e os processos eleitorais legislativos. Em seguida, destacamos como os periódicos *Estadão* e *O Globo* abordaram os embates entre as elites piauienses, em especial as rivalidades entre o grupo político liderado por Petrônio Político e a ala liderada por Alberto Silva, em especial as disputas em torno da indicação do nome do governador do Piauí.

5.1. **Os Aliados do Regime**: o processo de acomodação e adesão da elite piauiense à ditadura militar no Piauí

> O presidente Garrastazu Médici adiantou, então, que o governador Virgílio Távora havia solicitado audiência para o Alberto Silva a ser concedida dentro de dois dias, e gostaria que ele estivesse presente. Pediu que o Petrônio recebesse o Alberto Silva antes, a fim de mostrar que já estava tudo acertado e que ele, Petrônio, não seria obstáculo a sua indicação. Petrônio, que queria ser novamente governador do Piauí, perdeu a vez, mas não o rancor pelo Alberto Silva[449].

No relato produzido por Djalma Velloso sobre os bastidores da política piauiense, referente à nomeação de Alberto Silva como governador do estado pelo governo do general Médici, que gerava tensão com o grupo político encabeçado por Petrônio Portella, também interessado no cargo. Percebe-se que, apesar de os militares defenderem o discurso em defesa do ambiente de harmonia e união em torno dos governantes e governados, a escolha dos nomes dos gestores estaduais pelos militares provocava desavenças e disputas entre os grupos políticos hegemônicos nos estados.

A ditadura militar, embora tenha recorrido à violência e à repressão para se manter no poder, não fechou completamente os espaços de atuação das elites políticas. Um desses espaços foi o Poder Legislativo, onde continuaram a ocorrer intensas disputas políticas. Ainda que o regime tenha reduzido de maneira significativa a autonomia do Parlamento, isso não significa

[449] KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso:** o político e sua época. Teresina: Zodíaco, 2006, p.407-409.

que os cargos legislativos fossem meramente decorativos. Conforme destaca Antônio Carlos Pojo do Rego, os parlamentares ainda podiam participar das discussões e auxiliar o governo ditatorial na formulação de políticas públicas. Além disso, o Parlamento funcionava como uma arena onde membros da elite política podiam projetar-se nacionalmente e apresentar suas demandas ao governo[450].

A ditadura militar não fechou todos os canais de participação dos civis no aparelho burocrático do estado, embora tivesse excluído a possibilidade de participação das massas populares nas escolhas de seus representantes do poder executivo, possibilitou a acomodação da elite no aparato estatal. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, a conciliação e a acomodação dos setores de elite fazem parte das estratégias disponíveis para aqueles que disputam e participam dos jogos de poder no Brasil para evitarem rupturas drásticas e continuarem com a sua influência e prestígio político[451].

A repressão e a violência praticadas pelas forças policiais e militares não eram aleatórias; tinham alvos bem definidos, sendo, em sua maioria, líderes ou integrantes de movimentos populares. Essa violência, por vezes, era incentivada ou até mesmo colaborada por civis ligados aos setores da elite piauiense, que viam na repressão uma oportunidade para afastar opositores políticos e desafetos pessoais do cenário político local. A cassação de mandatos e o afastamento de adversários tornaram-se estratégias fundamentais para a consolidação do domínio das oligarquias locais, garantindo a manutenção de seu poder e impedindo o avanço de políticas reformistas no Estado. Além disso, essas ações revelam o processo de acomodação dessas elites à estrutura de poder autoritária montada pela ditadura militar no Piauí.

A ditadura militar pode ter sido percebida pelos setores da elite política piauiense, vinculada à elite agrária e comercial, como uma oportunidade para manter sua direção política e influência em meio a um contexto de mobilização popular por reivindicação de ampliação de direitos políticos e sociais. Essas mobilizações poderiam causar mudanças nas correlações de forças entre os grupos políticos piauienses, favorecendo candidatos defensores das pautas trabalhistas[452].

---

[450] REGO, Antônio Carlos Pojo do. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985).** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

[451] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.14-15.

[452] No cenário nacional o avanço do PTB na representação nacional nas cadeiras dos deputados federais, preocupava os políticos da UDN e PSD – o maior partido de então – nas eleições futuras que poderia aumentar a suas bases eleitorais com as propostas de reformas. No estado do Piauí, o PTB piauiense a demonstra crescimento com 16 cadeiras na ALEPI, enquanto a UDN 13 vagas e o PSD tinha 8 parlamentares eleitos.

O apoio dos grupos políticos à ditadura militar pode ser observado a partir do AI-2, com o fim do pluripartidarismo e a instauração do sistema bipartidário através dos partidos ARENA e MDB. O primeiro foi o partido criado pela ditadura militar para ser a base de sustentação civil do regime por meio da atividade partidária no parlamento, capitaneada principalmente pelos membros dos antigos partidos da UDN, PSD e PSP. Enquanto o MDB foi o partido destinado pelas regras do regime militar a ser a oposição parlamentar consentida, seus membros faziam parte dos antigos PTB e PSD[453].

Apesar de os dois partidos – ARENA e MDB – terem sido criados artificialmente pela imposição da ditadura militar, os seus membros não foram, as suas lideranças políticas já faziam parte das atividades políticas partidárias do período anterior ao golpe de 1964. A existência de dois partidos resultou nas eleições e fez com que as eleições parlamentares assumissem um caráter plebiscitário: o voto nos candidatos da ARENA era interpretado pelos militares como uma demonstração de apoio popular ao regime, enquanto o voto no MDB simbolizava desaprovação. Ainda que esse modelo fosse questionável, especialmente porque o voto em senadores, deputados federais, estaduais e vereadores era frequentemente influenciado por pressões e interesses locais[454], mais do que por alinhamentos ideológicos, ele foi instrumentalizado pelo regime como uma forma de monitorar, limitar e controlar a oposição no Parlamento.

Devido à existência de apenas dois partidos e à cultura política local marcada pela busca de proximidade com os governantes como forma de garantir influência, cargos e vantagens, a ARENA passou a ser vista pelas elites políticas como o principal canal de acesso ao poder. No estado do Piauí, percebe-se a adesão desses setores à ARENA como estratégia para manter participação no governo. Esses movimentos podem ser constatados, por exemplo, na composição partidária dos deputados piauienses eleitos, em sua maioria filiados ao partido governista, em contraste com a minoria ligada ao partido de oposição consentida:

---

[453] Para aprofundamento das disputas partidárias durante o vigor do bipartidarismo indicamos: CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, volume II. Trad: Maria Alzira Brum Lemos e Sílvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.219-250.

[454] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.p.140.

Tabela 1: Eleições da Câmara Federal de 1966-1978

Partido	***1966***	***1970***	***1974***	***1978***
ARENA	*7*	*6*	*7*	*8*
MDB	*1*	*1*	*1*	*0*
Total	*8*	*7*	*8*	*8*

Fonte: Autor[455]

Tabela 2: Eleição da ALEPI de 1966-1978:

Partido	*1966*	*1970*	*1974*	*1978*
ARENA	*32*	*17*	*20*	*21*
MDB	*6*	*4*	*4*	*3*
Total	*38*	*21*	*24*	*24*

Fonte: Autor[456]

As tabelas permitem observar o número expressivo de representantes da ARENA eleitos para a Câmara Federal, evidenciando uma forte desproporção na ocupação das vagas. Enquanto o MDB conseguia apenas uma vaga — exceto em 1978, quando não elegeu nenhum deputado federal —, a ARENA mantinha a ampla maioria da bancada piauiense. Um padrão semelhante pode ser identificado nas eleições para a ALEPI, onde há um claro predomínio da ARENA e uma progressiva redução do número de representantes do MDB, especialmente a partir de 1970.

Apesar de ser difícil afirmar com precisão se a maioria dos eleitores piauienses votava em candidatos por sua vinculação ao governo ou à oposição, devido à forte cultura política local em que o voto era guiado principalmente por interesses locais — mediados por indicações dos setores dominantes e por práticas clientelistas —, é possível afirmar que a escolha dos candidatos em concorrer pelo partido governista reflete sua adesão e acomodação ao regime militar.

Essa escolha visava o acesso a benefícios e barganhas políticas possibilitadas pela estrutura partidária oficial. Durante a ditadura militar no estado do Piauí, os grupos políticos tradicionais tendiam a se abrigar na ARENA, justamente por ser o partido do governo nos âmbitos federal, estadual e municipal. Tal tendência se dava, sobretudo, pela busca por

[455] Dados retirados do livro: BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e legendas da política piauiense**: fatos e episódios da história política piauiense do período de 1945 a 2006. Teresina: Autor, 2006, p.73-98.
[456] Dados retirados do livro: SANTOS, Lourival de Carvalho. **Cronologia histórica da Assembleia Legislativa do Piauí**. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí; Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão, 2021, p.61-76.

vantagens políticas e por oportunidades dentro do aparelho burocrático do Estado, o que reforça o caráter pragmático e conservador da elite política local.

As chances de eleição pelo partido governista eram significativamente maiores do que pelo MDB, partido de oposição que estava excluído do esquema político-administrativo sustentado pela ditadura. Essa assimetria ajuda a explicar, inclusive, casos como o do ex-preso político Jesualdo Cavalcanti Barros, que, após ter seus direitos políticos restituídos, optou por se filiar à ARENA para concorrer ao cargo de deputado estadual nas eleições de 1974[457], conseguindo se eleger em 1978. Isso não significa, necessariamente, uma adesão do parlamentar à ditadura, mas a sua acomodação às regras políticas impostas pelo regime, como forma de retomar sua trajetória política, interrompida com o golpe de 1964.

Diferente do discurso oficial da ditadura militar que defendia a tese de que "havia um consenso em torno de suas administrações e de que o partido que lhe alicerçava era o ícone da harmonia"[458], existiam divisões dentro do partido da ARENA, entre lideranças políticas de grupos de elite distintos que disputavam a hegemonia nas eleições no partido no legislativo em nível federal, estadual e municipal. Ou seja, para não saírem dentro do esquema da ditadura e de estarem no partido que possuía influência no governo dentro do sistema bipartidário, os grupos da elite política no Estado que não faziam parte do esquema Portella e eram oposição da mesma, resolviam se filiar ao partido dos militares, trazendo divisões dentro da ARENA[459].

Outrossim, por causa das dificuldades de enquadrar os políticos de grupos rivais no sistema bipartidário, foi criada uma legislação específica que permitia a possibilidade de os partidos apresentarem aos candidatos em sublegendas, ou seja, ajeitarem candidatos de grupos políticos opostos dentro do mesmo partido[460]. As sublegendas para a autora foram uma maneira de garantir as candidaturas de políticos da ARENA que tinham sido adversários políticos, além

---

[457] Jesualdo Cavalcanti Barros quando aborda sobre a sua filiação a ARENA em sua defesa destaca que os dois partidos eram artificiais criado pelo regime militar para a "fachada" democrática, então se "só era possível pela Arena, que fosse por ela! Pior seria a omissão" BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar:** o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p.251-252.

[458] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Discórdia (in)contida: a ARENA piauiense durante a ditadura civil-militar (Década de 1970). In: DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs). **Narrativas sobre tempos sombrios**: Ditadura civil-militar no Brasil. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.73.

[459] As Forças Armadas que prezavam pela hierarquia e unidade, tiveram que conviver a contragosto das divisões dentro do partido governista, a ARENA, no estado do Piauí essa divisão foi marcada pela ARENA I formada pelo grupo político liderado por Petrônio Portella Nunes e seus aliados que representavam os interesses das elites tradicionais, enquanto a ARENA II era formada pelo grupo liderado por Alberto Tavares Silva. As eleições de 1978, no senado federal por causa da disputa entre dois candidatos do mesmo partido, Dirceu Arcoverde e Alberto Silva, indicava a fratura e as disputas internas dentro da ARENA no estado do Piauí. In: FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **Recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.62-63.

[460] GRINBERG, Lucia. Partido **Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.63

de ser um meio de modificar o mínimo possível das relações de poder entre os municípios, sendo mantidas as disputas entre os grupos a partir das eleições[461].

Nesse contexto, era possível que membros de grupos políticos rivais, tanto em nível estadual quanto municipal, coexistissem dentro da ARENA por meio das chamadas sublegendas. As sublegendas foram uma maneira de acomodar os grupos políticos que poderiam continuar a disputar os cargos políticos a partir das eleições municipais e legislativas sem sair do partido. No Estado do Piauí, também houve a existência de sublegendas de grupos políticos que disputavam as eleições estando no mesmo partido.

A ditadura militar, para os grupos das elites, abriu oportunidades para os grupos de elite, com a expansão do aparelho burocrático estatal através da criação de empresas estatais. Nessa estrutura, o exercício de cargos públicos passou a ser influenciado mais por indicações de natureza familiar, social e política do que por critério técnico ou perfil tecnocrata. Essa lógica está profundamente enraizada na cultura política piauiense, em que o preenchimento de vagas de emprego é marcado por práticas clientelistas, pautadas na barganha e na subordinação política. Além disso, o empreguismo em diferentes ramos do Estado intensificou a acomodação de interesses diversos dentro das elites dominantes, por meio da nomeação de seus membros para cargos administrativos e posições de influência política, contribuindo para a manutenção e o fortalecimento de seu poder no contexto autoritário.

Figuras ligadas aos setores políticos com perfil administrativo e técnico adaptaram-se aos cargos públicos, como os exemplos de Alberto Tavares Silva[462] e João Paulo dos Reis Velloso[463] que, durante a ditadura militar, o primeiro ascendeu como uma forte liderança no estado do Piauí em oposição às oligarquias tradicionais representadas pelo grupo liderado por Petrônio Portella, sendo destacado pelo seu perfil administrativo e técnico em aplicar o projeto desenvolvimentista da ditadura militar no estado do Piauí através da construção de grandes obras de infraestrutura na capital do Estado. Enquanto isso, o segundo ascendeu também por

---

[461] GRINBERG, Lucia. Partido **Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.70.

[462] Alberto Tavares Silva (1918-2009), foi um político e engenheiro, foi prefeito de Parnaíba (1948-1950;1955-1958) pela UDN, governador nomeado pelo presidente Médici (1971-1975) e eleito pelo voto direto (1987-1991); Deputado Federal (1994-1997;2007-2009) e Senador da República (1979-1986; 1992-2006). Durante a ditadura militar foi filiado a ARENA e liderou a facção política oposta à do então senador Petrônio Portella Nunes dentro do partido governista. Link de acesso: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/946 . Acesso: 06/04/2025.

[463] João Paulo dos Reis Velloso (1931-2019), nasceu no Piauí, na cidade de Parnaíba, foi um economista, foi presidente Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – entre 1967-1969, ficou Ministério do Planejamento durante os anos de 1969-1979, durante os governos de Emílio Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979). Para informações sobre a vida do Ministro do Planejamento, indicamos a leitura do: ARAÚJO, Maria Celina D'; CASTRO, Celso. **Tempos modernos**: João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

seus contatos políticos e perfil tecnocrata, assumindo nos governos dos generais Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979), o ministério do Planejamento.

O cargo de governador do Estado durante a ditadura militar era um dos cargos mais cobiçados pelas elites políticas civis, não apenas por ser estratégico nas suas carreiras políticas, como era um dos mais altos cargos do Executivo disponíveis às elites, uma vez que apenas os generais de Exército poderiam ocupar o cargo de presidente da República. Além disso, através do cargo de governador, poderia ter controle dos diretórios regionais da ARENA nos níveis estaduais e municipais[464].

De acordo com Lucia Grinberg, a escolha feita pelo presidente da República de nomear lideranças partidárias notáveis para o cargo de governador do Estado não diminuía os conflitos e as tensões dentro da ARENA, posto que a diversidade e a heterogeneidade entre as lideranças do partido governista em cada estado dificultavam as aceitações por via indireta para os governos estaduais[465].

Em nível estadual, as disputas políticas ficaram mais evidentes a partir da nomeação de Alberto Tavares Silva pelo general Emílio Garrastazu Médici ao cargo de governador biônico do Estado do Piauí, um político membro da elite piauiense parnaibana que não fazia parte da elite política liderada por Petrônio Portella, sendo que a ARENA em nível estadual ficou dividida em ARENA I, que correspondia ao grupo do Esquema Portella, e ARENA II, que tinha como membros o grupo político liderado por Alberto Silva.

A nomeação de Alberto Tavares Silva indica fortes culturas políticas de influência externa que extrapolam o ambiente piauiense. A sua formação como engenheiro possibilitou a ocupação de cargos fora do Piauí, o que lhe permitiu construir uma rede de aliados políticos, especialmente no Estado do Ceará, que possibilitou sua indicação ao cargo de governador do Piauí. Seu nome foi apoiado pelo ex-governador Virgílio Távora[466], César Carlos de Oliveira[467]

---

[464] GRINBERG, Lucia. Partido **Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.156-157.
[465] Idem, p.165.
[466] Virgílio de Morais Fernandes Távora (1911-1988), foi um militar, engenheiro e político cearense. Foi deputado federal (1951-1959) e foi eleito governador do Ceará (1963-1966) pela UDN. Durante a ditadura militar, filiou-se a ARENA, foi senador (1971-1978), retornou ao governo do Ceará em 1980-1982 e exerceu o mandato de senador (1983-1988). Link de acesso: https://www.camara.leg.br/deputados/131376/biografia Acesso: 08 de agosto de 2025.
[467] César Cals de Oliveira Filho (1926-1991), foi um engenheiro e político do Ceará. Durante a ditadura militar foi nomeado ao cargo de governador do estado do Ceará (1971-1975), ocupou em seguida o cargo de diretor da ELETROBRÁS (1975-1978) e elegeu-se como senador (1979-1987), mas passou maior parte do mandato licenciado por ter sido nomeado ao cargo de ministro das Minas e Energia (1979-1985) do governo Figueiredo. Link de acesso: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1558 Acesso: 08 de agosto de 2025.

e o Ministro de Minas e Energia, Costa Cavalcante[468] que deram seu aval ao ditador Médici para sua indicação[469].

A sua indicação política extrapolou o ambiente político e abrangeu o âmbito familiar com o casamento entre a filha de Alberto Silva – Juliana Tavares Silva – com o filho de Virgílio Távora – Carlo Virgílio Távora[470], algo que é característico das culturas políticas do Brasil nas indicações a cargos públicos pelos governantes estarem relacionados a contatos permeados de laços políticos e sociofamiliares do que propriamente a questões puramente técnicas e profissionais.

Para Maria José de Rezende, "concórdia, conciliação, harmonia, coesão e consenso integravam, desde março de 1964, o elenco de valores considerados construtores da ordem social e política objetivada pelo regime"[471], isto é, faziam parte da ordem pública desejada pelo regime militar, e o partido governista era desejável segundo essa visão de não ter divisões internas e fragmentações políticas por questões partidárias. Entretanto, apesar de as disputas políticas não serem desejadas, não significa que ficavam apenas nos bastidores políticos sem reverberação institucional.

Algo que reverberou, principalmente na disputa de senador de 1978, na qual dois ex-governadores disputaram, Alberto Silva e Dirceu Arcoverde, tendo a ARENA dois candidatos confrontando entre si para a mesma vaga para o Senado, na qual o segundo venceu o primeiro através do voto direto contando com o apoio do senador Petrônio Portella e da máquina governamental do Piauí, todavia, Alberto Silva assumiria o cargo após a morte prematura de Dirceu Arcoverde, cuja legislação da época permitia que o segundo colocado ficasse no lugar do primeiro, quando esse fosse impossibilitado de assumir suas funções[472].

A ditadura militar no Piauí não atuou de forma isolada; contou com o apoio de grupos políticos e econômicos que aderiram ao autoritarismo estatal em benefício de seus próprios interesses, negócios e status político. Para os grupos políticos piauienses ligados aos setores

---

[468] José Costa Cavalcanti (1918-1991), foi um político e militar cearense de nascimento. Foi eleito ao cargo de deputado federal (1963-1967; 1967-1971), pelo estado de Pernambuco e pelas siglas UDN e ARENA respectivamente. Além disso, durante seu segundo mandato licenciou-se do cargo para assumir o ministério das Minas e Energias durante o governo Costa e Silva (1967-1969). Link de acesso: https://www.camara.leg.br/deputados/131276/biografia. Acesso: 08 de agosto de 2025.

[469] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e a crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.79-80.

[470] MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **Por dentro da pauta**: história política e cultural na imprensa do Piauí. Teresina-PI: EdUESPI, 2024, p.112.

[471] REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984.Londrina : Eduel, 2013, p.184.

[472] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e a crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.73.

tradicionais, o regime representou uma oportunidade de manter sua influência no cenário político local, ao mesmo tempo em que servia como instrumento para impedir o surgimento de grupos reformistas e progressistas que pudessem defender medidas socioeconômicas capazes de alterar o *modus operandi* do governo e ameaçar a estrutura de poder vigente.

5.2. **Disputas políticas em terras piauienses:** as representações dos embates políticos no Piauí nas páginas do *Estadão* (1964-1978)

> [...]. O controle dos empregos públicos, estaduais e federais, em todo o Estado – se em qualquer lugar já significa uma força política enorme – no Piauí assume significação maior ele é o Estado mais pobre do País, com renda per capita equivalente a um quarto da renda nacional. E lá o governo é o maior empregador, o maior consumidor de bens e serviços e maior anunciante nos meios de comunicação. Enfim o senhor da situação.
> Assim a nomeação de seu irmão para o governador vai permitir ao senador Petrônio Portella manter o "verdadeiro feudo" que se organizou no Piauí a partir de seu ingresso na política em 1950 – como dizem políticos locais. Esse domínio desde então só foi ameaçado no período de 1970 a 1974 quando o Estado foi governado por Alberto Silva – o único chefe de governo do Piauí em muitos anos não escolhido pelo senador Petrônio Portela.[473]

No excerto da produção jornalística *Portella mantém domínio na política do Piauí*, publicado integralmente na página 14 do jornal Estadão, é apresentada uma análise conjuntural acompanhada de uma crítica à hegemonia do grupo liderado pelo senador Petrônio Portella no cenário político piauiense durante a ditadura militar. O texto foi produzido no contexto da crescente projeção de Petrônio Portella na política nacional e destacamos que, em razão de sua influência junto aos militares, o senador obteve a indicação de seu próprio irmão, Lucídio Portella Nunes, para o cargo de governador biônico do Estado, bem como de seu primo, Helvídio Nunes de Barros, para a função de senador biônico.

O texto compara os cargos públicos federal e estadual do Piauí, como se fosse um verdadeiro "feudo", controlado pelo senador e distribuído entre seus familiares e aliados. A representação jornalística desenvolve uma análise estrutural da realidade socioeconômica do Piauí, marcada pela pobreza e pela miséria. Nesse contexto, o Piauí, dependente do poder público como principal empregador e maior consumidor de bens e serviços, acaba favorecendo a permanência de um mesmo grupo político no comando do governo estadual, que também era reverberado no comando dos cargos do poder Legislativo e Judiciário do Estado.

---

[473] CHACON, Sérgio. Portella mantém domínio na política do Piauí. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 de abril de 1978, Ano 99, Nº31.614, p.14.

Todavia, o texto jornalístico indica que a hegemonia do grupo político liderado por Petrônio Portella não era unânime nem isenta de rivalidades entre as elites políticas piauienses. No caso específico analisado, a representação aponta que esse predomínio local foi ameaçado quando Alberto Tavares Silva foi nomeado pelo ditador Médici para o cargo de governador biônico do Estado no período de 1971-1975, à revelia do grupo comandado por Petrônio Portella. Essa produção jornalística, embora indique o predomínio da hegemonia política liderada por Petrônio Portella no Estado do Piauí, também evidencia que esse comando não se exercia sem desavenças, intrigas e rivalidades entre os grupos da elite local. Tais disputas contestavam o domínio político exercido por ele e sua família, como no caso específico da liderança de Alberto Tavares Silva, que rivalizava com o seu grupo no cenário estadual.

Os periódicos de grande imprensa, embora não criticassem as medidas do governo por medo da censura e de represálias, não significam que deixaram de representar notícias sobre a política partidária e dos debates de temas políticos nacionais. O jornal *Estadão* representou as disputas políticas entre as elites políticas dentro do partido da ARENA nos Estados da Federação, especialmente na organização do cargo de dirigente do partido a nível estadual e quem seria escolhido ao cargo de governador do Estado.

No jornal *Estadão*, em específico em relação às matérias políticas de natureza local a respeito do estado do Piauí e de outros estados, havia correspondentes especiais que escreviam matérias não assinadas de natureza política, os chamados "Das sucursais". De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, diferentemente dos artigos opinativos, a seção "Das sucursais" eram reportagens políticas cujo propósito era comentar informações obtidas junto a fontes parlamentares e governamentais. Embora, essas reportagens fossem apresentadas como objetivas, serviam como meio para expressar as opiniões dos próprios editores do jornal, ou seja, transmitiam mensagens políticas alinhadas aos valores do periódico, atribuindo tais opiniões a terceiros como estratégia para evitar a repressão e a censura[474].

O cenário político local do estado do Piauí, como os demais estados da Federação, também foi abordado nos jornais de grande imprensa do estado. Após a sanção do AI-2 e a organização dos partidos ARENA e MDB, foram divulgados os embates políticos e as escolhas da liderança dirigente do partido pelo jornal *Estadão*:

> RIO, 6 – O ministro Juracy Magalhães anunciou, hoje, que convocará uma reunião de políticos do Piauí, a fim de articular a formação da ARENA naquele Estado, dentro do menor espaço de tempo possível.

[474] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos,** Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 369, maio-ago. 2017

> Os líderes convocados foram o governador Petrônio Portela Nunes, os senadores Sigefredo Pacheco e José Candido Ferraz e o deputado João Gaioso de Almendra.[475]

No texto jornalístico, *Formação da ARENA no Piauí*, publicado no centro de um pequeno espaço da página 04 pelas sucursais e o correspondente, relata sobre os líderes governamentais convocados para liderarem a formação da ARENA no estado do Piauí. Pelo excerto, pode-se observar que o regime militar não hesitou em organizar e mobilizar as elites políticas na formação do partido político da ARENA, que representava o apoio do regime militar e que privilegiava as elites governamentais, isto é, as que estavam no governo do estado. No caso do Estado do Piauí, foram privilegiadas as lideranças políticas que eram aliadas do então governador Petrônio Portella.

Na formação dos partidos da ARENA e MDB no estado do Piauí, os parlamentares eletivos privilegiaram se filiarem ao partido que representava o partido governista, o que foi inclusive publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*:

> O senador Joaquim Parente, do Piauí, foi recebido hoje pela manhã pelo presidente Castelo Branco, a quem colocou a par dos entendimentos para a constituição da ARENA em seu Estado. Após o encontro revelou que 31 deputados estaduais, 5 deputados federais e 3 senadores piauienses ingressaram na ARENA, que será a maior força política daquele Estado.[476]

No texto jornalístico, *Castelo vê a ARENA do Piauí*, localizada no lado esquerdo da página 05, escrito pelas sucursais. Percebe-se que a matéria, além de indicar uma ótica paternal que o jornal tinha do ditador-marechal Castello Branco, representa o apoio que os militares possuíam no estado do Piauí, em noticiarem desproporcionalidade entre os dois partidos, na qual a ARENA possuía a maioria do número de filiados entre os políticos com mandatos eletivos, especialmente na Assembleia Legislativa, Câmara e no Senado.

Não obstante a ARENA ter o maior número de filiados no estado do Piauí, não significa que as elites políticas não possuíam divisões internas e fragmentações, a própria liderança política está em torno do grupo político liderado pelo então governador Petrônio Portella, que tinha sua liderança posta em prova por causa dos seus posicionamentos políticos durante o golpe de 1964.

---

[475] Formação da ARENA no Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de janeiro de 1966, Ano LXXXVII, Nº27.829, p.4.
[476] Castelo vê ARENA do Piauí. O **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 de janeiro de 1966, Ano LXXXVII, Nº27.947, p.5.

O jornal *Estadão* representava as tensões e as disputas políticas do estado do Piauí, dentro da ARENA piauiense, em torno da liderança do grupo político liderado por Petrônio Portella Nunes:

> O presidente Castelo Branco recebeu no Palácio das Laranjeiras, hoje à tarde, o deputado piauiense Dirno Pires Ferreira. O representante do antigo PSD apresentou ao chefe da Nação suas reclamações com o governador do Piauí, acusando o sr. Petrônio Portela de haver agido com faccionismo no seio da ARENA regional, impondo-lhe sua própria candidatura ao Senado e a de parente seus para governador e vice-governador[477].

Neste editorial, publicado na parte inferior da página 4 do jornal *Estadão* e não assinado, são abordadas as tensões provocadas pela imposição e o domínio exercido pelo grupo político de Petrônio Portella sobre os cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo estadual com os grupos políticos contrários à sua liderança. Destaca-se que esse controle, especialmente no Executivo, foi possibilitado pela aproximação estratégica do grupo com o regime ditatorial, considerando que, na prática, a nomeação dos governadores era decidida pelos militares.

O jornal *Estadão* destacou inclusive as interferências que o marechal Castello Branco fazia na escolha do quadro sucessório do Piauí e incumbiu a Petrônio Portella de escolher alguns nomes para serem examinados e selecionados para o cargo de governador do estado:

> Na escolha do futuro governador do Piauí, o presidente deseja interferir, porque se considera sentimentalmente ligado ao Estado. Por isto o governador Petrônio Portela saiu de sua conversa com o marechal Castelo Branco, incumbindo de selecionar alguns nomes, a serem submetidos previamente ao exame presidencial quando de sua próxima visita ao Estado.[478]

Neste editorial, publicado em um pequeno espaço da página 3 do jornal *Estadão* e não assinado, observa-se uma crítica velada à seletividade na escolha do governador do estado do Piauí por parte do presidente-marechal Castello Branco. A nomeação é justificada, segundo o texto, por laços de parentesco e vínculos familiares com os grupos de elite locais. O editorial também sugere a prática de nepotismo, ao evidenciar que a escolha dos governantes estava condicionada ao apoio e à correlação de forças com as elites dirigentes do Estado.

O *Estadão* publicou a escolha da sucessão do cargo de governador do estado do Piauí, mediante editoriais que retratavam os bastidores da política piauiense. O escolhido pelo

---

[477] Deputado acusa governador. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de julho de 1966, Ano LXXXVII, Nº27.981, p.4.
[478] Piauí. In: Volta à normalidade a situação militar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de maio de 1966, Ano LXXXVII, Nº27.940, p.3.

marechal Castello Branco, sob a influência de Petrônio Portella, foi Helvídio Nunes de Barros, que era na época deputado estadual e secretário de governo. Os jornais representavam como se a escolha do candidato fosse resultado de um "consenso" entre as elites e não de nomes impostos pelo regime militar:

> A ARENA do Piauí é constituída pelos extintos PSD e UDN, que eram tradicionais adversários até se unirem, em 1962, para elegerem o governador Petrônio Portela. E foi da ex-UDN que saiu o nome do candidato do partido à sucessão estadual no próximo pleito: Helvídio Nunes, o secretario da Viação do Estado.
> Este nome foi escolhido numa lista triplica submetida ao presidente da República, da qual contavam também os srs. João Clímaco D'Almeida e Pacheco Brasil. Tinham sido os três mais votados na prévia da ARENA. O sr. Clímaco D'Almeida ficou com a candidatura de vice-governador.
> O MDB também lançou candidato: o deputado federal João Mendes Olímpio. Mas, obedecendo a orientação nacional do partido, desistiu de disputar o pleito.
> Na Assembleia a ARENA tem 34 deputados, e o MDB apenas 8.[479]

Neste editorial, *a União fêz a fôrça no Piauí*, no lado superior à direita da página 17, representa, através de seus enunciados, a escolha do diretório da ARENA em torno dos nomes de Helvídio Nunes de Barros, para governador, e João Clímaco D'Almeida, para vice-governador, como se fosse uma escolha de consenso e uma decisão "democrática", e não uma escolha que foi direcionada pelo regime militar. Ademais, indica a decisão do partido do MDB de não disputar o pleito por uma decisão coletiva e não algo que foi resultado das represálias com as Forças Armadas. E, o editorial indica a superioridade da ARENA pelo seu número de deputados, como se indicasse que se tivesse uma eleição com dois candidatos pela Assembleia Legislativa, o candidato que venceria seria o da ARENA por causa da sua superioridade no número de partidários da Câmara.

Desse modo, observamos que o periódico *Estadão* representou positivamente o processo de escolha dos governadores estaduais, como se fosse resultado de "eleições" legítimas realizadas pelas Assembleias Legislativas. No entanto, tratava-se de candidaturas previamente definidas pelo regime militar, cujos resultados eram praticamente garantidos devido à correlação de forças favorável nos estados. Além disso, as próprias medidas de exceção em vigor permitiam ao regime alterar ou neutralizar eventuais votações desfavoráveis, caso o MDB conquistasse a maioria das cadeiras nas assembleias estaduais.

---

[479] União fêz a fôrça no Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de agosto de 1966, Ano LXXXVII, Nº28026, p.17.

Diferente da escolha de Helvídio Nunes de Barros, que apesar das tensões e disputas das elites políticas em escolher os nomes do candidato ao governo nos bastidores, não gerou tanta divisão interna no estado do Piauí, diferente do processo sucessório de governadores de 1970, em que o nome de governador, Alberto Tavares Silva, pelo governo Médici, foi contrário às vontades da elite política piauiense liderada por Petrônio Portella.

Os jornais *Estadão*, no ano de 1970, diferente do ano de 1966, fizeram a cobertura de maneira mais enfática da escolha dos governadores para o quadriênio (1971-1975), em um contexto de expectativas de uma possível distensão durante o governo Médici em meio à reabertura do Congresso Nacional após 10 meses fechado por conta do AI-5. A sucessão do cargo de governador no Estado do Piauí também foi citada pelos dois jornais, juntamente com as dos outros estados:

> No Piauí, se não houver veto a ex-governadores, o nome mais forte é o do senador Petrônio Portela. Existem, contudo, algumas alternativas: cel. Stanley Fortes Batista (ex-diretor do DNOCS), deputado Joaquim Parente, sr. Bernandino Viana (presidente do Banco do Estado), sr. Correia Lima (secretário da Viação) e Alberto Tavares Silva (diretor das Centrais Elétricas do Ceará)[480]

Neste editorial informativo do jornal Estadão, são apontados, a partir dos bastidores da política local no Estado do Piauí, os principais nomes cotados para serem nomeados ao cargo de governador pelo ditador-general Médici. O primeiro nome cogitado foi o do ex-governador Petrônio Portella; no entanto, uma decisão do governo Médici proibia o retorno de ex-gestores estaduais de serem escolhidos, o que inviabilizou sua indicação durante as discussões acerca da sucessão estadual.

O governo Médici, na escolha dos nomes para serem governadores do Estado, privilegiou candidatos que tivessem perfil tecnocrata, em detrimento das antigas lideranças políticas locais. Algo que pode ser observado na própria matéria é destacar os cargos de profissão, a maioria de perfil de construtor e de engenheiro, ocupados pelos possíveis nomes de piauienses a serem escolhidos pelo regime militar.

Um dos nomes que rivalizavam com o de Alberto Silva era o do coronel Stanley Fortes Batista, que possuía forte prestígio junto à ditadura militar por conta dos cargos que ocupou como superintendente-adjunto da SUDENE, diretor do DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas – e de instrutor da Academia de Agulhas Negras. Segundo Claudia

[480] Piauí. In: Nomes em MG já chegam a 11. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 21 de março de 1970, Ano 91, Nº29.129, p.4.

Cristina da Silva Fontenele, os combates políticos em torno da sucessão estadual não se restringiram ao cenário interno, como tiveram a influência, o peso de forças políticas do cenário externo de disputas e intervenções para definir quem seria o nomeado ao cargo de governador do Estado.

Visto que nos bastidores da política de nomeação dos governadores, a escolha de Alberto Tavares Silva foi causada pela sua rede de contatos profissionais adquiridos quando trabalhou nas Centrais Elétricas do Ceará, o que possibilitou ter o aval e o apoio político de sua indicação do ex-governador do Ceará, Virgílio Távora, César Carlos de Oliveira e Mário Ramos Soares, homens de influência, poder político e de prestígio junto ao regime militar, e que apoiaram o seu nome para o ditador Médici indicá-lo para assumir o governo piauiense.

Não percebemos nenhuma indicação no jornal Estadão de interferência de forças externas ao Piauí nas representações sobre a sucessão no Estado do Piauí, as matérias demonstravam as reuniões do governo Médici com as lideranças partidárias e políticas do Estado do Piauí, como Petrônio Portella Nunes, na escolha de quem seria o governador:

> A despeito das afirmações em contrário, feitas pelo governador João Clímaco de Almeida e pelo senador Petrônio Portella, após a audiência com o general Garrastazu Médici, o candidato do governo do Piauí está indicado. Trata-se do engenheiro Alberto Silva, que juntamente com o coronel Stanley Fortes Batista era dos nomes mais em evidencia no jogo das probabilidades. Anteontem pela manhã, ao deixarem o gabinete do presidente da República, o governador e o senador piauiense afirmaram categoricamente que o problema não havia sido focalizado. [...]. Soube-se, entretanto, mais tarde, que o senador recebera, nesse segundo encontro com o chefe do governo, a indicação do sr. Alberto Silva para aquele cargo.[481]

No editorial do jornal *Estadão*, *Piauí: indicado o governador*, localizado em um pequeno espaço da página 05, percebe-se que foram realizadas audiências entre o governo Médici e as lideranças políticas do Piauí, como o então governador João Clímaco de Almeida e o senador Petrônio Portella, em torno de quem seria o próximo gestor estadual, antes de oficializá-lo, na qual foi escolhido, em detrimento das vontades de Petrônio Portella, o nome de Alberto Silva para governar o Estado. Além disso, os jornais representam as nomeações dos candidatos a governadores como se fosse uma indicação e não uma nomeação imposta pelo presidente da República.

Apesar de o jornal *Estadão* não evidenciar as tensões entre o governador Alberto Silva e o grupo liderado pelo senador Petrônio Portella, em 1972, em razão da possibilidade de o

[481] Piauí: indicado o governador. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 de junho de 1970, Ano 91, Nº29.200, p.5.

primeiro renunciar ao cargo em 1974 para ser candidato ao senado, gerava repercussão a possibilidade de o senador Petrônio Portella ter um adversário que poderia disputar com ele a vaga de senador no pleito de 1974:

> [...]. Para os observadores da política piauiense, não existe qualquer surpresa: é inevitável o choque entre os dois. Talvez isso ocorra logo agora, se o Sistema der sinal verde aos governadores para que concorram ao Senado. Petrônio Portela quer voltar à Câmara Alta e conta para isso com toda a máquina partidária da Arena, bem engraxada pelas mãos hábeis de Helvídio Nunes, hoje deputado federal e que sucedeu a Petrônio no governo do Estado e de quem é amigo e aliado inseparável. Mas, se Petrônio Portela controla a máquina, Alberto Silva tem o apoio da população.
> Num confronto direto, ninguém se arrisca afirmar quem seria o vencedor.
> Mesmo que Alberto Silva não possa ser candidato ao Senado e a vaga caiba novamente a Petrônio Portela, a divergência será inevitável na escolha do governador. Petrônio vai querer continuar aparecendo no plano nacional como o grande líder do Piauí e Alberto tem muitas ambições políticas para o futuro. Nenhum deles vai querer deixar que o outro "faça" o governador e o palácio governamental, [...].[482]

No editorial do Estadão, com o título *A luta do governador Alberto Silva para que o Piauí saia do anedotário*, publicado na página 08, na parte que aborda o subtópico o *Choque Inevitável*, referente às tensões e divisões dentro da ARENA piauiense causada pela disputa política em torno da possível concorrência entre o governador Alberto Silva e o senador Petrônio Portella na busca de conseguirem se elegerem para a vaga de senador nas eleições de 1974.

Observa-se na produção jornalística uma análise da conjuntura política do Piauí, em torno das concorrências e fraturas internas no partido governista da ditadura militar dos dois líderes políticos piauiense de grupos políticos opostos que buscam continuar a exercer influência política não só no cenário interno do estado, como no cenário nacional através da vaga do senado federal.

Essas tensões eram causadas principalmente pelo aumento do prestígio das duas lideranças piauienses, o governador do Piauí enquanto um "engenheiro-político" que buscava mostrar no cenário nacional um Piauí conectado ao processo de integração econômica nacional do regime militar e se autopromover politicamente em torno dessa representação através das suas obras de infraestrutura. E o senador Petrônio Portella, que crescia no cenário político nacional, servindo como um dos principais interlocutores civis da ditadura no parlamento, ocupando os cargos de presidente do senado (1971-1973) e presidente da ARENA (1973-1975).

[482] A luta de Alberto Silva para que o Piauí saia do anedotário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 de novembro de 1973, Ano 94, Nº30.265, p.8.

E, nessas disputas políticas em torno de aumento da influência, o escritor do *Estadão* apontava que, mesmo que o governador não resolva se candidatar ao senado, a divergência continuaria em busca da escolha do nome do próximo governador do Estado pelo governo ditatorial, pois nenhum deles quer perder o prestígio e influência crescente no cenário político tanto local como nacional.

Todavia, a disputa entre Alberto Silva e Petrônio Portella no pleito de 1974 ao cargo de Senador não ocorreu devido à suspensão pelo governo Geisel de governadores de Estado do quadriênio 1971-1975, renunciarem os seus mandatos e concorrerem ao senado. O principal beneficiado dessa medida no Piauí foi Petrônio Portella, que não teve na concorrência um adversário competitivo que pudesse ganhar a eleição, conseguiu sua reeleição e reafirmou sua condição de líder do cenário nacional da época, servindo como um dos principais interlocutores civis entre a sociedade civil e o regime militar [483].

No processo de nomeação dos governadores de 1974, durante o governo Geisel, no qual Petrônio Portella Nunes, na condição de presidente nacional da ARENA, foi incumbido pelo ditador-general de selecionar os nomes que seriam escolhidos para governadores dos estados através de reunião com os líderes políticos dos diretórios estaduais do partido, na busca de conseguir nomes que pudessem gerar momentaneamente consenso entre as elites políticas, com o intuito de diminuir as dissensões internas do partido.

Apesar de essa "Missão Portella" ser uma forma de diálogo entre os arenistas e o governo militar, não significa que o candidato escolhido era fruto do consenso ou da escolha dos arenistas. Se o candidato escolhido nas consultas dos arenistas fosse contrário às diretrizes do regime militar, iria prevalecer o processo de cima para baixo[484], isto é, a nomeação seria realizada pelo general Ernesto Geisel em detrimento da decisão das bases arenistas estaduais.

O jornal *Estadão* publicou matérias acerca dos acordos entre Petrônio Portella e o partido da ARENA local, para chegar a um nome que obtivesse o "consenso" entre os grupos políticos:

> As consultas feitas ontem pelo senador Petrônio Portela em Teresina indicaram o médico Dirceu Mendes Arcoverde como o preferido pelos arenistas do Piauí para ocupar o governo do Estado. Os contatos do senador Portela foram feitos pela manhã, na Assembleia Legislativa, embora ele tivesse chegado no início da noite de anteontem em Teresina.

[483] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **Recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.66-67.
[484] PEREIRA, Priscila Oliveira. **MISSÃO PORTELLA NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO EM 1974:** O PROCESSO DE INDICAÇÃO DOS FUTUROS GOVERNADORES. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021, p.36.

> O "consenso" apresentado pela Arena do Piauí ao senador Portela, no entanto, não deixa os políticos locais seguros quanto indicação do novo governador do Estado. Era sensível entre os parlamentares um certo ceticismo quanto à função das indicações que estavam fazendo embora evitassem fazer comentários declarados a esse respeito. [...].[485]

No texto jornalístico de título, No Piauí, Portella obtém consenso, publicado em um pequeno espaço na página 06, escrito pelo correspondente e pelas sucursais, salienta os bastidores políticos do nome do "consenso" da ARENA no estado, ser do então secretário de Saúde, Dirceu Mendes Arcoverde, para ocupar o cargo de governador. Apesar da matéria indicar que já estava escolhido o nome do futuro gestor estadual, indica os bastidores políticos de tensão a respeito dos próprios políticos locais que estavam céticos quanto à indicação, possivelmente por ainda precisar do "crivo" do governador Alberto Silva.

O periódico Estadão publicou que o nome de Dirceu Arcoverde foi escolhido como responsável pelo "consenso" entre o governador Alberto Silva e o senador Petrônio Portella,

> No caso do Piauí, não havia nenhuma dúvida de que o escolhido seria Dirceu Arcoverde, já que sua candidatura surgiu pouco antes da visita de Portela a seu Estado natal como fórmula de consenso entre o governador Alberto Silva e o presidente nacional da Arena. E teve o apoio da maioria dos arenistas piauienses. [...].
> Sua candidatura foi a última a ser cogitada desde que se deflagrou o processo sucessório do Piauí. Mas quando o senador Portela foi ouvir a opinião dos arenistas em Teresina, o secretário da Saúde obteve 80% das indicações. Além disso, contava com o apoio do governador Alberto Silva, do próprio senador Portela e do ex-governador João Clímaco de Almeida, que lideram as três alas da Arena piauiense. Por isso, acredita-se que, em termos político, sua administração será pacífica.[486]

Na matéria *Dirceu Arcoverde obtêm apoio quase unânime no Piauí*, localizada na página 05, escrita pelo sucursal e correspondente, apresenta a escolha do nome de Dirceu Arcoverde como o nome da união e do consenso no estado do Piauí, sendo destacado o apoio que teve das três principais lideranças da ARENA piauiense, a expressiva votação que teve entre os seus membros do partido e que o governo possivelmente seria "pacífico" devido ao apoio que teve das principais lideranças piauienses entre o processo sucessório piauiense.

Essa representação jornalística indica que, apesar de não serem reverberadas as tensões políticas causadas pelo ambiente político de "harmonia" defendido pelo regime militar,

---

[485] No Piauí, Portela obtém o consenso. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 23 de maio de 1974, Ano 95, Nº30.414, p.08.
[486] Dirceu Arcoverde obtém apoio quase unânime no Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 de junho de 1974, Ano 95, Nº30.422, p.5.

percebem-se as tensões políticas causadas pela escolha do nome do governador do estado do Piauí, em meio às disputas políticas entre o então governador Alberto Silva e o senador Petrônio Portella, que rivalizavam o domínio político do Estado.

As rivalidades e tensões políticas representadas pelo jornal *Estadão* ficaram mais nítidas e evidentes no processo de escolha do governador biônico para o período de 1979-1983 e no processo eleitoral para a escolha de senador, na qual nessa disputa política concorreram dois ex-governadores da ARENA, o Dirceu Mendes Arcoverde, aliado de Petrônio Portella, e Alberto Tavares Silva, que representava a oposição em seu domínio político no cenário piauiense.

Por causa do ambiente de diminuição da censura à imprensa, que fazia parte da estratégia do governo Geisel de mapear a percepção da opinião pública sob o regime militar, percebemos que o jornal *Estadão*, apesar de não criticar diretamente o governo dos militares, criticava algumas de suas lideranças, como o domínio delas no processo de escolha de governadores de 1978. Na qual percebemos editoriais críticos do jornal *Estadão* a respeito da hegemonia do grupo liderado por Petrônio Portella na política piauiense:

> O chamado "esquema" de Petrônio Portella reúne hoje pelo menos 30 membros de sua família que ocupam cargos políticos ou públicos de importância no Piauí. Além de incluir o controle dos principais órgãos federais lá representados, dominar os municípios e ainda boa parte da economia piauiense. [...].
> Assim, o domínio do esquema do senador Portella é completo. Seus adversários políticos o acusam de demitir ou nomear funcionários a seu critério exclusivo mediante bilhetes aos responsáveis por cada setor.[487]

No excerto, publicado no espaço do lado direito da página 14, intitulado *30 familiares em cargos públicos* publicado pelo enviado especial Sérgio Chacon, destaca-se o domínio político dos amigos e familiares de Petrônio Portella nos cargos políticos e públicos estratégicos da máquina estatal do Piauí. Essa matéria foi construída no contexto da indicação de Lucídio Portella ao cargo de governador do Piauí, em simultâneo à ocupação de cargos políticos estratégicos por Petrônio Portella na ditadura militar.

A produção jornalística atua como uma crítica ao predomínio de um determinado grupo político, não apenas no governo estadual, mas também em cargos considerados estratégicos e relevantes do ponto de vista da influência política no Piauí. Simultaneamente, o jornalista do *Estadão* fundamenta suas críticas nas denúncias da oposição, que apontam demissões e

[487] CHACON, Sérgio. 30 familiares em cargos públicos. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 09 de abril de 1978, Ano 99, Nº31.614, p.14

nomeações de funcionários de forma arbitrária, baseadas na vontade política dos governantes, e não em critérios técnicos e profissionais. Essas ações estariam, na verdade, motivadas por laços sociofamiliares e pela ampliação da influência política.

O jornal *Estadão* não destacou apenas a nomeação de Lucídio Portella para o cargo de governador biônico, mas também chamou atenção para a nomeação de Helvídio Nunes de Barros como senador biônico[488]. A respeito da disputa eleitoral, o periódico também destacava a oposição de Alberto Tavares Silva no pleito para senador do Estado em meio ao "continuísmo" familiar nas nomeações da ditadura militar para cargos do executivo:

> [...] O continuísmo familiar chegou também ao Piauí, com a indicação de Lucídio Portella, irmão do senador Petrônio Portella, para governador. Seus opositores mais extremados são os que seguem o comando do ex-governador Alberto Silva, pouco representativos diante do poder político do presidente do Senado. O próprio Alberto Silva dificilmente conseguirá superar, como pretende, o atual governador Dirceu Arcoverde numa eleição direta para senador.[489]

Na produção jornalística intitulada *Famílias tentam consolidar posições*, publicada em um pequeno espaço na coluna da direita da página 06, destaca-se o "continuísmo" familiar nos governos dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Piauí — ou seja, a permanência de um mesmo grupo familiar no poder executivo estadual, fortalecida pelas nomeações realizadas durante a ditadura militar. No caso específico do Piauí, a reportagem evidencia a influência de Petrônio Portella Nunes na nomeação de seu irmão, Lucídio Portella Nunes, para o cargo de governador. Ao mesmo tempo, ressalta que a oposição ao esquema Portella, liderada por Alberto Silva, possuía pouca representatividade e influência, especialmente em comparação ao poder do presidente do Senado, uma vez que, em uma eleição direta para senador, dificilmente o opositor conseguiria vencer contra o governador em exercício e aliado de Petrônio Portella.

Diferentemente dos pleitos legislativos anteriores, não percebemos publicações jornalísticas do jornal *Estadão* que refletissem as tensões políticas nas disputas legislativas no estado do Piauí. No ano de 1978, percebemos a reverberação do ambiente de tensão e de oposição política na disputa do cargo de senador pela ARENA, na qual protagonizaram a disputa política dois ex-governadores aliados da ditadura militar, o ex-governador Dirceu

---

[488] Outro Nunes é biônico. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 de abril de 1978, Ano 99, Nº31.621, p.10.
[489] Famílias tentam consolidar posições. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de abril de 1978, Ano 99, Nº31.632, p.6.

Mendes Arcoverde, apoiado pelo esquema liderado por Petrônio Portella, e o ex-gestor estadual Alberto Tavares Silva, o principal representante do grupo político contrário à sua hegemonia.

O jornal *Estadão* fez representações jornalísticas a respeito das críticas do opositor político, a respeito das pressões políticas e uso da máquina estatal para coagir eleitores e aliados através de represálias:

> O ex-governador Alberto Silva, do Piauí, afirmou ontem em Brasília que apenas a intervenção do presidente Geisel ou do general João Baptista Figueiredo poderá impedir que as pressões do atual governador – e também candidato ao Senado -, Dirceu Arcoverde, desfigurem as eleições de 15 de novembro. Silva acusou seu adversário de pressionar os prefeitos e as bases arenistas, ameaçando-os de represálias se votarem em outro candidato que não ele próprio. Mas declarou-se disposto a enfrentar todas as dificuldades, garantindo que não abrirá mão de sua leitura.[490]

Na produção jornalística, *Silva denuncia pressões no PI*, localizado em um pequeno espaço à esquerda da página 06, aborda a respeito dos bastidores políticos e as denúncias das intrigas políticas do pleito legislativo para senador do Estado do Piauí. Essa representação publicada pelo jornal *Estadão* revela que o próprio jornal era usado pelos políticos como forma de denúncia do cenário de tensão do ambiente político nas disputas político-partidárias dentro da própria ARENA, que estava dividida em sublegendas entre grupos políticos que disputavam entre si, apesar de os militares serem contrários ao ambiente de intrigas e disputas próprios do cenário político-partidário.

Em outra matéria do periódico *Estadão*, destaca-se de maneira mais enfática a cisão dentro da ARENA piauiense na disputa pela vaga de senador:

> Em matéria de cisão da Arena, contudo, o Piauí está batendo todos os recortes, a ponto de a dissidência liderada pelo ex-governador Alberto Silva utilizar o seguinte slogan: "Vamos demontar a máquina", referindo-se à "oligarquia petronista" (de Petrônio Portella, que é primo do atual governador e do senador "biônico", e irmão do futuro governador).
> Os "albertista" dizem-se "a verdadeira oposição" e de fato passam por emebedistas em muitos comícios, mesmo porque não incluem a sigla da Arena em sua propaganda. Além disso, a popularidade de Alberto Silva está sendo explorada por muitos candidatos do MDB, que em concentrações públicas procuram identificar-se com ele.
> Por sua vez, alguns "petronistas", como o deputado federal Clímaco d'Almeida, confidenciam que não participarão de comícios, pelo menos na Capital, ao lado do candidato oficial ao Senado, Dirceu Arcoverde, porque isso poderá afastar eleitores "albertista" de sua candidatura. E há até mesmo

[490] Silva denuncia pressões no PI. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 de julho de 1978, Ano 99, Nº31.699, p.6.

> propaganda eleitoral indicando Alberto Silva, da Arena, para o Senado e emedebistas para a Câmara e a Assembleia.[491]

Na matéria publicada pelo *Estadão*, com o título Governo, um cabo eleitoral, publicado num pequeno espaço no centro da página 08, aborda os rachas políticos dentro da própria ARENA, com o destaque no Piauí, devido a cisão causada pela candidatura de Alberto Silva ao senado contra a hegemonia do grupo liderado por Petrônio Portella. Na matéria, percebe-se como a oposição no Piauí não era entre ARENA e MDB, mas dentro do primeiro, algo que surpreendia os redatores do jornal, devido a singularidade de estados como o Piauí, no qual a disputa estava dentro do próprio partido de sustentação do regime militar. Além disso, destaca-se como o próprio Alberto Silva era visto pelo MDB piauiense como uma alternativa ao grupo político que liderava o Piauí.

O resultado do pleito para senador de 1978, apesar da disputa entre ARENA I e ARENA II, causada pelas cisões entre os grupos políticos, o liderado por Petrônio Portella Nunes foi o vencedor do pleito legislativo piauiense contra a facção política liderada por Alberto Silva. O jornal *Estadão* representou, após as eleições legislativas, o domínio do então presidente do Senado no estado do Piauí:

> No Piauí as eleições confirmaram a hegemonia de Petrônio Portella no Estado e podem mesmo ampliá-la na Câmara dos Deputados. Pois no Senado o Presidente do Congresso já garantiu pelo menos equilíbrio, ao indicar seu antigo companheiro da UDN, Helvídio Nunes, para a vaga biônica. A Assembleia Legislativa continuará com uma esmagadora maioria de "petronistas" que somam mais que o MDB e os adeptos de Alberto Silva reunidos. E na Câmara a bancada dos que obedecem a orientação de Portella deverá crescer de quatro para cinco deputados num total de oito piauienses.
> Quanto a Alberto Silva, sua expressiva votação para o Senado em Teresina e Parnaíba não corresponde a eleição de seus candidatos a Câmara e a Assembléia. Ao contrário, a cada urna, em todo o Estado, comentam os votos dados para os candidatos a deputado estadual e federal da facção "petronista".[492]

Na matéria *Portella continua dominando o Piauí*, localizado no final da página 12, aborda a respeito do resultado das eleições legislativas do Estado do Piauí, sendo destacado a vitória e fortalecimento da facção política liderada por Petrônio Portella no estado, tanto na ALEPI quanto nos deputados federais piauienses na Câmara Federal. Essa matéria do jornal

---

[491] Governo, um cabo eleitoral. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 17 de setembro de 1978, Ano 99, Nº31.751, p.8.
[492] Portella continua dominando o Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de novembro de 1978, Ano 99, Nº31.805, p.12.

Estadão, chama a atenção para a hegemonia de Petrônio Portella na política no Piauí, especialmente com a ocupação de aliados e familiares em cargos de liderança e expressividade política no estado.

Acreditamos que o destaque dado pelo jornal *Estadão* à vitória do grupo de Petrônio Portella na política estadual está diretamente relacionado ao seu protagonismo e à sua liderança no cenário político nacional. Naquele contexto, Petrônio Portella ocupava posições estratégicas de poder, como a Presidência do Congresso Nacional, além de atuar como um dos principais articuladores políticos do regime militar no Parlamento. Dessa forma, sua influência no âmbito estadual ganhava relevância justamente em função da conjuntura nacional e de sua atuação em cargos de grande projeção e poder político.

Após o falecimento de Petrônio Portella, o jornal *Estadão*, além de salientar o abalo da perda de sua liderança no cenário nacional, também destacou como ficaria o Piauí sem a sua liderança e o esquema por ele arquitetado:

> Se não houver substanciais modificações no atual quadro político piauiense, o "petronismo", pelo menos em tese, continuará no poder estadual por mais sete anos, no mínimo. São os três anos que restam ao governador Lucídio Portella – irmão de Petrônio – e mais quatro de seu sucessor. Quanto a este, ainda não se sabe exatamente quem será, mas em todos os círculos locais o comentário e que o futuro governante será o deputado federal Hugo Napoleão ou o estadual Antônio Freitas Neto, hoje secretário de governo.
> E possível que isso aconteça ambos querem o posto e Petrônio Portella, ao morrer deixou um esquema político muito bem estruturado e que não chegou a sofrer abalos com seu desaparecimento. Talvez até pelo contrário: desapareceu o grande líder, mas as bases do esquema mantiveram-se firmes reiterando sua posição e, em alguns casos, recebendo adesões do Interior, que é o seu principal suporte eleitoral. [...].[493]

Na produção jornalística com o título, *Morte de Petrônio não muda o esquema político do Piauí*, publicado no centro da página 05, destaca-se que a morte de Petrônio Portella não alteraria as bases do esquema político por ele arquitetado no cenário piauiense, devido à solidez de suas estruturas e às redes de aliados já consolidadas. A representação jornalística do *Estadão* salienta que, no contexto piauiense, mesmo com a morte de sua grande liderança política, o esquema por ele arquitetado e o domínio de seus aliados nas esferas governamentais não sofreria abalos por causa do seu falecimento. Visto que o candidato de oposição, Alberto Silva, para conseguir o governo do estado pelas eleições diretas, precisaria conseguir mais aliados políticos para conseguir enfrentar o esquema político arquitetado por Petrônio Portella.

[493] Morte de Petrônio não muda o esquema político do Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de janeiro de 1980, Ano 101, Nº, P.5

O jornal *Estadão* representou de maneira que retratasse o processo sucessório piauiense como um processo democrático entre os membros da ARENA e não um processo que foi decidido de "cima para baixo", sendo representada a liderança do Petrônio Portella como coordenador e não como um líder partidário que tinha interesse em intervir no processo de escolha do governador de seu estado.

Na análise do periódico *Estadão*, observamos que o periódico abordava as tensões e as disputas políticas dos grupos políticos do estado do Piauí dentro da ARENA desde a formação do partido governista, entretanto, as representações jornalísticas referentes às tensões eram sutis e não muito explícitas, causadas principalmente pela tendência do regime militar de não aceitar a divulgação e a existência de conflitos internos dentro da ARENA.

Entretanto, a partir da nomeação de Alberto Silva para governador do Piauí pelo governo Médici, por não fazer parte do esquema político do senador Petrônio Portella, percebemos a explicitação das tensões e as divisões dentro da ARENA, no caso da possibilidade de disputas políticas entre os dois líderes políticos no senado em 1974, na escolha do nome para o governador do estado para o período de 1975-1979, na eleição para a vaga de senador em 1978.

Além disso, observamos que o jornal *Estadão*, no ano de 1978, adotou uma postura mais crítica em relação ao quadro sucessório do estado do Piauí. O periódico passou a problematizar o fato de que cargos como os de senador, governador e outras funções de natureza política eram ocupados por membros da família e aliados de Petrônio Portella, sugerindo que o estado era tratado como um verdadeiro "feudo" pessoal, submetido ao seu domínio e à sua influência política. Esse enfoque evidenciava a concentração de poder e reforçava as críticas à reprodução de práticas oligárquicas no contexto da política estadual.

Nesse meandro, pela análise do jornal *Estadão*, percebemos que o veículo de comunicação em massa representava o cenário de disputas políticas entre as elites piauienses dentro da ARENA, com o enfoque no predomínio da hegemonia política do grupo político liderado por Petrônio Portella. No início, o periódico *Estadão* representava as tensões de maneira mais reservada, mas com o escalonamento das tensões com o surgimento da liderança de Alberto Silva, de maneira mais acentuada, causada pelas divisões dentro do próprio partido de sustentação do regime militar.

5.3. **Em busca do "consenso" entre as elites:** as representações das disputas políticas piauienses no O Globo (1966-1978)

> BRASÍLIA (O GLOBO) – O deputado oposicionista João Cunha (SP) negou ontem, ao discursar na Câmara, autoridade ao senador Petrônio Portella para continuar sua missão de dialogar como interlocutor oficial do governo.
> Como exemplo da incompatibilidade, o deputado emedebista citou o "tipo de democracia que Portella vem propondo no seu Estado, o Piauí, a democracia familiar, que se choca com a democracia que vem sendo proposta pelo Presidente Geisel".
> Afirmou João Cunha que o presidente do Senado atualmente está articulando o nome de Lucídio Portella Nunes, seu irmão, para governador do Piauí; para senador biônico, Helvídio Nunes de Barros, seu primo; para senador direto, Dirceu Arcoverde, atual governador e sócio de Lucídio na "Clínica São Marcos"; e para futuro vice-governador, o deputado Paulo Ferraz, tio da mulher do atual governador do Estado. [...][494]

Na matéria jornalística do jornal *O Globo*, publicada em um pequeno espaço do lado direito da página 02, traz a crítica de setores oposicionistas como o deputado João Cunha do MDB, a liderança e o protagonismo de Petrônio Portella na articulação na escolha dos nomes dos candidatos a vaga de governadores e senadores biônicos, dando exemplo das escolhas realizadas da liderança arenista no seu estado que favorecia seus amigos e familiares em cargos de liderança do executivo e legislativo, como se no Piauí prevalecesse uma "democracia familiar".

O periódico *O Globo* publicou uma matéria a respeito dos bastidores políticos na escolha do governador, vice-governador e senadores do estado do Piauí no ano de 1978, que traz a influência e a crítica da liderança de Petrônio Portella no processo sucessório de seu estado por favorecer seus amigos e familiares. Essa representação jornalística apresenta os bastidores das nomeações políticas de governador e senador no estado do Piauí, que, apesar de serem indicados pela ditadura militar, não significa que foram realizadas sem tensões e cisões políticas entre os grupos políticos da ARENA.

O jornal *O Globo*, assim como o Estadão, também fez coberturas políticas referentes à política local do estado do Piauí nos seus editoriais e matérias. Embora não criticasse o governo ditatorial, os governos indicados pelos ditadores militares abordavam as tensões políticas causadas pelas disputas entre os grupos das elites políticas rivais que buscavam hegemonia e controle no cenário estadual.

---

[494] João Cunha diz que Petrônio faz 'democracia familiar'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 de abril de 1978, Ano LIII, Nº16.242, p.02.

O jornal repercutia e publicava matérias referentes às resistências de setores arenistas piauienses, a críticas essas realizadas pelo deputado estadual Sousa Dantas acerca da liderança da ARENA em nível local pelo então governador Petrônio Portella:

> Após amplo relato da situação política piauiense, o Sr. Sousa Dantas (ex-UDN – Piauí) afirmou que a ARENA, no seu Estado, foi entregue a dois adversários da Revolução: Srs. Petrônio Portela e Cândido Ferraz. O orador historiou as íntimas ligações do governador
> Portela com a situação deposta em 1964 e o comprometimento do govêrno piauiense em contrabando do café, fator apurado no IPM. Informou que o seu nome foi recusado para integrar a Comissão Executiva daquela agremiação, mas nem por isto fala em causa própria, já que a expressiva votação que recêbeu em 1962, ou seja, onze por cento da votação total do Estado, garanto-lhe o direito de optar por uma sublegenda. Acusou o Senador Joaquim Parente de ter submetido a ARENA ao comando do Governador Portela, que sempre foi exaltado partidário do Sr. João Goulart.[495]

Nesse texto jornalístico, publicado pelo jornal *O Globo* na página 12, sem assinatura, referente aos debates políticos, observa-se que a indicação do grupo do Esquema Portella para dirigir a ARENA estadual do Piauí não foi realizada sem tensões e sem disputas dos representantes – políticos eletivos – dentro do mesmo partido. Neste texto referente ao discurso do deputado federal Souza Santos, percebe-se a crítica envolvendo Petrônio Portella devido aos escândalos do contrabando do café e dos seus posicionamentos durante a chamada "revolução", ter sido favorável a João Goulart e por ter recebido o emissário de Miguel Arraes durante os acontecimentos. Além de criticar, não está nas mesas diretoras da ARENA piauiense.

O jornal, inclusive, publicou a resposta do senador Cândido Ferraz a respeito da acusação feita pelo deputado estadual Souza Santos, acerca da acusação referente a investigação do café e de fazer "negociatas" nos cargos públicos do Piauí:

> BRASÍLIA (O GLOBO) – Dizendo que ia federalizar o nome do Deputado Sousa Santos, "pois as suas negociatas já são conhecidas no Piauí", o Sr. José Cândido Ferraz, ontem, no Senado, defendeu-se da acusação que lhe fêz, há dias, na Câmara, aquele parlamentar, a propósito da organização da ARENA no seu Estado.
> Num discurso de 12 laudas dactilografadas, o Sr. Cândido Ferraz, prometendo tirar o Sr. Sousa Santo do anonimato contou tôda a sua vida "particular e pública", afirmando, entre outras coisas, que êle se transformou em empreiteiro de obras do Govêrno Federal logo depois de assumir a cadeira na Câmara dos Deputados.
> Frisando que, sob a Revolução, sua vida foi vasculhada, não se encontrando nela nada que significasse uma mancha ou sugerisse a cassação do seu

[495] ARENA no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1966, Ano LXVI, Nº12.194, p.12.

> mandato, o Sr. Cândido Ferraz indagou se o Sr. Sousa Santos teria condições de dizer o mesmo.[496]

O jornal *O Globo*, nesse sentido, em tornar público as tensões das elites políticas dentro da ARENA piauiense na busca de ocupar cargos de influência e de prestígio, além de revelar as críticas, mostra as frituras e as fragilidades na formação do partido governista no estado do Piauí. Nas produções jornalísticas acerca da indicação de Helvídio Nunes ao cargo de governador biônico, o periódico *O Globo* representou a sua escolha como se fosse resultado de um "consenso" entre as elites, e não resultado de uma decisão realizada por poucas lideranças nos bastidores:

> Helvídio Nunes de Barros nasceu em Picos. Piauí, a 28 de setembro de 1923. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Iniciou a carreira política como prefeito de sua cidade natal, em 1954. Elegeu-se para a Assembleia Legislativa piauiense em 1938 e foi eleito em 1962. Foi várias vezes presidente do diretório da extinta UDN - do Piauí. Exerceu ultimamente o cargo de Secretário de Viação do Estado, lendo seu nome escolhido em lista tríplice submetida ao Presidente Castelo Branco, da qual constavam também os dos Srs. João Clímaco de Almeida e Pacheco Brasil. Tinham sido êles os três mais votados na prévia da ARENA. Clímaco de Almeida ficou com a candidatura a vice-governador. O MDB também lançou candidato: o Deputado federal João Mendes Olímpio. No entanto, obedecendo a orientação nacional, o partido oposicionista desistiu de disputar o pleito. A ARENA tem na Assembléia 34 deputados e o MDB apenas 8.[497]

No texto jornalístico do jornal *O Globo*, fez parte do editorial *Doze Governadores Serão Eleitos Hoje*, localizado na quase totalidade da página 10, traz uma mini biografia dos 12 governadores que seriam "eleitos" – na verdade referendados – pelas Assembleias Legislativas. No caso do estado do Piauí, é abordada uma mini-biografia dos cargos ocupados por Helvídio Nunes até o momento da publicação. O jornal *O Globo* representou a nomeação do governador do Piauí como se fosse fruto de uma escolha "democrática" realizada pela diretoria da ARENA, sendo que na realidade, a decisão tinha sido tomada pelos militares. A matéria ainda destaca a decisão do MDB de não disputar a "eleição" e enfatiza a ampla maioria do partido governista na ALEPI.

Da mesma maneira que foi refletida no jornal *Estadão*, *O Globo*, as tensões e disputas entre as elites políticas em torno do cargo de governador do Estado ficaram mais evidentes a partir do governo Médici, quando o general nomeou o nome de Alberto Tavares Silva para ser

---

[496] JOSÉ CÂNDIDO DEFENDE-SE E ACUSA. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1966, Ano XLI, Nº12.201, p.12

[497] Piauí. In: Doze Governadores Serão Eleitos Hoje. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1966, Ano XLII, Nº12.369, p.10

governador do Piauí à revelia da opinião e das ambições políticas do grupo liderado por Petrônio Portella.

Entretanto, o jornal publicou a matéria acerca da escolha do ditador Médici do nome de Alberto Silva para governar o estado do Piauí, como se fosse alvo de conversas e acordos com Petrônio Portella:

> BRASÍLIA (O GLOBO) – O Presidente da República recebeu ontem à tarde, no Palácio do Planalto, o Senador Petrônio Portela, vice-líder do Govêrno, e presidente da ARENA piauiense, quando oficializou a indicação do nome do Sr. Alberto Tavares Silva para candidato ao Govêrno daquele Estado, na sucessão do Sr. Helvídio Nunes. Anteriormente, em encontro que manteve com o Sr. Alberto Silva, na quarta-feira, o Presidente Médici o convidou para o cargo, tendo recebido do futuro Governador os agradecimentos pela escolha do seu nome, e a promessa de que o Piauí se Incorporará aos esforços em prol do desenvolvimento do País.[498]

No editorial chamado *Já indicado o futuro governador do Piauí*, escrito com todas as letras maiúsculas, publicado na página 07 do jornal *O Globo*, é narrado o processo de nomeação do governador Alberto Silva pelo ditador Médici. A própria estrutura da notícia revela as tensões existentes na escolha do governador: ao destacar inicialmente a audiência que o general teve com Petrônio Portella e relegar a indicação de Alberto Silva a uma posição secundária, o jornal indica as resistências e os conflitos que o nome citado enfrentava junto ao líder da ARENA piauiense.

Não observamos no *O Globo,* a explicitação de agentes externos como o ex-governador do Ceará Virgílio Távora, César Carlos de Oliveira e Mário Ramos Soares que foram fundamentais por causa de suas influências e prestígios durante a ditadura militar para a nomeação de Alberto Silva para o cargo de governador. Além disso, no periódico *O Globo,* não percebemos explicitação de contrariedade por parte das elites políticas lideradas por Petrônio Portella ao nome de Alberto Silva. Possivelmente, causada pelo espaço restritivo e controlado pela ditadura militar que não aceitava contrariedade nas decisões tomadas pelo alto escalão das Forças Armadas.

De acordo com Cláudia Cristina da Silva Fonteneles, a não explicitação discórdias e tensões nos bastidores, não significa a sua inexistência, visto que elas se manifestam de maneiras "diluída nos combate e críticas tecidos ao governo por seus adversários ou por ele

[498] JÁ INDICADO O FUTURO GOVERNADOR DO PIAUÍ. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1970, Ano XLV, Nº13.539, p.7

próprio, que apresentava de maneira subliminar a existência de disputas internas"[499], neste sentido, os próprios sujeitos históricos que discordavam entre si, por conta do contexto da ditadura militar de não admitir divisões internas entre os membros do governo, tentavam representar uma imagem de harmonia entre os seus opositores partidários, como podemos perceber nessa representação sobre o discurso de Petrônio Portella, defendendo a escolha dos governadores pelo pleito "indireto":

> Contestando a afirmativa do senador oposicionista de que as lideranças políticas saíram desprestigiadas do episódio, o Sr. Petrônio Portela lembrou que, como presidente da ARENA do Piauí, entrevistou-se seis vêzes com o Presidente da República, o que vem demonstrar que os candidatos indicados surgiram depois de um entendimento profundo entre o líder e os liderados, não procedendo, pois, os argumentos de que o Chefe do Govêrno fêz prevalecer unicamente a sua vontade.[500]

No editorial, *Portela defende o processo de escolha dos governadores*, localizado no centro da página 08. Nota-se nos enunciados da reportagem política como o representante da ditadura militar – por ser presidente da ARENA no Piauí e vice-líder da ARENA no Senado – defende o processo de escolha dos governadores pelo presidente da República, destacando as conversas que teve com Médici antes da nomeação de Alberto Silva como governador do estado do Piauí, mesmo com a sua resistência.

Observa-se que, pelas vias oficiais, as lideranças partidárias da ARENA, como no caso de Petrônio Portella, destacam um certo consenso e diálogo entre o processo de indicação dos governadores do estado pelo chefe do Poder do Executivo Federal, como se fosse um processo "democrático" e que não houvesse tensões entre os grupos de elite causadas pela sua não participação do processo de escolha dos governantes pela via eleitoral.

Alberto Tavares Silva, da mesma maneira que Petrônio Portella, nos meios oficiais, especialmente nos discursos na imprensa, representavam uma certa união e harmonia com o líder da ARENA estadual:

> PÀRNAÍBA (de Sousa Lima, enviado especial de O GLOBO) — O desenvolvimento da pecuária, da pesca, da exploração da cêra de carnaúba, e um programa de eletrificação e de rodovias constituem os pontos básicos do futuro Governo do Piauí, segundo declarações do Governador eleito Alberto Tavares da Silva.

---

[499] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Discórdia (in) contidas: A Arena piauiense durante a ditadura civil-militar (década de 1970). In: DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs). **Narrativas sobre tempos sombrios**: ditadura civil-militar no Brasil. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.75.

[500] Portela defende o processo da escolha dos governadores. **O Globo,** Rio de Janeiro, 11 de julho de 1970, Ano XLV, Nº13.552, p.8.

> Êle acha que finalmente está chegando a vez do Piauí, pois o Estado tem um Ministério do Planejamento, um de seus filhos mais ilustres, e o Sr. Petrônio Portela, também piauiense, será o vice-presidente do Senado Federal. Diz o novo Governador que, ao visitar o Nordeste, o Presidente Médici pôde constatar a grave situação em que se debate o Estado e, em vista disso, resolveu proporcionar os meios para que o Piauí recupere o tempo perdido na corrida do desenvolvimento.[501]

Na produção jornalística, *Nôvo governador: está chegando a vez do Piauí*, escrito com letras maiúsculas, de autoria do correspondente Sousa Lima do jornal *O Globo*, publicado na direita da parte superior da página 15, percebe-se pelos comentários do discurso de Alberto Silva, o destaque para como seria o desenvolvimento do estado do Piauí pelo seu governo, baseado no aprimoramento dos recursos agropecuários do Estado e do desenvolvimento do comércio, através da expansão da eletrificação e do asfaltamento de rodovias.

Pela matéria percebe-se que o governador dá espaço para salientar que "está chegando a vez do Piauí", não apenas por causa de seu governo, mas pela forte representação de piauienses dentro do cenário nacional, como João Paulo dos Reis Velloso – o ministro do Planejamento – e Petrônio Portella Nunes - então vice-presidente do Senado Federal – que poderiam influenciar nas decisões governamentais a favor do Estado do Piauí.

Nota-se pelo discurso de Alberto Silva, em destacar a influência de Petrônio Portella no cenário nacional, embora o mesmo fosse contrário à sua indicação ao governo do estado, era uma forma de representar um tipo de harmonia e união entre os líderes políticos em torno do "desenvolvimento" e do "progresso" do Estado do Piauí, algo que era desejado e imposto pelo regime militar.

Nesse sentido, o periódico *O Globo* representava as falas dos líderes políticos, mesmo aqueles de grupos rivais, como uma maneira de demonstrar uma certa afinidade e união em torno do processo de desenvolvimento que estava sendo empreendido pelo governo ditatorial militar, como uma maneira de representar um país unido em torno dos pressupostos defendidos pelas Forças Armadas dirigentes.

No jornal *O Globo*, não verificamos produções jornalísticas a respeito de tensões explícitas causadas pelo desejo do então governador Alberto Silva em concorrer ao senado, disputando a vaga com Petrônio Portella que poderia dividir a ARENA. Referente ao processo sucessório dos governadores para o quadriênio de 1975-1979, referente a chamada Missão Portella, o periódico *O Globo* noticiava diariamente as articulações políticas e a coordenação

[501] NÕVO GOVERNADOR: ESTÁ CHEGANDO A VEZ DO PIAUÍ. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1971, Ano XLVI, Nº13.719, p.15.

política de Petrônio Portella nos diretórios da ARENA estaduais para a escolha dos nomes que seriam indicados pelo governo Geisel para o cargo de governador.

Referente a escolha do governador do Piauí, foi tratado de maneira sútil, os conflitos entre Petrônio Portella e Alberto Silva na escolha do nome de quem seria indicado como governador, no quadriênio (1975-1979):

> BRASÍLIA (O GLOBO) — Repercutiu nos meios políticos, ontem, o encontro, dos mais amistosos, mantido na noite de quarta-feira, pelo Senador Petrônio Portela com o Governador do Piauí, Alberto Silva. Na ocasião, os dois políticos — que eram vistos como possíveis adversários na sucessão piauiense — conversaram sobre a política de seu Estado e, ao que se informa, teriam cessado as discordâncias mútuas sobre o problema. Tanto o Senador Petrônio Portela como o Governador Alberto Silva mantiveram, contudo, absoluto silêncio sobre o teor da conversa. Limitaram-se a informar que a solução piauiense será "a que melhor interesse ao bem do Estado"[502].

No texto jornalístico, publicado em um pequeno espaço da página 05, escrito sem assinatura, percebe-se uma tentativa de construir uma narrativa de uma possível apaziguação e união entre dois políticos considerados adversários no cenário piauiense, com o objetivo de chegarem a um consenso a respeito do nome que resolveria a questão sucessória no estado em nome da governabilidade e da harmonia desejada pelo regime militar.

O jornal *O Globo* abordava a situação complexa de Petrônio Portella em estar atuando no seu estado natal em nome do governo ditatorial, o papel de coordenador do problema sucessório da ARENA, ao mesmo tempo que era um dos principais líderes que tinha influência na conjuntura estadual do partido e não queria perder o controle do processo sucessório do seu próprio estado:

> Principalmente no Piauí, Petrônio Portela não encontrará uma tarefa fácil: as forças políticas do Governador Alberto Silva – que, nos últimos anos, apresentam-se como suas adversárias no plano político estadual – já lançaram três candidatos principais (o ex-Secretário de Obras Murilo Rezende, o Deputado Federal Pinheiro Machado e o Secretário de Saúde Dirceu Arcoverde), além de manifestarem. simpatias pelas candidaturas do Embaixador Expedito Resende e do Coronel Stanley Fortes Batista (diretor-geral do DNER).
>
> Enquanto isto, os políticos que obedecem à liderança de Petrônio Portela no Estado manifestam preferência pelas candidaturas do Vice-Governador Sebastião Leal, do Prefeito Joel Ribeiro e do Deputado Estadual José Raimundo Medeiros. Na dupla condição de chefe político local e coordenador do processo, Petrônio Portela se veria, nitidamente, constrangido. Por isso, já declarou que, no Piauí, será apenas coordenador, deixando livre o voto dos

[502] Petrônio conversa com Alberto Silva. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de março de 1974, Ano XLIX, Nº14.777, p.5.

> seus liderados. Tal manifestação de intenções favorece, sobretudo, a candidatura do Embaixador Expedito Resende, que se apresenta como um apolítico sem vinculações maiores. Mas o Secretário Dirceu Arcoverde, que mantém boas relações com Petrônio Portela embora esteja incluído na lista do Governador, também poderia ser um nome de consenso.
> Em segundo plano, surgem as candidaturas de Sebastião Leal (o preferido pelos liderados de Petrônio Portela e que, certamente, alcançará boa votação) e do Deputado Federal Pinheiro Machado[503]

Na matéria, *Petrônio coordena hoje sucessões de 2 Estados,* publicada na página 06, indica as relações de divisões dentro da ARENA piauiense entre Petrônio Portella e Alberto Silva, que por causa do último era veiculado cinco nomes para a sucessão estadual. Enquanto o grupo liderado por Portella tinha quatro nomes concorrendo nos bastidores, todavia, o jornal *O Globo* já indicava que o nome do secretário de Saúde, Dirceu Arcoverde, era um nome do consenso por fazer parte do governo Alberto Silva e ter boas relações com Petrônio Portella, sendo que seu nome poderia ser escolhido.

Ademais, o jornal tenta reforçar o caráter "democrático" de Petrônio Portella, ao destacar um possível "constrangimento" entre ele e seu grupo político, como se atuasse somente como coordenador, e não como líder político em sua terra natal. A narrativa sugere que Portella se manteria distante do processo sucessório, mesmo diante de uma ameaça à sua influência política no estado, o que na prática, era pouco provável, por causa de seu protagonismo no cenário político piauiense.

O periódico *O Globo* representou o processo de escolha dos nomes dos candidatos para o governo do estado do Piauí como se fosse um processo "democrático" entre os arenistas e que conseguiu o consenso entre os grupos políticos:

> TERESINA (Do enviado especial José Carlos Bardawil) — Após recolher os votos de 33 políticos e conversar três vezes com o Governador Alberto Silva (duas pessoalmente e uma por telefone), o Senador Petrônio Portela — articulador das sucessões estaduais por delegação do Presidente Ernesto Geisel — deixou o Piauí, ontem à tarde, levando para Brasília o consenso da Arena local em tomo do médico Dirceu Mendes Arcoverde (48 anos, Secretário de Saúde), que recebeu pelo menos 20 sufrágios dos arenistas piauienses. Arcoverde foi votado tanto pelos partidários do próprio Petrônio Portela como por correligionários do Governador Alberto Silva, chefe do grupo político contrário. Sua votação resultou de demoradas negociações entre os dois grupos, que motivaram várias idas do Governador a Brasília, nos últimos dois meses. Ontem, o acordo estava oficializado até nas declarações públicas dos dois chefes políticos. Enquanto o Governador dava entrevista aos jornais locais elogiando "a lisura a correção do encaminhamento sucessório

[503] Petrônio coordena hoje sucessões de 2 Estados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1974, Ano XLIX, Nº14.844, p.6.

> de Petrônio Portela em seu próprio Estado", o presidente da Arena dizia aos enviados especiais que encontrará facilidades para encaminhar o processo sucessório piauiense, tanto por parte dos seus correligionários como por parte do Governador. Sem querer citar nomes, Petrônio Portela reconhecia, na mesma ocasião, que "um candidato alcançou quase a unanimidade dos votos e, portanto, pôde-se dizer que houve consenso no Piauí".[504]

Na produção jornalística a respeito do estado do Piauí, publicada na página 6, observa-se a tentativa do jornal em destacar o "consenso" em salientar que o nome de Dirceu Arcoverde teve votos tanto dos partidários de Alberto Silva quanto os de Petrônio Portella, como se o processo de escolha fosse democrático e sem influência do coordenador do processo sucessório do Piauí, que era o Petrônio Portella. Além disso, a representação do jornal dá o indicativo como se o nome de Dirceu Arcoverde fosse um nome que unisse os dois grupos políticos que estão em lados opostos dentro do próprio partido.

Todavia, a suposta "união" entre Dirceu Arcoverde e Alberto Silva durou pouco por causa da nomeação do primo de Petrônio Portella, Djalma Velloso, ao cargo de vice-governador[505]. No final de seu mandato de governador, o jornal *O Globo* publicou uma matéria do Alberto Silva criticando seus adversários indiretamente:

> [...]. Nesta condição, Alberto Silva considera ter governado durante quatro anos o Piauí – esclarecem as mesmas fontes. Daí sua busca da "impessoalidade" na condução dos assuntos governamentais. "Não me utilizei do meu mandato em proveito próprio nem em benefício de liderança política introduzida em decorrência da missão que fui investido pela Revolução" – explicou o próprio Alberto Silva, em sua declaração escrita, distribuída ontem - Não creio que estivesse na índole da missão que recebi tumultuar o Estado e o seu ambiente político, forçando, por exemplo, a mudança de diretórios partidários, impondo candidaturas, realizando derrubadas no âmbito do funcionalismo público, subjugando a ação administrativa a manobras de bastidores eleitorais – acentuou.
> Em consequência – revelam os meios políticos piauienses em Brasília – Alberto Silva, não está disposto a aceitar dos novos detentores do poder atitude dessemelhante. O seu recado teria direção certa: o futuro Governador Dirceu Arcoverde. Também um técnico, como o atual Governador, Arcoverde assume, porém o poder em outras condições, pois foi escolhido em resultado de uma missão política, comandada pelo Senador Petrônio Portela.[506]

Nessa matéria política com o título *Alberto Silva deixa o Governo, mas não abandona a política*, publicada na página 03, sem assinatura, destacam-se as críticas de Alberto Silva ao

---

[504] Piauí. In: Esperada hoje a divulgação de mais 2 governadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1974, Ano XLIX, Nº14.846, p.6.
[505] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e a crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.66.
[506] Alberto Silva deixa o Governo, mas não abandona a política. **O Globo,** Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1974, Ano L, Nº15.000, p.3.

grupo liderado por Petrônio Portella, referente ao uso político de diretórios e da máquina pública estatal para impor candidatos, e predomina a hegemonia de seu grupo político no estado do Piauí. Com isso, o texto jornalístico do *O Globo,* que trata sobre as críticas do governador Alberto Silva à situação política do estado e de declarar-se opositor ao futuro gestor estadual, Dirceu Arcoverde, que faz parte do esquema liderado por Portella, explicita as tensões e rivalidades políticas dentro da ARENA e do âmbito governamental, rompendo com a "harmonia" e o "consenso" pregado pela ditadura militar nos meios governamentais.

Referente a escolha do nome para ser nomeado para o cargo de governador biônico do Estado, pelo ditador Ernesto Geisel, salientava as tensões em torno da escolha do nome do gestor estadual, visto que a escolha do nome também era disputada por grupo das elites políticas dissidentes do esquema Portella dentro da ARENA piauiense[507]. Quando foi divulgado na imprensa o nome de Lucídio Portella Nunes para o cargo de governador, o jornal *O Globo* fez e difundiu representações dos posicionamentos de Petrônio Portella, como se o mesmo não favorecesse a nomeação do nome do irmão:

> TERESINA (O GLOBO) – O presidente do Congresso, Senador Petrônio Portella (Arena-PI), admitiu ontem a candidatura de seu irmão, médico Lucídio Portela, ao afirmar que "ela é consistente desde que lançada pela maioria". O nome do irmão de Petrônio foi sugerido por um grupo de deputados estaduais arenistas. Ontem, Petrônio e Lucídio estiveram reunidos com o Governador Dirceu Arcoverde, no Palácio Karnak, sede do Governo do Piauí.
> Segundo Petrônio, a indicação de seu irmão, "se ocorrer", não o alijou da vida pública pois ele é "detentor de mandato eletivo". No entanto, o presidente do Congresso é coordenador do diálogo político que visa à redemocratização do País, desta capital que não tem candidato para a sucessão estadual. [...].[508]

Na produção jornalística, localizada na página 06, no centro da página, apresenta-se a possibilidade de o nome a ser escolhido para o cargo de governador do Piauí ser o irmão do então presidente do Senado, Petrônio Portella. O jornal *O Globo* reproduz a visão defendida pelo político piauiense, de que a indicação do nome de Lucídio Portella não tinha influência sua, mas foi o nome indicado pelas bases arenistas, numa forma de eximir a influência de Petrônio Portella no processo sucessório do Piauí.

---

[507] Alberto Silva não desiste de postular o governo do Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1978, Ano LIII, Nº16.184, p.05

[508] Petrônio admite a candidatura de seu irmão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1978, Ano LIII, Nº16.183, p.06.

Além disso, o periódico O Globo publicou matérias a respeito da suposta aceitação de Lucídio Portella pelo diretório da ARENA como se a escolha fosse fruto de "consenso" democrático e não de algo imposto do "alto para baixo":

> TERESINA (O GLOBO) – A candidatura do médico Lucídio Portela – ao Governo do Piauí já recebeu até agora o apoio formal de 17 dos 20 deputados arenistas na Assembléia Legislativa e de 105 dos 114 prefeitos municipais piauienses. Esse apoio, articulado pelo líder do Governo na Assembléia, Deputado Waldemar Macedo, "define antecipadamente o processo sucessório estadual", na opinião dos políticos locais. [...].[509]

Na matéria jornalística, *Irmão de Petrônio é o mais cotado no Piauí,* localizada em um pequeno espaço da página 06, expõe uma representação que tenta apresentar a indicação do nome de Lucídio Portella, como um nome que tivesse forte adesão dos deputados estaduais e prefeitos arenistas piauienses, para soar uma escolha de caráter "democrático" e não causada pela influência de Petrônio Portella na política nacional juntamente com os generais da ditadura militar.

Após a oficialização da escolha do nome de Lucídio Portela, o jornal *O Globo* fez uma minibiografia do futuro governador do estado:

> TERESINA (O GLOBO) — O médico radiologista Lucídio Portela, irmão do Senador Petrônio Portela, é considerado nos meios políticos do Estado o próximo Governador, aguardando-se apenas, em Teresina, a confirmação oficial de seu nome que partirá do presidente regional da Arena ou do Governador Dirceu Arcoverde, Lucídio coordena no Piauí o esquema político do Senador Petrônio Portela, e sua candidatura, articulada pelo líder do Governo na Assembléia, Deputado Waldemar Macedo, não foi contestada sequer pelo grupo do ex-Governador Alberto Silva, o principal adversário de Petrônio na política local. A candidatura Lucídio Portela, egresso, com o irmão, da UDN, recebeu o apoio formal de 105 dos 114 prefeitos piauienses, 17 dos 20 deputados estaduais arenistas e dos 11 vereadores do Partido na Câmara Municipal de Teresina, O documento com essas assinaturas de apoio, extensivo ainda à candidatura de Dirceu Arcoverde ao Senado direto, foi entregue pelo Governador ao Deputado Francelino Pereira, em Brasília. [...].[510]

No trecho da matéria jornalística a respeito da minibiografia do indicado ao cargo de governador biônico do Estado do Piauí, destaca-se o seu protagonismo a nível estadual na direção do esquema político liderado por Petrônio Portella. O que chama a atenção nessa

[509] Irmão de Petrônio é o mais cotado no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de março de 1978, Ano LIII, Nº16.230, p.06

[510] Lista de governadores inclui Rezende e Lucídio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1978, Ano LIII, Nº16.252, p.06.

representação jornalística do *O Globo* é o destaque que dá às "assinaturas" de apoio a sua candidatura, assinada pelos deputados estaduais, prefeitos e vereadores de Teresina do partido da ARENA favorável a indicação de seu nome ao cargo de governador. Esse destaque no suposto apoio que o nome de Lucídio Portella recebia era uma forma de insinuar que a escolha de seu nome era resultado do "consenso" entre os grupos da elite e não uma decisão de seu irmão, Petrônio Portella, nos bastidores da política nacional em meio a sua influência e prestígio junto com os militares.

Na análise do jornal *O Globo*, percebemos que o periódico se silenciou a respeito das tensões políticas causadas pela disputa entre os ex-governadores Dirceu Mendes Arcoverde e Alberto Tavares Silva, pela vaga de senador pela ARENA, possivelmente causada pelo seu alinhamento a ditadura militar, de não mostrar o partido governista dividido e com cisões na política estadual.

Com a morte de Petrônio Portella em 1980, o jornal *O Globo* fez uma publicação acerca das tentativas do então governador Lucídio Portella de manter o esquema político arquitetado pelo seu irmão unido e coeso:

> TERESINA (O GLOBO) — O governador Lucídio Portela está iniciando um trabalho, junto à cúpula e às bases partidárias, para preservar a unidade do esquema político montado pelo irmão, o ex-ministro Petrônio Portela, e que é considerado o maior da história do Piauí. Dele fazem parte dois dos três senadores, seis dos oito deputados federais, 18 dos 24 estaduais, 108 dos 114 prefeitos e 800 dos 910 vereadores. Ele se reunirá, segunda-feira próxima, com às bancadas federal e estadual e a cúpula da extinta Arena para fazer um apelo a fim de que se "mantenha acesa a chama do petronismo no Estado", com a permanência desse esquema no futuro Partido Democrático Social (PDS).
>
> Também na próxima semana, o governador irá a Brasília, acompanhado da bancada federal, para manifestar apoio político-administrativo ao Governo. Embora considerando "irreparável a perda de Petrônio Portela", o governador acredita que conseguirá manter esse esquema político, que considera "imbatível eleitoralmente no Piauí".
>
> — O esquema político está aglutinado, homogêneo em torno de interesses comuns. Será mantida a estrutura e se partirá para a formação do novo partido, absolutamente majoritário e sem temer eventuais adversários, com a vitória nas próximas eleições para governador, sejam elas diretas ou indiretas, concluiu Lucídio Portela.[511]

Nessa produção jornalística, publicada em um pequeno espaço da esquerda da página 06, destacam-se as perspectivas políticas de Lucídio Portella, irmão de Petrônio Portella, em manter unido o esquema político por ele montado e arquitetado. Na representação, destaca-se a

[511] Lucídio quer manter unido esquema que Petrônio montou. **O Globo,** Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1980, Ano LV, Nº16.883, p.06.

composição do esquema Portella e suas redes de aliados que compõem dois senadores, seis deputados federais, dezoito deputados estaduais, cento e oito prefeitos e oitocentos vereadores da ARENA. O jornal O Globo reproduz a visão do então governador do Piauí, de tentar manter o esquema Portella no Estado unido e forte após a morte de seu principal líder.

Percebemos pelas análises do jornal *O Globo* que ele abordou de maneira sutil as disputas internas entre as elites políticas piauienses durante a ditadura militar, em especial as ocasionadas pelo processo sucessório dos governadores. Ademais, os jornais abordaram o processo de escolha dos governadores como se fosse algo "democrático" entre os membros da ARENA piauiense e não um processo que era decidido pelos militares.

As disputas entre Petrônio Portella e Alberto Silva pelos dois jornais não foram muito explicitadas, embora houvesse indicativos de rivalidades no cenário piauiense, possivelmente pelo contexto da ditadura militar que valorizava a união entre o partido do governo e a não dissidência político-partidária. Os jornais não explicitavam as oposições e fraturas dentro do partido da ARENA, apesar de indicar rivalidades e grupos rivais dentro do partido.

A indicação de Lucídio Portella ao cargo de governador biônico do Estado não teve a repercussão e as críticas observadas pelo jornal *Estadão*, sendo limitada a reproduzir a ótica oficial do governo em que a escolha foi resultado da aceitação de seu nome pelas bases arenistas e não por influência de Petrônio Portella na conjuntura nacional juntamente com os militares. Observamos, também, um certo silenciamento do *O Globo* com as disputas políticas eleitorais entre Dirceu Arcoverde e Alberto Silva na vaga de governador, como se desse a impressão de que a ARENA piauiense estivesse unida e não houvesse cisões dentro do partido governista.

Percebemos que *O Globo* representou as tensões e cisões entre as elites políticas aliadas à ditadura militar no estado do Piauí, sendo destacadas as divisões entre o grupo liderado por Petrônio Portella Nunes e Alberto Tavares Silva. O periódico, possivelmente por ser aliado do regime militar, diferente do *Estadão*, não representou de maneira acentuada nas suas matérias políticas sobre o Piauí as divisões internas dentro da ARENA, apesar de nas representações jornalísticas ser verificado as disputas em torno da escolha do nome de quem seria o governador biônico do Estado que nem sempre era resultado do "consenso" entre as elites.

6. **PIAUÍ E BOA ESPERANÇA:** AS REPRESENTAÇÕES DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BOA ESPERANÇA NOS JORNAIS ESTADÃO E O GLOBO (1964-1970)

Este capítulo tem como objetivo analisar as representações produzidas pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* sobre o desenvolvimento do estado do Piauí durante a ditadura militar. A análise concentra-se na forma como foi representada a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, destacando-se essa obra em razão de sua relevância e por ter sido o principal investimento de grande porte realizado pelo regime militar no estado.

Em primeiro lugar, analisaremos a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança no estado do Piauí, em especial por ser considerada a obra de infraestrutura que iria trazer a "redenção" do Piauí, no sentido de trazer o tão sonhado desenvolvimento econômico. Em seguida, destacamos como a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança era abordada e publicada pelos jornais *Estadão* e *O Globo*, e como retratavam as perspectivas de desenvolvimento a partir da Usina Hidrelétrica.

6.1. **Entre a política energética e a dependência**: a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança no contexto da ditadura militar

> O Piauí apresenta uma situação de relativo atraso em relação aos demais Estados nordestinos porque não pôde beneficiar-se dos anos áureos da Sudene, na década de 1960. O Estado ficou marginalizado do processo porque não resolveu a tempo o problema da energia elétrica. Só em 1970, com a inauguração da barragem de **Boa Esperança**, o Estado reuniu condições para inserir-se no movimento de industrialização desencadeado pela Sudene. O atraso verificou-se também em outros setores. Só em 1971 o Piauí teve a sua universidade. Foi o último do Nordeste nessa corrida. Na década seguinte, sob a égide do **milagre econômico**, experimentou notável progresso, especialmente nos setores de estradas e de telecomunicações[512].

No relato escrito por Zózimo Tavares no seu livro *O Piauí no Século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000,* o autor destaca a inserção do Piauí no processo de crescimento econômico a partir da década de 1970, impulsionado pelos incentivos federais. Nesse contexto, ressalta-se o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança e da

[512] TAVARES, Zózimo. **O Piauí no Século 20**: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003, p.87.

criação da Universidade Federal do Piauí, durante o período do conhecido "milagre econômico" brasileiro.

Apesar de sua narrativa não mencionar explicitamente a ditadura militar, ela estabelece uma correlação direta entre o desenvolvimento do estado e o contexto histórico em que ela ocorreu. Dessa forma, a obra corrobora com a ideia de que a modernização e o progresso do estado do Piauí foram vivenciados durante o "milagre econômico", por meio da integração nacional promovida por obras de infraestrutura, como a construção de rodovias, a expansão da rede de energia elétrica e a ampliação das telecomunicações.

A ditadura militar, apesar de não se preocupar em utilizar a violência e a repressão estatal quando considerasse necessário, não significa que os militares e seus aliados civis não se preocupavam em manter a "fachada democrática" e estabelecer fontes alternativas de legitimidade que justificasse a sua permanência no poder. Segundo Marcelo Ridenti, a legitimação foi buscada a partir do desempenho econômico, sendo difundida a ideia de que só com "os governos militares foram possíveis retornar o progresso nacional com manutenção da ordem pública"[513].

O conceito de "modernização-conservadora"[514] trabalhado por Rodrigo Patto Sá Motta ajuda a entendermos que o regime militar brasileiro foi simultaneamente modernizador e conservador, no sentido de mantido as estruturas tradicionais, não ter realizado nenhuma ruptura radical nos modos operandi da sociedade e ter reprimido duramente os opositores, sobretudo os de ideais políticos do espectro da esquerda. Todavia, simultaneamente, a ditadura impulsionou a modernização, incentivando a industrialização, a urbanização, a mecanização do campo, as reformas nas instituições de Estado, a instalação de novas tecnologias[515].

Esse desenvolvimento econômico, embora trouxesse fortes prejuízos aos trabalhadores, com a ampliação das desigualdades sociais com uma sociedade regida pelos detentores das

[513] RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.37.

[514] O conceito de "modernização-conservadora" foi apropriado dos estudos de Barrington Moore Júnior que sob influência do marxismo, fez uma análise crítica as teorias de modernização estadunidenses, defendendo que a modernização seguiria caminhos diferentes em outros países com base nas suas particularidades, sendo que poderia se mesclar com forças conservadoras e autoritárias. In: MOORE JÚNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975.

[515] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.12-13.

riquezas[516], paralelamente ao desenvolvimento de uma classe média urbana e subalterna, acarretou no desenvolvimento de demandas no mercado de bens culturais a serem consumidos por produtos que eram considerados elementos da modernidade e do progresso, como: eletrodomésticos e automóveis, objetos de consumo principalmente para a classe média urbana.

A relação dos setores da grande imprensa, empresários e setores médios urbanos com a ditadura militar foi influenciada pelo cenário socioeconômico, principalmente na inserção do Brasil numa economia capitalista integrada ao capitalismo internacional, que impulsionou o mercado de consumo. Nesse sentido, o Piauí ser inserido na economia nacional, em especial na circulação de mercadorias e no desenvolvimento comercial, foi algo que chamou a atenção do regime militar para a integração econômica da região que era considerada isolada e abandonada[517].

O estado do Piauí, na conjuntura das décadas de 1950-1960, possuía sua geração de energia elétrica fomentada em pequenas centrais termelétricas movidas a diesel, sendo que a maior capacidade estava nas maiores cidades piauienses – Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos – porém, configurava uma estrutura de abastecimento elétrico em uma quantidade limitada, acarretando no acesso restrito ao consumo de eletrodomésticos[518]. A energia elétrica irregular no Piauí, com os recorrentes apagões, dificultava o funcionamento das atividades comerciais. Inclusive, a ausência de energia elétrica era vista como empecilho para o financiamento de obras da SUDENE, além do funcionamento dos geradores termoelétricos ser mais caro que os estados nordestinos servidos pela Usina de Paulo Afonso[519].

Nesse sentido, uma das demandas e reivindicações das elites piauienses para o desenvolvimento do Piauí foi a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança com o intuito de ser uma distribuidora de energia elétrica através do aproveitamento dos recursos

---

[516] O período de crescimento econômico gerido pelos governos dos generais militares, o chamado de "milagre econômico", foi resultado de uma política econômica de impulsionamento a industrialização através de endividamento externo, expansão do crédito, distribuição de inventivos fiscais, crédito subsidiado, expansão da indústria ligada a produção e manutenção de automóveis, construção maciça de obras públicas nos grandes centros urbanos, expansão da distribuição de energia elétrica e do setor das telecomunicações que ao mesmo tempo, para a maioria da população, essa política econômica resultou em arrocho salarial, concentração de renda. conservação dos latifúndios, expulsão dos moradores do meio rural – com a mecanização do campo -, facilitou a dispensa dos trabalhadores nas grandes empresas, reprimiu os movimentos sociais e os sindicatos, situação essa que era atenuada até o governo Geisel, pelo controle da inflação e pela "sensação" de pleno emprego. In: SINGER, Paul. Processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010, volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p.127-182.

[517] RABELO, Elson de Assis. **A história entre Tempos e Contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. p.59.

[518] LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023, p.

[519] MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2019. p.214-215.

hídricos do rio Parnaíba. O planejamento para a construção da Usina iniciou-se durante o governo Chagas Rodrigues[520], tendo sido autorizada em 1963 a criação da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança – COHEBE – pelo presidente Goulart através de uma sociedade de economia mista – parceria público e privada. Contudo, só foram iniciados os trabalhos para a construção da Hidrelétrica de Boa Esperança com a injeção do grande capital durante a ditadura militar no governo Castello Branco[521].

O estado do Piauí, referente à geração de energia elétrica, sofria com o abastecimento de energia elétrica, caracterizado pelos constantes apagões e racionamentos, provocando reclamações nas principais cidades piauienses e até conflitos com os consumidores e as empresas de eletricidade que eram supervisionadas pela CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S.A. A falta de energia elétrica era tida como reflexo da deficiência dos serviços de infraestrutura do estado e considerada um entrave para o desenvolvimento do comércio[522].

A Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, para os setores da elite política e econômica piauiense, era importante por ser uma maneira de resolver o problema dos racionamentos de energia elétrica no estado, em especial nos centros urbanos que possuíam movimentação comercial, como a própria Capital, Teresina, que sofria de quedas constantes de energia, que repercutiam "como ponto de grave deficiência da infraestrutura de serviços básicos do estado, seja aos consumidores residenciais, e pior ainda aos consumidores empresariais"[523], que sofriam prejuízos com a redução de suas atividades causadas pelo racionamento de energia e reduzia a circulação comercial de produtos na cidade.

A solução para os setores empresariais e políticos piauienses seria a construção da Usina da Boa Esperança, que possuía promessa de trazer um crescimento comercial com a interligação do mercado local aos mercados nordestinos e nacionais, trazendo um crescimento jamais visto no Piauí, por meio do melhoramento da infraestrutura na distribuição da energia elétrica[524]. Francisco José Leandro Araújo de Castro destaca que os setores da elite piauiense ligados ao comércio possuíam expectativas com o regime militar em executar investimentos estruturais,

---

[520] O papel de Francisco das Caldas Chagas Rodrigues iniciou-se quando deputado federal apresentou a Emenda para aplicação de recursos financeiros para estudos e a construção de uma barragem que se aproveita a potência hidrelétrico do rio Parnaíba. Para maior aprofundamento, indicamos: FURTADO, Reginaldo Santos. **Chagas Rodrigues e a Hidrelétrica da Boa Esperança**. Teresina: Gráfica do Povo, 2002.
[521] LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023, p.141-142.
[522] LIMA, Marconis Fernandes. **Cidade de Boa Esperança**: memórias da construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, p.81-82.
[523] Idem, p.82.
[524] Idem.

como a própria Barragem de Boa Esperança, que pudessem favorecer seus investimentos comerciais[525].

A construção da Usina da Boa Esperança significava para as elites políticas locais uma maneira de trazer a redenção e esperança de superar o estigma do atraso e do subdesenvolvimento do estado do Piauí. As obras de infraestrutura durante o regime militar no estado do Piauí eram vistas como espaços pelas elites piauienses para acomodarem seus aliados políticos, principalmente pela forte cultura política do patrimonialismo e do clientelismo. Obras e empresas estatais são consideradas pelos grupos dominantes espaços destinados à distribuição de cargos burocráticos de confiança a aliados políticos e cargos mais baixos a eleitores.

Para Marconi Fernandes Lima, a localização da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança entre Guadalupe – Piauí – e São João dos Patos – Maranhão – possuía o objetivo, além de armazenar, gerar e distribuir energia aos centros urbanos, como: Floriano, Teresina, Parnaíba, São Luís, interligar a rede de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso[526].

O autor salienta que os planos de integração nacional do regime militar da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança foram muito além do fornecimento de energia elétrica aos principais centros urbanos nordestinos, para em seguida fazer a ligação com os projetos acerca da região Norte[527]. As construções da rodovia Transamazônica – BR-230 – que tinha o objetivo de interligar por meio das rodovias as regiões Norte e Nordeste e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que tinha o objetivo de distribuir e armazenar energia elétrica dos estados do Norte, estavam inseridas na mesma dinâmica da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança[528].

O Piauí era considerado uma área estratégica para o regime militar, por ser considerado um estado de transição entre o Nordeste Oriental e a região Amazônica, que era considerada uma área de transição econômica e de segurança nacional para os militares[529]. Para Marconi Fernandes Lima, o Piauí foi alvo de investimentos que tivessem o propósito da integração econômica, não só do estado, mas dos demais estados longínquos da região Norte.

O historiador defende que a tese do suposto desenvolvimento do estado do Piauí, tão propagado pelo regime militar, tendo como exemplo a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, não saiu da lógica da integração nacional voltada para o desenvolvimento industrial

---

[525] CASTRO, Francisco José Leandro de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022. p.250-251.
[526] LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023, p.159.
[527] Idem, p.104.
[528] Idem, p.33.
[529] Idem, p.112.

dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, com o Piauí fazendo parte nessa equação como um mercado que importa produtos manufaturados e industrializados do eixo Sudeste-Sul e exporta produtos agrícolas[530].

O projeto político-econômico da ditadura militar para regiões periféricas, como o Piauí, as grandes obras de infraestrutura estavam sendo relacionadas à instalação de uma ampla rede de distribuição de energia elétrica associada a uma extensa malha rodoviária que, a partir dela, garantiu o crescimento urbano e a circulação de mercadorias manufaturadas do parque industrializado do Centro-Sul, não acarretando na industrialização do estado do Piauí[531].

A instalação e o funcionamento da Usina da Boa Esperança não eram vistos pelo regime militar como uma política econômica de desenvolver o estado do Piauí por si só, mas de ser uma política regional de desenvolvimento dos estados vizinhos na interligação na rede de energia elétrica ao mesmo tempo em que era aumentada a malha rodoviária que interligava os centros urbanos do país.

A Usina de Boa Esperança, para Marconis Fernandes Lima, desempenhou um papel de núcleo central e estratégico de interligar uma ampla rede de distribuição de energia elétrica, conectando o estado do Piauí com os das regiões nordeste e do norte, com um trajeto de interconexão com a Usina de Paulo Afonso entre os estados da Bahia e Pernambuco, além de ser um ponto estratégico para a interligação com a rede elétrica dos estados da região norte por causa do seu potencial hídrico, que foi realizado com a construção da Usina de Tucuruí[532].

O autor salienta que a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança passou a abastecer essa vasta área, garantindo a proporcionar o processo de integração econômica da região com o papel fundamental de garantir o estabelecimento de uma importante infraestrutura para o desenvolvimento comercial e urbano entre os estados nordestinos e a estrada da Amazônia, a geração e distribuição de energia elétrica.

A construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança não foi tratada pelo regime militar como algo de interesse local, mas nacional, principalmente para o desenvolvimento nacional da integração econômica, que era resumida à atividade comercial em trocas comerciais entre os estados considerados periféricos e os centros industrializados[533]. Para as elites piauienses, especialmente as ligadas às atividades comerciais, o melhoramento no fornecimento de energia

---

[530] LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023, p.135-138.
[531] Idem, p.140.
[532] Idem, p.135.
[533] Idem, p.104-105.

elétrica, somado com a construção das rodovias, principalmente nos centros urbanos, impulsionaria as suas atividades comerciais no mercado local e nacional, além de ocasionar demanda por "produtos industrializados do sul do país, demanda correspondida pelos comerciantes, que, para ganhar mais mercados, se utilizavam das estradas que vinham sendo construídas desde os anos 1950"[534].

AA necessidade de energia elétrica é ampliada principalmente quando as cidades piauienses, como a capital, começam a ter aumento demográfico e crescer urbanamente, na medida em que são ampliados os serviços públicos urbanos, "como escolas, hospitais, iluminação pública, conjuntos habitacionais e suas infraestruturas conexas"[535]. Neste sentido, para as cidades piauienses, sobretudo Teresina, ter uma infraestrutura moderna, que atraísse investimentos e a expansão dos serviços públicos aumentava a demanda de energia elétrica.

A obra da Usina Hidrelétrica resultou também de investimento de capital externo do governo estadunidense pela USAID - United States Agency for International Development[536] - que emprestou para a SUDENE para a construção da obra cerca de NCr$ 4.903.650,00. A preocupação de Washington com o Piauí não era no estado em específico, mas no Nordeste devido às condições sociais de penúria extrema que eram vistas como ferramentas utilizadas pelos comunistas no contexto da Guerra Fria para impulsionar os camponeses à luta armada[537]. Além disso, os empréstimos e envolvimentos dos investidores de outros países com a construção da Usina estavam relacionados ao fornecimento de energia elétrica nos centros urbanos, o que poderia impulsionar as trocas comerciais na região, ou seja, a busca por mais mercados consumidores em potencial.

O papel estruturante da Usina foi cumprido para o autor em benefício do estado do Maranhão e não para o Piauí, em especial pela sua região metropolitana da capital, São Luís, que foi interligada logo no início da construção da Usina. Estabilizando e distribuindo a eletricidade numa ampla área entre os principais centros urbanos do Nordeste, interligando com a entrada na região Amazônica[538]. Foi por meio dessa produção energética que foi possível garantir o plano estratégico do regime militar de fazer a integração econômica inter-regional

---

[534] RABELO, Elson de Assis. **A história entre Tempos e Contratempos:** Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008, p.66.
[535] LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023, p.173-174.
[536] Traduzida como: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
[537] LIMA, Marconi Pereira. **Cidade de Boa Esperança**: memórias da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007. p.54.
[538] LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023, p.136.

entre o Norte e Nordeste, tendo como prioridade a ampliação do mercado brasileiro e não o crescimento igualitário dos estados da federação que possuíam fortes discrepâncias regionais, em especial com o Sudeste que tinha a concentração do polo industrial.

Segundo Marconi Fernandes Lima, além dos investimentos na geração de energia elétrica, também foi investido no Piauí uma extensa malha rodoviária que interligava com as regiões centrais nordestinas e com os centros urbanos economicamente produtivos do Centro-Sul. Ademais, a construção da hidrelétrica também estava em consonância com o projeto de construção da rodovia Transamazônica – BR-230 – que tinha a função de interligar a região amazônica a partir do Nordeste[539].

O autor aponta que o projeto político-econômico da ditadura militar para regiões periféricas, como o Piauí, as grandes obras de infraestrutura estavam sendo relacionadas à instalação de uma ampla rede de distribuição de energia elétrica associada com uma extensa malha rodoviária que, a partir dela, garantiu o crescimento urbano e a circulação de mercadorias manufaturadas do parque industrializado do Centro-Sul, não acarretando na industrialização do estado do Piauí[540].

Nesse sentido, a instalação e o funcionamento da Usina da Boa Esperança não eram vistos pelo regime militar como uma política econômica de desenvolver o estado do Piauí por si só, mas de ser uma política regional de desenvolvimento dos estados vizinhos na interligação na rede de energia elétrica ao mesmo tempo em que era aumentada a malha rodoviária que interligava os centros urbanos do país.

Todavia, como apontada pela equipe dos economistas da fundação CEPRO[541] - Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí –, em 1979, aponta que essa suposição de que a pobreza no Piauí era causada pela falta de energia elétrica foi uma interpretação errônea e equivocada, pois deveria ter sido:

> [...] acompanhada de um pacote de iniciativas governamentais e de uma política que fosse fruto da redefinição do papel do Piauí no contexto regional, de tal modo que através, sobretudo, de investimentos públicos autônomos, fosse tentado um processo de industrialização. No bojo deste processo estaria a diretriz de fazer multiplicar o investimento em capital social e orientar os investimentos públicos para a produção de bens e serviços de primeira

[539] Idem, p.136-137.
[540] Idem, p.140.
[541] "É uma entidade de natureza técnico-científica vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí (Seplan-PI). Estabelecida inicialmente como "Fundação Centro Regional de Produtividade do Piauí" pela lei estadual nº 3.127 de 6 de dezembro de 1971, e posteriormente renomeada sob a lei nº 3.320 de 4 de abril de 1975, a CEPRO desempenha um papel consultivo para o governo estadual, especializando-se em pesquisas econômicas e sociais". Link: https://www.seplan.pi.gov.br/cepro/. Acesso: 24/02/2025

> necessidade, utilizando os recursos disponíveis fundamentalmente para alcançar excedentes desses produtos. [...][542].

Ou seja, essa euforia com a construção da Usina da Boa Esperança deveria ter sido acompanhada por iniciativas governamentais federais e estaduais que buscassem redefinir o papel do Piauí no contexto regional, como por exemplo, retirar a dependência do estado do Piauí no consumo de produtos manufaturados, facilitando a instalação de indústrias de bens de consumo e não apenas, o consumo de eletrodomésticos vindos da circulação dos produtos do parque industrial do centro-sul.

Nesse sentido, a construção e funcionamento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança no estado do Piauí representou um dos símbolos da modernização conservadora e autoritária da ditadura militar, juntamente com a abertura de rodovias que eram consideradas fundamentais para o processo de integração nacional. Entretanto, a distribuição e geração de energia no Piauí não são tratadas como um instrumento que traria o desenvolvimento do estado por si só, mas pensando no desenvolvimento econômico da região Nordeste e Norte, e na interligação das redes de geração e distribuição de energia das outras redes de energia elétrica.

O tal evocado processo de integração nacional não era pensado no sentido de ser promovido um desenvolvimento igualitário e nem com fins de industrializar todos os estados da Federação, mas de impulsionar as atividades socioeconômicas já existentes, fortalecer o comércio entre os estados das regiões periféricas com os das áreas mais desenvolvidas economicamente. Nesse meandro, vale pesquisar como os jornais Estadão e O Globo abordaram a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança e o que ela representava para o desenvolvimento econômico dos estados considerados os mais pobres.

6.2. **Piauí demanda energia elétrica**: a produção jornalística a respeito da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança nas páginas do *Estadão*

> Quando um país se decide a construir uma grande usina hidrelétrica numa das mais retardadas – econômica e socialmente – de suas regiões, o fato pode indicar que esse país, no caso o Brasil, já está relegando ao passado o que se convencionou denominar de fase do não-desenvolvido ou do desenvolvido. [...][543].

---

[542] MARTINS, Agenor de Sousa ... et. al (Orgs). **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. 3 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003. p.251.

[543] STACCINI, José. Boa Esperança é hoje a barragem de Boa Certeza. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 10 de janeiro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.523, p.144

Boa Esperança é hoje é barragem de Boa Certeza, essa foi a reportagem escrita por José Staccini no jornal Estadão na sua edição especial, na qual expõe as potencialidades do Brasil em se desenvolver a partir dos investimentos realizados pelo governo federal em investir na construção de usinas hidrelétricas em regiões consideradas subdesenvolvidas e retardadas sócio e economicamente, como o caso dos estados do Maranhão e o Piauí. A construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança chamava a atenção dos escritores e redatores do *Estadão*, em especial pelo potencial socioeconômico que a usina hidrelétrica poderia gerar nos estados considerados atrasados e subdesenvolvidos em relação aos estados da região Sudeste e Sul.

Neste tópico, temos como objetivo analisar como o jornal *Estadão* representou nas suas produções jornalísticas a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança nos estados do Maranhão e Piauí, e como abordaram a atuação do governo ditatorial na execução dessa obra de infraestrutura.

As perspectivas de desenvolvimento econômico, a partir das políticas centralizadoras da ditadura militar, também influenciaram as relações entre os setores da grande imprensa, empresários e setores médios urbanos com o governo, principalmente na inserção do Brasil numa economia capitalista integrada ao capitalismo internacional que impulsionava o mercado de consumo. Os jornais impressos de ampla circulação, como o *Estadão*, tiveram forte papel na legitimação da ditadura militar não só nas representações que justificavam o golpe de 1964 em nome da caça aos comunistas, mas também na exaltação das políticas de desenvolvimento produzidas pelo regime militar.

A ditadura militar, por meio daquilo que muitos pesquisadores chamam de "doutrina da segurança nacional"[544], preocupava-se com a "guerra revolucionária"[545] realizada por meio de veículos de comunicação que, na visão dos militares, poderiam ser usados pelas esquerdas e

[544] Doutrina da Segurança Nacional, segundo alguns pesquisadores foi uma ideologia política que nasceu dentro das Forças Armadas, em especial pela Escola Superior de Guerra que tinha o intuito de ser uma doutrina de contenção ao comunismo, estabelecendo os fundamentos para o governo dirigido pelos militares com a missão de alcançar a segurança e o desenvolvimento da Nação, estabelecendo as bases para o enfrentamento do inimigo externo e principalmente, interno, com a amplificação e sistematização dos órgãos de informação e segurança do Estado, tendo em vista o combate a subversão e a segurança da Nação. Para mais aprofundamento do tema: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Bauru (São Paulo): Edusc, 2005; BORGES, Nilson. A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins de século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p.13-42.

[545] Foi uma teoria utilizada pelas Forças Armadas anticomunistas que acreditavam que existia uma guerra com os revolucionários comunistas que buscavam cooptar e subverter as massas camponesas e trabalhadoras para a causa comunista, por meio de divulgação de notícias falsas, exploração da realidade social de miséria e pobreza que a população está submetida com falsas promessas de um futuro melhor, as incitando, treinando e as armando contra o Estado. Foi uma teoria importada da França desenvolvida pela Escola Superior de Guerra importada da experiência da guerra de independência da Argélia. In: CHIRO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Trad: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.19-26.

opositores do regime com a disseminação de notícias que pudessem insuflar as massas contra o governo[546]. Nesse sentido, a ditadura criou órgãos de informação e contrainformação para monitorar, vigiar, controlar e antecipar indivíduos que pudessem ser considerados ameaça à segurança nacional. Somado a isso, sabiam da necessidade da criação de um sistema de comunicação forte que pudesse integrar o país[547].

Ao lado da imposição da censura nos veículos de comunicação em massa, a modernização dos setores das comunicações fez parte da ideologia da segurança nacional e desenvolvimento. Os militares investiram na propaganda política com a utilização de técnicas modernas na imprensa que era adesista do regime[548]. Por meio dessas propagandas foi difundida uma visão otimista e ufanista de que a vez do Brasil se tornar uma grande potência finalmente tinha chegado, poderia integrar e fazer parte das nações desenvolvidas[549].

Os proprietários dos veículos de comunicação, em específico os impressos, com o objetivo de se aproximarem do regime militar, exaltaram as suas políticas, sobretudo a de nível econômico, ajudaram e cooperaram na formulação desse ambiente de euforia econômica e desenvolvimento defendido pelos órgãos de informações governamentais, principalmente na veiculação das obras de infraestrutura que estavam sendo realizadas com financiamento do governo ditatorial.

Além disso, os proprietários dos grandes veículos de comunicação, com o objetivo de evitar conflitos com o regime militar, optaram por não abordar de forma crítica a política do regime, concentrando sua cobertura nas notícias relacionadas à política econômica. Esse foco no crescimento econômico atendia aos interesses da ditadura, uma vez que o desempenho positivo, frequentemente evidenciado pelos indicadores do PIB, era utilizado como instrumento de propaganda institucional e como uma estratégia de legitimação política do regime militar[550].

O estado do Piauí, por ser considerado o estado "mais pobre da federação", teve as representações que objetivavam seu desenvolvimento a partir da integração nacional realizada pelas políticas econômicas da ditadura militar com espaços no jornal *Estadão*, especialmente, por se tratarem não apenas do desenvolvimento local, mas do nacional. Esse periódico de

---

[546] FICO, Carlos. **Como eles agiam:** os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.181-186.

[547] Para informações sobre a criação de órgãos de informação, espionagens e vigilância durante a ditadura militar, indicamos: CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Serviço Nacional de Informações**: uma abordagem histórica. Curitiba: Appris, 2023.

[548] ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS,** n.º 48, p.54, 2005.

[549] FICO, Carlos; **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2024.

[550] ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

grande imprensa abordou nos seus editoriais o estado do Piauí, principalmente quando as notícias estavam relacionadas não com o Estado em si, mas com as políticas da ditadura militar voltada para a integração econômica, representada nas construções de obras voltadas à infraestrutura básica, como rodovias e na construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. Diferente dos editoriais produzidos que possuíam um pequeno espaço no jornal, as representações sobre o estado do Piauí quando estavam relacionadas à política econômica da ditadura voltada à integração econômica, possuíam um espaço bem considerável:

Figura 3: O Piauí e a Usina de Boa Esperança no *Estadão*, 1965



O ESTADO DE S. PAULO

Boa Esperança é hoje a barragem da boa certeza

Escavação

Esperança de redenção

Na região do babaçu

GANHE PRÊMIOS DE ATÉ 500.000,
NA FESTA DO 55º ANIVERSÁRIO DE
CASSIO MUNIZ
VENDAS EM 18 MESES
PLANOS SEM ENTRADA JUROS
CASSIO MUNIZ

Fonte: *Estadão*[551]

[551] STACCINI, José. Boa Esperança é hoje a barragem de Boa Certeza. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 10 de janeiro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.523, p.144

Pela figura III, a respeito do espaço destinado às publicações a respeito da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança nas páginas do jornal *Estadão*, que no caso do exemplo, duas matérias jornalísticas ocuparam boa parte da página na qual foi publicado, ocupando metade da folha do lado esquerdo, a outra metade foi destinada a anúncios de lojas. Além disso, essa publicação não foi exibida nas primeiras páginas do jornal, mas nas últimas páginas do complemento – na página 144 de 168 – das edições especiais do periódico.

Diferente das publicações relacionadas à violência da ditadura militar e da política local do Piauí, as produções jornalísticas acerca da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança ocuparam um espaço considerado no jornal *Estadão* nas suas edições especiais. Essa visibilidade ampliada pode ser explicada pelo fato de que a obra não dizia respeito apenas ao estado do Piauí, mas se inseria em um contexto mais amplo das políticas econômicas de integração nacional promovidas pelo regime militar, que priorizava investimentos em infraestrutura por meio de grandes projetos desenvolvimentistas.

O jornal *Estadão*, nos seus editoriais, abordava a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança desde as articulações políticas realizadas pelo então governador do estado do Piauí, Petrônio Portella, com os deputados federais ao governo Castello Branco para a viabilização da Usina:

> BRASÍLIA, 18 – O presidente Castelo Branco recebeu em audiência especial, na manhã de hoje, o governador Petrônio Portella do Piauí, que estava acompanhado dos deputados Moura Santos, Souza Santos e Heitor Cavalcanti. Na ocasião, os representantes piauienses falaram da necessidade da construção da hidrelétrica de Boa Esperança, tendo o chefe do governo afirmado que tem na devida importância este grande empreendimento para o Nordeste. Assim que tomar posse o ministro do interior – a quem estará entregue a administração da SUDENE – a obra será impulsionada – declarou o presidente da República. [...].[552]

Na representação produzida pela sucursal de Brasília, percebe-se a cobertura das articulações políticas dos políticos piauienses com o ditador Castello Branco para a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, e como ela é considerada um "grande empreendimento" não apenas para o Piauí, mas para o Nordeste em seu conjunto, com o objetivo de alavancar o seu desenvolvimento econômico.

A primeira publicação a respeito da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, publicada de grande destaque no periódico *Estadão*, foi a do dia 10 de janeiro de 1965, escrita por José

[552] O presidente recebe governador. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 de julho de 1964, Ano LXXXV, Nº27.349, p.5

Staccini. Nessa produção jornalística, era destacado o potencial energético e socioeconômico do empreendimento e suas potencialidades:

> [...] Boa Esperança é assim – mais acentuadamente do que ocorreu com Paulo Afonso – um empreendimento em cuja concepção se desprezou de inicio e conceito de que só convém empregar dinheiro em hidrelétricas numa região já capaz de recompensar monetariamente a despesa, a breve prazo. Inverteu-se o conceito no caso dessa usina: de certo modo, cuidou-se antes de valorizar o homem que vive na região, abrir portas para a dinamização de enormes potencialidades econômicas de dois Estados que ainda figuram entre os mais pobres da Federação, preparar um poderoso apoio à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, pois no futuro os dois sistemas, o de Boa Esperança e o da CHESF, se interligarão, estendendo uma rede de energia – essa sim – proporcionará ao Nordeste a libertação econômica que há tanto tempo se espera.
> Esse o grande, o maior significado de Boa Esperança. Sinal dos mais evidentes de que um novo Brasil está surgindo. [...].[553]

No texto jornalístico escrito por José Staccini, percebe-se um teor propagandístico ao governo ditatorial pela construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, produzida nos estados considerados mais atrasados do país, o Piauí e Maranhão. Sendo destacado o potencial energético do empreendimento ligado ao sistema da CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco – da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, poderia gerar o tão propagado desenvolvimento econômico não só do Maranhão e do Piauí, mas dos estados da região Nordeste. Ademais, a cobertura do repórter não se limita à mera descrição técnica do empreendimento; ao contrário, o repórter atribui à obra um forte valor simbólico, apresentando-a como um marco do progresso e do desenvolvimento nacional.

Percebe-se no fragmento da reportagem do jornal *Estadão* uma evocação a um suposto "destino manifesto" do Brasil de se tornar um país desenvolvido, expresso nos investimentos de obras de infraestrutura que pudessem impulsionar o crescimento econômico das áreas consideradas mais subdesenvolvidas do país. As representações oficiais que destacavam a situação de "otimismo" ao desenvolvimento do Brasil foram usadas e apropriadas de outros

[553] STACCINI, José. Boa Esperança é hoje a barragem de Boa Certeza. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 10 de janeiro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.523, p.144

contextos[554], além da ditadura militar e seus aliados civis, que utilizaram como ferramenta de legitimação política através das perspectivas de desenvolvimento econômico.

O *Estadão*, na estrutura narrativa de seus editoriais, quando destacava o estado e a região em que a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança seria construída e que seriam beneficiados, no caso do Piauí e Maranhão, apresentava o seu cenário socioeconômico, principais atividades econômicas com destaque à situação de penúria e pobreza:

> Num setor do país em que a densidade populacional é mínima, está surgindo a pioneira Usina de Boa Esperança. As capitais do Piauí e do Maranhão figuram entre as principais cidades beneficiárias. Indústrias e muito melhores meios de comunicação: essa a perspectivas que se apresenta para a região agora, se inscreve ainda como uma das mais atrasadas do Brasil e do Continente. [...] [555]

Na reportagem com o título *Esperança de Redenção*, escrita por Henrik Ibsen Andrade Lemos, percebe-se que, antes dos detalhes para os leitores sobre a construção da Usina Hidrelétrica, é salientada a situação de pobreza e do atraso em relação aos demais estados do Brasil e ao Continente Americano. Essas reportagens e demais editoriais que anunciavam a pobreza piauiense, no contexto da divulgação da construção da Barragem da Boa Esperança, não eram aleatórias, faziam parte de uma estratégia discursiva de salientar que, através da obra de infraestrutura que seria investida pelo regime militar em parceria com o governo estadual, os estados considerados pobres e subdesenvolvidos iriam encontrar o tão sonhado desenvolvimento.

De acordo com Michel Foucault, os discursos possuem procedimentos internos que exercem seu próprio tipo de controle com o intuito de controlar suas interpretações sobre o acontecimento e o acaso, através dos "princípios de classificação, de ordenação, de distribuição"[556],isto é, da ordem das palavras que são estabelecidas no discurso, que não são nenhum pouco naturais. Relacionando com a representação produzida pelo jornal *Estadão*, observa-se que os enunciados da narrativa salientam o Piauí e o Maranhão como os estados

---

[554] A evocação de um sentimento de otimismo através da difusão de representações discursivas e visuais sobre a plena convicção que o desenvolvimento brasileiro acontecerá, não foram utilizadas apenas pela ditadura militar, durante a ditadura varguista foi usada para legitimar o regime do estadonovista e durante a experiência liberal-democrática, o governo Juscelino Kubitschek, aproveitou esse clima da expectativa de um crescimento econômico, como plataforma política, expressa no seu plano de metas e na construção da nova Capital, Brasília. BENEVIDES, Maria Victória. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (Orgs). **O Brasil de JK**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.21-38.

[555] Região do Babaçu. In: LEMOS, Henrik Ibsen Andrade. Esperança de Redenção. **O Estado de S. Paulo**: São Paulo, 10 de janeiro de 1965, Ano LXXXXVI, Nº27.523, p.144.

[556] FOUCAULT, Michel**. A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996, p.21.

com menor densidade demográfica, em seguida destacam que as capitais dos referidos estados seriam os maiores beneficiados com o fornecimento e distribuição de energia elétrica e salientam que são a "região mais pobre do Brasil", visando relacionar o desenvolvimento com a construção da Usina Hidrelétrica, que, através dela, o estado sairia da condição de pobreza, consequentemente, traz o entendimento de que o desenvolvimento viria por causa do governo ditatorial.

As representações discursivas sobre a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança pelos políticos aliados ao esquema Portella e ao regime militar expressavam discursos otimistas do desejo de superar o atraso por meio da Usina, como se fosse o símbolo da salvação econômica do Piauí e o único meio de solução dos problemas do estado[557]. Os veículos da "grande imprensa" incorporavam e internalizavam esse discurso acerca da Usina como ferramenta de propaganda e propagação do "compromisso" do regime militar com o desenvolvimento dos estados menos desenvolvidos e periféricos.

O Estado do Piauí, quando as autoridades estatais, como ministros de Estado e o presidente da República, realizavam visitas protocolares e oficiais para inaugurar alguma obra ou firmar parcerias com os governos do Estado, chamava atenção dos periódicos da grande imprensa nacional, principalmente quando era referente à inauguração de obras e serviços públicos. O ditador Humberto Alencar Castello Branco aceitou o convite do governador Petrônio Portella[558] para visitar o Estado do Piauí, para presenciar o início dos trabalhos da construção da Barragem com o desvio das águas do rio Parnaíba.

Nesse meandro, por causa da visita do ditador que ocupava a presidência da República, o periódico *Estadão* fez editoriais especiais acerca do Estado do Piauí referente à sua história e economia, em especial acerca das potencialidades e mudanças que a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança poderia acarretar no Estado, destacando essa obra de infraestrutura como se fosse um marco divisor, enfatizando uma narrativa de "antes" e "depois", na qual o investimento estatal simbolizava a possibilidade de o Piauí finalmente alcançar o tão sonhado processo de crescimento econômico:

> Boi morreu? O jeito – antigamente, é claro – era ir buscar outro, lá no Piauí. A formação, a economia e o desenvolvimento do Estado assentavam-se, com efeito, até recentemente, na civilização do couro. Hoje, a maior riqueza do Piauí, um dos Estados mais pobres da Federação, é constituída pelo babaçu e

[557] LIMA, Marconis Fernandes. **Cidade de Boa Esperança**: memórias da construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007, p.83.
[558] Presidente no Piauí sexta-feira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 de maio de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.636, p.1.

> a carnaúba. A criação de gado, a despeito da dizimação dos rebanhos pela sêca, continua a ser um dos sustentáculos da economia estadual. [...]. As projetadas Usina hidrelétricas no Parnaíba abrem ao Piauí excelentes perspectivas de desenvolvimento. Após a interligação do projetado sistema local com o de Paulo Afonso, o Estado será beneficiado pela produção de energia elétrica barata e abundante, com reflexos positivos sobre sua economia processo de desenvolvimento, pois as próprias riquezas naturais do Estado poderão ser exploradas de forma mais intensiva e prática, bem como as do vizinho Maranhão[559].

Na produção jornalística localizada na página 06, com o título *O Piauí já superou a fase da civilização do couro e agora demanda usinas hidrelétricas*, traz uma sensação de desenvolvimentismo indiscutível, como se, através das hidrelétricas, o Estado do Piauí fosse encontrar o tão aguardado desenvolvimento. Esses textos que abordam a construção da Usina Hidrelétrica focam muito por meio de sua contextualização de um discurso que evoca um imaginário de modernidade e do tecnicismo. Para Patrick Charaudeau, os grupos sociais constroem e difundem um conjunto de representações que julgam o passado, atribuindo às mudanças do presente um valor positivo, principalmente quando está em jogo a legitimidade da maneira de ser e de viver com o surgimento de novas visões de mundo[560].

O imaginário da modernidade evocado pelas mídias impressas da grande imprensa evocava o desejo das novas mudanças tecnológicas, maior dinamização da economia e desenvolvimento econômico das regiões periféricas. A modernização conservadora e autoritária defendida pela ditadura militar não era vista como uma ruptura com o passado em si, apenas com o passado que os militares consideravam como demagógico e de esquerda. O passado possuía uma revalorização, principalmente o do suposto destino do Brasil ser um gigante adormecido e ter seu lugar de relevância como uma superpotência[561].

Os textos jornalísticos do *Estadão*, quando abordavam a Usina de Boa Esperança, evocavam o discurso da modernidade de que, através dela, os estados considerados periféricos e subdesenvolvidos, no caso específico o Piauí e o Maranhão, encontrariam o seu desenvolvimento econômico e entrariam num novo ciclo de prosperidade. A própria seleção das representações discursivas em abordar nos seus enunciados o passado pobre para depois salientar o suposto desenvolvimento econômico através da Usina, fortalecia a sensação de que,

---

[559] O Piauí já superou a fase da civilização do couro e agora demanda usinas hidrelétricas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de maio de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.639, p.6

[560] CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Trad: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.215.

[561] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2024, p.101-120.

por meio dessas medidas modernizantes defendidas pela ditadura militar, o Piauí seria desenvolvido.

Esses discursos, sobre a tecnologia, para o teórico Patrick Charaudeau, "testemunham uma representação social sobre a maneira de enfocar o mundo e a técnica do ponto de vista de seu valor"[562]. Isto significa que os discursos que abordam as novidades tecnológicas, como a Usina Hidrelétrica, são portadores de um imaginário de verdade relacionado às noções de competência, eficiência e racionalização voltada para o progresso e a circulação de riquezas. Os discursos sobre o desenvolvimento econômico que os estados do Piauí e do Maranhão teriam com a geração e distribuição de energia elétrica possuem forte poder de legitimação e coesão social nos leitores por representarem um estado pobre que estava entrando dentro de um processo de modernização.

Nas representações discursivas produzidas pelo periódico *Estadão*, verifica-se pelos seus enunciados e os seus procedimentos discursivos que abordam o passado socioeconômico do estado com destaque às suas dificuldades e com o suposto futuro "próspero" após a construção da Usina Hidrelétrica, além de que para essa "redenção" econômica eram necessários investimentos em outras áreas estratégicas – projetos de melhoramento e industrialização da agricultura – e não ser ancorada na esperança de que uma Usina Hidrelétrica resolvesse todos os problemas da sociedade piauiense, como as representações difundidas não só pelos políticos piauienses, como pelas mídias impressas analisadas, transparecem:

> A Barragem da Boa Esperança é realmente uma solução para tirar do obscurantismo, do atraso e da estagnação populações inteiras praticamente confinados num chocante primitivismo e que jamais fruiram os benefícios do progresso ou conseguiram, mesmo de longe, acompanhar o desenvolvimento de outras regiões do País. O estado quase selvagem e de penúria extrema em que vivem essas populações é consequências da falta de meios em que, há séculos, se debate o Nordeste Ocidental. Todavia, a região tem possibilidades amplas e promissoras. [...]. Boa Esperança foi uma indicação profética que o seu próprio nome, hoje, justifica para salvar da infelicidade de um atraso secular, perto de dois terços da população do Nordeste Ocidental, cuja única via de comunicação e de produtividade até há bem pouco tempo era o próprio rio circunstancia que já não se compadece mais do surto de progresso que o Brasil, ora, atravessa[563].

Na reportagem *A barragem de Boa Esperança*, escrita por Octávio Moraes, no caderno especial localizado na centralidade da página 64, do jornal *Estadão* na edição do dia 24 de julho

[562] CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Trad: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.222.
[563] MORAES, Octavio. A barragem de Boa Esperança. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 de julho de 1966, Ano LXXXVII, Nº28.996, p. 64.

de 1966, percebe-se a visão do estado do Piauí ser um espaço marcado pela pobreza e pelo "primitivismo", como se não fosse possível os estados entrarem no processo de desenvolvimento econômico sem a ajuda do governo federal. Na reportagem, pode-se observar a visão estereotipada que o repórter possui dos estados do Maranhão e Piauí, por considerar os estados como "quase selvagens".

Michel Foucault afirma que os discursos são construídos tendo em vista a "vontade da verdade", isto é, os discursos, quando são fabricados, visam ser considerados e reconhecidos como "verdadeiros", sendo que, apoiado por um aporte institucional, exerce pressão e um poder de coerção sobre a sociedade[564]. Ou seja, as representações discursivas são construídas com o objetivo de serem reconhecidas como verdade e terem credibilidade para os seus receptores. A reportagem sobre a Barragem de Boa Esperança, pela maneira que foi organizada, hierarquizada e escrito o seu conteúdo, percebe-se a transmissão da ideia de que, com a Usina Hidrelétrica, o estado mudaria de situação socioeconômica, com a geração de energia elétrica que poderia ocasionar a exploração dos seus recursos naturais.

Além disso, observamos que algumas reportagens escritas pelas sucursais e correspondentes abordavam os efeitos colaterais da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, como a inundação de quatro cidades e o deslocamento de seus moradores para outros municípios:

> Boa Esperança – Quatro cidades, desaparecerão, submersas, sob o imenso lençol d'água da Barragem da Boa Esperança. Duas, do lado do Maranhão e, duas, do Piauí. A mais próxima é Guadalupe, que fica situada a trinta quilômetros de distância da Barragem. A seguinte é Nova Iorque, plantada em território maranhense a igual distância de sua vizinha do Piauí. As duas mais distante são Benedito Leite e a velha cidade de Uruçuí, separadas uma da outra pelas águas do rio Parnaíba. A primeira pertencente ao Maranhão e a segunda ao Piauí. Estão situadas à margem do Parnaíba distante mais de cem quilômetros da Barragem. Serão alagados mais cinco povoados ou distritos, desaparecendo inúmeras fazendas de uma e outra margem do rio.
> Mais de 10.000 pessoas perderão suas casas e glebas ribeirinhas. Passarão a residir em áreas mais altas, afastadas da cota máxima da Barragem, em cidades e campos determinados por um grupo de trabalho do DNOCS, DNOS e SUDENE, já escolhidos e em curso a planificação geral das novas cidades. [...].[565]

No texto escrito pelo correspondente e sucursal de Recife, Octavio Moraes, observa-se que o autor destaca os pontos negativos da construção da Barragem de Boa Esperança, que seria a inundação de quatro cidades, duas do Maranhão e as outras duas no Piauí, e o deslocamento

[564] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996, p.17-18.
[565] MORAES, Octavio. A barragem de Boa Esperança. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 de julho de 1966, Ano LXXXVII, Nº28.996, p. 64.

dos moradores para outros municípios que seriam criados. O texto jornalístico, apesar de expor as consequências da construção da Barragem, não se preocupa em abordar as opiniões e as visões dos próprios moradores que teriam as suas casas inundadas e seriam obrigados a mudar para outras localidades.

A construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança demorou cinco anos para ser inaugurada. Quando foi inaugurada durante o governo Médici, o periódico Estadão fez reportagens especiais sobre a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança e a situação socioeconômica dos estados do Piauí e do Maranhão:

> Maranhão e Piauí são dois Estados carentes não só de energia, mas de tudo. E a usina hidrelétrica de Boa Esperança (Castello Branco), que hoje se inaugura não será uma nova Paulo Afonso sem a realização de obras complementares de infra-estrutura. Representa um posso inicial – e decisivo – mas muito pouco poderá fazer sozinha pelo desenvolvimento dos dois Estados mais pobres do Brasil, onde, no dizer do governador Sarney, "começa-se agora a separar a luz das trevas"[566].

Na reportagem *Boa Esperança chega onde há falta de tudo*, produzida por Alberto Tamer, localizada na página 48 da edição do dia 07 de abril de 1970, percebe-se pelo próprio título o superdimensionamento da pobreza dos estados do Piauí e Maranhão, contudo, a respeito das expectativas de crescimento econômico a partir da geração de energia elétrica por meio da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, o repórter salienta que a obra, apesar de representar um avanço, ela sozinha não resolveria os problemas socioeconômicos dos dois estados. Nos editoriais seguintes, publicados na mesma página, sem a assinatura de jornalista, há críticas ao isolamento do Piauí, na sua política econômica baseada na agricultura e na movimentação comercial a partir da abertura de estradas com os estados da região Centro-Sul[567].

Segundo Marconi Fernandes Lima, a instalação e o funcionamento da Usina da Boa Esperança não eram vistos pelo regime militar como uma política econômica de desenvolver o Piauí por si só, mas de ser uma política regional de desenvolvimento dos estados vizinhos, na interligação da rede de energia elétrica, ao mesmo tempo em que era aumentada a malha rodoviária que interligava os centros urbanos do país[568]. Estes projetos faziam parte das preocupações dos militares com a integração econômica nacional dos estados periféricos que eram considerados áreas de "segurança nacional" para as Forças Armadas.

---

[566] TAMER, Alberto. Boa Esperança chega onde há falta de tudo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abril de 1970, Ano 91, Nº29139, p.48.
[567] Só energia não basta. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abril de 1970, Ano 91, Nº29139, p.48
[568] LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023, p.136-137.

Nos editoriais seguintes, publicados na mesma página, sem a assinatura de jornalista, há críticas ao isolamento do Piauí, na sua política econômica baseada na agricultura e à falta de investimentos nas outras áreas de infraestrutura:

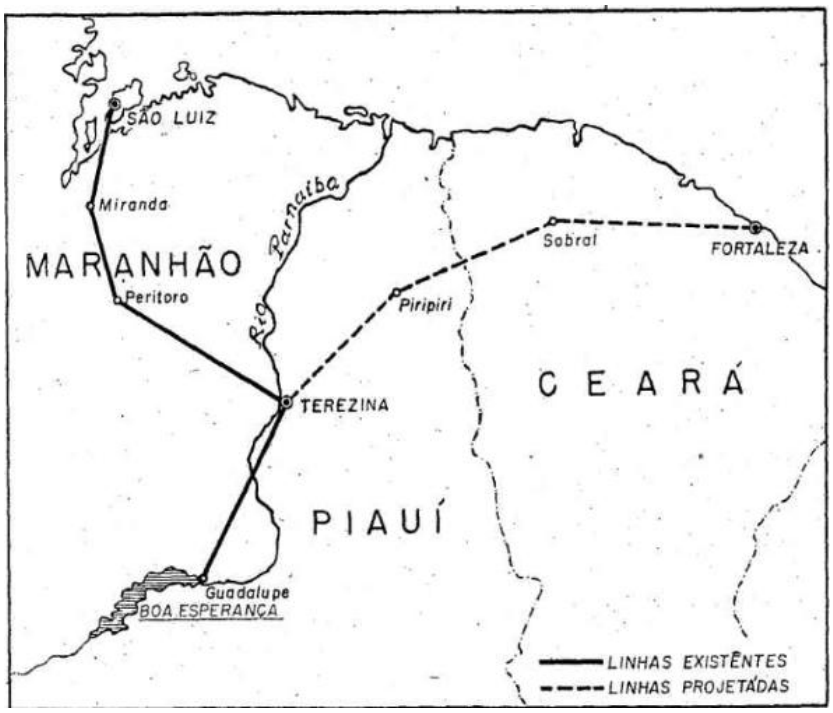
> [...] Estado essencialmente agrícola, baseado sua economia em uma agricultura quase se subsistência ou em uma pecuária de baixa produtividade, também semi-isolada do Brasil, busca sobreviver, abrindo estradas.
> [...]. Assim como o Estado vizinho, o Piauí vê na estreiteza do mercado consumidor o grande ponto de estrangulamento de sua economia – e que somente poderá ser superado com a realização de obras básicas na infraestrutura, as quais possibilitarão investimentos futuros. Estudos realizados, isoladamente, por técnicos dos dois Estados chegaram a conclusões tristemente idênticas: é extremamente baixa a receita da maior parte da população, essencialmente agrícola. O lavrador do Piauí e do Maranhão tem renda irrisória de apenas 48 ou 50 cruzeiros novos por ano.[569]

No texto jornalístico *Só energia não basta*, publicado na página 48, sem assinatura. Traz críticas às situações socioeconômicas dos estados do Maranhão e do Piauí, principalmente pela economia ser baseada numa agricultura quase de subsistência, somado à situação de penúria do lavrador, além da falta de investimentos nas áreas de infraestrutura. Esse editorial de crítica social, em um momento em que o governo ditatorial e as elites políticas piauienses estavam comemorando a inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, pode ser interpretado como uma crítica aos governantes e à falta de atenção ao homem do campo, sendo que, na visão do escritor, o fornecimento de energia elétrica sem investimentos em outras áreas prioritárias não mudará a realidade socioeconômica dos estados do Maranhão e do Piauí.

A cobertura midiática do *Estadão* acerca da inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança não restringiu os benefícios da obra exclusivamente a essas duas unidades federativas. Ao contrário, o jornal destacava que o empreendimento faria parte de um projeto mais amplo de integração energética do país, beneficiando também outros centros urbanos do Nordeste por meio do interligamento das redes de energia elétrica. Algo que pode ser visto pelo mapa publicado pelo *Estadão*:

[569] Só energia não basta. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abril de 1970, Ano 91, Nº29139, p.48

Figura 4: Interligação de energia elétrica



Fonte: *Estadão*[570]

No mapa publicado pelo periódico *Estadão*, é possível observar que, embora a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança tivesse inicialmente o objetivo de beneficiar os estados do Maranhão e do Piauí, a projeção de geração, fornecimento e distribuição de energia elétrica não iria ficar restrita a essas duas unidades federativas. A representação evidencia que o empreendimento foi concebido pelo regime militar como parte de um plano mais amplo de integração energética regional, alcançando também outros centros do Nordeste, como o estado do Ceará.

Além disso, percebe-se que a distribuição de energia elétrica não visava beneficiar integralmente os territórios do Maranhão e do Piauí, mas se concentrava prioritariamente em seus principais centros urbanos. As linhas já existentes e as projetadas revelam que o foco da política energética está localizado em detrimento dos municípios interioranos, perpetuando as desigualdades regionais. A inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança pelo general Médici foi realizada em conjunto com a malha rodoviária que interligava as capitais do Piauí e do Maranhão – Teresina e São Luís – que representava os esforços do regime militar em integrar economicamente os estados através da circulação de produtos e de mercadorias por meio das rodovias:

[570] TAMER, Alberto. Boa Esperança chega onde há falta de tudo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abril de 1970, Ano 91, Nº29139, p.48.

> Dando o passo inicial e definitivo para o desenvolvimento dos dois Estados mais pobres do Brasil, Maranhão e Piauí, o presidente Médici acionou ontem a primeira unidade geradora da nova usina hidrelétrica de Boa Esperança, denominada "Castelo Branco", em homenagem á memória do presidente que iniciou essa obra gigantesca. A nova usina, que irá beneficiar uma arca de mais de 5 milhões de habitantes, é considerada obra pioneira. Antes de acionar a usina hidrelétrica, o presidente da República inaugurou a rodovia que liga São Luís a Teresina. O presidente Médici e sua comitiva, da qual faziam parte os ministros Mário Andreazza, dos Transportes, e Reis Velloso, do Planejamento, chegaram ontem pela manhã a Teresina, onde foi recebido pelo governador do Piauí, sr. Helvídio Nunes, e por outras autoridades [...].[571]

Neste texto jornalístico intitulado *Médici inaugura Boa Esperança*, produzido pelo correspondente especial do jornal Estadão, localizado na parte superior à direita da página 38, percebe-se a cobertura da visita oficial do general-ditador Médici no Piauí para a inauguração da Usina Hidrelétrica em conjunto com a rodovia que ligou São Luís a Teresina. O próprio título da matéria ter no início o nome do Médici como se ele sozinho fosse o responsável pela inauguração, ao mesmo tempo que a matéria nos seus enunciados evidencia a homenagem dada ao marechal-ditador Castello Branco como o nome da Usina, demonstra uma forma de ser representado o caráter "paternal" dos ditadores do regime militar pelo periódico.

Vale salientar que, mesmo após a inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, a situação socioeconômica do estado do Piauí não mudou, e a ausência desse desenvolvimento resultou em críticas do jornal *Estadão*, como podemos observar no texto jornalístico:

> Energia não falta para a tão sonhada industrialização do Piauí: a hidrelétrica de Boa Esperança, inaugurada em 1970, no rio Parnaíba, tem uma capacidade de produção de 108 mil KW, que deverá ser aumentada, com a instalação de novas turbinas, para 216 mil KW. Com isso, até parte do Nordeste Oriental, além do Piauí e Maranhão inteiros, receberão energia de Boa Esperança. O problema é que no momento toda essa energia está virtualmente sendo jogada fora: um estudo da Secretaria do Planejamento do Piauí assinala que "a atual demanda de energia da região está aquém da produção, gerando um excedente inutilizado". O mesmo documento diz que em 1971 as indústrias nordestinas consumiram 43,7 por ceno da energia gasta na região. No mesmo ano, a participação do Piauí foi de apenas 9,3 por cento. E, mais adiante: "O consumo per capita de energia elétrica do Piauí é baixíssimo, representado em 1971, cerca de 1/4 do consumo observado no Nordeste. [...].[572]

No texto jornalístico, *Energia é farta, mas inútil*, publicada sem assinatura na página 48, em 1975, isto é, cinco anos após a inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança,

[571] Médici inaugura Boa Esperança. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de abril de 1970, Ano 91, Nº29140, p.38
[572] Energia é farta, mas inútil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 de fevereiro de 1975, Ano 96, Nº30.637, p.48

percebe-se uma crítica do grande potencial hidrelétrico de Boa Esperança desperdiçado no estado do Piauí, pela falta de infraestrutura básica para o consumo realizado pela população, sendo baixíssimo comparado ao consumo observado no Nordeste. Nesse meandro, observa-se uma crítica dos escritores do jornal Estadão ao não aproveitamento pelas autoridades piauienses dos investimentos públicos realizados para a geração e distribuição de energia elétrica no estado.

Através das análises das fontes do jornal *Estadão*, percebemos que o periódico noticiou a respeito da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, como um grande empreendimento do governo federal, em investir na geração, fornecimento e distribuição de energia elétrica para os dois estados considerados menos desenvolvidos do país. Entretanto, percebemos que o periódico não ficou alheio aos problemas de infraestrutura graves da região, no sentido de que só com o fornecimento de energia elétrica não mudaria a situação socioeconômica dos estados beneficiados.

6.3. **"Boa Esperança é pedra angular para o desenvolvimento":** a representação da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança no jornal *O Globo*

> Estou certo de que ao iniciar os trabalhos que desviarão o curso do Parnaíba estamos simultaneamente desviando o curso da História marcada por séculos de bravura e de sofrimento e que, em pouco, esperamos ver assinalada por uma era de prosperidade e de confiança no futuro. Assim, ao dirigir às populações do Maranhão, do Piauí e do Ceará estas palavras de esperança, congratulo-me jubilosamente com todos aquêles que por qualquer modo contribuíram para êste fato memorável da vida nacional
> Presidente Castelo Branco[573]

A Barragem da Boa Esperança Será a Grande Mensagem do Castelo Branco, foi o título da reportagem de toda a página 17 da edição do dia 14 de junho de 1965, sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, de retrospectiva à visita de solenidade do ditador Castello Branco ao início da construção da Barragem que serviria como reservatório para o armazenamento, distribuição e geração de energia elétrica para o desenvolvimento dos estados do Nordeste.

A representação discursiva do ditador, inicialmente destacada pelo jornal *O Globo*, salienta a situação de penúria e pobreza que assola os estados do Maranhão e Piauí, apresentando a obra como responsável por trazer um sentimento de otimismo e esperança em

[573] A Barragem da Boa Esperança Será a Grande Mensagem do Castelo Branco. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de junho de 1965, Ano XL, Nº11.992, p.17.

um futuro promissor, a partir da construção dessa obra faraônica de infraestrutura pelo regime militar. As representações e discursos de desenvolvimento publicadas pelos periódicos de grande imprensa acerca das obras implementadas pelo regime militar não foram aleatórias ou dissociadas de contexto, estão inseridas em um contexto de exaltar e gerar um tipo de consenso social com o regime militar através das expectativas de desenvolvimento econômico.

Neste tópico, visamos analisar como o jornal *O Globo* publicou nas suas representações jornalísticas a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, bem como quais os aspectos relacionados ao desenvolvimento do estado do Piauí foram representados nesse periódico e como abordavam a atuação da ditadura militar nesse empreendimento.

Na análise do jornal *O Globo*, que assim como o *Estadão*, observamos que as obras de infraestrutura, em especial as direcionadas à área da engenharia civil, possuíam forte divulgação no periódico, não só nos espaços rotineiros dos jornais, como também nos cadernos especiais, sobretudo os direcionados à economia, em que abordavam de maneira exaltadora e otimista a construção das obras de infraestrutura direcionadas pelo regime militar como fundamentais para o desenvolvimento do país.

Diferente dos textos jornalísticos do jornal O Globo que possuíam um pequeno espaço no jornal, as representações sobre o estado do Piauí quando estavam relacionadas à política econômica da ditadura voltada à integração econômica, possuíam um espaço bem considerável:

Figura 5:Piauí e Usina Boa de Esperança no jornal *O Globo*, 1964


A Usina da Boa Esperança Significará a Redenção da Área Mais Pobre do Brasil
NATAL QUE SE APROXIMA
Salvaram-se do Incêndio os Cenários do Teatro D. Maria II de Lisboa
CÃES E PÁSSAROS
SCAL-RIO
CLÍNICA DE OLHOS SANTA IZZIA
DECADÊNCIA DO AMOR
BILHÕES em debêntures da Ducal
DECRED S.A.
HOJE édia da ESCOLINHA DO CAÇULA
RÁDIO GLOBO
Estou ansioso pelo nôvo Conjunto CELITE que a mamãe comprou na Marcovan
13 peças em côres
Preços a partir de 57.250, ou 7.730, mensais
(entrega imediata)
LOJAS Marcovan

Fonte: *O Globo*[574]

Pela figura 5, podemos perceber um espaço de destaque do editorial produzido sem assinatura, a respeito da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, estando na localidade do centro da página 08. As outras matérias da página são destinadas a outros assuntos cotidianos e a anúncios de empresas. Percebemos que representações jornalísticas relacionadas à construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança ocuparam um espaço considerável no periódico *O Globo.*

A Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, noticiada pelo jornal *O Globo*, possuía um sentido de propaganda do possível desenvolvimento que poderia surgir através do funcionamento da referida Usina:

> A USINA de Boa Esperança, em construção no rio Parnaíba, entre os Estados do Piauí e Maranhão, que deverá começar a fornecer energia a partir de dezembro de 1966, representa para a região ocidental do nordeste brasileiro tida como a mais pobre do país, num marco decisivo para a sua recuperação econômica e social. A obra terá múltiplas finalidades, tôdas de grande vália

[574] A Usina De Boa Esperança Significará A Redenção Da Área Mais Pobre Do Brasil. **O Globo**, 16 de dezembro de 1964, n.11.844, ano XXIX, p.8

> para a região, pois ao lado do seu interesse primordial – produção de energia elétrica -, possibilitará a regularidade do regime do rio Parnaíba e, consequentemente melhoria nas condições de sua navegabilidade, o controle das cheias, a irrigação abundante e meios propícios ao fomento da piscicultura.
> A barragem de Boa Esperança irá controlar as enchentes que chegam a extravasar dez quilômetros da margem do rio, provocando a destruição da agricultura e matança dos rebanhos e a desgraça dos lares. A usina, incluída entre as obras de grande importância para o desenvolvimento do país, terá para o Piauí, grande parte do Maranhão, e para a zona norte do Ceará a mesma significação de Paulo Afonso para o Nordeste em geral. [...][575].

Nessa notícia escrita pela equipe editorial do jornal *O Globo* com o título *A Usina de Boa Esperança a Redenção da Área Mais Pobre do Brasil*, situada na centralidade da página 8, detalha como funcionaria a construção da Usina de Boa Esperança, que fica localizada na cidade de Guadalupe do Piauí, a 380 quilômetros de Teresina, e na cidade de São João dos Patos, a 540 quilômetros de distância de São Luís. Na produção jornalística, podemos perceber o destaque das múltiplas possibilidades que a construção da Usina geraria para os dois estados. Além do objetivo principal, que é a produção de energia elétrica, poderia controlar as enchentes por causa da barragem, o controle das cheias, a navegabilidade do rio Parnaíba e a irrigação da agricultura.

Chama atenção no texto, primeiramente pelo seu título, o destaque que dá à Usina de Boa Esperança em ser a "redenção" dos estados mais pobres do Brasil. As palavras "redenção" e "esperança", inseridas historicamente num contexto em que a população, principalmente a mais humilde, possui fortes dificuldades socioeconômicas causadas pela baixa remuneração, exploração do trabalho e pela violência, possuem forte sensibilidade a essas palavras por aludir ao surgimento de uma nova realidade social.

O texto jornalístico gera a impressão de que a obra da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança pode desenvolver os dois estados considerados isolados do crescimento e da integração econômica, colocando os aspectos positivos da construção da Hidrelétrica. No entanto, essa visão oficial muitas vezes ocultava os impactos negativos desses projetos, como o deslocamento forçado de comunidades, degradação ambiental e a concentração dos benefícios econômicos em grupos privilegiados.

De acordo com Michel Foucault, o sujeito que elabora os discursos, seja falado ou escrito, não pode expressar tudo o que pensa, ou falar qualquer coisa em quaisquer

[575] A Usina De Boa Esperança Significará A Redenção Da Área Mais Pobre Do Brasil. **O Globo**, 16 de dezembro de 1964, Ano XXIX, Nº11.844, p.8.

circunstâncias[576]. Neste sentido, as omissões e as exclusões de determinados aspectos sociais referentes às notícias que veiculava a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança não eram aleatórias ou sem sentido, visavam não se indispor com o regime ditatorial em revelar a situação da população mais humilde. O jornal *O Globo* até abordava o desaparecimento da cidade de Guadalupe, porém não coloca o ponto de vista da população:

> A área a ser inundada pela barragem, cujo represamento deverá iniciar-se em dezembro de 1965, mede aproximadamente 680 quilômetros quadrados, de forma foliolada. Serão inundados, do lado do Maranhão, as cidades de Benedito Leite e Nova Iorque, além de dois povoados – Pequi e Olho D'Água – e cinco sedes de fazendas. Do lado do Piauí, serão inundadas as cidades de Uruçuí e Guadalupe, os povoados de Pôrto Alegre e Tucuns e dez sedes de fazendas.[577]

Apesar do jornal abordar o desaparecimento de quatro cidades do Maranhão e duas cidades do Piauí por causa da inundação causada pela barragem, observamos uma representação limitada ao ponto de vista técnico, sem quaisquer comentários ou informações referentes ao que aconteceria com as populações que viviam nessas cidades ou à colocação da opinião dos moradores da região acerca de suas impressões a respeito da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

Além disso, no editorial, enfatiza-se as possibilidades que a referida obra poderia trazer para as economias locais do Maranhão e do Piauí:

> [...]. A zona que será beneficiada pela usina compreende grande parte dos dois Estados mais pobres, embora tenham ambas boas possibilidades econômicas, com o aproveitamento do rio Parnaíba e a irrigação do seu vale, o que permitirá uma agricultura intensiva, mecanizada, propiciando a transformação dos métodos primitivos até agora utilizados na exploração da indústria extrativa de côco, babaçu e carnaúba. Os técnicos consideram que a Usina de Boa Esperança será uma obra redentora, porque, atualmente, a atividade muscular representa a única fonte de energia.
> Lembram que o Maranhão, como o Piauí, tem sua economia assentada na atividade muscular, mas possui possibilidade de vir a ser incluído entre os Estados ricos da Federação [...].[578]

O texto jornalístico aponta para as possibilidades que a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança tem em desenvolver o estado do Piauí. Contudo, esse desenvolvimento não estaria

---

[576] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996, p.9.
[577] Quatro Cidades Inundadas. In: A Usina De Boa Esperança Significará A Redenção Da Área Mais Pobre Do Brasil. **O Globo**, 16 de dezembro de 1964, Ano XXIX, Nº11.844, p.8n.11.8
[578] Idem.

vinculado à industrialização voltada para a produção de bens manufaturados, mas sim à modernização do setor agropecuário. Nesse sentido, a usina aparece como peça central no processo de mecanização e industrialização da agricultura, voltada principalmente para a exportação.

Nos enunciados do discurso, percebe-se como na representação a ideia de redenção, através da Usina, é fortalecida pela ideia de que a energia elétrica poderia implementar o uso de novidades tecnológicas no campo, poderia ser uma alternativa às atividades sustentadas pelas atividades manuais. A ideia de redenção econômica utilizada no jornal *O Globo* está inserida no fato de que o uso de energia elétrica poderia acarretar um melhoramento das atividades agrícolas produzidas e não como se fosse sinônimo de industrialização.

Quando o marechal Humberto Alencar Castelo Branco visitou o Piauí para presenciar a divisão das águas do rio Parnaíba, realizada para construção da Barragem de Boa Esperança, fez um discurso que foi publicado pelo jornal *O Globo*, no qual o Piauí seria um estado desenvolvido, através do impulsionamento do governo federal:

> [...]. De fato, dentro do conjunto nordestino não se tem o Govêrno esquecido do Piauí, que deve começar a sentir haver passado à época em que era, realmente uma região inteiramente esquecida pela administração federal. [...]. Creio, pois, não haver exagerado ao afirmar que o Piauí deixará de ser um recanto esquecido do Brasil. Hoje – e é com satisfação que o digo, participe, em igualdade de condições com tôdas as demais unidades da Federação, dos esforços que o País depende no sentido de sanar desigualdades, que são inevitáveis – nas fases do desenvolvimento do País. Não devemos, pois, censurar, e, sim, evitar, na medida de nossa possibilidade. E é a essa tarefa que o Govêrno se está dedicando consciente e corajosamente. A renovar os meus agradecimentos pela maneira por que me recebeis, quero assegurar aos piauienses que, após tantos e tão longos anos de sofrimento e abandonos, êles devem ter motivos para se voltarem confiante para o futuro, no qual podem divisar alguma coisa que muitas haviam perdido: a esperança[579].

De acordo com Michel Foucault "[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade"[580], isto é, o discurso não é algo inocente ou aleatório, é produzido por uma intenção e com objetivos, relacionando com o discurso do governante da ditadura militar, percebe-se o enfoque em salientar que o Piauí não seria mais

[579] O Discurso. In: CASTELO MANTÉM SUA AUTORIDADE CONTRA OS QUE PRETENDEM MUDAR OS RUMOS DO GOVÊRNO. **O Globo**, 29 de maio de 1965, Ano XL, Nº11.979, p.6
[580] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996, p.8-9.

um espaço esquecido e abandonado pela gestão federal, com a finalidade de tornar o seu governo como diferente, no sentido de impulsionar o crescimento econômico do estados.

Essa apropriação da representação do estado do Piauí ser abandonado e esquecido, feita no discurso do Marechal Castello Branco, não foi usada de maneira leviana e sem propósito, mas no sentido de destacar a diferença com o período anterior e que o Piauí possui possibilidades de crescer juntamente com a Nação, trazendo uma sensação de aparente mudança e de expectativa ao desenvolvimento.

Carlos Fico, em sua análise sobre a construção do discurso oficial durante a ditadura militar, observa que a utilização do "otimismo" em torno da ideia de um Brasil promissor não foi uma invenção das Forças Armadas, tampouco exclusiva do período ditatorial. Tais discursos estavam presentes nas práticas discursivas das elites brasileiras e foram apropriados pelos órgãos de propaganda do regime para legitimar a repressão e as medidas autoritárias. Ao promover uma visão homogeneizada do país, esse otimismo projetava um futuro grandioso que, supostamente, justificaria todos os sacrifícios impostos à população[581]. O Piauí era alvo de discursos que apontavam os sacrifícios que deveriam ser feitos para o estabelecimento de um glorioso futuro, mas vale destacar que essas representações discursivas não eram apropriadas sem práticas[582], no caso eram refletidas em obras de infraestruturas que mostrassem a prosperidade e a modernidade, como a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

A Usina Hidrelétrica de Boa Esperança demorou 5 anos para ter seus trabalhos terminados[583] e, no decorrer dos anos, esta Usina era representada pelos jornais da grande imprensa como uma das provas do compromisso do regime militar com o desenvolvimento do estado, destacada nos seus periódicos:

> O sistema da Hidro-Elétrica da Boa Esperança, que está sendo edificada entre os Estados do Piauí e Maranhão, no médio Parnaíba, com o apoio financeiro da SUDENE, DNOCS, ELETROBRÁS, USAID/Nordeste e vários organismos financiadores do Govêrno Federal, é a segunda fonte alimentadora do Nordeste. Basicamente, destina-se a servir os Estados do Maranhão, do Piauí e a região norte do Ceará.
> A Companhia Hidro-Elétrica da Boa Esperança – COHEBE, constituída a 29 de julho de 1963, demorrou a partir de 1964, após o advento da Revolução, um intenso e ininterrupto programa de trabalho que assegura oferecer ao

[581] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2024, p.23.
[582] CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa (PT): Difel, 2002, p.136.
[583] A demora na finalização da obra da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança era reclamada pelos setores das elites piauienses que consideravam que o Piauí era preterido na aplicação de recursos pelas agências estatais do governo federal que recebiam apenas 0,3% das verbas destinadas a SUDENE para o desenvolvimento dos estados da região Nordeste. In: MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2019, p.223.

> Nordeste Ocidental, em fins de 1968, potência seis vêzes superior à existente no mercado. [...].[584]

No editorial, *Boa Esperança, a redenção do Nordeste Oriental*, escrita em caixa-alta, publicada na página 20, sem assinatura, percebe-se com detalhamento os investimentos de empresas estatais que estão envolvidas no financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. Chama a atenção o destaque que a produção jornalística dá à ditadura militar, descrita como "Revolução", como se fosse a responsável por prosseguir com a realização da obra de infraestrutura para o suposto desenvolvimento do Nordeste. Além disso, a própria Usina Hidrelétrica de Boa Esperança não era vista como responsável por fornecer energia elétrica apenas aos estados do Maranhão e Piauí, mas também aos demais estados do nordeste e do norte:

> [...]. A interligação com o sistema de Paulo Afonso tem o seu primeiro passo na penetração de suas linhas de transmissão pelo norte cearense, buscando unir os 220000kW do Parnaíba aos 12.000.000kW estimados do São Francisco. Boa Esperança ainda poderá figurar, no futuro, como elemento intermediário entre o potencial do São Francisco, já reconhecido e em parte explorado, e o de outros rios do Norte, como o Gurupi e o Tocantins. Assume,ainda, o sistema em construção pela COHEBE um verdadeiro papel de BOA ESPERANÇA, para os nordestinos do leste, do meio norte e até para os nortistas da Amazônia, configurando para o País o rompimento das fronteiras do desenvolvimento, acima das da Geografia. O isolamento dos sistemas elétricos é, também, o das civilizações humanas, cujas bases têm no uso da energia elétrica, abundante e a preços acessíveis, um dos parâmetros que condicionam o desenvolvimento dos povos.[585]

No texto jornalístico, expõe-se que a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança não era pensada apenas como fornecedora de energia elétrica para os estados do Maranhão e o Piauí, mas também para os demais estados da região Nordeste. Através da integração da energia elétrica que era distribuída e gerada pela Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, outrossim, o escritor salienta que a Usina de Boa Esperança é pensada também para a geração de energia elétrica para a região Norte. Nesse sentido, percebe-se que a Usina de Boa Esperança, além de ser pensada para o desenvolvimento dos estados do Maranhão e do Piauí, é pensada para o desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte, através do processo de integração nacional da rede de energia elétrica.

---

[584] BOA ESPERANÇA: REDENÇÃO DO NORDESTE ORIENTAL**. O Globo,** Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1967, Ano XLIII, Nº12.662 , p.20.
[585] BOA ESPERANÇA: REDENÇÃO DO NORDESTE ORIENTAL**. O Globo,** Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1967, Ano XLIII, Nº12.662 , p.20..

Os textos jornalísticos a respeito da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança em O Globo têm um caráter propagandístico e exaltador dos investimentos estatais nas obras de infraestrutura realizadas pelo regime militar. Segundo Carlos Fico, o espírito modernizante tão invocado pelos meios de comunicação, que estavam alinhados à propaganda governamental, traduzia-se na "vontade de adotar bens e serviços até então não generalizados no Brasil e na realização de projetos grandiosos, empreitadas de vulto, especialmente no campo da construção civil" [586].

Nesse meandro, a construção de obras de grande fisionomia e investimento estatal juntamente com a propaganda tinha o objetivo de mostrar um Brasil moderno e próspero que estava sendo construído por meio da ditadura militar.

> O Nordeste Ocidental perderá, em definitivo, ainda êste ano, a imagem de região subdesenvolvida. É que entre os Estados do Maranhão e Piauí, no médio Parnaíba, os programas de energia do Govêrno Revolucionário também se fazem presentes, através de construção da Hidrelétrica da Boa Esperança, cujas obras essenciais de engenharia, inclusive seu lago artificial capaz de acumular cêrca de 5 bilhões de metros cúbicos e todo o complexo do sistema de transmissão, estão concluídos ou em vias de conclusão: prontos na época prevista para a entrada em operação das duas primeiras máquinas que irão movimenta a Usina "Presidente Castello Branco". [...][587]

Nessa notícia com o título *Boa Esperança é pedra angular para o desenvolvimento*, escrita em letras maiúsculas, publicada na parte inferior do lado esquerdo da página 24, fez parte do caderno especial das Grandes Obras da Engenharia Nacional do periódico *O Globo*, e teve como objetivo divulgar o que o jornal coloca como "as principais obras da Engenharia Nacional que fazem parte da grande obra que é a construção de um Brasil maior"[*588*].

O texto jornalístico salienta a importância da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança em tirar a imagem dos estados do nordeste de região subdesenvolvida, além de destacar o papel do "governo revolucionário", isto é, a ditadura militar, em aplicar recursos monetários para o desenvolvimento da região. Percebe-se o sentido de colocar o regime militar como o propulsor do processo de modernização e desenvolvimento do país.

Essa edição especial teve um caráter propagandístico e exaltador dos investimentos estatais nas obras de infraestrutura realizadas pelo regime militar. Segundo Carlos Fico, o

---

[586] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2024, p.115-116.
[587] BOA ESPERANÇA É PEDRA ANGULAR PARA O DESENVOLVIMENTO. Caderno Especial. In: **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de março de 1969, p.24.
[588] Grandes Obras da Engenharia Nacional. Caderno Especial. In: **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de março de 1969, p.1.

espírito modernizante tão invocado pelos meios de comunicação, que estavam alinhados à propaganda governamental, traduzia-se na "vontade de adotar bens e serviços até então não generalizados no Brasil e na realização de projetos grandiosos, empreitadas de vulto, especialmente no campo da construção civil"[589]. Nesse meandro, a construção de obras de grande fisionomia e investimento estatal juntamente com a propaganda tinha o objetivo de mostrar um Brasil moderno e próspero que estava sendo construído por meio da ditadura militar.

Relacionando com a manchete acima do jornal *O Globo*, percebemos uma adesão e conveniência em divulgar essas obras que exaltam a ditadura militar, inclusive durante o fechamento do Congresso Nacional e as cassações de mandato causadas pelo AI-5[590], de divulgar as grandes obras executadas pelo regime ditatorial como uma maneira de o exaltar e o legitimar através do resultado econômico e dos ganhos materiais, inserindo a construção da Usina de Boa Esperança como uma "pedra angular", isto é, o elemento essencial para o desenvolvimento do Nordeste que é considerada uma região esquecida e abandonada.

No final do mês de agosto e em setembro de 1969, situada no contexto de endurecimento do regime militar após a sanção do AI-5, o jornal *O Globo* em comemoração aos 10 anos da criação da SUDENE, enviou dois emissários – Demerval Pereira Filho e Jorge Peter – para percorrerem os estados do nordeste, fazerem uma série de textos jornalísticos sobre os 10 estados da região, visitando 50 cidades, com o intuito de: "avaliar objetivamente, comparando os dados oficiais com os depoimentos da gente dos lugares numa série de reportagens que faremos a partir daqui e até o Maranhão"[591]. Na região Nordeste, uma das obras que foram visitadas pelos dois repórteres foi a Usina da Boa Esperança, fazendo parte do cronograma de viagens entre o Piauí e o Maranhão[592].

As matérias jornalísticas com o título *Nordeste ano 10*[593], apesar de retratarem as disparidades regionais e o subdesenvolvimento da região Nordeste, possuem um viés propagandístico governamental, no sentido de evidenciar as políticas de crescimento econômico do governo ditatorial:

---

[589] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2024, p.115-116.

[590] Após a sanção do Ato Institucional nº5, o Congresso Nacional foi fechado por quase 1 ano – 14 de outubro de 1968 a 21 de outubro de 1969 para a aprovação simbólica do nome do general Emílio Garrastazu Médici para a presidência da República.

[591] Nordeste, Ano 10. Mais de 50 cidades e 15 mil km de estrada na região-esperança. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1969, n. 13.284, ano XLV, p.13.

[592] Nordeste, Ano 10. Rumo a fronteira Amazônica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1969, n.13.234, ano XLV, p.13.

[593] O título *Nordeste Ano 10* faz alusão aos 10 anos da criação da SUDENE que tinha a promessa de integrar o Nordeste a economia nacional e diminuir as disparidades regionais entre o Nordeste e região Sudeste e Sul.

> Os resultados positivos da política de desenvolvimento são devidos não somente à coordenação dos investimentos federais na região, mas, principalmente, à criação de incentivos fiscais, creditícios e cambiais, para o setor privado. A política governamental vê na industrialização o meio mais válida para promover o desenvolvimento regional[594].

A ditadura militar não criou a SUDENE, órgão que surgiu durante o governo Juscelino Kubitschek[595], porém, as expectativas criadas em torno do espírito modernizante, que são resultado das políticas socioeconômicas do Estado brasileiro desde a década de 1930 de impulsionar o crescimento econômico, foram apropriadas e ressignificadas pelo regime ditatorial como a sua fonte de legitimação[596]. Na representação, o enfoque nas políticas de desenvolvimento aplicadas pelo governo federal traz um direcionamento não aos governos anteriores ao golpe de 1964, mas aos governos ditatoriais que, na óptica dos escritores, graças a eles, está tendo investimento em obras para o desenvolvimento dos estados nordestinos.

Foram cinco reportagens referentes ao estado do Piauí, publicadas entre os dias 10 a 30 de setembro, localizadas por volta da página 10-13, do lado superior à direita, cobrindo metade da lauda, sendo abordadas diversas características dos centros urbanos piauiense como Teresina e Floriano[597], dando destaque à distribuição de água, saneamento básico, meios de transporte[598] e o cotidiano da população[599].Além dos aspectos gerais do Piauí, as reportagens tiveram o foco nas potencialidades da inauguração da Usina da Boa Esperança, como podemos verificar no texto jornalístico referente ao fornecimento de energia da capital piauiense:

---

[594] Nordeste, Ano 10. Mais de 50 cidades e 15 mil km de estrada na região-esperança. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1969, Ano XLV, Nº. 13.284, p.13.

[595] A SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – foi criada pelo governo Juscelino Kubistchek, foi criada em 1958, com o objetivo de atrelar a economia do Nordeste ao processo de industrialização do país e de a tornar menos dependente das atividades baseadas na exportação de matérias-primas no mercado externo. Para mais informações sugerimos a leitura de: CAVALCANTE, Jupiraci Barros; FEITOSA, Cid Olival. A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro. **RPPR**, Rio de Janeiro – vol. 6, nº 2, maio a agosto, p. 226-247, 2019.

[596] O golpe de 1964, apesar de ser apoiado por parcela do empresariado e de defensores do liberalismo econômico, a ditadura militar brasileira não abandonou o processo intervencionista no direcionamento do crescimento econômico, sendo que os resultados favoráveis do aumento do PIB, isto é, o desempenho econômico foi utilizado como fonte de legitimação dos militares, apesar dos fortes impactos que causou na distribuição de renda e no endividamento externo. In: PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.207-242.

[597] Nordeste, Ano 10. Cidade de Floriano mostra como cresce. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1969, Ano XLV, Nº.13.296, p.13.

[598] Nordeste, Ano 10: Teresina, uma cidade rodeada de problemas. **O Globo,** Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1969, Ano XLV, Nº.13.307, p.13.

[599] Nordeste, Ano 10. Roupa suja lava-se perto de casa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1969, Ano XLV, Nº.13.303, p.11.

> TERESINA, Piauí (De Merval Pereira Filho e Jorge Peter, enviados especiais de O GLOBO) – O problema principal encontrado pelo Piauí para imprimir definitivamente o progresso é a falta de confiança em suas possibilidades futuras, principalmente por parte dos investidores particulares. Os planos de instalação e ampliação de nove indústrias, aprovados pela SUDENE ainda não estão em funcionamento, pois os investidores do Banco do Nordeste Brasileiro não acreditam na aplicação de seus recursos nas indústrias piauienses. O trabalho vem sendo árduo e, no Natal dêste ano, quando a energia da Boa Esperança chega à capital, espera-se que o panorama mude de figura e os investidores possam a acreditar nas possibilidades futuras do Estado.[600]

Podemos observar o enfoque em que os repórteres e os editores do periódico *O Globo*, da ausência do progresso do Piauí, causado pela falta de possibilidade e de expectativa de rendimento financeiro que o Estado gera para os investidores privados das demais regiões do país por causa de suas condições de infraestrutura. Contudo, o texto, além de abordar a exclusão do Piauí pelos órgãos federais, a responsabilidade é direcionada às condições do Estado, traz críticas aos governadores piauienses, sendo colocados como os responsáveis pelos problemas infraestruturais básicos que o Estado sofre, sobretudo nas cidades interioranas:

> [...] O clima de descrédito vem mais de fora para dentro. Acostumados com os problemas de dez anos atrás, quando o Piauí atravessou uma de suas principais crises com o transbordamento do rio Parnaíba e, mesmo sem esta tragédia, encontrava-se perdido e abandonado, sem apoio, os investidores do Sul do País fazem ainda hoje uma idéia antiga do Estado. Mas, os esforços são grandes e Govêrno e povo estão unidos numa campanha em parte idêntica à que se realiza no Maranhão, para reabilitar a figura do Estado diante de todo o Brasil. O maior trunfo, a Hidrelétrica de Boa Esperança, começará a funcionar em fins dêste ano. Em princípio, a SUDENE teve papel preponderante no comêço da arrancada e, praticamente, atuava sozinha, pois o Estado carecia de organização. De dois anos para cá os trabalhos vêm sendo realizados de acôrdo com as diversas secretarias estaduais, e tomam nôvo alento. As estruturas ainda são falhas e o trabalho é árduo. A maioria das cidades do interior não tem sistema de esgoto e a situação sanitária do Estado é das mais deficientes[601].

Na produção jornalística, os autores atribuem parte das dificuldades socioeconômicas do Piauí a problemas geológicos, como a estiagem do Rio Parnaíba, cuja navegabilidade, no passado, representava o principal meio de transporte e circulação de mercadoria, especialmente durante o auge da economia baseada no extrativismo vegetal[602]. Paralelamente, os jornalistas

---

[600] PIAUÍ quer impor confiança com energia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1969, Ano XLV, Nº 13.304, p.11.
[601] Idem.
[602] Para mais informações sobre o declínio da navegabilidade do rio Parnaíba relacionado com a crise da economia baseada no extrativismo vegetal, indicamos: MASCARENHAS, Fabio Nadson Bezerra. **Inovadores parnaibanos**: a produção do jornal *Inovação* em Parnaíba de 1977 a 1982. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007, p.64-78.

apontam que o estado foi negligenciado pelos investidores oriundos dos principais centros urbanos do país. No entanto, essa situação de abandono não é atribuída ao governo federal – a ditadura militar –, mas é contrabalançada pela ênfase dada aos investimentos promovidos na construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, executada com o apoio da SUDENE.

As críticas do texto jornalístico são direcionadas aos governos estaduais do Piauí, seja pelo comodismo, por negligência ou omissão pelos problemas estruturais não restritos à capital, sobretudo no interior, com a falta de estruturas infraestruturais básicas, como sistemas de esgoto e saneamento básico, ocasionando uma desconexão e descontinuidade com as intervenções institucionais do governo federal, causada pela falta de organização e planejamento das gestões estaduais.

Os textos jornalísticos produzidos pelo jornal *O Globo*, a respeito da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança na série *Nordeste, ano 10*, ela é destacada como a principal obra financiada pela SUDENE que era retratada de maneira otimista, como a obra que seria responsável pela mudança da situação socioeconômica do estado do Piauí, ao mesmo tempo que critica as gestões estaduais pela falta de infraestrutura do Estado. Essas representações jornalísticas que abordam a pobreza do estado, em simultâneo, enfatizam as possibilidades de desenvolvimento econômico a partir da Usina da Boa Esperança, fazem parte das propagandas midiáticas referentes às obras de infraestrutura desenvolvidas pela ditadura militar.

A obra da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança foi finalizada em 1970, após cinco anos de trabalhos. Foi inaugurada durante o governo ditatorial de Médici, que viajou para o Piauí durante as inaugurações da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança juntamente com as rodovias que ligam Teresina a São Luís[603]. O jornal *O Globo* noticiou sobre a inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança pelo general Médici, que foi realizada em conjunto com a malha rodoviária que interligava as capitais do Piauí e do Maranhão – Teresina e São Luís – que representava os esforços do regime militar em integrar economicamente os estados através da circulação de produtos e de mercadorias por meio das rodovias:

> Construída numa das regiões menos desenvolvidas do território nacional, a Hidrelétrica de Boa Esperança foi iniciada em agôsto de 1964. Consta de uma barragem de 53 metros de altura máxima, com dez metros de coroamento, 20 de largura máxima na vase, e 5212 metros de extensão. O volume total do material compactado é de 3 milhões e 200 mil metros cúbicos. À cada de fôrça, abriga dois conjuntos-turbinas, geradores, equipamentos de comando e auxiliares. Sua capacidade total de geração é de 900 milhões de KWH. Levará luz a 80 cidades até o fim do ano e custou no Govêrno Federal 400 milhões de

[603] Presidente vai inaugurar hoje a Teresina – São Luís. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1970, Ano XLV, Nº13.478, p.16.

> cruzeiros novos, incluindo 40 milhões de cruzeiros novos de empréstimos concedidos pela USAID. O trecho da São Luís – Teresina ontem inaugurado é de 436 km de rodovia pavimentada, ligando São Luís e parte dos municípios maranhenses à capital do Piauí[604].

Na cobertura do jornal O Globo com a inauguração da obra da Usina de Boa Esperança, com o título *A usina e as rodovias*, publicada sem assinatura, inserida na página 3 do periódico, traz com detalhes técnicos as obras que foram inauguradas pelo general-ditador nos estados do Piauí e do Maranhão com uma narrativa informativa que reproduz a visão tecnicista do regime militar.

O editorial, ao noticiar a finalização e inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, bem como a construção de rodovias no estado, adota uma narrativa centrada na descrição técnica dos empreendimentos, destacando dados como espessura, largura, profundidade, capacidade instalada e volume dos investimentos públicos. Essa abordagem integra uma estratégia de propaganda do regime militar, caracterizada pelo chamado "jornalismo econômico", no qual as obras e as políticas governamentais são representadas sem qualquer problematização crítica. Nesse modelo de cobertura, o periódico limita-se a reproduzir a ótica oficial do regime, exaltando o progresso técnico-administrativo como símbolo de eficiência e legitimidade do governo, ao mesmo tempo em que silencia os custos sociais e políticos desses projetos.

Através da análise das fontes hemerográficas do jornal **O Globo**, observamos que a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança foi representada nos seus editoriais e reportagens, produzidas pelos seus repórteres e correspondentes, como uma obra que seria responsável pela "salvação" e "redenção" dos estados do Maranhão e Piauí por meio dessa grande obra de infraestrutura que seria responsável pelo desenvolvimento econômico da região. Percebe-se nessas representações a tentativa de evidenciar práticas desenvolvimentistas da ditadura militar por meio da construção da Usina Hidrelétrica.

O jornal *O Globo*, por ser um periódico sediado no Rio de Janeiro, é fortemente vinculado aos interesses das elites econômicas e dos grandes investidores capitalistas, sobretudo do Sudeste. O jornal, ao manter proximidade com as pautas e projetos do governo ditatorial, representou a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança como uma grande realização do regime militar, com adoção de uma narrativa alinhada ao discurso modernizador e desenvolvimentista oficial. Nesse sentido, a obra foi convertida em símbolo do progresso promovido pela ditadura, funcionando como instrumento de propaganda política que buscava

[604] A USINA E AS RODOVIAS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1970, Ano XLV, Nº13.471, p.3.

legitimar o governo diante da opinião pública, em especial por meio da exaltação do crescimento econômico e da exaltação nacional do nordeste.

Na cobertura da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, o periódico *O Globo* publicou nos seus editoriais e matérias acerca da Usina de Boa Esperança, como se fosse a "redenção" e a peça fundamental para o desenvolvimento econômico do estado do Piauí. Ademais, a divulgação da obra em espaço considerável no jornal foi causada principalmente por ser considerada algo de interesse nacional e por ser utilizada como propaganda política por fazer parte das obras de infraestrutura executadas pelo governo ditatorial militar no seu projeto de integração nacional. Além disso, diferente do periódico *Estadão*, não percebemos no jornal *O Globo*, críticas sociais acerca de que, além do investimento de energia elétrica, era necessário investimento público em outras áreas estratégicas.

7. **“CHEGOU A VEZ DO PIAUÍ”:** A REPRESENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ DURANTE A DITADURA MILITAR NOS JORNAIS *ESTADÃO* E *O GLOBO* (1971-1975)

Neste capítulo, temos como objetivo analisar como os jornais *Estadão* e *O Globo* abordaram o suposto desenvolvimento econômico do estado do Piauí, a partir das ações da ditadura militar e dos governadores do estado, destacando as obras de infraestrutura e intervenções públicas geradas pelos gestores estaduais. A priori, abordamos o processo de modernização conservadora e autoritária no estado do Piauí, a partir das intervenções realizadas pelos governadores biônicos, sendo focado nas suas intervenções urbanas voltadas para o desenvolvimento econômico e na promoção da sua imagem.

Em seguida, abordamos como os jornais *Estadão* e *O Globo* representaram as medidas tomadas para o “desenvolvimento” do estado do Piauí, em consonância com as medidas implementadas pela ditadura militar. Destacamos o governo de Alberto Silva, em especial pela sua política de veicular a imagem de um “Piauí próspero” em consonância com a representação do “Brasil Gigante” dos militares nos meios midiáticos.

7.1. **Os agentes da ditadura:** o projeto da modernização-conservadora e autoritária no Piauí

> Naquela época, o Piauí era manchete nas revistas, jornais, rádios e televisão afora, devido a uma administração que sem dúvida alguma foi o grande marco para a arrancada desenvolvimentista, pois além do trabalho que se realizava na área da construção civil, um outro se destacava que era o processo de mentalidade de um povo introvertido em virtude do descrédito que lhe transmitiam alguns dos governantes que antecederam.[605]

No excerto do discurso de Tomás Teixeira, escrito no livro *A outra face da oligarquia no Piauí*, percebe-se o destaque à gestão Alberto Silva durante a ditadura militar, pelo Piauí ser manchete nos veículos de comunicação em massa de rede nacional por causa de sua suposta gestão desenvolvimentista, acompanhada com as obras de infraestrutura da construção civil e da suposta mentalidade de otimismo e progresso no povo piauiense.

De acordo com Michel Pollak, a memória é um fenômeno construído e é seletivo, nem tudo fica gravado e registrado. Essa memória em torno de Alberto Silva é um exemplo de “memória enquadrada”[606] que foi construída através de suas obras de infraestrutura e

[605] TEIXEIRA, Tomás. **A outra face da oligarquia do Piauí**. Fortaleza: Stylus Comunicação, 1981, p.23.
[606] POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p.3-15, 1989.

propaganda estatal difundidas pelos veículos de comunicação e pelas agências governamentais. Na qual mesmo os seus opositores políticos reconhecem a importância e as realizações do seu primeiro mandato para o desenvolvimento do estado[607]. Apesar de que durante o período do famigerado "milagre econômico" brasileiro, o Brasil foi alvo de uma intensa propaganda eufórica em torno das taxas do crescimento econômico, em paralelo ao endurecimento das medidas de exceção que cerceavam os direitos de liberdade de expressão[608].

Embora a ditadura militar estivesse aliada a setores latifundiários, conservadores e liberais, ela não rompeu completamente com as políticas estatais de modernização implementadas pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. O projeto de intervenção estatal na economia foi mantido, porém com um caráter menos nacionalista e mais dependente do capital externo, refletindo uma reconfiguração do desenvolvimentismo em moldes autoritários e alinhados aos interesses do mercado internacional[609].

A expectativa de crescimento econômico, com a execução de reformas que pudessem impulsionar a economia brasileira e garantir a integração econômica da Nação no usufruto desse crescimento, não era algo defendido apenas pelas esquerdas. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, os grupos que apoiaram o golpe de 1964 e formaram a coalizão civil-militar da ditadura militar possuíam, como elementos da aliança, o anticomunismo e o consenso sobre a necessidade de retirar João Goulart e as esquerdas da presidência. Esses grupos, embora contrários às Reformas de Base propostas pelas esquerdas, não eram grupos homogêneos e unitários, e nem necessariamente antirreformistas. Parte dos apoiadores do golpe e da ditadura era favorável à implementação de reformas que pudessem modernizar o país, "desde que afastado qualquer perigo de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias"[610].

---

[607] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio. **Tempo e memória**: interfaces entre os campos da comunicação e da história Porto Alegre: EDIPURS, 2020, p.277.

[608] FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida de (Orgs). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.167-206.

[609] LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023, p.71.

[610] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.8-9.

A ditadura militar, nesse sentido, foi modernizadora, conservadora e autoritária[611] , pois manteve as estruturas tradicionais, não realizou rupturas radicais nos modos operandi da sociedade e reprimiu duramente os seus opositores, sobretudo os de ideais políticos situados no espectro da esquerda. Todavia, ao mesmo tempo, a ditadura impulsionou a modernização ao incentivar a industrialização, a urbanização, a mecanização do campo, as reformas nas instituições do Estado e a instalação de novas tecnologias[612].

Este desenvolvimento econômico, embora tenha causado fortes prejuízos aos trabalhadores – com a ampliação das desigualdades sociais com uma sociedade regida pelos detentores das riquezas[613] – também contribuiu para o surgimento de uma classe média urbana e subalterna. Esse grupo passou a gerar demandas no mercado de bens culturais, voltadas ao consumo de produtos associados à modernidade e ao progresso, como eletrodomésticos e automóveis, itens consumidos principalmente por essa nova classe média urbana. Isso acarretou no desenvolvimento de demandas no mercado de bens culturais a serem consumidos por produtos que eram considerados elementos da modernidade e do progresso, como: eletrodomésticos e automóveis, objetos de consumo principalmente para a classe média urbana[614].

Muitos setores das elites política e econômica do Piauí viam o governo liderado pelas Forças Armadas como necessário, pois, além de reprimir os movimentos populares ligados às esquerdas – que ameaçavam o seu *status quo* –, entendiam que um governo forte, conservador e energético seria a melhor alternativa para garantir a integração econômica da Nação e a

---

611 O conceito de "modernização conservadora e autoritária" foi apropriado dos estudos de Barrington Moore Júnior que sob influência do marxismo, fez uma análise crítica as teorias de modernização estadunidenses, defendendo que a modernização seguiria caminhos diferentes em outros países com base nas suas particularidades, sendo que poderia se mesclar com forças conservadoras e autoritárias. In: MOORE JÚNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975.

612 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.12-13.

613 O período de crescimento econômico gerido pelos governos dos generais militares, o chamado de "milagre econômico", foi resultado de uma política econômica de impulsionamento a industrialização através de endividamento externo, expansão do crédito, distribuição de inventivos fiscais, crédito subsidiado, expansão da indústria ligada a produção e manutenção de automóveis, construção maciça de obras públicas nos grandes centros urbanos, expansão da distribuição de energia elétrica e do setor das telecomunicações que ao mesmo tempo, para a maioria da população, essa política econômica resultou em arrocho salarial, concentração de renda. conservação dos latifúndios, expulsão dos moradores do meio rural – com a mecanização do campo -, facilitou a dispensa dos trabalhadores nas grandes empresas, reprimiu os movimentos sociais e os sindicatos, situação essa que era atenuada até o governo Geisel, pelo controle da inflação e pela "sensação" de pleno emprego. In: SINGER, Paul. Processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010, volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.127-182.

614 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.9.

inserção dos estados periféricos, como o Piauí, no processo de progresso econômico, entendido como industrialização e modernização[615] .

O Piauí, por ser um estado subdesenvolvido e frequentemente apontado pela imprensa nacional como o "estado mais pobre" da Federação, chamava a atenção da ditadura militar nos seus projetos políticos, não no sentido de industrializá-lo, mas de integrá-lo à economia nacional por meio de obras de infraestrutura que garantissem serviços básicos – energia, água, estradas e saneamento básico – que proporcionassem a intensificação das conexões econômicas dos centros urbanos piauienses e destes com os estados do centro-sul[616].

Os projetos reformadores defendidos pela ditadura militar deveriam ser implementados por meio de amplos investimentos em infraestrutura – como agricultura, energia elétrica, saneamento básico e construção de rodovias –, considerados mecanismos de inserção regional à economia nacional. Entretanto, diferentemente das propostas pelas esquerdas e João Goulart, essas medidas eram pouco inclusivas e afeitas aos interesses dos trabalhadores[617].

Segundo Francisco José Leandro Araújo de Castro, parte dos setores da elite política e econômica piauiense percebeu no governo dos militares uma oportunidade estratégica. Com o afastamento e a repressão às esquerdas, esses grupos vislumbraram a chance de ampliar seus investimentos e obter financiamento estatal para seus negócios, aproveitando-se das características de um estado autoritário e centralizador[618].

A bandeira da modernização-conservadora no estado do Piauí foi levantada pelos grupos adesistas da ditadura em defesa da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança que, segundo os mesmos, através dos investimentos do Estado autoritário e militarizado, possibilitaria o desenvolvimento e o progresso econômico ao povo piauiense[619]. As gestões estaduais piauienses se adequaram às diretrizes do desenvolvimento econômico defendido pela ditadura militar, especialmente referente ao lema "Desenvolvimento com segurança"[620]. O

---

[615] RABELO, Elson de Assis. **A história entre Tempos e Contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008, p.59.
[616] LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023, p.14.
[617] CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.292.
[618] Idem, p.251.
[619] Idem, p.290.
[620] O regime militar segundo Rodrigo Patto Sá Motta apesar de ter aglutinados grupos sociais ideológicos que defendiam: o nacionalismo autoritário, liberalismo econômico e conservadorismo, não tinha uma coesão ideológica única além do anticomunismo, o máximo de coesão poderia ser expressa pelo lema "Desenvolvimento e Segurança" que representaria a união dos interesses do projeto modernizante conservador e autoritário. Para mais informações desse debate, conferir: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.290-291.

governador Petrônio Portella, após apoiar o lado dos vencedores, abandonou a bandeira da Reforma de Base e acolheu a defesa do desenvolvimento econômico em consonância com a manutenção da ordem e o combate à subversão comunista[621].

Com a nova ordem instituída pelas Forças Armadas, o gestor piauiense aproximou-se do ditador Castello Branco com o objetivo de possibilitar os recursos necessário para a execução da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança[622]. Os projetos de modernização conservadora durante o governo Petrônio Portella, após o golpe de 1964, foram efetivados através dos amplos investimentos em infraestrutura básica, como pavimentação de estradas de rodagem, investimento em energia elétrica, agricultura, que eram vistos como mecanismos de inserção regional ao cenário nacional[623].

O sucessor de Petrônio Portella, o governador biônico Helvídio Nunes de Barros, teve sua gestão marcada por práticas assistencialistas e por um desenvolvimento alinhado ao projeto da ditadura militar, principalmente por meio de investimentos estatais nos municípios piauienses mais interioranos, com a realização de obras públicas nas áreas de segurança e esporte. A atuação foi fortemente centralizada no âmbito administrativo, estabelecendo vínculos diretos entre o governador e os prefeitos da base aliada, com o objetivo de fortalecer o grupo político no estado visando as eleições legislativas[624].

Teve como uma de suas principais bandeiras a finalização da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. Prosseguiu a luta do governador Petrônio Portella para a criação da Fundação da Universidade Federal do Piauí – FUFPI – que estava em tramitação no Ministério da Educação e a construção de estradas estaduais que ligassem o interior do estado do Piauí[625]. Além disso, seu governo foi marcado pela propaganda política nos veículos de comunicação piauienses, sobretudo nos jornais acerca das inaugurações de obras públicas de infraestrutura básica – quadras de esportes, delegacias, hospitais, caixa de água e estradas – principalmente voltadas à integração dos municípios dos interiores, em específico as do sul do estado[626].

---

621 CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.290-293.
622 TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**. Brasília: Senado Federal; Subsecretária de Edições Técnicas, 2010, p.181.
623 CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022, p.292.
624 SILVA, Roberto John Gonçalves da. **Metamorfose das Oligarquias**: o caso do Piauí. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p.212-213.
625 KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso**: o político e sua época. Teresina: Zodíaco, 2006, p.378.
626 FREITAS, Maura Régia de. **O homem e o político**: articulações de Helvídio Nunes de Barros e sua representatividade no governo do Piauí (1966-1970). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2014, p.51-52.

Contudo, foi na gestão de Alberto Tavares Silva que teve a maior adequação ao projeto de integração econômica do regime militar, especialmente na transformação da capital de Teresina, segundo os padrões considerados modernos pelos grupos hegemônicos. Seu governo foi marcado pela propaganda de ter um perfil mais técnico do que político, por não fazer parte das oligarquias políticas situadas no grupo político liderado em torno do senador Petrônio Portella, apesar de também ser um político, membro da elite política parnaibana e que cumpriu anteriormente mandatos de prefeito da cidade de Parnaíba e de deputado estadual[627].

A sua formação como engenheiro possibilitou a ocupação de cargos fora do Piauí que lhe permitiu construir uma rede de aliados políticos, especialmente no estado do Ceará que possibilitou sua indicação ao cargo de governador do Piauí, seu nome foi apoiado pelo ex-governador Virgílio Távora[628], César Carlos de Oliveira[629] e o Ministro de Minas e Energia, Costa Cavalcante[630] que deram seu aval ao ditador Médici a sua indicação[631].

A sua indicação política extrapolou o ambiente político e abrangeu o ambiente familiar com o casamento entre a filha de Alberto Silva – Juliana Tavares Silva – com o filho de Virgílio Távora – Carlo Virgílio Távora[632], algo que é característico das culturas políticas do Brasil nas indicações a cargos públicos pelos governantes estarem relacionados a contatos permeados de laços políticos e sociofamiliares do que propriamente a questões puramente técnicas e profissionais.

A escolha de Alberto Tavares Silva pelo então ditador Médici foi caracterizada por sua atuação como um agente social capaz de executar os processos de reorganização espacial,

---

[627] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e a crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.116-118.

[628] Virgílio de Morais Fernandes Távora (1911-1988), foi um militar, engenheiro e político cearense. Foi deputado federal (1951-1959) e foi eleito governador do Ceará (1963-1966) pela UDN. Durante a ditadura militar, filiou-se a ARENA, foi senador (1971-1978), retornou ao governo do Ceará em 1980-1982 e exerceu o mandato de senador (1983-1988). Link de acesso: https://www.camara.leg.br/deputados/131376/biografia Acesso: 08 de agosto de 2025.

[629] César Cals de Oliveira Filho (1926-1991), foi um engenheiro e político do Ceará. Durante a ditadura militar foi nomeado ao cargo de governador do estado do Ceará (1971-1975), ocupou em seguida o cargo de diretor da ELETROBRÁS (1975-1978) e elegeu-se como senador (1979-1987), mas passou maior parte do mandato licenciado por ter sido nomeado ao cargo de ministro das Minas e Energia (1979-1985) do governo Figueiredo. Link de acesso: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1558 Acesso: 08 de agosto de 2025.

[630] José Costa Cavalcanti (1918-1991), foi um político e militar cearense de nascimento. Foi eleito ao cargo de deputado federal (1963-1967; 1967-1971), pelo estado de Pernambuco e pelas siglas UDN e ARENA respectivamente. Além disso, durante seu segundo mandato licenciou-se do cargo para assumir o ministério das Minas e Energias durante o governo Costa e Silva (1967-1969). Link de acesso: https://www.camara.leg.br/deputados/131276/biografia. Acesso: 08 de agosto de 2025.

[631] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e a crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.79-80.

[632] MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **Por dentro da pauta**: história política e cultural na imprensa do Piauí. Teresina-PI: EdUESPI, 2024, p.112.

principalmente do espaço urbano da capital piauiense[633]. A primeira gestão albertista coincidiu com o período que é considerado pelo senso comum como o governo do "milagre econômico"[634] brasileiro, marcado pelo alto crescimento da economia brasileira, representada pelas altas taxas do PIB brasileiro, e que foi simultaneamente o governo dos "anos de chumbo", caracterizado pela forte repressão aos movimentos oposicionistas em todos os níveis da sociedade, seja os armados como os não armados de viés democrático[635].

Cláudia Cristina da Silva Fontenele defende que é necessário compreender o primeiro governo de Alberto Silva como marcado por um contexto de intensa propaganda voltada à construção de uma "percepção otimista sobre os governos autoritários, que deram vazão a um discurso ufanista de pertencimento a um 'Brasil Gigante', em uma flagrante contradição ao cenário de supressão de direitos políticos, civis e sociais, que se configurou no solapamento da democracia no país"[636].

Embora parte dos oficiais do regime militar manifestasse certo incômodo em relação ao uso de propaganda política, outros a consideravam um instrumento indispensável para a manutenção de uma imagem positiva do governo perante a opinião pública. Em um contexto de crescente insatisfação e desgaste da ditadura junto a setores da sociedade, foi criada, através do decreto nº 62.119, a AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas – com o objetivo de estruturar um sistema oficial e legalizado de propaganda do regime. A propaganda política da ditadura, produzida pela AERP, diferentemente das agências anteriores, como o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda –, não se limitava à exaltação direta do regime, mas

---

633 FRANCO, Jônatas Lincoln Rocha; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. "A locomotiva do progresso rumo à modernidade: o Piauí e a euforia desenvolvimentista (1970-1975). In: COSTA, Lucas Rafael Santos; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (Orgs). (**Re)escritas plurais**: história, historiografia e temporalidades. Teresina: EDUFPI, 2019, p.281.

634 O termo "milagre econômico" foi usado pela primeira vez referindo-se ao forte crescimento econômico da Alemanha Ocidental pós Segunda Guerra Mundial na década de 1950, a rapidez da sua recuperação econômica fez analistas chamarem de "milagre" alemão, posteriormente essa expressão foi usada no Japão na década de 1960, e apropriada no Brasil pelos militares durante o governo Médici devido ao crescimento representado nas altas taxas do PIB brasileiro. In: PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins de século. XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.219.

635 REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: _____. (Orgs). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.90.

636 FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio (Orgs). **Tempo & Memória**: interfaces entre os campos da Comunicação e da História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, p.277.

instrumentalizava politicamente valores como a família, o civismo e o patriotismo para legitimar o governo ditatorial[637].

Segundo Carlos Fico, a propaganda governamental da ditadura pretendia se "passar por inofensiva, de utilidade pública, o instrumento criador de uma atmosfera de paz, de concórdia [...]"[638], negando as suas características violentas e arbitrárias. O principal tema difundido pela Aerp com o objetivo de legitimar o regime era a difusão de um ambiente de um Brasil "otimista"[639], de que a prosperidade e a hora do "gigante adormecido" acordar finalmente tivesse chegado.

No Piauí, em consonância com o ambiente de intensa propaganda que promovia um sentimento de otimismo em relação ao Brasil governado pelos militares – especialmente durante o governo Médici –, o governo Alberto Silva criou a AGE – Assessoria de Acompanhamento e Comunicação. Essa assessoria ampliou os investimentos em propaganda institucional, bem como o financiamento público dos principais veículos de comunicação do estado, o que contribuiu significativamente para a formação de uma rede de apoio voltada à difusão da imagem de um "Piauí próspero". Tal narrativa local estava alinhada à ideia de um "Brasil Grande", amplamente difundida pela propaganda oficial do regime militar[640].

Uma das principais promessas políticas do governo Alberto Silva foi a de recuperar a "autoestima" piauiense, principalmente no que diz respeito à imagem que os piauienses tinham de seu estado. Para isso, o governo adotou como estratégia central a modernização dos espaços urbanos, com início na capital piauiense, que deveria ter a imagem de uma capital moderna, atrativa a investimentos e integrada à economia nacional, que seria palco de "múltiplas e variadas intervenções arquitetônicas realizadas pelo Estado, prioritariamente com o intuito de transformá-la na mais bela cidade do sertão nordestino"[641].

---

[637] A criação de uma agência de propaganda política no regime militar, não era vista com unanimidade. Existia setores que a viam como uma questão menor, outros tinham medo da agência de propaganda parecer com o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – da ditadura estadonovista e não ter a credibilidade desejada. Outros defendiam, que era necessário o governo ter um canal oficial que fizesse a propaganda para o governo, não dos governantes em si, mas que exaltasse os ideais da pátria, do civismo e de otimismo com o Brasil, se passando por inofensiva e de utilidade pública, com o intuito de conquistar "corações e mentes". Para mais informações sobre a criação da Aerp, indicamos: FICO, Carlos. A criação de uma agência de propaganda. In: **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2024, p.121-162.

[638] Idem, p.132-133.

[639] Consideramos como otimismo não apenas "a atitude positiva de que os problemas brasileiros podem vir a ter uma solução satisfatória, mas a plena convicção de que isso ocorrerá, em função de algumas características enfocadas de forma mítica". In: Idem, p.25.

[640] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio (Orgs). **Tempo & Memória**: interfaces entre os campos da Comunicação e da História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, p.281.

[641] NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, nº 53, p. 196, 2007.

Teresina foi alvo de obras de infraestrutura consideradas "grandiosas", em analogia às obras de grande escala promovidas pelo regime ditatorial em nível nacional. O governo de Alberto Silva investiu em reformas de prédios estatais, como o Palácio de Karnak e o Hotel Piauí, além da ampliação do Hospital Getúlio Vargas e da construção da Maternidade Dona Evangelina Rosa. Também foram erguidos equipamentos públicos voltados à Educação, Justiça e Cultura, como o Instituto Educacional Antonino Freire, Palácio da Justiça, Parque Zoobotânico de Teresina, o prédio da CEPISA, Palácio do Tribunal da Justiça e a construção do Monumento Heróis do Jenipapo em Campo Maior no contexto da comemoração do centésimo quinquagésimo aniversário da Independência do Brasil[642].

O governo, aproveitando o clima de euforia em torno do futebol, construiu um estádio de futebol na capital piauiense – o Albertão –, criou estradas vicinais e asfaltadas, como a Transpiauí, expandiu e duplicou avenidas, reformou as principais praças da capital, ampliou a rede de energia elétrica abastecida pela Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, aumentou a rede de abastecimento d'água, implantou redes de esgotos e construiu casas populares[643]. Estas obras foram destinadas a adaptar a cidade de Teresina à condição de uma "metrópole" urbana através de obras de infraestrutura que garantisse uma aparência moderna e de ares da locomotiva do progresso.

Essas obras de infraestrutura não podem ser analisadas desconectadas do cenário nacional. Segundo Claudia Cristina da Silva Fontineles, a proposta de integração nacional da região Nordeste foi resultado de um movimento derivado da ação estatal central que instituía uma modernização de cima para baixo de maneira unilateral[644]. O governo Alberto Silva não fugiu das diretrizes do governo federal de instituir a modernização conservadora defendida pelo regime militar através da execução de grandes obras de infraestrutura, sobretudo na área da construção civil. Segundo Regianny L. Monte essas obras e intervenções públicas tinha como influência o ideário desenvolvimentista, pautada na execução de obras grandiosas ou "faraônicas" que, através delas, fosse construída uma infraestrutura moderna no cenário urbano, considerada como a viabilização imprescindível à implantação de um sistema industrial, entendida como a transformação do Brasil em uma potência de "primeiro mundo"[645].

Tais obras de infraestrutura no estado do Piauí, em especial na sua capital, foram fundamentais para a construção da imagem de Alberto Tavares Silva como um governador que

---

642 FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.154-156.
643 Idem, p.156.
644 Idem, p.158.
645 Idem, p.100

era ao mesmo tempo engenheiro e construtor[646]. A representação do governador como engenheiro estava relacionada ao prestígio conferido à atuação técnica durante o regime militar, principalmente no governo Médici, período em que a maioria dos governadores possuía formação tecnocrática, em detrimento de lideranças políticas oriundas dos quadros partidários tradicionais. Essa valorização da figura do tecnocrata sobre o político-partidário constituiu um dos elementos principais de legitimação da liderança de Alberto Silva no cenário político piauiense, reforçando a sua imagem como gestor eficiente ao projeto desenvolvimentista do regime.

O governo Alberto Silva, alinhado ao cenário nacional de intensa propaganda institucional voltada à promoção do desenvolvimento econômico e à construção da imagem do "Brasil Potência", também investiu fortemente em estratégias de comunicação para divulgar suas realizações políticas e arquitetônicas. Segundo seu biógrafo Zózimo Tavares, a gestão albertista possuía uma relação próxima à imprensa piauiense na divulgação de suas obras públicas:

> O governo Alberto Silva incentivou também a profissionalização, do mercado de Comunicação Social do Piauí. Ele estimulou a criação das primeiras agências de propaganda, atraindo para Teresina profissionais de fora do Estado que história do segmento,
> Também criou subsídios para os órgãos de comunicação, pagos mensalmente, a título de patrocínio oficial, para a divulgação dos atos e das realizações do governo. Esses subsídios da imprensa com verbas oficiais ganhou o nome de "cotas".
> O governo pagava um valor considerável para que os veículos pudessem se capitalizar, fazer investimentos, renovar seus parques gráficos e contratar mão de obra qualificada.[647]

A relação do governo Alberto Silva com a mídia durante a ditadura foi marcada pela censura empresarial, no sentido de que a imprensa piauiense era cooptada através das agências governamentais de publicidade e propaganda. Em troca da divulgação de notas oficiais da gestão, das obras governamentais e da promoção de um clima de euforia e otimismo, os jornais recebiam auxílios financeiros e subsídios estatais para se modernizarem, acompanhando a urbanização crescente de Teresina e a expansão do mercado consumidor.

A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, ocorreu uma expansão da imprensa piauiense, com abertura de novos periódicos, circulavam na capital, os jornais diários: *A Hora, O Dia, O Estado* e *Jornal do Piauí*, enquanto os semanários eram: *Estado do*

[646] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Um engenheiro na e da política: projeções de si e ressonância na história. **MÉTIS**, história & cultura, v.15, n.30, p.111-127, jul – dez. 2016.
[647] TAVARES, Zózimo. **Alberto Silva**: uma biografia. Teresina: Bienal Editora, 2018, p.242.

Piauí, Correio do Povo e *O Liberal*. Os jornais teresinenses passaram por uma ampliação no seu parque gráfico, possuindo novos parâmetros de diagramação, especialmente em datas comemorativas dos governos em que circulavam os famosos Cadernos Especiais[648].

Nas cidade de Parnaíba circulavam a *Folha do Litoral*, Campo Maior possuía *A Luta*, Picos tinha *Correio de Picos* e, na cidade de Floriano circulava o *Correio do Sul*. Além de também circular uma imprensa alternativa, que possuía a característica de não ser governamental e ligada aos setores juvenis influenciados pelo movimento da contracultura*: O Linguinha* (1971), em Parnaíba, *Boquitas Rouges* (1972) e *Gramma* (1972) em Teresina; além dos suplementos culturais *Estado Interessante* (1972) e *Hora Fatal* (1972), respectivamente vinculados aos jornais *O Estado* e *A Hora* [649].

Entretanto, o auxílio governamental não era para todos os setores de imprensa escrita, mas para os jornais diários que possuíam maior amplitude de circulação, capacidade de expansão e com características governistas, enquanto a imprensa de viés contestadora eram "alijados dos financiamentos, sofrendo pressões não apenas no sentido ideológico, mas também no âmbito econômico"[650].

No livro *Intimorata*, que conta a história do jornal *O Estado* do Ceará, traz o depoimento de uma jornalista que salienta as relações cordiais e as ajudas dadas pelo governador Alberto Silva para o jornal *O Estado* de Heitor Feitosa circular com suas edições especiais nas datas comemorativas durante a sua gestão:

> [...]. Viajei várias vezes para algumas capitais do Nordeste como, por exemplo: Teresina, Recife e São Luiz, com grande sucesso. Sempre trazia autorização e material para publicarmos — tanto dos governos dos estados como dos prefeitos das capitais.
> O dr. Alberto Silva, ex-governador do Piauí por dois mandatos, era muito nosso amigo e sempre publicava "Cadernos Especiais" no nosso O Estado, que sempre circulava nas Edições Especiais, em datas como 31 de março, aniversário do Jornal, Dia da Independência, Edição de Ano Novo etc. São as que mais lembro. Não conto as vezes em que nestas edições, nosso maquinário deixava a desejar e por conta disso, eu e ele, ajudávamos o pessoal da impressão em algumas coisas, inclusive até dobrar os exemplares, madrugada adentro. [...][651].

---

[648] MONTE, Regianny Lima. Entre táticas e estratégias: a relação do estado autoritário com a imprensa escrita em Teresina durante os anos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. SANTO, Maria Lindalva Montes (Orgs). **Diluir fronteiras**: interfases entre história e imprensa. Teresina: EDUFPI, 2011, p.206.
[649] MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **Por dentro da pauta**: história política e cultural na imprensa do Piauí. Teresina-PI: EdUESPI, 2024, p.140.
[650] MONTE, Regianny Lima. Entre táticas e estratégias: a relação do estado autoritário com a imprensa escrita em Teresina durante os anos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. SANTO, Maria Lindalva Montes (Orgs). **Diluir fronteiras**: interfases entre história e imprensa. Teresina: EDUFPI, 2011, p.204.
[651] FÉRRER, Marluce. 2016 *Apud* SANTOS, Luís-Sérgio **Intimorata**: a saga do jornal O Estado de José Martins Rodrigues a Venelouis Xavier Pereira. Fortaleza: Omni Editora, 2016, p.338-339.

Neste relato memorialístico de Marluce Ferrer, destacam-se as relações entre a equipe do periódico *O Estado-PÍ* e o governador Alberto Silva, com ênfase na escolha do veículo para a publicação dos cadernos especiais referentes às obras e realizações do governo. O depoimento ressalta ainda que o governador "ajudava" na circulação do jornal, especialmente em momentos em que o maquinário da empresa apresentava falhas. Contudo, a jornalista entrevistada não problematizava o conteúdo e o significado dessas "ajudas", e o pesquisador responsável pela inserção do depoimento tampouco realiza uma análise crítica sobre a questão. É possível inferir que tais contribuições se referem às formas de apoio financeiro ou à doação de equipamentos, como forma de assegurar a continuidade da circulação do periódico e, consequentemente, a divulgação positiva das ações governamentais.

Os meios de comunicação impressos foram um dos meios utilizados pelo governo Alberto Silva para a divulgação da "nova" imagem do Piauí, destacando a oposição durante a sua gestão de um Piauí miserável que "contrapunha-se a difusão da ideia de um Piauí próspero que acordava para o progresso, parceiro inseparável do novo"[652], neste sentido, o tão almejado progresso do estado do Piauí, teria com o governador o seu principal indutor e impulsionador.

O governador Alberto Silva, através de um amplo apoio de agências estatais de propaganda e publicidade, somado com o auxílio da mídia impressa, construiu para si a imagem de condutor e construtor da tarefa de afirmar a "autoimagem que o piauiense tinha de si e do seu estado, bem como teria contribuído para a população ter maior afinidade e identidade com sua terra, graças às transformações que promovera em solo piauiense"[653].

O ambiente de "otimismo" promovido pela ditadura militar foi apropriado e reproduzido pelo governo albertista como um mecanismo de legitimação política. A narrativa construída buscava apresentar sua gestão como uma ruptura com o passado considerado antigo e atrasado, com a associação do novo ciclo político à modernidade e ao progresso. Nesse sentido, o governo Alberto Silva passou a ser representado pelos veículos de comunicação impressos e pelas agências governamentais como a encarnação do "novo", responsável por introduzir na capital piauiense, transformações urbanas, administrativas e simbólicas que reforçavam a ideia de superação das antigas estruturas e práticas governamentais no Piauí. Os jornais impressos

[652] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Teresina e o "jorro efetivo da novidade" In: FONTINELES, Claúdia Cristina da Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; CRUZ, Marcelo Silva (Orgs). **Oficina de Clio**: história, cidades e linguagens. Teresina: EDUFPI, 2016, p.33.
[653] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio (Orgs). **Tempo & Memória**: interfaces entre os campos da Comunicação e da História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, p.284.

tiveram um papel fundamental na divulgação do governo Alberto Silva, como o governo do otimismo:

> É possível viver de otimismo?
> Sim. O otimismo alimenta o espírito que, descontraído, ajuda a pensar com segurança no futuro.
> Certamente o otimismo só pouco significa, se não fizermos por onde torna-lo efetivo.
> Quando, há um ano, o engenheiro ALBERTO SILVA assumia a chefia do Governo do Estado do Piauí, procurou, desde logo, transmitir ao povo sua mensagem de otimismo, que a muito deixou céticos, a outros indiferentes, a uns pouco confiantes.
> Poucos, sim, muitos poucos acreditavam que se pudesse transformar a mentalidade do piauiense, em geral descrente de promessas. Um ano decorrido, e as promessas vão sendo cumpridas fielmente, algumas delas ultrapassando a expectativa geral e do próprio governo, porque realizadas antes mesmo do prazo estabelecido.
> O que empolga neste Governo é que ele se preocupa com todos os problemas, não deixando nenhum marginalizado: Se cuida de estádios e de embelezamento de praças e avenidas; se faz da capital centro de obras que irão constituir orgulho de todos os piauienses; se está presente no interior através de escolas, residências para magistrados, estradas e de outros melhoramentos úteis; não descura os problemas de Educação e Cultura e de Saúde. [...].
> Neste pequeno esboço, falando um pouco do muito que tem feito o Governo ALBERTO SILVA, que hoje completa um ano, tornou-se fácil responder que é possível viver de otimismo, desde que se faça, através de realizações úteis e concretas, por onde tornar efetivo esse otimismo. [...].[654]

Na edição especial do jornal *O Estado*, publicada em comemoração ao primeiro ano do governo de Alberto Silva, o periódico veicula um editorial de forte viés propagandístico, no qual exalta a figura do governante, como se fosse o principal responsável por uma suposta transformação no pensamento do povo piauiense. O texto atribui a Alberto Silva a capacidade de remover o sentimento de pessimismo e a indiferença em relação ao desenvolvimento, que o substituiu por otimismo e confiança no futuro, que são materializados nas suas obras de infraestrutura por ele realizadas.

De acordo com Claudia Cristina da Silva Fontineles, o otimismo defendido pela gestão albertista estava relacionado com a ideia de desenvolvimento, daí a razão do seu governo enfatizar em campanhas de propaganda as obras difundidas e executadas[655]. Os meios de comunicação, nesse meandro, foram um grande parceiro do governador em difundir a imagem

[654] É possível viver de otimismo? **O Estado**, Teresina, 15 de março de 1972, s/p.
[655] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio (Orgs). **Tempo & Memória**: interfaces entre os campos da Comunicação e da História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, p.292.

de sua gestão ter tornado o Piauí "um grande canteiro de obras"[656] e que a possibilidade do tão sonhado desenvolvimento e progresso econômico era possível e viável.

Todavia, essa "autoestima" e euforia econômica defendida pelos setores da elite governamental não foi sentida pelos setores populares. Os difusores do clima de euforia, a defesa da ideia de autoconfiança e prosperidade como a solução de todos os problemas do país e do estado, não foram refletidos em melhorias nas condições sociais que faziam o estado ser considerado o "mais pobre da federação"[657].

O Piauí sentiu as mudanças da modernização conservadora autoritária promovida pela ditadura, especialmente por meio do expansionismo urbano e das obras de infraestrutura. Embora o estado não tenha passado por um processo de industrialização semelhante aos dos estados do centro-sul, experimentou um crescimento considerável da população urbana, passando de 285.655 habitantes em 1960 para 536.612 em 1970[658]. Porém, esse fenômeno ficou concentrado nas principais cidades do estado – Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos – que correspondiam a 84% dos residentes da zona urbana[659].

De acordo com Regianny Lima Monte, Teresina, nas décadas de 1960 e 1970, despontou como a capital do Nordeste que mais cresceu demograficamente, causado principalmente pelo êxodo rural[660]. Para Francisco Alcides Nascimento, esse processo de crescimento populacional foi derivado não de uma urbanização autônoma, mas de um reflexo do fenômeno da migração do campo para a cidade incentivada pelo estado através da forte propaganda estatal de oportunidades, de desenvolvimento da cidade como um local de progresso e de desenvolvimento. Para o historiador, Teresina estava inserida entre as capitais brasileiras com altas taxas de crescimento urbano, em um cenário recheado de contradições, desigualdades e problemas de ordem econômica e social[661].

---

[656] Piauí: UM GRANDE CANTEIRO DE OBRAS. **O Estado**, Teresina, 15 de março de 1972, s/p.
[657] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio (Orgs). **Tempo & Memória**: interfaces entre os campos da Comunicação e da História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, p.301.
[658] A população piauiense em 1960 era por volta de 1.242.136 habitantes na qual 285.566 residiam na zona urbana, 10 anos depois percebe-se que a população teve um aumento significativo possuindo em 1970 1.680.576, destes 536.612 moravam nas cidades. In: MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2019, p.414.
[659] MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010, p.56
[660] Idem.
[661] NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Os jornais diários na construção de representações do Piauí e de Teresina entre 1950 e 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. SANTO, Maria Lindalva Montes (Orgs). **Diluir fronteiras**: interfases entre história e imprensa. Teresina: EDUFPI, 2011, p.67.

Segundo Regianny L. Monte, Teresina na década de 1970 foi o centro de uma política modernizadora, posta em prática pelas gestões estaduais e municipais em concordância com o modelo nacional adotado pelos militares que tinha como prioridade garantir o crescimento econômico do país através de um processo de industrialização e de integração nacional, mesmo em um contexto em que as liberdades individuais estavam suprimidas[662].

Esse sentimento de otimismo e propaganda era impulsionado, especialmente pelo poder público durante o governo Alberto Silva, que, através das agências governamentais e por meio da imprensa escrita, divulgava a representação de um Piauí diferente, como uma capital diferente rumo ao chamado progresso e desenvolvimento econômico, dando destaque principalmente nas obras de infraestrutura que estavam sendo realizadas:

> [...]. E surgiram as avenidas Frei Serafim, cujo percurso total transformou-se em verdadeira praça com mais de dois quilômetros de extensão, com seus repuxos e suas calçadas criadas pelas mãos simples de operários que, antes, não tinham qualificação para qualquer tipo de trabalho; a Praça da Integração, onde o povo e a Policia Militar deram um novo dimensionamento à imagem de sua disposição para as atividades comunitárias; a nova Praça Rio Branco, que tornar-se-á, dentro em breve, um dos mais belos recantos do lazer, em Teresina; o Hotel Piauí, totalmente reformado, cuja ampliação traduz a convicção do piauiense em torno de suas possibilidades como povo hospitaleiro e entrosado com as novas perspectivas turísticas e que se abrem para o seu Estado, através da PIEMTU.
> [...]. O Piauí de hoje é um novo Estado onde o desenvolvimento implantou-se com toda a sua força pelo empenho de seu Governo e de seu povo, dando a todo o Brasil o exemplo da tenacidade de que somos capazes.[663]

Nesta representação intitulada *Piauí caminha a passos largos do progresso,* da edição especial do jornal O Dia, escrita pela equipe editorial do jornal, percebe-se na matéria a criação de um cenário de otimismo e de desenvolvimentismo através das obras de infraestrutura realizadas pelo governo Alberto Silva, em especial nas intervenções públicas executadas na capital, Teresina, voltadas à locomoção, divertimento e à atração de investidores e turistas através das potencialidades do estado.

As intervenções do poder público, segundo Regianny Lima Monte, eram no sentido de dotar a cidade com uma infraestrutura moderna:

> [...] com o sistema de abastecimento de água e luz regulares, desobstrução do trafego de veículos, com abertura ou duplicação de ruas e avenidas, que

[662] MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010, p.65.
[663] Piauí caminha a passos largos do progresso. **O Dia**, Teresina, 1 de fevereiro de 1973, Ano XXII, Nº3.533 , p.4.

> estavam recebendo cobertura asfáltica, como de criar simples modernizadores da presença do poder público, como a reforma de logradores públicos, construções de grande porte, dando aos habitantes a sensação de que a cidade mudara sua configuração, adquirindo novos ares em consonância com os novos tempos[664].

Essas mudanças atraíam pessoas empobrecidas que residiam na zona rural ou em cidades interioranas que buscavam novas oportunidades e melhorias de condições de vida. Neste contexto, o estado do Piauí recebeu um grande número de imigrantes que eram atraídos pelas mudanças na cidade difundidas pelo poder público e pela imprensa. A migração da zona rural para a urbana era ocasionada pelas faltas de infraestrutura básica, como a ausência de água tratada, energia elétrica, escolas, postos médicos e condições dignas de trabalho.

Entretanto, a cidade das oportunidades propagandeadas pelo governo Alberto Silva era para poucos, em específico para os setores de elite, as camadas pobres da população não usufruíram do desenvolvimento econômico difundido pelos setores midiáticos. Muitas delas, de origem do interior do estado, atraídas pelas expectativas de terem melhores condições de vida, tiveram suas vidas afetadas pelas intervenções dos espaços públicos pelo governo estadual e municipal. As intervenções públicas tinham o sentido de, além de modernizar o espaço urbano com uma infraestrutura moderna, possuírem a função de disciplinar os espaços.

Muitas moradias em Teresina, ocupadas por população migrante oriunda do êxodo rural, eram construções irregulares e em péssimas condições. Essas habitações eram vistas pelas elites dirigentes como um empecilho ao progresso, por "enfeiarem" a cidade e seus pontos turísticos. As medidas dotadas pelo governo municipal, com o apoio do governo estadual e em consonância com o projeto modernizador, conservador e autoritário da ditadura, tinham uma dupla finalidade: implantar um sistema viário que facilitasse o trânsito e a circulação nos principais pontos da cidade e, ao mesmo tempo, remover a população pobre dessas áreas. Isso era executado por meio da demolição de barracos, da abertura e ampliação de avenidas e da realocação forçada desses moradores para bairros periféricos e mais afastados, dificultando sua circulação e presença em áreas centrais, uma forma de afastar, simbolicamente e fisicamente, um segmento social considerado indesejável pelas elites locais[665].

Os bairros e conjuntos habitacionais para os quais a população mais carente era realocada situavam-se em áreas distantes dos centros urbanos e dos locais de trabalho. Essas

---

[664] MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010, p.34

[665] Idem, p.147.

regiões sofriam com a ausência de serviços básicos, como abastecimento de água, saneamento, energia elétrica, hospitais e escolas. Além disso, a distância em relação aos empregos e aos serviços essenciais tornava a vida cotidiana ainda mais difícil, comprometendo significativamente o bem-estar social dessa parcela da população.

Muitos trabalhadores oriundos de segmentos humildes foram absorvidos pelo setor da construção civil, principalmente pelas obras de infraestrutura desenvolvidas pelas gestões de Alberto Silva e Dirceu Arcoverde, e os prefeitos Joel Ribeiro e Wall Ferraz, em especial pela existência de vagas e a exigência de pouco grau de instrução dos migrantes – que a maioria eram analfabetos -, os canteiros de obras eram um tipo de trabalho procurado pelos migrantes[666], apesar do salários dos trabalhadores declinarem por consequência do arrocho salarial e da inflação crescente, era considerado um meio de conseguirem seu sustento em meio às poucas possibilidades e de oferta de outros empregos para mão de obra não qualificada.

Muitos dos empregos difundidos pela mídia piauiense durante o período do "milagre econômico" eram, na realidade, ocupações informais. Em um cenário de estagnação dos setores primário e secundário, a maioria dos trabalhadores era absorvida pelo mercado informal de prestação de serviços, caracterizado por baixos salários e jornadas exaustivas. Além disso, em um contexto no qual o maior empregador em nível estadual era o poder público, os melhores empregos eram frequentemente destinados àqueles que possuíam indicações políticas, estabelecidas por meio de laços de amizade e vínculos familiares com setores governamentais.

Neste sentido, o "milagre econômico" da ditadura militar também foi sentido no estado do Piauí por meio de seus aliados civis, em específico pela burocracia política que era dirigente do governo estadual e municipal, mas essa euforia econômica não foi refletida em todos os segmentos da população, o "Piauí Novo" e a caminho do progresso não foram refletidos em melhoria de condição de vida da maioria dos trabalhadores, em especial aqueles dos segmentos sociais mais carentes.

O projeto modernizador, conservador e autoritário da ditadura militar foi sentido no estado do Piauí, entretanto, as mazelas sociais decorrentes desse processo eram mascaradas e raramente associadas às políticas econômicas do regime militar ou às gestões estaduais e municipais. Parte da imprensa piauiense, favorável aos governos estaduais em troca de verbas publicitárias e benefícios fiscais, construiu uma narrativa marcada pelo otimismo e pela ideia de modernização, sem refletir criticamente sobre as consequências dessas políticas.

---

[666] VIANA, Débora Silva. **ENTRE O CONCRETO E O ETÉREO:** trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013, p.30-31.

Nesse meandro, vale salientar como os jornais de grande imprensa, *Estadão* e *O Globo*, publicaram editoriais e matérias a respeito do processo de modernização conservadora e autoritária da ditadura militar no estado do Piauí. Além de entender se a representação de um "Piauí próspero" e "otimista" também era reverberada nos meios de comunicação nacional, por meio das políticas impulsionadas pela ditadura militar e de seus aliados civis.

7.2. **"Piauí logo poderá afirmar que existe":** a representação do desenvolvimento do Piauí a partir dos governos estaduais na página do jornal *Estadão*

> A velha piada, "visite o Piauí antes que acabe" deixou de repente de ser dita no Nordeste, onde em todos os Estados os técnicos empenhados na luta desenvolvimentista o olham com inveja, cobiçam as soluções as soluções dessa terra de 90 dólares por homem/ano, com 1,7 milhão de habitantes e uma alta taxa de desemprego, mas que já conseguiu reverter as expectativas. Essa mudança drástica na situação do Piauí é vista por quase todos como resultado direto do trabalho do atual governador.[667]

No texto jornalístico, *Piauí inova para sair do nada,* escrita pela equipe editorial do jornal, publicada do lado esquerdo da página 12, é uma representação voltada a anunciar um Piauí diferente, com o objetivo de impulsionar principalmente o turismo na região, por meio de divulgação de praias do litoral piauiense e da imagem de um suposto desenvolvimento econômico promovido pelo governo de Alberto Silva.

O texto sugere que a gestão Alberto Silva é a responsável por mudanças significativas na realidade piauiense. Essa representação não é inocente, está situada na conjuntura de desenvolvimento defendido pelo regime militar. A representação difundida pelo jornal O *Estado de S. Paulo* faz alusão à frase "visite o Piauí antes que acabe" como uma maneira de evidenciar o então governo piauiense e as mudanças ocasionadas pela sua gestão por meio do turismo e de seus projetos voltados para a modernização conservadora e autoritária no estado.

Nesse tópico, visamos analisar como o jornal *Estadão* apresentou as medidas executadas pelos governadores biônicos voltados ao desenvolvimento econômico do estado, em consonância com o projeto de integração nacional direcionado pela ditadura militar. Focamos nos governos Helvídio Nunes de Barros e Alberto Silva, por serem os governos em que observamos que o periódico difundia textos jornalísticos elogiosos e de exaltação às suas gestões.

---

[667] Piauí inova para sair do nada. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 02 de agosto de 1972, Ano 93, Nº 29.858, p.12.

Durante a ditadura militar, os setores das Forças Armadas que assumiram o direcionamento do Governo Federal redefiniram os conceitos, enunciados e práticas de viés desenvolvimentista e voltadas à integração nacional, para modernizar os espaços dos estados brasileiros, embora mantivessem com o conservadorismo e o autoritarismo as posturas rígidas e excludentes na cultura, política e sociedade[668].

As Forças Armadas, orientadas pelas diretrizes conceituais e teóricas da ESG – Escola Superior de Guerra –, possuíam uma preocupação com o desenvolvimento econômico integrado com os propósitos da tão evocada "segurança nacional". Essa concepção buscava articular crescimento econômico com controle político e social, com a justificação sob a retórica do combate à "subversão comunista", a repressão, a censura e o cerceamento de direitos individuais e coletivos. Em paralelo, essa ideologia servia para legitimar as políticas socioeconômicas implementadas pelo regime, apresentando-as como estratégias necessárias à integração nacional dos estados brasileiros[669].

Os conceitos de desenvolvimento e de segurança nacional defendidos pelo regime militar também são apropriados e difundidos pelos políticos piauienses aderentes à ordem autoritária e conservadora. O discurso de desenvolvimento e a manutenção da ordem fez parte das estratégias de políticos, como Petrônio Portella Nunes, que negociava a manutenção de seu cargo em meio a desconfianças, além de defenderem a aplicação de recursos vultuosos para projetos como a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança e a criação da Universidade Federal do Piauí para o desenvolvimento econômico do estado.

O discurso de desenvolvimento econômico do Piauí não era algo novo, estava presente retoricamente nos políticos piauienses, principalmente por causa dos baixos índices socioeconômicos do estado a partir da década de 1950. Contudo, com a ditadura militar, o discurso de desenvolvimento econômico é continuado com modificações no sentido que buscava o desenvolvimento econômico juntamente com a chamada "segurança nacional".

Com a intenção de estar adequada discursivamente às gestões do executivo estadual e municipais do Piauí com o discurso de desenvolvimento da ditadura militar na construção de um "Brasil Grande" e de um "Brasil Potência", a retórica desenvolvimentista era uma das fontes de "legitimidade" alternativa da ditadura apresentada para a população, uma vez que os chefes do executivo federal e dos Estados não eram eleitos pelo voto direto. Neste sentido, na busca de conseguir aproximação com os governos dos militares, os políticos piauienses

[668]RABELO, Elson de Assis. **A história entre Tempos e Contratempos:** Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. p.58.
[669] Idem.

representavam um Piauí em desenvolvimento e crescendo como o "Brasil Potência" na busca de conseguirem recursos financeiros e se aproximarem das estruturas de poder.

O Piauí, quando era abordado pelo jornal *Estadão*, era assolado por representações que difundiam a imagem de pobreza, a seca e o abandono, imagens cheias de estereótipos que configuravam a região Nordeste, entretanto, ao mesmo tempo, também representavam a tentativa dos governadores de tentarem impulsionar o estado para o desenvolvimento, representando as viagens que faziam em audiências com o presidente da República em busca de investimentos para o estado.

Durante a ditadura militar, percebemos que o jornal *Estadão* produzia produções jornalísticas referentes ao desenvolvimento do estado do Piauí, causado pelas intervenções realizadas pelos governadores biônicos e pelas medidas tomadas pelo governo ditatorial. No jornal *Estadão*, não observamos representações referentes ao desenvolvimento do Piauí durante a gestão de Petrônio Portella. As menções ao seu governo ficaram restritas à sua atuação em busca de investimentos para a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança e às controvérsias políticas ligadas ao seu apoio anterior ao presidente João Goulart, frequentemente exploradas pelos seus adversários. Todavia, a gestão de Helvídio Nunes de Barros recebeu maior atenção do periódico, especialmente por meio de representações referentes aos aspectos desenvolvimentistas de seu governo.

> TERESINA, 3 – O sr. Helvídio Nunes de Barros, que hoje foi eleito governador do Piauí, em entrevista à imprensa expos as diretrizes de sua administração que se iniciará no próximo dia 12.
> "O meu governo – afirmou – procurará manter as melhores relações com o governo federal e apresentará planos específicos com a preocupação exclusiva de acelerar o desenvolvimento do Piauí, através da construção de estradas, implantação da Universidade do Piauí, continuação das obras da Hidrelétrica da Boa Esperança, etc".
> "Integrado nos quadros da ARENA – disse mais adiante – o governo estadual continuará a prestar seu apoio integral apoio ao atual presidente, marechal Castelo Branco, bem assim ao futuro presidente, marechal Costa e Silva". [...][670]

Nesta produção jornalística escrita pelo correspondente do jornal *Estadão*, com o título *Helvídio Expõe Planos*, pode-se observar o destaque do autor do editorial em destacar o discurso do gestor estadual em salientar que manterá boas relações com o governo chefiado pelos militares, isto é, a confirmação de que irá apoiar e cooperar com a ditadura militar no

[670] Helvídio Expõe Planos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 de setembro de 1966, Ano LXXXVII, Nº28.032, p.4

estado do Piauí. Além disso, na sua representação discursiva, é perceptível a apropriação do discurso desenvolvimentista dos militares, na sua exposição dos planos para o desenvolvimento do estado, em indicar a construção de rodovias, a Universidade e a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

Essas obras citadas não foram acidentais, visto que indicavam o desenvolvimento esperado pelo regime militar, em nível comercial, através da pavimentação e abertura de estradas que pudessem fazer a integração com os estados periféricos e os seus interiores. Além da criação da Universidade, considerada como fundamental para o crescimento cultural e educacional do estado através da profissionalização dos futuros piauienses, e o desenvolvimento comercial e urbano através do funcionamento, geração e distribuição de energia elétrica por meio da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, que era esperado melhoramento e expansão das atividades comerciais nas zonas urbanas.

O jornal Estadão divulgava os discursos desenvolvimentistas do governador do estado do Piauí, principalmente quando o gestor estadual piauiense viajava oficialmente ao estado de São Paulo, em busca de parceria com o governador Abreu Sodré[671] e com o empresariado paulista. Essas publicações, além de indicar o porquê da presença do governador piauiense em São Paulo, acreditamos que tinham o intuito de dar espaço ao piauiense para divulgar uma boa imagem de seu estado:

> Em entrevista à imprensa, o governador do Piauí, sr. Helvídio Nunes de Barros, expôs os planos de sua administração para promover o desenvolvimento do Estado.
> "O governo do Piauí – declarou – através da Comissão de Desenvolvimento Econômico, elaborou em setembro de 1966 o Segundo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí, que abrangerá o atual quatriênio. Já está em execução, tendo o governo, inclusive, elaborado seu orçamento plurianual dentro das normas nele traçadas. Como metas prioritárias, destacam-se a construção de redes elétricas urbanas em cerca de 20 municípios para atendimento do potencial energético da usina de Boa Esperança e no setor do transporte será incrementada a construção efetiva da integração rodoviária com o resto do Estado".[672]

No excerto do editorial, *Piauí expõe planos* para o desenvolvimento, publicado em um pequeno espaço na página 05. Percebe-se que os editores do jornal *O Estado de S. Paulo*

[671] Roberto Costa de Abreu Sodré (1917-1999), foi um político paulista. Foi durante a ditadura militar governador de São Paulo (1966-1971) e Ministro das Relações Exteriores do governo Sarney (1986-1990). Link de acesso: https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/roberto-costa-de-abreu-sodre. Acesso: 14 de agosto de 2025.
[672] Piauí expõe planos do desenvolvimento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de dezembro de 1967, Ano 88, Nº28.417, p.5.

publicou nas suas matérias o discurso do governador do Piauí sobre o desenvolvimento que ele estava promovendo no estado do Piauí, no qual dá destaque à construção de rodovias para a integração rodoviária e à construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.

Esse editorial, quando analisamos o seu público-alvo, tem como objetivo mostrar uma outra imagem do estado do Piauí, diferente da representação de pobreza e desolação causada pela seca do Nordeste, com o intuito de atrair investidores e empresários brasileiros do eixo Rio-São Paulo para investirem no estado, através das novas perspectivas de desenvolvimento econômico do estado. Ademais, essa representação está inserida durante a ditadura militar na qual era representado nos setores de imprensa a imagem de um Brasil em crescimento econômico acelerado e a caminho para o progresso. Nesse viés, percebe-se que no discurso do governante piauiense e dos escritores do *Estadão* por publicarem, estão difundindo a imagem do Piauí em consonância com o desenvolvimento impulsionado pelos militares e os seus aliados tecnocratas.

Esse aspecto propagandístico do discurso do governador Helvídio Nunes de Barros em abordar o aspecto desenvolvimentista com o intuito de atrair investidores econômicos paulistas para o seu estado, pode ser observado na cobertura midiática feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, na sua visita ao governador do estado de São Paulo, Abreu Sodré:

> Durante sua estada em São Paulo, o chefe do Executivo piauiense – como declarou – procurou modificar a "imagem desfavorável" do Piauí.
> - O Piauí é realmente pobre, mas também tem aspectos positivos que precisam ser conhecidos, como a inauguração, em breve, da Usina de Boa Esperança.
> O sr. Helvídio Nunes Barros manteve contato com empresários paulistas, procurando mostrar-lhes que, com a nova usina e, pois, disponibilidade de energia, em breve o Piauí estará em condições favoráveis para investimento no setor industrial. Disse o governador que o sr. Abreu Sodré lhe prometera fazer que as aplicações da CESP nas áreas da SUDAM e SUDENE, setor de energia elétrica, sejam feitas em favor da Usina Boa Esperança.
> Ao Piauí – explicou ainda – interessam especialmente investimentos no setor agropecuário, como primeira etapa do seu processo de desenvolvimento econômico. [...][673]

Na produção jornalística de título, *Governador irá ao Piauí*, localizado na página 05, traz uma notícia do que o governador do Piauí conseguiu na sua viagem em São Paulo, em vender uma imagem positiva do Piauí em busca de investimentos públicos e privados. O foco na mudança da imagem do estado na matéria e no discurso do político piauiense está na construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança que, segundo o jornal, através da

[673] O governador irá ao Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 de setembro de 1969, Ano 90, Nº28971, p.5.

disponibilidade de energia elétrica, o Piauí poderia ter condições para o investimento de indústrias.

Além disso, o texto jornalístico indica, além do contato do governador Helvídio Nunes com o governador de São Paulo, o contato com empresários a fim de conseguir atraí-los para aplicar seus investimentos no Piauí, especialmente no setor agropecuário, que é considerado a principal fonte econômica do estado. Percebe-se, nesse texto, uma forma de propagar uma representação positiva do Piauí para os estados da federação desenvolvidos, como São Paulo, na busca de conseguir atrair recursos públicos e privados para aplicá-los no estado.

O jornal *Estadão*, neste sentido, representou e difundiu as tentativas do governador do Piauí de vender uma imagem positiva do seu estado para os seus leitores, principalmente devido às parcerias com o governador de São Paulo e com o empresariado paulista que tornava o Piauí, como alvo de interesse jornalístico devido aos possíveis atrativos na região para os setores detentores do capital econômico.

Entretanto, foi durante o governo Alberto Silva que percebemos um maior número de divulgações no jornal *Estadão* acerca do suposto desenvolvimento econômico que o Piauí estava sendo alvo, impulsionado por obras de infraestrutura alinhadas ao projeto de integração nacional do regime militar.

Alberto Tavares Silva, foi o governador do Piauí durante o quadriênio 1971-1975, coincidindo com os anos finais do famigerado milagre econômico do governo Médici, na sua gestão em consonância com a forte propaganda estatal do governo ditatorial que estavam sendo construída em torno do "Brasil Grande Potência" durante o seu governo foi criado a Assessoria Acompanhamento e Comunicação – AGE – para intensificar o investimento em propaganda e publicidade, nas principais empresas de comunicação do estado, para difundir a representação de um "Piauí Próspero" em concordância com o "Brasil Gigante"[674] não só para o estado do Piauí, como para fora do estado com o intuito de vender uma imagem de um Piauí diferente das representações que destacavam a pobreza e o subdesenvolvimento piauiense.

Durante o governo Alberto Silva, foi construída e difundida pelos setores governamentais a representação de um Piauí próspero que acordava e estava despertado para o progresso que tinha no governo do estado o seu principal indutor, que o diferenciava da representação do Piauí miserável[675]. Segundo Cláudia Cristina da Silva Fontineles, Alberto

[674] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio (Orgs). **Tempo & Memória**: interfaces entre os campos da Comunicação e da História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, p.281.
[675] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e a crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.216.

Silva "[...] construiu uma imagem de construtor e de condutor da laboriosa tarefa de afirmar a autoimagem que o piauiense tinha de si e do seu estado, bem como teria contribuído para a população ter mais afinidade e identidade com sua terra, graças às transformações que promovera em solo piauiense"[676].

Na pesquisa, observamos que o jornal *Estadão* publicou matérias referentes ao governo Alberto Silva, representando-o como um governante que iria desenvolver o estado, retirá-lo da condição de subdesenvolvimento e da condição de pobreza. Além de representarem nos seus editoriais, publicações que abordavam as suas obras de infraestrutura que estavam em conformidade com o cenário conjuntural de euforia e de otimismo difundido pela ditadura militar.

O jornal *Estadão* publicava textos jornalísticos referentes ao governo Alberto Silva, especialmente após as suas viagens para o eixo Rio-São Paulo em busca de investimentos e de atrair empresários ao estado. Quando representava o governante, o periódico publicava os seus discursos de "otimismo" e de "novos tempos" no estado do Piauí:

> "A principal meta do govêrno do Piauí é tentar elevar a renda "per capita" da população, por ser ela a mais baixa do País. A segunda é conseguir isto fazendo o resto de que o Estado precisa". A informação é do governador do Piauí, Alberto Silva, em entrevista coletiva que concedeu nos escritórios da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em São Paulo.
> Acrescentou que a renda "per capita" atual do piauiense é de apenas 30% da nacional e 70% da renda do Nordeste. Além disso, acrescentou, é provável uma estagnação ou mesmo um decréscimo, em virtude da queda na arrecadação da carnaúba.
> O governador está em São Paulo com o seu secretariado em busca de investimentos paulistas para o seu Estado, tendo ontem mesmo, no escritório da Sudene, mantido contatos com investidores, aos quais explicou que "o govêrno estadual garantirá, com seu aval moral, qualquer investimento feito no Piauí. Não haverá concorrência financeira com outros Estados do Nordeste, mas o Piauí poderá conceder abatimentos no ICM de até 50%, além de oferecer as vantagens naturais, como clima e terreno de transição, um imenso lençol subterrâneo de água e uma região toda constituída por planícies e planaltos. [...]"[677].

No editorial *O Piauí quer elevar a renda*, escrito pelos correspondentes, localizado num pequeno espaço do lado superior à esquerda da página 19, pelo título, um destaque à representação do governo Alberto Silva acerca da propaganda de sua gestão de elevar a renda per capita do Piauí, que era a mais baixa entre os Estados que compunham a Federação.

---

[676] Idem, p.84.
[677] O Piauí quer elevar a renda. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de julho de 1971, Ano 92, Nº29.531, p.19.

No texto jornalístico, nota-se o destaque que o editorial faz com o discurso do Alberto Silva em destacar as vantagens que o estado do Piauí concede aos investidores e empresariado paulista – diminuição de imposto e não concorrência com indústrias do Nordeste – para fazerem seus negócios no Piauí. Os investidores que o governador buscava atrair não são referentes à área da indústria pesada, mas da indústria voltada aos produtos agrícolas destinados à exportação, como a carnaúba e babaçu, ou seja, os produtos voltados à economia agrária que era o motor da economia piauiense.

Observa-se na matéria do *Estadão* uma forma de representar as tentativas do governador do Piauí de atrair o empresariado paulista para o Piauí, por meio de suas coletivas com a imprensa e com os seus editoriais publicados acerca das possíveis vantagens concedidas pelo governo do estado aos setores dos empresários que desejam investir no Piauí.

O periódico *Estadão* divulgava as iniciativas do governador Alberto Silva voltadas a impulsionar o turismo piauiense e a buscar atrair investimentos e capitais do empresariado paulista na busca de industrializar a economia agropecuária do estado:

> O Piauí agora quer desenvolver o turismo e vai-se utilizar do Parque Nacional de Sete Cidades e das praias de Atalaia e Luís Correia para atrair visitantes. A novidade foi anunciada ontem no Palácio dos Bandeirantes pelo governador Alberto Tavares Silva após ser recebido por Laudo Natel. O chefe do Executivo piauiense ficará 3 dias em São Paulo para discutir com investidores as possibilidades de aplicação de capitais no distrito industrial-rural que está sendo instalado na região sul do Estado.
> Para atrair, investimento, o governo instala, atualmente, uma rede de estradas, e a energia elétrica, fornecidas pela Usina de Boa Esperança, já atinge todas as cidades.
> O Parque Nacional de Sete Cidades possui inscrição em pedra que, segundo dizem muito estudiosos, foram feitas por navegadores fenícios. E as areias de Luís Correia são idênticas às de Guarapari. [...].[678]

No editorial *Piauí quer desenvolver o turismo e levar paulistas*, publicada pela equipe editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, localizado na centralidade da página 27, observa-se pela representação discursiva como faz uma descrição favorável ao estado do Piauí para atrair os seus potenciais turistas – entre os seus leitores – destacando os locais em que tem a possibilidade de turismo, no caso o Parque Nacional de Sete Cidades e as praias do litoral piauiense, apontando as semelhanças que possuem com outros locais da região Sul. Ademais, no editorial descreve-se, além da busca do governador em incentivar o turismo piauiense, a busca de atrair investimentos do empresariado paulista nos empreendimentos relacionados à

[678] Piauí quer desenvolver o turismo e levar paulistas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de julho de 1971, Ano 92, Nº29.530, p.27.

industrialização do setor rural, representando um ambiente atrativo com a existência de estradas – rodovias – e de energia elétrica para aplicação de recursos financeiros. .

Além do turismo e da propaganda por busca de investidores, o *Estadão* introduziu nos seus editoriais de maneiras favoráveis o projeto de desenvolvimento comunitário, mais conhecido pelo nome de Projeto Piauí. Nos seus periódicos foram destacadas as características e funcionamento do projeto:

> O Estado do Piauí será campo experimental, a partir do dia 15, da implantação de um programa integrado de desenvolvimento – que já recebeu o nome de Projeto Piauí – destinado à formação de comunidades e arregimentação de líderes para a transformação total da estrutura sócio-econômica da região.
> O projeto foi elaborado pelo antropólogo João Ribeiro de Oliveira e Sousa, coordenador de um grupo de trabalho, que trabalhará durante 2 anos no Estado na aplicação e desenvolvimento do Programa.
> A Universidade Federal do Piauí será preparada para ministrar cursos de formação para líderes comunitários que, ao regressar a seus municípios, deverão dirigir os trabalhos na região.
> Todos os estudos do grupo de trabalho foram acompanhados pelos Ministros da Educação e Planejamento. Segundo o professor Oliveira e Souza "o objetivo do projeto é uma transformação radical da estrutura do Estado e do desenvolvimento de sua renda "per capita" [...][679].

No texto jornalístico, *Govêrno vai testar programa no Piauí,* localizado no espaço superior da página 21 do jornal *O Estado de S. Paulo*, percebe-se na publicação a apresentação do Projeto Piauí e os seus objetivos. Além de ser abordado que na Universidade Federal do Piauí seria o local que seria ofertado e ministrado os cursos para a formação dos líderes comunitários dos municípios alvos do Projeto para quando retornarem dirigirem os trabalhos nas suas localidades.

Verifica-se pela representação do discurso de João Ribeiro Oliveira e Souza a propaganda e o forte teor simbólico que tinha em esboçar os objetivos do projeto, ser transformar de maneira radical a estrutura do estado e de desenvolver a sua renda per capita, em um estado considerado o "mais pobre da federação", o Projeto Piauí[680] estava sendo esboçado pelo periódico como a face da modernização conservadora e autoritária no estado do Piauí.

---

[679] Govêrno vai testar programa no Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 de maio de 1971, Ano 92, Nº29.472, p.21.

[680] O Projeto Piauí, segundo as fontes do governo passado pela imprensa, nasceu das ideias da tese de doutorado do *Desenvolvimento Global Participativo* de João Ribeiro de Oliveira e Souza na qual propunha um modelo de desenvolvimento integral, o governador Alberto Silva ao ter conhecimento do Projeto resolveu juntamente com o apoio do governo federal através do Ministério do Planejamento e do Ministério da Educação, executar essas ideias no estado do Piauí, como um pioneirismo para aplicação dessas ideias na região Nordeste. In: Afinal, o que é o Projeto Piauí? **O Estado**, Teresina, 15/16 de agosto de 1971, Ano II, p.4.

O objetivo do Projeto Piauí, segundo as fontes governamentais, era propiciar "[...] promoção humana integral dos habitantes da área-alvo, de modo que, ao final, pudessem se sentir capazes de participar dos benefícios do desenvolvimento da Nação e da região"[681], ou seja, faz parte das políticas voltadas à integração nacional da ditadura militar que objetivava integrar os estados subdesenvolvidos, como o Piauí, em um projeto que integrasse a economia nacional.

Na execução dos seus trabalhos, o Projeto Piauí aproveitava a divisão do Estado pelo IBGE, através das então 11 microrregiões, possuindo técnicos que tinham a função de treinar as lideranças institucionais e não institucionais das lideranças comunitárias, para que elas mesmas identificassem as carências e potencialidades de suas regiões, através da participação da população no processo de desenvolvimento e com os diagnósticos obtidos com o fim dos levantamentos, ser definido metas pelo Grupo Tarefa do Projeto Piauí que envolvesse a própria comunidade treinada nas diferentes áreas sociais[682]. O local que era nucleado esses treinamentos e estudos era a Fundação da Universidade Federal do Piauí, ademais, o Projeto trouxe pesquisadores de outros estados para pesquisarem e estudarem os problemas socioeconômicos e culturais do Piauí[683].

A própria escolha do Estado do Piauí na aplicação do Projeto Piauí não era ignorada pelos escritores do periódico *Estadão*, que destacava a especificidade do estado escolhido para a execução do projeto que tinha a propaganda de desenvolver de maneira integral e participativa:

> O programa – denominado Projeto Piauí – é de autoria do antropólogo João Ribeiro, e deverá ajudar a desenvolver globalmente um dos Estados de menor renda "per capita" da América Latina e fazer mudanças radicais na sua estrutura social e econômica. O projeto conta também com o apoio do Ministério do Planejamento.[684]

No trecho do editorial *Escolhido o chefe do Projeto Piauí*localizado no lado direito da parte superior da página 13, observa-se como nos enunciados da matéria destaca-se acerca do Projeto Piauí ser aplicado no estado considerado não apenas como o estado de menor renda per

---

[681] BRASIL. **Estudo Nº026/3ªSC/80**. Serviço Público Federal: Brasília, 11 de setembro de 1980, p.2.
[682] Afinal, o que é o Projeto Piauí? **O Estado**, Teresina, 15/16 de agosto de 1971, Ano II, p.4.
[683] Segundo o Djalma Velloso o Projeto Piauí trouxe pesquisadores nos quais destaca o nome de Reginaldo Carvalho, dirigente do Instituto Villa-Lobos, no Rio de Janeiro, o publicitário Marco Rizzo, o artista gráfico Marcos Cremonese, o músico Emílio José Terraza, o teatrólogo Murilo Eckhard, a arqueóloga Niéde Guindon, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, Mário Guerreiro, Mário Henrique Simonsen, Espiridião Amim, João Ribeiro. In: KRUEL, Kernard. **Djalma Veloso**: o político e sua época. Teresina: Zodíaco, 2006, p.415.
[684] Escolhido o chefe do Projeto Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de maio de 1971, Ano 92, Nº29.485, p.13.

capita do Brasil, mas da América Latina, como uma maneira de chamar atenção para o projeto que seria realizado no Piauí, que prometia na sua propaganda fazer mudanças radicais na estrutura socioeconômica do estado.

Após dois anos de execução do Projeto Piauí, o periódico *Estadão* fez uma série de publicações referentes ao referido projeto, localizadas na totalidade da página 28, com explicação dos objetivos, das atividades desenvolvidas, dos desafios e os sucessos obtidos até então:

> Mobilizar a consciência de uma população para o seu real e autêntico desenvolvimento é o trabalho que está sendo desenvolvido há um ano e meio no Piauí pela Fundação Projeto Piauí. Seu coordenador-geral, o antropólogo João Ribeiro Oliveira e Sousa, reconhece que o trabalho ainda está começando. É preciso despertar um Estado que esteve isolado da realidade brasileira durante muito tempo, com sua população imersa num atraso secular. Mas os primeiros frutos estão surgindo. "O importante – salienta o governador Alberto Silva, também presidente do Conselho da Fundação – é que o povo está mudando de mentalidade e despertando para o progresso"[685]

No editorial *Um projeto arranca Piauí do atraso secular*, pelo correspondente Antônio Tadeu Afonso, publicado na página 28, verifica-se pelo título como o Projeto Piauí era colocado como um projeto que pudesse arrancar o Piauí do seu atraso e subdesenvolvimento. Nos enunciados da representação, coloca-se o projeto do coordenador João Ribeiro Oliveira e Sousa como algo pedagógico para "despertar" a população para o desenvolvimento e para o progresso econômico, como se os problemas da pobreza fossem também culpa dos piauienses.

O periódico *Estadão* representou o Projeto Piauí nos seus editoriais com a abordagem e detalhamento da visão das elites dirigentes acerca do projeto, e referente às dificuldades de aplicação, percebemos nos seus enunciados que é colocada a culpa na visão de atraso na população piauiense pelo conformismo da situação em que estão estabelecidos. O Projeto Piauí é colocado como o grande projeto do governo Alberto Silva pelo jornal *Estadão*, que tinha potencial de mudar a situação socioeconômica do estado do Piauí.

Todavia, o periódico não difundia apenas elogios. Em fevereiro de 1975, Alberto Lemos Filho, correspondente do jornal *Estadão*, publicou uma matéria cheia de críticas aos gastos governamentais em propaganda e publicidade realizadas pelo governo Alberto Silva, que, em troca, os meios midiáticos difundiam a imagem de um "Piauí Próspero" realizado pelo gestor piauiense:

---

[685] AFONSO, Antonio Tadeu. Um projeto arranca Piauí do atraso secular. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 de novembro de 1973, Ano 94, Nº30.247, p.28.

> Uma terra tão rica e um Estado tão pobre. Renda per capita de 90 dólares, desemprego crônico, baixa produtividade agrícola, falta de oportunidade de trabalho para jovens, motivo de humor por seu subdesenvolvimento, um território maior que o paulista, industrialização incipiente e uma nova imagem publicitária que não resiste ao exame mais profundo.
> O governador Alberto Silva tem divulgado por todos os meios os problemas, as aspirações e necessidade do Piauí. Até gastando alguns milhões de cruzeiros, de difícil justificativa, como prioridade. Os resultados não têm confirmado o possível acerto dessa campanha. Artistas e personalidades nacionais foram levados em viagens de cortesia ao Piauí na expectativa ingênua de, ao voltarem ao Sul, promoverem este Estado em São Paulo ou no Rio, atraindo investidores ou projetos industriais. Até Juca Alves e Odete Lara estiveram lá e, como os demais convidados, visitaram Teresina, Parnaíba e Parque Nacional das Sete Cidades. Entretanto, nenhum deles pôde perceber que o verdadeiro retrato do Piauí não está nas belas paisagens das Sete Cidades, nem nas ruas cheias de camelôs de Teresina, ou inegável aspecto de estagnação de Parnaíba, outrora próspero centro comercial e industrial. [...].[686]

No excerto do texto, *Piauí, a pobreza mais famosa do Brasil*, escrita por Alberoni Lemos Filho no jornal *O Estado de S. Paulo*, localizado na página 48, percebe-se a representação de um Piauí que vai na contramão das representações difundidas e defendidas pelo governo do Estado e críticas de sua condição socioeconômica, principalmente acerca dos milhões de cruzeiros que o governo Alberto Silva tem investido em tentar mudar a imagem do Piauí para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro para tentar atrair investidores ao estado, através de suas obras de infraestrutura como se o estado estivesse mudando a sua face e se tornando um estado em desenvolvimento.

Percebe-se que o governo Alberto Silva, aproveitando-se do ambiente de forte propaganda midiática e de euforia econômica da ditadura militar, investiu fortemente em representações que indicavam a construção de um "Piauí próspero" e em desenvolvimento por causa de suas obras de infraestrutura empreendidas, entretanto, essas representações fortemente reverberadas pelos setores de imprensa locais e repercutidas nos jornais de grande imprensa, não eram unânimes.

Além disso, os textos jornalísticos do *Estadão* que veiculavam as representações de um Piauí em desenvolvimento, promovidas pelos governadores Helvídio Nunes de Barros e Alberto Silva, eram direcionados sobretudo a setores do empresariado e a investidores paulistas, bem como das regiões Sudeste e Sul. O objetivo era apresentar o estado como um espaço promissor para investimentos, capaz de oferecer retornos econômicos significativos. Além

[686] LEMOS FILHO, Alberoni. Piauí, a pobreza mais famosa do Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 de fevereiro de 1975, Ano 96, Nº30.637, p.48.

disso, as matérias referentes ao Piauí em caminhos do desenvolvimento eram uma forma de conectá-lo ao processo de modernização econômica e prosperidade que era veiculado pelos órgãos de imprensa e veículos oficiais do regime militar.

7.3. **"Piauí de mentalidade nova":** a representação dos governos estaduais e a euforia econômica nas páginas do *O Globo*

> PARODIANDO Guimarães Rosa, pode se dizer que chegou a hora e a vez do Piauí. De Norte a Sul do país se fala do desenvolvimento daquele que até há bem pouco tempo era apontado como o mais pobre, o mais atrasado, o mais miserável Estado da Federação.
> Essa imagem negativa, hoje, é coisa do passado. E todos falam com admiração das realizações do governo e do povo piauiense. [...][687].

No editorial *A imagem do Piauí muda a cada novo dia. As obras são muitas*, publicado na completude da página 16 no caderno especial sobre as realizações da SUDENE, caderno especial do jornal *O Globo*, percebe-se que nos seus enunciados, logo no início do texto, destacam-se referências ao clima de desenvolvimento do Piauí, que antes era só apontado e representado como o estado "mais pobre da Federação", situação essa que teria mudado, segundo o editorial, por causa das realizações do governo Alberto Silva.

Esse texto jornalístico do *O Globo* traz uma imagem positiva do governador Alberto Tavares Silva, como se fosse o único e grande responsável por mudar a representação do estado do Piauí, de um estado pobre e esquecido, para um estado em desenvolvimento, causado principalmente pelas obras de infraestrutura executadas pelo seu governante.

Nesse tópico, objetivamos analisar como o jornal *O Globo* apresentou as obras de infraestrutura realizadas pelos governadores do estado do Piauí durante a primeira década da ditadura militar, em especial aquelas direcionadas a "mudar" a imagem de descrédito e subdesenvolvimento que caracterizava o estado. Focamos neste subcapítulo os textos jornalísticos que abordaram os governos de Petrônio Portella, João Clímaco D'Almeida e Alberto Silva, por serem aqueles que foram mais divulgados no periódico.

O jornal *O Globo*, assim como o *Estadão*, antes da ditadura militar, quando abordava nos seus textos jornalísticos o estado do Piauí, era assolado com representações referentes ao abandono, miséria, pobreza e seca, e simultaneamente abordava as tentativas dos governantes estaduais de buscarem investimentos e recursos para o estado. Durante a gestão de Petrônio

[687] A imagem do Piauí muda a cada novo dia. As obras são muitas. Sudene. In: **O Globo**, 19 de dezembro de 1973, Ano XLIX, Nº14.693, p.16.

Portella, no ano de 1965, no mês de agosto, *O Globo* fez uma série de textos jornalísticos, sem assinatura, com o título *Agonias e esperança do Nordeste*. Foram seis no total, localizadas entre as páginas 10 e 17, publicadas entre os dias 11 a 17 de agosto de 1965. Apesar do título das matérias ser a respeito do nordeste, o único estado da região que foi representado foi o estado do Piauí.

A escolha do Piauí, não foi aleatória, tratava-se do estado considerado o "mais pobre da federação", na qual eram destacados a falta de infraestrutura básica como a ausência de aeroporto[688], a falta de energia elétrica nos centros urbanos[689], os poucos investimentos e resultados feitos pela SUDENE[690], a falta de rodovias pavimentadas e de meios de transportes alternativos[691], a não navegabilidade do rio Parnaíba[692] e a alta taxa de analfabetismo[693].

Não obstante das enunciações de pobreza, os textos jornalísticos destacavam também os possíveis potenciais do Piauí, especialmente quando davam espaços aos sujeitos políticos das reportagens que não era anônimos diferente de outros personagens que eram tratados pela sua profissão ou ofício, como o então governador Petrônio Portella, na qual era representado os seus discursos sobre os principais aspectos que deveriam ser investidos no Piauí pelo governo federal para desenvolver o referido estado:

> Ao ouvir a hipótese sedutora de desenvolvimento rápido, dias depois, o Governador Petrônio Portela dava sua opinião para o atraso do Piauí:
> - O mais grave empecilho do nosso progresso é a baixa capacidade de investimento dos setores econômicos. Os investimentos privados, com reduzidas disponibilidades financeiras, têm ainda para desencorajá-los a falta da energia e um deficiente sistema de transportes. Como ecoar a produção? Está é a pergunta sem resposta. Além disso, é sabido que os orçamentos estaduais e municipais não suportam para a solução desses problemas de base. Completa êsse quadro desalentador o fato de os órgãos federais incumbidos de dar alguma assistência ao Estado operarem com verbas insuficientes, quase sempre sujeitas a incumbidos de dar alguma assistência ao Estado operarem com verbas insuficientes, quase sempre sujeitas a injunções políticas, e sem aplicação em obediência a um plano único de desenvolvimento. Só uma mudança nos métodos poderia dar resultados. Uma política agressiva de ataque cerrado a problemas cruciais, só isso tiraria o Piauí do pauperismo. O

[688] ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (I). O Brasil Esquecido Começa No Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12.042, p.10.
[689] Energia, o drama do Estado. In: ANGÚSTIA E ESPERANÃ DO NORDESTE (II). São Muitos os Problema que Embaraçam o Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12043, p.15
[690] Que faz a SUDENE. In: ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (III). Dura e Sem Perspectiva é a Vida no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12.044, p.10.
[691] Rodovia como solução. In: ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (IV). Sem Rodovia Direta Para O Sul, Que Pode Fazer o Piauí? **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12.043, p.16.
[692] Importância do Parnaíba. In: ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (V). Como se explica o atraso do Piauí**. O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1965, Ano XL, Nº12.043, ano XL, p.17.
[693] 82% de Analfabetismo. In: ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (VI). Alguma Coisa de Positivo Se Faz no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12.048, p.17.

> termino de Boa Esperança é a nossa meta clássica de desenvolvimento. Em 1967, é esperada alguma ajuda da sua fôrça energética. Até lá, só nos resta atacar alguns problemas menores. É preciso, no entanto que um plano arrojado já se comece a elaborar desde já. É o que estou procurando fazer. Mas precisamos de ajuda federal – talvez, internacional, por que não?[694]

Neste texto escrito do emissário do jornal *O Globo* com o título *Como se explica o atraso do Piauí*, localizado no centro da página 17, a respeito da opinião do então governador do Piauí sobre quais seriam as soluções para o problema do atraso e do subdesenvolvimento do estado, podemos verificar na representação a lamentação da carência de investimento no estado, seja por parte do setor privado e do setor público, que na visão do mesmo é desmotivado pela falta de infraestrutura causada pela falta de energia elétrica e no sistema de transporte, somado com a dificuldade de transportar a produção destinada à exportação para os outros estados. Além disso, destaca a inviabilidade do governo do estado e dos municípios piauienses de sozinhos conseguirem resolver esses problemas, criticando os poucos recursos federais destinados ao estado, não inserindo o Piauí num plano de desenvolvimento nacional.

Na narrativa da resposta do governador do Piauí, é representada no sentido de culpar os poucos recursos financeiros e projetos dos órgãos federais ao Estado, reivindicando mais atenção do governo federal às necessidades piauienses, excluindo a responsabilidade dos governos piauienses anteriores referente à falta de um projeto de desenvolvimento para o estado. Em simultâneo, na representação da resposta do então governador do Piauí, são trabalhadas as possibilidades de desenvolvimento a partir do potencial energético da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, ao mesmo tempo em que há um apelo da necessidade de o governo federal participar de um plano de desenvolvimento voltado ao estado do Piauí.

Ao longo dessas seis reportagens desse emissário especial do *O Globo* sobre o estado do Piauí, suas dificuldades, problemas e posicionamentos das autoridades, como o governador do Estado, podemos observar que essas notícias em nenhum momento foram neutras e imparciais, no sentido de não estarem imbuídas de ideologias e de visões de mundo. Para Roger Chartier, as percepções sociais das representações não são de maneira alguma discurso neutro, pois produzem estratégias e práticas que têm como objetivo "impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas"[695].

---

[694] Solução. In: ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (V). Como se explica o atraso do Piauí**. O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1965, n.12.043, ano XL, p.17.

[695] CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Algés (Portugal): DIFEL, 2002, p.17.

Associando com as reportagens *Angústias e Esperanças do Nordeste*, os próprios títulos das colunas sobre o Piauí tinham estratégias que visavam dar um indicativo ao leitor de como o estado era pobre, esquecido, abandonado e atrasado em relação aos estados do sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo – com uma linguagem com o uso da ironia, além do Piauí ser um único estado abordado nessas reportagens, apesar de pelo título dessa série ser referente ao nordeste, enquanto região e não a um estado, como indicasse que as terras piauienses fossem o "nordeste da região Nordeste"[696]. Mas, em simultâneo, indicava as possibilidades do estado se desenvolver através de investimentos públicos e privados, especialmente do governo ditatorial em contribuir com os planos para o seu desenvolvimento.

Essas reportagens foram produzidas e difundidas no contexto do início da ditadura militar, após a visita oficial do ditador Humberto Alencar Castello Branco ao Piauí, com o intuito de iniciar as obras que dariam início à construção da barragem e Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, na qual tinha a promessa da "esperança" que, através dessa obra, fosse alcançado o tão sonhado desenvolvimento do estado.

Em meio aos textos jornalísticos, *Angústias e esperanças do Nordeste*, a gestão de Petrônio Portella foi representada no jornal *O Globo*, mas, diferente daquelas produções, foram abordados apenas os aspectos positivos do estado do Piauí e das suas potencialidades econômicas:

> Entre os Estados do Norte do Brasil, o Piauí é um dos melhores e o mais rico em reservas Inexploradas, embora seus habitantes lutem contra a adversidade do clima e a seca que impede o progresso naquela região. Cidade histórica, traz no aspecto de algumas casas coloniais a lembrança de um passado calmo é romântico, ao mesmo tempo que, num verdadeiro contraste, surgem novas e modernas casas, revelando o progresso de sua gente.[697]

Nesta representação com o título *Piauí remodela a sua infraestrutura*, localizada na página 10 da segunda edição do jornal *O Globo* do dia 13 de agosto de 1965, aborda a respeito de uma nova imagem do Piauí, como se o estado fosse o com mais potencial para o desenvolvimento dos estados da região nordeste, sendo colocado o subdesenvolvimento e as adversidades que a população enfrenta como resultado de fatores de ordem da natureza.

Mas, a representação sobre as potencialidades do estado do Piauí dá destaque, principalmente, às políticas públicas adotadas pelo então governador Petrônio Portella Nunes:

---

[696] Expressão utilizada no sentido da imagem do Nordeste associada a seca, abandono, esquecimento, exclusão, miséria e fome ser associado a espacialidade do estado do Piauí.

[697] O Piauí Remodela a Sua Infra-Estrutura. **O Globo**, Caderno 2, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1965, Ano XL, Nº12044, p.10

> Piauí dispõe, no momento, de Um Conselho de Desenvolvimento, já armado de estrutura técnico-administrativa, que vem contribuindo para a criação de uma nova mentalidade, graças à Hidrelétrica de Boa Esperança, O Govêrno do Piauí recentemente estruturou o Banco do Estado e vem ajudando de forma considerável as indústrias recém implantadas. Articulou-se para isso com a carteira do Banco do Brasil, a Coordenação Nacional de Crédito Rural e recentemente com o BNDE.
> Homem moderno, empreendedor objetivo, Petrônio Portela Nunes, Governador da Piauí, na sua árdua luta pela recuperação e Industrialização do Piauí, sempre encontrou o apoio e o incentivo de seu povo, para cujo bem-estar ele não mede sacrifícios. O Piauí é um exemplo vivo de fôrça de vontade e trabalho que certamente levará êsse Estado a um progresso seguro. [...].[698]

A narrativa que aborda o governador do Piauí não é aleatória, está inserida no contexto em que o seu grupo político, juntamente com a ditadura militar, iniciou os projetos para a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança e que está com o discurso ideológico adaptado ao desenvolvimentismo defendido pelo regime militar em investimento nas áreas voltadas à infraestrutura para impulsionar o processo de modernização do país. Percebe-se no excerto da matéria a tentativa de representar um Piauí em fase de industrialização, com iniciação da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, tendo como responsável dessa tal "modernização" o então governador Petrônio Portella, através dos investimentos na área de infraestrutura.

De acordo com Patrick Charaudeau, o discurso propagandista no espaço midiático — como nos editoriais informativos e nas reportagens — compartilha com estes o fato de ser direcionado a um público-alvo específico. Entretanto, diferentemente do discurso informativo, que se preocupa com a descrição do que ocorreu, a propaganda opera na esfera do que 'há de ser', apresentando-se como uma promessa a ser concretizada. Nesse sentido, seu compromisso está voltado para a construção de credibilidade, e não para a veracidade do que é representado.

O espaço destinado ao governador do Estado do Piauí, com o teor de propaganda política, está situado no contexto da aproximação política do governador piauiense com os militares – apesar de ser visto por determinados setores mais radicais das Forças Armadas como "subversivo" – a construção da Barragem de Boa Esperança, da visita oficial do marechal-presidente Castello Branco ao Piauí. Entretanto, a exaltação da administração de governadores, com destaque para suas políticas voltadas ao desenvolvimento no periódico O Globo, não era

[698] Nova mentalidade. In: O Piauí Remodela a Sua Infra-Estrutura. **O Globo**, Caderno 2, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1965, Ano XL, Nº12044, p.10

algo incomum, sendo muito presente em destacar o alinhamento dos governadores à ideologia e com as práticas do regime militar.

Acredita-se que a representação publicada pelo jornal *O Globo* não tenha ocorrido de forma espontânea, mas, sim, como resultado de uma ação estratégica do próprio governo de Petrônio Portella, possivelmente viabilizada por incentivos financeiros. Essa matéria, ao projetar uma imagem do governador como um gestor moderno e comprometido com a inovação, contribuía para consolidar sua legitimidade política perante o regime militar e a opinião pública nacional. Além disso, a produção jornalística servia a interesses econômicos mais amplos ao destacar as potencialidades e os recursos do Estado do Piauí, funcionando como uma forma de propaganda direta para atrair investimentos públicos e privados. Ao enfatizar as possibilidades de crescimento econômico e retorno financeiro, construía-se uma narrativa que apresentava o estado como um espaço promissor e lucrativo para empresários e investidores, em consonância com a retórica desenvolvimentista da ditadura.

O periódico *O Globo* também representou as tentativas de "desenvolvimento" do estado do Piauí pela gestão petronista através dos investimentos conseguidos pelo governo ditatorial para a instalação da FRIPISA na cidade de Campo Maior:

> O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico concedeu financiamento de um bilhão de cruzeiros ao maior frigorífico do Nordeste, cujas instalações industriais estão sendo erguidas em Campo Maior, no Piauí. Ao ato de assinatura estêve presente o Governador Petrônio Portela, que afirmou reunir o empreendimento do FRIPISA condições para "mudar a face da economia piauiense, que tem na pecuária um de seus esteios". Acrescentou o governador que o frigorífico é o segundo grande empreendimento do Piauí, vindo logo abaixo da hidrelétrica de Boa Esperança em importância para o desenvolvimento do Estado. E agradeceu a presteza com que o BNDE, dispôs-se a participar do empreendimento, evidenciada com o envio prévio de um grupo integrado de técnicos para ajudar a elaboração do projeto de financiamento.
>
> O financiamento do BNDE foi concedido com prazo de carência de 26 meses, para pagamento em seis anos. Devendo iniciar suas operações no segundo semestre dêste ano, o Frigorífico Piauiense terá condições de abastecer todo o Estado e ainda exportar para as regiões vizinhas, carne bovina, suína e ainda subprodutos industrializados[699].

No texto jornalístico com o título *Piauí Recebe um Bilhão para Frigorífico*, publicado em um pequeno espaço do centro da página 16, observa-se na notícia o destaque para a aquisição de financiamento público para a construção de um frigorífico para o estado do Piauí, que era considerado essencial para o desenvolvimento do estado, especialmente pela histórica

[699] O Piauí Recebe um Bilhão Para Frigorífico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de março de 1966, Ano XLI, Nº12232, p.16.

importância da economia da agropecuária. Percebe-se, pela representação, o destaque para o discurso do então governador Petrônio Portella, que considera o FRIPISA como o segundo grande empreendimento, atrás da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, para o Piauí estar no esteio do progresso e desenvolvimento.

O destaque para a criação do FRIPISA no jornal *O Globo* como um empreendimento estratégico para o desenvolvimento do estado, não com o foco na industrialização voltada à produção de bens manufaturados, mas sim na agroindustrialização de produtos primários, especialmente voltados à cadeia da carne, para suprir a demanda de gêneros alimentícios nos estados vizinhos. O FRIPISA, na representação do periódico, é colocado como um símbolo de progresso regional, alinhado à lógica desenvolvimentista da ditadura militar, que priorizava a modernização de setores produtivos ligados ao abastecimento interno e à exportação de commodities, reforçando o papel do Piauí como espaço de integração econômica no cenário nordestino.

No jornal *O Globo*, não observamos matérias a respeito do governo Helvídio Nunes, mas publicou algumas matérias a respeito do seu sucessor, João Clímaco D'Almeida, que assumiu o cargo de governador devido à renúncia do primeiro, que visava eleger-se ao cargo de senador da República pelo Estado do Piauí. No contexto do resultado das eleições de 1970 para deputados estaduais, deputados federais e senadores, a mídia impressa *O Globo* publicou o seguinte texto jornalístico exaltando a gestão de João Clímaco D'Almeida:

> A tranquilidade com que transcorreram as eleições no Piauí reflete, na verdade, o nôvo estado d'alma que domina o povo piauiense, voltado todo êle para o trabalho
> É fora de dúvida que algo nôvo está acontecendo no Piauí, cujo povo é impulsionado por uma fôrça vigorosa: a fôrça do progresso que chega àquele Estado nordestino, notadamente após a inauguração da Hidrelétrica de Boa Esperança.
> Mas não é somente Boa Esperança que traz entusiasmos ao povo do Piauí. São as inúmeras obras públicas, as rodovias em especial que transformam a fisionomia do Estado, dando-lhe características de uma região que desponta para usufruir todo o conforto da civilização moderna.
> E o resultado do avanço que se observa naquele Estado também pode ser medido pelo interêsse que os investidores do Sul do País começaram a dar ao Piauí. Cada vez um número maior de capitalistas demanda ao Estado, visando a aplicar seus investimentos em emprêsas de envergadura. [...][700].

[700] PIAUÍ: ELEIÇÕES TRANQUILAS E COM AMPLAS GARANTIAS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1970, Ano XLVI, Nº13.678, p.11.

Neste editorial com o título *Piauí: eleições tranquilas e com amplas garantias,* publicado do lado esquerdo da página 11 em letras maiúsculas, embora pelo título indicasse a representação sobre as eleições "tranquila" no estado do Piauí, é um pretexto para abordar que as eleições foram calmas porque a população não tem o que se revoltar e vive em um clima de otimismo causado pelo dinamismo da administração estadual e pelo desenvolvimentismo causado pelo governo ditatorial.

Essa matéria, além de ter sido publicada em um contexto pós-eleição, está situada na difusão em larga escala da euforia e do "otimismo" difundido pela ditadura militar, durante o governo do general ditador Emílio Garrastazu Médici, que transmitia um clima de desenvolvimento e de progresso econômico como se o Brasil fosse um "gigante adormecido" que finalmente tivesse "acordado" para ter uma posição de destaque junto com os países de Primeiro mundo[701].

O texto jornalístico, além de indicar uma "tradição inventada"[702], divulgada pelas elites políticas piauienses, de que o povo piauiense é tradicionalmente tranquilo e calmo, e que o estado, diferente dos demais centros urbanos, não se revolta e é afeito principalmente ao trabalho. Destaca que esse clima de tranquilidade e de progresso foi causado especialmente pelo funcionamento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, através da geração de energia elétrica nos principais centros urbanos – que não significa que era em todos os municípios do Estado – , a construção de obras públicas feitas pelo governo ditatorial como as rodovias, estas consideradas como fator determinante para a integração nacional por causa da facilitação das transações comerciais. E, a matéria, sem citar exemplos, destaca que o estado do Piauí está sendo alvo de investidores e empresários da região Sul pelos atrativos que veem no estado para instalar as suas empresas.

Esse clima de otimismo e principalmente "ordem", que era valorizado e exigido pelo regime militar, na matéria, a destaca como fator de liderança do então governador do Estado, João Clímaco D'Almeida:

> [...]. Apesar das dificuldades financeiras, o Govêrno do Piauí trabalha num clima de ordem, de honestidade e de absoluto respeito aos princípios que orientam a ação do Presidente Médici. Ressalte-se que o Banco do Estado muito tem cooperado na política de crédito, gerando uma situação de equilíbrio junto às classes produtoras.

[701] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2024.
[702] HOBSBAWN. Eric. J; ROGER, Terence. **A invenção das tradições**. Trad: Celina Cardim Cavalcante. 10ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p.7-24.

> É um fato de prestígio da autoridade do Governador do Estado em tôdas as camadas da população, por motivo de sua capacidade de orientação segura, correta e profundamente identificada com os problemas e anseios da coletividade piauiense.[703]

No texto jornalístico, percebe-se que os editores destacam que, apesar do governo do Piauí passar por dificuldades financeiras, representam o estado em um clima de "ordem, de honestidade e de absoluto respeito" exigidos pela ditadura militar, como algo que é resultado do prestígio que o governador do Estado possui com os piauienses.

Essas representações, veiculadas por um jornal de circulação nacional, têm como objetivo não apenas exaltar a gestão do político piauiense, mas também inserir o estado do Piauí dentro da lógica discursiva do regime militar, que promovia a imagem de um Brasil marcado pela "ordem" e pelo "progresso". Ao apresentar o Piauí como um estado alinhado a essa narrativa desenvolvimentista, o periódico busca reforçar a ideia de que a região seria um território promissor e estável, favorável à atração de investimentos privados da região Centro-Sul do país.

Antes do término do mandato de João Clímaco D'Almeida, o jornal *O Globo*, em seu caderno Econômico, publicou um editorial de uma página inteira a respeito de seu governo, com tom de celebração. A matéria destacou como um marco a criação da tão sonhada universidade, considerada como fator importante para a integração nacional da educação do estado com a nacional, visto que era o único Estado da Federação que não tinha uma universidade, tornando a conquista como um símbolo do progresso e da modernização:

> Com a instalação da Universidade Federal do Piauí, em solenidade realizada no dia 1 dêste mês, em Teresina, o Governador Joao Clímaco d'Almeida conquistou sua maior vitória, pois alcançou, com isso, a concretização da meta fundamental de sua curta, mas dinâmica administração, uma vez que prometera ao povo piauiense, por ocasião de sua posse como Chefe do Executivo Estadual, desenvolver todos os esforços no sentido de instalar, no Piauí, a Universidade de que tanto carecia a mocidade estudantil. A promessa foi cumprida.[704]

Neste editorial de página inteira com o título *Dinamismo: marca do governo Clímaco d'Almeida*, publicado na página 47 do caderno econômico do jornal *O Globo*, percebe-se uma representação eufórica e otimista com o governo João Clímaco D'Almeida devido à instalação da Universidade Federal do Piauí, considerada um dos principais fatores para a integração

[703] PIAUÍ: ELEIÇÕES TRANQUILAS E COM AMPLAS GARANTIAS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1970, Ano XLVI, Nº13.678, p.11.
[704] Idem.

nacional da educação, visto que o estado era o único que ainda não tinha uma universidade[705]. Além disso, verifica-se na representação a busca de criar um "pai" para a universidade, no sentido de quem seria lembrado como o responsável pela criação da Universidade Federal do Piauí, homenagem essa que atualmente tem os créditos a Petrônio Portella Nunes.

No texto, há a exaltação e comemoração eufórica da gestão de João Clímaco D'Almeida, não somente por causa da instalação da universidade, embora fosse o mais importante e de maior destaque, mas também devido à integração do Piauí no sistema nacional de comunicação:

> O dia 1 de março passou a integrar a História do Piauí e com uma importância inusitada, pois além de ganhar sua primeira universidade o Estado passou, na verdade, a integrar o sistema global da comunicação telefônica existente no País, com a inauguração das rêdes estaduais de microondas do Piauí e Ceará. Dessa forma, o povo piauiense testemunhou, naquela data dois atos de significados transcendentais para seu desenvolvimento. Com o primeiro, o Estado passou a integrar em todos os escalões, o sistema nacional de educação. Com o segundo, integrou-se no sistema nacional de comunicações, podendo agora o piauiense falar, por telefone, com as capitais e as grandes cidades do País e com o mundo inteiro. O serviço de micro-ondas inaugurado pertence as duas empresas estaduais de comunicações TELEPISA e CITELG, fazendo conecção com o sistema da EMBRATEL, em Fortaleza. [...].[706]

No excerto, nota-se o destaque da matéria pela inauguração da UFPI e por causa da integração do Piauí ao sistema nacional de comunicação telefônica do país, através da implementação do sistema de micro-ondas, considerados como fatores responsáveis respectivamente pela integração nacional da educação e da comunicação. Na matéria, os escritores enfatizam não somente a criação da universidade e do sistema de micro-ondas, como também servem como propaganda da gestão de João Clímaco D'Almeida, sendo destaque das principais atividades realizadas pelas secretarias de seu governo.

Essa matéria, possivelmente como as outras dos governantes do Piauí, acreditamos que foram encomendadas pelos governadores ao jornal, sendo destacada em um jornal de grande imprensa, como *O Globo*, a imagem positiva do governador do Estado – que estava nos últimos dias de seu mandato – e seus feitos para fazer propaganda de seu governo, conectando com o clima de euforia econômica do contexto nacional da ditadura militar.

---

[705] O Piauí e o Mato Grosso foram os últimos estamos da federação de então, a terem uma universidade, o segundo teve em 1970, enquanto a do Piauí foi inaugurada em 1971. Para mais informações sobre a criação da Universidade Federal do Piauí e as disputas políticos em torno da sua criação, indicamos: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. A invenção da UFPI: Elementos estruturantes e interfaces do poder. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org). **Histórias de vário feitio e circunstância.** Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001, p.9-52.

[706] DINAMISMO: marca do Govêrno Climaco d'Almeida. **O Globo,** Caderno Econômico, Rio de Janeiro, 19 de março de 1971, Ano XLVII, , Nº13.757, p.47.

A propaganda política centrada no desenvolvimentismo e no dinamismo administrativo não pode ser analisada de forma dissociada do contexto da ditadura militar. Por meio de suas agências oficiais de comunicação, o regime construiu e difundiu a imagem de um "Brasil Grande", próspero e otimista, como estratégia de legitimação política. De acordo com Cláudia Cristina da Silva Fontineles, nem o aparente crescimento econômico vivido no país – restrito a poucos segmentos da população brasileira – era capaz de conter as reações e críticas frente aos rumos político-sociais que se seguiam durante a ditadura militar. Tornou-se necessário ao regime militar investir em um projeto arrojado de comunicação em massa que propagasse uma visão otimista do Brasil e do governo na medida em que freava reações críticas ao governo[707].

O governo Alberto Silva foi marcado por uma forte propaganda política em torno das obras de seu governo que reverberou nos periódicos de circulação nacional, embora isso não fosse exclusivo dessa gestão, sendo presente também nas anteriores, mas em pequena quantidade. A sua gestão no governo do Piauí foi a mais destacada nos jornais da grande imprensa analisados.

Na pesquisa, observamos que o jornal *O Globo* publicou matérias referentes ao governo Alberto Silva, representando-o como um governante que iria desenvolver o estado, retirá-lo da condição de subdesenvolvimento e da condição de pobreza. Além de representarem, nos seus editoriais, publicações que abordavam as suas obras de infraestrutura que estavam em conformidade com o cenário da conjuntura de euforia e de otimismo difundido pela ditadura militar. Observamos que o periódico *O Globo* publicou textos jornalísticos a respeito do governo Alberto Silva em um espaço considerável:

[707] FONTINELES, Cláudia Cristina da. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antonio. **Tempo e memória**, interfaces entre os campos da comunicação e da história Porto Alegre: EDIPURS, 2020. p.279.

Figura 6: O governo Alberto Silva nas páginas do *O Globo*, 1971



ECONOMIA — O GLOBO ☆ 1-7-71 — 5.ª-feira ☆ Página 17

AUMENTO DA RENDA PER CAPITA DO PIAUÍ É O OBJETIVO DO GOVÊRNO ALBERTO SILVA

Fonte: *O Globo*[708]

Observa-se pela figura 5 que o governo Alberto Silva teve um destaque diferenciado no jornal *O Globo*, ocupando a lauda completa da página 17. Vale salientar que não era nas páginas de sua edição principal, mas de seus cadernos especiais, especialmente nos cadernos voltados a assuntos econômicos, no qual era o espaço destinado no jornal à abordagem de progresso e crescimento econômico no Brasil e nos seus espaços, com foco em investimentos e possibilidades. A mídia impressa, inclusive, reproduzia os discursos de Alberto Silva nas coletivas de imprensa, atrás de divulgar uma representação positiva do Piauí, em busca de investimentos e capitais de setores do empresariado:

> - Posso dizer que o objetivo central de meu govêrno consiste na conquista da elevação da renda "per capita" do povo piauiense e tôdas as medidas

[708] AUMENTO DA RENDA PER CAPITA DO PIAUÍ É O OBJETIVO DO GOVERNO ALBERTO SILVA. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de julho de 1971, Ano XLVI, Nº13.851, p.17

> constantes de meu Plano de Govêrno visam a atingir essa meta fundamental: proporcionar trabalho efetivo, perene, ao maior número possível de pessoas, num aproveitamento, tanto quanto possível total de mão-de-obra ociosa de que dispomos – declara o Governador Alberto Tavares da Silva, ao dar o balanço dos três primeiros meses de sua administração[709]

A matéria *Aumento da renda per capita do Piauí é o objetivo do governo Alberto Silva*, publicada na página 17 do jornal *O Globo*, com todas as letras maiúsculas, chama a atenção por ser uma matéria do caderno econômico e ter uma lauda inteira destinada aos discursos do governador Alberto Silva referente ao balanço dos seus três meses de governo. Na matéria, os editores trazem um balanço do governo Alberto Silva, representando seu governo de maneira positiva, abordando os investimentos na área da economia da exportação da Carnaúba, construção de rodovias, do porto marítimo, erradicação do botulismo no gado, as atividades realizadas pelo FRIPISA na exportação de carne, o Projeto Piauí e o turismo. Além disso, na matéria do destaque para atração de empresários para o Piauí, causada pela nova imagem do Piauí, causada pelo governo Alberto Silva:

> Como consequência da nova imagem que já começa a despontar, o Piauí, segundo o Governador Alberto Silva, está sendo visto com bons olhos pelos empresários do Sul do País e até mesmo do estrangeiro. [...]. O Govêrno do Piauí está oferecendo facilidades de tôda natureza para quem quiser investir no Estado, que possui ótimas terras para a agricultura e a pecuária, além de uma fabulosa riqueza mineral: mármore (comprovadamente semelhante no de Cararara em dureza e composição química), amianto, níquel, gêsso, opala, diamantes, urânio, salgema, fosfato e outros. [710]

No editorial de balanço dos três meses de governo de Alberto Silva, publicado pelo periódico *O Globo*, traz um protagonismo à atuação do então governador como se pela sua ação fosse responsável pelo desenvolvimento do Estado em pouquíssimo tempo, além de trazer um cenário socioeconômico completamente favorável ao clima de euforia econômica do governo ditatorial de Médici. Essa representação do governador como responsável pelo otimismo e prosperidade do estado era acompanhada com o detalhamento das suas obras de infraestrutura construídas pelo seu governo.

O governador Alberto Silva, em algumas de suas viagens ao Rio de Janeiro, percebeu editoriais publicados pelo *O Globo* que representavam as visitas do governador juntamente com seu assessor de imprensa com o grupo de direção do periódico:

---

[709] AUMENTO DA RENDA PER CAPITA DO PIAUÍ É O OBJETIVO DO GOVERNO ALBERTO SILVA. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de julho de 1971, Ano XLVI, Nº13.851, p.17
[710] Idem.

> Estêve em visita à direção de O GLOBO o Governador Alberto Tavares da Silva, do Piauí, o qual, acompanhado de seu assessor de imprensa, Sr. Madeira Basto, disse-nos de seu entusiasmo ante as perspectivas econômicas daquele Estado nordestino. Entre os fatos que justificam tal otimismo estão prenúncios de grandes jazidas diamantíferas e de outras pedras preciosas, a exploração industrial do babaçu, com o emprêgo de métodos de moderna tecnologia, e a descoberta de uma imensa jazida de mármore da melhor qualidade, por muito admitida como a maior do mundo. [...][711].

No editorial *Governador do Piauí em O GLOBO*, publicado no referido jornal em um pequeno espaço do lado direito superior da página 02, percebe-se uma reunião do governador Alberto Silva e do seu assessor de imprensa, Armado Madeira Bastos, com os irmãos Rodrigo e Rogério Marinho, do grupo responsável pelo periódico. Acreditamos que as reuniões que o Alberto Silva teve com os dirigentes do periódico *O Globo*, além de ser uma forma dele apresentar um Piauí próspero e nos caminhos do desenvolvimento pregado pelo regime militar, um cenário adequado para atrair investidores e empresários para investir no estado, é uma maneira do governador se autopromover como fosse o responsável desse suposto progresso econômico.

E, o jornal *O Globo*, ao publicar as visitas do governador, além de ser uma forma de indicar o prestígio do periódico em ser visitado por uma autoridade política de outro estado, era um meio de representar a propaganda do Piauí diferente defendida pelo governador do Estado. Na representação, tem a exposição de um Piauí "otimista" ocasionada pela existência de recursos naturais, que é uma forma de fazer uma propaganda dos recursos naturais que poderiam existir no estado, direcionada a atrair investidores e empresários.

A intenção do *O Globo* em representar um Piauí próspero e com os avanços obtidos pela gestão albertista nas publicações dessas reuniões que tinha com o governador Alberto Silva pode ser observada pelos seus editoriais:

> "É com justo orgulho que afirmo: uma nova mentalidade começa a despontar entre os piauienses, consequência da fé, da crença que o povo de meu Estado passou a ter em si próprio e nas imensas potencialidades de nossa terra", disse o Governador do Piauí, Alberto Silva, quando almoçou em companhia dos diretores de O GLOBO. Numa exposição sobre o programa que vem cumprindo em sua administração, apontou a educação como o objetivo mais urgente. Destacou também a construção de estradas, a eletrificação rural e outros setores destinados a criar uma infra-estrutura capaz de garantir uma arrancada do Estado para o desenvolvimento. [...].[712]

[711] Governador do Piauí em O GLOBO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1971, Ano XLVII, Nº13.972, p.2.
[712] Piauí de mentalidade nova. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de março de 1972, Ano XLVII, Nº14061, p.2.

No excerto do editorial *Piauí de mentalidade nova*, escrito pela equipe editorial do jornal *O Globo*, publicado no centro da página 02, primeiramente pelo título traz a perspectiva de um Piauí diferente, que não é mais atrasado e subdesenvolvido, mas que está nos caminhos do desenvolvimento, como se tivesse em uma mentalidade nova por causa de seu governante. Segundo a matéria, tem o enfoque no destaque da atuação do governador Alberto Silva de como o Piauí está desenvolvendo-se através dos investimentos na educação e na área da infraestrutura, como a eletrificação do interior e construção de estradas para integrar os centros urbanos com o interior do estado através das rodovias, para gerar uma sensação de desenvolvimento e adequação do Piauí com o desenvolvimento econômico e de modernidade encontrado pelos outros estados.

As representações divulgadas pelo *O Globo*, referentes ao estado do Piauí durante o governo Alberto Silva, consideramos como uma maneira que representa um cenário desenvolvimentista e adequado para investimentos de setores do empresariado da região Sudeste-Sul do país. O periódico, nessas reuniões que tinha com o governador, dava espaço para reproduzir a propaganda governista de mudança e de desenvolvimento do estado.

Consideramos que as visitas do governador do Piauí, no jornal *O Globo*, não são apenas visitas cordiais e protocolares, mas visitas que tinham um sentido político e midiático de apresentar um Piauí diferente que estava no caminho do desenvolvimento para os diretores dos periódicos que, através do reforçamento pelas visitas, poderiam não só publicarem editoriais favoráveis ao Piauí, mas representar um estado que estava propício a investimentos e empreendimentos para atrair investidores de capitalistas – que poderiam estar entre os seus leitores – que buscassem estados para expandirem os seus negócios.

Referente ao Projeto Piauí, observamos que o jornal *O Globo* também publicou matérias nos seus editoriais referente ao funcionamento do projeto e seus objetivos em desenvolver economicamente o estado considerado “mais pobre do Brasil”:

> O Estado do Piauí vai ser uma unidade ativa e integrada no desenvolvimento do País. Sua comunidade deixará de ser um pêso morto para a coletividade brasileira, com o despertar das suas tendências naturais positivas e com a exploração racional dos seus recursos econômicos.
> As palavras do Governador Alberto Tavares da Silva ilustraram, ontem, o que êle chamou de início de uma nova fase da história socioeconômica do seu Estado, ao anunciar, em entrevista coletiva, o “Projeto Piauí”, a ser realizado com assessoria do Ministério do Planejamento. As metas iniciais serão: integrar o interior do Estado ao complexo rodoviário inaugurado pela Transamazônica, distribuir a energia elétrica de Boa Esperança, e implantar o projeto anunciado.

> O "Projeto Piauí" consiste em várias medidas de ordem governamental e da iniciativa privada, como o levantamento socioeconômico do Estado, para estimular as tendências naturais da economia: a exploração de minérios e outros recursos naturais abundantes; o estímulo ao turismo; o incremento da indústria artesanal; o desenvolvimento da agropecuária e de um sistema de cooperativismo eficiente; a construção do pôrto de Luís Correia; e outras. [...].[713]

No editorial *Projeto Piauí inaugura nova era para o Estado*, localizado na página 17 da edição do caderno econômico, percebem-se os detalhes do Projeto Piauí, diferente do jornal Estadão, em destacar não apenas a sua relação com o desenvolvimento integral e participativo da população, mas a relação do Projeto Piauí com os demais projetos e iniciativas do governo Alberto Silva que faz parte das políticas de integração do estado, de desenvolvimento do turismo e do melhoramento da economia da agropecuária.

No discurso de Alberto Silva acerca do Projeto Piauí, destacado pelos editores do jornal *O Globo*, é perceptível o discurso desenvolvimentista e da integração nacional da ditadura militar em destacar que o Piauí vai ser uma unidade da Federação ativa e integrada ao desenvolvimento do país. O autor inclusive utiliza a expressão "peso morto" para referir-se à condição atual do Piauí, para destacar que, através do seu governo e dos seus projetos, como o Projeto Piauí, o estado iria se desenvolver com a utilização de seus recursos e potencialidades naturais de maneira racional e eficiente.

Nos cadernos especiais, sobretudo o caderno econômico, do jornal *O Globo*, publicava matérias elogiosas referentes ao Projeto Piauí, sendo destacado a inovação e os progressos realizados:

> [...]. No princípio, pouca gente acreditou na seriedade do plano, acenando que este era um programa de mobilização de universitários para prestar assistência médica e social em localidades, pobres do interior. A desconfiança era ainda maior porque o plano estava sendo executado no Piauí, o Estado mais pobre do Brasil. [...].
> O Projeto considera desenvolvimento não só o crescimento econômico de uma região, mas sim o aprofundamento de todas as relações existentes no universo social, sendo necessário para isso uma "integração participativa" muito grande da população nos sistemas que compõem este universo. Estes sistemas não podem ser colocados distintamente, e assim, as medidas vão sendo adotadas em igual prioridade, ao mesmo tempo.
> Os problemas de aplicação de tecnologia só podem ser estudados dentro de um modelo de política econômica, e o Projeto Piauí é uma nova tentativa do desenvolvimento. Na maior parte dos planos de desenvolvimento regional do Brasil o crescimento econômico é prioritário, considerando que o aumento da produção, do número de empregos e da renda, os outros sistemas sociais

[713] "Projeto Piauí" inaugura nova era para o Estado. **O Globo**, Edição Economia, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1971, Ano XLVII, Nº13.929, p.18.

> poderão se desenvolver posteriormente. Já o Projeto Piauí considera o crescimento econômico como uma consequência de relações dos outros sistemas de universo social. A aplicação da tecnologia, é um fator importante neste processo.[714]

No texto jornalístico de título *O Estado mais pobre do Brasil tem plano próprio: modelo participativo*, publicado na totalidade das páginas 36 e 37 do caderno Panorama Econômico do jornal *O Globo*, é destinado a apresentar o Projeto Piauí para os leitores e assinantes do periódico. Na matéria, destacam a história do projeto, os problemas socioeconômicos do Piauí, as atividades produtivas e os investimentos em infraestrutura, educação e saúde.

Além disso, nas narrativas acerca do Projeto Piauí, eram salientados os obstáculos e as dificuldades encontradas em aplicar o projeto em áreas subdesenvolvidas que eram dominadas por grupos políticos.

> [...] A tradição dos políticos no Piauí era a de reivindicar: o candidato a vereador que pleiteasse as coisas mais absurdas certamente estaria eleito. Mas agora isto já não ocorre mais em muitos municípios piauienses, porque a população descobriu que ela mesma pode resolver seus problemas; desde que sejam criadas condições mínimas para desencadear o desenvolvimento. [...].
> É claro que o Projeto não atende os interesses de algumas pessoas, e aí é que se encontra seus maiores obstáculos. É impossível afirmar se o Projeto Piauí dará certo, mas pode-se dizer, sem dúvida, que este já alterou bastante já alterou bastante a estrutura econômica, política e social do Estado[715].

No trecho da matéria sobre os resultados obtidos pelo Projeto Piauí, os escritores da produção jornalística destacam como o programa traz resistências e tensões entre os grupos políticos locais, causadas pela "cultura política" do estado em que as dificuldades socioeconômicas da população são amenizadas por práticas clientelistas e patrimonialistas dos políticos em troca do voto em período eleitoral, visto que para os escritores o maior obstáculo são o choque de interesses de "algumas pessoas", isto é, não satisfaz e prejudica os interesses das forças políticas e econômicas do estado que se beneficiam com as condições socioeconômica do estado.

Apesar de os escritores saberem das dificuldades para a execução e concretude dos objetivos do Projeto Piauí por causa das dificuldades e obstáculos causados pelos interesses dos beneficiados pela "indústria da seca" no estado do Piauí, são otimistas pelos trabalhos realizados pelos técnicos. Percebe-se na matéria uma tentativa de representar positivamente o

---

[714] O ESTADO MAIS POBRE DO BRASIL TEM PLANO PRÓPRIO: UM MODELO PARTICIPATIVO. **O Globo**, Panorama Econômico, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1973, Ano XLVIII, Nº14.448, p.36.

[715] Resultados são obtidos com muita dedicação. In: Comunicação é muito importante onde a maioria ainda é analfabeto. **O Globo,** Panorama Econômico: Rio de Janeiro, 18 de abril de 1973, Ano XLVIII, Nº14.448, p.37.

projeto como se, por meio dele, fosse responsável por mudar a condição de pobreza do estado do Piauí.

Um dos aspectos do jornal *O Globo*, que o diferencia das publicações do Estadão sobre o Piauí durante o governo Alberto Silva, além do volume de publicações, é referente aos cadernos especiais que representavam um ambiente de progresso e desenvolvimento do estado do Piauí. Outras matérias publicadas pelo caderno econômico do periódico *O Globo* dão destaque para a administração albertista e o suposto clima de euforia econômica alcançado pelo estado do Piauí:

> Por sua dinâmica administração, por seu poderoso desejo de realizar, por sua inquebrantável fé em seu Estado e em sua gente, o Engenheiro Alberto Tavares Silva, Governador do Estado do Piauí, já se impôs, não apenas em sua terra, mas em todo o País, como um homem de extraordinária visão, como um governante dotado do mais elevado espírito público, como incansável batalhador em prol da conquista de benefício para o Piauí.
> Prova disso temos no apoio cada vez maior que vem recebendo do Governo Federal, pois é o próprio Governador Alberto Silva quem proclama:
> "Venho contando com o mais total e absoluto apoio por parte do Senhor Presidente Médici, bem como dos Ministros de Estado, sem o eu, não poderia, de forma alguma, ter realizado as obras de meu primeiro ano de Governo". [...].[716]

Na matéria *Governador Alberto Silva: O Piauí não vive mais lamúrias, mas de trabalho e sabe o quer*, publicada em duas laudas inteiras das páginas 86 e 87 do caderno *Panorama Econômico* do periódico *O Globo*, tem o destaque para o suposto clima de euforia econômica do estado do Piauí, com a representação de um Piauí próspero pela iniciativa do governo Alberto Silva.

No trecho da matéria, percebe-se a reprodução dessa visão que coloca o governo Alberto Silva como o construtor e realizador das mudanças de perspectivas do estado do Piauí, por meio de suas obras de infraestrutura, por meio da exaltação das qualidades como gestor público. Além disso, no excerto, salienta-se o apoio que o governo albertista possuía do governo ditatorial de Médici e de seus Ministros de Estado para a realização das suas obras de infraestrutura. Observa-se que *O Globo* conecta a então gestão estadual com o cenário midiático desenvolvimentista da ditadura militar.

O jornal *O Globo*, por meio dessa matéria, faz, através da representação e reprodução do discurso do governador Alberto Silva, a respeito dos aspectos do Piauí referente ao setor de transportes, energia elétrica, comunicações, educação, saúde, mineração, construção do Porto,

[716] GOVERNADOR ALBERTO SILVA: O Piauí não vive mais lamúrias mas de trabalho e sabe o que quer. **O Globo,** Panorama Econômico, Rio de Janeiro, 17 de março de 1972, Ano XLVIII, Nº14142, p.86-87.

centro cívico, administração das finanças, harmonia entre os poderes e apoio do governo ditatorial.

Nessa representação do periódico *O Globo*, tem um sentido de vender uma boa imagem do estado do Piauí, de um Piauí em desenvolvimento para os leitores do jornal, em específico os da região Sul. Inclusive, na matéria é salientado um aspecto favorável para investimentos de empresários e investidores de outros estados:

> [...]. Significativo tem sido, também, o apoio recebido pelo Governador Alberto Tavares Silva por parte do empresariado, tanto do seu Estado como do Sul do País, pois crescente é o número de investidores que demandam ao Piauí, com o objetivo de instalar seus projetos naquele rico Estado, que desporta, agora, para o progresso.
> Numerosas missões estrangeiras – alemães, israelenses, inglesas – têm visitado o Piauí, estudando a possibilidade de investir em projetos locais.
> Há poucos dias, o Governador Alberto Tavares Silva encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa, na qual prestava contas aos Deputados de seu primeiro ano de Governo.
> Dessa mensagem é a síntese que se segue e que dá bem uma idéia da dinâmica Administração do atual Governador piauiense que desponta, na verdade, como um dos maiores governantes estaduais do País, já conseguindo, inclusive, mudar a imagem de outrora tímido Piauí.[717]

No excerto do periódico *O Globo*, representa um clima animador do Piauí para os negócios e investimento econômico ao salientar um cenário animador de setores do empresariado do estado e do sul do país, por despontar para o "progresso". O jornal, na sua matéria, destaca uma representação bem otimista com a situação do Piauí, causada pelo governador Alberto Silva, colocando-o como um dos responsáveis por mudar a imagem do "outrora tímido Piauí". Isto é, a representação discursiva destaca Alberto Silva como responsável por mudar a imagem do Piauí por si só.

O Globo, nos seus cadernos especiais, também representava os esforços do governo Alberto Silva em melhorar a infraestrutura básica do estado e seus indicadores sociais:

> A luta pelo desenvolvimento econômico travada pelo Governo do Piauí não se encerra em si mesma. Ela é um meio para se atingir um objetivo maior, que é o bem estar social de cada piauiense.
> Esse bem estar social pressupõe educação, saúde, habitação, alimentação e a própria qualificação profissional, condignas com as necessidades do Homem.
> A Administração do Governador Alberto Silva, compreendendo a função do Estado como agente promotor do bem estar social da população, vem empregando todos os recursos disponíveis em cada um daqueles setores, de

[717] GOVERNADOR ALBERTO SILVA: O Piauí não vive mais lamúrias mas de trabalho e sabe o que quer. **O Globo**, Panorama Econômico, Rio de Janeiro, 17 de março de 1972, Ano XLVIII, Nº14142, p.86-87.

> forma a eliminar do Piauí o triste quadro de desnutrição, do analfabetismo, da insalubridade e das favelas.
> Tal objetivo não é certamente alcançável em curto prazo. Muito há por fazer em cada um daqueles setores, mas também é verdade que muito já se conseguiu com o trabalho nos três últimos anos. E, os êxitos alcançados são como as sementes que, plantadas com zelo e dedicação, começam a dar bons frutos. Resta agora continuar e ampliar a semeadura.[718]

No editorial *Gastos com educação ocupam o 1º lugar no orçamento do Piauí*, do periódico *O Globo*, publicado na lauda inteira da página 13 do caderno *Panorama Econômico*, pelo seu título, traz um destaque aos investimentos do governo albertista como se fosse o principal investimento do governo estadual, percebe-se que a matéria traz uma hipérbole na representação. Acreditamos que o destaque aos investimentos da educação é ocasionado principalmente pelos índices desfavoráveis com o alto número de analfabetos presentes no estado.

No excerto tem um viés desenvolvimentista na representação em destacar a luta do governador Alberto Silva pelo desenvolvimento econômico. No trecho analisado, pode-se verificar a ênfase que é atribuída à gestão albertista em colocá-lo como indutor e responsável pelo processo de bem-estar social dos piauienses, através dos investimentos e do combate às mazelas sociais – analfabetismo, desnutrição, insalubridade e problema de moradias. No editorial, apesar do destaque na educação, representa as ações governamentais nas áreas da cultura, saneamento básico, saúde, habitacional, atividades sociais e na estrutura administrativa governamental.

Percebe-se na matéria a representação de um Piauí investindo em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento socioeconômico do estado, isto é, de um Piauí diferente e eufórico pelo processo de desenvolvimento. Nos outros editoriais publicados pelo caderno *Panorama Econômico* do dia 10 de abril de 1974 – foram cinco no total – representava as ações governamentais, referentes à construção e expansão de rodovias voltadas à integração nacional do estado:

> Por uma estrada passam não só os carros e caminhões, mas também os postes que conduzem a energia elétrica e estabelecem as comunicações. Com ela tornam-se viáveis os planos de saneamento e saúde pública, a interiorização da educação e da assistência a pecuaristas e agricultores.

[718] Gastos com educação ocupam o 1º lugar no orçamento do Piauí. **O Globo**, Panorama Econômico, 10 de abril de 1974, Ano XLIX, Nº14.803, p.13.

> Essa compreensão levou o Governo do Piauí, a planejar e desenvolver um ambisioso plano rodoviário; pois cada quilômetro aberto é mais um passo para a interiorização do progresso. [...].[719]

No excerto do editorial *PIAUÍ: estradas, energia e turismo*, veiculado na lauda inteira da página 38, do caderno *Panorama Econômico* do *O Globo*, nos enunciados introdutórios da representação, verifica-se o relevo essencialmente das construções das rodovias, com destaque para as estradas como algo elementar ao processo de integração nacional, pois na visão do escrito do *O Globo*, são essenciais para a instalação de postes de energia elétrica, comunicações, interiorização de planos da saúde, educação e assistência a agricultores e pecuaristas.

O governador Alberto Silva, nessa representação, é colocado como alguém ambicioso, como se fosse o responsável por interiorizar o chamado "progresso" para o interior do estado. O editorial também abordou o expansionismo na distribuição de energia elétrica para os interiores do estado do Piauí e o desenvolvimento do turismo piauiense, por meio do litoral e do Parque Nacional de Sete Cidades.

No caderno do *Panorama Econômico* do *O Globo,* também representava os esforço do governo Alberto Silva para a industrialização do estado do Piauí:

> A economia do Estado do Piauí é tradicionalmenre voltada para as atividades agropecuárias. A criação de gado de corte e leiteiro, e as plantações de algodão formam o perfil da economia piauiense.
> O Governador Alberto Silva compreende, entretanto, a importância do processo de desenvolvimento industrial do seu Estado como meio, também da maior importância, para a aceleração da taxa de desenvolvimento econômico do Piauí:
> - Todos sabemos que, em termos de programação e de empenho em favor do crescimento econômico, para que a taxa expressiva desse crescimento atinja nível desejável, muito se há de exigir do setor industrial. Isso, para que este setor compense a lentidão comparada do setor primário, cujo ritmo de crescimento, quando exacerbado, ainda assim nunca ultrapassa os 7%. A indústria é que compete puxar a média para cima.[720]

Na legenda do editorial *Piauí, um Estado em processo de industrialização*, publicado na totalidade da página 84 no caderno *Panorama Econômico* do *O Globo*, com as letras maiúsculas, observa-se na representação a propaganda política e midiática de representar o Piauí enquanto um estado nos caminhos da industrialização. Apesar do título indicar os investimentos do Estado na indústria, a referida não é relacionada à economia industrializada

[719] PIAUÍ: Rodovias, energia e turismo. **O Globo**, Panorama Econômico, 10 de abril de 1974, Ano XLIX, Nº14.803, p.38.
[720] PIAUÍ, UM ESTADO EM PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO. **O Globo**, Panorama Econômico, 10 de abril de 1974, Ano XLIX, Nº14.803, p.84.

pesada de produção de manufaturas, mas de produtos relacionados à economia agrícola piauiense, como fosse uma extensão e um aprimoramento da economia agrícola e não uma alternativa ao processo de crescimento econômico.

O editorial do *O Globo* representa o Piauí, conectando-o com o processo de crescimento de instalação de indústrias dos outros Estados da Federação, como se fosse uma forma de representar a integração nacional da economia piauiense ao cenário nacional através do funcionamento da indústria. Entretanto, esse editorial, nos seus enunciados, destaca os funcionamentos de indústrias voltadas à questão da infraestrutura básica e voltada à agropecuária.

O editorial tenta representar o Piauí como um local adequado aos investimentos de empreendimentos para a instalação de indústrias e conectá-lo ao processo de crescimento econômico dirigido e controlado pelo regime militar:

> [...]. Por essa ação coordenada de uma constelação de agentes governamentais, que contam com o decidido apoio do Governo Federal, o Piauí iniciou o processo irreversível da industrialização. Seus empresários estão motivados a investir e indústrias estão sendo atraído no Sul do País, pelas excelentes oportunidades que o Piauí oferece, além de incentivos fiscais para projetos da área da Sudene.
> O Piauí tem um futuro de muito trabalho pela frente. Mas a arrancada já foi dada e cedo os frutos começarão a ser colhidos.[721]

No excerto, percebe-se o destaque ao apoio desses empreendimentos que possuíam a finalidade de "industrializar" o estado do Piauí com o governo ditatorial por meio da aplicação de recursos e aprovação de projetos. Além disso, na representação discursiva, salienta um Piauí como local propício para investimentos e aplicação de recursos, somado com as isenções fiscais da SUDENE, não só para os empresários piauienses, mas para os do Sul do país. Temos essa representação como um meio de fazer uma propaganda positiva do Piauí para os leitores do segmento do empresariado se interessarem em investir no Piauí.

Na publicação da edição especial do jornal *O Globo* referente à SUDENE, em comemoração aos seus 13 anos de funcionamento, em que foram publicadas 14 páginas, e em uma dessas páginas aparece o Piauí, todavia foi publicado não um editorial ou uma reportagem sobre o Piauí, mas um relatório sobre o governo Alberto Silva que abrange a página toda.

> [...] De um lado, problemas no campo da infra-estrutura pela necessidade de organização de teia viária capaz de propiciar o processo de comercialização e

[721] PIAUÍ, UM ESTADO EM PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO. **O Globo**, Panorama Econômico, 10 de abril de 1974, Ano XLIX, Nº14.803, p.84.

> de incorporar as mais longínquas e distantes comunidades à economia de mercado; e, ainda, pela necessidade de se fornecer ao sistema a energia indispensável à atividade produtiva.
> De outro lado, problemas no campo da psicologia social, pela encessidade de se elevar o nível das aspirações coletivas, a partir do reconhecimentodo princípio de que só se desenvolve o povo que delibera autodesenvolver-se. De fato, insulado o piauiense entre as fronteiras de seu subdesenvolvimento, não se pode dele dizer que estivesse participando inteiramente do entusiasmo nacional que assinala o Brasil de hoje, na iminência de ingressar na era econômica do consumo de massa.
> Daí, a necessidade que teve o Governo de considerar prioritariamente as soluções da infra-estrutura e da motivação coletiva como forma de criar as pré-condições de operação de empreendimentos reprodutivos no campo da empresa privada, com vista à multiplicação da riqueza e à aplicação do grau de bem-estar social. [...].[722]

Na publicação de título *Piauí, um relatório do progresso*, assinado pelo governador Alberto Silva, publicado na página 12 do caderno especial da SUDENE do *O Globo*, é um relatório de viés oficial do governo em que apresenta os fatores que estão levando ao desenvolvimento do Piauí. Nos seus enunciados iniciais, o relatório traz os fatores que levaram ao subdesenvolvimento do estado, foca em dois tipos de problemas relacionados à falta de infraestrutura no sistema viário e de distribuição de energia elétrica, e o segundo, conexo com a "autoestima" da população piauiense em instigá-la a participar do processo de desenvolvimento.

Neste meandro, segundo o relatório, a solução do governo é investir na área da infraestrutura e em impulsionar a "autoestima" da população, motivá-la coletivamente para participar do processo de desenvolvimento através da participação no âmbito da iniciativa privada. O relatório, após os enunciados iniciais, destaca um cenário completamente positivo de desenvolvimento com o melhoramento das gerações de energia elétrica, funcionamento e construções de rodovias, os investimentos na área da educação e saúde, incentivos ao setor privado e desenvolvimento de assistência social.

O relatório encerra nas suas considerações finais destacando as necessidades de superar o subdesenvolvimento através da ação da intervenção do Poder Público nos diferentes aspectos da sociedade, apesar de abordar o problema ocasionado pela carência de recursos nos cofres estaduais, agradecendo que os resultados alcançados em uma conjuntura desfavorável são causados pela cooperação e auxílio do governo do Médici e de seus Ministros de Estado.

---

[722] PIAUÍ, UM RELATÓRIO DO PROGRESSO. **O Globo**, Sudene, 20 de dezembro de 1972, Ano XLVIII, Nº14.333, p.12.

Surge o questionamento do porquê o jornal *O Globo* publica numa página inteira um relatório governamental na íntegra, sem comentários e sem edições? Avaliamos que a publicação do "Relatório do progresso" é uma forma de apresentar positivamente o estado do Piauí e o governo Alberto Silva, realizando uma cooperação com a gestão estadual de representar o Piauí como um estado que está nos caminhos do desenvolvimento e do progresso econômico.

O periódico *O Globo*, nas suas edições especiais, para representar a imagem de um "Piauí novo", realizado pelo governo Alberto Silva no Piauí, destacava as suas obras de infraestrutura:

> [...]. Eis uma pequena amostra das atividades da Secretaria de Obras do Governo Alberto Tavares Silva: mudança urbanística de Teresina, empreendimento que passou a ser meta estadual; construção de 1.000 salas de aula, exatamente o déficit existente nesse setor, até o final do Governo, sendo que cerca de setecentas já estão concluídas; construção de oito hospitais, num esforço extraordinário de interiorização da medicina; oito armazéns de cereais e dezenas de pequenas outras obras, tais como postos de saúde pública, centros maternais, mercados públicos e obras de urbanização, dando emprego a mais de 5.000 pessoas em todo o Estado; o novo Hotel Piauí e o Estádio Albertão que incluiu o Piauí na disputa do Campeonato Nacional de Futebol, e no qual seu representante, o Tiradentes, veio colaborar de maneira altamente positiva para projetar, ainda mais, a excelente imagem do novo Piauí. [...].[723]

No texto jornalístico intitulado *A imagem do Piauí muda a cada novo dia. As obras são muitas*, Publicado pelo jornal *O Globo* no caderno especial de comemoração ao aniversário da SUDENE, destaca a construção da nova imagem do Piauí através das obras de infraestrutura construídas pelo governo Alberto Silva, como se através dessas obras o Piauí estivesse em franco processo de desenvolvimento econômico, acompanhando a euforia econômica do "Brasil Potência" da ditadura militar.

Os próprios exemplos das obras de infraestrutura utilizados pelo jornal *O Globo* para destacar o "desenvolvimentismo" da gestão albertista em mudar a imagem do Piauí não foram aleatórios, tratam-se do Hotel Piauí e do Estádio Albertão, o primeiro destinado a ser o local para ficar hospedado em Teresina visitantes e autoridades, o segundo direcionado a ser o ambiente de integração nacional do futebol piauiense, através da construção de um estádio que demonstrasse a grandeza arquitetônica e que incluísse o Piauí no processo de euforia em torno do futebol.

---

[723] A imagem do Piauí muda a cada novo dia. As obras são muitas. Sudene. In: **O Globo**, 19 de dezembro de 1973, Ano XLIX, Nº14.693, p.16.

Outro aspecto de destaque que o jornal *O Globo* representou do governo Alberto Silva foi o referente ao futebol, que era publicado no caderno esportivo do periódico. A paixão pelo futebol dos brasileiros foi instrumentalizada como alvo de propaganda política pela ditadura militar, especialmente durante o governo Médici, por aproveitarem o ambiente de euforia em torno da conquista do título de Tricampeão da Copa do Mundo em 1970. O regime, nesse sentido, soube utilizar, com auxílio da imprensa aliada e amordaçada pela censura, divulgar as conquistas esportivas ao mesmo tempo que relacionava com a suposta popularidade do ditador Médici pelos índices econômicos do Brasil[724].

O Piauí, durante o governo Alberto Silva, também aproveitou esse ambiente de euforia em torno do futebol da ditadura militar. Estando em consonância com o cenário nacional no qual eram construídos vários estádios pelos Estados da Federação como proposta de expansão do campeonato nacional[725]. O governo Alberto Silva, estando conectado com o projeto modernizador conservador e autoritário da ditadura militar, construiu um estádio de grande porte na capital piauiense, Estádio Governador Alberto Tavares Silva, mais conhecido como "Albertão".

Segundo Cláudia Cristina da Silva Fontineles, o Estádio Albertão prestigiava-se com dois símbolos do ideal de progresso econômico da época, por ser um grande empreendimento arquitetônico, e pelo futebol, por ser um esporte que causava euforia na sociedade e era alvo de campanhas de publicidade e propaganda pela ditadura militar. O estádio, nesse meandro, era considerado como obra símbolo da prosperidade e dos "novos tempos" que poderia tornar o Piauí merecedor de sediar jogos da seleção brasileira[726].

O jornal *O Globo* representou a construção do estádio Albertão pelo governo Alberto Silva, destacando-o como um empreendimento com uma grande capacidade de público:

> Quando vários Estados brasileiros já estão com seus estádios-monumentos em pleno funcionamento, o Piauí partiu para a construção do seu, inovando: o *Albertão*, Estádio Governador Alberto Tavares da Silva, está sendo construído para viver permanentemente lotado. Porque sob as arquibancadas, existirão salas de aula.
> A parte esportiva do *Albertão* tem capacidade para 60 mil pessoas, assim distribuídas: cadeiras – 10 mil; arquibancadas – 35 mil; gerais – 15 mil. A obra está orçada em Cr$ 12 milhões e já foi concluída a primeira etapa, de terra-planagem, passando-se à de fundações. Estará terminada em 20 meses. O setor

[724] CONRADO, Joaquim Kayn Breno. **Discute-se futebol, sim**: futebol, política e torcida (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020, p.46.
[725] Idem, p.50.
[726] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **Recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.162.

> de estacionamento abrigará quatro mil carros e na inauguração jogará a seleção campeã do mundo[727].

Na matéria jornalística, *Albertão: estádio-escola*, publicada em um pequeno espaço do lado esquerdo da página 38 do jornal dos esportes *O Globo*, destaca-se a construção do estádio Albertão como forma de integrar o Piauí nacionalmente ao futebol em meio ao funcionamento de vários monumentos-estádios. O texto salienta a inovação do Albertão, de ser um estádio-escola no sentido de estar sempre lotado e servir como sala de aula – algo que não foi implementado.

O escritor do *O Globo*, nesse sentido, salienta a capacidade do estádio de sessenta mil pessoas, dividido em dez mil cadeiras, trinta e cinco mil arquibancadas e quinze mil cadeiras gerais, além de destacar o orçamento volumoso de 12 milhões de cruzeiros e que na inauguração terá o jogo com a seleção campeã do mundo. A representação exalta e divulga o Albertão como um estádio moderno, de grande porte e do nível dos outros estádios construídos durante a ditadura militar, como se fosse uma forma de integrar nacionalmente o Piauí por meio do futebol.

O jornal *O Globo* fez publicação a respeito do jogo inaugural do Estádio Albertão, que foi com o time piauiense Tiradentes contra o Fluminense do Rio de Janeiro no campeonato nacional brasileiro:

> TERESINA (O GLOBO) – Tiradentes e Fluminense jogam às 15h40m de hoje, no Albertão, pela primeira rodada do Campeonato Nacional. [...]. O jogo promete ser grande festa para o torcedor do Piauí que verá os campeões cariocas em sua primeira apresentação, após a conquista do título, e assistirá à inauguração de seu moderno Estádio Governador Alberto Silva que tem capacidade para 35 mil pessoas. Antes da partida haverá desfile de estudantes, com a participação de porta-bandeiras dos clubes piauienses.[728]

O texto jornalístico expõe a inauguração do estádio Albertão como se fosse uma grande festa e motivo de alegria para o torcedor piauiense que terá no seu estado jogos com um dos campeões nacionais, o Fluminense. A matéria expõe a capacidade de trinta e cinco mil pessoas no estádio para os torcedores assistirem os jogos sediados no estádio recém-construído, sendo abordado o cronograma da sua inauguração.

Todavia, apesar do ambiente de euforia e expectativa em torno da inauguração do estádio Albertão, não foi suficiente para conter a tragédia que ocorreu por conta de um acidente

---

[727] Albertão: estádio-escola. **O Globo**: Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1972, Ano XLVII, Nº14054, p.38

[728] Flu e Tiradentes vão inaugurar o Albertão. **O Globo**: Esportes, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1973, Ano XLVIII, Nº14.578, p.37;

que foi gerado a partir de um alarme falso de que o estádio iria desabar em razão de um barulho provocado por um avião que sobrevoava o espaço esportivo, do qual derivaram oito mortos e centenas de feridos[729].

O jornal *O Globo*, em meio à repercussão da tragédia que aconteceu na inauguração do estádio Albertão, fez matéria de primeira página no dia seguinte sobre o ocorrido:

> Ao grito de que o estádio ia desabar, dado por um popular não identificado, milhares de torcedores foram tomados de pânico ontem, durante a realização do jogo entre Fluminense e Tiradentes, em Teresina, Piauí. Comprimidos contra o grade que isola as arquibancadas, mais de 2 mil caíram no fosso de 3 metros de altura. Quatro morreram e quase todos ficaram feridos, alguns gravemente.
> Os hospitais de Teresina, públicos e particulares, atenderam a mais de mil pessoas, 100 das quais estão internadas em estado grave. O estádio tem o nome oficial de "Governador Alberto Silva" e sua construção, foi iniciada há apenas 4 meses, com as obras aceleradas para que o Piauí pudesse entrar no Campeonato Nacional. (Esporte)[730].

Na matéria jornalística publicada na primeira página e como título desta edição do *O Globo*, faz cobertura da tragédia que ocorreu em Teresina na inauguração do estádio Albertão, na qual deveria ser um dia de festa, se tornou um dia de lamento. A matéria, apesar de não citar o alarme falso que causou o acidente, atribui a culpa à estrutura do estádio, que não estava preparada para receber um grande número de pessoas. O fato de haver apenas uma grade separando as arquibancadas de um fosso contribuiu para a ocorrência da tragédia. Além disso, o texto jornalístico critica a construção acelerada do Albertão, realizada com o objetivo de permitir a participação do Piauí no Campeonato Nacional, sem a devida preocupação com a segurança do estádio.

Na matéria publicada na página 03, trouxe mais detalhes dos motivos que poderiam ter causado a tragédia no estádio Albertão na sua inauguração:

> TERESINA (O GLOBO) – Quando eram decorridos 16 minutos do jogo Tiradentes x Fluminense, um torcedor ainda não identificado gritou, nas arquibancadas do estadio Albertão, que o estádio estava caindo. Houve o pânico generalizado, o gradil que separa a arquibancada do fosso não suportou a pressao e mais de duas mil pessoas caíram dentro do fosso,que tem três metros de altura. Dos acidentados, aproximadamente mil ainda estão sendo medicados nos hospitais de Teresina, afora quatro que morreram: dois no local e os outros ao darem entrada no hospital.

---

[729] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **Recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p.176.
[730] Piauí: 2 mil torcedores caem no fosso do estádio: 4 morreram quase todos se feriram. **O Globo**: Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1973, Ano XLVIII, Nº, 14579, p.1

> [...].
> Nos dias que precederam o jogo, houve uma onda derrotista na cidade; gente a dizer que não iria ao estádio porque ele poderia cair, dada a pressa com que foi executada a primeira fase das obras. Desta maneira, já havia no público que foi ao estádio O espírito favorável ao pânico, e foi o que realmente aconteceu.[731]

Na matéria *Teresina: pânico causa mortes durante o jogo*, localizada em quase toda a página 03 da editoria de esportes do jornal *O Globo*, são apresentados com mais detalhes os acontecimentos do acidente ocorrido durante a inauguração do estádio Albertão. No texto, o redator atribui a culpa do acidente ao sentimento de medo e pânico generalizado da população, provocado pelo receio de que o estádio pudesse desabar.

Percebemos que o jornal *O Globo* não atribui culpa nem responsabiliza o governador do Piauí, Alberto Silva, pela aceleração das obras ou pela inauguração de um estádio que não estava em condições de receber um grande público. Dessa forma, o periódico acaba por reproduzir a versão oficial defendida pelo governo do Estado de que a culpa do acidente foi pelo alarme falso e pelo sentimento de pânico da população.

O jornal *O Globo*, após a inauguração do estádio Albertão, não fez mais representação a respeito dessa obra arquitetônica que estava conectada com a euforia midiática do futebol do regime militar. Observamos que a obra do Albertão foi representada pelo jornal *O Globo* com uma obra de grande porte, com grande capacidade do público, entretanto, por conta da tragédia que ocorreu, não foi representada como um evento eufórico ou uma grande festa. Contudo, o periódico colocou a culpa do acidente no sentimento de pânico do governador e não na estrutura do estádio do Albertão ou no governador do Estado.

As obras de infraestrutura foram utilizadas pelo *O Globo* como exemplos, como se por causa dos feitos arquitetônicos pudessem mudar a imagem do Piauí, uma valorização do ideário da ditadura militar, de difundir através das construções de grandes obras de infraestrutura, reforçar a imagem de um Brasil Grande e em desenvolvimento. As representações do *O Globo* acerca do governo Alberto Silva estavam em consonância com o ideário do regime militar de valorização de um ambiente de euforia econômica como se estivesse passando por um pleno desenvolvimento.

Em contrapartida, o governo Dirceu Arcoverde também foi representado pelo jornal *O Globo*, contudo percebemos que teve uma diminuição considerável em comparação com o governo Alberto Silva, se limitando às edições sobre o governo do Piauí que eram publicadas

[731] Teresina: pânico causa mortes durante jogo. O Globo: Edição esportiva. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1973, Ano XLVIII, Nº14579,p.3

nas páginas do caderno especial ou de edições comemorativas da SUDENE. As publicações a respeito de sua gestão estadual e o desenvolvimento do Piauí eram pautadas pelo lema da "valorização do homem":

> O Governador Dirceu Arcoverde elegeu o HOMEM como pedra fundamental e objetivo primordial do seu Governo. Pode ser o homem da cidade, o homem do sertão, o rico e o pobre. O que interessa é que seja o homem, na sua condição de colaborar participando, ou de participar para colaborar. Como em soma a ordem das parcelas não altera o produto, o que vale na conta que o Piauí realiza é o desejo de um maior número de parcelas. Como é o Piauí, pela sua própria vocação histórica, um Estado voltado para a terra, este tema não poderia deixar de ser a motivação principal da atual administração de promover o homem. Baseado nesta idéia, o Governo do Piauí, pela primeira vez, pensou em beneficiar uma legião de ruralistas que ocupa hoje as chamadas áreas das "Fazendas Estaduais", produtoras de cera de carnaúba e localizadas em região favoráveis ao desenvolvimento da atividade agropecuária, desde que haja o apoio do setor público.[732]

Na produção jornalística *Piauí: pés na terra e o homem como meta*, com o título em caixa-alta, publicado na página inteira da página 15 no caderno especial a respeito do 16º aniversário da SUDENE. No texto jornalístico, apresenta-se uma representação a respeito do governo Dirceu Arcoverde e sua propaganda política, na qual a sua gestão é voltada para a valorização do "homem", diferentemente da gestão albertista, que era marcada pela construção de grandes obras de infraestrutura e pela propaganda de mudar a "autoestima" do piauiense.

A representação do jornal *O Globo*, apesar de destacar o "homem", tem como principal foco demonstrar o Piauí como um estado rural, com vocação para a agropecuária. Essa representação não é aleatória, pois é voltada a apresentar o estado aos leitores das regiões Sul e Sudeste como um estado em desenvolvimento, orientado para a produção e a exportação de matérias-primas da agropecuária.

As representações do jornal *O Globo*, no seu caderno econômico, quando abordava o governo Dirceu Arcoverde, estavam direcionadas à questão social do homem, diferentemente das representações do governo Alberto Silva, que estavam pautadas na mudança da imagem do estado do Piauí:

> Ampliar o acesso aos bens de consumo através moderna Central de Abastecimento, possibilitar a casa própria às camadas mais pobres da população, investir cada vez mais em laboratórios de saúde pública fortalecendo a infra-estrutura da ação preventiva, são compromissos inadiáveis do governador Dirceu Arcoverde, mas há outras preocupações.

[732] PIAUÍ: PÉS NA TERRA E O HOMEM COMO META. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1975, Ano LI, Nº15.415, p.15

> Por exemplo – quem se lembrou de preocupar-se com a difusão da cultura do Piauí? Pois, entre outras coisas, foi promovida a ampliação da biblioteca pública, avaliação e recuperação do patrimônio histórico, além do desvio especial com as artes, como a música, a pintura, o canto e o teatro, numa tentativa meritória de humanizar e valorizar o homem.
> E como nem só de amenidades vive o homem está-se cuidando de servir à totalidade dos Municípios piauienses de uma conveniente rede de saneamento básico. Só no espaço de dez meses a AGESPISA, aumentou de 33 para 47 o número de cidades servidas por redes de abastecimento d'água. E, na capital, no trabalho de saneamento vai contemplar prioritariamente a estação de tratamento de esgotos, que ficará pronta em 1978.[733]

Na produção jornalística, *Governo Dirceu Arcoverde: antes de tudo, valorizar o homem*, publicada na totalidade na página 25, aborda uma propaganda política do governo Dirceu Arcoverde a respeito das obras de assistência social, cultura e de infraestrutura básica voltada ao melhoramento da qualidade de vida do homem, tais como a construção de casas populares, ampliação do abastecimento d'água no interior, reforma do Teatro e do antigo Palácio da Justiça. Essa representação do jornal *O Globo* foca no aspecto social do governo Dirceu Arcoverde, como se o desenvolvimento econômico estivesse sendo realizado por meio da valorização social dos piauienses.

Todavia, essas matérias jornalísticas especiais referentes ao governo Dirceu Arcoverde percebemos apenas nos meses de dezembro de 1975, março, abril e dezembro de 1976. Nos anos posteriores, não observamos produções especiais a respeito do desenvolvimento econômico do estado do Piauí, possivelmente em decorrência da crise econômica que estava assolando o Brasil, que deu uma diminuída no discurso desenvolvimentista e de progresso econômico da ditadura militar.

O jornal *O Globo*, nesse sentido, representou nos seus editoriais as tentativas de desenvolvimento realizadas pelos governadores do Estado do Piauí em consonância com o ambiente de desenvolvimento econômico da ditadura militar, especialmente referente ao aspecto desenvolvimentista das gestões estaduais. Percebemos que *O Globo*, por meio de seus editoriais, representou de maneira positiva as ações do governo Alberto Silva e as suas representações otimistas referentes à criação de um "novo" Piauí, conectando-o com o crescimento econômico divulgado e propagandeado pelo regime militar. Todavia, percebemos que o governo Alberto Silva teve um tratamento diferente das outras gestões estaduais, no sentido de que seu governo foi mais divulgado e publicizado pelo *O Globo* no espaço reservado a seu governo e o número de páginas que foi publicado.

---

[733] Governo Dirceu Arcoverde: antes de tudo, valorizar o homem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de março de 1976, Ano LI, Nº15.503, p.25.

Acreditamos que essa mudança no tratamento ao governo albertista está diretamente relacionada ao contexto do chamado “milagre econômico”, momento em que o Brasil vivia sob intensa propaganda estatal marcada pelo discurso do “otimismo” e da “euforia” diante do crescimento econômico. Além disso, o destaque à gestão de Alberto Silva também pode ser atribuído aos investimentos do próprio governo estadual em projetar sua imagem e a do estado do Piauí para além de suas fronteiras, especialmente por meio de gastos significativos com propaganda institucional e publicidade nos grandes veículos de imprensa do eixo Rio-São Paulo na tentativa de mostrar a imagem de um Piauí em desenvolvimento, voltando a atrair setores do empresariado da região Sudeste e Sul do país, e relacionar o ambiente de desenvolvimento do Brasil com o cenário piauiense.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Piauí, assim como todos os Estados da federação do Brasil, sentiu os impactos do golpe de 1964 e da ditadura militar que foi instalada em seguida. Após o golpe de 1964, percebemos que foi representado pelo principal veículo de comunicação impresso local, *O Dia*, um ambiente de uma Teresina "calma e tranquila" que não foi afetada pela radicalização e pelas mobilizações que se encontravam os outros Estados da Federação, todavia, diferente das representações de uma Teresina que não é impactada pela conjuntura nacional, o Estado sentiu duramente os impactos da ditadura militar, logo nos primeiros momentos do golpe de 1964.

Algo que foi analisado através dos posicionamentos do então governador do Estado, Petrônio Portella Nunes, foi o processo de acomodação e adesão dos indivíduos oriundos aos grupos da elite política ao regime militar. Petrônio Portella foi um político que, anterior ao golpe civil-militar, por causa do cenário nacional e por sua política pragmática de aproximação ao então presidente da República, João Goulart, era apoiador, pelo menos retoricamente, das propostas de Reformas de Base e, durante os primeiros momentos do golpe de 1964, apoiou a legalidade-constitucional contra as forças golpistas civil-militares.

Entretanto, devido às ameaças das forças militares no Estado e por perceber que o golpe civil-militar tinha obtido êxito, mudou de lado e reposicionou-se a favor do golpe civil-militar representado pelo novo governo estabelecido. Observamos que as mudanças de postura do Petrônio Portella e a sua manutenção no cargo de governador do Estado não representam um evento isolado, mas representam aspectos das "culturas políticas" brasileiras, de que, diferente das massas populares, o tratamento submetido aos integrantes das elites políticas e econômicas em momentos de violência política e repressão, tende a ser sucessivo à "acomodação" e adequação à nova ordem autoritária, através da permanência dos cargos políticos-burocráticos e das oportunidades de fazerem parte do aparato burocrático-administrativo.

Todavia, consideramos que a permanência de Petrônio Portella no cargo de governador e sua sucessiva ascensão no cenário nacional através da ocupação do mandato de senador da República e como um dos principais articuladores civis da ARENA durante o regime militar, indicam como os membros das elites políticas possuem a tendência e as "culturas políticas" de adaptar-se e conservar-se em suas posições de mando em contextos democráticos, de rupturas constitucionais e autoritários. O Petrônio Portella é um exemplo de político que se adaptou à nova conjuntura política imposta pelos militares, acomodou-se e aderiu à nova ordem

estabelecida não só para sobreviver politicamente como para crescer e projetar-se nacionalmente em meio a um regime ditatorial.

Entretanto, diferente do tratamento reservado a alguns membros das elites políticas e econômicas piauienses que resolveram acomodar-se e aderir ao regime autoritário, o tratamento reservado a setores sociais envolvidos em movimentos sociais e trabalhistas foi pautado na violência e na intimidação. O Piauí sentiu os impactos da violência e da repressão pós-golpe de 1964. Participantes e apoiadores de propostas de reformas que pudessem mudar as estruturas sociais foram presos sob a acusação de serem "subversivos comunistas". Parlamentares piauienses tiveram o mandato e seus direitos políticos cassados, servidores públicos foram exonerados com base nos Atos Institucionais, muitos sendo vítimas de revanchismos políticos e rivalidades pessoais por parte dos grupos políticos dominantes aderentes da nova ordem instituída pelos militares.

Os setores midiáticos piauienses, como os jornais que circulavam na época vinculados a grupos políticos, como *O Dia* e *Estado do Piauí*, representaram o ambiente de "caça aos comunistas" empreendida pelos militares e de seus aliados civis pós-golpe de 1964. Contudo, diferente de apenas informar sobre os acontecimentos, as representações produzidas pelos periódicos no primeiro momento tenderam a apoiar e a exaltar as medidas de exceção contra os chamados "subversivos".

Jornais piauienses como *O Dia* cooperaram com o regime militar no Estado, informando as notas divulgadas pela Guarnição Federal de Teresina, o andamento das operações militares realizadas contra os grupos considerados de esquerda e "subversivos", legitimando as prisões e as violências empreendidas em nome do combate aos "comunistas". Entretanto, apesar de os periódicos piauienses apoiarem e legitimarem o golpe de 1964 e a violência empreendida pelo regime militar contra os seus opositores, não descartamos que setores da imprensa piauiense e jornalistas foram submetidos a censura e a ameaças realizadas por forças militares logo no período pós-golpe de 1964.

Analisamos como os setores das elites políticas, especialmente as ligadas ao grupo liderado por Petrônio Portella, se acomodaram e aderiram à ditadura militar com vistas a continuarem com suas carreiras políticas com a finalidade de ocupar os espaços políticos e burocráticos permitidos pelo regime militar, algo que pode ser observado na própria ocupação dos cargos de governador do Estado, mesmo sendo escolhido pelos ditadores militares, foram membros desse grupo político, com exceção de Alberto Tavares Silva. A própria ditadura militar abria espaços para membros das elites políticas com perfil tecnocrata pudessem ocupar cargos políticos-administrativos, como podemos verificar no caso do João Paulo dos Reis

Velloso, membro da elite parnaibana que, devido aos seus contatos políticos-administrativos, conseguiu ocupar o cargo do ministério do planejamento por 9 anos durante os "mandatos" dos generais Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

Abordamos que a ditadura militar, apesar de ser antiesquerdista e anticomunista, não significa que ela era antirreformista, no sentido de que era favorável à implementação de reformas que fossem modernizantes, embora fossem conservadoras e excludentes no que diz respeito à manutenção das estruturas sociais e na imposição de maneira autoritária para as camadas populares. A modernização conservadora autoritária do regime ditatorial foi sentida no Estado do Piauí mediante a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, instalação da Universidade Federal do Piauí, criação e expansão de rodovias que interligassem com os outros Estados.

Das gestões estaduais durante a ditadura militar, a que mais estava sintonizada com o processo de modernização conservadora autoritária foi o governo de Alberto Tavares Silva, que, por meio da construção de obras de infraestrutura, fazia intervenções no espaço urbano da capital, adequando-se aos padrões definidos pelos militares como modernidades e no processo de integração nacional. Contudo, apesar da forte propaganda política em torno de seu mandato com a difusão da representação de um clima de euforia econômica e de otimismo, as mudanças empreendidas pelos militares e pelos governadores estaduais não se reverberaram em melhorias nas condições socioeconômicas a que a maioria da população estava submetida.

Outrossim, analisamos como o processo de modernização conservadora autoritária da ditadura militar também impactou os veículos de comunicação, principalmente os da grande imprensa nacional. Os veículos midiáticos selecionados, *Estadão* e *O Globo*, foram exemplos de setores midiáticos que apoiaram o golpe de 1964, a ditadura militar e as suas medidas arbitrárias no seu início, entretanto, por conta de desavenças políticas e de quebra de expectativas, o jornal *Estadão*, após a outorga do AI-2, começou a afastar-se do regime militar, sendo alvo inclusive de censura e de violência com o endurecimento da ditadura, pós AI-5. Enquanto isso, o periódico *O Globo* continuou favorável ao *modus operandi* do Estado militar até o final do processo de abertura política.

Na análise dos jornais *Estadão* e *O Globo* referente a como representaram o Estado do Piauí durante a ditadura militar, percebemos que, diferentes dos seus Estados de origem e dos mais relevantes do ponto de vista socioeconômico, o Piauí não foi tão representado acerca da violência da ditadura militar no Estado, apesar de terem representações a respeito das comemorações no primeiro aniversário da "revolução", na Marcha da Família com Deus pela

Liberdade, nas cassações de mandatos realizadas principalmente nos prefeitos e parlamentares vítimas dos Inquéritos Policiais Militares.

Acreditamos que a pouca incidência em representar a violência da ditadura militar no Estado do Piauí pelos dois jornais da grande imprensa está relacionada com o Estado ser considerado longínquo dos grandes centros urbanos e também não desconsideramos os impactos causados pela censura em não informar determinadas violências empreendidas pelos militares. Percebemos que o jornal *Estadão* e *O Globo*, na maneira que representaram nos seus editoriais a repressão no Estado do Piauí, os textos jornalísticos eram raramente assinados, possuíam caráter "informativo" e estavam limitados a reproduzir as informações emitidas pelo regime militar.

Referente aos posicionamentos do governador Petrônio Portella acerca do golpe de 1964, percebemos que o jornal *O Globo* silenciou-se acerca dos inquéritos que eram a ele direcionados, representando em primeiro momento os seus contatos com o presidente da República em conseguir construir a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança e suas tendências desenvolvimentistas, enquanto o *Estadão* representou as defesas emitidas pelo governador do Piauí de maneira favorável, reproduzindo os seus argumentos referentes à sua defesa da legalidade-democrática e as suas adaptações e acenos adesistas às medidas arbitrárias do regime militar.

Mediante o crescimento de Petrônio Portella no cenário nacional, percebemos que a publicação de páginas que cobriam a atuação do então senador ficava cada vez mais frequente, principalmente por conta do seu papel como um dos principais articuladores civis do regime militar dentro do parlamento, especialmente quando assume a presidência do Senado e a presidência da ARENA. Além disso, observamos que o seu passado de apoio ao João Goulart era reverberado nos jornais *O Globo* e *Estadão* pelos seus adversários políticos dentro do próprio partido governista como uma maneira de caluniá-lo e difamá-lo mediante a exploração dos posicionamentos favoráveis ao governo Goulart durante o golpe de 1964. Entretanto, percebemos que, mediante as críticas, a influência e frequências nos jornais a respeito do Petrônio Portella ficaram cada vez mais frequentes, por conta dos cargos de prestígio que ocupava durante a ditadura militar.

Além disso, através das análises dos periódicos *Estadão* e *O Globo*, verificamos que representavam as disputas políticas entre as elites políticas em torno do cargo de governador do Estado durante a ditadura militar pelo esquema Portella e o grupo liderado por Alberto Tavares Silva. Foi abordada as fragmentações e fraturas dentro da ARENA piauiense de maneira sutil e com os acenos de harmonia e união representadas pelos políticos piauienses, causados

principalmente pelo ambiente da ditadura militar que valorizava a união e a harmonia entre os grupos políticos dentro do partido governista.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico do Estado do Piauí, observamos que os jornais *Estadão* e *O Globo* frequentemente representaram o empreendimento da construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança como uma espécie de "redenção" para o Estado, projetando-a como uma esperança para seu desenvolvimento por meio da ampliação da distribuição de energia elétrica. Diferentemente das representações sobre a violência promovida pela ditadura militar no Piauí — que receberam menor destaque —, as reportagens e editoriais sobre essa obra de infraestrutura ganharam maior ênfase. Acreditamos que isso se deve ao fato de que a construção da Usina está inserida em um contexto mais amplo, vinculado ao projeto de desenvolvimento nacional promovido pelo regime militar, e não restrito apenas à realidade local do Estado.

Referente à representação da atuação dos governadores do Estado do Piauí, percebemos que as gestões estaduais e suas tentativas de desenvolver eram representadas pelos periódicos *O Globo* e *Estadão*, porém foi na gestão do governador Alberto Tavares Silva que percebemos a maior quantidade de representações referente ao seu governo e à tentativa de desenvolver o Estado do Piauí, ocasionadas principalmente pela iniciativa do governador.

Na análise, observamos a sintonia das representações produzidas a respeito da gestão albertista com o clima de euforia econômica e midiática da ditadura militar do governo Médici, como se o governo Alberto Silva, através de suas obras de infraestrutura, fosse capaz não só de desenvolver o Piauí, mas de mudar a imagem do Estado do Piauí. As representações produzidas pelos periódicos *O Globo* em comparação com o *Estadão* deram mais destaque ao governo Alberto Silva no sentido de fazer editoriais que cobriam a página inteira nos seus cadernos especiais.

Esses usos políticos da representação do Piauí como um Estado em desenvolvimento pelo governo Alberto Silva, como uma forma de se legitimar politicamente, não consideramos como algo isolado, mas uma estratégia política que estava em sintonia com o contexto da ditadura militar em que era valorizado um contexto de desenvolvimento e de progresso econômico através dos investimentos em obras de infraestrutura.

Além do mais, essas representações do governo Alberto Silva pelos setores da imprensa nacional, como na imprensa piauiense, longe de serem apenas reconhecimento dos feitos do seu governo, eram representações que eram impulsionadas pelos gastos estatais em propaganda, anúncio e publicidade realizado pela sua gestão com a finalidade de mostrar um Piauí diferente causado pela sua administração.

Na análise das representações produzidas pelos jornais Estadão e O Globo, percebemos que os jornais, embora não representassem com frequência a atuação da ditadura militar no sentido da repressão no Estado do Piauí, representaram o ambiente político do Estado e as políticas voltadas ao desenvolvimento impulsionado pelo governo ditatorial e pelos governos estaduais que eram nomeados pela mesma, com finalidade de mostrarem um Estado que estava em processo de crescimento econômico em consonância com o Brasil Potência defendido pelos militares.

9. REFERÊNCIAS

Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS,** n.º 48, p.53-65, 2005.

ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Bauru (São Paulo): Edusc, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Baaru (SP): EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Maria Celina D'; CASTRO, Celso. **Tempos modernos**: João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARAÚJO, Maria Celina D'; JOFFILY, Mariana. O golpe de 1964, os atos institucionais e o fechamento do regime. In: ARAÚJO, Maria Celina D'; REZENDE, Lucas Pereira. **Forças Armadas e político no Brasil República:** da proclamação da República à Constitucional Cidadã (1889-1988). Rio de Janeiro: FGV, 2024, p.179-196.

ARÊA, João Braga. Rede Globo e ditadura civil-militar: tudo a ver. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p.437-462.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí**: 1982-1995. Teresina: EDUFPI, 2019.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Revisitando as Ligas Camponesas. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**: novas perspectivas. São Carlos: EdUFCar, 2014, p.27-38.

BAHIENSE, Daniel Albuquerque. **O soldado e o intelectual**: um estudo sobre a trajetória política de Petrônio Portella. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BARBOSA, Marialva. **História Cultura da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 2023.

BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. “Entre a sobrevivência e a adesão”: os posicionamentos do governador Petrônio Portella durante o golpe civil militar de 1964. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BATISTA, Joel Marcos Brasil de Sousa; CASTELO BRANCO, Ronald Cavalcante; CARDOSO, Natanael da Silva (Orgs). **60 anos do golpe**: a ditadura militar no Piauí e as disputas de poder. Teresina: Cancioneiro, 2025, p.305-329.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Trad: Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand; DIFEL, 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos Estudos**: São Paulo, Cebrap, n. 74, mar. 2006.

CAPELATO, Maria Helena Holim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Mariana Ligia Coelho (Org). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p.114-136.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, volume II. Trad: Maria Alzira Brum Lemos e Sílvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.219-250.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A Rede da Democracia**: *O Globo, O Jornal* e o *Jornal do Brasil* na queda do governo Goulart (1961-64). Niterói (RJ): Editora da UFF; Editora NitPress, 2010.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Liberalização e tutela militar**: o governo Geisel. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Serviço Nacional de Informações**: uma abordagem histórica. Curitiba: Appris, 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CASTRO, Francisco J. Leandro A de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Trad: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. 3 ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad: Ângela M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Trad: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHIRO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Trad: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, Adriano Nervo Uma história política da transição brasileira. **Rev. Sociol. Polít.,** Curitiba, 25, p. 83 106, nov. 2005.

COHN, Gabriel. **Sociologia**: Theodor Adorno. São Paulo: Ática, 1986.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

COSTA, Edwaldo. **A ditadura brasileira no tempo**: um estudo dos discursos do jornal O Globo em 1964/1985 e 2014. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

DANIELI NETO, Mário. Entre a democracia e o autoritarismo: os planos econômicos de Jango à Geisel (décadas de 1960/70). In: DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs). **Narrativas sobre tempos sombrios**: ditadura civil-militar no Brasil. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.47-72.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.127-154.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.127-154.

DIAS, André Bonsanto. **A Verdade dita é dura**: “Histórias da verdade” do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2018.

DIAS, André Bonsanto. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. **Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 77-96, set/dez. 2018

FAUSTO. Boris. **História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FERREIRA, Afonso Henriques Borges. A distribuição interestadual de renda no Brasil, 1950-85. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 469-485, out./dez. 1996.

FERREIRA, Jorge. Apresentação. **Tempo**: Volume: 14, Número: 28, jun, p.11-18, 2010. Link de acesso: scielo.br/j/tem/a/Zn5KnHzSDyDsdcmw5bFPCXb/?format=pdf&lang=pt.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1964 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.301-342.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Como eles agiam:** os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e policia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida de (Orgs). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.167-206.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2020.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2024.

FIDELIS, Thiago. Criação do jornal O Estado de S. Paulo (OESP) e a sua consolidação em uma perspectiva histórica. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 25, n. 3, p. 374-386, 2017.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Discórdia (in)contida: a ARENA piauiense durante a ditadura civil-militar (Década de 1970). In: DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs). **Narrativas sobre tempos sombrios**: Ditadura civil-militar no Brasil. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.73-90.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Em estado de euforia: os usos políticos da autoestima piauiense. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOLHFELDT, Antonio (Orgs). **Tempo & Memória**: interfaces entre os campos da comunicação e da história. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, p.275-304.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **Recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Teresina e o "jorro efetivo da novidade" In: FONTINELES, Claúdia Cristina da Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; CRUZ, Marcelo Silva (Orgs). **Oficina de Clio**: história, cidades e linguagens. Teresina: EDUFPI, 2016. p.14-35.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. Um engenheiro na e da política: projeções de si e ressonância na história. **MÉTIS**: história & cultura, v.15, n.30, p.111-127, jul – dez. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad: Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCO, Jônatas Lincoln Rocha; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. "A locomotiva do progresso rumo à modernidade: o Piauí e a euforia desenvolvimentista (1970-1975). In: COSTA, Lucas Rafael Santos; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (Orgs). (**Re)escritas plurais**: história, historiografia e temporalidades. Teresina: EDUFPI, 2019, p.271-292.

FREITAS, Maura Régia de. **O homem e o político**: articulações de Helvídio Nunes de Barros e sua representatividade no governo do Piauí (1966-1970). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2014.

GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, Ângela de Castro (Orgs). **O Brasil de JK**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002,

GRINBERG, Lucia. Partido **Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.156-157.

HOBSBAWN. Eric. J; ROGER, Terence. **A invenção das tradições**. Trad: Celina Cardim Cavalcante. 10ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p.7-24.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad: Bernardo Leitão ... [et al.]. Campinas (SP): UNICAMP, 1990.

LIMA, Marconi Fernandes. **Desenvolvimentismo militar no Piauí**: A Usina de Boa Esperança e a Integração Econômica Nacional nos sertões nordestinos entre 1970-1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

LIMA, Marconis Fernandes. **Cidade de Boa Esperança**: memórias da construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Cultura jornalística e identidade profissional dos jornalistas teresinenses (1951 a 1954). In: SILVA, Mairton Celestino da; OLIVEIRA, Marylu Alves de (Orgs). **Histórias**: do social ao cultural/do cultural ao social. Teresina: EDUFPI, 2015, p.73-102.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2021, p.149-175.

LUCA, Tania Regina de. História, dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.111-154.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.92-111.

MÂCEDO, Francisco Adriano Leal. **Espectros do passado**: memória, mito e poder na trajetória de Júlio de Mesquita Filho (1925-1969). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Seduções tropicais**: Júlio de Mesquita Filho entre projetistas e ideólogos do Brasil. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

MARIANI, Bethania. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucas Maria Alves (Orgs). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.199-218.

MASCARENHAS, Fabio Nadson Bezerra. **Inovadores parnaibanos**: a produção do jornal *Inovação* em Parnaíba de 1977 a 1982. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (Org). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia de Bolso, 2023, p.452-534.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí.** 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2019.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

MONTE, Regianny Lima. Entre táticas e estratégias: a relação do estado autoritário com a imprensa escrita em Teresina durante os anos de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; SANTOS, Maria Lindalva; MONTE, Regianny Lima (Orgs). **Diluir fronteiras**: interfases entre história e imprensa. Teresina: EDUFPI, 2010, p.193-220.

MOORE JÚNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975.

MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **Por dentro da pauta**: história política e cultural na imprensa do Piauí. Teresina-PI: EdUESPI, 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.48-65.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate historiográfico. **Tempo & Argumento**: Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2 ed. Niterói (Rio de Janeiro): Eduff, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p.367-379, maio-ago. 2017

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**: novas perspectivas. São Carlos: EdUFCar, 2014, p.9-29.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. 8ºreimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, nº 53, p. 195-214, 2007.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Censura e rádio no Piauí. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; SANTIAGO JR, F. C. Fernandes (Orgs). **Rádio**: encruzilhadas da história: rádio e memória. Recife: Bagaço, 2006, p.23-58.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Os jornais diários na construção de representações do Piauí e de Teresina entre 1950 e 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTOS, Maria Lindalva; MONTE, Regianny Lima (Orgs). **Diluir fronteiras**: interfaces entre história e imprensa. Teresina: EDUFPI, 2011, p.53-80.

NETO, Lira. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.322-327.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal "O Dia". Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu**: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Teresina: Cancioneiro, 2020.

ORTIZ, Ricardo. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Ricardo. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.112-127.

PEREIRA, Priscila Oliveira. **Missão Portella no jornal O Estado de S. Paulo em 1974:** o processo de indicação dos futuros governadores. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

PESAVENTO, Sandra. **História & História Cultura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista:** jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v.5, n.10, Rio de Janeiro, p.200-212, 1992.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.207-242.

PRESOT, Aline. Celebrando a "Revolução": as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). **A construção social dos regimes autoritarismo**: Brasil e América Latina, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.71-96.

RABELO, Elson de Assis. **A história entre Tempos e Contratempos**: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

RABELO, Elson de Assis. Rumores da miséria, ecos da história: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. **Fênix**, Revista de História e Estudos Culturais, v. 6, n. 1, jan./mar, p. 1-19, 2009.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985).** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estadista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.14-21.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014;

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. Londrina : Eduel, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro na década de 1950**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lucia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C (Orgs). **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p.426-435.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Os anos 1960-1970 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Letícia Cantarela (Orgs). **História da comunicação**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2014, p.163-195.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.30-47.

ROCHA, Daniel Cosme de Carvalho. **Nas franjas da histór**ia: singularidade e distinção na constituição da Liga Camponesas de Matinhos na Terra dos Carnaubais – Piauí. Tese (Doutorado em História Social) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Poliana Perpétua Tavares **O crescimento de Teresina e o deslocamento da elite local - econômica, política, social:** do centro para a zona leste da cidade a partir das décadas de 60 e 70. TCC (Monografia em licenciatura em história) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004,

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). **A construção social dos regimes autoritarismo**: Brasil e América Latina, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. A invenção da UFPI: Elementos estruturantes e interfaces do poder. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org). **Histórias de vário feitio e circunstância.** Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001, p.9-52.

SANTOS, Luís-Sérgio **Intimorata**: a saga do jornal O Estado de José Martins Rodrigues a Venelouis Xavier Pereira. Fortaleza: Omni Editora, 2016.

SANTOS, Maria Lindalva Silva. **A força de um ideal**: história e memória da primeira TV piauiense. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O tempo**

da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.47-96.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. **Metamorfose das Oligarquias**: o caso do Piauí. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SINGER, Paul. Processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.127-182.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Trad: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. **Tempo de esperança**: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

VIANA, Débora Silva. **Entre o concreto e o etéreo**: trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil):Teresina, UFPI, 2013.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira (1964-1985):** a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

WANDERLEY, História e TV: produção e difusão do saber – a televisão como cenário de representação política. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (ORGs). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p.436-447.

Livros de memória:

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar:** o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e legendas da política piauiense**: fatos e episódios da história política piauiense no período de 1945 a 2006. Teresina: Autor, 2006

CASTELLO BRANCO, Carlos. Roteiro político de Petrônio Portella. In: LEMOS, Oswaldo (Org). **Petrônio Portella**: depoimentos à História Política Brasileira. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016, p.132-137.

COELHO, Celso Barros. **Política**: tempo e memória. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Bienal, 2015.

DANTAS, Deoclécio. **Marcas da Ditadura no Piauí**. Teresina: Gráfica do Povo, 2008.

GASPARI, Élio. **A ditadura derrotada**: o sacerdote e o feiticeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso**: o político e sua época. Teresina: Zodíaco, 2006.

LIMA, Clidenor Moura. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (Org). **1964 - 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p.113-128.

MARCONI, Paulo. A **censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. 2 ed. São Paulo: Parma Ltda, 1990.

MELO, José Marques de. **Censura e Liberdade de Imprensa**. São Paulo: COM-ARTE, 1984,

NUNES, Helvídio. Homenagem a Petrônio Portella. LEMOS, Oswaldo (Org). **Petrônio Portella**: depoimentos à História Política Brasileira. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016, p.167-175.

NUNES, Helvídio. **Tempos de política**. Teresina: Alínea Publicação, 1996.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. **Atos institucionais**: sanções políticas: aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, dispensa de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

SANTOS, José Lopes dos. **Dirceu Arcoverde**: missão cumprida. Teresina: Autor, 1980.

SANTOS, Lourival de Carvalho. **Cronologia histórica da Assembleia Legislativa do Piauí**. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí; Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão, 2021.

SOUSA, Antônio Damião de. **O homem e a terra:** ditadura militar e os latifundiários contra os camponeses. Campo Maior (Piauí): Autor, 2015.

TAVARES, Zózimo. **Alberto Silva**: uma biografia. Teresina: Bienal Editora, 2018. p.242.

TAVARES, Zózimo. **O Piauí no Século 20**: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**. Brasília: Senado Federal; Subsecretária de Edições Técnicas, 2010.

TEIXEIRA, Tomás. **A outra face da oligarquia do Piauí**. Fortaleza: Stylus Comunicação, 1981.

Fontes hemerográficas:

Correio da Manhã:

Basta! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, Ano LXIII, Nº21.775, p.1

Fora! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 01 de abril de 1964, Ano LXIII, Nº21.776, p.1.

Mandatos cassados no Piauí. **Correio da Manhã,** Rio de Janeiro, 16 de maio de 1964, Ano XLIII, Nº21.813, p.12.

Prefeitura ficou sem milhões. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1964, Ano LXXXI, Nº21.816, p.7.

Vitória! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964, Ano LXIII, Nº21.777, p.1

Estado do Piauí:

"Resumo dos acontecimentos na Guarnição Federal de Teresina, com início de 31 de março de 1964". **Estado do Piauí**, Teresina, 18 de junho de 1964, nº 651, p.1-3.

Discurso pronunciado pelo governador Petrônio na tarde do dia 1 de abril de 1964 no Palácio de Karnak na presença de operários e jornalistas e grava do em fita imagética e que se encontra no Conselho de Segurança Nacional. **Estado do Piauí,** Teresina, 2 de fevereiro de 1969, nº1121, p. 4

O Dia:

A palavra de João Calmon. **O Dia**, Teresina, 24 de março de 1964, Ano XIV, Nº1201, p.8

Assembleia Legislativa. **O Dia**, Teresina, 02 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1206, p.8.

Ato Institucional sua execução no Piauí. **O Dia,** Teresina**,** 24 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1223, p.1.

Balanço do Ato Institucional no Piauí. **O Dia**, Teresina, 10 de outubro de 1964, Ano XIV, Nº1357, p.1.

Cassado o mandato de Jesualdo Cavalcante. **O Dia**, Teresina, 12 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1215, p.1.

COMERCIANTE! **O Dia,** Teresina, 13 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1215, p.8.

Desapropriação da SUPRA. **O Dia**, Teresina, 18 de março de 1964, Ano XIV, Nº1196, p.4-8.

Desbaratado o Partido Comunista, Secção do Piauí. **O Dia**, Teresina, 05 de abril de 1964, Ano XIV, Nº 1.209, p. 01.

Guarnição Federal de Teresina: Nota. **O Dia**, Teresina, 03 de abril de 1964, Ano XIV, Nº 1267, p. 01.

Marcados para morrer*:* primeiros nomes da "lista fatal" organizada pelos comunistas do Piauí – "Paredon" – ia funcionar no Estado. **O Dia,** Teresina, 09 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1212, p.1.

Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade. **O Dia**, Teresina,15 de abril de 1964, nº 1217, p. 01.

MENDES, Simplício de Sousa. O Estado Maior de Subversão. **O Dia,** Teresina, 15 de março de 1964, Ano XIV, Nº1.194, p.3.

MOTORISTA! **O Dia,** Teresina, 12 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1215, p.5

O CICLO Anti-Piauí. **O Dia,** Teresina, 02 de julho de 1969, Ano XVIII, Nº2.765, p.1.

O Sentido da Marcha. **O Dia**, Teresina, 13 de abril de 1964, Ano XIV, Nº.1216, p.8

Petrônio Contra Lacerda. **O Dia,** Teresina, 31 de março de 1964, Ano XIV, Nº1204, p.1.

Piauí caminha a passos largos com o progresso. **O Dia**, Teresina, 19 de fevereiro de 1973, Ano XXII, Nº3.533, S/P.

PIAUIENSE! **O Dia,** Teresina, 10 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1213, p.1.

Por Deus e a Liberdade**. O Dia**, Teresina, 21 de março de 1964, Ano XIV, Nº1199, p.8.

Presidente Castelo Branco, filho de piauiense, conhece muito bem a terra e seus problemas. **O Dia,** Teresina, 19 de abril de 1964. Ano XIV, Nº.1218, p.1.

SANTOS, José Lopes do. O Ministério sem piauienses. **O Dia**, Teresina, 17/18 de abril de 1985, Ano XXXIV, Nº6.973, p.4.

SENHOR DIRETOR DE COLÉGIO! **O Dia,** Teresina, 12 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1215, p.4

Soldado da democracia. **O Dia**, Teresina, 11 abril 1964, Ano XIV, Nº 1214, p. 08.

Teresina: situação de calma e ordem. **O Dia**, Teresina, 02 de abril de 1964, Ano XIV, Nº 1206, p. 08.

Voto do Vereador Paulo Rubens na cassação do mandato de Jesualdo Cavalcanti**. O Dia**, Teresina, 17 de abril de 1964, Ano XIV, Nº1218, p.6.

O Estado:

Afinal, o que é o Projeto Piauí? **O Estado,** Teresina, 15/16 de agosto de 1971, Ano II, p.4.

É possível viver de otimismo? **O Estado**, Teresina, 15 de março de 1972, s/p.

Piauí: UM GRANDE CANTEIRO DE OBRAS. **O Estado**, Teresina, 15 de março de 1972, s/p.

O Estado de S. Paulo:

"Estado" é apreendido. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de dezembro de 1968, Ano 89, Nº28.738, p.1.

30 familiares em cargos públicos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 de abril de 1978, Ano 99, Nº31.614, p.14.

A luta do Alberto Silva para que o Piauí saia do anedotário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 de novembro de 1973, Ano 94, Nº30.265, p.08.

AFONSO, Antonio Tadeu. Um projeto arranca Piauí do atraso secular. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 de novembro de 1973, Ano 94, Nº30.247, p.28.

As origens e o roteiro da Revolução. In: A Revolução: depoimento de um jornalista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de julho de 1964, Ano LXXXV, Nº27.381, p.22.

Boa Esperança é hoje a barragem de boa certeza. **O Estado de S. Paulo**, 7ºcaderno, 10 de janeiro de 1965, Ano LXXXVI, Nª27.523, p.144.

Castelo reafirma no Piauí ideais da Revolução. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 26 de maio de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.640, p.4

Castelo vê ARENA do Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de janeiro de 1966, Ano LXXXVII , Nº27847, p.5.

CHACON, Sérgio. Portella mantém domínio na política do Piauí. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 de abril de 1978, Ano 99, Nº31.614, p.14.

CHAGAS, Carlos. O principal e o acessório. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de maio de 1972, Ano 93, Nº29.800, p.3.

CRITICAS. In: Indicados líderes dos novos partidos. **O Estado de S. Paulo**, 08 de fevereiro de 1966, Ano LXXXVII, Nº27.555, p.4.

Democratas dominam tôda a Nação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.284, p.1.

Democratas dominam tôda a Nação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.284, p.1.

Deputado acusa governador. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de julho de 1966, Ano LXXXVII, Nº27.981, p.4.

Desenvolvimento cria clima para abertura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de junho de 1971, Ano 92, Nº29.516, p.3.

Desmentido do governador do Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 de outubro de 1964, Ano LXXXV, Nº27460, p.42.

Dirceu Arcoverde obtém apoio quase unânime no Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 de junho de 1974, Ano 95, Nº30.422, p.5.

DOPS tortura no Piauí. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 22 de fevereiro de 1976, Ano 97, Nº30.956, p.36

Escolhido o chefe do Projeto Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de maio de 1971, Ano 92, Nº29.485, p.13.

Estudantes do Rio apóiam movimento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de maio de 1977, Ano 98, Nº31.326, p.31.

Ex-deputados perdem recursos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de novembro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.776, p.4.

Famílias tendem a consolidar posições. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de abril de 1978, Ano 99, Nº31.632, p.6.

Famílias tentam consolidar posições. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de abril de 1978, Ano 99, Nº31.632, p.6.

Formação da ARENA no Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de janeiro de 1966, Ano LXXXVII, Nº27.829, p.4. Govêrno vai testar programa no Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 de maio de 1971, Ano 92, Nº29.472, p.21.

GALVÃO, Flávio. Espírito de censura. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 de maio de 1970, Ano 91, Nº29.173, p.4.

Governo, um cabo eleitoral. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 de setembro de 1978, Ano 99, Nª31.751, p.8.

Governo, um cabo eleitoral. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 de setembro de 1978, Ano 99, Nº31.751, p.8.

Helvídio Expõe Planos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 de setembro de 1966, Ano LXXXVII, Nº28.032, p.4

Jornalista pode ser processado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de junho de 1975, Ano 96, Nº30.761, p.22.

LEMOS FILHO, Alberoni. Piauí, a pobreza mais famosa do Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 de fevereiro de 1975, Ano 96, Nº30.637, p.48

LEMOS, Henrik Ibsen Andrade. Esperança de Redenção. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de janeiro de 1965, Ano LXXXXVI, Nº27.523, p.144.

Libertação, a meta. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 de novembro de 1972, Ano 94, Nº30.247, p.28.

Mais de cem foram cassados pelo CSN. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de abril de 1969, Ano 90, Nº28.851, p.36.

Médici inaugura Boa Esperança. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de abril de 1970, Ano 91, Nº29140, p.38

MORAES, Octavio. A barragem de Boa Esperança. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 de julho de 1966, Ano LXXXVII, Nº28.996, p. 64.

Morte de Petrônio não modificará a abertura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de janeiro de 1980, Ano 101, Nº32.306, P.03

Morte de Petrônio não muda o esquema político do Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de janeiro de 1980, Ano 101, Nº, P.5

Nada com o Piauí. In: Deputado define a tarefa moralizadora dos militares. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 de outubro de 1964, Ano LXXXV, Nº27.457, p.3

No Piauí, Portela obtém o consenso. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 de maio de 1974, Ano 95, Nº30.414, p.08.

NOTAS E INFORMAÇÕES. Ato Institucional. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.291, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. Comício. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de março de 1964, Ano LXXXV, Nº27.268, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. Em defesa da vitória. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.284, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. Em defesa da vitória. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.284, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. Importância de uma escolha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de janeiro de 1980, Ano 101, Nº32,152, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. Instituições em frangalhos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de dezembro de 1968, Ano 89, Nº28.737, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. O Exército e os desmandos do presidente. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 31 de março de 1964, Ano LXXXV, Nº27.281, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. O nôvo Ato Institucional. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 de outubro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.771, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. O novo líder do governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de agosto de 1973, Ano 94, Nº30.170, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. O presidente fora da lei. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de março de 1964, Ano LXXXV, Nº27.267, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. O significado maior de uma vitória. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.283, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. Oito anos depois**. O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 de março de 1972, Ano 93, Nº29.753, p.3.

NOTAS E INFORMAÇÕES. Voltamos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 de janeiro de 1975, Ano 96, Nº30.619, p.3.

O governador irá ao Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 de setembro de 1969, Ano 90, Nº28971, p.5

O novo líder e os velhos documentos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de agosto de 1973, Ano 94, Nº30.197, p.4.

O Piauí já superou a fase da civilização do couro e agora demanda usinas hidrelétricas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de maio de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.639, p.6

O Piauí quer elevar a renda. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de julho de 1971, Ano 92, Nº29.531, p.19.

O presidente recebe governador. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 de julho de 1964, Ano LXXXV, Nº27.349, p.5.

Outro Nunes é biônico. **O Estado de S. Paul**o, São Paulo, 18 de abril de 1978, Ano 99, Nº31.621, p.10.

Peça teatral. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04 de outubro de 1966, Ano LXXXVII, Nº28057 p.9

Petrônio era o candidato do poder. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo,06 de junho de 1980, Ano 101, Nº32.304, p.06.

Petrônio Portela tenta explicar o seu passado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de agosto de 1973, Ano 94, Nº30.198, p.4.

Petrônio: Justiça. In: Novo Ministério revela a continuidade de 64. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de janeiro de 1979, Ano 100, Nº31.857, p.9

Piauí agora atrai investimentos. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 18 de janeiro de 1970, Ano 91, Nº29.074, p.12.

Piauí expõe planos do desenvolvimento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de dezembro de 1967, Ano 88, Nº28.417, p.5.

Piauí inova para sair do nada. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 02 de agosto de 1972, Ano 93, Nº 29.858, p.12.

Piauí logo poderá afirmar que existe. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de setembro de 1971, Ano 92, Nº29.598, p.15.

Piauí quer desenvolver o turismo e levar paulistas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de julho de 1971, Ano 92, Nº29.530, p.27.

Piauí. In: Castelo já tem apoio de treze governadores. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 25 de novembro de 1964, Ano LXXXV, Nº27.485, p.1.

Piauí. In: Nomes em MG já chegam a 11. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 21 de março de 1970, Ano 91, Nº29.129, p.4.

Piauí. In: Portela antecipa visita ao Maranhão e Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de maio de 1974, Ano 95, Nº30.412, p.05.

Piauí. In: Volta à normalidade a situação militar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de maio de 1966, Ano LXXXVII, Nº27.940, p.3.

Piauí: indicado o governador. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 de junho de 1970, Ano 91, Nº29.200, p.5

Piauí: prefeito impedido volta a ocupar cargo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 de maio de 1964, Ano LXXXV, Nº27324, p.3.

Piauí: PTB provoca incidentes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de setembro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.727, p.8.

Pleno êxito da "Marcha" em Teresina. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.295, p.10.

Portela assume e promete fidelidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 de março de 1971, Ano 92, Nº29.442, p.3

Portela assume hoje e já é contestado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de agosto de 1973, Ano 94, Nº30.197, p.4.

Portella continua dominando o Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de novembro de 1978, Ano 99, Nº31805, p.6.

Portella continua dominando o Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de novembro de 1978, Ano 99, Nº31.805, p.12.

Posição. In: Só existe dúvida na Câmara. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo,21 de janeiro de 1971, Ano 92, Nº29384, P.4

Prefeito reassume. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 21 de março de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.582, p.6

Prefeitos indiciados em IPM no Piauí. In: Oferecida denúncia de dois deputados. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 22 de janeiro de 1965, Ano LXXXV, Nº27.533, p.4

Presidente no Piauí sexta-feira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 de maio de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.636, p.1.

Propósitos sadios. In: Aplausos pela decretação do Ato n.º2. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 de outubro de 1965, Ano LXXXVI, Nº27.773, p.4.

Roteiro da Revolução. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.292, p.144.

Silva denuncia pressões no PI. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 de julho de 1978, Ano 99, Nº31.699, p.6.

Sindicato repudia prisão de jornalistas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de novembro de 1975, Ano 96, Nº30.884, p.12.

Só energia não basta. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abril de 1970, Ano 91, Nº29139, p.48

STACCHINI, José. Boa Esperança é hoje a barragem de boa certeza. **O Estado de S. Paulo**, 7ºcaderno, 10 de janeiro de 1965, Ano LXXXVI, Nª27.523, p.144.

Também em Teresina. In: As festividades de 31 de Março. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 27 de março de 1965, Ano LXXXVI Nº27.587, p.5.

TAMER, Alberto. Boa Esperança chega onde há falta de tudo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abril de 1970, Ano 91, Nº29139, p.48.

TERESINA. IN: Relatórios da Polícia sôbre chineses presos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 de abril de 1964, Ano LXXXV, Nº27.295, p.4.

União fêz a fôrça no Piauí. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de agosto de 1966, Ano LXXXVII, Nº28026, p.17.

Violências. In: Iniciado o expurgo no Paraná, dois mandatos cassados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de maio de 1964, Ano LXXXV, Nº27.338, p.9.

O Globo:

"Projeto Piauí" inaugura nova era para o Estado. **O Globo**, Edição Economia, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1971, Ano XLVII, Nº13.929, p.18.

A Barragem da Boa Esperança Será a Grande Mensagem do Castelo Branco. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de junho de 1965, Ano XL , Nº11.992, p.17

A extensão das reformas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1978, Ano LIV, Nº16.413, p.1.

A imagem do Piauí muda a cada novo dia. As obras são muitas. **O Globo**, Sudene. 19 de dezembro de 1973, Ano XLIX, Nº14.693, p.16.

A Nação Recebeu em Absoluta Calma o Ato Número 2: Juraci: Era Preciso Acabar Com o "Suspense" Que Intranquilizava o País. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1965, Ano XLI, Nº12.109, p.1.

A REVOLUÇÃO CONSOLIDADA. **O Globo,** Rio de Janeiro, 11 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11.633, p.1.

A Usina De Boa Esperança Significará A Redenção Da Área Mais Pobre Do Brasil. **O Globo**, 16 de dezembro de 1964, n.11.844, ano XXIX, p.8

A USINA E AS RODOVIAS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1970, Ano XLV, Nº13.471, p.3.

A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO". **O Globo,** Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11.325, p.1.

Afinidade de compromissos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de março de 1979, Ano LIV, Nº16.599, p.1.

Alberto Silva não desiste de postular o governo do Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1978, Ano LIII, Nº16.184, p.05

ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (I). O Brasil Esquecido Começa No Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12.042, p.10.

ANGÚSTIA E ESPERANÇÃ DO NORDESTE (II). São Muitos os Problema que Embaraçam o Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12043, p.15

ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (III). Dura e Sem Perspectiva é a Vida no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12.044, p.10.

ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (IV). Sem Rodovia Direta Para O Sul, Que Pode Fazer o Piauí?. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12.043, p.16.

ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (V). Como se explica o atraso do Piauí**. O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1965, n.12.043, ano XL, p.17.

ANGÚSTIA E ESPERANÇA DO NORDESTE (VI). Alguma Coisa de Positivo Se Faz no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1965, Ano XL, Nº.12.048, p.17.

APOIO EDITORIAL AO GOLPE DE 1964 FOI UM ERRO. **O Globo,** Rio de Janeiro, 1 de setembro de 2013, Ano LXXXIX, n.29.245, p.14.

ARENA no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1966, Ano LXVI, Nº12.194, p.12.

AUMENTO DA RENDA PER CAPITA DO PIAUÍ É O OBJETIVO DO GOVERNO ALBERTO SILVA. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de julho de 1971, Ano XLVI, Nº13.851, p.17.

BANDIDOS PRESOS REVELAM NINHOS DE SUBVERSÃO. "GANG" DO ASSALTO USOU ÊSTE MENINO COMO ESCUDO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1969, Ano XLV, Nº13.268, p.1.

BOA ESPERANÇA É PEDRA ANGULAR PARA O DESENVOLVIMENTO. **O Globo**, Caderno Especial, Rio de Janeiro, 29 de março de 1969, p.24.

BOA ESPERANÇA: REDENÇÃO DO NORDESTE ORIENTAL. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1967, Ano XLIII, Nº12.662 , p.20.

Campanha hedionda. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1970, Ano XLV, Nº13.466, p.1.

Cassado 3 deputados federais e 92 estaduais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de março de 1969, Ano XLIV, Nº13.143, p.14.

Cassado o Mandato do Prefeito de Buriti Dos Lopes. **O Globo**, 24 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11644, p.10.

CASTELO MANTÉM SUA AUTORIDADE CONTRA OS QUE PRETENDEM MUDAR O RUMO DO GOVÊRNO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1965, Ano XL, Nº11.979, p.5.

Cinco anos fecundos para o Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de abril de 1969, Ano XLIV, Nº13.158, p.1.

Começam a surgir agora os futuros governadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1974, Ano XLIX, Nº14.736, p.24.

Comissão de Investigação no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1969, Ano XLIV, Nº13095, p.12.

Comunicação é muito importante onde a maioria ainda é analfabeto. **O Globo,** Panorama Econômico: Rio de Janeiro, 18 de abril de 1973, Ano XLVIII, Nº14.448, p.37.CONSELHO BATE RECORDE DE CASSAÇÕES APÓS AI-5:107. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1969, Ano XLIV, Nº13.182, p.1.

DINAMISMO: marca do Govêrno Clímaco D'Almeida. **O Globo,** Caderno Econômico, Rio de Janeiro, 19 de março de 1971, Ano XLVII, Nº13.757, p.47.

DINHEIRO DO TERROR ERA GASTO EM ORGIAS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1970, Ano XLV, Nº13.415, p.1.

EDITADO ATO 5. **O Globo**, Rio de Janeiro,14 de dezembro de 1968, Ano XLIV, Nº13.070, p.1.

Edito de Brasília. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1965, Ano XLI, Nº12.109, p.1.

Executivo poderá vetar escolha de Petrônio Portela. **O Globo**, Rio de Janeiro,20 de janeiro de 1971, Ano XLVI, Nº13.715, p.13.

Ferroviários Denunciam a Castelo Branco Dirigentes da E.F. de São Luíz-Teresina. **O Globo,** Rio de Janeiro,14 de maio de 1964, Ano XXXIX, Nª11.600, p.14

FUNDAÇÃO DO COMANDO DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS (CT'). **O Globo,** Rio de Janeiro, 07 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11.620, p.5.

Gama e Silva: Ato Institucional visa a preservar a Revolução e a defender o regime. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1968, Ano XLIV, Nº13.070, p.10.

Gastos com educação ocupam o 1ºlugar no orçamento do Piauí. **O Globo**, Panorama Econômico, 10 de abril de 1974, Ano XLIX, Nº14.803, p.13

GOVERNADOR ALBERTO SILVA: O Piauí não vive mais lamúrias mas de trabalho e sabe o que quer. **O Globo**, Panorama Econômico, Rio de Janeiro, 17 de março de 1972, Ano XLVIII, Nº14142, p.86-87

Governo Dirceu Arcoverde: antes de tudo, valorizar o homem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de março de 1976, Ano LI, Nº15.503, p.25.

INCIDENTE ENVOLVE MILITAR E DEPUTADOS NO ESTADO DO PIAUÍ. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de setembro 1965, p.14.

Irmão de Petrônio é o mais cotado no Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de março de 1978, Ano LIII, Nº16.230, p.06

JÁ INDICADO O FUTURO GOVERNADOR DO PIAUÍ. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1970, Ano XLV, Nº13.539, p.7.

João Cunha diz que Petrônio faz 'democracia familiar'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 de abril de 1978, Ano LIII, Nº16.242, p.02.

LEVADA A TODO O PAÍS A MENSAGEM DE ESPERANÇA DA "REDE DA DEMOCRACIA". **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963, Ano XXXVIII, Nº11.496, p.6.

Lista de governadores inclui Rezende e Lucídio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1978, Ano LIII, Nº16.252, p.06.

Lucídio quer manter unido esquema que Petrônio montou. **O Globo,** Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1980, Ano LV, Nº16.883, p.06.

MARINHO, Roberto. Julgamento da Revolução. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1984, Ano LX, Nº18.596, p.1.

Médici dá partida na Usina de Boa Esperança e liga capitais por rodovia. **O Globo**, 8 de abril de 1970, Ano XLV, Nº13.471, p.3.

Mundo político lamenta a perda do artífice da abertura política. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1980, Ano LV, Nº16.876, p.05

No Piauí. In: No Ceará: o 3ºGovernador em pleito indireto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1967, Ano XLIII, Nº12.678, p.12.

Nordeste, Ano 10. Cidade de Floriano mostra como cresce. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1969, Ano XLV, Nº13.296, p.13.

Nordeste, Ano 10. Mais de 50 cidades e 15 mil km de estrada na região-esperança. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1969, Ano XLV, Nº13.284, p.13.

Nordeste, Ano 10. Roupa suja lava-se perto de casa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1969, Ano XLV, Nº13.303, p.11

Nordeste, Ano 10. Rumo a fronteira Amazônica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1969, Ano XLV, Nº.13.234, p.13.

Nordeste, Ano 10. Teresina, uma cidade rodeada de problemas. **O Globo,** Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1969, Ano XLV, Nº.13.307, p.13.

NÔVO GOVERNADOR: ESTÁ CHEGANDO A VEZ DO PIAUÍ. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1971, Ano XLVI, Nº13.719, p.15.

O ATO INSTITUCIONAL PUNIU EM DOZE LISTAS 417 PESSOAS, INCLUSIVE 3 EX-PRESIDENTES. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1964, Ano XXXIX, Nº11.688, p.12.

O Brasil acima de tudo. **O Globo,** Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1969, Ano XLV, Nº13.304, p.1.

O Discurso. In: CASTELO MANTÉM SUA AUTORIDADE CONTRA OS QUE PRETENDEM MUDAR OS RUMOS DO GOVÊRNO. **O Globo**, 29 de maio de 1965, Ano XL, Nº11.979, p.6

O ESTADO MAIS POBRE DO BRASIL TEM PLANO PRÓPRIO: UM MODELO PARTICIPATIVO. **O Globo**, Panorama Econômico: Rio de Janeiro, 18 de abril de 1973, Ano XLVIII, Nº14.448, p.36.

O Govêrno Baixou AC-7 e Decidiu-se Por Eleições Indiretas Nos Estados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1966, Ano XLI, Nº12.188, p.1.

O pensamento político de Petrônio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1980, Ano LV, Nº16.876, p.04.

O Piauí Recebe um Bilhão Para Frigorífico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de março de 1966, Ano XLI, Nº12232, p.16.

O Piauí Remodela a Sua Infra-Estrutura. **O Globo**, Caderno 2, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1965, Ano XL, Nº12044, p.10.

Outro jovem abandona o terror. SUBVERSÃO SÓ TEM UM OBJETIVO: MATAR E DESTRUIR. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1970, Ano XLVI, Nº13.550, p.1.

Personalidades do Piauí Estavam Marcadas Para Morrer. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1964, Ano XXXIX, Nº11.637, p.17.

Petrônio admite a candidatura de seu irmão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1978, Ano LIII, Nº16.183, p.06.

Petrônio conversa com Alberto Silva. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de março de 1974, Ano XLIX, Nº14.777, p.5.

Petrônio coordena hoje sucessões de 2 Estados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1974, Ano XLIX, Nº14.844, p.6.

Petrônio diz que Nordeste tem progresso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1970, Ano XLV, Nº 13.402, p.6.

Petrônio Portela acha 1976 decisivo para o futuro da democracia no País. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de março de 1976, Ano LI, Nº15.506, p.8

Petrônio Portela toma posse e diz não ser líder improvisado**. O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1973, Ano XLIV, Nª14.555, p.3.

PETRÔNIO PORTELLA. In: Ministério só depende de confirmar alguns nomes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1979, Ano LIV, Nº16.517, p.6

Petrônio: pedir a revogação do AI-5 é contestar o regime. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 de março de 1971, Ano XLVI, Nº13.752, p.10.

Piauí de mentalidade nova. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de março de 1972, Ano XLVII, Nº14061, p.2

PIAUÍ quer impor confiança com energia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1969, n. 13.304, ano XLV, p.11

PIAUÍ, UM ESTADO EM PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO. **O Globo**, Panorama Econômico, 10 de abril de 1974, Ano XLIX, Nº14.803, p.84.

PIAUÍ, UM RELATÓRIO DO PROGRESSO. **O Globo**, Sudene, 20 de dezembro de 1972, Ano XLVIII, Nº14.333, p.12.

Piauí. In: Doze Governadores Serão Eleitos Hoje. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1966, Ano XLII, Nº12.369, p.10.

Piauí. In: Esperada hoje a divulgação de mais 2 governadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1974, Ano XLIX, Nº14.846, p.6.

Piauí: 2 mil torcedores caem no fosso do estádio: 4 morreram quase todos se feriram. **O Globo**: Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1973, Ano XLVIII, Nº14.579, p.1

PIAUÍ: ELEIÇÕES TRANQUILAS E COM AMPLAS GARANTIAS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1970, Ano XLVI, Nº13.678, p.11.

PIAUÍ: PÉS NA TERRA E O HOMEM COMO META. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1975, Ano LI, Nº15.415, p.15

PIAUÍ: Rodovias, energia e turismo. **O Globo**, Panorama Econômico, 10 de abril de 1974, Ano XLIX, Nº14.803, p.38.

Portela defende o processo da escolha dos Governadores. **O Globo,** Rio de Janeiro, 11 de julho de 1970, Ano XLV, Nº13.552, p.8.

Presidente vai inaugurar hoje a Teresina – São Luís. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1970, Ano XLV, Nº13.478, p.16.

PRIMEIRO CONTATO DO GOVERNADOR DO PIAUÍ COM O PRESIDENTE. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1964, Ano XXXIX, Nº11.74, p.12.

Razões de uma solidariedade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1973, Ano XLIV, Nª14.555, p.3.

Ressurge a Democracia! **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964, ano XXXIX, n. 11.325, p.1

Teresina Começa a Festejar Amanhã o 1ºAno da Revolução. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de março de 1965, Ano XXXV, Nº 11.923, p.12.

Teresina: pânico causa mortes durante jogo. **O Globo**: Edição esportiva. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1973, Ano XLVIII, Nº14.579, p.3

Terrorista mataria o próprio pai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1970, Ano XLVI, Nº13.628, p.1

Teste definitivo. **O Globo,** Rio de Janeiro, 16 de março de 1985, Ano LX, Nº18,752, p.1.

Tranquilidade na Área da 10ª RM Onde Não Existem Presos Políticos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1964, Ano XXXIX, Nº11.843, p.17.

Unir para Consolidar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1969, Ano XLV, Nº13.310, p.1.

Venceu a morte uma vez e a cada crise ressuscitava. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1980, Ano LV, Nº16.876, p.04.

Folha de S. Paulo:

"Governador do Piauí com JG "para o que der e vier". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de abril de 1964, Nº12.709, p.9

"Limites a Chávez". **Folha de São Paulo**, Editorial, 17 de fevereiro de 2009. Link de acesso: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm. Acesso em 22 de janeiro de 2025.

Revistas:

CORREA, Marcos Sá. O Piauí vai ser rico. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, 31 de outubro de 1973, Nº269, p.3-6.

Fontes de Estado:

BRASIL. **Estudo Nº026/3ªSC/80**. Serviço Público Federal: Brasília, 11 de setembro de 1980, p.2.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL SECRETARIA GERAL. **Ato Institucional nº5:** processo de Petrônio Portella Nunes. Brasília, 1969, p.5.

PIAUÍ. **Correspondência endereçada ao Governador Miguel Arraes**. Teresina: Palácio do Governo, Gabinete do Governador, 1 de abril de 1964.

PIAUÍ. **Nota oficial.** Teresina: Palácio do Governo: Gabinete do governador, 31 de março de 1964.

PIAUÍ. **Nota Oficial**. Teresina: Palácio do Governo: Gabinete do governador, 1 de abril de 1964.

PIAUÍ. **Nota Oficial**. Teresina: Palácio do Governo: Gabinete do governa dor, 2 de março de 1964.